



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

BÁRBARA CRISTINA PELACANI DA CRUZ

OS QUERERES E FAZERES
DAS MULHERES EM MARCHA:

A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida

Rio de Janeiro

2023

BÁRBARA CRISTINA PELACANI DA CRUZ

**OS QUERERES E FAZERES
DAS MULHERES EM MARCHA:**

A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como requisito para obtenção do Título de Doutora.

Linha de pesquisa: na linha 1 Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade.

Orientação Prof^a Dr. Ricardo Lopes Correia

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

C957q Cruz, Bárbara Cristina Pelacani da
Os quereres e fazeres das mulheres em marcha: A
Psicossociologia com comunidades na luta pela terra
e pela vida / Bárbara Cristina Pelacani da Cruz. --
Rio de Janeiro, 2023.
459 f.

Orientador: Ricardo Lopes Correia.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2023.

1. Margaridas. 2. Indigenas. 3. Ecofeminismos. 4.
Narrativas Fotográficas. 5. Psicossociologia com
comunidades. I. Correia, Ricardo Lopes, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Bárbara Cristina Pelacani da Cruz

OS QUERERES E FAZERES DAS MULHERES EM MARCHA:
A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como requisito para obtenção do Título de Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada em: 10 de novembro de 2023.

Orientador Dr. Ricardo Lopes Correia

Beatriz Takeiti, Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucimara Rett, Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Celso Sanchez Pereira, Doutor, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa
Às mulheres que tecem liberdades;
Ao meu filho, minha alegria em gestação, Yamandu Guerra Pelacani;
Ao meu amado pai Luiz Fernando (*in memoriam*);
Ao meu tio inspirador Alexandre Pellacani (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

“Companheira me ajuda que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor” (Ciranda Feminista)

Agradeço aos encontros potentes que permitiram que essa pesquisa fosse realizada com cuidado e amorosidade.

Aos encantados por me ajudarem a apontar para a fé e remar.

Ao meu amor, Emerson Guerra, que acompanhou cada parte desta pesquisa. Um companheiro que potencializa meus quereres e que comigo voa alto.

Ao meu matriarcado que me fortalece, mãe Márcia, avó Jurema, irmã Luiza e sobrinho Vicente, a existência de vocês permite que minha Gira esteja em movimento e amplie nossas conquistas.

Ao meu orientador, Ricardo Correia, por me apresentar caminhos bem delineados e criar comigo possibilidades de re-existência.

Às Margaridas da CONTAG Mazé Morais, Vilênia Aguiar, Anna Carolina Teixeira, Marie-Anne Stival pela acolhimento na luta e pelos conhecimentos compartilhados; À companheira Elza Santiago da Articulação de Mulheres Brasileiras pelos dias compartilhados no campo da Marcha das Margaridas.

Às amigas que tanto me inspiraram e me apresentaram o campo das mulheres indígenas no Acampamento Terra Livre, Capê Krahô, Letícia Jokahkwyj, Waakuy, Gersila Krahô, Raquel Krahô; Tereza Arapium; Ivani Fulniô; Mara Kambeba; Jonas Pynneh Gavião, Arlete Peecyr Krikati, Jana Krayaka Krikati, Edilena Torino Krikati, Dona Tereza Krikati; Ao Ricardo Cabral pelo campo criativo compartilhado.

Às mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens, em especial à Natália Dias e Alexania Rossato, pelo apoio e incentivo de participação na Marcha das Margaridas.

Às amigas Carolina Alves, Simone Ximenes e Euzimar Gomes pelas importantes contribuições no sentipensar da pesquisa e pela presença afetuosa na minha vida.

À minha família por ser raiz forte; Ao tio Alexandre e à tia Rosa pelo incentivo impulsionador na área acadêmica e por apoiar e vibrar comigo na realização de oficinas virtuais de fotografia. Aos meus padrinhos por me receberem na serrinha onde escrevi parte da tese junto aos passarinhos.

Às amigas de escola que me lembram sempre de onde eu vim; À Alessandra Speranza e à Elite Miranda que cuidaram junto comigo do meu corpo e mente para seguir em movimento; Às amigas e amigos de passarinhada que tornaram a trajetória mais leve.

Às amigas que apoiaram os processos artísticos que atravessam a pesquisa, Camila Costa pela narração poética e pela poética que traz pra minha vida; Heloísa Barbosa pela edição da exposição virtual das Narrativas Fotográficas; Ao grupo de curadores do GEASur Tita Bevilaqua e Bárbara Fortes, que possibilitaram a criação de inúmeras exposições que me incentivam a ser uma artista diletante; Ao professor e amigo Celso Sánchez, que me impulsiona a criar pontes e fortalece o meu Ser Mais. À Amanda Morais e o início dos estudos virtuais de fotografia com o serfilografia. À coletiva Fotografe como uma guria, na figura de Isa Heimig e Verônica Nani, que me fizeram acreditar que eu poderia ocupar o campo da fotografia. Ao curso de fotografia documental, com Fabio Café, Thiago Ripper e Nana Carvalhosa que trouxeram referências importantes e trocas potentes sobre o campo da fotografia popular. À Louise Salis pelas trocas poéticas; À Manuela Vaz pelo incentivo na realização de tantas ideias artísticas

Aos amigos do Geasur Anne Kassiadou, Paolo Martins, Clementino Júnior, Marcelo, Stortti, Sônia Oliveira, Stephanie Di Chiara pelas trocas no campo das pedagogias insurgentes e na organização do curso de extensão em Educação de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina que fortaleceu nossas práticas de organização, integração e multiplicação de saberes.

Ao projeto de extensão Diplomado Ambiental na Colômbia, em especial à professora Marcela Flores e ao professor da Universidade de Tolima Jairo Andrés, pela parceria acadêmica frutífera. Ao projeto de extensão do CAP UFRJ, questão da escola, com a professora Cassandra Pontes que permitiu trocas potentes que fortaleceram a pesquisa.

Aos amigos da UFRRural de Nova Iguaçu, aos professores Mauro Guimarães, Edileuza Queiroz, Sarah Lawall e Roberta Arruzzo que tornaram minha experiência como professora substituta um evento inesquecível e fortalecedor da minha trajetória. Às minhas orientandas Queila Romualdo, Mariana Aguiar, Lorrane Nunes e Gabriele Braga que permitiram que eu me tornasse orientadora e aprendesse com elas como fazer pesquisa com afeto e compromisso. Às alunas, alunos e alunes da UFRRural, em especial Fernanda Malheiro, Bruna Fraga, Lucas Onofre, Rhanayan, André Luiz, Nicolly Melo e Lorena Fontes (da UERJ) que me inspiraram ao ver que constroem uma universidade pluriversa.

Aos amigos do EICOS, prof. Beatriz Takeiti, Geraldo Bastos, Daniel Renaud, Tainá Antônio, Jean Fontes, Yasmin Nasri, Áurea Pereira, Silvia Carvalho, Carolina León, Catalina Revollo, pela influência no campo da psicossociologia e parceria nas reflexões em sala de aula e nos jardins do campus.

À bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) que financiou a pesquisa.

EPÍGRAFE

*“Somos as que retomamos a terra roubada,
as que insistem na festa
sem se esquecer que permanecemos em guerra*

...

*Somos mulheres colorida
Somos um arco-íris de cores,
Lutamos e dizemos não à violência
pra manter nossos valores.*

...

*Em tempos tão sombrios
Precisamos alimentar de mais arte e poesia,
Pois temos a capacidade de fazer da luta melodia.”*

Célia Xariabá, 2019.
I Marcha das Mulheres Indígenas

RESUMO

A pesquisa busca identificar como as confluências das mulheres em marcha produzem re-existências e narrativas coletivas que fortalecem a luta pela terra e pela vida. Percorrendo os encontros com a psicologia comunitária, política e social latino-americana com a sociologia, chegamos na Psicossociologia com comunidades. Guiadas pelos caminhos contracoloniais e pela confluência entre Narrativas e Escrevivências, trilhas de Afeto e Coletividade. QAMASA, palavra Quechua que nos convoca a ter coragem ao criar, inspira a Fotografia crítica aos processos coloniais, uma fotografia popular na produção de contra-informação. A base referencial parte de um olhar dos Ecofeminismos, mirando seus traços plurais étnico-raciais e os movimentos sociais latino-americanos, produzindo uma crítica à ecologia da branquitude patriarcal. As análises documentais foram feitas a partir de materiais jornalísticos publicados na internet, em que elencamos as principais pautas e estratégias exibidas pelas mulheres nas marchas realizadas em 2019. A análise de conteúdo foi levada de volta para os campos de estudo, com a participação em uma reunião de construção da Marcha das Margaridas e no Acampamento Terra Livre, em abril e maio de 2022. Nestes eventos foram elaboradas narrativas fotográficas a partir da investigação ação participante em marchas, rodas de conversa, grupos de trabalho, reuniões em salas, tendas e barracas, em volta da fogueira e embaixo do pé de jambo, palestras organizadas pelas mulheres e plenárias amplas, além das apresentações culturais com elementos artísticos presentes no corpo, nas bandeiras e nos atos. Estes campos e as produções artísticas resultantes, colocadas em diálogo com as unidades de conteúdo, nos permitiram chegar até a categoria de análise: Gira. A categoria trata de um tecer circular, a Gira, que sai das comunidades, vai nas reuniões gerais nacionais, constrói coletivamente em pequenos grupos e volta para as comunidades. Se retroalimentam nos territórios e vão para as marchas, crescem, se fortalecem e voltam para as comunidades e movimentos locais, levando energia para a Gira seguir. Reunião de dados e poesia, imagens e narrativas de conflitos, interconectando informações que são a base da construção das marchas, da mobilização e da luta. Através de tais reflexões conseguimos mirar o entrelaçar do campo com a teoria, do sentipensar e de construir conhecimentos contracoloniais. Reconhecemos nas marchas conhecimentos que fundamentam os conceitos: Corpo-território; Re-existência; Confluência. Quereres e fazeres representados de formas

estéticas e políticas, colocados em perspectiva com a Gira, ilustram a tese que afirma que as marchas das margaridas e das mulheres indígenas são fenômenos psicossociológicos. As mulheres em marcha trazem contribuições para os ecofeminismos com marcadores plurais relevantes, devido a sua implicação com a perspectiva ambiental, indissociável da luta pela terra e pela vida. As marchas vão ser interpretadas como processos comunitários que criam fluxo de re-existência com seus corpos-territórios em confluência. Quereres e fazeres ativos de formação, informação e debates sobre a garantia e resistência à destituição de direitos.

Palavras-chave: Margaridas; Indígenas; Ecofeminismos; Narrativas Fotográficas; Psicossociologia com comunidades.

ABSTRACT

The research aims to identify how the confluences of women on the march produce re-existences and collective narratives that strengthen the strive for land and life. Going through the encounters between community, political and social Latin American psychology and sociology, we arrive at Psychosociology with communities. Guided by countercolonial paths and the confluence between Narratives and Writings, paths of Affection and Collectiveness. QAMASA, a Quechua word that calls us to have courage when creating, inspires critical of colonial processes photography, a popular photography in the production of counter-information. The referential basis starts from a perspective of Ecofeminisms, looking at its plural ethnic-racial traits and Latin American social movements, producing a critique of the ecology of patriarchal whiteness. The documentary analyzes were carried out based on journalistic materials published on the internet, in which we listed the main agendas and strategies displayed by women in the marches held in 2019. The content analysis was taken back to the study fields, with participation in a construction meeting of the Marcha das Margaridas and the Terra Livre Camp, in April and May 2022. In these events, photographic narratives were created based on the participatory action research in marches, conversation circles, work groups, meetings in rooms, tents and huts, around the bonfire and under the jambo tree, lectures organized by women and large plenary sessions, in addition to cultural presentations with artistic elements present in the body, in flags and acts. These fields and the resulting artistic productions, placed in dialogue with the content units, allowed us to arrive at the analysis category: Gira. The category deals with a circular weave, the Gira, which leaves the communities, goes to national general meetings, built collectively in small groups and returns to the communities. They feed back into our territories and go on the marches, growing, becoming stronger and returning to local communities and movements, bringing energy for the Gira to continue. Gathering of data and poetry, images and narratives of conflicts, interconnecting information that is the basis for the construction of marches, mobilization and struggle. Through such reflections we were able to aim to intertwine the field with theory, feeling-thinking and building counter-colonial knowledge. We recognize in the marches knowledge that underpins the concepts: Body-territory; Re-existence; Confluence. Wants and doings represented in aesthetic and political ways, placed in perspective with the Gira, illustrate the thesis that states that the marches of

margaridas and indigenous women are psychosociological phenomena. The women on the march make contributions to ecofeminism with relevant plural markers, due to their involvement with the environmental perspective, which is inseparable from the strive for land and life. The marches will be interpreted as community processes that create a flow of re-existence with their bodies-territories in confluence. Active wants and doings of formation, information and debates on guaranteeing and resisting the stripping away of rights.

Keywords: Margaridas; Indigenous; Ecofeminisms; Photographic Narratives; Psychosociology with communities.

RESUMEN

La investigación busca identificar cómo las confluencias de mujeres en la marcha producen re-existencias y narrativas colectivas que fortalecen la lucha por la tierra y la vida. Atravesando los encuentros entre la psicología comunitaria, política y social latinoamericana y la sociología, llegamos a la Psicosociología con comunidades. Guiados por caminos contracoloniales y la confluencia entre Narrativas y Escritos, caminos de Afecto y Colectividad. QAMASA, palabra quechua que nos llama a tener coraje al crear, inspira una fotografía crítica de los procesos coloniales, una fotografía popular en la producción de contrainformación. La base referencial parte de una mirada a los Ecofeminismos, atendiendo a sus rasgos étnico-raciales plurales y a los movimientos sociales latinoamericanos, produciendo una crítica a la ecología de la blancura patriarcal. Los análisis documentales se realizaron a partir de materiales periodísticos publicados en internet, en los que enumeramos los principales temas y estrategias desplegadas por las mujeres en las marchas realizadas en 2019. El análisis de contenido se retomó en los campos de estudio, con la participación en una reunión de construcción de la Marcha das Margaridas y del Acampamento Terra Livre, en abril y mayo de 2022. En estos eventos, se crearon narrativas fotográficas a partir de la investigación acción participativa en marchas, círculos de conversación, grupos de trabajo, reuniones en salas, tiendas de campaña y lonas, alrededor de la fogata y bajo el árbol jambo, conferencias organizadas por mujeres y grandes sesiones plenarios, además de presentaciones culturales con elementos artísticos presentes en el cuerpo, en las banderas y en los actos. Estos campos y las producciones artísticas resultantes, puestos en diálogo con las unidades de contenido, permitieron llegar a la categoría de análisis: Gira. La categoría trata de un tejer circular, la Gira, que sale de las comunidades, va a asambleas generales nacionales, construye colectivamente en pequeños grupos y regresa a las comunidades. Se retroalimentan en los territorios y van a las marchas, crecen, se fortalecen y regresan a las comunidades y movimientos locales, aportando energía para que la Gira continúe. Recopilación de datos y poesía, imágenes y narrativas de conflictos, interconectando información que es base para la construcción de marchas, movilizaciones y luchas. A través de tales reflexiones pudimos aspirar a entrelazar el campo con la teoría, el sentipensar y la construcción de conocimiento contracolonial. Reconocemos en las marchas conocimientos que sustentan los conceptos: Cuerpo-territorio; Re-existencia; Confluencia. Quieres y

haceres representados de manera estética y política, puestos en perspectiva con la Gira, ilustran la tesis que afirma que las marchas de las margaritas y las mujeres indígenas son fenómenos psicosociológicos. Las mujeres en marcha aportan aportes al ecofeminismo con marcadores plurales relevantes, por su involucramiento con la perspectiva ambiental, inseparable de la lucha por la tierra y la vida. Las marchas serán interpretadas como procesos comunitarios que crean un flujo de reexistencia con sus cuerpos-territorios en confluencia. Quiereres y haceres de formación, información y debates para garantizar y resistir la privación de derechos.

Palabras clave: Margaridas; Indígenas; Ecofeminismos; Narrativas Fotográficas; Psicosociología com comunidades.

APRESENTAÇÃO

A pesquisa tal intitulada “Os quereres e fazeres das mulheres em marcha: A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida” é realizada no âmbito da linha 1 Ecologia social, Comunidades e Sustentabilidade do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A pesquisa busca aprofundar o conhecimento da Psicossociologia com comunidades, a partir de um recorte das mulheres em marcha. Desta forma, descrevemos as possibilidades para uma psicossociologia com mulheres, elaborada a partir dos quereres e fazeres das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades, as margaridas e das mulheres indígenas.

A questão central da tese é a busca pela compreensão do processo de fortalecimento das mulheres em marcha, com o objetivo de identificar como as confluências das mulheres que participaram da 6ª Marcha das Margaridas e da 1ª Marcha das Mulheres indígenas produzem re-existências contracoloniais dos corpos-territórios que fortalecem a luta pela terra e pela vida. Através de reflexões teóricas e metodológicas, buscamos integrar campos de estudos e perspectivas teóricas para formulação de uma pesquisa que se conecta com os territórios e com os sujeitos. Buscamos aportes nas teorias da psicologia e da sociologia, integradas aos saberes contracoloniais e aos ecofeminismos para compreender os movimentos cíclicos, formativos e articuladores que se instauram nas marchas das margaridas e das mulheres indígenas. Para tanto, nos utilizamos de metodologias de revisão bibliográfica, análise de conteúdo, investigação ação participativa e narrativas fotográficas para reunião de dados, documentos, poesia, imagens e saberes. Uma proposta político-estética contracolonial que busca trazer aportes para a psicossociologia com comunidades.

A autora Bárbara Pelacani é bióloga, formada bacharel e licenciada pela UNIRIO, com MBA em Gestão e Planejamento Ambiental pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Educação pela UNIRIO, onde é parte do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur). Fotógrafa formada no SENAC/RJ (2003) e na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (2014). Foi bolsista em um curso de arte contemporânea online do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (2020). Há 20 anos

desenvolve projetos e práticas artísticas em diversos campos. Realizou a curadoria e organização de exposições em espaços interculturais e universidades no Rio de Janeiro, Sergipe e Minas Gerais com as exposições: Los Muros (6 edições); H2Horizontes (3 edições); Terexistência (3 edições). Tem uma trajetória na fotografia documental com movimentos políticos e culturais e no fotojornalismo, com atuação internacional. Idealizadora e coordenadora do projeto Narrativas Fotográficas, responsável pela organização de cursos, palestras e exposições artísticas. Como pesquisadora traz a fotografia como metodologia participativa no mestrado na Unirio com as fotoescrivências e no doutorado na UFRJ com as narrativas fotográficas

A partir de tais conhecimentos a pesquisa traz os saberes e querereres das mulheres em marcha, com um recorte de gênero, classe, raça e etnia. Formulado a partir do reconhecimento de pautas e estratégias das marchas das margaridas e das mulheres indígenas, assim como de suas etapas de preparação e organização. A pesquisa desenvolve uma categoria de análise que ao fim permite a formulação da tese que contribui para a ampliação do campo de estudos e busca fortalecer a luta das mulheres.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de organização da pesquisa.....	53
Figura 2: Registros 8M Rio de Janeiro, palavras e imagens.....	55
Figura 3: Margarida Alves liderança Paraibana, mulher homenageada pela Marcha...59	
Figura 4: Margarida Alves símbolo da luta das trabalhadoras do campo.....59	
Figura 5: Cartaz da 1ª Marcha das Margaridas em 2000.....	63
Figura 6: Oficina do MAB com o tema “Violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens e a luta pela redução da tarifa de energia”.....	65
Figura 7: Caravana das Mulheres Xinguanas para Brasília.....	66
Figura 8: Cerimônia de abertura da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília com a apresentação da fotografia e da história de lideranças indígenas.....	68
Figura 9: Joênia Wapichana, primeira mulher indígena a assumir uma cadeira no Congresso Federal do Brasil.....	69
Figura 10: Sonia Guajajara Candidata a Vice-presidente do Brasil.....	70
Figura 11: Dona Quitéria Binga Pankararu.....	70
Figura 12: Quitéria Binga a frente com demais cantadores no ritual do Menino do Rancho.....	71
Figura 13: Tuíra Kayapó com um facão demarca a luta pela terra diante do então presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes.....	72
Figura 14: Início da Ocupação da Sesai em Brasília.....	74
Figura 15: Mulher Indígena faz pintura com urucum para recepcionar a Marcha das Margaridas.....	75
Figura 16: Arte com a Margarida Alves pintada com grafismos indígenas parte do Projeto “Margarida pra você” de Bárbara Luz.....	76
Figura 17: Desenho com o encontro da Marcha das Mulheres Indígenas com a Marcha das Margaridas.....	77
Figura 18: Confluência das Marchas.....	78
Figura 19: A Fratura ambiental.....	114
Figura 20: A Fratura Colonial.....	114
Figura 21: O que não pode ser dito.....	133

Figura 22: Liberta. Arte em antotopia e bordado.....	136
Figura 23: Marielle Franco entregando a medalha à Conceição Evaristo em sessão na Câmara municipal do Rio de Janeiro.....	144
Figura 24: Natalia Tupi - Ancestralidade visual.....	161
Figura 25: “Minha câmera é minha flecha”.....	161
Figura 26: “A paz se agiganta nos olhos de uma criança.”.....	162
Figura 27: “Olhar firme. Olhar de Xondaria. Olhar que diz: Estávamos aqui muito antes!”.....	163
Figura 28: "Brasil, parem de nos matar. Somos a natureza.".....	164
Figura 29: “A dança do Xondaro Guarani Mbya.”.....	165
Figura 30: Manifestação Guarani Mbya.....	166
Figura 31: Xondaros Resistem! Pico do Jaraguá.....	166
Figura 32: Marcela Bonfim - Antropologia Visual.....	167
Figura 33: “Afeto é tempo, desafeto é pressa”.....	167
Figura 34: Os azuis de Nicássia.....	168
Figura 35: Gira de Ana.....	169
Figura 36: Madona Negra.....	170
Figura 37: Madeira de Dentro. Madeira de Fora - capa.....	171
Figura 38: Madeira de Dentro. Madeira de Fora - Casa da Saudade: Casa de dona Lurdes e seu Venâncio. Comunidade de Nazaré.....	172
Figura 39: Madeira de Dentro. Madeira de Fora - PiXaDor.....	173
Figura 40: Salve Úrsula, Matriarca Barbadiana de Porto Velho.....	174
Figura 41: Cláudia Ferreira - Movimentos de Mulheres.....	175
Figura 42: “Fotografia para mim é parte da minha vida. Através dela eu vejo o mundo e me vejo.”.....	175
Figura 43: Passeata do Dia Internacional da Mulher, RJ - 2018.....	176
Figura 44: Conferência Nacional LGBT, Brasília (DF) - 2008.....	176
Figura 45: Marcha das Margaridas 1.....	177
Figura 46: Marcha das Margaridas 2.....	178

Figura 47: 1ª Marcha das Margaridas em 2000.....	179
Figura 48: 2ª Marcha das Margaridas em 2003.....	180
Figura 49: 4ª Marcha das Margaridas em 2011.....	180
Figura 50: Nair Benedicto - Fotografia Documental	181
Figura 51: “Quando me perguntam se sou feminista, respondo que é impossível não ser.”	181
Figura 52: Amazônia, cabeleireiro funcionando dentro de um bar, Guritá (PA).....	183
Figura 53: MST - Movimento dos Sem Terra (Paraná).....	184
Figura 54: Iara Prado e Schuma Schumacher em manifestação em frente à Igreja da Sé (São Paulo).....	185
Figura 55: Dia Internacional da Mulher, no Pacaembu (São Paulo).....	186
Figura 56: As vantagens de ser uma artista mulher.....	187
Figura 57: Guerrilla Girls do lado de fora da Galeria Whitechapel, em Londres.....	188
Figura 58: Mensagem pública: Nós vendemos pão branco.....	188
Figura 59: As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?.....	189
Figura 60: Libertem as artistas!.....	189
Figura 61: Casal de carvoeiros, MG.....	198
Figura 62: Sempre vivas, Serra do Espinhaço, MG.....	200
Figura 63: Ivanete, apanhadora de flores e artesã, segura um buquê de flores sempre vivas em sua casa.....	203
Figura 64: Sem Título.....	204
Figura 65: Capa do Dossiê mulher e ambiente.....	225
Figura 66: Nuvem de palavras com as principais temáticas da revisão integrativa.....	226
Figura 67: Mapa com a localização de origem das autoras dos trabalhos sobre ecofeminismo.....	229
Figura 68: Capa do dossiê Epistemologia de nosotras: mulheres do campo, das águas e das florestas.....	232
Figura 69: Recorte do cartaz de divulgação do conversatório das estudantes bolivianas.....	264
Figura 70: Identidade visual da Marcha das Mulheres Negras de 2015.....	316

Figura 71: Registro da marcha das Mulheres Negras de 2015.....	318
Figura 72: Registro da Marcha das Mulheres Negras em Brasília de 2015.....	319
Figura 73: Antotipia Corre um rio em mim.....	346
Figura 74: Esquema de organização do campo com as mulheres indígenas.....	347
Figura 75: Marcha dos povos indígenas em Brasília.....	347
Figura 76: Revista Acampamento Terra Livre 2022.....	348
Figura 77: Basta de Violência - Marcha dos povos indígenas.....	357
Figura 78: Mulheres indígenas, Kayapó e Krikati.....	358
Figura 79: Mulheres pré-candidatas na plenária do Acampamento Terra Livre.....	366
Figura 80: Comitiva indígena com o candidato à presidência do Brasil.....	369
Figura 81: Grupo de Indígenas Krahô em marcha.....	370
Figura 82: Fotografia do povo Krikati	372
Figura 83: Povos Indígenas em marcha.....	373
Figura 84: Bandeira de protesto hasteada pelos indígenas em Brasília.....	374
Figura 85: Esquema de organização do campo com as margaridas.....	375
Figura 86: Margaridas reunidas em Brasília.....	376
Figura 87: Margaridas no Curso Nacional de Formação Político Sindical: Mulheres, Desenvolvimento Territorial Sustentável para alimentar e nutrir transformações sociais.....	377
Figura 88: Margaridas apresentando resultados dos processos participativos.....	379
Figura 89: Apresentação da Análise de Conjuntura.....	381
Figura 90: Mazé Moraes na apresentação da preparação para a Marcha das Margaridas de 2023.....	382
Figura 91: Margaridas em uma roda de conversas debatendo os eixos da Plataforma Política.....	383

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Fluxograma da busca e seleção dos artigos utilizados na revisão integrativa.....	219
Gráfico 2: Agrupamento dos trabalhos por idioma.....	227
Gráfico 3: Apresentação das autorias dos trabalhos, agrupando por gênero.....	227
Gráfico 4: Campo de estudos onde as pesquisas sobre Ecofeminismos estão inseridas.....	230
Gráfico 5: Revistas onde os trabalhos elencados foram publicados.....	231
Gráfico 6: Linha do tempo com publicações agrupadas por ano de publicação.....	233
Gráfico 7: Gráfico com a escala dos conflitos abordados em cada trabalho.....	234
Gráfico 8: Conflitos identificados nos trabalhos analisados.....	235
Gráfico 9: Recursos em disputa nos conflitos abordados nos trabalhos.....	236
Gráficos 10: Agentes opressores identificados nos trabalhos analisados.....	237
Gráficos 11: Detalhamento das agentes de resistência diante dos conflitos.....	240
Gráfico 12: Diagrama com os principais conflitos encontrados nos trabalhos analisados.....	243
Gráfico 13: Gráfico com agrupamento das correntes e campos teóricos.....	251
Gráfico 14: Intersecções entre gênero, classe e raça, além de sexualidade e ambiente.....	254
Gráfico 15: Gráfico com a classificação dos trabalhos pelo tipo de publicação.....	259
Gráfico 16: Identificação das metodologias de campo dos trabalhos empíricos.....	260
Gráfico 17: Gráfico com o número de trabalhos que têm sujeitos que participam da pesquisa.....	261
Gráfico 18: Mapa mental da organização da metodologia de Análise de Conteúdo.....	284
Gráfico 19: Linha do tempo com apresentação dos retrocessos ambientais no Brasil em 2019, no Governo Bolsonaro.....	298

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Três chaves de busca utilizadas no levantamento bibliográfico na base de dados.....	217
Tabela 2: Instrumento de coleta de dados para revisão bibliográfica integrativa.....	220
Tabela 3: Apresentação dos trabalhos selecionados para revisão bibliográfica.....	222
Tabela 4: Universidades e institutos onde se situam as autoras.....	229
Tabela 5: Pautas dos conflitos encontrados nos trabalhos da revisão integrativa.....	246
Tabela 6: Estratégias de atuação diante dos conflitos encontrados nos trabalhos da revisão integrativa.....	248
Tabela 7: Correntes teóricas encontradas nos estudos levantados.....	252
Tabela 8: Instrumento para identificação de pautas prioritárias.....	268
Tabela 9: Instrumento para identificação de estratégias de resistência.....	269
Tabela 10: Artigos recomendados pela revisão integrativa e seus pontos de destaque.....	269
Tabela 11: Ficha de Análise Documental.....	287
Tabela 12: Tabela com documentos da Marcha das Margaridas.....	289
Tabela 13: Tabela com os documentos da Marcha das Mulheres Indígenas.....	291
Tabela 14: Apresentação dos agrupamentos temáticos das Unidades de Conteúdo.....	303
Tabela 15: Apresentação das Unidades de Conteúdo a partir das temáticas envolvidas nas estratégias.....	322

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPIN SUDESTE	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste
ARPINSUL	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ATL	Acampamento Terra Livre
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CNMTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAR	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais
COPROFAM	Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FETAG	Federação de Trabalhadores na Agricultura

FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEASur	Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur
GT	Grupo de Trabalho
IAP	Investigação Ação Participativa
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE	Nordeste
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Partido Rede Sustentabilidade
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SESC	Serviço Social do Comércio
STF	Supremo Tribunal Federal
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBM	União Brasileira de Mulheres
UC	Unidade de Conteúdo

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UR	Unidade de Registro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	36
1.1 Objetivos	37
1.2 Justificativa	37
1.3 Apresentação: Minha trajetória	41
1.4 Apresentação: A pesquisa	47
1.5 Mulheres em Marchas	54
1.5.1 A 6ª Marcha das Margaridas	56
1.5.2 A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas	66
1.5.3 Confluência de corpos-território em re-existência	75
2 OS ENCONTROS COM A PSICOSSOCIOLOGIA E AS NARRATIVAS FOTOGRAFICAS	87
2.1 As sementes da psicologia latino-americana	87
2.1.1 Identidades culturais e uma crítica ao colonialismo	96
2.1.2 Caminhos contracoloniais e uma outra crítica ao Colonialismo: Germinando a Ecologia Decolonial	105
2.2 Os frutos da sociologia	118
2.3 Confluências entre Narrativas e Escrevivências: Afeto e coletividade.....	128
2.3.1 Narrativas Fotográficas	146
2.3.2 QAMASA: A Fotografia como re-existência na Psicossociologia com Comunidades na elaboração das Narrativas Fotográficas	154
2.3.3 Mulheres na fotografia	161
2.3.4 As vantagens de ser uma artista mulher e a crítica à fotografia	187
2.3.5 Fotografia Popular	196
3. MULHERES, AMBIENTE E SUAS INTERSECÇÕES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 206	
3.1 Apresentação da revisão integrativa	211
3.1.1 Identificação do problema	216
3.1.2 Pesquisa na literatura	218
3.1.3 Coleta dos dados	220
3.2 Análise dos dados da revisão	221
3.3 Recomendações e considerações da revisão integrativa.....	264
3.4 Ecofeminismos e o enfrentamento à Ecologia da branquitude patriarcal	270
4 ANÁLISE DOCUMENTAL COM O EMPREGO DA ABORDAGEM DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	280
4.1 Apresentação da Análise de Conteúdo.....	283

4.1.1	Apresentação do corpus documental	289
4.1.2	Unidades de Registro e o processo de codificação dos documentos ...	295
4.1.3	Unidades de Conteúdo	296
4.2	As pautas das Marcha	297
4.2.1	Unidades de Conteúdo das pautas das Marchas	303
4.2.2	O contexto das pautas das Marchas	310
4.3	As estratégias das Marchas	314
4.3.1	Unidades de Conteúdo das estratégias das Marchas	321
4.3.2	Detalhamento inicial do repertório das estratégias das Marchas	328
5	EXPERIÊNCIAS NOS CAMPOS DE PESQUISA: O RE-ENCONTRO COM AS MARGARIDAS E AS MULHERES INDÍGENAS	339
5.1	Apresentação dos campos de pesquisa	344
5.2	Acampamento Terra Livre: Campo com as Mulheres Indígenas	346
5.2.1	Roda de Conversas com as mulheres Krahô: Participação e processo psicossocial	362
5.2.2	Estratégias das Mulheres Indígenas	364
5.2.3	Pautas das Mulheres Indígenas	374
5.3	Oficina preparatória para a Marcha: Campo com as Margaridas	375
5.3.1	Apresentação da pesquisa	378
5.3.2	Estratégias das Margaridas: Análise de conjuntura e construção da Marcha 380	
5.3.3	Pautas das Margaridas	388
6	DISCUSSÃO: A GIRA, AS MARCHAS COMO FENÔMENO PSICOSSOCIOLÓGICO	393
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	421
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	438
	ANEXOS	456
	ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	457



FOTOS DE
BÁRBARA PELACANI
E CAROLINA ALVES



MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS
2019



MARCHA DAS MARGARIDAS
2019

**Sonhos germinados, prantos
gargalhados, olhares que se
posicionam:
Feminino Encontro.**



© Bárbara Pelacani

**Chapéus de palha, blusas roxas,
bandeiras com voz, alegria na cara,
fantasias desfiladas,
sotaque maranhense,
música de força.**



Pelacani

**Séculos de luta
me encontram.
Reconheci
nossas
conquistas:
das mulheres
da minha
família,
das mestras,
das guerreiras.**

**Mulheres
espalhadas
por esse mundo
como
sementes,
esperando para
germinar.**

Reconheci a história daquelas que a história não me contou, reencontrei as frases que repetimos que carregam conceitos trabalhados.



Bárbara Pelacani

Revivi os movimentos que representam o que não aceitamos mais.



Ser mulher é uma configuração atravessada de muita disputa, de conformações, de enquadramentos, de norteamentos, cortes, molduras, recortes, silêncios, apagamentos, fingimentos, tapas, muros, quartos, cadeados, cozinhas, aceitação.



Reconfiguro meu tempo
aceitando que é possível
outro caminho.
Em marcha me vi ser um
pouco de cada mulher
que me atravessou.

Elas me habitam ainda,
todas elas, cada forma
de ser mulher me toca
e me conforta.



Bárbara Pelacani



Com a luz do
calor de Brasília,
mais de 100 mil mulheres
desfilaram pelas
ruas do Brasil!

Saíram agricultoras de
todos os vales,
trabalhadoras das matas,
águas, veredas,
manguezais, babaçuais e
mangabeiras.



© Bárbara Pelacani

**Confluência de
marchas,
reunião de mulheres.**

**No mesmo território
de reivindicação e
festa,
marcham margaridas
e indígenas.**

**Do encontro rosto a
rosto floresce a luta.**

**Encontro
pintado a dedo,
canto conjunto
desenhado na pele,
sentindo no corpo
o ser território.**



© Carolina Alves



**Se reconhecer mulher
em meio a tantas, se
fortalecer mulher
ao lado de muitas,
se reinventar
na luta pela vida,
pelo direito de ser.**

**Denunciamos novos
padrões de exploração,
renunciamos velhas
opressões, negamos
formatos que nos
violentam.**



© Bárbara Pelacani



Pelacani

**As primeiras a
sentir os impactos.
As primeiras a se
levantar.
As primeiras a
apontar o caminho:
somos nós,
sempre fomos.**

**A força do coletivo
é a história que
precisamos ntarrar.**

**Abram espaços,
pois chegamos na
esplanada,
no palácio,
no ministério,
nas salas de aula,
na cama,
no comando,
na luta.**

1 INTRODUÇÃO

A narrativa fotográfica da Marcha das Margaridas inaugura a cena da pesquisa realizada, ela pretende contar a história de mulheres, de muitas vidas e de territórios ameaçados por conflitos. Descrevo com a narrativa a luta de Mulheres do Campo, das Florestas, das Águas e das Cidades com as Mulheres Indígenas, que se unem em busca da garantia de existir e de reproduzir seu modo de vida. A história de vida delas atravessa a minha trajetória e revela meu processo de formação enquanto doutoranda no programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, na linha 1 Ecologia social, Comunidades e Sustentabilidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa se constitui na busca por aprofundar o conhecimento com comunidades, ampliar os horizontes da Psicossociologia e fundamentar um processo teórico-metodológico-estético-político. O caso descrito na narrativa fotográfica que inaugura esta pesquisa é parte da inspiração para a delimitação do objeto de tese: a construção de querer e fazer que confluem nos movimentos de mulheres em re-existência contracolonial.

Busco dialogar com um referencial de base para pensar tais conhecimentos, priorizando saberes que estão em diálogo com esses grupos, que emergem das margens. E, se articulam para criar uma voz comprometida que dê corpo e fundamente os corpos-territórios trazidos para o diálogo. Não excluindo referenciais clássicos que fazem parte da estruturação de conhecimentos em debate no presente trabalho, mas moldando em torno dele, ou até mesmo no seu cerne, saberes que não são novos e nem inéditos, mas que dentro da academia tem pouco espaço.

Com isso, apresento o diálogo com mulheres, sujeitos coletivos, representantes de grupos comunitários, referências latinoamericanas, quilombolas e indígenas, que caminham em busca da defesa de seus territórios. A fim de aprender com elas, fortalecer tais perspectivas e me integrar com tais epistemologias insurgentes, para produzir uma pesquisa na emergência da luta pela terra e pela vida.

Portanto, busco compreender a psicossociologia que emerge da integração de mulheres e atuação de grupos sociais diversos. A questão central que estrutura a tese

é: *Como a confluência das mulheres em Marchas fortalece as lutas pela terra e pela vida e colabora no processo de re-existência dos corpos-território?*

1.1 Objetivos

Objetivo geral

Identificar como as confluências das mulheres que participaram da 6ª Marcha das Margaridas e da 1ª Marcha das Mulheres indígenas produzem re-existências contracoloniais dos corpos-territórios que fortalecem a luta pela terra e pela vida

Objetivos específicos

- Problematizar as contribuições das marchas no fortalecimento das lutas pela terra e pela vida e nas trajetórias de vida das mulheres;
- Identificar articulações e integrações das margaridas e das mulheres indígenas sob o olhar da psicossociologia com comunidades, na interface com a sociologia desde uma perspectiva contracolonial;
- Investigar possibilidades teórico-metodológicas para dialogar com saberes diversos a partir das Narrativas Fotográficas.

1.2 Justificativa

Justifico a escolha do recorte desta pesquisa - um olhar para mulheres que se levantam, que marcham por necessidade de sobrevivência - pela urgência de dialogar com os conhecimentos que emergem das lutas das mulheres, para mirar esperanças epistemológicas, estéticas e políticas, como possíveis aportes para o campo psicossociológico, em especial para ampliar a abrangência de saberes que estão presentes na universidade. A necessidade de integrar campos de estudo é imperativa no meu curso de doutoramento, uma proposta de confluência aqui se materializa enquanto processo de práxis de pesquisa. Os caminhos de conexão da psicologia com a sociologia, já vêm sendo traçados pelo EICOS, e eu me somo a tal fluxo para fortalecer a produção de conhecimento enraizada nos territórios e construída em diálogos com as comunidades.

A pesquisa se justifica pela necessidade de reconhecimento de uma psicossociologia com mulheres, uma perspectiva dentro da psicossociologia com comunidades que preza pela pluralidade comunitária e se desenvolve a partir do marcador de gênero. Tendo em vista que as mulheres estão à frente das lutas comunitárias, têm papel de liderança e resistem diante de conflitos socioambientais. Elas têm conexões com processos psicossociológicos, que nem sempre tem tal recorte reconhecido, descrito e visibilizado. Esta pesquisa se soma nessa tarefa, buscando inspiração nas marchas de mulheres para criação de um campo psicossociológico multipoético.

O desenho do objeto de pesquisa se desenrola a partir da minha participação na marcha, desenhada na narrativa fotográfica apresentada. Ela reflete os diálogos produzidos, as fotografias, os sentimentos, as observações, as ações. Este primeiro campo foi modelado no início desta pesquisa, quando tive a oportunidade de participar da Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2019 em Brasília, junto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Rio de Janeiro. Com as companheiras do movimento, realizei o registro fotográfico das atividades do MAB e da Marcha junto com as atingidas de Cachoeiras de Macacu. Neste percurso estive comigo uma companheira de pesquisas da UNIRIO, Carolina Alves que na época era doutoranda em Educação e educadora popular junto com as mulheres de Magé - RJ. Esta amiga que me deu a mão, me convidou para conhecer os ecofeminismos e me fez um chamado afetivo para participar da marcha.

A narrativa apresentada conta com minhas poéticas livres, através do encontro da palavra com a imagem, com fotografias minhas e da Carolina Alves. Com os pés em marcha, olhos atentos, ocupamos junto com as margaridas e as mulheres indígenas as ruas de Brasília. Com as Narrativas Fotográficas me desloco para sentir as amarras que me prendem. Essa questão é um ponto de reflexão que expande a compreensão da pesquisa enquanto processo coletivo ou solitário, não podendo ser nem um, nem outro, sendo também os dois. Afirmo isso por compreender os limites do diálogo horizontal com comunidades impostas pelas estruturas de poder e saber que já estão estabelecidas. Estes são pontos de atenção ao longo da elaboração e realização da pesquisa, que não são invisibilizados e nem servem de bloqueio ao

processo de diálogo, mas evidenciam os limites e desafios intrínsecos a qualquer metodologia científica na academia.

Um desafio que transformou a estrutura da pesquisa foi o contexto de isolamento social provocado pela pandemia. Como realizar uma pesquisa com uma metodologia que envolve encontros e vivências, fotografias e narrativas, sem percorrer os territórios, sem o encontro com as pessoas? Como seguir narrando os movimentos de mulheres sem percorrer os senderos onde a vida germina? Como escrever sem vivenciar o território com as comunidades? As Narrativas Fotográficas sempre foram apostas arriscadas, muitas vezes não se tem a inspiração para a poesia, a vontade do outro de ser fotografado e a sequência dos diálogos não se concretiza. São limitantes que precisam ser contornados todo o tempo. Mas a impossibilidade do encontro foi algo novo. Não poder sentir os sabores, cheiros e saberes cultivados pelas margaridas e indígenas.

A doença causada pelo coronavírus teve como um dos efeitos fazer com que as pessoas perdessem os sentidos, o paladar e o cheiro. E, eu diria por experiência própria, que o vírus nos tira temporariamente o gosto pela vida, além de tirar o ar, o fôlego, limitar a respiração, uma das principais formas de contato do nosso meio interior com exterior. Nessa pesquisa não foi diferente, o isolamento do campo nos tirou um pouco desse gosto do encontro a princípio, nos limitou a descoberta de tantos novos sabores, nos impossibilitou o toque, o olho no olho, ao longo de dois anos vetou a caminhada longa junto com aquelas que sabem o caminho. Retirou a imaginação que fica tão fértil em dias de chuva, quando a água chega no solo e nos permite sentir aquele cheiro de terra molhada, não qualquer terra molhada, era o cheiro de trabalho naquelas terras onde mulheres criaram raízes no ventre de suas lutas.

Desse dissabor, des-gosto, surge do ar rarefeito uma nova possibilidade: ampliar, é isso que o ar faz de melhor. Permite o fluxo de comunicação, com a expansão das ideias e o voo livre, sem amarras. A potência dos territórios pode ser compreendida mesmo longe, através de outras conexões, que ensaiam os encontros, através de documentos que guardam a memória de tantas mulheres que se colocaram em marcha em 2019. Os caminhos já traçados pelas marchas, foram meu foco, tempo de semear e esperar a colheita. Dali, sementes voadoras se espalharam por todo o Brasil, e eu na minha busca investigativa, fui procurar por elas, à distância, como

possível, buscando novas conexões. Esperando o tempo do campo germinar e novas pontes serem construídas¹.

No intervalo de isolamento foram realizadas pesquisas bibliográficas e análises documentais, que deram corpo para a pesquisa e permitiram criar pontes de diálogo a distância, ouvir saberes estratégicos que ficaram registrados em materiais jornalísticos das marchas. Essas análises ajudaram a compreender como os campos seriam realizados para atingir os objetivos de pesquisa e potencializam os encontros depois de tanto distanciamento. Com o remodelamento, os campos de estudo foram realizados em distintos momentos, um no início da pesquisa, em 2019, e outros dois campos em 2022. O contexto pandêmico amenizado permitiu a realização deste segundo momento da pesquisa em 2022. Campos que permitiram que eu trabalhasse os dados cultivados nas análises documentais e levasse eles para ampliar a compreensão dos processos de organização, planejamento, articulação e mobilização que precedem as marchas.

Ao apresentar a pesquisa com o recorte da Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Indígenas e os caminhos que percorri, reconheço a necessidade de me apresentar, de tratar das minhas implicações e entrelaçamentos com a temática, mostrando meu posicionamento enquanto pesquisadora. Indo no fluxo alternativo já percorrido por diversos trabalhos do EICOS e de outros cursos – como o de Geraldo Bastos, Daniel Renaud, Tainá Antônio, Jean Fontes, Tita Bevillaqua, Áurea Pereira, Silvia Carvalho, Carolina León, Catalina Revollo, Carolina Alves, Clementino Júnior, Anne Kassiadou, Stephanie Di Chiara, entre outras e outros pesquisadores que me atravessaram, afetaram o campo psicossociológico e inovaram em seus trabalhos, com eles me inspiro nesta pesquisa.

¹ Neste tempo organizei a exposição virtual “O querer das mulheres em marcha” da Narrativa Fotográfica que inaugura esta pesquisa, para apresentação na Semana de Integração Acadêmica – SIAC UFRJ. A exposição recebeu o prêmio de menção honrosa e está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=2doZMirlx2w>

1.3 Apresentação: Minha trajetória

“O perigo de escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão de mundo com a realidade, com a nossa vida interior, com nossa história, nossa economia, nossa visão.”
(ANZALDÚA, 2000. p.233)

Me identifico enquanto mulher, branca, cis, heterossexual, o que me confere diversos privilégios na nossa estrutura e diversas outras formas de opressão social. Sou suburbana, classe média, periférica. Acadêmica, pesquisadora, educadora, bióloga, fotógrafa. Cada pedaço desses me compõe e dá o tom dessa pesquisa, mas diz pouco sobre quem sou. Para me conhecer é preciso ir além, com tempo nessa leitura nós vamos. Para que vocês possam me conhecer e conhecer a história de tantas mulheres que confluem. Pois, como me conta Marcela Bonfim², “afeto é tempo, desafeto é pressa”. Venho construindo essa pesquisa com tempo e peço o afeto das leitoras e leitores para esse encontro, convido para um rompimento com o tempo desafeto correria.

Atravessada constantemente por desafios e glórias, na maior parte do tempo me movo sentindo as amarras que me foram impostas. Quando me posiciono, tenciono pequenas fronteiras de existência. Reconheço nos meus movimentos: das margens para o centro; da periferia para a zona sul; do urbano pro rural, a possibilidade de romper com padrões pré-estabelecidos para minha existência. Sinto que a cada passo aprendo a me destituir dos territórios de opressão que me formaram e reconstruir os processos de autonomia. Com o encontro com a psicossociologia com comunidades sigo no fortalecimento, aceitação e remodelação do que é ser mulher, sujeito coletivo, parte de comunidades, de grupos sociais e políticos.

A força para chegar até aqui vem de longe, sou no momento ponta de lança das que vieram antes, das que abriram os caminhos. As mulheres da minha família que me ensinaram a ser firme, a ser uma educadora e a me orgulhar de quem sou. Elas me transbordaram afeto, e eu só posso retribuir, transbordando esse afeto ao meu redor. Cada passo delas me permite hoje cursar um programa de doutoramento em uma Universidade de excelência. Paro no meio de tantos conhecimentos e olho

² Marcela Bonfim é fotógrafa responsável pelo projeto (Re)conhecendo a Amazônia Negra, economista e cantora. Sua voz, tempo e afeto com a palavra e imagem me encantaram. E seus ensinamentos aparecem nas reflexões sobre a fotografia.

para elas, e para tantas outras e outros das minhas comunidades afetivas, e entendendo o sentido do que viemos construindo.

Meu compromisso com a universidade pública é um compromisso também com as comunidades com quem construo o presente trabalho e com toda a sociedade que financia os estudos de tantos, mas ainda não todos. Reafirmar esse compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade é um imperativo em tempos de retrocessos políticos. Direitos conquistados na educação foram retirados, salários congelados e bolsas de estudo cortadas, benefícios que me permitiram estudar até agora e realizar pesquisas científicas desde a graduação. Conquistas de um governo de esquerda, desmontadas por uma tomada de poder da extrema direita, que seguiu anos a fio na política institucional.

A Ciência e a Universidade estão em disputa na sociedade, derrubar os muros para que os conhecimentos circulem livremente entre estes territórios é uma utopia que motiva esta pesquisa. Reconhecendo os caminhos do fazer ciência, sua importância e relevância, me demorarei em reflexões nessa pesquisa sobre o processo de formação dos conhecimentos, sobre a neutralidade científica e a universalidade acadêmica. Mas por hora, vou voltar a me apresentar. E descrever esse cenário é também me apresentar, nele me situo, me formo e deformo.

Conto quem sou inspirada em Grada Kilomba, pesquisadora, professora e artista que pensa formas de atuar na contramão dos processos coloniais que se instauram na formação dos saberes. Em sua palestra-performance Kilomba nos faz refletir sobre racismo e a violência que é a ausência de narrativas diversas em espaços de produção de saberes dominados por referenciais de homens brancos europeus. Para ela, uma forma de começar a descolonizar os conhecimentos é reunir teoria e biografia (KILOMBA, 2016).

E, assim sigo a me apresentar, conto da minha formação acadêmica, que se inicia na biologia, na universidade pública; percorro a gestão ambiental, me encontro como educadora ambiental no mestrado em educação na mesma universidade; amplio minha visão de mundo com intercâmbio na Colômbia, que marca minha trajetória. Integro os movimentos sociais com a questão ambiental ao pensar uma Educação Ambiental de Base Comunitária.

Refletir acerca do comunitário começa já na graduação em biologia, quando, ao pesquisar os corais do mar de Abrolhos na Bahia, me encontrei com pescadores que tinham o conhecimento de todos os recifes que eu pesquisava. Através deles fui guiada com sabedoria para abrir os olhos – origem do nome Abr’olhos - conhecimento de navegação extremamente relevante para marinheiros que precisam passar com seus barcos e caravelas nos estreitos canais entre os recifes. Alguns colonizadores aventureiros que não dominavam o conhecimento do território tiveram ali seus sonhos e navios naufragados. Ali senti que quem guiou minha pesquisa foram os pescadores e seu conhecimento comunitário.

Na gestão ambiental, a educação ambiental crítica em Unidades de Conservação, me fez olhar para as aberturas da legislação ambiental que permitiam a relação das Unidades de Conservação com as comunidades. A compreensão da gestão ambiental pública, dos mecanismos de participação social e da compreensão de territorialidades, foram os primeiros passos para o encontro com os saberes de agricultores e pensar a defesa dos territórios em conflito. No mestrado aprofundi minha compreensão dos conflitos socioambientais, com a ideia de identificar os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento nacionais e possibilidades de resistência nas comunidades. Mirando as lutas que educam na América Latina com o programa de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur) tive os primeiros encontros com questões de classe, gênero e raça.

No mestrado fui desafiada a pensar a fotografia como percurso metodológico. Desafiada, pois a fotografia sempre foi minha zona de conforto, válvula de escape, espaço de bagunça, uma forma de fugir das regras e dos movimentos endurecidos e cartesianos que meu gosto pelos estudos sempre me conformou. Misturar prazer e trabalho parecia algo que não daria certo, mas deu e perdura nessa pesquisa. O que me convida a um ato inovador, o doutoramento me invoca a me apresentar enquanto fotógrafa, além de pesquisadora.

Sou fotógrafa desde 2003, quando comecei a moldar meu interesse por fotografia documental. Meu olhar atualmente se volta para manifestações de rua, políticas e culturais, realizadas por mulheres, movimentos sociais e grupos de cultura popular. Com formação inicial em fotografia analógica, com filme e revelação, no

SENAC/RJ. Uma experiência curta, que depois de mais de 10 anos voltou para o foco. Quando começo meus passos dentro da educação pública, com a proposta de provocar a iniciação científica e introduzir a fotografia no Projeto Federal Mais Educação em uma escola pública do município de Cachoeiras de Macacu. Para realizar tal feito, preferi voltar a estudar em paralelo às aulas, para poder contribuir na formação dos estudantes com conceitos atuais e uma educação pública de qualidade. Assim, afinei a perspectiva artística no curso de fotografia e gravura em metal da Escola de Artes Visuais do Parque Lage - RJ. Percebo assim que minha atuação enquanto fotógrafa conflui com a educação.

No mestrado pesquisei a fotografia como ponte de diálogo. Desenvolvi uma metodologia própria que parte da união da fotografia com as escrevivências, proposta literária e poética da prof^a Conceição Evaristo, as fotoescrevivências, que serão aprofundadas e amplamente estudadas nesta pesquisa, através de uma readequação do meu reconhecimento enquanto recorte de raça, passa a se chamar Narrativas Fotográficas. Compreendendo que as fotoescrevivências são parte da minha pesquisa e base para criação do meu conceito de narrativas fotográficas, inclusive o que as distingue de qualquer outro processo chamado pelo mesmo nome, por ter um recorde de classe, gênero e raça.

As fotoescrevivência eram parte das reflexões teóricas e experiências vividas no meu corpo-território que são atravessadas por histórias de vida e trajetórias de corpos-territórios que me encontrei. As fotoescrevivências caminharam da comunidade alagada de El Peñol, em Medellín, passearam com afeto pelo Cauca, terra colombiana e foram desaguar no Vale do Guapiaçu, no Rio de Janeiro, onde as poesias e imagens se multiplicaram. No encontro com as marchas, elas se politizaram, foram modeladas por novos marcadores e se tornaram as narrativas fotográficas que descreveram os passos de esperança traçados por mulheres negras, indígenas, agricultoras familiares, extrativistas das águas e das florestas.

As trilhas desta metodologia se bifurcam, se esvaziam, se recortam e remodelam. Na busca por re-existências as fotoescrevivências caminharam na Educação Ambiental e agora percorrem a Psicossociologia de Comunidades através das Narrativas fotográficas. Elas foram exibidas em exposições fotográficas e artísticas coletivas em diversos estados e múltiplos espaços, rompendo os limites da

publicação acadêmica – quadro que também ilustraram através de artigos e capítulos de livros.

Destarte, enquanto mulher branca criei narrativas fotográficas, fotoescrivências são processos cunhados e desenvolvidos pelo povo preto para contar suas histórias, que partem de pontos distintos dos meus e são atravessados por marcadores que eu desconheço por não os vivenciar. Assim, a academia foi palco, foi espaço de transformação e de meu re-conhecimento enquanto sujeito histórico, que se situa no encontro. Início *desde abajo, desde nosotros, desde el sur, desde las mujeres*.

Apreendi que toda vida vale ser narrada.
 Na ligação com o território,
 Me reinvento,
 No encontro com a história local.
 Mesclo minhas narrativas de aventura,
 Germinando novas vivências.
 Uma imersão no coletivo,
 Traz experiência,
 Compreensão,
 Afeto.
 Me interesso pela narrativa dos corpos,
 Pelos objetos presentes,
 Pelo ritmo da fala,
 Pela descrição da paisagem,
 Pela calma no tempo da escrita,
 Pela luz clara do dia,
 Pelo silêncio nas conversas,
 Pelo afeto na escrita.
 Como colocar sentimento na narrativa?
 Como me desprender das certezas do caminho?
 Como não reproduzir o que já me formata?
 Como costurar as narrativas?
 Eu parti de algo que já fiz.
 Simples seria recomeçar e fui, vivi e re-criei.
 Li e compartilhei no espaço pedagógico,
 Desbloqueei o meu olhar,
 O que antes parecia solto,
 Agora mira as confluências.

(Bárbara Pelacani,
 Disciplina de narrativas,
 Programa EICOS, 2019)

Na fotografia com os movimentos sociais comecei a atuar junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Muito influenciada por viver em Cachoeiras de Macacu - RJ, região foco dos grandes projetos de desenvolvimento, como a proximidade com o Complexo Petroquímico da Petrobrás, que gerava e ainda gera conflitos na região. Como o caso que estudei no mestrado do projeto de construção de uma grande Barragem que promete alagar a terra de diversas famílias de agricultores que vivem em assentamentos rurais no Guapiaçu, localidade próxima de onde eu moro.

Ao reconhecer as histórias de vida das mulheres que ali plantaram e resistiam, me envolvi com a luta pela terra que elas vivenciavam por necessidade. Com elas aprendi sobre posicionamento, liderança e como se educa na luta pela vida. Plantando sementes de revolução e contando histórias, vi que a luta educa. Conheci um território, que para além da presença contemporânea dos movimentos sociais e sindicatos, resistiu a fortes golpes na ditadura empresarial militar da década de 60 e que teve muito marcada uma história colonial com a presença de indígenas e povos escravizados. Um território e uma gente que traçaram longos caminhos para estar ali, histórias de resistência em uma terra tão rica em água, tão fértil de nutrientes e ideias que circulam.

Ali me juntei aos agricultores do MAB e realizei registros fotográficos de reuniões no campo, atividades pedagógicas, atos políticos, do Encontro Nacional e do Encontro Internacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Essa trajetória de aprendizado me marcou, em especial quando participei e apoiei a realização do Encontro Nacional e Internacional do MAB no final do ano de 2017. Me impressionei e me inspirei com a potência que foi vivenciar a integração com diversos grupos sociais de todos os estados do Brasil que viviam a luta pela água, pela terra e pela vida. Conheci, e acompanhei como tradutora de português - espanhol, diversos militantes de movimentos sociais internacionais que se juntaram aos atingidos. Percebi que o encontro, mais do que um evento isolado, era a culminância de um processo de articulação uma ação coletiva, política e formativa, com palestras, atividades culturais e muita mobilização ao longo de todo o ano para a realização do evento.

Essas vivências me fizeram querer entender como eventos de encontros de grupos e movimentos sociais podem fortalecer as lutas nos territórios em conflitos. Observar de perto a vida de quem vive da terra e ver como era o encontro deles com tantos outros corpos em luta me fez sentir como se juntar é fortalecedor. Reconhecer que somos um povo que vem sendo massacrado, mas que re-existe, cada um em sua ampla diversidade de ser e existir me afetou. Nasceu então essa ideia de pesquisa onde me implico em mirar como se aprende na confluência com outros grupos em resistência.

A oportunidade de acompanhar a Marcha das Margaridas junto com as mulheres do MAB é o que dá origem ao presente estudo. O convite da Carolina Alves, minha amiga pesquisadora, chegou de forma inesperada e eu, que sempre fui dada a caminhos, aceitei o convite. Fomos fotografar e registrar a marcha com o apoio do MAB que nos disponibilizou vagas para ir junto com as atingidas do Rio de Janeiro no ônibus das mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando veio a ideia de acompanhar a marcha, fui conversar com a Nathália, uma amiga agricultora do Guapiaçu, militante do MAB, que estava apoiando na articulação local para a ida das mulheres do município para a marcha. Falei da minha intenção de ir e queria saber como era, se ela havia gostado de participar, e ela me respondeu algo assim: "Menina, você tem que ir. É algo muito grande, muito bonito. Você chega lá e vê que não está sozinha, que tem um monte de margarida de tudo que é canto que pensa igual à gente, que também está em resistência. Sentimos que juntas somos muito fortes".

E eu fui.

1.4 Apresentação: A pesquisa

Sobre escrever a tese

Escrever uma tese é brincar com o passado
 Encarar de frente e de lado um processo de quatro anos,
 uma aposta nos anos que vem pela frente,
 sem saber bem o que vai acontecer no mundo e no nosso universo individual.
 Me arrisquei, fiz apostas, imaginei encontros.
 Redesenhei.
 Veio a vida e borrou tudo diversas vezes.
 Veio a vida e reconstruiu tudo mais outras tantas vezes.

Os registros desse início de processo ficaram escritos.
 fértil e criativo processo.
 palavras que dançaram comigo,
 Imagens que me mostraram como poderia desenrolar os próximos passos.

Sei que na escrita é assim,
 o que tá no papel já é passado,
 já mudou quando saiu da mente e da boca,
 se organiza em ideia com referência e já era.
 Já não é mais o que eu queria dizer fazer ou já não sou eu.
 A tentativa de delimitar um tema, só amplia ele.
 Buscando a potência desse passado descrito,
 deixei a tese em construção se decompor.
 Deixei as ideias principais aceitarem,
 vi a cor delas sumirem, como no processo de impressão solar,
 fica a intenção registrada no papel.

Disso extrai novos próximos passos
 Com afetos que deixaram a mente voltar para um rumo
 que não existia mais e precisou ser reinventado.

Os quatro anos em que apostei,
 eram bem diferentes dos que foram.
 Nem melhores nem piores. Mas inimagináveis.
 Um governo de extrema direita eleito para começar,
 no meio, uma pandemia, a perda de pessoas amadas e a gestação de um pequeno ser.
 Quatro anos que me realinharam, me transformaram
 e que em parte se registram nesta tese.

Escrevo em recomeços.
 Reconecto o trabalho iniciado com os pontos parados,
 a tese sempre me olhando,
 testemunha dos cacos de memória que me compõem.
 Uma tese que viveu comigo, me impulsionou, me segurou,
 desenhou comigo ideias, me fez perder tanto e ganhar tanto.

Imagino ela se concluindo, ainda que como parte de um percurso que segue,
 ainda que com suas limitações infundáveis e desejos de rebrotar,
 ampliar, desfazer, reamar e todas as potências que a própria vida em si carrega.
 Reconhecer as possibilidades e escrever essas linhas meio tortas
 para me reposicionar e me colocar na minha tese em primeiro plano,
 como parte do que sou penso e
 também reconhecendo minhas limitações, contradições
 e desejos nem sempre explícitos.

Viver é encontrar referências para a tese.
 É pesquisa viva que vai se moldando na leitura calma de um livro

Na arte do fazer
Refletir sobre o processo de criação
Palavras, argumentos, ideias
Música e estradas que desenham comigo esses escritos
Eles atravessam a minha vida
e me fazem demarcar neles os conhecimentos que entro em contato
Amplio as trocas de saberes para desenhar melhor a tese
Me movimento pra tese girar comigo
Nessa dança da vida
Fomos de um lado para o outro e circulamos.
(Bárbara Pelacani, 2023)

Ao buscar identificar como as confluências das mulheres em marcha produzem re-existências e narrativas coletivas que fortalecem a luta pela terra e pela vida, percorremos os encontros com a psicologia comunitária, política e social latino-americana com a sociologia. Chegamos na Psicossociologia com comunidades, guiadas pelos caminhos contracoloniais, atravessamos os ecofeminismos e reconhecemos a importância dos marcadores de gênero, classe, raça e etnia. Apresentamos metodologias qualitativas compostas por pesquisa e levantamento do referencial teórico-metodológico; revisão bibliográfica integrativa; coleta de dados documentais e dados de campo, com poesia e fotografia; finalizando com a análise de conteúdo. A fim de situar a pesquisa descrevemos a 6ª Marcha das Margaridas e a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, realizadas em Brasília, em 2019, além de apresentar o contexto ambiental, social e político desde a realização das marchas ao fim do ano de 2022.

Pensar o referencial teórico é recortar, delimitar diálogos. No caso desta pesquisa é abrir espaço para autoras que trabalham questões abordadas nas temáticas do trabalho, mas que muitas vezes são renegadas em prol de um referencial que está em voga, um referencial normalizado, um referencial que traz homens brancos europeus como os principais teóricos para temáticas populares, para abordar conceitos de opressão, para tratar dos marginalizados, para discorrer sobre temáticas que são vistas por eles, mas não vividas em seus corpos. É preciso ouvir outras vozes (ANZALDÚA, 2000). A academia precisa valorizar outras estéticas, parar de não ouvir e não querer entender perspectivas de conhecimento que partem de pontos diversos (EVARISTO, 2020) diante de outras ciências que partem de territórios não hegemônicos. Independente da invisibilização acadêmica, os conhecimentos

continuam sendo produzidos, se fundamentando e fazendo parte da estrutura dos saberes que estão na universidade, pelas margens, bordas e fronteiras (EVARISTO, 2020). Assim, me posiciono em busca de tecer diálogos que deem sentido para este trabalho. Pois quando uma forma de produzir conhecimento não é reconhecida, quem perde é quem não se abre para o novo, como nos conta Conceição Evaristo.

Tal perspectiva se justifica pela necessidade de apresentar narrativas coletivas de mulheres que formam parte de movimentos, grupos sociais e coletivos que são invisibilizados. Entendendo que para uma investigação ser realizada com comunidades é necessário um arsenal teórico-metodológico e político que se proponha a tal feito e se comprometa com aquelas que estão produzindo conhecimento em espaços que não são a universidade, e são tão potentes quanto, ou até mais.

Encarando este desafio, o presente trabalho é atravessado o tempo todo por reflexões metodológicas, desde as primeiras páginas até as últimas. O que se justifica pela necessidade de apresentar referenciais que não são necessariamente bibliográficos e que foram publicados em espaços alternativos, então temos como referencial: trechos de entrevistas online, as “lives” nos aplicativos instagram e youtube, redes sociais de compartilhamento de vídeos, sons e imagens, que se difundiram amplamente em tempos pandêmicos; livros de autores ainda desconhecidos para o campo da Psicossociologia, trabalhos publicados por autores em pequenos congressos da área ou trabalhos de conclusão, trechos de entrevistas realizadas em eventos, por jornais e sites; informações presentes na cobertura de eventos da mídia independente; músicas que ampliam a compreensão dos conhecimentos apresentados e imagens que contém informações tão importante quanto os textos.

As marchas inauguram a pesquisa e são detalhadas ao longo de todo o texto, iniciamos situando sua realização e importância. Trazendo lideranças para a cena evidenciando o percurso histórico que culmina nas marchas, mas tem raízes ancestrais, lutas que foram construídas e reconstruídas pelas mulheres. Margaridas e Indígenas têm suas experiências descritas a partir do olhar para as marchas de 2019. A seguir, apresentamos o referencial teórico-metodológico da psicossociologia, composto pela integração dos conhecimentos do campo da psicologia com a

sociologia. A perspectiva contracolonial é desenhada e complementada com aportes das teorias pós-coloniais e da ecologia decolonial, tratando das críticas aos processos coloniais, das relações de poder estabelecidas e dos impactos e possibilidades de atuação dos corpos-territórios.

Ao dialogar com os saberes produzidos pelas marchas, surgiu a necessidade de ampliar a base referencial com olhares dos Ecofeminismos. Na realização da revisão bibliográfica integrativa, levantamos trabalhos que investigaram as relações entre mulheres e questões ambientais apresentando debates sobre movimento social, recorte de raça abordando pautas indígenas ou do movimento negro. O fato do estudo estar relacionado às Marchas nos levou para o recorte da temática: movimento social. Na análise dos artigos e capítulos de livro levantados, buscamos semelhanças e diferenças através de agrupamentos de informações. Desenhamos um importante instrumento de coleta de dados, para permitir tais análises e compreender o campo de estudos. Os dados foram extraídos de forma descritiva, possibilitando uma revisão detalhada dos ecofeminismos, delineados pelo recorte da interseccionalidade. Informações que construíram os pilares dos passos seguintes da pesquisa. Trazendo aporte para a análise documental e dos dados dos campos das Marchas estudadas.

Em um passo posterior, fizemos a análise documental a partir de materiais jornalísticos publicados na internet, documentos elaborados no âmbito das Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas realizadas em 2019. Uma pesquisa documental de cunho histórico, realizada a partir da reconstrução dos fatos, através de um material que carrega as palavras dos sujeitos coletivos e provoca um momento de escuta para as vozes diversas das mulheres. Material enunciado pelas participantes das marchas onde elencamos as principais pautas e estratégias exibidas pelas mulheres nas marchas. Traçamos paralelos entre as informações coletadas e realizamos análises através da metodologia de Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo segue etapas bem delimitadas que começam com a pesquisa com o levantamento dos documentos para definição do corpus de estudo. Os documentos selecionados foram aqueles que apresentaram informações densas sobre a realização das marchas, com documentos que continham citações diretas de falas das mulheres e informações sobre a experiência das participantes. A etapa

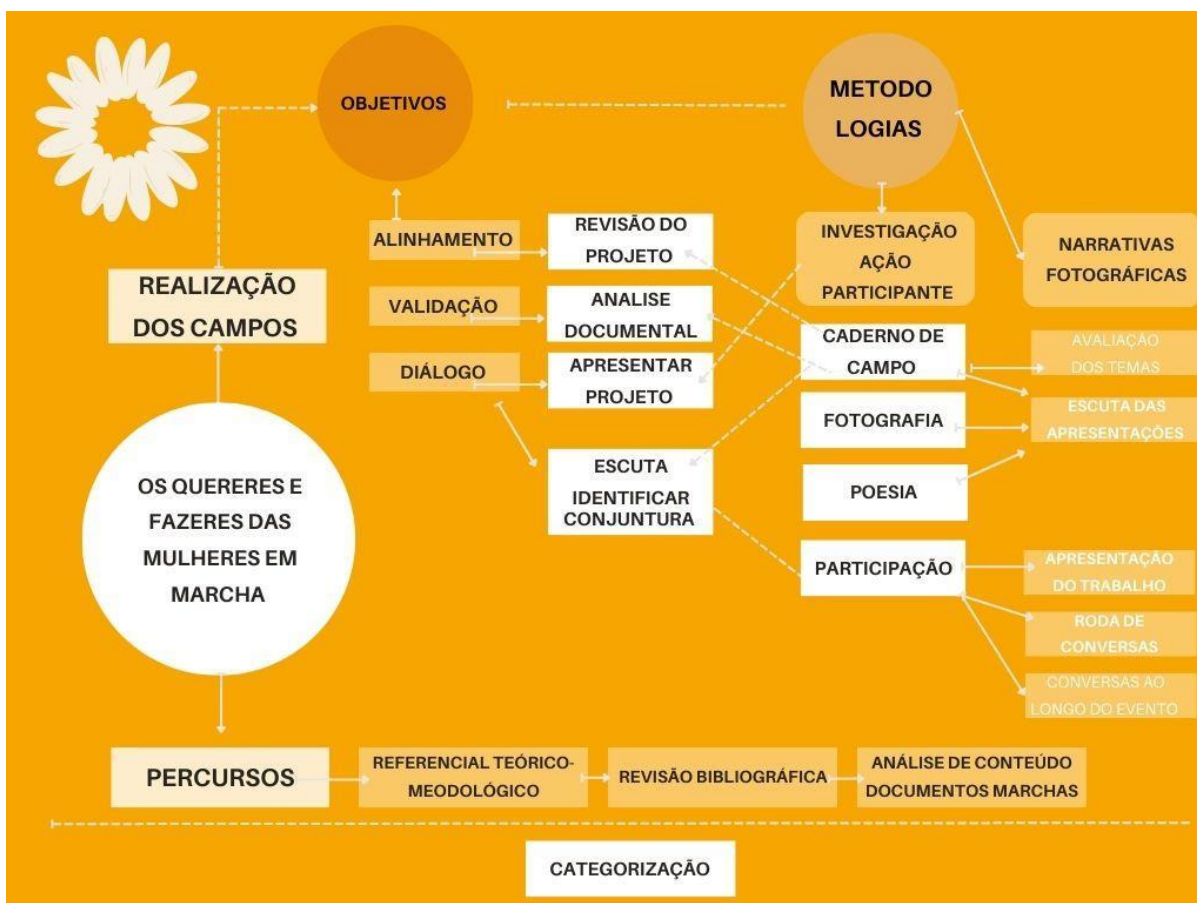
seguinte contou com a coleta de dados nos documentos através de instrumento específico. Informações sobre as pautas e estratégias das mulheres em marcha foram reunidas em Unidades de Registro, uma síntese e análise do corpus. Estas Unidades foram selecionadas por eixos temáticos e reagrupadas em Unidades de Conteúdo, reunião de informações que deu base para a criação da categoria e conceito de análise. Tais Unidades de Conteúdo foram tratadas com a elaboração de inferências e interpretações, colocadas em diálogo com a teoria para ampliar as possibilidades de leitura.

Agrupando e decodificando as mensagens do corpus orientamos a conexão de informações em torno dos movimentos de mulheres e o processo psicossociológico analisado nas marchas. Como resultado da sistematização obtivemos o contexto das pautas e repertórios de estratégias. Onde os principais temas abordados através das Unidades de Conteúdo foram: Políticas Públicas, Direito e Estado; Poder, Decisão e participação; Gênero, Classe, Raça e Etnia; Corpo-Território; Gênero e Ambiente; Confluência; Educação e conhecimento; Representatividade.

Tais unidades foram levadas de volta para os campos de estudo, com a participação em uma reunião de construção da Marcha das Margaridas e no Acampamento Terra Livre, em abril e maio de 2022. Nestes eventos foram elaboradas Narrativas Fotográficas a partir da Investigação Ação Participativa (FALS BORDA, 2002) em marchas, rodas de conversa, grupos de trabalho, reuniões em salas, tendas e barracas, em volta da fogueira e embaixo do pé de jambo, palestras organizadas pelas mulheres e plenárias amplas, além das apresentações culturais com música e elementos artísticos presentes no corpo, nas bandeiras e nos atos.

Na figura 1 a seguir, temos um esquema de como a pesquisa foi realizada, com os objetivos e metodologias do campo detalhados para ampliar a compreensão do processo desenvolvido. Tanto o campo da reunião de construção da Marcha das Margaridas, quanto o campo com as mulheres indígenas no Acampamento Terra Livre seguiram essas etapas. A metodologia similar permitiu a coleta de dados equivalente nos dois campos, dados estes que foram sistematizados e analisados em diálogo com os resultados das análises documentais. Permitindo a partir de tais correlações a elaboração de uma categoria de análise que foi utilizada para gerar os resultados da pesquisa e elaborar a tese.

Figura 1: Esquema da organização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A realização dos campos foi feita com o objetivo de rever os resultados das análises documentais, mirando as Unidades de Conteúdo, analisando as pautas e estratégias elencadas para cada Marcha. Buscamos assim validar os dados coletados na análise documental, entendendo quais eram pertinentes e qual cenário se desenhou após três anos da realização das marchas. Busquei o encontro e os diálogos, para escutar as mulheres e identificar a conjuntura política descrita por elas, além de apresentar minha pesquisa. Para dar conta destes objetivos a metodologia da Investigação Ação Participativa de Fals Borda foi importante com a apresentação da pesquisa em curso, a intervenção de forma pontual em processos participativos e as conversas paralelas com as mulheres lideranças ao longo dos campos. Essa metodologia foi apoiada pela elaboração de um caderno de campo com poesias e da realização de registros fotográficos, dados produzidos de forma descritiva e de Narrativas Fotográficas.

A apresentação do projeto nas rodas de conversa, me permitiu entrar na roda e sentir meu corpo na participação ao falar das narrativas fotográficas, das relações da mulher e ambiente e perguntar do querer das mulheres em marcha. Um movimento de aprender com o corpo, aprender com as mulheres, vivenciar as teorias que li, das marchas, dos movimentos, dos ecofeminismos, das lutas. Pude colocar o corpo nas teorias e observar como o referencial teórico apoia a compreensão do que existe no movimento, mas compreendi que existe muito conhecimento que está para além do que não se encaixa na teoria, do que é movimento.

Ao dialogar, sentir, criar, cantar, pensar junto com as mulheres pude desintelectualizar e desenformar a pesquisa. Ao mesmo tempo que pude vivenciar a pesquisa, ao me aproximar dos processos de organização das marchas ao entrar na roda e experienciar a circularidade.

Através dos dados coletados e das produções artísticas resultantes, conseguimos mirar o entrelaçar do campo com a teoria e do sentipensar. Desta forma, integram essa pesquisa imagens dos campos que exibem as palavras e fotografias, Quereres e Fazeres, indivíduo e comunidade, ambiente e sociedade, psicologia e sociologia, que se desenham através de relações indissociáveis, representados de formas estéticas e políticas, ilustrando uma psicossociologia com mulheres em marcha, que criam fluxo de re-existência com seus corpos-territórios em confluência.

1.5 Mulheres em Marchas

Apresento o movimento das mulheres em marchas, com um recorte espaço temporal bem delimitado, tratando apenas da 6ª Marcha das Margaridas e da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, realizadas no mês de agosto de 2019 em Brasília/DF. Reconheço que estar em marcha é intenso, é um dos processos que gosto de acompanhar tanto como pesquisadora, quanto como fotógrafa (Figura 2). Sou branca, acadêmica, vivo entre o campo e a cidade, não luto pela terra, mesmo me sentindo sempre desterritorializada. De alguma forma eu achava que estava ali acompanhando a marcha e registrando, mas compreendi ao vivenciar esta trajetória

que a luta da marcha também era minha, que por ser mulher, por minha origem e minha formação, sou também uma mulher em marcha.

Figura 2: Registros 8M Rio de Janeiro, palavras e imagens.



Fonte: 8M LATAM³, 2020. Autoras: Bárbara Pelacani e Luz Nuñez.

Encontros de sabedoria na luta por igualdade de direitos, visibilidade e reconhecimento. Percorrer uma marcha fotografando é andar em busca de luz, de onde o sol bate, de como encontrar uma sombra para se proteger do calor. É o encontro com olhos e sorrisos, a busca por ângulos e instantes que narram a história daquele tempo-espço. É respiração acelerada em fluxos de passos intensos que vão e voltam, pés que correm pra frente e pra trás enquanto a marcha seguia em frente. As roupas e as frases nos cartazes, a vontade era registrar todas, cada detalhe, representar em palavra imagem a diversidade de existências ali presentes.

A Marcha das Margaridas e a das Mulheres Indígenas confluiu em direção ao Congresso Nacional. No encontro mulheres se reconhecem, se olham, movimento de integração que me inspira, me move e representa a intenção de percurso deste

³ Disponível em: <https://www.8mlatam.com/galeria-brasil>

trabalho. As margaridas, com suas blusas roxas e seus chapéus de palha junto com as mulheres indígenas, enfeitadas de muitas cores de elementos da natureza. De urucum as margaridas são pintadas, representando a união das marchas, a união dos movimentos, que pode ser identificada em muitas pautas e estratégias, mesmo tendo diferenças demarcadas, a confluência convoca.

1.5.1 A 6ª Marcha das Margaridas

**Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas**

Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas
Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para relembrar
Este país tem que mudar!
Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer
Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter
Direito à paz e ao prazer
E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
(O Canto das Margaridas,
Marcha das Margaridas, 2019)⁴

“Muitas em uma” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p. 04). A marcha das margaridas é uma ação estratégica das mulheres organizadas que ocorre a cada quatro anos. Na 6ª edição, realizada em 2019, mulheres de todos os estados do Brasil, delegações de 27 países, diferentes movimentos sociais e de todas as idades, se deslocaram por seis quilômetros até o Congresso Nacional. São mulheres vindas de

⁴ Para conhecer a Marcha das Margaridas sugiro o vídeo de divulgação para participação na 6ª edição da Marcha das Margaridas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuOFKQb8laQ>

lugares distantes, que chegam a viajar por mais de três dias para participar do acampamento, das atividades e da marcha.

A marcha começa nos seus territórios, sendo organizada de forma coletiva ao longo dos anos, contando com reuniões de mobilização e marchas estaduais. O lema da 6ª edição da marcha foi “Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça e Livre de Violência”. Uma marcha em repúdio à falta de governabilidade e contra a reforma da previdência. Afirmando que o direito conquistado não se pode retirar. A marcha destacou o trabalho das mulheres como guardiãs das sementes, a agroecologia e a importância das produtoras de alimentos saudáveis como ponte da construção da igualdade.

A Marcha das Margaridas é o maior movimento de mulheres da América Latina. Protagonizada pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, a marcha leva as propostas e quereres das margaridas que resistem e denunciam o atual cenário antidemocrático, conservador, de retrocessos dos direitos das mulheres e de privatização dos bens comuns. É uma ação Intergeracional, diversa e inclusiva e conta também a participação dos homens em apoio ao movimento. Margaridas marcham contra o aprofundamento das medidas neoliberais e do conservacionismo no Brasil onde, com a crise sanitária gerada pela pandemia, vemos o crescimento da fome e da pobreza. Elas buscam a construção de um país democrático, com soberania popular, onde o povo possa decidir seu destino. Por uma vida livre de racismo e violência contra as mulheres pelo direito à terra, à água e à agroecologia (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019).

Desde 2000 a marcha é realizada na cidade de Brasília/DF, com a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), através da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (CNMTR), cuja representação se dá através da Secretaria de Mulheres dessa confederação. Além das 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres que são parceiras nessa construção. A capacidade de articulação da Marcha é um dos fatores que justifica o seu imenso poder de mobilização e fortalece seu poder na negociação frente ao Estado (AGUIAR, 2016).

Em marcha diversas organizações tecem a “experiências de vida e de luta, unindo muitas bandeiras em um só movimento” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p.4), expressando a insatisfação com as assimetrias de gênero, que reproduzem, através das estruturas da sociedade capitalista, a opressão sobre as mulheres. Contando com o apoio de: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres (UBM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A Marcha é uma mobilização que carrega o nome de uma mulher trabalhadora rural e líder sindical de Alagoa Grande - Paraíba, assassinada em 1983: Margarida Maria Alves. Uma mulher simbólica na luta pelo território e pela vida. Que vai aparecer enquanto flor em toda a Marcha, nos discursos, em adereços de chapéus, nas blusas e nas canções. Margarida Alves (Figura 3), foi uma de muitas que tentaram silenciar, enterrar e acabar com a história, e que não conseguiram. Do sangue de Margarida brotaram milhares de margaridas que estremecem Brasília há 20 anos com seu peso. Como dizia Margarida: “Uma andorinha só não faz verão, mas muitas andorinhas faz um reboiço” (CONTAG, 2017. s/n). A história da marcha nos convida a conhecer a trajetória de Margarida Alves. A marcha vem de longe, de passos de resistência das mulheres nas lutas pela terra no campo. Margarida doou sua vida na defesa do pobre necessitado e a marcha é feita no mês de seu assassinato.

Figura 3: Margarida Alves liderança Paraibana, mulher homenageada pela Marcha.



Fonte: CUT, 2021.

“É melhor morrer na luta que morrer de fome” nos disse Margarida. Ela foi uma das primeiras mulheres a assumir um cargo de direção sindical no Brasil e uma grande ativista de direitos humanos e trabalhistas no país. A líder ocupou por 12 anos, a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, lutando bravamente pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais (Figura 4). Era destemida e denunciou abusos e violações por fazendeiros e usineiros dos canaviais, que influenciavam e dominavam a economia e a política local. Margarida sofreu desde criança, ela foi expulsa bem pequena com seus pais das terras do sítio Jacu na zona rural de Alagoa Grande, sem direito a nada, tiveram que lutar na justiça para conseguir o direito de colher a lavoura plantada por eles nas terras onde viviam (CONTAG, 2017).

Figura 4: Margarida Alves símbolo da luta das trabalhadoras do campo.



Fonte: Federação dos Metalúrgicos-RS, 2019.

Ela falava que não tinha medo, que só ia se calar quando morresse. A liderança buscava estabilidade para os trabalhadores, para cuidarem das suas necessidades básicas. Lutava para que eles tivessem uma pequena gleba de terra para plantar sua lavoura, conhecida como a lei do sítio. Pois nos canaviais a lavoura de cana ia até a porta das casas. Queria que o trabalhador tivesse direito ao repouso semanal, tempo de descanso e de cuidado de si e dos filhos nos fins de semana, já que a jornada de trabalho era intermitente. Margarida lutava por direitos básicos que os patrões negavam aos trabalhadores na Usina de açúcar do Tanque, a maior da região. Outra vertente da luta se dava no sindicalismo rural, onde os homens falavam que as mulheres não tinham o que dizer, afirmavam que elas não sabiam falar. Foi com a luta da Margarida e suas companheiras, que as mulheres começaram a ocupar o seu lugar nos sindicatos. Lutas que seguem até hoje (AGUIAR, 2016a).

Imaginar que estas eram as condições de trabalho no campo na década de 70 é impactante, o trabalho análogo à escravidão era imperativo há menos de 50 anos. O que nos faz compreender o continuum de exploração que vive nosso território e nossa gente desde a época colonial até os tempos atuais do agronegócio no neoliberalismo. A história de Margarida dá o tom deste trabalho, um nome, uma palavra, um evento, uma força, uma ação que é margarida, forjada na luta pela terra, pela vida, pelo direito de sua comunidade de existir. Os conflitos territoriais vêm à tona com o nome de Margarida, que nos conta que não é só a exploração que segue, a resistência persiste e insiste.

A cada ano as margaridas apresentam uma pautas e demandas de diálogo para o Governo em diferentes escalas. Em 2019 foi elaborada a Plataforma Política, para além de pautas e reivindicações soltas, as mulheres organizaram uma proposta densa e articulada. A Plataforma reúne as informações produzidas de forma coletiva e participativa, que são disponibilizadas nos cadernos através de eixos temáticos, com pautas que reivindicam um modelo de sociedade mais justo, com propostas políticas, sociais, ambientais, educacionais, de saúde, territoriais, entre outras. A Plataforma Política foi uma inovação da marcha de 2019, um documento de reivindicação e denúncia estruturado de forma participativa. É uma forma de enfrentamento ao cenário político e à gestão institucional do estado, com um governo que apresentava o discurso de subjugação das mulheres e que fragilizou os princípios democráticos.

A coordenação da mobilização optou por não entregar uma pauta política e estabelecer um processo de negociação com agentes do Estado na sexta mobilização. Ao invés disso, as Margaridas lançaram uma plataforma política, documento que reunia o projeto de sociedade defendido pelas mulheres do campo, da floresta e das águas. Pelo menos duas novidades caracterizam este fato. Primeiramente, a não entrega e negociação de uma pauta a agentes do poder executivo, por entender que a negociação naquele momento significaria dar legitimidade ao governo e atestar uma normalidade democrática em um contexto de fragilização dos princípios e instituições democráticas. Além disso, havia a avaliação da comissão organizadora de que não deviam negociar com um governo cujo discurso se caracteriza pela subjugação das mulheres. Em segundo lugar, a materialização de um documento dirigido a diferentes esferas – sociedade, agentes do Estado e organismos internacionais (TEIXEIRA, 2021. p.13).

A Plataforma Política de 2019 é um posicionamento, por exemplo, contra a reforma da previdência, que retira direitos das trabalhadoras, sob o comando do presidente de extrema direita. Ele representou os interesses do grande capital e desmontou as proteções sociais e os direitos conquistados por governos de esquerda como o de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, amplamente citados na Plataforma. A Plataforma da Marcha se configura enquanto um território de denúncias, anúncios e reivindicações, contra o fascismo, contra o capitalismo, contra o patriarcado, contra o racismo, contra o fundamentalismo religioso, contra a exploração, representando diversos movimentos e organizações de mulheres do Brasil (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2019).

A Marcha das Margaridas é um campo político (AGUIAR, 2015) com uma pluralidade constitutiva que se reúne em uma narrativa. Esta narrativa é apresentada de diversas formas, uma delas é o documento da Plataforma. Dentro dele estão tensionamentos, já que as mulheres são atravessadas por classe, raça, geração e região. Na busca por participação e autonomia sob seus corpos e suas vidas, na relação entre sindicalismo e feminismo, as margaridas buscam atuar nas políticas públicas e cobrar posicionamentos e respostas dos governos (SOBREIRA, 2020).

Para Vilênia Aguiar (2015), que atua na coordenação geral da Marcha e que estudou como pesquisadora a Marcha das Margaridas de 2011, a Marcha é um ritual político que apresenta um projeto de transformação social. O que por si só já carrega a intenção de ser transformador, se materializa assim para a autora por permitir a vivência de uma experiência coletiva que traz modificações nas percepções subjetivas. O que conecta a marcha nos estudos psicossociais de forma impactante

por ser uma abertura no espaço-tempo-corpo para se identificar questões individuais e sociais em movimento, com a indissociabilidade de coletividade e subjetividade. A autora destaca que a Marcha questiona a opressão da mulher, problematiza as estruturas sociais e evoca referências simbólicas consagradas. Aguiar (2015) afirma que a marcha é o sujeito político, composto pelas margaridas que se movimentam em Brasília levando as demandas dos territórios para o espaço público.

Ao observar os processos políticos engendrados na Marcha, Aguiar (2015) nos conta acerca dos recursos materiais e do alcance das redes sociais e territoriais marcando intencionalidades. Existe uma dinâmica interna influenciada por movimentos apoiadores e por patrocinadores, como a importância da relação estabelecida com o Estado, na figura das agências públicas governamentais, que para a autora não são percebidos como parte do movimento, mas estão envolvidos nos processos de definição.

Os Sindicatos se empenham para conseguir os ônibus e levar representação para Brasília. Também são realizados processos colaborativos de arrecadação financeira. Um dos processos que conheci antes de sair em marcha foi o financiamento coletivo para participação das margaridas. As mulheres se organizam para financiar a ida de mais mulheres. Com uma proposta de doações voluntárias para aquelas que querem apoiar o movimento, por exemplo: uma contribuição de 100 reais permite que aproximadamente 3 margaridas participem da marcha. Trazendo para a coletividade a possibilidade de participação, o financiamento coletivo é amplamente divulgado pelos movimentos sociais e grupos parceiros. Além deste processo também é realizada a venda de camisetas, divulgação nos sindicatos e venda de rifas. Mobilização forte, onde mulheres se juntam pois se sentem representadas.

Tratando do histórico da marcha e refletindo acerca do seu surgimento, vamos para o ano de 2000, quando a primeira Marcha das Margaridas foi para as ruas de Brasília com o lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista” (Figura 5). Com a participação de mais de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, a marcha se dividiu em alas: Ala das panelas vazias, Ala das cruces e Ala dos balões e das flores, denunciando o projeto capitalista neoliberal, responsável pela fome, pobreza e violência (AGUIAR, 2016).

Figura 5: Cartaz da 1ª Marcha das Margaridas em 2000.



Fonte: CONTAG, 2021.

Observamos o histórico da marcha e identificamos que ao longo do tempo o sujeito político da marcha foi sendo transformado, a partir de lutas e debates internos. Em 2000 elas tratavam das mulheres trabalhadoras rurais. Com o tempo e a realização de novas articulações, elas passaram a agregar as extrativistas, denominando-se mulheres do campo em da floresta em 2007. Já em 2015, após novas articulações políticas, as mulheres que lutavam por seus maretórios passaram a ser representadas e o chamado para a incluí-las, sendo as mulheres do campo, da floresta e das águas. Na última marcha a questão urbana se destacou e alguns documentos começam a tratar das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades (TEIXEIRA *et al.*, 2021).

A Marcha é parte do processo histórico de mobilização e organização das mulheres rurais. Sendo assim, a origem da marcha está conectada com a história da luta das mulheres no movimento sindical. A partir dos anos 60, as mulheres estavam presentes no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, mas sua movimentação enquanto sujeito político ocorreu décadas depois, entre 1970 e 1980. Neste contexto, são propostas reivindicações históricas das mulheres do campo, que vão estar no cerne da Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2015; 2016b). A Marcha aconteceu pela primeira vez em agosto de 2000, como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, com o lema 2000 mil razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista (Figura 5).

A coordenação geral da Marcha é exercida pela Secretaria de Mulheres da CONTAG e do ponto de vista organizacional ela é composta pela sua articulação com

entidades parceiras (AGUIAR, 2016b). Em 2019, a coordenadora da marcha foi a liderança Mazé Morais, que é parte da diretoria da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, mulher de luta que esteve à frente da marcha com muita sensibilidade, junto com a equipe de coordenação composta por militantes engajadas e conectadas com os movimentos contemporâneos.

A marcha de 2019 teve um recorte de raça bem delimitado, sendo composta por uma maioria de mulheres negras e pardas. Ainda que isso não fique claro no discurso das marchas, uma pesquisa que buscou compreender a sua composição social e a percepção das ativistas sobre alimentação, mobilização social e feminismos (TEIXEIRA *et al.*, 2021), evidenciou o fato e apresentou dados relevantes para a compreensão desta edição da marcha.

As ativistas que marcharam em Brasília na 6ª edição da Marcha das Margaridas, em 2019, são majoritariamente mulheres pretas e pardas, católicas, com ensino médio completo ou superior incompleto, residentes em domicílios com média de quase 4,7 moradores, nos quais elas são majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico. São oriundas principalmente do Nordeste, com renda per capita inferior a um salário-mínimo e vindas de áreas rurais, embora haja significativa presença de mulheres urbanas entre as participantes. A maioria delas também se reconhecem como feministas e se posicionam em favor de direitos das mulheres, das populações negras, LGBTQI+ e pautas ambientais, embora haja controvérsias sobre temas importantes ao movimento feminista, como a legalização do aborto. Os resultados também revelam a importância do trabalho das mulheres na produção, comercialização e consumo de alimentos e no desenvolvimento de práticas agroecológicas (TEIXEIRA *et al.*, 2021, p.3).

A programação da 6ª Marcha, realizada em 2019, contou com diversas atividades: formativas, culturais e políticas. Uma sessão solene em homenagem à marcha foi realizada na câmara dos deputados em Brasília, com uma mesa composta somente de mulheres. Aconteceu a formação de um tribunal das mulheres que fizeram um julgamento relacionado à previdência pública, universal e solidária, contou com Teatro Político e muita música e batucada. Com relação às atividades de caráter formativo foram realizadas oficinas temáticas e oficinas autogestionadas, como por exemplo a oficina organizada pelo MAB que eu participei: “Violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens e a luta pela redução da tarifa de energia” (Figura 6). Outras oficinas que me chamaram atenção foram a “Corpo e Sexualidade” organizada pela CONTAG, AMB, MMM e “Mulheres Quilombolas contra

o racismo e a violência, pelo bem viver” organizada pela CONAQ. Diversas rodas de conversa aconteceram, assim como lançamentos de livros e a “Mostra de Saberes e Sabores das Margaridas”.

Figura 6: Oficina do MAB com o tema “Violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens e a luta pela redução da tarifa de energia”.



Fonte: Bárbara Pelacani, 2019.

Nestes mesmos dias Brasília também sediou a I Marcha das Mulheres Indígenas com o lema “território: nosso corpo, nosso espírito” e a terceira edição do chamado Tsunami da Educação, atos que aconteceram por todo o país com críticas a projetos lançados pelo Ministério da Educação, especialmente o projeto Future-se, e que colocam a autonomia das universidades e institutos federais em xeque, com o congelamento de investimentos na educação, além de outros como o Projeto Escola Sem Partido.

A Marcha das Margaridas ao caminhar para a Esplanada dos Ministérios se encontra com a Marcha das Mulheres Indígenas, que se unem em uma só trajetória em defesa do território e da vida. Assim vamos andando, de encontro às mulheres indígenas essa pesquisa se dispôs a seguir.

1.5.2 A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-heres,
cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras,
professoras, advogadas, enfermeiras e médicas
nas múltiplas ciências do Território e da universidade.
Somos antropólogas, deputadas e psicólogas.
Somos muitas transitando
do chão da aldeia para o chão do mundo.
(APIB, 2021)

A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas⁵ foi uma mobilização histórica que reuniu cerca de 2.500 mulheres de 130 povos distintos, muitas etnias e idiomas. Diversas lideranças vieram de todas as regiões do país e da Colômbia, Peru, Equador, México e Honduras, ficaram acampadas em barracas no gramado da Funarte (AMAZÔNIA REAL, 2019). Mulheres que saíram de seus territórios, de ônibus, de canoa, de carona, andando e de caminhão, rumo ao Congresso Nacional em agosto de 2019 (Figura 7). O lema desta primeira marcha foi “Território: nosso corpo, nosso espírito” delineando a importância da demarcação das terras para a existência e vida dos povos indígenas. Afirmando que a luta da marcha é pelo planeta como um todo, pela mãe terra que vem sendo atacada pelo desmonte político e pelo neoeextrativismo (MÍDIA NINJA, 2019a).

Figura 7: Caravana das Mulheres Xinguanas para Brasília.



Fonte: Kamikia Ksêdje / Cobertura Colaborativa Amazônia Real, 2019.

⁵ A sugestão audiovisual para complementar a leitura e trazer um pouco da dimensão do que foi a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas é o vídeo ENCANTADAS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3rK7fqvq71w> Acesso em: maio de 2021.

A Marcha foi parte de um processo de formação e empoderamento das mulheres indígenas que ocorreu ao longo de cinco dias, iniciado no dia Internacional dos Povos Indígenas, mas que vem sendo pensado desde 2015. Marcha germinada ao longo de anos, foi criada em assembleia no Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, em abril de 2019. As lideranças femininas decidiram em plenária a participação das mulheres indígenas na Marcha das Margaridas e a realização de sua própria Marcha. As indígenas compreendem que os espaços de poder são delas também e caminham para ter de volta o que lhes foi tirado.

A responsável pela coordenação da 1ª Marcha das Mulheres é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil. A APIB foi criada em 2005 e é composta por diversas organizações regionais com representações em todos os estados brasileiros (APIB, 2021). Para produzir o evento foi realizado um financiamento coletivo que arrecadou quase 50 mil reais em doações.

A Marcha das Mulheres Indígenas foi mais um de seus movimentos de ocupar espaços além do chão da aldeia, foi um processo de fortalecimento. Mulheres levaram sua voz para ecoar para o mundo, entendendo que o processo de colonização arrancou a mulher indígena de seus espaços políticos de decisão dos rumos da vida. Em muitas aldeias são elas que ocupam posições sociopolíticas de organização. Ressaltando que a definição de liderança entre povo branco e entre os povos indígenas é muito distinta. O reconhecimento das relações de poder é atravessado por outras variáveis para eles, inclusive pelas nossas concepções políticas, mas não só. Tanto é que hoje rompem estereótipos e estão presentes na construção de políticas públicas ocupando diversos cargos governamentais.

Célia Xakriabá, professora e ativista indígena, defende o lugar de importância dos povos indígenas no Brasil e nos conta que o posicionamento das mulheres indígenas ainda passa pelo lugar de afirmar que seus povos foram os primeiros a chegar. A população vê os indígenas como povo do passado. Então, para Célia, não é só o Estado que mata os indígenas, mas também as pessoas que continuam reproduzindo a narrativa do colonizador. Segue o extermínio dos povos e o não reconhecimento de que são os indígenas os povos do presente e também do futuro (MÍDIA NINJA, 2019a).

Para compreender o lema da marcha “Território: nosso corpo, nosso espírito” é necessário refletir sobre corpo-território-espírito na perspectiva indígena, que são indissociáveis, diferente da lógica branca eurocristã. As mulheres indígenas se consideram responsáveis pela fecundação e pela manutenção do nosso solo sagrado, sendo guerreiras em defesa da existência de seus povos e da Mãe Terra (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019). São os povos indígenas que protegem os territórios, que cuidam da água que chove e abastece todo o país. Reconhecem que quando o sistema predatório destrói o ambiente, destrói junto todos os povos (MÍDIA NINJA, 2019b). Quando o território dos povos indígenas é usurpado, seus corpos são também invadidos, como afirmam as mulheres Karo Rap: “O território é tudo para o nosso povo, ele nos dá vida. A terra é como se fosse nossa mãe, e o rio é nosso pai, eles nos dão a vida” (SANTOS; SILVA, 2020. p.496). Ideia que será aprofundada a partir do conceito de corpo-território a seguir.

Na abertura da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília elas afirmam que a marcha é uma forma de demarcar o território, um sonho que se sonha coletivo e que se realiza. Uma busca pelo fortalecimento interno, nas bases e nos territórios para não ficar à mercê de governo (MÍDIA NINJA, 2019b). Nesta ação trouxeram nomes de mulheres que estiveram presentes na história da política do Estado Brasileiro. Fotos e história de vida das guerreiras foram narradas na cerimônia (Figura 8). Irei apresentar algumas lideranças com suas biografias resumidas para iniciar uma compreensão do que vêm sendo as lutas das mulheres indígenas.

Figura 8: Cerimônia de abertura da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília com a apresentação da fotografia e da história de lideranças indígenas.



Fonte: Priscilla Arroyo/De Olho nos Ruralistas 2019.

Mas antes, destaco a sensibilidade e forma de resistência que se apresentou nesse formato de abertura e homenagem. As apresentadoras demonstraram o interesse em registrar quem são as mulheres de cada povo, de cada região que têm uma história significativa na liderança e que não são conhecidas. E, solicitaram ao público presente, de diversos povos, a lista de quem são suas guerreiras atuais e históricas (MÍDIA NINJA, 2019b). Essa passagem nos apresenta como as histórias vêm sendo reescritas e fazem parte de um processo formativo coletivo.

A preocupação de romper com estereótipos, com o enquadramento dos povos indígenas enquanto atrasados, vem para a cena. O racismo que impera vem sendo combatido há séculos e hoje tem uma força de resistência com a ocupação de cargos políticos nos âmbitos Nacionais e Estaduais. Como é Joênia Wapichana (Figura 9), do Partido Rede Sustentabilidade (REDE), uma voz indígena legítima no Congresso Federal, de 2019 até 2023.

Figura 9: Joênia Wapichana, primeira mulher indígena a assumir uma cadeira no Congresso Federal do Brasil.



Fonte: Amazônia Real, Foto da Mídia Ninja (2019).

Assim, a história das mulheres indígenas foi sendo contada e recontada em um momento político contemporâneo. A marcha contou com a participação e liderança de Sonia Guajajara (Figura 10), referência na luta pelos direitos indígenas. A primeira indígena a compor uma chapa presidencial, como candidata ao governo federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), junto com Guilherme Boulos em 2018. Os candidatos que concorreram com o atual presidente poderiam estar construindo hoje outra sociedade, mais justa e diversa.

Figura 10: Sonia Guajajara Candidata a Vice-presidente do Brasil.



Fonte: Justiça Eleitoral, 2018.

Além de mulheres que estão na política, de lideranças de organização e responsáveis por importantes articulações e pesquisadoras, a cerimônia de abertura apresentou a história de Dona Quitéria Binga Pankararu (Figura 11), uma das primeiras mulheres indígenas apresentadas no palco através de sua foto e história. Ela foi uma figura importante no Movimento Constituinte de 1988.

Figura 11: Dona Quitéria Binga Pankararu.



Fonte: Os Brasis e suas Memórias (2019)

Dona Quitéria pressionou o bloqueio de segurança junto com seus companheiros para entrar no Congresso Nacional e garantir que os direitos dos povos indígenas estivessem presentes na Constituição Federal de 88, através dos artigos 231 e 232. Ela teve um grande destaque e reconhecimento pela causa indígena tornando-se alvo dos poderosos que se sentiam ameaçados por suas ações. Seu espírito batalhador e ao mesmo tempo acolhedor, fez com que ela fosse considerada por muitos como a cacique do Nordeste. Além disso, D. Quitéria era ouvida pelo povo Pankararu, graças ao seu dom de cantar. O dom de cantar é uma ciência para o seu povo, e ela teve a permissão dos encantados para isso (Figura 12). Era reconhecida por conhecer as palavras do outro lado, do outro mundo e executá-las neste mundo, como nos conta sua biografia escrita por um representante dos Pankararu, que afirma que ela também tinha o dom de lutar e liderar (PANKARARU, 2021).

Figura 12: Quitéria Binga a frente com demais cantadores no ritual do Menino do Rancho.



Fonte: Os Brasis e suas Memórias, Foto de Arruti (1998).

Na cerimônia da marcha apareceu a história de Tuíra Kayapó, uma liderança histórica conhecida mundialmente por seu papel decisivo na luta contra a Eletronorte, a atual Represa Hidroelétrica de Belo Monte (Figura 13). A mulher indígena que

encostou o facão no rosto do presidente da Eletronorte em 1989 em Altamira (PA), reivindicando seu território Kayapó no Norte do Brasil. Explanando o grito Kayapó de luta - “Tenotã-mõ” -, tornou-se referência para todos que defendem a Amazônia (AMAZÔNIA REAL, 2020).

Figura 13: Tuíra Kayapó com um facão demarca a luta pela terra diante do então presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes



Fonte: Amazônia Real. Foto de Protássio Nêne / Estadão Conteúdo (1989).

Tuíra Kayapó afirmou que na época só queria mostrar ao homem branco o que era opressão, já que ele insistia em sua fala para construir a hidrelétrica (AMAZÔNIA REAL, 2020). Sua ação ampliou a participação nos processos decisórios e a discussão sobre barragens no rio Xingu, um processo que na época estava na gestão do presidente da República José Sarney do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e após um curto período engavetado retornou nos governos de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016). Sendo a represa de Belo Monte um dos principais conflitos socioambientais do Brasil.

Tuíra Kayapó integra debates contemporâneos essenciais para as mulheres indígenas dos mais diferentes povos do Brasil, se posicionando contra as violações que afrontam seus corpos-territórios. Discute temáticas ligadas à saúde indígena, educação, violência e por mais igualdade de decisões dentro dos territórios indígenas (AMAZÔNIA REAL, 2020). O debate sobre a saúde indígena teve foco especial nos últimos anos, onde a neta de Tuíra, Maial Paikan Kayapó é uma das jovens lideranças que critica o atual modelo que o Governo Federal tenta implantar. Maial trabalhou dois anos na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e afirma que as mudanças ocorreram de forma descontextualizada e sem influência dos povos indígenas nas discussões sobre sua saúde. Ela destaca a importância das conquistas indígenas como as agentes de saúde mulheres, que não tem garantia que continuem (AMAZÔNIA REAL, 2020).

As lutas de Dona Quitéria, de Sônia, de Joênia, de Tuíra, de Maial e de tantas outras são um pequeno recorte dos passos em prol da luta pelos territórios e do movimento das mulheres indígenas, que mesmo antes de marchar, já exigiam respeito aos seus direitos, ao seu corpo e a sua terra. Essas conquistas e lutas puderam ser observadas na Marcha das Mulheres Indígenas ao longo da extensa programação.

As mulheres indígenas lutaram por um espaço de representação no Supremo Tribunal Federal e realizaram manifestações contra o Marco Temporal⁶. A mobilização por demandas pela saúde indígena, que vinha sendo debatida em encontros e espaços de debate indígenas, como apresentada aqui através das palavras da neta de Tuíra Kayapó, culminou na ocupação do prédio da Sesai em Brasília (Figura 14). Cerca de 1.500 mulheres permaneceram na ocupação com rituais, cânticos e maracá. Elas se mobilizaram contra a municipalização da saúde e pedindo a exoneração da coordenadora Silvia Nobre Waiãpi, que não representa o interesse dos povos indígenas. A Marcha realizada no dia 13, fez parte do “Fórum Nacional de Mulheres Indígenas” que se iniciou no dia 9 de agosto, quando é celebrado o Dia Internacional dos Povos Indígenas.

⁶ Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Ignorando a presença indígena em seus territórios de existência antes da Constituição de 88, antes da formação do Estado Brasileiro e antes da colonização. Sendo votada ainda em 2023 no Superior Tribunal Federal, gerando uma série de mobilizações e estratégias de resistência por parte dos indígenas.

Figura 14: Início da Ocupação da Sesai em Brasília.



Fonte: Kamikia Kisedje / Cobertura Colaborativa (2019).

O documento final da Marcha, fruto das articulações realizadas ao longo dos dias de atividades, demarca diversos pontos de luta para as mulheres indígenas. O ponto central é o direito à vida, direito ao território. Uma pauta urgente que expressa a violência que é a exploração, expropriação e destruição das terras dos povos indígenas. Atravessada por questões como o repúdio aos atos da presidência que incentivam a liberação da mineração, implementam a flexibilização do licenciamento ambiental, financiamento do armamento no campo e desmonte da política indigenista. Exigem respeito aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, assim como defendem os direitos de alimentação, educação, justiça e combate ao racismo e à violência. O documento afirma um posicionamento das mulheres indígenas entoado ao longo de toda a marcha: “Se fere nossa existência, seremos resistência!” (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019).

1.5.3 Confluência de corpos-território em re-existência

A confluência da Marcha das Mulheres Indígenas com a Marcha das Margaridas, através de corpos-territórios, aponta o fortalecimento da re-existência das mulheres, um marco histórico e inspirador. Urucum e Jenipapo marcharam com os chapéus de palha e blusas roxas, colorindo o movimento e ampliando as lutas pela terra e pela vida. Mulheres indígenas receberam a Marcha das Margaridas e se uniram a elas nas ruas de Brasília (Figura 15). Como disse Célia Xakriabá:

Quando elas passaram, pintamos elas de urucum. E por mais que saia em dois dias, elas ficarão para sempre pintadas. O momento da marcha das mulheres indígenas com a das margaridas significa um momento de cura da realidade (ISA, 2019. s/n).

Figura 15: Mulher Indígena faz pintura com urucum para recepcionar a Marcha das Margaridas.



Fonte: Carolina Alves (2019).

Sônia Guajajara afirmou que as mulheres selaram um pacto no encontro das marchas, pois o século XXI é das mulheres e elas não podem ficar de fora desse protagonismo (JORNALISTAS LIVRE, 2019). Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente

do Brasil, do Partido Social Liberal (PSL), que atuou de 2019 a 2022, foi apontado pelas mulheres como ameaça à existência dos povos indígenas, elas marcam o passo em marcha, para demarcar o território, como declarou Sônia na sessão da Câmara dos Deputados em Brasília. A confluência das Marchas foi para a APIB uma ideia para fortalecer as mulheres com uma grande manifestação na luta pelos direitos e pelo protagonismo. Uma confluência que pintou o imaginário de Margarida Alves e trouxe para a marcha das Margaridas a força das mulheres indígenas (Figura 16).

Figura 16: Arte com a Margarida Alves pintada com grafismos indígenas parte do Projeto “Margarida pra você” de Bárbara Luz.



Fonte: Instagram @luzbarbara

Em coletiva de imprensa, Célia Xakriabá afirma que a união das marchas denuncia o genocídio, o ecocídio e o etnocídio cometido pelo Governo de Bolsonaro. Denuncia também a flexibilização do armamento no campo que atinge o útero das mulheres e o útero da terra, pois a cada vez que matam uma liderança, matam também o útero da terra. As mulheres indígenas pensaram a união com o movimento das Margaridas, pois “ou juntamos agora ou a história não vai nos perdoar” (JORNALISTAS LIVRES, 2019. s/n). Reconhecendo a importância da confluência que

percorreu o Brasil (Figura 17), para desaguar em Brasília e a responsabilidade que as mulheres indígenas têm enquanto um movimento de cura da terra para uma sociedade que se encontra doente

Figura 17: Desenho com o encontro da Marcha das Mulheres Indígenas com a Marcha das Margaridas.



Fonte: Articulación Feminista Marcosur (2019).

Para ampliar a compreensão orgânica do conceito de confluência apresento os saberes do Mestre Antônio Bispo dos Santos. A confluência é uma palavra germinante, orgânica. Bispo dos Santos (2020b) conta que cada pessoa tem uma vibração e uma forma de olhar para a confluência, ela é uma palavra que afeta as pessoas, que lhes é familiar. Confluência é vibrar junto. Confluir é um modo de vida. Reflito que para confluir é preciso olhar para os nós, para confluir é preciso olhar nos olhos. A confluência é o que flui, como uma gargalhada de alegria que contagia. Nego Bispo (2020b) afirma que confluência é a mais bela palavra que ele já ouviu e pronunciou nos primeiros 60 anos de sua vida. Uma das mais importantes relações de diversidade é a confluência, ela se dá não só entre os seres humanos, mas com toda a vida existente.

Confluente é diferente de aliado. Aliança é conjuntural, é temporária e no final alguém pode desaparecer nessa relação. Já a confluência é estrutural, é ação do povo contracolonialista, que para Bispo dos Santos são os povos indígenas e quilombolas. O colonialista se move para influenciar, nunca vai confluir pois é monoteísta e vive de

acordo com um tempo linear (2020b). Os eurocristãos não querem confluir, querem internalizar o outro, colonizar o outro, querem que todos vivam do seu jeito de viver. Quando não há compartilhar, não há confluir. Os colonialistas não respeitam as fronteiras (2020a) e a confluência é o exercício da vida em fronteira (2020b).

Nas encruzilhadas está a confluência (2020a). No encontro dos rios, representado pela água que ninguém prende, a que contorna os obstáculos e até evapora, mas não se limita. Um rio não deixa de ser rio por confluir com outro rio, ele se torna cada vez mais forte para chegar na foz e dialogar com o mar. O curso da água é o que nos ensina sobre a confluência, ninguém para as águas, nada pode nos parar (2020b).

A imagem da confluência aparece para mim ao vivenciar e pesquisar sobre as marchas. O encontro dos movimentos na Marcha das Margaridas e a dimensão que foi ver a essa mesma marcha ser recebida pela Marcha das Mulheres Indígenas. Essa imagem-afeto-palavra é o que tento desenhar desde as primeiras páginas desses escritos (Figura 18).

Figura 18: Confluência das Marchas



Fonte: Instagram Marcha das Margaridas, 2019.

A confluência aparece nas palavras da primeira coordenadora da Marcha das Margaridas, Raimunda Celestina Macena. Em entrevista ela afirma que as mulheres quando se juntam são como as águas, têm muita força e transformam o mundo. Uma metáfora recorrente, que para ela, aponta que a transformação do mundo é essencial para mudar a vida das mulheres e esse movimento é fluxo contínuo de união. No vídeo de convocação para a Marcha, as Mulheres Indígenas também nos inspiram confluências⁷ ao afirmar que as mulheres indígenas são como os rios, crescem quando se unem (APIB, 2019).

Para as pesquisadoras Diniz e Carino (2019) as mulheres indígenas e rurais vêm sendo testemunhas - e vítimas - do processo constante de espoliação da vida perpetuado pelo patriarcado da conquista. As autoras sugerem que as mulheres brancas escutem e peçam licença para participar da união que se iniciou, para aprender e somar forças. A transformação política na América Latina é atravessada pela necessidade de denunciar a perversidade do poder patriarcal racista e colonial. Ao marcharem juntas, as mulheres desafiam o patriarcado e ocupam espaços de poder, sendo germinadas diversas narrativas (DINIZ; CARINO, 2019).

A confluência das marchas representa a reunião de corpos-território. Célia Xakriabá (2018), afirma que a relação do seu povo com o ambiente é de indissociabilidade, o território é tido como parte do próprio corpo; já que ele alimenta e constitui o ser, com a interface entre a espiritualidade e rompendo com a lógica da exploração.

Corpo-território é uma articulação que coloca o comunitário em destaque, como forma de vida coletiva integrada ao conceito. Reconhecendo o corpo como primeiro território de luta. O corpo tratado no conceito é um corpo feminino e outros corpos de grupos dissidentes, por revelar a opressão que as mulheres sofrem, esse conceito emerge delas, a partir de suas lutas na América Latina e Caribe, por mulheres indígenas que trazem novos olhares desde perspectivas ecofeministas do Sul. Assim como o corpo é feminino e coletivo, o território também tem suas delimitações, ele é um território construído na luta, diante das ameaças à vida. São territórios de cuidado, extensão do corpo, da casa e da comunidade (HAESBAERT, 2020. p.87).

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=LvY9YQz1EBw&t=122s>

Para Sofia Zaragocin (2018) a concepção de corpo-terra está conectada com a geopolítica do útero, uma busca no campo do feminismo decolonial. Ela ressalta que o corpo das mulheres indígenas se converteu em objeto de desejo e violência das estruturas coloniais. Neste modelo, o controle dos corpos de populações para dominação e eliminação tem marcas do etnocídio. As injustiças se entrelaçam com a heteronormatividade patriarcal, materializadas nos corpos (ZARAGOCIN, 2018).

Sendo assim, o corpo-território é um conceito das mulheres indígenas que trata de experiências comunitárias parte de uma estrutura de suporte coletivo.

Quando falamos de corpo-território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais, que carregamos heranças espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos. Quando falamos de corpo-território, dizemos que, embora possamos estar em um outro lugar que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade (BANIWA *et al.*, 2023. p.7).

O corpo-território é repleto de conhecimento, de saber sobre o ambiente. Esse conceito amplia a compreensão das mulheres indígenas que se conectam em rede, assim como as árvores se comunicam e se fortalecem pelo sistema de comunicação de suas raízes, a nutrição das mulheres também se dá por esse encontro físico (BANIWA *et al.*, 2023). As mulheres indígenas afirmam que o corpo indígena é político. O que se destaca através das lutas pela demarcação dos territórios. Que ao ampliar a noção do conceito nos faz entender que esta é também uma luta pela continuidade da sua existência enquanto corpo que ocupa um território (BANIWA *et al.*, 2023).

Os corpos-territórios confluem nas marchas em re-existência. Re-existência é um conceito relacionado com os movimentos sociais que atuam para que sua forma de existir não seja destruída, e pela permanência de seus modos plurais de sentir atuar e pensar (HURTADO; PORTO-GONÇALVES, 2022). A re-existência não é apenas uma força de resistência oposta à força de dominação. Para além de um vetor contrário, os movimentos que re-existem criam alternativas com os seus modos de vida comunitários.

Os grupos sociais em suas lutas não só se opõem e lutam contra algo ou alguém dominante. Em re-existência eles recomeçam, trazendo novos sentidos para ser e estar, por entre fazeres e saberes, inspirados nos espaços que ocupam nos

territórios e na força de suas raízes comunitárias. As experiências coletivas dizem respeito ao contexto social e político que se cria diante de processos hegemônicos de dominação; onde a re-existência existe apesar das estruturas de dominação e possibilita que as comunidades atuem desde seus posicionamentos epistêmicos (HURTADO; PORTO-GONÇALVEZ, 2022).

A re-existência aparece com outra grafia, a r-existência nos escritos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006). O autor cunha o termo a partir de sua vasta experiência com as comunidades e movimentos sociais. Um conceito repleto de geograficidade com conexões com os territórios, em seu recorte latino-americano e caribenho.

mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas (PORTO-GONÇALVES, 2006. p.165).

Para Achinte (2017) a re-existência faz parte dos dispositivos que as comunidades criam e desenvolvem para inventar cotidianamente a vida. Desta forma, elas confrontam a realidade estabelecida pelo projeto hegemônico que desde a colônia até os dias de hoje inferiorizou, silenciou e visibilizou negativamente a existência das comunidades Afrodescendentes. (ACHINTE, 2017). Este conceito é uma expressão de existências insubmissas, ele passa pela autodeterminação das comunidades, sendo uma expressão coletiva, usada pelo autor para ampliar suas reflexões pedagógicas com comunidades colombianas.

Adolfo Albán Achinte (2017) ao tecer seus conhecimentos e práticas sobre a re-existência esteve em contato direto com comunidades afrocolombianas, com a cultura palenqueira e o sentipensar das teorias sociológicas. Para materializar a ideia da re-existência, além da música, da dança e da culinária, ele se inspira no que disse o líder comunitário, cooperativo e sindical Héctor Daniel Useche Béron "Pássaro", assassinado em 1986 no município de Bugalagrande no entorno do Vale do Cauca - Colômbia, que falou "O que vamos inventar hoje para seguir vivendo?".

A re-existência aponta para descentralização das lógicas estabelecidas para buscar nas profundidades das culturas - indígenas e afrodescendentes - as chaves de

formas organizativas, de produção, de alimento, rituais e estéticas, que permitam dignificar a vida e re-invertá-la para permanecer transformando-se (ACHINTE, 2017).

Nosso arsenal teórico é formulado com base na proposta contracolonial do mestre Nego Bispo (2020a; 2020b) e nos apontamentos de Célia Xakriabá (2018). Ambos pensadores nos convocam a colocar os pés nos territórios, nos descalçarmos dos sapatos coloniais do conhecimento e permitir o contato com saberes comunitários situados e com potencial transformador.

Sendo assim, ao teorizar sobre as questões pertinentes das marchas das mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade, assim como das mulheres pretas e indígenas, encontramos aportes das teorias pós-coloniais e decoloniais, que serão apresentados no capítulo a seguir. Reconhecemos a importância de tais estudos para a crítica ao processo de colonização e da colonialidade, com especial atenção aos seus aportes sobre como a colonização enquanto ato histórico político funda uma série de opressões de raça, etnia, gênero e classe, se apropriando e usurpando territórios, bens naturais, corpos, epistemologias e modos de vida. Essas teorias vão descrever com precisão a forma da branquitude europeia patriarcal de criar relações de poder e subjugar outros povos. Bebemos dessa fonte e aprendemos com eles que diante de tais processos existem saberes que são germinados nos territórios e emergem como forma de resistência. As teorias pós-coloniais e decoloniais nos instigam a compreender os saberes dos sujeitos nos territórios que estão em contato com a resistência na luta pela sobrevivência.

Entendendo que o saber precisa ser contextualizado, cada território tem seus saberes de resistência e precisam ser encontrados na realização das pesquisas que se põem neste caminho contracolonial. Se as mudanças sociais ocorrem com a força dinâmica interna da sociedade organizada contra as relações de poder opressoras é indispensável o diálogo com as bases. Partindo deste ponto, olhamos novamente para a perspectiva teórica escolhida como referencial. Como escrever uma tese que busca dialogar com as mulheres que lutam por uma sociedade mais justa tendo sua pluralidade em pauta e seus conhecimentos reconhecidos? Nesse ponto entramos com os saberes das mulheres, dos quilombolas e dos indígenas como orientação, na busca por uma elaboração de conhecimento contracolonial.

Mas nesse ponto existe uma armadilha epistemológica que identifiquei neste capítulo, as teorias pós-coloniais e decoloniais apontam para a importância de ter como base o saber dos territórios, quando olhamos para esses saberes eles não estão formulados como se espera no contexto acadêmico tradicional. Sendo assim, os conceitos elaborados por epistemologias insurgentes são trazidos para a tese, mas sua forma de abordagem não corresponde aos padrões epistemológicos comumente utilizados para elaboração de uma pesquisa. Para ampliar a compreensão dessa armadilha trazemos a própria proposta contracolonial de Nego Bispo. O autor ao descrever o contracolonial afirma que não pretende conceituar sua proposta, que não quer descrever ou delimitar o que é ser contracolonial, já que é uma prática dos quilombolas que não pode ser apreendida em sua completude pela palavra. Ele traz poesia para descrever o que é contracolonial, exhibe exemplos e desenha possibilidades de sua vida contracolonial, mas não se espera ser teoria.

Nesse ponto, por escrever um referencial teórico denso para embasar uma tese e respaldar conceitos, optei por trazer aportes complementares das teorias pós-coloniais com Hall (2003; 2006; 2009; 2010), Memmi (1969) e Césaire (1978; 2006) e da teoria decolonial com Malcom Ferdinand (2022) que são apresentados no capítulo a seguir. Reconhecendo a importância de uma crítica aos processos históricos, mas abrindo caminhos para que os conhecimentos quilombolas, do povo preto, dos indígenas e das mulheres possam ocupar a cena da pesquisa. A armadilha epistemológica que identificamos consiste basicamente no fato das teorias pós-coloniais e decoloniais apontarem para os saberes dos territórios, mas acabarem nos puxando para elas de volta, ao termos que recorrer aos autores centrais na hora de teorizar. Pois nem sempre o que parte dos territórios está no formato que se espera para a formulação de pesquisas acadêmicas.

Deixando claro que sabemos que tais epistemologias já são atualmente amplamente debatidas e registradas em livros e artigos. Mas com relação aos conceitos que elencamos, e a abordagem que nos interessa deles, tivemos como opção deixá-los abertos às contribuições do campo compreendendo que dialogamos com sujeitos que trazem aportes concretos para tal compreensão. E que a própria perspectiva contracolonial nos empurra para compreender os conceitos na prática.

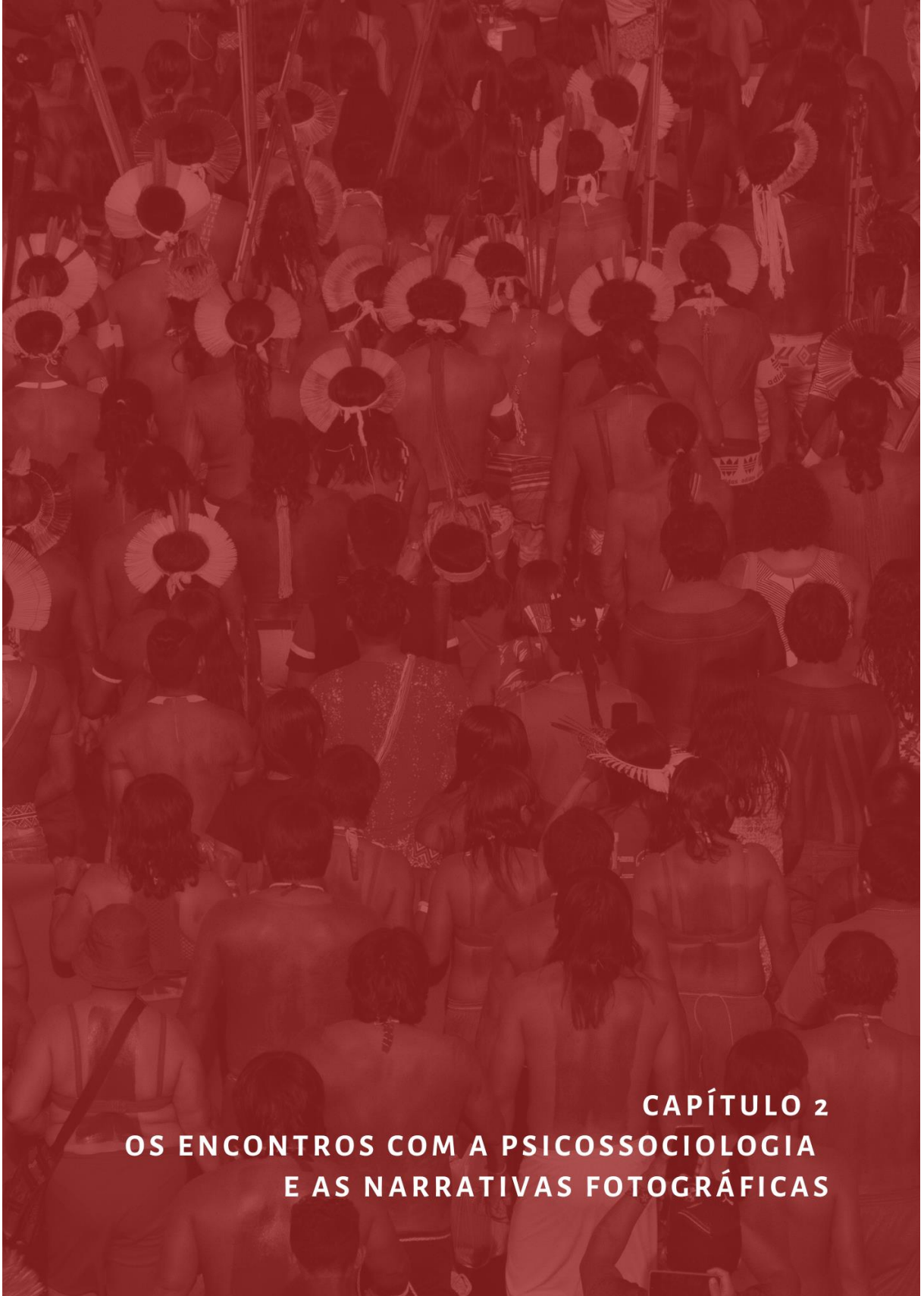
Essa armadilha epistemológica aparece em outros conceitos centrais da pesquisa como "confluência", "corpo-território" e "re-existência", além da categoria elencada no resultado da pesquisa. A confluência vem também das propostas de Nego Bispo dos Santos (2015; 2020a; 2020b), corpo-território das mulheres indígenas, com aporte das mulheres latino-americanas (HAESBAERT, 2020) e re-existência dos saberes dos movimentos sociais desenhados por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) e dos quilombolas da Colômbia com Achinte (2017). Tais ideias são inicialmente desenhadas com base nos referenciais, como apresentamos neste capítulo, mas não se limitam aos seus autores ou as palavras inicialmente expressas. São conceitos bem utilizados pela universidade e apresentados em alguns artigos, mas sua importância maior está na representatividade dos povos que os desenharam através de seus querer e fazer.

Destarte, como forma de tentar escapar da armadilha epistemológica, tais conceitos serão delineados e contornados ao longo da pesquisa, rompendo com uma ideia engessada de serem apresentados apenas enquanto referencial teórico e aproveitando sua potência epistemológica contracolonial de ser saber experiência. Eles vão ser abordados ao longo de todo o trabalho, mas serão aprofundados no contato com os dados dos campos. Colocaremos os conceitos em diálogo com as análises das falas das mulheres, através dos documentos onde estão seus saberes registrados, e com os conhecimentos trocados com elas nos campos. Buscando escapar da armadilha não fugimos do conhecimento contracolonial e fixamos em teorias já bem descritas e amplamente abordadas nos campos pós-coloniais e decolonial, nos aventuramos pelas trilhas e picadas que encontram com epistemologias insurgentes, nos permitindo agregar os conhecimentos identificados nos campos de estudos para ampliar os referenciais teóricos apresentados.

Para elaborar tal arsenal teórico-metodológico e político nos inspiramos na ideia de materiais de tessitura da artista boliviana Elvira Espejo (ARNOLD; ESPEJO, 2013). Espejo nos ensina como a prática de tecer se assemelha a prática da escrita desta pesquisa, reunindo os materiais, elaborando os fios e entrelaçando eles para criar o novo. A estratégia de fiar elementos e bordar histórias, é uma construção que leva em consideração o respeito ao tempo. A roda de tecer, aparece nas descrições da autora como uma roda de trabalho e de conversa, tendo em sua base a criação da multidimensionalidade. As tecedoras bolivianas apresentadas por Espejo nos contam

que a construção de uma peça têxtil tem três dimensões e se relacionam aos três corações das tecedoras. Elas plasmam em suas obras não apenas o mundo cotidiano, mas os três mundos em sua totalidade: o de cima, o de baixo e o mundo interior. Encadeando mente, coração e mãos; sendo o tecer composto pelo pensamento que vem da cabeça, pelos desenhos do coração e a inspiração que se volta para as mãos (ARNOLD; ESPEJO, 2013).

Esta é uma das ideias que aparece ao longo de toda a pesquisa, na formulação de conceitos teóricos que não se encerram em descrições delimitadas, mas que se configuram a partir do tecer de saberes. O próprio referencial é tecido lentamente, integrando teorias e campos de estudo distintos. Aos poucos vamos escolhendo os autores com quem queremos dialogar e bordando suas ideias como perspectiva para a pesquisa que se desenvolve. As marchas são compreendidas ao longo de todos os capítulos, como fios que vão se entretecendo ao longo do tempo, com respeito a construção de ideais que emergem dos processos de compreensão da pesquisa. As metodologias escolhidas, são especialmente entrelaçadas com as ideias de Elvira Espejo (ARNOLD; ESPEJO, 2013), como a psicossociologia com comunidades e o sentipensar de Fals Borda (2002), com destaque para as narrativas fotográficas que vem sendo elaborada com fios selecionados na busca por elaborar um conhecimento plural, como uma linha estética e política bem delimitada. Uma pesquisa que se debruça sobre a produção de um *continuum* criativo compartilhado que *hila* saberes e fazeres.



CAPÍTULO 2
OS ENCONTROS COM A PSICOSSOCIOLOGIA
E AS NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS

2 OS ENCONTROS COM A PSICOSSOCIOLOGIA E AS NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS

2.1 As sementes da psicologia latino-americana

Neste percurso de pensar questões psicossociais as trilhas mais certeiras que encontrei foram através da psicologia comunitária e psicologia política, especialmente as contribuições das pesquisas latinoamericanas. Tais vertentes da psicologia me permitiram reconhecer a potência dos estudos psicológicos para a libertação humana e o reconhecimento das práticas de poder neste campo. Elas evocam a existência de fraturas sociais produzidas pela insatisfação à subserviência, ao poder do saber dominante e expõem a necessidade de ruptura com tais saberes para o encontro com o conhecimento crítico popular. As psicologias que serão abordadas aqui pensam com os sujeitos através de processos que germinam a consciência da tentativa de montagem de aparatos políticos de dominação e a ruptura com as estruturas sociais que condicionam sua atuação.

Por ser consciente de seus fundamentos sobre processos societários de libertação, a psicologia política provoca o pensamento e a atuação para a emancipação dos povos. Com aportes da reflexão sobre a luta de classes, propõe o envolvimento da articulação entre os saberes do indivíduo com os movimentos sociais. Tal vertente, assim como a comunitária, compreende que não podemos calar as vozes que foram historicamente silenciadas. Elas precisam ser entoadas para a transformação social existir em sua máxima potência. Da psicologia política partem alguns conceitos principais como alienação, ideologia, nacionalidade e trauma político (MONTERO, 1987), citados aqui a fim de abrir esse campo, mas que não são conceitos trabalhados diretamente. As ideias da perspectiva política aqui tratadas vêm das leituras de Maritza Montero, que se dedicou a estudar o contexto latinoamericano e Martín-Baró, que é o teórico da psicologia da libertação. E trazem em si o questionamento que transpassa toda essa pesquisa em psicossociologia. Por que tratar do comunitário e do político quando se fala da psicologia?

Para nós, eu e as autoras e autores com quem dialogo inicialmente nestes escritos, o político é estruturante, ele nos apoia para dar conta das diversas realidades comunitárias possíveis, para combater a alienação, para atuar na desideologização e

também na contracolonização, na luta antirracista e pelo fim do patriarcado. O político é parte da estrutura da psicologia, tendo em vista que a mesma pode se propor a romper com a ordem social ou corroborar com a ordem proposta. A sua função social pode construir e reconhecer o poder das comunidades.

A psicologia comunitária vai estar junto com a comunidade, o que à primeira vista parece uma obviedade que não necessita ser narrada. Mas, quando miramos de perto, percebemos que a ideia de tomar uma posição diante da comunidade e ao seu lado, ombro a ombro, é um posicionamento de aprendizagem e de ruptura de hierarquias entre os conhecimentos. Por ser comunitária, ela busca corresponder às necessidades populares e está conectada a uma perspectiva crítica, para que não se perca em si mesma e não deixe longe do horizonte o seu potencial transformador. O que a interliga com a psicologia política e demonstra como na base de suas práxis as duas confluem. Uma confluência dos autores que serão trabalhados neste capítulo se dá através das Teorias da Libertação: a Psicologia da Libertação, a Sociologia da Libertação e a Pedagogia da Libertação. Eles apostam na Teoria da Libertação enquanto um caminho (MONTERO, 2016).

Segundo Burton e Guzzo (2020) a primeira vez que o termo psicologia da libertação aparece é através dos escritos dos psicólogos argentinos Caparrós e Caparrós, em um livro publicado em Madri em 1976. O termo foi usado inicialmente com outro sentido, com viés marxista, diferente da perspectiva atualmente difundida. Os autores afirmam que foi Martín-Baró em 1986 o primeiro a sistematizar tal conceito e o determinar enquanto uma outra possibilidade do fazer da psicologia, no contexto de opressão. Ele cunhou o conceito de Psicologia da Libertação inspirado pelas preocupações latino-americanas com os marginalizados através das reflexões de Paulo Freire e da Investigação Ação Participativa de Orlando Fals Borda e da filosofia de Enrique Dussel. Para elas (NOGUEIRA; GUZZO, 2016; BURTON; GUZZO, 2020) a Psicologia da Libertação tem influência nas obras de Frantz Fanon e Albert Memmi. Tal vertente da Psicologia se inspirou em movimentos de libertação não só na África como na América Latina, que afetou a obra de Freire e Fals Borda. Fanon vai ser também referenciado por Maritza Montero na Venezuela e Alba Rivera Ramos em Porto Rico.

A perspectiva teórica da Psicologia da Libertação é uma crítica à neutralidade da ciência, sua afirmação enquanto conhecimento universal e irrelevância da psicologia que germina dessas ideias para atender as necessidades do povo oprimido (NOGUEIRA; GUZZO, 2016). A psicologia latino-americana se encontra com as ideias de uma psicologia da libertação, da psicologia política, da psicologia social. Este movimento crítico se reuniu em publicações e eventos, espaços de discussão e reflexão. Ações que estavam correspondendo ao movimento das ciências sociais e humanas na América Latina do final da década de 50, que começava a produzir uma ciência engajada, militante e com foco nos oprimidos. Práxis renovadoras nas pesquisas das ciências sociais, como na sociologia e educação, sempre mediadas pelas comunidades. Já que na sua base tinham a ideia de conhecimentos gerados por e com os membros de grupos sociais marginalizados em função de suas necessidades. Trazendo para a cena um sujeito ativo que controla suas ações de acordo com seu contexto, saindo do mero papel de objeto de estudos (MONTERO, 1994).

A psicologia da libertação não é uma vertente da psicologia, mas sim a vertente psicológica do paradigma da libertação (MONTERO *et al.*, 2017). Ela entende que a libertação não é dada, mas produzida pelos oprimidos. Ao trabalhar com os sujeitos que se libertam, a psicologia acompanha os processos de construção de uma consciência que conquistou a liberdade. Montero *et al.* (2017) compreendem que as contribuições da psicologia da libertação são ainda muito pequenas diante da escala mundial de violações dos direitos humanos, das violentas expropriações, torturas e impunidade.

Maritza Montero é uma das referências da psicologia social latinoamericana, pesquisadora da Universidade Central da Venezuela. Uma autora com vasta publicação no campo da psicologia comunitária e extremamente criativa. Com reflexões epistemológicas desde Nuestra América, Maritza Montero busca formas de fazer psicologia trabalhando com pessoas, com comunidades e com seus territórios, para enfrentar os problemas de injustiça social que sofre a maior parte da América Latina (ACOSTA, 2014).

As principais áreas de investigação e atuação da Maritza Montero são a psicologia comunitária e política, desde onde partem suas propostas metodológicas

participativas, biográficas e da mobilização para consciência crítica (MONTERO, 2014). Ao estudar a psicologia política na América Latina, Montero (1986; 1989; 1991) conclui que ela é vista como um meio de intervenções e transformações sociais, tendo em vista a busca pela conformação de sociedades democráticas na América Latina neste período, uma urgência diante dos contextos ditatoriais.

O compromisso de Maritza assume riscos, desafia o poder e é contracorrente, trazendo aportes significativos para a transformação de povos de todo o mundo (MONTERO, 2016). Com destaque para o compromisso com a práxis investigativa e processo de participação fundamental na psicologia comunitária, abordando o afeto como ponte de realização de processos.

A indiferença e a suposta neutralidade não comprometida não conduzem à transformação social. É por esta razão que o estudo da afetividade e dos modos nos quais ela se expressa na prática são tão importantes na psicologia comunitária. Como pensar na participação comprometida e no compromisso participativo, nos efeitos da tomada de consciência, sem considerar a emoção de perceber que é possível ver as coisas por outros ângulos, entender por que o que se acreditava essencial e imutável pode mudar, que tudo pode se transformar, incluindo nós mesmos? Como ignorar a afetividade quando vemos os múltiplos trabalhos de afeto no dia a dia do trabalho comunitário? (MONTERO, 2004. p.134. Tradução nossa).

A psicologia comunitária desafia a dinâmica de poder na pesquisa e nas práticas, se importando com as dimensões emocionais e afetivas no trabalho comunitário. Montero *et al.* (2017) problematizam tais relações apresentadas e fortalecem temáticas relevantes como a memória histórica enquanto recurso comunitário de cura e reconhecimento do poder de sua atuação. Montero propõe a construção coletiva do conhecimento para a tomada de consciência, com reflexões sobre o caráter ético e crítico da ciência. Posiciona a psicologia comunitária na América Latina enquanto uma prática política contra-hegemônica (MONTERO, 2014).

A psicóloga Venezuelana mantém um diálogo estreito com a obra de Paulo Freire, inclusive para pensar metodologias e processos de conscientização, através de ações sociais transformadoras, com o suporte da desideologização e desalienação (MONTERO, 2016). A psicologia de comunidades foi desenvolvida por Montero ao longo de toda sua carreira, com aportes de pesquisadores das mais diversas áreas e de vários países. Uma perspectiva que em seus trabalhos tem seu conceito associado ao contexto Latinoamericano, pois muitos pesquisadores que atravessam o caminho

da autora estão nesse contexto, assim como os eventos e participações em publicações. A ideia de uma psicologia política (MONTERO, 1994) e da perspectiva crítica também sempre aparecem atreladas ao conceito comunitário, assim como a interface com o paradigma da libertação, retratado em seus diálogos com Martín-Baró e Fals Borda. Ao trazer o Político para o debate, Montero faz uma crítica às relações de poder, que se estabelecem provocando condições estruturais de injustiça social, além de ressaltar o potencial transformador das comunidades no "fazer para transformar" (COSTA, 2021).

A perspectiva comunitária envolve teorias e práticas sobre fortalecimento comunitário, tipos de liderança e influência social e política. Aborda o trabalho psicossocial comunitário e as redes comunitárias como alternativas para superação da exclusão e afirmação das identidades culturais. Para tanto, Montero aponta a importância da construção de conhecimento desde uma perspectiva histórica. Identifica que o saber comunitário deve possuir relevância na produção de projetos com comunidades, com aportes da investigação ação participativa, cria uma relação dialógica entre investigadores e comunidade. (OLIVARES-ESPINOZA *et. al*, 2018).

Consciente da necessidade de fazer justiça enquanto a presença e ação das mulheres a autora coloca o feminino ao longo da linguagem do seu livro por reconhecer a importância das mulheres na psicologia comunitária, já que elas são "líderes e atrizes principais" nas ações comunitárias (MONTERO, 2006. p. 21).

Para Montero (1994, 2006) o saber da comunidade é apresentado através de suas necessidades, interesses, desejos e ideias próprias. E quem trabalha com psicologia comunitária tem a tarefa de dialogar com esses saberes. Reconhecendo que cada comunidade tem seus próprios problemas e aspectos únicos, mas que também são atravessadas por desafios mais coletivos já que situações globais podem estar ali representadas. Retratando a indissociabilidade da escala local com a global. Na relação com as comunidades, nós, profissionais que viemos de fora ou especialistas precisamos romper com as relações assimétricas do conhecimento (MONTERO, 1994).

Devemos deixar de lado o que nos apetece e o que já sabemos para abrir espaço para escutar o que os outros necessitam, que podem ser desejos

compartilhados ou distintos dentro de um mesmo grupo (MONTERO, 2006). Para que nossa atuação possa existir enquanto “agentes de transformação social, como catalisadores dessa transformação e às vezes como facilitadores da transformação” (MONTERO, 1994. p.8).

A expressão psicossocial do caráter político da ação comunitária será para Montero (2003) a organização e desenvolvimento das comunidades através de tarefas que busquem capacitar e responsabilizar os sujeitos, em função das necessidades coletivas. Buscando identificar e avaliar essas necessidades, com estratégias e normas para que sejam realizadas, considerando hierarquias e a viabilidade das ações coletivas. A autora sugere também a observação e cuidado com a avaliação ao longo do processo, a identificação dos sentimentos que confluem e a reflexão sobre ganhos e perdas, erros e acertos cometidos.

A autora ao tratar da dimensão política exclui a partidarização política. Ela trata do trabalho psicossocial comunitário na construção do espaço público, na publicização das opiniões, na busca pela realização das necessidades e na capacitação para obtê-las. A autora não é contrária à partidarização, mas comenta que a filiação a um partido político pode trazer a parcialidade política e despertar a desconfiança dos membros da comunidade que não são filiados e podem se afastar. Assim, os objetivos do trabalho comunitário se produzem na comunidade para atingir os seus interesses, o que deve ficar claro para todos os integrantes, que podem ser livres para seguir suas tendências políticas, mas não devem impor isto no seio das organizações comunitárias (MONTERO, 2003).

No trabalho psicossocial comunitário se produz também um processo de definição e redefinição da própria identificação como grupo social. Isto não significa a geração de uma identidade onde não existia, mas sim a emergência de um processo de mobilização da consciência das capacidades, fraquezas, potencialidades, expectativas e medos, gerando uma consciência crítica que leva à análise dos recursos e das carências, fortalecendo às primeiras e atendendo às segundas. (MONTERO, 2003. p.164. Tradução nossa).

Os princípios fundamentais da psicologia comunitária de Maritza Montero tratam da autogestão dos sujeitos comunitários, aborda que o centro de poder deve estar na comunidade, uma oposição nítida ao paternalismo-autoritarismo-intervencionismo. Suas reflexões provocam a união imprescindível de teoria e prática,

já que tal vertente da psicologia carrega consigo uma perspectiva multidisciplinar. Cuidados da perspectiva comunitária devem ser mantidos no horizonte para que a sua potência enquanto crítica social e produção de transformações junto com a emergência dos conhecimentos comunitários não se percam. A relação indissociável entre o subjetivo e o político é um dos caminhos que pretendo seguir nesta pesquisa. Outro alerta que Víctor Montero (2012) nos aponta, em diálogo com a pesquisadora venezuelana, é para que não se caia no populismo, onde o único critério de verdade é o povo, nem no imediatismo, no distanciamento e na ideia salvacionista e assistencialista que percorre nosso imaginário e nossas ações por fazer parte da estrutura de opressão.

O olhar de Martín-Baró para a psicologia comunitária exhibe sua aversão à vertente norte-americana por seu caráter assistencialista. Outro destaque de sua crítica radical aponta para a necessidade de que as ações comunitárias não se percam da visão global, elas não devem se resumir às transformações micro sociais. Seu trabalho com comunidades em El Salvador se dá no nível macro e micro social.

Uma orientação geral do diálogo com a psicologia política é responder às problemáticas dos territórios e de suas comunidades, o que vai gerar demandas específicas e processos psicossociais situados historicamente. No caso da América Latina nossos processos tiveram marcas de ditaduras ou formas autoritárias de governo, uma relativa falta de representatividade e de decisão, mesmo em muitos países que têm seus sistemas eleitorais e o voto. Montero (1991) faz uma breve revisão da produção psicopolítica na América Latina e encontra um grande número de estudos sobre repressão, assim como temas relativos ao nacionalismo, a identidade social e consciência social. Um reflexo do momento vivido até os anos 90, com mais intensidade.

A América Latina sofreu diversos golpes ao longo de sua história, um deles foram as ditaduras, que limitaram a participação social e destruíram organizações comunitárias, destituindo o povo de poder, o que deixou marcas que não foram cicatrizadas e conseqüências graves de silenciamento e bloqueios de atuação política, inclusive nas pesquisas acadêmicas e no campo psicossocial. O que provocou um período que teve a impossibilidade de investigações e pesquisas que analisassem os discursos dos governantes. Isso se deu pelo perigo de se sofrer violência, assim como

pelo perigo de realizar e se referir a investigação das ações políticas daqueles que exerciam as funções de governo, sem sofrer todas as formas de dificuldade e impedimentos (MONTERO, 1991).

Para contribuir com as reflexões em curso, tomemos por base a noção de uma psicologia política latinoamericana, conforme nos aponta Martín-Baró (1986, 1989). Nesta lógica deve-se encarar os explorados não como objetos, mas como sujeitos sociais: o que significa não só identificá-los como vítimas de um sistema hegemônico, que o são, mas, principalmente, como críticos ao sistema que se impõe. E a participação social toma uma importância historicamente situada no nosso território.

Martín-Baró (1986), ao pleitear uma psicologia política, indica possibilidades de práxis libertadora, apresenta uma crítica densa às linhas da psicologia que sustentam discursos de neutralidade e a-históricos. O autor afirma que algumas vertentes da psicologia contribuíram para o distanciamento da compreensão das relações entre a alienação pessoal e a opressão social, como se a patologia das pessoas estivesse alheia a história da sociedade, ignorando as relações de poder que as conectam. O diálogo entre psicologia e outros campos das ciências sociais aparece com nitidez nos escritos do autor, inclusive quando este dialoga diretamente com Fals Borda, demarcando o conceito de conscientização como resposta para que os povos latino-americanos escrevam suas próprias histórias. Integrando assim a consciência pessoal com a dimensão social e política, essencial para a construção da base deste referencial teórico.

Martín-Baró mira uma grande tarefa para a psicologia latinoamericana, que é se comprometer com os sofrimentos e esperanças dos povos. Ele demarca a importância de descobrir o potencial dos povos latino-americanos e contesta a busca por conhecimentos alheios às nossas culturas como único referencial para definir nossos objetivos e teorias (MARTÍN-BARÓ, 1986). Para o autor, pensar uma psicologia da libertação passa necessariamente pela libertação da psicologia. O que não é uma tarefa simplesmente teórica, mas primeiro e fundamentalmente prática.

Maritza Montero e Martín-Baró apontam que uma psicologia em nosso contexto precisa passar pela reflexão da imagem predominantemente negativa que o povo latino-americano tem de si mesmo diante de outros povos. Ainda referenciando a obra

“Ideologia, alienação e identidade nacional” de 1984 da autora, Martín-Baró reconhece no povo da América latina uma interiorização da opressão em si próprio, o que gera um comportamento conformista, muito conveniente para a ordem estabelecida.

Após 30 anos de psicologia da libertação ecoam as propostas de Martín-Baró que nos convoca a reconstrução de um projeto ético político para a psicologia. Para tanto, Montero *et al.* (2017) afirmam a necessidade de comprometimento como retrabalho de conceitos e métodos psicológicos, na perspectiva dos oprimidos, evitando a limitação de um conjunto restrito de métodos e ideias. Essa perspectiva busca a ação efetiva mais do que ser algo repetido e retórico, já que entende que a psicologia pode ser um instrumento da ideologia dominante, e suas ideias precisam ser problematizadas através de uma leitura crítica do contexto onde ela está inserida, em especial em países colonizados.

Ao refletir sobre uma nova epistemologia e pensar a libertação dos povos latino-americanos, Martín-Baró se questiona sobre uma nova forma de buscar conhecimento e se pergunta seriamente sobre como seria se os processos psicossociais fossem vistos a partir do olhar do dominado ao invés de serem visto desde a mirada do dominador “se trata de que pensemos e teorizemos com eles e desde eles” (MARTÍN-BARÓ, 1986. p. 12).

Tais reflexões nos apoiam para pensar a questão da colonização e o que Martín-Baró (1986) chama de “escravidão da psicologia latinoamericana”. O autor opina que a miséria da psicologia latino-americana tem raízes na história de dependência colonial, que submete o povo no neocolonialismo e encontra na psicologia um instrumento a mais para tranquilizar consciências e moldar mentes para aceitar o mito da modernidade e mágica da tecnologia.

A pesquisadora Alba Nydia Ramos da Faculdade de Pedagogia de Porto Rico reflete sobre como os colonizados estão com a ideologia das elites dominantes impregnadas em seus corpos. Confirmando as ideias do retrato do colonizado de Memmi (1963), que aparecerá mais à frente no referencial teórico, Rivera Ramos reconhece essa inconformidade no povo portorriquenho. Identificando uma condição de desenvolvimento de personalidade cindida, atravessada por uma autoimagem por vezes positiva, mas com um olhar negativo para a comunidade e o país ao qual

pertence. Uma situação que segundo a autora é descrita de forma similar em outros países da América Latina, usando o exemplo da Venezuela através de referência direta ao trabalho de Maritza Montero. A potência da inconformidade do colonizado, apontado por Memmi enquanto uma exigência fundamental de transformação, que aparece quando o grupo de porto-riquenhos envolvido na pesquisa da autora afirma não se sentirem satisfeitos com sua realidade e apontarem a vontade de modificá-la.

Para a autora não serão os pesquisadores do mundo desenvolvido que estudam os nossos problemas e que irão nos dar soluções para nossas problemáticas psicossociais, assim como afirmam os autores críticos ao contexto colonial. Deve-se haver esforços de busca por marcos referenciais e soluções latino-americanas para a compreensão e resolução de nossos problemas. Diversos pesquisadores fazem essa afirmação e clamam por um olhar para dentro, para reconhecer nas entranhas desta terra rica e explorada, diversa e cheia de conflitos, as possibilidades de se pensar outra ciência.

Ao pensar a descolonização da psicologia a partir dos estudos da psicologia africana, as autoras Nogueira e Guzzo (2016) anunciam renovadas possibilidades de libertação envolvendo, atravessando e partindo do Sul Global. Afirmam a importância da valorização de pluralidades epistemológicas, um ato de justiça social plural, inclusiva e dialógica. Além do reconhecimento das resistências à dominação do Norte colonizador. Para além de uma crítica ao conhecimento eurocêntrico racista e branco centrado a investigação pode colocar em foco conhecimentos e práxis que não foram desconfigurados pela força colonial.

2.1.1 Identidades culturais e uma crítica ao colonialismo

No campo da Psicologia, o diálogo com os Estudos Culturais é uma possibilidade de reinterpretar como laços entre indivíduo e sociedade se fundem e se distanciam em relações que são moldadas e contribuem para a compreensão dos paradigmas contemporâneos. Como apresentado por Guareschi e Bruschi (2003), ao tratar das interligações entre identidade na Psicologia Social e nos Estudos Culturais:

A cultura, aqui, é vista como produção, como criação em um contexto de relações sociais, de negociação, de conflito e de poder. Por conta disso, ela é uma prática de significação, uma prática produtiva e uma prática que produz identidades sociais e subjetivas, nos lançando no vácuo do fim das certezas e das “naturais” condições humanas. A angústia da falta de sentido pode ser substituída pela construção não prescritiva de novas formas de ver e nomear o sujeito, as subjetividades e a organização social, mais além de qualquer espécie de resgate, em direção a algo realmente novo (GUARESCHI; BRUSCHI, 2003, p. 124).

Neste sentido, nos caminhos da psicologia em confluência com os Estudos Culturais, apresentamos um debate sobre a noção de identidades culturais. Busco o fortalecimento de teorias emergentes e Stuart Hall (2003, 2006 e 2010), que nos trazem contribuições para refletir acerca das identidades enquanto um posicionamento político. O reconhecimento de sujeitos coletivos, enquanto grupos que possuem conhecimentos e formas de vida próprias, contribui na elaboração de formas de atuação por dentro da estrutura capitalista, neocolonial, racista e patriarcal.

Ao debater sobre a identidade cultural na pós-modernidade, Hall (2006), rememora seus estudos de 1987 e 1990, e nos relembra a sua concepção de identidade. O autor afirma que no mundo pós-moderno, nós também somos “pós”, rompendo com visões identitárias fixas ou essencialistas. Rompendo com a ideia de que somos uma identidade permanente. Seria uma “celebração móvel” dos sistemas culturais que formam e transformam as relações com as quais somos interpelados no momento em que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes situações sociais.

A identidade seria então historicamente definida, e não biologicamente. A identidade não é o que nasce com o sujeito, não é algo único e imutável. Interpretando que dentro de nós há identidades contraditórias que caminham em diferentes direções e são constantemente deslocadas. Hall (2006, p.13) afirma que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Conforme fomos apresentados e nos encontramos com uma multiplicidade de possibilidades identitárias podemos nos identificar com elas, entendendo que o sistema de significação e representação cultural são cada vez mais diversos.

Ao seguir tal perspectiva, o autor rompe com proposições clássicas que tratam de identidades singulares, como por exemplo, a classe social, que tendem a alinhar

diferentes identidades em uma singular forma universal de ser e existir. Compreende assim, que, para além do padrão designado por uma ciência europeia, quando pensamos em outras culturas formadas a partir de situações históricas distintas a classe não teria como ser a única forma de servir às lutas políticas de todos os sujeitos enquanto dispositivo discursivo ou categoria mobilizadora. Ela precisaria incluir outras identidades possíveis. Assim sendo, para Hall (2010) as identidades culturais são pontos de identificação, são costuras e fronteiras, não são linhas retas e contínuas. Elas são feitos históricos e culturais, eu diria em diálogo com o autor que também são posicionamentos políticos.

O autor não abandona a problemática marxista e a questão de classe, ele tenta desenvolver uma perspectiva materialista da cultura, que não cai no reducionismo econômico. Hall questiona tanto o economicismo de um marxismo ortodoxo quanto os reducionismos culturalistas do pensamento pós-moderno e de algumas vertentes pós-coloniais (RESTREPO, *et al.*, 2010). Hall se move entre opções axiomáticas do terreno marxista, sendo reconhecido como conjunturalista, ao tratar do contexto histórico, afirmando que as análises devem dar conta de tais processos e entender as especificidades de cada tempo-espço. Segue no terreno de Marx ao não abrir mão de compreender as condições materiais de existência enquanto pontos essenciais para se explicar a vida social, com destaque para sua crítica de que as condições materiais não estão centralizadas no campo econômico (RESTREPO, *et al.*, 2010).

As identidades culturais convocam “para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares” (HALL, 2009, p.111). Desta forma, as identidades culturais (HALL, 2010) não são um espírito universal e transcendente que parte do nosso interior, onde o contexto de vida do sujeito não faz diferença alguma. A transformação e a possibilidade de dialogar com a história e a cultura, com efeitos materiais e simbólicos, é o que forma as identificações. Elas estão em movimento. Para Hall (2010) as identidades culturais se constroem sempre através da memória, da fantasia, da narrativa e do mito.

Há um passado para se apropriar, mas o passado é agora visto e tem que ser tomado como uma história, como algo que tem que ser narrado. E é narrado. Se apreende mediante a memória; se apreende através do desejo; se apreende mediante a reconstrução. Não é somente um fato que estava esperando para legitimar nossas identidades. O que surge disto não é um passado sem complicações,

sem dinâmicas, sem contradições, sem história; nada disso constitui a imagem do momento do retorno (HALL, 2010. p.235. tradução nossa).

Com a quebra da monocultura ocorre a emergência de novas identidades, que pertencem às novas bases políticas definidas pelos movimentos e grupos sociais. Elas partem da erosão do que seria para Hall (2006) a “identidade mestra” de classe. Uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. Tendo em vista que a identidade muda historicamente de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, não sendo uma identificação pronta, automática, ela pode ser transformada, negociada, aceita ou negada.

Isto posto em uma visão do mundo moderno com paisagens políticas que são fraturadas por identificações flutuantes e contrastantes, nem sempre em harmonia. As novas identidades partem de bases políticas definidas pelas lutas feministas, antirracistas, libertárias e ambientalistas, entre outras em crescente ascensão. Ao posicionar tais movimentos sociais na formação das identidades culturais o autor nos situa no contexto histórico destas lutas.

O feminismo, por exemplo, teve um importante papel ao descentralizar o sujeito cartesiano e ter como base de sustentação a ideia discursiva de que “o pessoal é político”, questionando a distinção dual entre dentro e fora, privado e público. Contestando politicamente o papel das mulheres na família, no trabalho doméstico, no mercado de trabalho e nas dinâmicas sexuais. Problematizando a forma como os sujeitos são generificados, e tratadas todas as identidades sobre uma perspectiva masculinizada. Rompendo com uma noção homogênea de humanidade, relacionada a uma identidade única, a do homem. O que se inicia então com um debate de posição social das mulheres se amplia para a formação de identidades sexuais e de gênero. Recorte que será amplamente aprofundado ao longo da pesquisa.

Esta referência particular ao feminismo indica reflexões de um momento histórico da década de 60 onde emergiram novos movimentos sociais que se opunham à política liberal capitalista ocidental tanto sob perspectivas objetivas quanto subjetivas. Hall destaca que tais movimentos tinham um apelo cultural forte e refletiram uma fragmentação dos movimentos sociais. As novas identidades

culturais apontavam tanto para uma crítica teórica quanto para práticas sociais dos seus movimentos.

Desta forma, para Restrepo, Walsh e Vich (2010), Hall encarna um estilo de trabalho intelectual e teórico rigoroso como uma resposta mais do que necessária diante do crescente relativismo e do culturalismo no capitalismo tardio. Seus escritos são uma forma de politizar a teoria e de teorizar o político, compreende que o conhecimento tem valor a partir do momento que pode transformar o mundo. Com um trabalho intelectual que opta por encarar a atividade política dentro de um campo do conhecimento reconhecendo todas as suas articulações e limitações.

A globalização e sua tendência de pasteurizar as culturas provocaria a quebra da multiplicidade de identidades, o que para Hall seria o posicionamento de uma visão unilateral, que não corresponde à visão das identidades sob uma perspectiva da pós-modernidade. Para o autor a globalização, que não é um processo natural ou inevitável, vai gerar impacto direto nas identidades culturais. Com influência Gramscista, Hall se refere ao autor para conceitualizar o que ele chama de hegemonia, o que é apropriado também para esta pesquisa. Esta estrutura de dominação é imperativa, mas não consegue dominar tudo e todos ao seu redor, um dos seus efeitos colaterais é produzir processos de subalternização e tendências emergentes, que estão fora do controle e da dominação, e são justamente o foco desta pesquisa (HALL, 2010).

Algumas contribuições de Hall para compreender as transformações da identidade cultural a partir dos processos de globalização pode ser apresentada através da exposição de três possibilidades: A desintegração das identidades nacionais com o crescimento da homogeneização cultural pós-moderna; identidades locais ou particulares seriam reforçadas pela resistência à globalização; Identidades nacionais em declínio, com novas identidades híbridas tomando o seu lugar.

A ponderação sobre global e local exposta pelo autor com referência às identidades aponta para novas articulações. Hall apresenta a ideia de que a identidade local agora também responde a lógica da globalização, não sendo mais enraizadas, enquadradas e limitadas aos seus territórios ou grupos sociais,

produzindo novas identificações, tanto globais, quanto locais. Justificando essa amplificação a partir da compreensão das influências externas que bombardeiam as ditas identidades culturais puras, intactas ou isoladas. Tal infiltração pode gerar um enfraquecimento de identidades devido à superexposição (HALL, 2006).

Hall (2006) nos traz base para compreender que não existe uma cultura estática, parada no tempo e enclausurada em um espaço, debate que será de grande valia para pensar as questões indígenas e de populações tradicionais. Grupos que muitas vezes são vistos por uma visão romantizada, estática, que crê que eles não foram influenciados pelas transformações culturais e pelos movimentos societários. É importante ponderar que estes grupos e outros periféricos, que estão fora do padrão hegemônico, nunca foram lugares etnicamente puros, com uma cultura tradicional imóvel e fechados às influências externas. A ideia de uma cultura intocada já não é aceita no âmbito dos Estudos Culturais Críticos. Essa é uma fantasia colonial ocidental que tende a ver os colonizados e seus territórios como lugares e sujeitos exóticos, uma visão um tanto utópica quanto a descrita por Thomas Morus.

A globalização, assim como a colonização, dissolve as barreiras de tempo e espaço e provocaram o encontro imediato e intenso de culturas e conhecimentos, como é pontuado pelos pós-modernos, mas essa dissolução no meu ponto de vista não é tão fluida como aparece em muitas dessas teorias.

Ao seguir a reflexão sobre a geometria do poder, Hall (2006) afirma que as identidades não são uniformemente atingidas pela desigual distribuição da globalização. O fluxo desequilibrado de homogeneização e hegemonização cultural afeta de forma distinta as localidades e comunidades. O que gera relações desiguais de poder cultural entre "o Ocidente" e "o Resto".

Tanto o liberalismo quanto o marxismo, em suas diferentes formas, davam a entender que o apego ao local e ao particular dariam gradualmente vez a valores e identidades mais universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego - a espécie de coisa que seria "dissolvida" pela força revolucionária da modernidade. De acordo com essas "metanarrativas" da modernidade, os apegos irracionais ao local e ao particular, à tradição e às raízes, aos mitos nacionais e às "comunidades imaginadas", seriam gradualmente substituídos por identidades mais racionais e universalistas. Entretanto, a

globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do "global" nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do "local". Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isto também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente (HALL, 2006. p.97).

Parece então, que a globalização produz uma variedade de possibilidades e de posições outras de identificação ao contestar e deslocar identidades centradas e fechadas em uma cultura nacional única que, na verdade, nunca se consolidou. A ideia central de Hall (2006) ao tratar das identidades culturais na pós-modernidade é que as identidades culturais se tornam mais conectadas à conjuntura, mais políticas e diversas com o encontro indissociável entre global e local, quebrando posicionamentos fixos e unificados, fortalecendo identidades locais ou com a produção de novas identidades. Uma diversificação que nada tem de pacífica e integradora. Acontece devido à luta dos movimentos sociais, com o fortalecimento de identidades locais conectadas às suas reações fortes e defensivas diante dos grupos dominantes.

No atual contexto mundial identificamos a desigualdade estrutural, dentro de um sistema de livre comércio sem regulação e de livre fluxo de capital dominado pelo dito Primeiro Mundo, com parâmetros ocidentais. Este fator identificado como globalização não é algo novo, a exploração e a colonização europeias foram formas anteriores deste processo histórico secular, o que Marx chamou de "formação do mercado mundial". O que ocorreu no último século foi um aprofundamento deste processo com a substituição do governo direto, da governança e do protetorado de uma potência imperial. No seu lugar foi instaurado um sistema globalizado de assimetrias de poder, com a ruptura de laços nacionais e características transnacionais de produção e consumo neoimperialistas (HALL, 2010).

No período do pós-segunda guerra mundial, se dá um novo descobrimento voltado para o Sul Global: o "descobrimento" da pobreza massiva existente na Ásia, África e América Latina. Uma definição quantitativa que transforma em pobres uma parte da humanidade sob um viés estritamente econômico, caracterizando estes como inferiores, carentes e necessitados de intervenção (LANDER, 2000). Em 1948, o Banco Mundial define os países que são pobres, e que, portanto,

devem buscar como solução para os seus problemas o desenvolvimento econômico. Tal desenvolvimento é nomeado como algo evolutivamente alcançável e desejado para todos. Ainda segundo Lander (2000), a habilidade dos empobrecidos para se definirem e tomar o rumo de suas próprias vidas foi erodida de uma forma muito profunda, através de tais definições. A urbanização e a industrialização passam a ser vistas como inevitáveis, necessárias, rotas desejáveis de modernização para os países do Sul global.

Para complementar, trago aqui reflexões acerca do estado liberal pelo cientista político argentino Atilio Borón que amplia a compreensão do sistema de dominação da natureza e alienação dos povos. Borón identifica que a base do estado liberal se funda numa falsa ideia de igualdade, desempenhando um importante papel no processo de acumulação capitalista. Tais práticas que legitimam a desigualdade passam pela camuflagem do processo de dominação que está na estrutura de formação da sociedade burguesa e até antes dela. Para tanto existe uma esfera que prega a separação da economia e da política, sem a gestão do estado, como se o livre mercado fosse realmente livre.

A globalização e a formação do estado liberal e neoliberal não são o ponto inicial de expropriação cultural, deformação dos saberes e ruptura de identidades. O processo colonial já foi responsável pela desintegração, declínio e apagamento cultural. E, desde então, também seriam as identidades culturais reforçadas pelo processo de resistência e, eu diria também, de re-existência, onde identidades locais sobrevivem ao processo de dominação e voltam a existir em outro tempo-espço. Que pode resultar em identidades diversas, seja pela pressão do processo de resistência ou pela necessidade de se reinventar dos grupos sociais, ou também devido às invasões e dominações, com retirada de terra e extermínio de formas de vida.

A colonização não é compreensível pelo caráter universal e total, mas pela possibilidade de análise de deslocamentos e diferenciações, que inter-relacionam global e local rompendo fronteiras do Estado-nação na concepção de Hall (2003). O presente estudo não se posiciona como pós-colonial, mas compreende este como um aliado no campo de forças de poder-saber, com contribuições relevantes para a compreensão da dominação de territórios e de corpos. Identifico através da

perspectiva pós-colonial uma crítica à colonização, reconhecendo sua capacidade de estruturar um sistema de conhecimento colonizador e produção de identidades universais que está sendo recusado.

Em termos de periodização o “pós-colonial” retém alguma ambiguidade, pois, além de identificar o momento posterior à descolonização, com as lutas de libertação africanas, em especial, como momento crítico para um deslocamento nas relações globais, o conceito também oferece — como toda periodização — uma narrativa alternativa, destacando a conjuntura da narrativa clássica da Modernidade (Hall, 2003).

Vista sob a perspectiva "pós-colonial", a colonização não foi um subenredo local ou marginal de uma história maior (por exemplo, da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, esse último se desenvolvendo "organicamente" nas entranhas do primeiro). Na narrativa reencenada do pós-colonial, a colonização assume o lugar e a importância de um amplo evento de ruptura histórico-mundial. O pós-colonial se refere a "colonização" como algo mais do que um domínio direto de certas regiões do mundo pelas potências imperiais. Creio que significa o processo inteiro de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial que constituiu a "face mais evidente", o exterior constitutivo, da modernidade capitalista europeia e, depois, ocidental, após 1492. Essa renarração desloca a "estória" da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas "periferias" dispersas em todo o globo (HALL, 2003, p.112-113).

Hall traz o ano de 1492, assim como o filósofo argentino Enrique Dussel (2000), como o momento de expansão e criação da modernidade. Este é o período das navegações e colonização da América Latina, com a extração de metais e vegetais preciosos de Potosí à Minas Gerais. Processo que se reinventa com a exploração de petróleo e venda de commodities. Para Tuck & Yang (2012) o colonialismo não é apenas um sintoma do capitalismo, os impérios socialistas e comunistas também formam impérios colonos, e todos esses sistemas veem a terra e o ambiente como mercadorias a serem exploradas. O colonialismo produziu o capitalismo e o estado como ferramentas para promover seus projetos coloniais.

A acumulação de riquezas, experiências e conhecimentos da Europa moderna, desde esse período histórico, resultado da conquista latinoamericana (já que a norte americana somente entra no jogo no século XVII) foi usada como trampolim para tirar vantagem competitiva diante das culturas antagônicas da

época, como a turco-muçulmana (DUSSEL, 2000). Nesta crítica ao colonialismo eurocêntrico, Dussel (2000) aborda a colonização como marco constitutivo da modernidade, e identifica a necessidade de libertação para o reconhecimento do outro, negado e subjugado, da destruição e tentativa de homogeneizar identidades culturais, como nos apresentou Stuart Hall.

A negação do mito da modernidade é uma estratégia para superação da própria modernidade, identificando as relações de poder que operam no mundo periférico colonial. Dussel (2000, p. 30) nos ajuda a compreender que a modernidade vitimou sujeitos “o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc.”, através de atos irracionais de colonização, contraditórios ao próprio ideal racional da modernidade.

Embora tenham existido formas particulares de inscrição e sujeição da colonização, com variações em cada território colonizado, existem, para Hall (2003), efeitos gerais que devem ser decisivamente marcados teoricamente, junto com suas pluralidades e multiplicidades territoriais. Esta perspectiva nos aponta para o debate anteriormente realizado sobre globalização em um diálogo com as identidades culturais e a forma como são afetadas. O que nos permite fazer um rebatimento para o modelo colonial de opressão identitária nas periferias globais colonizadas a partir de um centro. O colonialismo, sempre com dupla inscrição, tentou congregiar colonizados dentro de um tempo vazio e homogêneo da modernidade global, mas sem apagar as profundas diferenças de tempo, lugar e tradição (HALL, 2003).

2.1.2 Caminhos contracoloniais e uma outra crítica ao Colonialismo: Germinando a Ecologia Decolonial

Para Albert Memmi (1969) a reflexão colonizado/colonizador não se resume a uma dualidade, mas avança por um caminho complexo que nos permite ver os contrastes de dominação. Entendo que esta relação colonial não se limita a sujeitos que ocupam lugares determinados, mas que fazem parte historicamente de uma estrutura social. Uma estrutura onde a existência do colonizado é contestada e negada pelo colonizador.

A relação de dominação colonizador/colonizado é também apresentada por Aimé Césaire, que traz aportes para compreender como os projetos coloniais pensam e aplicam tais estratégias. O autor descreve com linhas finas e traços diretos uma relação de dominação que transforma o homem em um “instrumento de produção”, esmiuçando a relação não humanitária a qual o colonizado é submetido, tratado com desprezo e desconfiança, tendo sua vida mediada por pressão, intimidação e dominada pela força policial, tendo a violação dos seus direitos como uma forma de operar e a imposição cultural como pano de fundo (CÉSAIRE, 2006).

Aimé Césaire é um pensador, escritor e líder político caribenho, nascido na Martinica, e com uma trajetória intelectual e política desenvolvida na França. Foi um dos principais promotores do movimento da negritude desde meados da década de 1930 e o lutador de uma vida contra o colonialismo. O livro abordado no presente trabalho, o Discurso sobre o colonialismo foi publicado na década de 50, questionando o futuro da humanidade após o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial. O autor identificou a aplicação das técnicas de poder colonial nas populações europeias através do nazismo e do fascismo (VIVEROS VIGOYA & FACUNDO NAVIA, 2021). Césaire afirma que “colonização = coisificação” e com uma força devastadora enuncia o que vemos ainda hoje.

Ouçó a tempestade. Falam me de progresso, de <<realizações>>, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espizinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos de ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. Falo dos que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Adibjan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, às suas terras, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria (CÉSAIRE, 1978. p.26).

Tais reflexões de Césaire, escritas em 1950, me impulsionam e queimam no meu peito, refletindo sobre os direitos arrancados desde 2019 no Brasil. Penso que Césaire escreveu as dores dos colonizados com tamanha sabedoria que abarcou tempos futuros, em um ir e vir de processos coloniais, ele segue acertando sua pontaria. Suas denúncias me levam a refletir sobre as opressões recaem pesadas

sobre as mulheres nos países periféricos, nos cantos da cidade, nos seus restos de casa. Em meio a pandemia, a fome, ao caos, retirada de direitos e uma crise sanitária, mulheres pobres não têm direito à saúde, não tem emprego, precisam sustentar suas casas, carregar seus filhos, enfrentar abusos e existir em meio à intensificação de todo processo de opressão que se aprofundou no capitalismo⁸.

Em tempos pandêmicos se desenhou um cenário macropolítico de desestruturação social, desterritorialização, ampliação das desigualdades e o direito à vida sendo negociado diante da necessidade de se aquecer uma economia. Uma economia propositalmente desestruturada para que a boiada passe e todas as riquezas de países empobrecidos sejam retiradas sem mais bloqueios. Como aparecerá de forma breve e inicial na descrição da retirada de direitos no Brasil, através das pautas de luta da marcha das margaridas e das mulheres indígenas, fato que se aprofunda no ano de 2019 e se intensifica ao longo de 2020 e 2021.

O trabalho de Aimé Césaire é referência para pensar o movimento antirracista e o anticolonial no mundo. As autoras Viveros Vigoya e Facundo Navia (2021) apontam que a leitura do discurso do colonialismo de Césaire pode apoiar a observação de elementos da realidade dos grupos dominantes por parte dos grupos racializados, das mulheres e da comunidade LGBTQ+. Elas afirmam a falta de atenção de Césaire às relações entre gênero e raça e às teorias produzidas por mulheres negras. Elas afirmam que o pensamento político do autor não está tão alinhado aos movimentos contemporâneos, que têm a compreensão mais complexa das relações de opressão e dominação. Mas, ainda assim, seu discurso colabora na construção de um pensamento, a partir de chaves de leitura, sobre os processos de opressão que as mulheres vivem.

A colonização desumaniza mesmo o homem mais civilizado; a ação colonial fundada e justificada no desprezo pelos indígenas, tende a modificar de forma inevitável quem a empreende. O que Césaire chama de ação de ricochete da colonização. Ninguém coloniza inocentemente e não sai impune deste processo. O

⁸ Como podemos ver na exposição fotográfica “Toda mãe solo é uma aldeia”, que expõe fotos de mulheres em meio à pandemia. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2020/12/maes-solo-filhos-trabalho-desemprego-pandemia?image=projeto-solo-maes-solteiras-pandemia-8&gallery=52763>

pensador afirma que “uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida...” (CÉSAIRE, 1978. p.21).

No contexto colonial, o oprimido tem cor, gênero e raça: são negros, mulheres, indígenas e empobrecidos, os expoliados, desterritorializados e desapropriados. O racismo se funda com o colonialismo. Césaire pensou o racismo como um traço constitutivo do sistema capitalista (VIVEROS VIGOYA, FACUNDO NAVIA, 2021). As comunidades latino-americanas e africanas colonizadas perdem suas raízes e direitos em nome de um desenvolvimento “para todos”, uniforme e acima do bem e do mal, fundamentadas atualmente pelo mito da democracia racial.

Césaire destaca o desejo de reparação que existe no colonizado. A palavra reparação também vai aparecer no trabalho de Grada Kilomba (2019) ao tratar das formas de combate ao racismo, com uma crítica ao processo colonial, apontando a reparação como um caminho possível pós-reconhecimento do processo violento do racismo. Césaire afirma ainda a necessidade de reestruturação das instituições e abolição das categorias colonizadoras que representam uma sociedade morta, apodrecida, refém dos amantes do exotismo (CÉSAIRE, 2006). Uma ironia bem pontuada, já que racismo e a admiração ao exótico se abraçam, e a última firma a primeira, ainda que “sem intenção”.

O pensamento científico moderno hierarquizou os conhecimentos a fim de dominar. Dominou o saber dos povos ancestrais, periféricos para criar um novo conhecimento, superior quando hierarquizado, com objetivos claros de dominação. Nos países periféricos o conhecimento produzido é tido como inferior, a cultura atrasada e o povo ignorante, com base na criação de uma identidade eurocêntrica única e melhor que deve ser alcançada por todos (CÉSAIRE, 2006).

Não é que todo conhecimento produzido na Europa tenha sido expropriado de outros continentes, também não afirmo que o saber hegemônico tem sempre objetivos de dominação sempre. Compreendo que o mundo ocidental pode sim estar comprometido com ciência com fins de libertação. A ideia desta pesquisa não é operar no reducionismo, mas sim trazer discursos outros que contrapõem a ideia de uma ciência neutra que é boa para todo o mundo, uma ciência universal e apolítica.

Entendendo que tais generalizações de conhecimentos e culturas universais não são aceitáveis.

Reconhecemos um contexto de negação dos saberes dos colonizados e trazemos o questionamento do extrativismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016), que é a consequência da construção racial moderna de uma ciência que apagou as contribuições capturadas de civilizações não ocidentais. Este processo extrativo gerou o mito de que a origem da ciência é ocidental, criada pelo homem europeu superior aos demais na capacidade de racionalizar e produzir filosofias. Tal visão eurocêntrica segue se reproduzindo e se atualizando no meio acadêmico através de categorias e campos teóricos que invisibilizam sujeitos e roubam suas narrativas, que são assimiladas em um conhecimento dado como neutro. Uma forma de produzir conhecimento que já é parte da existência capitalista ocidental. Segundo o autor, tudo o que é diferente perde suas especificidades ao ser assimilado pelo que o generaliza, sendo este um modo de operar o extrativismo epistêmico que se apropria de formas de pensar e existir deixando poucos rastros da memória acerca dos povos que os produziram. Destruindo e destituindo grupos sociais de suas epistemologias tão diversas (GROSFOGUEL, 2016).

Para Césaire a expansão colonial passa pelo aprofundamento da dominação a partir da produção de conhecimento. O autor afirma que existe uma ocultação do lugar do sujeito de enunciação na elaboração de saberes. O aprofundamento da construção de hierarquias entre civilizações está relacionado ao desligamento da relação do saber com o território e o corpo do sujeito que anuncia. Criando um mito de um conhecimento universal que oculta a posição de poder de quem produz conhecimento.

Neste sentido, o procedimento para se criar um saber universal é esquecer a história local, invisibilizar o Outro, suplantando seus direitos, inviabilizando que o colonizado se mantenha em seu território. Assim, todo saber criado não é associado aos homens brancos europeus, mas sim a um sujeito neutro e invisível. Segundo Césaire (2006) na dominação, cria-se a dependência, onde o oprimido é julgado pelo colonizador como um ser inculto, primitivo, bárbaro. Já o colonizado se olha em um espelho invertido, onde nele aparece a imagem do colonizador, que produz uma idolatria cega. O que precisa ser observado pela psicossociologia.

Neste retrato, o colonizado nunca tem revelada uma imagem positiva, se mantém como um negativo, como descrito por Albert Memmi (1969). “Esse retrato mítico e degradante, querido e difundido pelo colonizador, termina por ser aceito e vivido em certa medida pelo colonizado”. (MEMMI, 1969, p.98). A admiração ao colonizador se fortalece com um processo dinâmico de auto-inferiorização, que não é uma ingenuidade do colonizado, mas uma estrutura de dominação construída para que exista a entrega dócil e a invasão colonial.

A dominação colonial imperou em sociedades que eram vistas como “pré-capitalistas” pelos colonizadores, mas elas eram também anticapitalistas, cooperativas e fraternais (CÉSAIRE, 1978. p.21). E, eram também, sociedades contracoloniais, como nos conta o Mestre Nego Bispo (2015). Para o pensador quilombola, a guerra de colonização é uma guerra territorial, de disputa de territorialidades.

Os povos contracolonizadores, quilombolas, têm demonstrado em muitos momentos da história a capacidade de compreender e até de conviver com a complexidade das questões que esses processos tem se apresentado. As sucessivas ressignificações de identidades em meio aos perversos processos de racismo, a readaptação dos modos de vida em territórios retalhados, descaracterizados e degradados, a interlocução das linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores (BISPO DOS SANTOS, 2015. p.74).

Nego Bispo, um lavrador de palavras nos brinda, com um copo de cachaça, práxis germinadas e com críticas diretas a sociedade eurocristã monoteísta colonialista. Ele afirma que contracolonial não é uma teoria é uma ação, que ninguém ensina ninguém a ser contracolonialista, é algo que se aprende na vida real (BISPO DOS SANTOS, 2020b). Os povos quilombolas, sujeitos contracoloniais, têm mais de 500 anos de trajetória e nas teorias quilombistas que vêm sendo escritas existem caminhos para se pensar outras críticas ao colonialismo.

Contracolonizar é não aprender só o que os eurocristãos querem ensinar, é olhar para os saberes dos quilombos, dos povos indígenas, dos comunitários. Contracolonial é Palmares, é Canudos, é não se deixar ser colonizado e contrariar o colonialismo. E isso, segundo Bispo dos Santos (2020a) se faz no território e não na academia, demarcando assim os limites desta pesquisa.

Após essa tentativa de não descrição do que é o contracolonial, desse incômodo que não explicar pode gerar. Esse trabalho se dispõe a refletir sobre suas possibilidades e desafios na fronteira que se encontra ao buscar produzir um conhecimento em diálogo com as perspectivas contracoloniais.

Bispo dos Santos (2020b), complementa que ser contracolonialista hoje, não é o mesmo que ser contracolonialista amanhã. Pois a sociedade muda e o que é hoje não é amanhã. Nos explicando que definir o que é ser contracolonialista seria um comportamento colonial, que visa demarcar, limitar, pontuar. Como o colonizador, que tenta denominar outros grupos e demarcar eles. Afirmando a diferença do que se é, do que é ser marcado por um mercado, com um conceito de algo que se quer vender, enquanto uma ação colonialista. Teorias que facilmente se transformam em marca que se torna mercadoria e deixa de ser práxis contracolonial.

Quando Nego Bispo (2020b) afirma “Eu preciso que a europa não precise da minha pobreza”, ele nos mostra que o olhar do colonizador para o colonizado precisa mudar. Precisa deixar de ser de alguém que está sempre desamparado para alguém que tem o direito de escrever sua própria história. Os colonialistas querem ser donos da terra, e querem colocá-la à sua disposição, já os contracoloniais sabem que a terra não é nossa e que nós somos da terra. O processo eurocristão colonialista é responsável por grande parte das mazelas que acontecem hoje no mundo. Para corrigir os seus erros e crimes históricos, o colonizador precisa reconhecer e corrigir, ajudar a acertar a situação de caos que criou, segundo Nego Bispo (2020a). Afirmação que também aparece no pensamento de Césaire (2006) e Kilomba (2019).

Dialogando com a ideia de Nego Bispo (2020a) de contracolônizar a partir de perspectivas quilombolas, encontramos com a proposta de descolonizar a ecologia por Malcom Ferdinand (2022). A ecologia decolonial articula a confrontação das questões ecológicas contemporâneas com a emancipação da fratura colonial, com a saída do porão do navio negreiro. Visando desfazer as estruturas coloniais do viver-junto e das maneiras de habitar a Terra que mantêm as dominações de pessoas racializadas, particularmente das mulheres, no porão da modernidade. “A ecologia decolonial é um grito multissecular de justiça e de apelo por um mundo” (FERDINAND, 2022. p.37).

O autor se utiliza do termo matricídio para o habitar colonial e a forma de produzir a partir das plantations que produzem uma forma violenta de habitar a Terra provocando a destruição das relações matriciais dos grupos sociais com os ecossistemas, retirando a possibilidade de relação entre seres humanos e não humanos que existia através da experiência de ser e estar nos territórios antes do ciclone colonial. Dentro da ecologia decolonial de Malcom Ferdinand (2022) está a ecologia dos escravizados fugitivos, dos quilombolas, sujeitos extremamente ligados à ecologia.

Para o autor, a Ecologia quilombola mostra outra relação com a natureza, marcada por um desejo de mundo. Para desfazer a política dos porões do mundo, os quilombolas apontam caminho-fuga com delineaes importantes na visão de Ferdinand (2022). Sendo estes a perspectiva matriarcal da terra e uma ecologia política que contempla a comunidade humana e não-humana. Práticas ecologistas guerreiras onde a resistência não se separa do respeito à natureza como condição de emancipação. Um habitar a terra que relembra Malcom dos gestos de uma mãe para um filho, aquela nutre e cuida. A proteção que a terra dá aos quilombolas é reconhecida necessária para sua existência, portanto, respeitada. A mãe terra com sua água e capacidade de gerar alimento, com plantas e solo fértil dá refúgio para os quilombolas, indígenas e camponeses.

Fazer um mundo diverso é uma proposta da ecologia decolonial, que ao contrário das conceituações antropocêntricas da crise ecológica, reconhece a pluralidade de humanos e não humanos em relação, que se desdobra em práticas nos planos ontológicos, estéticos e políticos (FERDINAND, 2022). Para a garantia dessa diversidade é importante reconhecer a atitude de resistência das comunidades quilombolas diante das autoridades coloniais e escravistas, que queriam dominar não só os corpos, mas a terra.

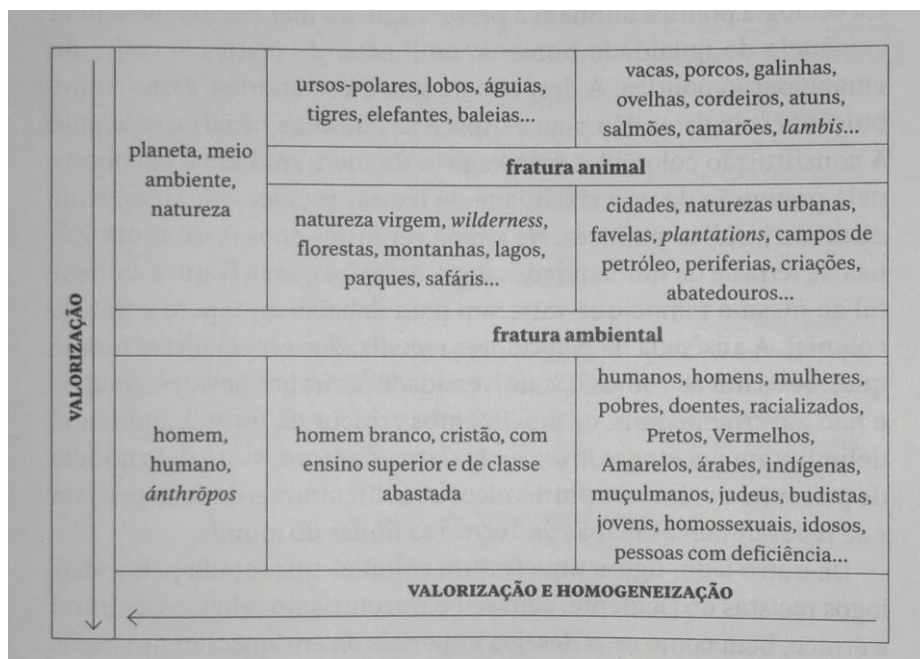
As lutas pela libertação foram também redescobertas dos movimentos dos corpos que escaparam do mecanismo escravizador patriarcal. Bem representado, segundo o autor, pelas danças praticadas pelos povos escravizados, como forma de contato com sua cultura ancestral e com a África. Um importante movimento para ecologia decolonial, ao ter como perspectiva lembrar que corpos são livres para se mover para além dos movimentos do trabalho. As danças de resistência eram, e

são, capazes de irrigar arte, afeto e encantamento. Movimento que se amplia com corpos livres das amarras da escravidão e com a redescoberta da possibilidade de circulação (FERDINAND, 2022).

Cuidar dos corpos passa ademais pelo cuidado com os corpos ecológicos, com os corpos-território. O movimento ecologista reconhece a importância das lutas antirracistas, feministas e outras lutas por justiça social, já que as exclusões sociais e políticas sofridas por tais sujeitos se manifestam pela contaminação e impactos tanto nos corpos quanto nos territórios. Este ponto é matéria de estudos do Ecologismo dos Pobres, que reconhece um recorte de classe nas pautas ambientais (ALIER, 2007). A Ecologia decolonial dá mais um passo e reconhece o recorte de raça indissociável das disputas socioambientais. A ecologia política olha desde o marcador de classe, um ecologismo dos pobres. A ecologia decolonial de Malcom Ferdinand mira com uma perspectiva do negroceno, desenhando uma ecologia preta.

Malcom Ferdinand em sua proposta de uma ecologia decolonial, pensa a partir do mundo caribenho, como as questões ambientais, sua razão e episteme, se fundam na política dos porões dos navios negreiros, e suas práticas, condenam à morte o ambiente, o povo preto, os colonizados e as mulheres. A dupla fratura colonial e ambiental da modernidade é um dos focos do seu trabalho (FERDINAND, 2022). Uma fratura que reconhece a distância entre os movimentos ecologistas e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, que não se miram como parceiros diante das relações de dominação. A fratura ambiental é bem descrita no quadro do autor a seguir (Figura 19).

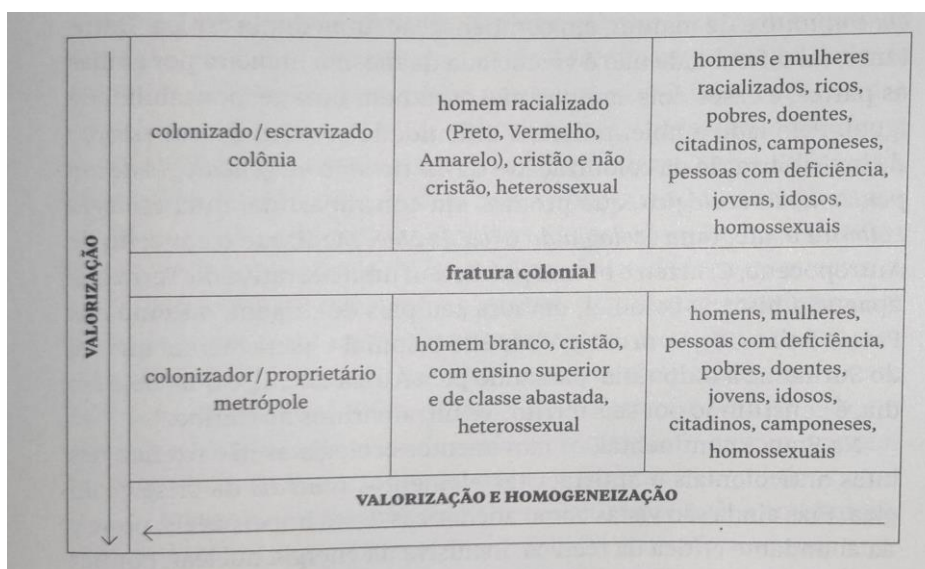
Figura 19: A Fratura ambiental



Fonte: Ferdinand, 2022.

O autor delimita a existência de ambientalismo que opera de acordo com a fratura colonial (Figura 20). Tal ambientalismo se reúne enquanto um conjunto de correntes e movimentos de pensamento que tentam problematizar as questões ambientais sem um posicionamento diante das injustiças sociais, das discriminações de raça e gênero e das dominações coloniais e políticas, uma ecologia apolítica.

Figura 20: A Fratura Colonial



Fonte: Ferdinand, 2022.

Ao abordar a ligação da fratura colonial com a fratura ambiental, o autor apresenta as bases de sua definição da ecologia colonial. Tecendo longos debates sobre a forma como elas se entrelaçam e entranham nas estruturas sociais, desde uma perspectiva histórica e situada nos países que sofreram processos de colonização, destruição da terra e escravização.

Cuidar dessa fratura permite identificar as aporias comuns do abolicionismo, do anticolonialismo e do ambientalismo. Primeira aporia: é ilusório proibir a dominação e a exploração de seres humanos por outros seres humanos mediante a escravidão, o tráfico negreiro e a colonização ao mesmo tempo que se conserva uma organização social e econômica cuja função é a exploração colonial da Terra. Mudar de política implica mudar de ecologia. Segunda aporia: torna-se ilusório proteger os espaços naturais e as florestas da Terra dos desejos financeiros de certos humanos a partir do momento em que se aceita a escravização de outros seres humanos pelas dominações escravagistas e coloniais: mudar de ecologia implica mudar de sociedade. Essas aporias constituem uma ecologia colonial, que mantém a separação artificial entre o devir material do planeta e dos não humanos e o devir social e político dos humanos (FERDINAND, 2022. p.146).

A palavra antirracismo não faz parte do vocabulário ecológico, e essa ausência não é vista como um problema. A crise ambiental resultante das atividades da humanidade, uma humanidade genérica, oculta seus vínculos com as colonizações modernas, as escravidões e os racismos (FERDINAND, 2022 p.30) segregando a destruição dos territórios e dos seus povos. Seria a crise ecológica um fardo do homem branco de salvar a “humanidade” dele mesmo? Já que os empreendimentos coloniais de exploração de todas as formas de vida das colônias resultaram na crise ecológica e na continuidade destes processos através de outros formatos. Malcom Ferdinand dialoga diretamente com Fanon, du Bois e Dussel ao afirmar:

De 1492 até hoje, é preciso ter em mente as incomensuráveis resistências e lutas por parte dos colonizados e dos escravizados, homens e mulheres, para exigir um tratamento humano (...). No entanto, os que carregam o peso do mundo veem suas lutas reduzidas ao silêncio tal como a Revolução Haitiana. Na busca por dignidade, mirando em primeiro lugar as questões de identidade, igualdade, soberania e justiça, os temas ambientais são percebidos como um prolongamento de uma dominação colonial que comprime ainda mais os pobres, acentua os sofrimentos dos racializados, dos pobres e das mulheres e prolonga o silêncio colonial (FERDINAND, 2022. p.31).

O ambiental aparece assim como mais uma forma de dominação. Daí surge uma desconfiança do ambientalismo, que pode ser visto como uma utopia branca, uma luta pela preservação dos privilégios coloniais, antes de ser uma luta por vida digna, não de uma humanidade em geral, mas daqueles que são os condenados da terra, como dizia Fanon. Desta forma, deixar de lado a questão ambiental é criar um distanciamento de formas de violência que atingem os sujeitos políticos parte dos movimentos antirracista e pós-coloniais.

No prefácio de *Ecologia Decolonial* (2022), Angela Davis destaca a relevância ainda atual do conceito de racismo ambiental e seus impactos nas populações negras, latinas e indígenas. O racismo ambiental ameaça a vida de pessoas racializadas ao mesmo tempo que as exclui dos processos de liderança dos movimentos ecológicos. O conceito interconecta a agressão ao ambiente e a violência racista, já que o racismo não é somente a maneira como os impactos ambientais afetam de forma desigual alguns grupos sociais, mas também as condições de vida que são desvalorizadas e atacadas pela condição que se estrutura a partir do racismo, do patriarcado e do especismo.

Malcolm identifica que o homem não tem a mesma experiência que tem uma mulher, isso deve ser considerado na hora de definir respostas aos problemas ambientais, já que são atravessados por marcadores de gênero e raça. Mas no atual contexto a maior parte das decisões são tomadas por homens brancos ricos heterocisgeneros, que sem a propriedade da vivência, falam e decidem por todos, inclusive mulheres pretas.

O autor reconhece que a ecologia decolonial une-se perfeitamente às críticas feministas e, em especial das mulheres negras, reconhecendo entrelaces de dominações na constituição dos Estado-nação. A dominação sexual das mulheres negras escravizadas, era o pano de fundo de mulheres que trabalhavam nos campos nas casas coloniais. “Assim, as mulheres escravizadas foram exploradas tanto por sua função de produção quanto por sua função de reprodução. (...) Essa dominação das mulheres, mola mestra do habitar colonial, operou no conjunto das Américas” (FERDINAND, 2022. p.79).

Com as mulheres indígenas a situação não foi diferente. Como as mulheres indígenas afirmam: a mãe do Brasil é indígena (ANMIGA, 2023b). Uma referência poética e política que busca desencobrir a história das violações dos corpos de mulheres indígenas estupradas e capturadas no laço pelos colonizadores. A destruição do sistema de dominação colonial se fundou com base no controle e exploração dos ventres maternos de mulheres racializadas, assim como do ventre da terra. A perspectiva feminista de ecologia carrega em si a perspectiva do ventre

Ao problematizar a ecologia decolonial, Malcom Ferdinand deixa claro sua perspectiva interseccional, e a importância de debater a questão colonial atrelada à crítica ao racismo e ao patriarcado. Em seu livro as mulheres aparecem apenas em algumas páginas dedicadas à problematização do posicionamento das mulheres negras diante das opressões relatadas. Ainda que pontuando a existência de pensadoras negras que contribuem com os debates, e das mulheres brancas que apoiaram o abolicionismo, as mulheres não aparecem como pensadoras, o que é comum no pensamento ambientalista. As mulheres aparecem apontadas como força na luta, mas suas contribuições não são expressas a partir de suas ideais, como poderiam ser para fortalecer os processos de libertação e a busca por justiça social e ambiental, onde seu conhecimento é avançado.

Um livro, enquanto território político, poderia ampliar a compreensão das questões de gênero entrelaçadas com as questões de raça. Mas o faz de forma superficial sem trazer as práticas e fazeres das autoras negras para a cena, deixando de lado a força desta temática. Reconhecemos esta situação como uma brecha a ser mirada pelo presente trabalho, apontando para um momento futuro onde as relações de poder entre os saberes sejam equilibradas e as reflexões destinadas às questões fundantes para compreensão de corpos-territórios em busca da vida, sejam mais diversas e justas. Para que as tomadas de decisão sejam feitas por aquelas que estão envolvidas nas problemáticas vivenciadas.

A ecologia decolonial se posiciona de forma contrária às situações de colonialismo ambiental nas quais o Estado e outros grupos no poder conseguem impor sua forma destrutiva de uso da Terra. Tal modo de exploração tira bens comuns para obtenção de lucro privado e vai refletir diretamente na destruição de meios de vida e da vida em si. Desta forma, chegamos até um dos problemas centrais, a

propriedade privada da terra. Segundo Malcom, apesar do fim da escravidão e do avanço da descolonização dos territórios, não houve a redistribuição de terras, assim como ele destaca a falta de indenização dos recém-libertos. Estas questões estruturam as discrepâncias no contexto histórico contemporâneo marcado pela luta pela terra.

A luta pela terra é também a luta pela vida, já que o que acontece no solo, na floresta e nas águas, acontece juntamente nos corpos humanos, assim como no seu modo de vida, refletindo nas suas questões políticas e sociais. Com a colonização os europeus dominaram a terra, criaram outras sacralidades, fincando a cruz em terras apropriadas de seus verdadeiros donos e criaram uma forma de habitar patriarcal colonial. Tentaram romper com relações de encantamento dos povos ameríndios e africanos, demonizando sua espiritualidade, retirando suas formas de existir e destruindo laços comunitários e de pertencimento (FERDINAND, 2022). Neste ponto, retomamos a psicossociologia com comunidades, que busca justamente formas de encontrar e fortalecer esses laços sociais entre comunidades.

2.2 Os frutos da sociologia

Orlando Fals Borda é um dos pensadores críticos contemporâneos mais importantes da América Latina. Fals Borda é um sociólogo colombiano, sua trajetória se constrói e entrelaça com as comunidades, e seu destaque se dá devido ao seu compromisso e contribuições para os movimentos sociais e o mundo acadêmico. O autor é reconhecido especialmente por sua proposta de atuação militante através da metodologia da Investigação Ação Participativa - IAP (FALS BORDA, 2002,). Alfredo Molano, importante figura das ciências sociais na Colômbia, reconhece que através da metodologia de Fals Borda a academia começa a reconhecer detalhes da vida social dos atores coletivos, através de suas próprias propostas. Saberes que até então eram desconhecidos, suas vozes não estavam presentes no espaço universitário. Tendo em vista que nesse período as metodologias positivistas eram dominantes na sociologia. Assim, Fals Borda inaugura não só uma nova metodologia, mas uma outra forma de investigar e fazer sociologia, que se espalhou mundialmente e conquistou o campo da educação (CALDERÓN; CARDONA, 2013) e outras ciências.

Uma das características mais marcantes da IAP é o que este método tem de diferença para os demais, sua forma coletiva de produzir conhecimento e coletivizá-lo. Transformando relações de dominação que poderiam se dar na troca de conhecimento, através do diálogo para a construção do conhecimento para uma mudança estrutural da sociedade (CALDERÓN; CARDONA, 2013). Reconhecendo que a IAP é uma filosofia de vida, para além de um método, um compromisso, uma postura ética e uma persistência que atravessam esta pesquisa por completo, desde a escolha do referencial teórico, a busca por formatos e possibilidades participativas e plurais, mirando uma consolidação de propostas transformadoras.

Fals Borda (2002) descreve que a ideia da IAP, enquanto uma escola onde se inscreve sua obra, parte de preocupações coletivas de muitos pesquisadores, por preferirem a democracia às ditaduras; a participação ao monopólio.

O fato é que a IAP foi estendida desde 1970, quando nasceu na Costa colombiana e nas regiões camponesas da Índia, Brasil, México e Tanzânia, e sua colheita foi registrada hoje tanto no Sul quanto no Norte do mundo. Graças à dinâmica criada pelos trabalhos de seus cultivadores e pelas técnicas e valores próprios, a investigação participativa chegou a ser considerada como paradigma alternativo ao desenvolvimento norte-americano e ao positivismo cartesiano, orientações ideológico-científicas que vão até o ocaso. (...) Agora, como se sabe, as preocupações sobre a IAP provém não apenas sua candidatura como paradigma emergente nas ciências sociais, mas também de sua crescente cooptação por organismos civis, estatais e universitários que podem, por descuido, desvirtuar seus ideais originários de justiça popular. Mas foi assim que vieram, em geral e em todas as partes, as ondas do acúmulo científico e tecnológico moderno (FALS BORDA, 2002, p. XX e XXI).

Em 2000 a IAP já está presente na Europa marcando a busca pela alteração de paradigma citada por Fals Borda, com a publicação dos primeiros manuais universais na Inglaterra e com sua presença no Congresso Mundial de Matemáticos na Dinamarca em 2002, com o reconhecimento disciplinar da escola da IAP que a reconhece a sua aplicação para melhorar o ensino e enquanto facilitadora de comunicação, além de possibilidade para corrigir os prejuízos formativos das ciências duras (FALS BORDA, 2002).

A IAP busca transformação social, estimula o poder e dignidade do povo e reforça a confiança das pessoas na sua comunidade. A IAP perde seu sentido ao ser cooptada por “desenvolvimentistas apressados, governantes assustados,

especialistas e empresários nervosos e até por alguns acadêmicos” (FALS BORDA, 2000. p.91). Se esquecem que a participação e a ação realizadas a partir de tal referencial buscam a libertação comunitária.

Geralmente a obra de Fals Borda é pouco apresentada e raramente discutida, mesmo em trabalhos acadêmicos ou projetos com comunidades, o autor é trazido apenas como referencial metodológico para IAP, com um caráter funcionalista. Godrie (2020) afirma que Fals Borda é apresentado como uma referência e como uma autoridade para estabelecer a genealogia da IAP, mas sua obra permanece praticamente invisível nos trabalhos que Godrie pesquisou a partir do Canadá. Refletindo diante desta afirmação, penso que existe uma invisibilização no Norte Global para trabalhos latino-americanos, mesmo esses sendo amplamente reconhecidos aqui. Mas em parte também concordo com a reflexão de Godrie que o trabalho do autor não é debatido, só seus conceitos são usados. Assim como afirmam Bringel e Maldonado (2016), Fals Borda permanece esquecido e ignorado no meio acadêmico brasileiro, foi apresentado no campo da Educação Popular através de Paulo Freire, mas não foi muito difundido nas Universidades.

O que gera uma preocupação no próprio Fals Borda, para que a sua metodologia não seja mirada longe de sua conjuntura, de seu percurso histórico, do contexto cultural e econômico das comunidades com quem dialoga. A metodologia da IAP sem um engajamento político transformador, em busca da libertação e da autonomia com as comunidades, é só uma ferramenta de exploração e manutenção das relações de poder.

O sociólogo colombiano é considerado o precursor da descolonização das ciências sociais, com sua investigação a-colonial e anticolonial (GODRIE, 2020). Ao buscar germinar respostas latinoamericanas para os questionamentos sociais contemporâneos dialogamos com Fals Borda e suas propostas sociológicas que buscam romper com a exploração provocada pela globalização capitalista e pelo desenvolvimentismo (FALS BORDA, 2000). O autor nos propõe uma democracia substantiva e plural, com a organização política e social comunitária para promover a emancipação dos povos.

Longe da difusão de dogmas e de doutrinas e de uma relação de mera reprodução da voz dos sujeitos, Fals Borda preocupava-se pela reflexividade crítica resultante destes processos de mediação e interação com os grupos organizados de camponeses, operários, indígenas, negros, entre outros, que não deveriam ser exaltados sem contradições. A centralidade da práxis aparece assim como um elemento de destaque. (BRINGEL; MALDONADO, 2016. p.398).

O autor em sua carreira acadêmica se voltou para um pensamento latino-americano, mesmo tendo sido formado nos Estados Unidos, sendo inicialmente influenciado pelo estrutural-funcionalismo, foi um crítico do colonialismo intelectual (BRINGEL; MALDONADO, 2016).

Fals Borda foi convidado para ser o primeiro diretor do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional, em 1958, e junto com Camilo Torres, importante referência para América Latina, começaram o curso de sociologia em Bogotá na Colômbia. Com um ensino voltado para a aprendizagem das metodologias de campo, como história oral e entrevistas, preparando os estudantes para realizar estudos científicos voltados para as realidades locais. Pouco antes de fundar a IAP, em 1968 Fals Borda se retira da universidade e vai ser diretor do instituto de Investigação sobre o Desenvolvimento Social das Nações Unidas em Genebra, onde se aproxima de outros intelectuais latino-americanos, como Paulo Freire.

De 1970 a 1975 dirige a Fundação La Rosca de Investigação e Ação Social na Colômbia, uma organização política e científica que apoia mobilizações sociais, momentos de liberdade de criação e extrema criatividade. Na La Rosca, Fals Borda junto com seus colaboradores experimentam a IAP a fim de despertar a consciência popular e estimular a participação social. Em 1979, devido a essa metodologia e o trato com as comunidades, Fals Borda e sua esposa são presos pelo governo colombiano (GODRIE, 2020). La Rosca é explicada por Godrie (2020) citando Parra Escobar, como um termo pejorativo para se referir aos círculos de concentração de poder, e é retomado por Fals Borda no sentido de círculo.

Em suas experiências coletivas de reflexão e aplicação de estudo-ação na La Rosca, junto com outros observadores-militantes, o grupo estabelecia relações sérias e respeitadas com os povos que estudavam, em um compromisso com seus processos sociais. Em suas práxis tentaram remexer o sistema a partir de suas

contradições e agitar taticamente para determinar suas áreas de tensão junto com os grupos de base, provocando instituições e destruindo mitos (FALS BORDA, 2016).

A Rosca tem ido às comunidades para aprender suas realidades, contribuindo com diversos projetos de colaboração local. Nesses projetos se tem observado como é descoberta a ampla gama de recursos com que contam os grupos de base – expressados, por exemplo, em sua história, no seu folclore, em sua liderança, em sua “malícia” e experiência – o que os leva a unirem-se ao redor de interesses, acelerando situações críticas necessárias que levam a uma maior consciência de classe. Mas também temos aprendido no processo a respeitar o conhecimento e a opinião das pessoas comuns (FALS BORDA, 2016. p.781).

Entender o contexto onde se insere a metodologia de Fals Borda nos leva a reflexão sobre a violência e a luta armada na Colômbia, não foi uma metodologia elaborada em tempos de paz e só. Parte do corpo crítico que vivia a práxis sociológica com Fals Borda foi morta na busca por uma libertação nacional, como o caso de seu parceiro de trabalho Camilo Torres, que foi assassinado após se juntar ao Exército popular numa ação radical com mobilização junto às massas. Fals Borda é afetado por esse assassinato. Assim como Montero é afetada pelo assassinato de Martín-Baró. Assim como as teorias de Fanon foram germinadas em meio às guerras de libertação. As teorias da libertação foram atravessadas por processos extremamente violentos.

Assim como para compreender as obras, a escola e os conceitos de Fals Borda nós precisamos conhecer um pouco de sua trajetória, de suas teias de relação com Academia, Estado e América Latina, a conjuntura colombiana e o contexto mais amplo no qual sua obra se produz, precisamos também entender com quais comunidades Fals Borda dialogou, desde onde houve a emergência de saberes tradicionais que o inspiraram e fizeram sua escola se fundar sobre bases sólidas.

No presente trabalho busquei essas referências através de um debate sobre o sentipensar. Baptiste Godrie (2020) traz referências de vários autores que vão contribuir aqui com contornos para sentipensar o conceito. A partir do livro “História doble de la Costa” de Fals Borda (2002), ele encontra as origens de sentipensar no modo de vida e universo simbólico de pescadores e pescadoras da Costa. Segundo o autor, eles não dividem o mundo separando razão e emoção, espírito e corpo; os

pescadores de San Martín de la Loba utilizavam tal expressão para se referir a importância de se sentir com a cabeça e pensar com o coração.

Outra possível origem para sentipensar é o diálogo que Fals Borda tem sobre o transe com camponesas e camponeses momposinos, uma experiência que flutua entre os limites do pensar e do sentir. Godrie (2020) apresenta ainda outro uso do sentipensar trazido lindamente por Eduardo Galeano em seu livro dos abraços, definindo uma linguagem que diz a verdade usada por pescadores da costa colombiana, aqueles que Galeano chama de sábios doutores da ética e da moral. Além do mais, os participantes do processo de IAP são para Fals Borda "seres sentipensantes".

Sentipensante se refere igualmente a uma aptidão, um estado de empatia que permite viver ao mesmo tempo compreender as experiências ou os relatos do(a)s entrevistado(a). Esta aptidão foi aplicada por Fals Borda e seus colegas de La Rosca de investigação e ação social (GODRIE, 2020. p. 50).

Caminhando nessas reflexões, Fals Borda conta que a vida global quando vivida nos territórios representa uma força através do afeto, que é anti-hegemônica e é capaz de neutralizar a razão técnica e instrumental globalizada. "O coração, tanto ou mais do que a razão, tem sido até hoje um eficaz defensor dos espaços dos povos que estão ativos e vivos em muitas partes do mundo subdesenvolvido" (FALS BORDA, 2000. p.27).

No livro "Historia Doble de la Costa", uma das obras mais importantes de Fals Borda (2002), o autor se propõe a narrar o passado de comunidades colombianas desde o olhar de autores esquecidos e não reconhecidos dentro das correntes de produção intelectual. Este livro de Fals Borda é uma costura de conhecimentos do autor, com fios de histórias comunitárias e outros fios de conhecimento acadêmico, bem separados e tecendo um texto politicamente comprometido contando uma dupla história. O autor nos conta que nesse livro não conseguiu separar suas emoções, sua criatividade e alegria ao narrar determinados fatos históricos, trazendo dessa forma uma combinação de escritos única (FALS BORDA, 2002). O uso declarado da imaginação e da ideologia aparece nessa obra mestra de Fals Borda. E pensando na comunicação o autor considerou adequado compartilhar a alegria dele nos momentos de redação e reflexão.

A mesma alegria que eu sinto agora ao poder aprofundar o diálogo com Fals Borda, me emociona reconhecer sua história, lembrar os caminhos pela Colômbia que fiz pensando a educação e a fotografia, e através das narrativas de Fals Borda me reencontro e sinto pulsar a liberdade que me habitou enquanto eu percorri seus territórios. Liberdade de escrever, de trazer poesia e emoções em meio a um texto acadêmico, de sentir e de pensar, de criar, tendo em vista o compromisso com a ciência, com as comunidades, com a reflexão crítica, Fals Borda inspira.

No livro “Ciência própria e colonialismo intelectual” de 1976, Fals Borda nos apresenta uma Sociologia comprometida, na busca pela conformação de um pensamento autônomo sobre a problemática latinoamericana. A ideia de seguir um curso investigativo próprio, deixando de imitar os países “avançados”, é marcada nesta publicação ao referenciar o compromisso social dos brasileiros: Luiz A. Costa Pinto, que organizou no Rio de Janeiro o seminário de sociologia sobre resistência e mudança, além de ter trabalhos relevantes da década de 50 como “o negro no Rio de Janeiro”; e Alberto Guerrero Ramos, sociólogo e político da Bahia, que estudou a questão racial e trouxe importantes contribuições para o compromisso do investigador na sociologia, um dos primeiros a pensar uma sociologia comprometida.

A Sociologia abordada nesta obra, enquanto uma ciência própria, está ligada ao que Fals Borda (1976) chama de compromisso ação, que seria uma atitude do intelectual que ao tomar consciência do seu pertencimento à sociedade e ao mundo do seu tempo, renuncia a posição de simples observador e coloca o seu pensamento ou a sua arte ao serviço de uma causa.

Ao tratar da recuperação da memória histórica e coletiva Fals Borda (1985) nos propõe um olhar para o passado para reconhecer ali elementos que foram eficazes para unir a comunidade e defender seus interesses, sendo este um processo de luta e conscientização das classes exploradas. Ao reavaliar sua metodologia IAP 30 anos depois, Fals Borda (2000) afirma que é necessário se desprender de jargões especializados para comunicar resultados com uma linguagem cotidiana acessível e compreensível. Ao propor o recorte de classe para a prática da investigação coletiva com grupos locais, me impulsiona a pensar sobre a inclusão de recortes de gênero e raça, não excluindo determinados grupos dominantes, mas priorizando os que são constantemente silenciados.

Esse exercício é feito nessa pesquisa, a fim de fortalecer o campo de estudos e fundamentar a pesquisa, me volto para o passado, em diálogo com teorias psicossociológicas e reflexões da década de 60, 70 e 80. Observo de onde partem os conhecimentos e práticas que culminam hoje no campo dos saberes comunitários, nas pesquisas em diálogo com os povos, e começo a compreender de onde elementos fundamentais hoje, assim como outros que precisam ser revistos, repensados ou revisitados, estão presentes nos conhecimentos já elaborados, tanto por Fals Borda, quanto por Martín-Baró e Montero. Um movimento de ver o início dos percursos e pensar em como avançar a partir das propostas de aprofundar os conhecimentos populares.

No livro “Ação e Espaço”, Fals Borda (2000) trata da globalização e do espaço dos povos. Abordando questões contemporâneas latino-americanas desde uma perspectiva crítica à globalização, à destruição dos territórios, cultura e ecologia. Crítico a uma academia que se pretende neutra e contribui para processos genocidas. O autor propõe um cuidado com a relação investigativa, pois ela pode se tornar mercantil ou coisificada. Como contraproposta aponta a possibilidade de elaborar junto com as comunidades as perguntas e o planejamento do estudo. Reconhece a importância depois de tantos anos a importância da IAP como metodologia contemporânea, da ação popular e da ciência do povo. Destaco seu olhar para o Brasil e reconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como o movimento camponês mais ativo em 2000, no mundo subdesenvolvido, identificando suas conquistas e reivindicações, conectando tal movimento às ações similares que tem se desenvolvido no Zimbábue e na Índia.

Sabemos que os acadêmicos, doutores e diplomados não são os únicos depositários dos conhecimentos. A experiência, arte e ciência de habitantes das unidades territoriais e seus dirigentes contam também, já que estes são os que vivem a realidade local e aprendem com ela e a modificam em sua própria sequência de causa e efeito. Quando o pensamento popular e a ciência acadêmica se combinam para estes fins, se ganha um conhecimento mais completo de elementos e fatores pertinentes (FALS BORDA, 2000. p.88).

Observo que as comunidades além de seus saberes tradicionais também estão conectadas com a realidade global, a interpretam a partir dos seus olhares e suas vivências, se conectam com ela, aprendem e transformam seus territórios aprimorando técnicas e conhecimentos em integração com o todo, não estão paradas

no tempo e nem isoladas em seus territórios. Nos processos de globalização, uma das respostas do povo às investidas em seus espaços é a ocupação através da defesa e do reconhecimento de suas culturas (FALS BORDA, 2000).

O avanço dentro das ciências é apresentado por Fals Borda (2000), na superação de crenças limitantes que levam ao genocídio e destruição mundial, que reconheço que produziram também epistemicídio, eugenia e propostas científicas que legitimaram a necropolítica. Em um processo de enfrentamento, o autor afirma que para o estudo dos espaços e a modificação de sua distribuição se deve reconhecer a importância da participação popular, não só como um expediente político, mas também como uma obrigação moral, com o propósito de inclinar a balança em prol da justiça com as comunidades.

Recusar a ideia fetichista de ciência-verdade produzida pela academia como um complexo linear e acumulativo de regras confirmadas e leis absolutas é uma proposta contra-hegemônica de Fals Borda (2000). Assim como se constrói socialmente o território, se constrói socialmente a ciência enquanto conhecimento, que está sujeita a interpretação, reinterpretação, revisão, atravessamento por relações de poder e enriquecimento pela diversidade.

Influenciada por Fals Borda reconheço na ciência popular, uma ciência emergente, com características subversivas, que nos regala respostas vivenciais, germinadas nos territórios, nos processos de troca de conhecimento, práticas dialógicas e integração com grupos e movimentos sociais. Pensando uma pesquisa comunitária, que não invisibiliza vozes, ela retrata passos de organização e resistência em um movimento de ação e reflexão, prática e teoria, integrando diversos campos de conhecimento (PELACANI, 2018).

Na interface da sociologia comprometida de Fals Borda, em especial com sua proposta de IAP, com a Psicossociologia encontro convergência no que diz respeito às propostas inter e transdisciplinares e uma visão que parte da integração do concreto com o subjetivo, do eu com o todo, da comunidade com o sistema mundo, e da compreensão da importância dos conhecimentos comunitários para a pesquisa acadêmica. Um encontro mais forte com a psicossociologia de comunidades é que as duas buscam movimentos de integração de conhecimentos, o que implica em

processos lentos de ajuste individual e cambio social, que buscam melhorar as condições locais, estimular o poder e a dignidade do povo, além de reforçar a autoconfiança das pessoas em suas comunidades (FALS BORDA, 2000).

Os diálogos entre tais atores têm amplo rebatimento na psicossociologia de comunidades, que na visão desta pesquisa passa pela integração da psicologia comunitária e política, sociologia engajada e educação popular, atravessada por ideias da teoria da libertação. Campos e disciplinas que refrescam o estudo e seguem num continuum das reflexões acadêmicas com comunidades que buscam romper barreiras e ampliar o contato com saberes dos territórios, conhecimentos das comunidades, com o foco sobre as práxis e ampliando a conexão com o contexto global, em um movimento de macro e micro compreensão sociopolítica. Que nos permite mirar inicialmente para as Marchas enquanto movimentos psicossociais comunitários.

Criamos brechas para reflexões psicossociológicas sobre a lutas das mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade e das mulheres indígenas. Um olhar para a experiência comunitária a partir do sujeito coletivo e dos feminismos, que serão abordados para fortalecer o encontro com as lutas pela terra provocadas pelas Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas. O potencial contra hegemônico da convergência de movimentos e grupos sociais está relacionado ao tratamento do conhecimento comunitário marginal, fora do centro das epistemologias ocidentais modernas e do eurocentrismo, com um olhar apurado para as mulheres que resistem ao poder, em todos os níveis de opressão de raça, sexo e classe, ampliando as confluências e o sentimento e ação coletivos entre as mulheres que o colonialismo tentou destruir (LUGONES, 2005).

Célia Xakriabá (2018) traz aportes teórico-metodológicos para descolonização do pensamento. Para a autora é necessário conceber uma transformação das estruturas sistêmicas para transgredir os formatos engessados de ver o mundo. Reconhecer outras formas de produzir conhecimento é tão urgente quanto considerar novas narrativas e narradores de epistemes. Para reaprender, ela afirma que não há bula, devemos nos lançar na construção do novo, colocando corpo e mente em movimento, para produzir deslocamentos.

Comece fazendo por algum lugar, antes de qualquer coisa, o única pista que eu daria seria, aprenda a se descalçar dos sapatos que usou para percorrer os caminhos e acessar os conhecimentos teóricos produzido no centro, mas deixe os pés tocarem no chão no território, esses sapatos que já estarão pequenos e não caberão nos pés coletivos, eles apertarão tanto a nossa mente, que limitarão o acesso ao conhecimento no território do corpo. Deixe a sabedoria chegar, ela tem uma temporalidade diferente da inteligência. Se não existe caminho aberto, comece a fazer uma picada, se já tens a picada, abra um caminho, se já tens caminho, alarga em uma estrada. Somente com esse exercício podemos ampliar os horizontes e construir uma educação territorializada e inspirada nas experiências dos povos indígenas e, assim, efetivar as práticas decoloniais para além do discurso (CORREA XAKRIABÁ, 2018. p.214).

Busco a possibilidade de vincular esferas que são tratadas comumente de forma separadas, onde destaco: psicologia e sociologia; política, economia, ecologia, as formas de acumulação, a produção de conhecimento; os marcadores de gênero, raça e classe. Com uma crítica à economia política, demarcando as identidades e a persistência de múltiplas resistências do sujeito subordinado, tendo as mulheres no foco (RED DE FEMINISMOS DESCOLONIAIS, 2014). Produzir uma ciência com valorização e reconhecimento dos saberes vem com a necessidade do conhecimento situado, como apontam os aportes de Donna Haraway (1995) que problematizam a questão da ciência para o feminismo e a não parcialidade dos saberes localizados. Esta visão para a ciência pede um reposicionamento dos “objetos de pesquisa”, retirados de um papel de recurso passam a ser parte constituintes do processo de formação e transformação de saberes em diálogo.

2.3 Confluências entre Narrativas e Escrevivências: Afeto e coletividade

As narrativas são possibilidades de se causar rachaduras no sistema por onde podemos observar uma variedade incrível de histórias outras, como uma possibilidade de re-existência diante da opressão que perdura desde o sistema colonial até o atual momento neoliberal. A narrativa implica a experiência do narrador, provocada pelo diálogo. A ideia de narrativas outras vai na contramão da reprodutividade da produção de sentido, da repetição de conteúdo. Tal reprodução parte da necessidade de busca pela verdade. Mas a verdade constrange as narrativas. Ela é um constructo social, já as narrativas são compartilhadas e interrelacionais. Criar narrativas é “desmontar o

investigador pronto e ver o que nasce das cinzas”, como aprendi na disciplina de narrativas no Programa EICOS.

Para Labov (1997) as narrativas são possibilidades de transferir a experiência e os eventos experimentados pelo narrador para o ouvinte. Um ato interpretativo, onde o que é reportado não tem uma causa explícita, é uma forma de relatabilidade dos eventos. A contextualização atravessa a narrativa e toca a pessoa que lê, ela então se sentirá intimamente próxima da experiência vivida não por ela.

Com a obra “O Narrador” de Walter Benjamin (2000) percebo o contraste da narrativa, identificada como um registro de memória coletivo que é permeado ao longo tempo pelas vivências dos grupos, em oposição às experiências individuais e efêmeras de um indivíduo solitário em uma sociedade capitalista. O esfacelamento social rompe não só as relações, mas as ferramentas que poderiam apoiar as formas de integração dissolvidas, como é o caso das narrativas. A liberdade de expressão provocada por elas, enquanto processo e resultado, é também a criação. A arte de criar permite a construção do presente, com reflexão crítica e remodelação do passado e a miragem viva de sonhos futuros, re-inventado a nossa própria existência. Benjamin (2000) marca a importância das narrativas dos povos marginalizados e oprimidos. Em re-existência as narrativas germinam, uma forma de não se subjugar pelos poderes totalitários, de manutenção da diversidade de identidades e fortalecimentos das raízes culturais.

Quando o Mestre Quilombola Antônio Bispo dos Santos nos traz uma crítica à colonização e apresenta os conhecimentos, modos e significação dos Quilombos (2015) anuncia: “a gente conta história, não responde pergunta”. O autor nos conta de um movimento onde podemos identificar uma relação com “O narrador” de Walter Benjamin, quando ele fala de contar história ele está falando de histórias coletivas de grupos e resistência, como apresentado por Benjamin. Só que diferente do que Benjamin previu, O Narrador não morreu, ele está vivo nos quilombos, aldeias e povoados tradicionais.

Nego Bispo é um narrador, não se sente teórico, ele se afirma enquanto um relator dos saberes, e ao invés de se definir, se amplia, quando nos conta que é um lavrador da palavra germinante (BISPO DOS SANTOS, 2020b).

Lavrador de palavras

Eu planto a palavra nas roças de papel,
 através das letras feito sementes;
 Planto as palavras nas audições das pessoas,
 através dos sons orais feito sementes;
 Eu planto palavras nas visões das pessoas,
 através das imagens feito sementes;
 Eu planto palavras nos tatos das pessoas,
 através dos toques feito sementes;
 Eu planto palavras no paladar das pessoas,
 através dos beijos feito sementes;
 Eu planto palavras na pele das pessoas,
 através dos toques feito sementes;
 As sementes germinam, as plantas crescem,
 as plantas floream e frutificam;
 E os frutos são colhidos pelo raciocínio
 e armazenados na mente e alimentam todos os sentidos.
 E, assim, as palavras germinantes fluem, transfluem e confluem em
 forma de referenciais históricos, em forma de ações cosmológicas.
 Viva as vidas, porque todas as vidas importam!
 (BISPO DOS SANTOS, 2020b. s/n)

Para o lavrador, devemos semear palavras, não como ervas daninhas, como afirmam os eurocristãos, mas como ervas resolutivas, ervas confluentes, para que a vida não seja apenas para os ritos humanos. Vamos contar a história por vários outros lados, não apenas o lado da história da Europa. Bispo nos fala da importância de se compreender a história, muitas vezes só se estuda a técnica, já que a vida do trabalho não deixa tempo para nada mais. Sem entender a história, não podemos preparar o presente; o presente é um interlocutor do passado (BISPO DOS SANTOS, 2020a).

Nego Bispo nos convida a entender a palavra, com tempo e com calma, aceitando que ela nutre a vida. Para ele seu livro não tem conceitos, tem palavras germinantes, como a Confluência e o Contracolonialismo. Palavras que ao serem lidas alimentam nossos sentimentos enquanto crescem em nossas mentes. Para os quilombolas a palavra é uma energia vital (BISPO DOS SANTOS, 2020b). Hoje as novas gerações estão desconectadas da natureza, longe do tempo de germinar e fora da compreensão do orgânico. Longe do cuidado com a palavra. Para transformar a sociedade devemos plantar bem palavras resolutivas e sentimentos orgânicos, para haver confluência e o mundo que hoje é tomado pelas divergências, será um mundo habitado pela diversidade (BISPO DOS SANTOS, 2020a).

O Nego Bispo nos fala sobre narrativas orgânicas, composto com saberes orgânicos, com saberes dos territórios. O que não é acessível, para o autor, não é orgânico. O que é orgânico é a vida, se não é para todos não é orgânico, se é transformado em mercadoria não é orgânico. O que se compra, se mercantiliza, é inorgânico. O grande problema do conhecimento hoje para o autor é que ele está sendo mercantilizado, a venda dos saberes destrói o conhecimento.

Extraímos os frutos das árvores,
 Expropriad as árvores dos frutos.
 Extraímos os animais da mata,
 Expropriad a mata dos animais.
 Extraímos os peixes dos rios,
 Expropriad os rios dos peixes.
 Extraímos a brisa do vento,
 Expropriad o vento da brisa.
 Extraímos o fogo do calor,
 Expropriad o calor do fogo.
 Extraímos a vida da terra,
 Expropriad a terra da vida.
 Politeístas!
 Pluristas!
 Circulares!
 Monoteístas!
 Monistas!
 Lineares!
 (Bispo dos Santos, 2015. p.17)

Eu insiro algumas estrofes nesses versos na ampliação da ideia de Nego Bispo, ao trazer o texto para o atual contexto pandêmico, onde o principal órgão afetado é o pulmão e as pessoas internadas em casos graves nos hospitais são entubadas para que consigam respirar.

Extraímos a respiração do ar
 Expropriad o ar da respiração
 (Bárbara Pelacani, 2020).

Construir a paz para Bispo é compor a vida, um saber não deixa de ser vida por encontrar com outro saber, assim como um rio encontra com outro, uma estrada encontra com a outra. O afeto atesta as possibilidades de confluência, é necessário deixar os mestres narrarem suas encantarias. Narrar a coletividade e a afetividade daqueles que se movem de acordo com o tempo, diferente da sociedade colonialista que se locomove de acordo com o horário, onde o tempo se impõe sobre sua vida. Na narrativa contracolonial há também o silêncio. A arte de dizer e não dizer na mesma

fala. A arte do silêncio daquele que escondeu como se plantar, do que viu nascer sem saber como se plantou (BISPO DOS SANTOS, 2020a).

A autora Gloria Anzaldúa ao escrever um artigo em forma de carta apresenta uma outra forma de traduzir o conhecimento, assim como Bispo, cria narrativas livres e me inspira, liberta minhas palavras presas e minha língua ácida.

Sento-me aqui, nua ao sol, máquina de escrever sobre as pernas, procurando imaginá-las. Mulher negra, junto a uma escrivainha no quinto andar de algum prédio de Nova Iorque. Sentada em uma varanda, no sul do Texas, uma chicana abana os mosquitos e o ar quente, tentando reacender as chamas latentes da escrita.

(...)

Não é fácil escrever esta carta. Começo como um poema, um longo poema. Tentei transformá-la em um ensaio, mas o resultado ficou áspero, frio. Ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita.

(...)

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (ANZALDÚA, 2000. p. 229-230)

Me faz pensar, se minha tese fosse só poema? Eu pararia de escrever tanto quanto paro quando sou provocada pelas normas acadêmicas? O que me pára e o que me ampara na escrita?

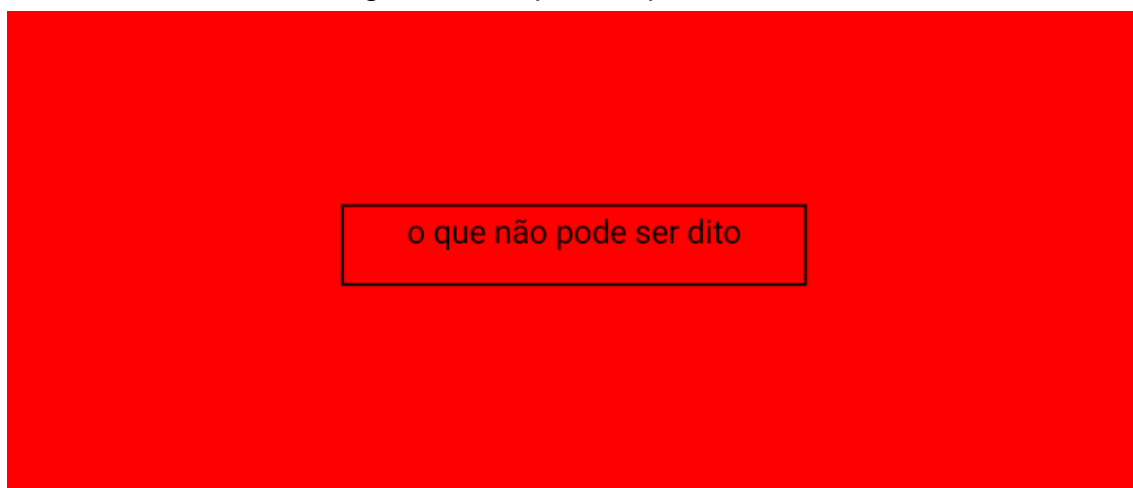
Ao falar em línguas (ANZALDÚA, 2000) e em conhecimentos impulsionados por elas, a autora nos conta que a escola é, ou pode ser, um lugar de lavagem cerebral, desvalorização dos conhecimentos prévios, disjunção de laços comunitários, aprisionamento do corpo, opressão do conhecimento, competitividade, individualismo, formatação dentro dos moldes do sistema capitalista neoliberal, assim como pode ser a universidade. Então surge o questionamento: se enquadrar e se perder? Ou não se enquadrar e não ter espaço? Nessa corda bamba está o conhecimento de algumas mulheres que estão nos seus fluxos de vida e trabalho.

Com relação aos escritos da mulher negra lésbica, Anzaldúa (2000, p.229) afirma “Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Não devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance”. A autora reflete sobre a dificuldade da escrita, como se fosse necessária uma permissão para praticar

tal ato. A linguagem é marcada pela classe, pela raça, pelo gênero, mesmo quando tentam pasteurizar os conhecimentos, e que todos devem escrever e pensar como homens brancos europeus, nossa língua reflete nossa cultura e nosso espírito (ANZALDÚA, 2000).

Acrescento ainda que a busca pelo reconhecimento e validação dos nossos saberes é também um desafio. Existem fronteiras que barram outros conhecimentos. “Não estamos reconciliadas com o opressor. O Censor quer apagar nossas vozes e centelhas.” (ANZALDÚA, 2000. p. 229). Conselho de Glória: Se for cuspir na cara do mundo, ter certeza que está de costas pro vento (Figura 21).

Figura 21: O que não pode ser dito.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao tratar da questão da raça, Anzaldúa me provoca a pensar enquanto mulher branca latino-americana. Ela me fala sobre a importância de a mulher branca fazer o seu dever de casa, o que para mim seria aprender e me posicionar enquanto crítica à branquitude. Sendo terceiro mundista, assim como Anzaldúa, me identifico quando ela trata da necessidade de priorizar as escritas das mulheres que estão na mesma condição que nós, um dos pilares deste trabalho segue tal orientação.

A autora nos preenche de poesia e de perguntas. “Caneta, como pude ter medo de você?” (ANZALDÚA, 2000). A escrita revela, choca, exhibe partes que não imaginávamos que ainda existiam ali. Nos permitimos reconhecer nossos atos ao escrever, enquanto sujeitos de nossa própria história de vida. Assim como afirma Evaristo “Não existe separação entre vida e escrita”

O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? (ANZALDÚA, 2000. p. 232)

Um alerta que destaca a importância da presente pesquisa, e relembra meus futuros escritos, trata do perigo de ser atemporal e universal, sacrificando o particular, o feminino, a raça e o atual momento histórico. Este destaque de Anzaldúa dialoga diretamente com o campo de pesquisa da Psicossociologia com Comunidades, já que nos invita todo o tempo a ir do particular para o global, do individual para o social, identificando a linha de pensamento da autora com o trabalho apresentado. Ainda com contribuições para o campo, a autora sugere que joguemos fora as limitações acadêmicas; que evoquemos as realidades vivenciadas para chegar até as pessoas.

Não há necessidade de que as palavras infestem nossas mentes. Elas germinam na boca aberta de uma criança descalça no meio das massas inquietas. Elas murçam nas torres de marfim e nas salas de aula.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor” (ANZALDÚA, 2000, p.235).

Ao ler e reler, senti o que Anzaldúa me contava em suas cartas, um conhecimento pertinente que me atravessou. Que eu não precisei tentar entender, me esforçar para saber do que ela estava falando o tempo todo, na maior parte das vezes parecia que vinha de dentro de mim o que ela narrava. Com mais profundidade, aprendi quando ela trata de sentimentos próximos ao meu, mas não iguais, pois diversos recortes do seu contexto de vida são distintos dos meus. Mas com uma coisa concordamos: escrever é o ato mais atrevido que já ousamos e o mais perigoso. Anzaldúa, assim como Nego Bispo, trata do orgânico. Ele fala do saber orgânico e ela trata da escrita orgânica.

Um poema funciona para mim não quando diz o que eu quero que diga, nem quando evoca o que eu quero que evoque. Ele funciona quando o assunto com o qual iniciei se metamorfoseia alquimicamente em outro, outro que foi descoberto pelo poema. Ele funciona quando me surpreende, quando me diz algo que reprimi ou fingi não saber. O significado e o valor da minha escrita são medidos pela maneira como me coloco no texto e pelo nível de nudez revelada. (ANZALDÚA, 2000, p. 234).

A escrita orgânica se decompõe nas vísceras, nas reentrâncias, nas dobras. Na decomposição dos restos orgânicos que sobraram da criação, que caem nas frestas, se acumulam por anos, se tornam lama, viram matéria disforme e nutrientes, que são alma, são parte do todo que existiu, se fragmentou e gerou vida. Permitiu que ali nos cantos brotasse o novo, criasse memória no que surge e ainda é parte daquilo que foi. Isso é orgânico, é reaproveitar e recriar, é a capacidade de re-existir em composição e decomposição - de com por – fragmentos e partes sem começo e fim, ciclo circular de ser: todo, parte, todo.

Enquanto tenho um papel em minha frente, mesmo com o banheiro por lavar, mesmo com a janta ainda sem ser feita, mesmo com os sonhos me aguardando no quatinho dos fundos, eu tenho um mundo, um universo inteiro só meu, que com palavras, imagens e sons da minha cabeça e do mundo, vai sendo preenchido, em conversa com Anzaldúa, com vírgulas e letras e acentos e cantos, expiração e inspiração em processos desencadeados, cadeados abertos... tudo solto. As tripas no papel.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. (ANZALDÚA, 2000. p.232)

A urgência que nos propõe a autora, pede para encontrarmos a musa dentro de nós e desenterrar a nossa voz por tantas vezes soterrada. Ao lembrar de Conceição Evaristo, penso que podemos buscar inspiração nos becos de memória. Aquela criatividade lá guardada, em decomposição é nossa. E ela não está à venda. Ela é para imprimir nossos planos e projetos no mundo, sem deixar nossas línguas selvagens serem domadas. Elas devem ser decepadas para serem silenciadas. E nem assim serão, são línguas de fogo, fênix que renasce das cinzas e nem se calam.

Ao narrar sobre a outra, me encontro, no canto da narrativa, vivendo junto, de mãos dadas seguro com você essa história. Às vezes te puxo pra vir junto comigo ver onde esse caminho vai dar. Outras vezes te sigo em silêncio, para não assustar ao ver que chegamos em lugares tão outros. Identifico com dificuldade até onde podemos ir juntas. Ultrapasso as barreiras, como se pudesse ajudar a curar feridas. Poderia chamar de curiosidade epistemológica, mas no fundo é vontade de cuidar junto de

silenciamentos e invisibilidades. Vamos juntas nessa aventura de se descrever e reescrever (Figura 22).

A pandemia levou minha poesia
 Esse trabalho precisou se apagar, ficar opaco, se decompor
 Memórias presentes precisam de algo para despertar
 Vi a memória sendo desenhada pelo apagamento
 Não pela construção
 Ativando outro tipo de memória
 Que não se vê, mas é potente
 Precisei conhecer a decomposição
 Esperar a fertilidade que brota dela
 Para misturar imagens
 Para tecer outras histórias
 Criar abrigos
 Para mergulhar em águas escuras
 Morrer e ver o fim de diversos caminhos
 (Bárbara Pelacani, 2021)

Figura 22: Liberta. Arte em antotipia e bordado.



Fonte: Autora, 2021⁹

⁹ Antotipia é um processo de impressão solar, no caso desta obra a impressão foi feita com tinta orgânica de açafrão, com a aplicação de folhas e flores. Ao ser exposta ao sol a arte se dilui, já onde está coberto pelas aplicações a cor se mantém, por ficar protegida. Criando uma imagem efêmera que representa os processos de escrita da pesquisa, estimulando reflexões sobre a memória e decomposição, ao final a arte recebeu um bordado com a palavra liberta.

Vejo aqui e ali uma história de luta, e ela merece uma história mais bonita do que a que narra. Como dar algo a ela que seja seu, não algo mal contado, não algo fantasiado. O que posso dar é a história narrada. Posso colocar um pouco de poesia pra ver se parece música cantada, posso inserir imagens mentais, posso me desenhar ali junto com ela, para juntas de mãos dadas a gente ver os fantasmas do passado, o que a memória permitiu sair. Juntas, ela nunca estará sozinha, nossa história encantada se escreve com muitas cabeças e diversos corações. Peço ajuda pra Conceição Evaristo, fui nos seus livros buscar caminhos possíveis. Conceição, me ajuda? Como você ouviu a história de dor de tantas mulheres e colocou no papel? E colocou no mundo? E colocou de volta pra elas? Dói mais ver nossa história contada? Ou dói mais ver nossa história não contada?

Peço ajuda a Conceição para saber como narrar a vida de mulheres fortes que resistiram aos solavancos e atropelamentos da vida. Primeiro impulso: abrir a ferida e olhar lá dentro, pular no abismo sem fim de linhagem de mulheres silenciadas. Mas vejo que o caminho é outro, sinto que o formato de narrar ausências seria injusto com a história de vida de quem sobreviveu com afeto e firmeza, com um bocado de alegria nos sorrisos que escapam soltos pelo ar.

Pergunto para Conceição Evaristo como fazer essa tatuagem que enfeita e dói, que marca a memória e valoriza a própria história. Não é uma história para ninar os da casa grande, como ela diria, mas para trazer à tona os sonhos e medos dos quartos de empregada e “incomodar os da casa grande em seus sonhos injustos”. Escritos para acordar, recordar opressões e lutas de séculos de racismo e machismo.

Na busca por narrativas outras, encontro com as escrituras de Conceição Evaristo (2016), que traz sua condição de mulher negra na sociedade. Destaco a distinta forma que Evaristo retrata suas personagens, diferente do modo que o povo negro é (mal)tratado tradicionalmente pela literatura racista brasileira. Suas escritas trazem identificações afirmativas, mesmo atravessadas da dor da condição de descendente dos povos africanos. Seus contos de narrativa poética em diáspora trazem símbolos da religião de matriz africana e suas filosofias, nem sempre, mas demarcadas. A escritura é uma “montagem de memória, história, experiência e poética” (BAROSI, 2017, p.33).

As escrevivências são as escritas do corpo negro no Brasil (OLIVEIRA, 2009), referenciando palavras da própria autora, que também abrem brechas para se pensar a confluência de narrativas que partam de perspectivas anti-racistas. A escrita não é neutra, ela é posicionada por atravessamentos de estruturas que nos limitam. Em um país que tem sua formação nacional delimitada pela escravização do povo negro e dos povos indígenas, a produção de conhecimento precisa encarar de frente o desafio de estar em um território onde não existe democracia racial.

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (...) Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 2007 apud OLIVEIRA, 2009:10).

Na escrevivência a narrativa parte da representação do corpo-território como ato de resistência e memória de vida, um processo enunciativo afetivo resultante de experiências e desdobramentos da ficção, num dever de memória e escrita (OLIVEIRA, 2009). Escreviver, diferente de outras metodologias, não exclui o sujeito da ação narrada, ele não se coloca apenas na condição de espectador, é vivente criador de conhecimento. Não é só o olhar, é o diálogo e a vivência, sem subtrair a experiência narrada. Nas narrativas “nada nasce imune ao que sou, às minhas experiências, à minha vivência. Escrevo uma vivência, que pode ser ou não, a real, a vivida por mim, mas que pode se con(fundir) com a minha” (EVARISTO, 2017. p.7-10). Desse modo, a escrevivência inspirada por Evaristo (2017) é sempre uma experiência coletiva e de resistência diante da condição de subalternidade em que as mulheres negras são colocadas, trazendo à tona a dor e a violência emaranhadas de alegria e fé.

Para Conceição Evaristo (2020) um trecho que é referência para definição do que é escrevivência está no livro Ponciá Vicêncio (2003), na história da menina Ponciá.

Ponciá Vicêncio, aquela que havia pranteado no ventre materno e que gargalhara nenéns sorrisos ao nascer, tinha risos nos lábios, enquanto que todo o seu corpo estremecia num choro doloroso e confuso.

Chorava, ria, resmungava. Desfiava fios retorcidos de uma longa história. Andava em círculos, ora com uma das mãos fechada e com o braço para trás, como se fosse um cotoco, ora com as duas palmas abertas, executando calmos e ritmados movimentos, como se estivesse moldando alguma matéria viva. Todo cuidado Ponciá Vicêncio punha nesse imaginário ato de fazer. Com o zelo da arte, atentava para as porções das sobras, a massa excedente, assim como buscava ainda significar as mutilações, as ausências que também conformam um corpo. Suas mãos seguiam reinventando sempre e sempre. E quando quase interrompia o manuseio da arte, era como se perseguisse o manuseio da vida, buscando fundir tudo num só ato, igualando as faces da moeda. Seus passos em roda se faziam ligeiramente mais rápidos então, sem, contudo, se descuidar das mãos. Andava como se quisesses emendar um tempo ao outro, seguia agarrando tudo, o passado-presente-o-que-há-de-vir (EVARISTO, 2003. p.131).

Em seus escritos a autora deixa as reticências, cata as palavras, inventa, sangra e cuida. Vida e arte se igualam nas escrevivências. Segundo Evaristo (2020), a sua forma de escrita se dá a partir de uma matriz discursiva, uma maternagem das palavras, um processo de tornar-Ser mãe, é a tuba uterina do projeto de escrita. A escrita nasce fundamentada na imagem da mulher. Para Evaristo, a escrevivência parte da figura da mãe, agachada desenhando um sol com quatro meninas-mulheres ao seu redor, saindo do coração materno, passando pelas mãos e chega até as meninas o amor na imagem do sol, iluminadas por contos e afetos - o que chama então de “grafias de minha mãe”.

Conceição Evaristo compreende que a escrita é um ato fecundante, é sobre se preparar para parir. Ela me provoca a sonhar em me escrever, com o meu corpo em movimento no mundo, reescrevendo a tese enquanto gero uma vida no ventre. Quando o gestar é uma grafia: o movimento é parte da arte, o corpo cria no texto, o corpo é teoria em movimento. A minha grafia tem traços de mulheres. Mulheres no plural. Conceição tem a maior parte de suas personagens sendo mulheres e meninas mulheres, o que inspira essa pesquisa.

Conceição Evaristo (2020) nos fala¹⁰ das suas escrevivências a partir de um posicionamento de sujeito coletivo, que abarca a subjetividade coletiva diaspórica.

¹⁰As falas sobre as escrevivências de Conceição Evaristo a partir de agora referenciadas são escritos que fiz ao ouvir e ver as apresentações públicas da autora. As “lives” de terça feira em meio a pandemia e o encontro pela tela provocaram aprendizados e reflexões através das narrativas da autora que são essenciais para a compreensão do que são as escrevivências. As lives foram transmitidas semanalmente ao longo de 06 meses, através das mídias sociais da autora.

Assim, seus escritos têm a marca da identidade do povo preto. A autora faz um paralelo de suas escrevivências com o espelho do eu, o espelho de dona Oxum e de dona Iemanjá¹¹. Um espelho que não fala de um indivíduo somente, mas que reflete a imagem do povo preto, a face do povo preto. Evaristo nos propõe a ruptura da escrita de si somente, de atravessar de uma egoescrita para uma escrevivência.

A escrevivência é um texto que *convoca* (EVARISTO, 2020), escritas que não se desvinculam de um corpo de mulher negra. Leio Conceição Evaristo, ouço nas suas doces palavras histórias que explicam muita coisa, tantas coisas, que apenas 5 páginas são o suficiente para pensar sobre minha condição de mulher, as histórias das mulheres da minha família, sobre meu papel enquanto branquitude crítica (CARDOSO, 2010), reconhecendo as relações de poder da raça, fico mergulhada nos sentimentos por dias e dias, até navegar em outra poesia e me despencar de mim de novo. Sua densidade ao narrar o que nunca escutei me impacta e me transforma, ela nos conta dos afetos de tantas mulheres pretas que foram transformadas em pequenos cacos, atravessadas por tanta violência e esperança.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 2008. p.24-25)

Quando me ponho no papel, escrevo também desde um lugar coletivo, não carrego o povo preto na minha escrita, mas ao meu lado, presente, pois com elas estou em diálogo na vida, no campo e na teoria. Quando me demoro na descrição de minhas trajetórias, poetizo minhas escolhas teóricas e metodológicas, exercito, alargo

¹¹Oxum e Iemanjá são orixás cultuadas pelas religiões de matriz africana e afro-brasileiras. São conhecidas como parte das Yabás, orixás femininas. Dona Oxum é a senhora das águas doces, encantadora em sua beleza, considerada a senhora que cuida da fertilidade. Dona Iemanjá é a mãe das águas salgadas, ela é quem cuida dos mares, mãe dos peixes, acolhedora e maternal. Duas representantes da força e beleza das mulheres, sendo referências para o povo preto e o povo de terreiro.

e tensiono minha condição de escrita acadêmica. Exponho os limites que transpasso ao escrever, a violência de silenciamentos e ausência de conhecimentos pertinentes ao objeto de pesquisa. As potências, que estão justo em extrapolar tais barreiras, para criar confluências, me abismar com fronteiras e mais. Em reflexão, no ato de sublimar a dor, histórias invisibilizadas são contadas, muitas delas sacrificaram o particular de sujeitos que não tinham suas vidas referenciadas na literatura.

Por vezes perguntam a Evaristo se suas escrevivências não são o mesmo que uma “escrita de si”. Para a autora (2020) a simples escrita de si foge do que as mulheres negras estão escrevendo. Não se enquadram, já que as escrevivências extrapolam a ficção do eu. Elas não são uma auto-escrita, processo onde o indivíduo se volta para si próprio e, ao final acaba por se perder de si mesmo. A narrativa narcísica da própria subjetividade está em oposição com a proposta de Evaristo (2020) que traz o espelho das doces Yabás como proposta coletiva de acolhimento. O ser narcísico se afasta do outro ao encontrar com sua própria imagem no lago-espelho, ele volta seu olhar apenas para um eu esvaziado, a ponto de perder a vontade de viver apenas para ver-se. Já o espelho que nos apresenta Evaristo nos convoca a ver o coletivo além do eu, ampliando a potência da vida.

Grada Kilomba (2019) corrobora estas reflexões ao refletir sobre o mito do Narciso nas suas desobediências poéticas. A artista cria uma performance exibindo o narcisismo da sociedade branca patriarcal que é fixada em si própria, enfeitiçada por uma auto-imagem individualista. Uma ideia que se vicia na reprodução de sua própria imagem - corpos brancos, com ideais de beleza e de amor auto-referenciados - e busca tornar outros corpos invisíveis e outras formas de existir como abomináveis. Desta forma, Kilomba (2019) exhibe o entrelaçar do espelho de narciso com a branquitude, e seus reflexos em uma sociedade branca que se coloca como padrão único de narrativa. Uma sociedade que se perde mirando a própria aparência, incapaz de amar e de reconhecer qualquer um que não seja a imagem de si próprio. O mito do narciso trata de uma sociedade que não reconheceu, não fez as devidas reparações e não resolveu sua história colonial. Desobedecer seria quebrar o espelho de narciso e romper com as ideologias machistas, sexistas, eurocêntricas e patriarcais da sociedade (KILOMBA, 2019).

Para Evaristo “você só descobre o outro e acolhe o outro quando você se fortalece, se contempla, se fortalece pela autoimagem”. O que me recorda as palavras de Paulo Freire (1997) ao discorrer sobre a importância da autonomia e da alteridade, que passam pela formação e reconhecimento do sujeito histórico, do indivíduo enquanto parte de processos coletivos, como parte de um sistema político e socioeconômico, de uma sociedade dividida em classes. Tal perspectiva é complementada com maestria por Conceição Evaristo ao reconhecer que para haver alteridade é necessário também um reconhecimento de gênero e raça.

A literatura da autora foi amplamente difundida nos últimos anos, mesmo a autora já tendo décadas em sua trajetória. Em um país que assassina o povo preto diariamente, é urgente um trabalho acadêmico em sua função social de pensar outro futuro possível construindo um presente de diversidade e justiça. Não se pode negar o conhecimento que emana de uma grande parte da população, que emerge dos nossos territórios e está no grito de socorro da nossa sociedade. Isso se percebe quando recordações nos levam a alguns encontros que despertam memórias coletivas. Uma das mulheres que reconheceu Conceição Evaristo como referência foi a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em 2018. Marielle foi responsável pelo requerimento da concessão da Medalha de Mérito Pedro Ernesto à poetisa negra em 2017 (Figura 23). Conceição foi reverenciada por sua contribuição literária e premiada sob o lema “Eu Mulher Negra Resisto”.

Uma passagem mais curta, que mostra a identificação de Marielle com as obras de Conceição Evaristo é que a vereadora usava em sua descrição pessoal em uma rede social um trecho da poesia a seguir, que aparece grifado

Eu-mulher

Uma gota de leite me escorre entre os seios.
 Uma mancha de sangue me enfeita entre as pernas
 Meia palavra mordida me foge da boca.
 Vagos desejos insinuam esperanças.
 Eu-mulher em rios vermelhos inauguro a vida.
 Em baixa voz violento os tímpanos do mundo.
 Antevejo.
 Antecipo.
 Antes-vivo
 Antes - agora - o que há de vir.
 Eu fêmea-matriz.
 Eu força-motriz.

**Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.**

(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2008. p. 18)

E para marcar a partida violenta de Marielle, a autora a homenageou recitando uma adaptação de seu poema “Tantas são as estrelas”

Não, nós nos negamos a acreditar
que um corpo tombe vazio
e se desfaça no espaço
feito poeira ou fumaça
adentrando-se nos nada dos nadas,
nadificando-se.

Por isso, na solidão desse banzo antigo,
rememorador de todas e de todos,
os que de nós já se foram,
é no espaço de nossa dor,
que desenhamos
a sua luz-mulher – Marielle Franco –
e as pontas de sua estrela
enfeitarão os dias
que ainda nos aguardam
e cruzarão com as pontas
das pontas de outras estrelas,
habitantes que nos guiam,
iluminando-nos e nos fortalecendo
na constelação de nossas saudades.

(CONCEIÇÃO EVARISTO, Paris, 2018. s/n)¹²

Essa pequena confluência de escrituras nos mostra a grandeza de Conceição Evaristo e o reflexo trocado com mulheres pretas que estão à frente das lutas, escritos que narram suas histórias coletivas.

¹²Narrado pela emocionada voz de Conceição Evaristo em homenagem à vereadora Marielle Franco. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6585946/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

Figura 23: Marielle Franco entregando a medalha à Conceição Evaristo em sessão na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.



Fonte: Instituto Marielle Franco, 2020

As criações das escritivências de Conceição Evaristo são amplamente aceitas pela academia e figuram em diversos trabalhos de conclusão, dissertações e teses de diversos cursos, para além da literatura.

Na Psicologia Social a escritivência se configurou como método de investigação e produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, segundo as autoras Soares e Machado (2017). Elas utilizaram o recurso metodológico da escritivência para narrar histórias de vida de mulheres que eram acompanhadas pela proteção social básica, no âmbito da política nacional de Assistência Social. A escritivência permitiu que as autoras reconhecessem as necessidades das mulheres com quem dialogaram, através da identificação de seus posicionamentos enquanto sujeito dentro de um coletivo. No caso da pesquisa, estes sujeitos eram mulheres pretas que cuidam dos filhos. Identificaram que a escritivência emerge no âmbito da produção de conhecimento como escolha analítica-metodológica para apresentar histórias de vida de mulheres que são subalternizadas.

A metodologia se destacou por apresentar marcadores sociais da diferença que permitiram explorar aspectos particulares da subjetivação e de contato com o aparato opressor. As escrituras ampliaram o alcance das práticas e discursos contra-hegemônicos, desafiando as políticas públicas e demandando direito e acesso para as mulheres. Além disso, esta metodologia desponta como uma ética de pesquisa que aposta na escrita como forma de resistência, onde as mulheres negras são protagonistas de suas próprias histórias (SOARES; MACHADO, 2017).

Reconhecemos que o campo Psicossocial deve se empenhar em fortalecer os encontros e promover confluências, além de engendrar processos de produção coletiva de conhecimentos contextualizados e críticos sobre as realidades comunitárias. Uma abertura provocada por tal campo de pesquisas me influencia a elaborar a presente reflexão sobre metodologias a partir das narrativas, com base nas escrituras. Identifico a necessidade de reorientação dos processos em contato com as comunidades, em especial ao abordar as Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas através de formulações psicossociológicas em consonância com o contexto contemporâneo das lutas das mulheres.

As narrativas são escritas livres. Inspiradas pela narrativa poética do cotidiano, de narrar os feitos, os processos, as camadas de compreensão, diversificando a forma de desenhar um ato. Para desbloquear as palavras tive ao meu lado Conceição Evaristo e Gloria Anzaldúa. A ideia de cadernos de campo, de diários e agendas, atravessa minha trajetória e facilitam a escrita livre a partir de descrições simples que vão se adensando ao decorrer da liberação das palavras. As palavras são as atrizes principais da minha escrita. Elas marcam meu território e navegam em minha mente. Elas buscam ser as palavras germinantes contadas por Anzaldúa e Nego Bispo. Elas são também palavras empilhadas, palavras soltas que são o princípio de ideias, sem a obrigação de serem raciocínio lógico ordenado.

Palavras

Fluidas

Escorrem

Saem

Caem

Palavras que se empilham e ajudam a libertar ideias, mudando a direção da linearidade do discurso. Que se inspiram também na poesia concreta de Paulo Leminski, que desenha literalmente com as letras. Brinca com palavras, como quem se diverte ao escrever. Essa diversão que não abro mão. Que encontro também na liberdade poética de Manoel de Barros, escritor que me conecta em sonhos com um mundo bicho vivo orgânico solto. Essas ideias de escrita, apresentadas ao longo deste capítulo, são só de onde venho e para onde corro, brincando de poder escrever. Escrever sobre o ato de escrever, em um mundo contemporâneo que não quer nem mais ler. Para isso que a gente brinca de escrever. Bagunçando as sensações para que algo novo dali possa germinar. O que está pronto e arrumado é produto, nos interessa mais o orgânico, como inspira o pensamento indígena, quilombola, mulher.

2.3.1 Narrativas Fotográficas

Palavras não são suficientes para descrever as experiências e, de um giro na minha forma de compreender e atuar no mundo, então brota poesia, ao observar os caminhos através das lentes da minha câmera, começam a germinar as narrativas fotográficas. A metodologia proposta é inovadora, uma potência para investigação participativa que atua mirando perspectivas outras. Seu caráter político traz para a cena um posicionamento. No princípio, fotografia e escrevivência se integraram com a pretensão de criar diálogos com e entre os conhecimentos. Partimos de uma visão de mundo desde as margens que pretendem ser expostas para contar histórias dos oprimidos. Não é uma receita pronta que se constrói de antemão, com um passo-a-passo pontuado e descrito, mas um processo de afeto, escuta e re-existência que vem sendo germinado. Para além da coleta de dados de pesquisa é um processo de formação e reconhecimento de sujeitos históricos, que se soma aos percursos teórico-metodológicos apresentados, em busca da autonomia.

Na psicossociologia, a poesia e a fotografia trazem conhecimentos que não viriam à tona em processos metodológicos enrijecidos. Com a intenção de conhecer a história do outro, constatamos a necessidade de uma escuta atenta e ferramentas para romper uma camada fina de distanciamento que pode limitar a potência dos encontros psicossociológicos. Reconhecemos o poder de retratar uma imagem e relacioná-la com o conhecimento. Narramos e revelamos uma força criativa para re-

existência da história marginal comunitária enquanto processo de fortalecimento do tecido social no território.

Ao apontar para uma proposta de alternativa ao modelo hegemônico global científico, produzimos uma crítica à matriz colonial que coloca na centralidade a lógica patriarcal, racista, classista e colonial. Metodologias que carregam elementos que fundam e constituem as relações de dominação do projeto “capitalista-modernizador-extrativista”, com ações que desapropriam e destroem modos de vida e de produção de conhecimento (WALSH, 2017). Como resultado identificamos que urge a necessidade de narrativas contra-hegemônicas nos processos psicossociais. Com poesia e fotografia, buscamos romper com as barreiras coloniais, trazendo saberes à tona que não seriam re-conhecidos por pesquisas acadêmicas pautadas por processos metodológicos enrijecidos.

Com a intenção de conhecer histórias, constatamos a necessidade de uma escuta atenta e ferramentas que exponham a potência dos processos psicossociológicos. Nesta pesquisa proponho uma narrativa imagética que põe o foco nas comunidades e em seus saberes (PELACANI *et al.*, 2019). Narramos e revelamos uma força criativa para re-existência da história marginal comunitária enquanto processo de fortalecimento do tecido social no território.

Essa proposta é apenas mais um passo, como afirma a mestra de dança afro soteropolitana Eliete Miranda, sempre mais um passo, pequeno e firme na caminhada da diversidade - criada por ela e estudada por mim. O que me inspira ao brotar processos que buscam ser transformadores, regados com paciência e movimento. Um caminho inicial para gerar rachaduras e rupturas nas formas de produção de conhecimento. Uma ideia que se soma a diversas pesquisas contemporâneas, elaboradas criando novos formatos, perspectivas e que dialogam com outras epistemologias.

Esta metodologia não se pretende única. Não quer dar conta sozinha de romper com emaranhados de opressão. Ela é uma aposta, que é uma soma de outras, criada e fundamentada, reformulada e adaptável. Ela se dá a partir da criação de narrativas com olhares e vivências que permitem transpassar a invisibilidade que encobre

conhecimentos e territórios subalternizados, para além de uma simples compreensão individual (PELACANI, 2018).

Identificar e se identificar nas re-existências, ao transformar-Ser, como forma de seguir vivendo, sendo ambiente com arte, sem perder a cultura de vista, nela se fortalece-Ser, com memórias que vão dando formato às narrativas. Um encontro com pessoas, que pressupõe o movimento de ir aos territórios e seguir os saberes que dali emergem (PELACANI, 2018). Ao observar e vivenciar práticas outras, criar. Caminhar pelas histórias de vida de luta de diversos sujeitos. Neste sentido, a metodologia é atravessada por expressões como: caminhos, trilhas, senderos, percursos, passos. Pois é assim que as narrativas fotográficas se constituem enquanto processo metodológico, de imersão no campo, do encontro com corpos-territórios

As narrativas fotográficas carregam consigo histórias de vida de mulheres, sujeitos coletivos, des(en)cobrem subjetividades concretas da riqueza humana, natural, cultural e social como estratégia psicossocial diante da história única produzida por um observador distante, como critica Chimamanda Adichie (2019). Este método, enquanto recurso para investigações psicossociológicas com comunidades, parte do desejo de conhecer as histórias de territórios. Uma ação reflexiva através do olhar com uma estratégia existencial de estar em coletivo. É uma mudança de pensamento dentro da perspectiva crítica que se depara em desacordo com o sistema hegemônico e propõe outra narrativa da história. Em uma dinâmica propositiva que vai na contramão do pensamento hierárquico, como propõe a prof. Cláudia Miranda (2019).

Essa metodologia é uma proposta para situar os territórios e sujeitos em meio às pesquisas acadêmicas que desenvolvi. Afirmo que não é em qualquer território que nos encontramos, as pesquisas com narrativas fotográficas acontecem onde há conflito. Pois reconhecemos os conflitos como brechas do sistema que nos permitem identificar sujeitos e discursos em disputa, aprofundando as análises dos contextos sociais, ambientais e políticos na busca pela raiz dos problemas que vivemos (PELACANI, 2018). Assumo tal perspectiva, por levar na minha bagagem uma interlocução com a teoria crítica, que problematiza as estruturas que estão fincadas em nossa sociedade e miram os trabalhadores, os intelectuais orgânicos e os oprimidos como sujeitos da revolução.

A metodologia tem como base as ideias de fotografia e narrativas fundamentadas no antirracismo, no ecofeminismo e no feminismo popular (PELACANI; CORREIA, 2021). Uma ferramenta que se apresenta enquanto uma possibilidade de fortalecer a pauta de grupos atravessados pela colonialidade e os processos de vulnerabilização. Parte do arcabouço teórico metodológico que começa a ser desenhado a partir das referências apresentadas e resultará na criação de narrativas fotográficas apresentadas ao longo da pesquisa.

As narrativas fotográficas são trajetórias elaboradas nesta pesquisa para contextualizar os processos de luta comunitária no âmbito da confluência da Marcha das Margaridas e das Mulheres Indígenas de 2019. Elas buscam aproximar contextos, perspectivas e escalas diversas para ampliar a compreensão do estudo. Entendendo que as mulheres ao marchar produzem conhecimento, como pode uma metodologia dar conta de se aproximar e interpretar? Nossa aposta é pela vivência, registrada em palavras e imagens. Encontros que formam a metodologia para que o processo seja menos cartesiano, sem buscar uma resposta pronta. Mas sim, abrir o campo de estudos para análise, através de uma metodologia que se interessa pelo processo de criação e que não busca se encerrar ao ser concluída.

As narrativas fotográficas começam a ser pensadas por mim no âmbito acadêmico em 2018, quando ainda as chamava como fotoescrivências. Discuti, inicialmente, o corpus das narrativas fotográficas, desenhados a partir das férteis escrituras negras de Conceição Evaristo (PELACANI, 2018). A transição de fotoescrivência para narrativa fotográfica foi um posicionamento estético-ético-político que cabe ser explicitado. Resultante do processo de formação, de encontro com leituras e de me situar enquanto sujeito histórico, foi a transição de um conceito e também uma forma de atuação acadêmica que busca ser antirracista.

As fotoescrivências foram germinadas enquanto metodologia ligada ao campo da Educação e da práxis pedagógica no diálogo com movimentos sociais (PELACANI, 2018). Em seus percursos a fotoescrivência foi ponte entre sujeitos diversos, como parte de diálogo as mulheres no enfrentamento ao patriarcado e as comunidades tradicionais vulnerabilizadas por conflitos socioambientais. As fotoescrivências foram desenvolvidas com: Agricultoras do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Guapiaçu - RJ; Movimento de resistência de

atingidos pela construção da represa El Peñol, na Colômbia; Maestra Lola e a comunidade Afrocolombiana do Cauca na Colômbia (PELACANI, 2018).¹³ E se expandiram por outras comunidades através de diálogos com a Educação Ambiental desde el Sur (MACIEL SALIS, *et al.*, 2021) e com a psicossociologia com comunidades (PELACANI; CORREIA, 2021).

Elas começam a ser germinadas com a ideia de caminhar pelos territórios e ler aquilo que não está escrito, mas que conta histórias, através de elementos, imagens, sensações, materiais e movimentos. Se deixar afetar pelo espaço, reparar nas memórias que permanecem e encontrar formas de descrever a vivência era a principal motivação da minha pesquisa de mestrado em 2018.

A poesia livre que eu carregava se potencializou com as palavras mulheres de Conceição Evaristo, o que acreditei ser também uma aposta contra o racismo. Apresentei a metodologia pessoalmente para Conceição Evaristo em uma reunião com ela e os pesquisadores Celso Sánchez, do GEASur e Geraldo Bastos, doutorando do EICOS e as pesquisadoras da Unirio: Elen Dias e Fabíola Roldan, onde a autora afirmou a potência da metodologia, o que foi uma alegria. Um encontro de

¹³ Para conhecer as fotoescrivências de minha autoria:

Pelacani, B. et al. 2019. A Fotoescrivência como proposta metodologia para Educação Ambiental de Base Comunitária: A Re-existência sociocultural na luta pela água e pelo território no Vale do Guapiçu (RJ). Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0283-1-A-01.pdf .

Pelacani, B. et al. 2019. La educación ambiental de base comunitaria que emerge del conflicto con la represa hidroeléctrica de el Peñol, Colombia. *Revista Perspectivas Educativas*, 8, 17–37. Disponível em: <https://revistas.ut.edu.co/index.php/perspectivasedu/article/view/1890>

Pelacani, B., et al. 2020. Las luchas que educan: La educación ambiental de base comunitaria y las consultas populares en el conflicto minero en Colombia. *Revista Ensino, Saúde e Ambiente*, (número especial), 331-352. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/43013>

Sánchez, C., et al. 2020. Sendas Poéticas: Trayectorias de la Educación Ambiental del Grupo Geasur en la Descolonización del Campo Ampliado del Arte. *Culturas: Debates y perspectivas de un mundo en cambio*, (14), 219-244. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9d27/b06d27bbd6c7ca945fd320eacd067ea153eb.pdf>

Maciel Salis, L., et al. 2021 "Diálogos com a Educação Ambiental desde el Sur a partir da "fotoescrivência": possibilidades para pensar a formação em Ciências Biológicas." *Ensino, Saude e Ambiente* 14.esp.: 464-486. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/51446>

Pelacani, B. et al. 2021. O querer das mulheres em marcha: uma mirada desde a psicossociologia com comunidades e ecologia social. Anais V Desfazendo Gênero... Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79238>

Olhos D'água. Exposição de fotoescrivências. Organização e curadoria Bárbara Pelacani Disponível em: <https://olhosdagua.46graus.com/>

muito aprendizado onde ela nos brindou com informações sobre sua trajetória e novas ideias.

A ideia de trazer as escrevivências no próprio conceito metodológico era uma forma de diferenciar o posicionamento das minhas narrativas, expor a intenção de ter um recorte de gênero, classe e raça. Sair de um lugar mais neutro que a nomenclatura narrativa tem. Carregar a palavra escrevivência, era então uma aposta para trazer para a pesquisa um caráter interseccional, entendendo que minhas teorias caminhavam por aí, se espalharam em outras pesquisas, salas de aula e cursos. O que me fazia refletir como trazer uma metodologia coerente? Outra questão, as fotoescrevivências ao se propor ao encontro precisavam deixar claro um posicionamento antirracista, ao dialogar com mulheres negras no campo, ao ser uma ferramenta pedagógica, era parte do meu arsenal de ensino e pesquisa. Onde eu buscava me aproximar de estudantes e pesquisadores negros e negras a partir de um referencial que fizesse sentido. Uma busca por situar a teoria e a metodologia a partir de outras bases, que fazem os conhecimentos se ampliarem.

Ao longo das pesquisas, me encontrei com as (foto)escre(vivências) de Vilma Neres Bispo (2016). A autora demarca as (foto)escre(vivências) como escritas com a luz do povo negro, marcando nitidamente o recorte de raça. Em sua obra, a autora dialoga com a biografia da fotógrafa Lita Cerqueira e do fotógrafo Januário Garcia, além de apresentar seus trabalhos e suas trajetórias na condição de sujeitos negros. A autora reconhece a construção social do fotógrafo e a influência da sua forma de ver o mundo no resultado da fotografia. Por mais que haja formação crítica, a autora afirma que a realização e interpretação da imagem depende das subjetividades de quem produz e que observa. Com isso a autora prevê requisitos para quem escreve com a luz a fim de produzir as (foto)escre(vivências), o que somente poderia ser fruto de atuação consciente, situada e racializada, de sujeitos negros que atuam no campo da fotografia (BISPO, 2016).

As (foto)escre(vivências), para Vilma Bispo são formas de enfrentamento à violência contra o povo preto, feita pelo povo preto. Para tanto propõe também uma fotografia antirracista, que cabe aos negros e brancos. Ao pensar a fotografia antirracista a autora nos propõe uma escrita com a luz enquanto uma construção social e demarca a necessidade de que não se reproduzam violências simbólicas

através da reprodução de estereótipos raciais e de estigmas socioculturais. Reafirma a necessidade de atenção, persistência, abordagem crítica, criatividade na produção de imagens que tenham como objetivo outras formas de ver o mundo. Respeitando a diversidade estética, Bispo (2016) aponta para a necessidade de uma (re)educação para que imagens ofensivas não tenham a ampla circulação, ressignificando os formatos de ver o mundo e seus sujeitos.

Para Vilma, a (foto)escre(vivência) constitui-se como uma ferramenta discursiva para romper com os silêncios e refere-se ao sujeito negro que compõe, apresenta e defende repertórios visuais sobre pessoas negras. As fotografias com as palavras passam a cumprir o papel de recurso imagético que busca transformações da representação visual e a mobilização de discursos estéticos antirracistas, com foco no mundo das pessoas negras.

Outra inspiração para pensar o antirracismo na construção das narrativas fotográficas é Ailton Krenak, o pensador afirma que narrativas coletivas integram um sentido da vida, enriquecendo a experiência de vida de cada sujeito, mas constituindo um sujeito coletivo. As histórias narradas têm interação com a base cultural dos coletivos aos quais as pessoas pertencem. Em suas narrativas, os sujeitos levam as palavras de seus ancestrais e as colocam no mundo, a base das suas formações estão nas memórias mais antigas do seu grupo social, o que os fortalece enquanto sujeitos coletivos (KRENAK, 2018). Destacamos assim, a força que tem uma narrativa fotográfica quando é criada pelos sujeitos que vivenciam os coletivos narrados e tem sua trajetória interligada com a história.

A ideia da formação do sujeito coletivo desenhada nas palavras indígenas também aparece nas escrevivências de Conceição Evaristo. Este é um dos principais pontos das escrevivências, que não pode ficar de fora de sua elaboração, assim como o fato de ser um processo do povo preto, com referências afrocentradas e conexões com as religiões de matriz africana.

Sendo assim, ao me aprofundar nos estudos apresentados no referencial teórico metodológico e nas autorias supracitadas, além de densos diálogos com meu orientador, com o pesquisador e cineasta Clementino Júnior e com outras pesquisadoras ao apresentar meus trabalhos em espaços acadêmicos, aprofundei

minha compreensão acerca do meu papel na produção de processos criativos que juntam palavras e imagens. Reconheço a importância do meu papel no antirracismo, especialmente enquanto educadora e pesquisadora. Mas como pessoa branca devo respeitar os espaços, imagens e histórias construídos pelo povo preto. Me retiro de um papel de violência simbólica, e não posso exercer um papel de apropriação de um saber, de uma ferramenta, ou de uma tática de luta de um grupo social. A intenção das fotoescrivências é o oposto disso, tem como ideia carregar em seu nome a marca de um referencial que não cabe mais ser invisibilizado. Mas reconheço que o papel das pessoas brancas e da academia, historicamente coloca o povo preto na invisibilidade e suga seus conhecimentos para benefício próprio. Para combater o racismo, preciso me utilizar de outras táticas e não reproduzir formas da branquitude acumular poder.

Destarte, na presente pesquisa apresento uma metodologia amplamente inspirada nas escritas de Conceição Evaristo e trago ela como base referencial e metodológica desde a primeira até a última página do trabalho que apresento. Compreendendo a importância de ter um referencial preto, indígena e mulher para dialogar e produzir conhecimentos desde outras perspectivas, ampliando as possibilidades de produção de uma pesquisa antirracista, contracolonial e antipatriarcal. Entendendo que um referencial branco e europeu na metodologia seria uma incoerência. Essas ideias se concluem com a compreensão de Conceição Evaristo, que aponta que as escritas se espalharam e estão presentes em diversos campos da academia, mas que não podem perder sua essência.

Na minha escrita acadêmica crio narrativas fotográficas, antirracistas, contracoloniais, feministas, suburbanas, periféricas. Uma metodologia que começa a ser desenhada nos conflitos socioambientais sob a perspectiva da educação e se remodela com o mergulho nos estudos psicossociológicos com as mulheres em marcha. A construção de narrativas fotográficas, união das ideias de palavra e imagem apresentadas largamente, se soma nesta pesquisa à luta pelo direito de sorrir e de sonhar das mulheres. Na luta pela reconstrução do país, de forma justa e efetiva, com as mulheres no centro do poder, enfrentando o assédio e buscando romper com misoginia. No encontro com as mulheres em marcha a perspectiva teórico-metodológica será apresentada ao longo do trabalho.

Ao tratar da fotografia, refletimos sobre as mulheres na arte, na interface com uma perspectiva plural e antirracista, contracolonial que problematiza a fotografia enquanto ato político. Com foco nas relações de poder que atravessam mulheres na produção do campo de conhecimento, de trabalho e de luta. Assim, vem para cena a arte indígena, a fotografia enegrecida como inspirações para desenvolver uma pesquisa com referenciais situados, racializados que compõem o corpus do referencial teórico metodológico, ao possibilitar análises a partir de um referencial não clássico da fotografia.

2.3.2 QAMASA¹⁴: A Fotografia como re-existência na Psicossociologia com Comunidades na elaboração das Narrativas Fotográficas

A fotografia em minha pesquisa é um suporte para o diálogo com o outro. No encontro com o campo de pesquisa e com os sujeitos, a câmera opera um papel simbólico ao criar pontes e estreitar laços de confiança, provocando relações e rompendo barreiras. Partindo de uma visão de mundo que se constitui a partir de relações, compreendo que as imagens em si mesmas nada podem explicar “são convites inesgotáveis à dedução, à especulação e à fantasia. (...) Só o que narra pode levar-nos a compreender” (SONTAG, 2004, p. 33-34).

Na sociologia da imagem, Rivera Cusicanqui (2015) aponta reflexões desde as práticas do olhar, um olhar que vê e representa e autorrepresenta. Já que o diálogo é um produto também de nossa personalidade criativa e da experiência de vida, o que nos coloca como sujeitos ativos e posicionados. A câmera pode nos afastar da razão colonial ao fazer da imagem um objeto de análise e trazê-la como prática de comunicação horizontal.

Silvia Rivera Cusicanqui (2015) identifica que o que envolve o olhar é parte de um processo de representar alguém e autorrepresentação. Uma dimensão

¹⁴ Qamasa palavra Quechua e Aymara que significa Coragem, valor, ousadia, ânimo e também a energia o generativo. Qmasa representa o mundo da vida material, a energia vital que se materializa e traz forças para começar a ação e compartilhar com os outros. Palavra que conheci com Silvia Rivera Cusicanqui no livro “Sociología de la imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina” (2015) quando ela apresenta a diversidade de conhecimentos a partir de uma visão da filosofia Aymara que me inspira e fortalece para a realização deste trabalho.

amplificadora da Psicossociologia com mulheres, apresentada nesta pesquisa, está na memória presente nas narrativas, que se ressignificam com o percurso histórico e podem inspirar movimentos contemporâneos. A autora compreende que a partir das narrativas que emergem dos territórios, formuladas por sujeitos situados, redesenhadas e expostas de forma coletiva, pode criar um conhecimento relevante para as comunidades

As imagens têm um importante papel de comunicar através de múltiplos sentidos, sem formar um trajeto retilíneo e unidimensional. Silvia Rivera Cusicanqui (2015) afirma que só de anunciar que existe uma história alternativa já nos remete a ideia plural de significados que a história pode ter, de acordo com quem sejam os sujeitos que a fazem, a narram ou a sofrem (RIVERA CUSICANQUI, 2015). A narrativa visual é uma criação da nossa personalidade, criativa e teórica para a autora, que destaca também a importância da experiência vivida. Ponto que nos integra com as narrativas fotográficas, que carregam em seu nome esse sentido que traz Rivera Cusicanqui (2015) para falar de suas montagens artísticas. A autora nos conta que a história passada ganha novos sentidos ao ser confrontada no diálogo com outras pessoas e com os dilemas e vivências do presente.

Dialogando com as críticas ao saber hegemônico eurocentrado, Rivera Cusicanqui (2015) afirma que não precisamos seguir as escolas europeias e que para isso devemos fincar nossos pés na terra, reconhecer nossos territórios e conhecimentos, enquanto sujeitos pensantes que possuem uma própria história, ambiente, cultura, geografia e intelectualidade, e só assim teremos a habilidade de dialogar com os conhecimentos que chegam de fora.

Uso a imagem e a câmera fotográfica como aliadas na produção de conhecimento com as nossas interlocutoras no trabalho de campo para dismantelar os pressupostos da razão colonial. A autora indica brechas para as narrativas fotográficas quando afirma que também existe uma história da foto que não foi registrada, ou que não teve êxito, a foto que ficou velada e que, sem dúvida, devem ser contadas, renarradas e resignificadas. Para além da fotografia existe o sentimento que não coube entre quatro cantos delimitados pelo enquadramento da imagem, e a escrita pode apoiar na ruptura dessas barreiras e amplificação dos sentidos.

Minha fotografia busca romper com padrões estéticos e reconhecer o território, a natureza e a sociedade que se recriam com a luz que pode encantar cenários, registrar sujeitos e descrever histórias. A fotografia é um processo que parece ser individual, mas que facilmente se propõe coletivo ao descobrir o outro e seus desejos fotográficos: quando querem participar da fotografia e como querem expor suas histórias de vida, tendo como mediação a câmera.

Segundo Sontag (2004), fotos causam impactos e reações na proporção em que exibem algo novo. No entanto, depois as imagens anestesiavam e podem ser corrompidas. Após uma repetida exposição a imagens, o evento torna-se menos real. A fotografia tanto pode amortecer a consciência, quanto despertá-la.

(...) ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar, constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver. Por fim, o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça — como uma antologia de imagens. (SONTAG, 2004, p.13)

A imagem agrega conhecimento com a comunicação visual trazendo novas possibilidades para dentro da narrativa, através de uma atmosfera comunicativa, do sentir e do olhar. Para Anzaldúa, uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher que fotografa tem poder? Carregamos a possibilidade de reconhecer que escrevemos com as luzes e com as sombras, com as cores e com os contrastes, com ângulos, perspectivas e posicionamentos. A escrita revela, a fotografia precisa ser revelada. Suas imagens de força, amor, medo, paixão e dor, podem carregar a opressão do ser mulher.

A fotografia pode exibir uma vivência, revelar um olhar de quem se afeta. Mostrar outras verdades, profundizar narrativas. Nesta pesquisa, buscamos revelar a luta pela defesa dos territórios, caminhando ao lado de quem pertence ao território — um não estrangeiro — provocando a confluência de olhares e assim a troca de experiências se enlaça. Mostrar com os sujeitos e seus territórios tem uma potência por revelar os olhares trocados ao longo da metodologia de pesquisa, de provocar o encontro com o conhecimento ali formado. Um movimento que pensa em engolir o sistema patriarcal, racista e hegemônico.

Quando trago o meu olhar sobreponho o olhar do outro sobre mim. É quando eu, uma mulher periférica, tomo um espaço que me foi negado, falo de um território que dialoga com lutas mais diversas e abro os olhos para abordar questões de alteridade e de re-existência de diversos sujeitos em suas particularidades. Um olhar que não visa se impor, mas sim revelar em diálogo. A escuta pode gerar aprendizagem, mas não na expectativa da validação do outro, nem de mim.

“Não conte minha história” é a frase que me inspira, pensando nas poéticas negras trans não centrais do Brasil, busco inspiração em artistas e artistas do Nordeste, de Recife, de Fortaleza de outras partes para além da tradicional academia do eixo Rio-São Paulo.

Pego-me pensando, eu periférica, se não tivesse entrado na universidade pública, como seria minha visão de mundo hoje? Treinada para seguir um padrão de fêmea suburbana, que adoro em muitos aspectos, mas como seria o esforço para romper com o lugar da mulher na sociedade, minhas experiências, viagens, caminhos, percursos, rupturas, como seriam essas? E a ampliação das minhas identidades culturais? De entender de direitos ambientais e sociais... e se eu não tivesse retornado para as periferias? O que eu teria me tornado? Teria resistido a essa ânsia de poder e dinheiro que opera de forma camuflada nas pequenas elites acadêmicas?

Ao olhar para o passado e engolir o futuro, no presente. Reflito sobre quem são os detentores do saber, das narrativas e da fotografia. Ao pensar na necessidade e na urgência de criar movimentos alternativos na academia e com as comunidades, quero retratar a busca por esses espaços de repercussão contracolonial. É preciso olhar e reconhecer o trabalho das mulheres que sempre estiveram lá construindo narrativas fotográficas e pouco apareceram na história oficial. Observamos o quão desigual é a nossa sociedade nas questões de gênero, para enfrentar tal discriminação, as mulheres vêm desvendando as amplas possibilidades de se movimentar e fazer-se representar. Artistas que miram as ações que germinam em nossa sociedade e buscam ampliar os espaços de atuação de mulheres.

Apresento a imagem a partir de uma perspectiva da arte e um recorte da fotografia documental, que se refere àquelas que usam a câmera como instrumento de transformação social, estéticas revolucionárias, denúncias e anúncios de outro

tempo, de esperança. A fotografia documental se renova e reinventa, mulheres - compreendendo as diversas formas de ser mulher - registram o mundo que surge.

bell hooks me inspira na produção de imagens quando propõe a ruptura com a ideia de produzir imagem de um corpo para ser visto, para ser desejado. Problematizando a objetificação dos indivíduos a partir da política do olhar (HOOKS, 2017), com destaque para a coisificação das mulheres, com recorte racial, colocando no centro do debate as mulheres negras. Elas que, junto com pessoas negras, sofreram com a tentativa de repressão do olhar e hoje posicionam seus olhares para mudar a realidade, e romper com a manipulação de seus olhares para que se adequem ao processo de dominação de seus corpos dentro de estruturas brancas, colonizadoras e patriarcais. Mulheres que contestam construções de estereótipos sociais e culturais violentos.

Ao pensar sobre a invisibilização dos subalternizados, mergulho no livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade* (HOOKS, 2013) que aponta para a importância da construção de saberes de resistência. Visando transgredir uma forma de produzir conhecimento e de rever quem detém tal conhecimento, sou instigada por Kilomba (2019), que afirma que a linguagem pode ser transporte de violência de processos coloniais que se perpetuam, mesmo com o fim da colonização enquanto processo histórico, suas amarras sociopolíticas e dutos de extrair vidas conectados nos territórios ex-colônias. Busco desobediências poéticas (KILOMBA, 2019) através da imagem enquanto espaço político de diálogo, aprendizagem e transformação.

Para tanto, convoco para a cena fotógrafas que contribuem para um reposicionamento do olhar, da produção de imagem e de uma cena artística atual que tem um posicionamento estético-político bem demarcado. Natalia Tupi e sua *Ancestralidade visual inserida nas lutas e vivências indígenas* (Figuras 24 e 25), Marcela Bonfim, fotógrafa que desenha com contrastes a *Amazônia Negra* (Figuras 32 e 33), Cláudia Ferreira documentarista que caminhou junto a história da *Marcha das Margaridas* (Figuras 41 e 42) e Nair Benedicto referência internacional no campo da fotografia documental (Figuras 50 e 51).

Na fotografia documental, a imagem produzida desponta enquanto uma ferramenta de linguagem crítica, onde o processo de diálogo com as comunidades é

mais importante do que o resultado final expresso em um papel ou em muitas telas. Entrelaçada com a fotografia humanista, abre espaço para o campo iridescente da Fotografia Popular. Esta costura é permeada de compromisso, tempo e disponibilidade para se deixar entremear pelos contextos dos sujeitos e dos territórios, da vida em todas as suas formas. Para que o registro histórico da temática seja um alongamento das ideias, das práticas e das concepções que dali emergem e se exibem na coletânea de imagens produzidas. Mais do que um relato sobre as perspectivas do assunto, que é o caso de uma fotografia humanista, a fotografia popular tem um recorte da contracomunicação. Por engendrar narrativas alternativas ao que está posto na grande mídia, ela amplia as lutas comunitárias. Ao mesmo tempo que trata as comunidades fotografadas como produtoras de conhecimento.

Um diálogo de Ailton Krenak com Edgar Xakriaba em uma live online em 2020: “Olhares indígenas e a percepção de mundos” promovida pelo Projeto Fotografia por Minas, os pensadores indígenas afirmaram que para seus povos a fotografia hoje é vista como uma arma de defesa, como um compromisso de uns com os outros. Onde os sujeitos que antes eram objeto de desejo da fotografia, hoje são os artistas indígenas com a câmera na mão. Eles afirmam que a tela não é uma realidade, ela é virtual e está entre nós. Eles chamam a tela de fogo frio das lives, que substituem temporariamente, por conta da pandemia, o fogo quente da fogueira, ao redor do qual podemos sentar e dialogar.

“É preciso indigenizar o mundo” Ailton Krenak e o fotógrafo Edgar Xakriaba nos convocam. Para alguns povos indígenas, como os Xakriabá de Minas Gerais, a palavra imagem é a mesma que a alma. Como seria então pensar as narrativas das vidas com alma, com mulheres em marcha diante de todo esse contexto narrado até agora?

Territórios poéticos
Sobre fotografia
O que quero escrever sobre fotografia não está pronto
Não existe em tese
São fotografias que emergem desde outros pontos
No giro
Longe do centro

teorias sobre fotografia, imagem e alma que permeiam outros saberes
Espalhados pelo vento, que plantei nos últimos anos, como sementes

Esperei germinar
 Recolhi as estrelas por entre as pedras
 Colhi, costurei, teci
 Com a coragem invocada por Qamasa
 Re-começo
 Em re-existência

Ao buscar referencial sobre fotografia que contemplasse minhas ideias me senti fértil
 Eufórica por ter conseguido tempo para a fotografia fluir
 Percebi que quando eu tento ir ao mesmo tempo para todos os lugares
 Eu giro
 Em expansão modelei o referencial
 Unindo os pontos em círculo
 Na conversa com aquelas que pensaram parecido comigo
 Meus ruídos ancestrais me impulsionam a realizar

Fotografo e escrevo sobre luta e sorriso
 Para descobrir o som que me habita
 Lá no fundo
 Como fonte de energia e de cura
 Entendendo que nem todas as mazelas do mundo tem cura
 Sem culpa
 Costuro linhas de fuga
 De baixo pra cima / De cima pra baixo

Na re-existência percebo a criatividade que contorna em dança e miro a culpa oculta
 daquelas que se sentem responsáveis pela cura do mundo.
 Serão ouvidas?
 Sujeitas ocultas
 Confluem em luta
 Energia encantada delas juntas
 Orientam o trabalho
 Agradeço as que vieram antes, as que ainda vão chegar,
 as mais velhas e as mais novas
 Que lutaram para que eu estivesse aqui
 Ajudaram a destruir estruturas de silêncio,
 quebrando o que limita a ação
 possibilitando agir com prazer
 para criar racionalidades de superação e liberdade
 Proteção afeto e abrigo em imagem

(Bárbara Pelacani, 2022)

2.3.3 Mulheres na fotografia

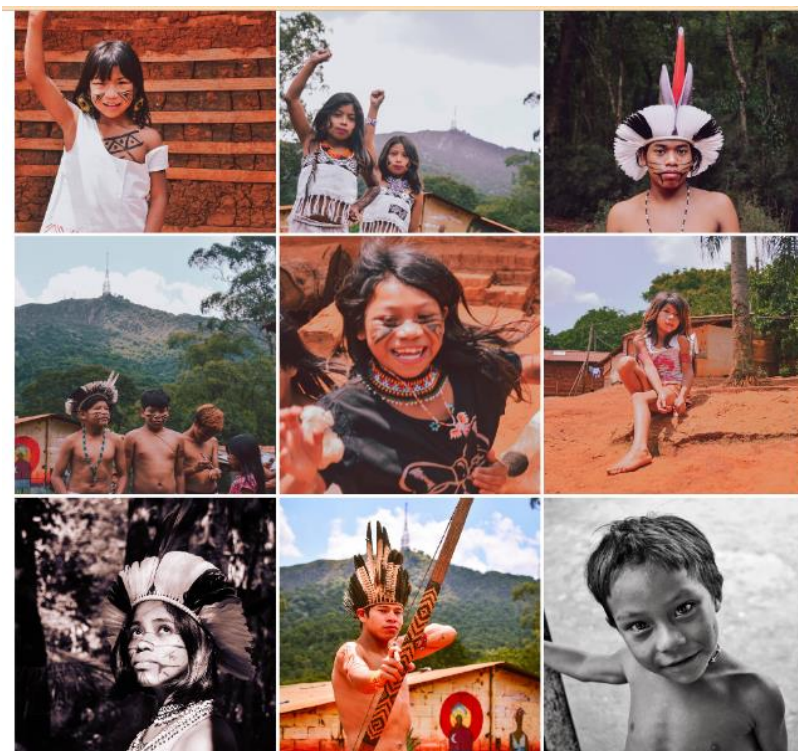
Natalia tupi¹⁵

Figura 24: Natalia Tupi - Ancestralidade visual



Fonte: Instagram @ancestralidadevisual, 2023.

Figura 25: "Minha câmera é minha flecha"



Fonte: Instagram @ancestralidadevisual, 2023.

¹⁵ Natália Tupi se define como fotógrafa e videografa. Ela vê a fotografia como uma forma de eternizar momentos e sentimentos e, com eles, contar histórias.

Para a fotógrafa Natalia Tupi, que se reconhece como ancestralidade visual, o que mais importa é o olhar de quem está fotografando e afirma que é através dos olhos que as pessoas contam suas histórias. “Eu vejo você”, é como ela começa a explicar sua visão de fotografia, e segue escrevendo que é através do olhar que nos reconhecemos. Tais palavras e as imagens que vem a seguir estão em seu perfil particular em uma rede social de compartilhamento de imagens, por onde disponibiliza para circulação parte de suas criações.

Figura 26: “A paz se agiganta nos olhos de uma criança.”

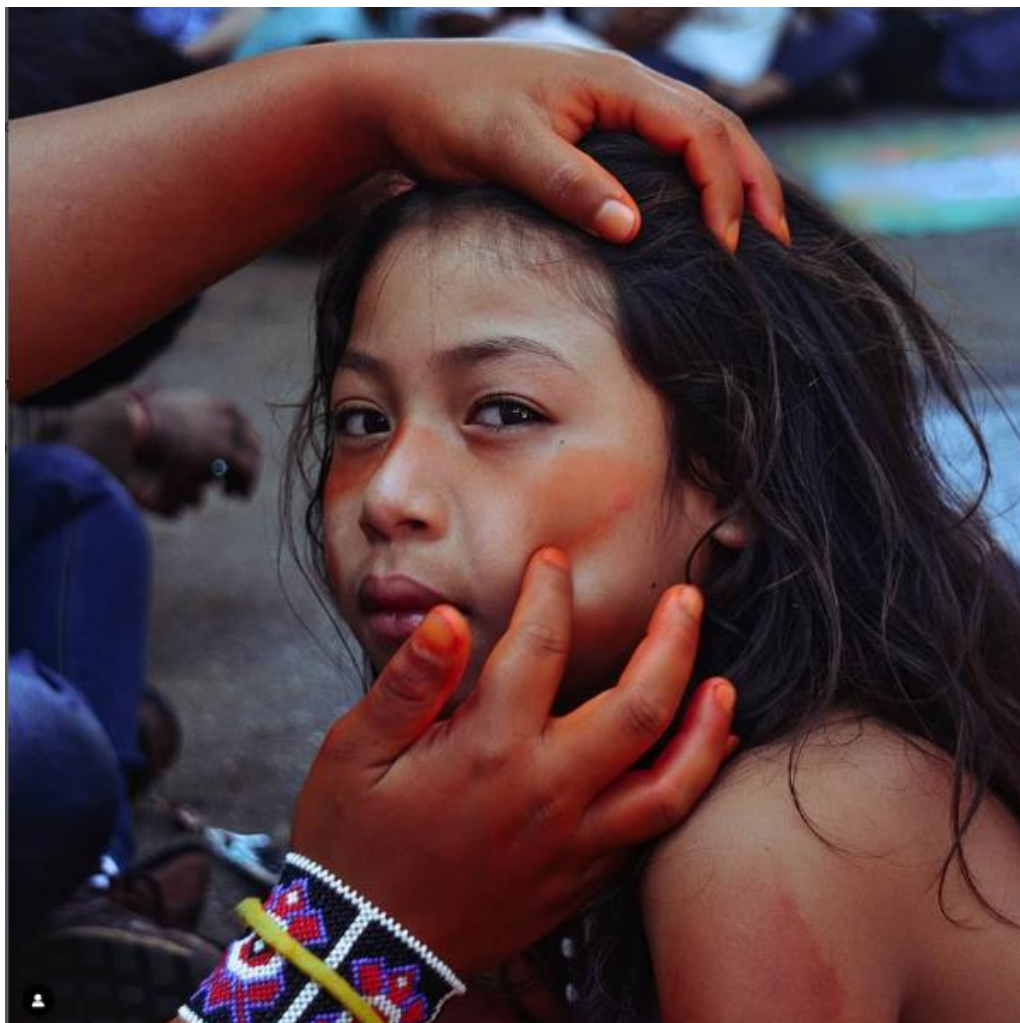


Fonte: Natalia Tupi, Jaraguá - Novembro/22

A artista narra que ao fotografar entra em um diálogo com quem quer registrar, pede permissão para fazer a foto. A fotógrafa fala e, principalmente, escuta, pois compreende que as pessoas têm o desejo de serem ouvidas, de serem vistas e de terem suas narrativas reconhecidas. Sendo assim, a perspectiva fotográfica da ancestralidade visual, vai além da foto, segundo ela mesma, a barreira do momento

presente é ultrapassada a fim de eternizar histórias e pessoas. Tornando o fotografar, um ato político.

Figura 27: “Olhar firme. Olhar de Xondaria. Olhar que diz: Estávamos aqui muito antes!”



Fonte: Natália Tupi, Jaraguá - São Paulo, 2020. @ntalialopes

Todas essas árvores são nossas irmãs.
Assim como nossos ancestrais, elas são nossas raízes.
Desse solo somos sementes.
Herdeiros dos saberes de povos que lutam pelo respeito e direito de existir.
Onde eles são ganância seremos Resistência! 🖐️👏❤️-
#FORATENDA (TUPI, 2020) ¹⁶

Ancestralidade visual se configura como um trabalho de fotografia documental de Natália Tupi, com atenção especial à trajetória do Povo Guarani Mbya, da Terra Indígena Jaraguá. A artista acompanhou e retratou o povo em ações importantes,

¹⁶ Texto de Natália Tupi, Jaraguá. São Paulo, 2020. <https://www.instagram.com/p/B-Vmi8gHq2y/>

como a vigília do Povo Guarani Mbya, da Terra Indígena Jaraguá, nas antenas do Pico, em 2021. Assim, como retratou o ato em apoio ao Acampamento Luta Pela Vida que aconteceu em Brasília, quando a tese do Marco Temporal estava prevista para ser votada e foi sendo adiada ao longo dos dias.

Figura 28: "Brasil, parem de nos matar. Somos a natureza."



Fonte: Natália Tupi, Jaraguá - São Paulo, 2021. @ntalialopes

Outra resistência registrada pelas suas lentes foi o conflito pelo território no Pico do Jaraguá, em 2020, onde os indígenas lutaram contra a iniciativa da Construtora Tenda de cortar e derrubar árvores, incluindo árvores sagradas para o Povo Guarani. O empreendimento tinha o intuito de construir condomínios, desapropriando a terra e causando impactos diretos aos indígenas que habitam o território.

Nesta luta os indígenas começaram uma ocupação em defesa da vida, na batalha pelo Centro Ecológico YaryTy e Memorial da Cultura Guarani. Uma defesa da floresta e da cidade, compreendendo que a preservação ambiental no Pico do Jaraguá interessa a eles, mas não só, já que influencia o clima na cidade de São Paulo.

Território que segue preservado graças aos indígenas que vivem ali e cuidam do espaço, mesmo tendo o menor território indígena do país.

Figura 29: “A dança do Xondaro Guarani Mbya.”



Fonte: Natália Tupi, Jaraguá - São Paulo, 2020. @ntalialopes

Natália registrou o dia da reintegração de posse da Construtora Tenda, após 40 dias de ocupação, ela afirma que com reza e resistência os indígenas conseguiram um acordo com a polícia e suspenderam a reintegração, com a paralisação das obras. Ela narra em suas fotos que estar presente e registrando o lado certo da história a fez chorar, emocionada com a força da luta pela floresta, sem violência, apenas conectados com a natureza, com seus cantos e rituais sagrados. No Pico do Jaraguá, e no Brasil, onde opera a ganância, os indígenas são resistência, eles são os guardiões das florestas e por elas sempre lutaram.

Figura 30: Manifestação Guarani Mbya.



Fonte: Natália Tupi, Jaraguá - São Paulo, 2020. @ntalialopes

Na produção trabalho político-artístico, Natalia Tupi caminha junto com o povo Guarani Mbya, que há 520 anos luta pelos direitos aos territórios e pelo direito de existir.

Figura 31: Xondaros Resistem! Pico do Jaraguá.



Fonte: Natália Tupi, Jaraguá - São Paulo, 2020. @ntalialopes

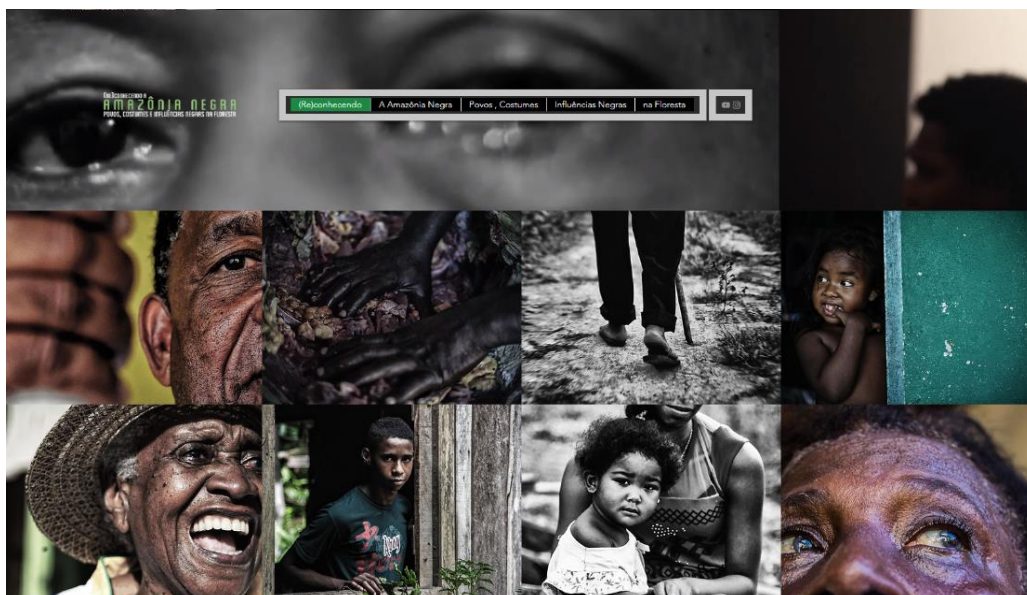
Marcela bonfim¹⁷

Figura 32: Marcela Bonfim - Antropologia Visual.



Fonte: Amazônia Negra, 2023.

Figura 33: “Afeto é tempo, desafeto é pressa”



Fonte: Amazônia Negra, 2023.

¹⁷ Marcela Bonfim é Economista, vivia em São Paulo e foi para Rondônia, onde comprou uma máquina fotográfica e começou a fotografar pessoas negras na Amazônia, enfrentando e reconhecendo sua própria negritude. É uma fotógrafa conhecida e premiada por seus trabalhos.

Trabalhar com imagem, para Marcela Bonfim, é ressignificar a pluralidade, possibilitando que as pessoas ampliem o seu imaginário. Fotografia para ela é sobre imaginário. Partindo de reflexões críticas, a fotógrafa problematiza a relação entre a história da fotografia e o retrato do negro na fotografia. A partir daí ela identifica as relações entre poder e imagem e entre poder e querer. Reconfigura assim sua rota e se lança em caminhos maiores, ao perceber que na fotografia existe uma camada de humanidade potente que precisa ser exposta ao retratar o povo preto, libertando assim da delimitação de opressão que impera (GUIMARÃES, 2021).

Ao chegar na Amazônia, Marcela tem acesso às histórias não contadas das populações negras que ali residem. Influência da história do negro não (re)conhecidas, que precisavam de ressignificação e circulação. O Corpo Negro que faz o Brasil é valorizado nas fotografias dessa artista, admitindo as raízes africanas e expondo tons de pele com precisão artística, sem invisibilizá-los ou embranquecê-los. Um feito importante na fotografia, pois a configuração tecnológica racista dos aparatos fotográficos privilegia a pele branca e dificulta o registro preciso dos tons de pele negros (PEREIRA; COELHO, 2021). Como podemos observar na exposição (Re)conhecendo a Amazônia Negra¹⁸ (BONFIM, 2016).

Figura 34: Os azuis de Nicássia.



Fonte: Marcela Bonfim, Quilombo de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT. 2014

¹⁸ Disponível no site <https://www.amazonianegra.com.br/> e no livro de fotografia disponível no link <https://livrosdefotografia.org/publicacao/15154/reconhecendo-a-amazonia-negra-povos-costumes-e-influencias-negras-na-floresta>

Figura 35: Gira de Ana



Fonte: Marcela Bonfim, Centro Cultural e Religioso Odomio Porto Velho - RO. 2020.

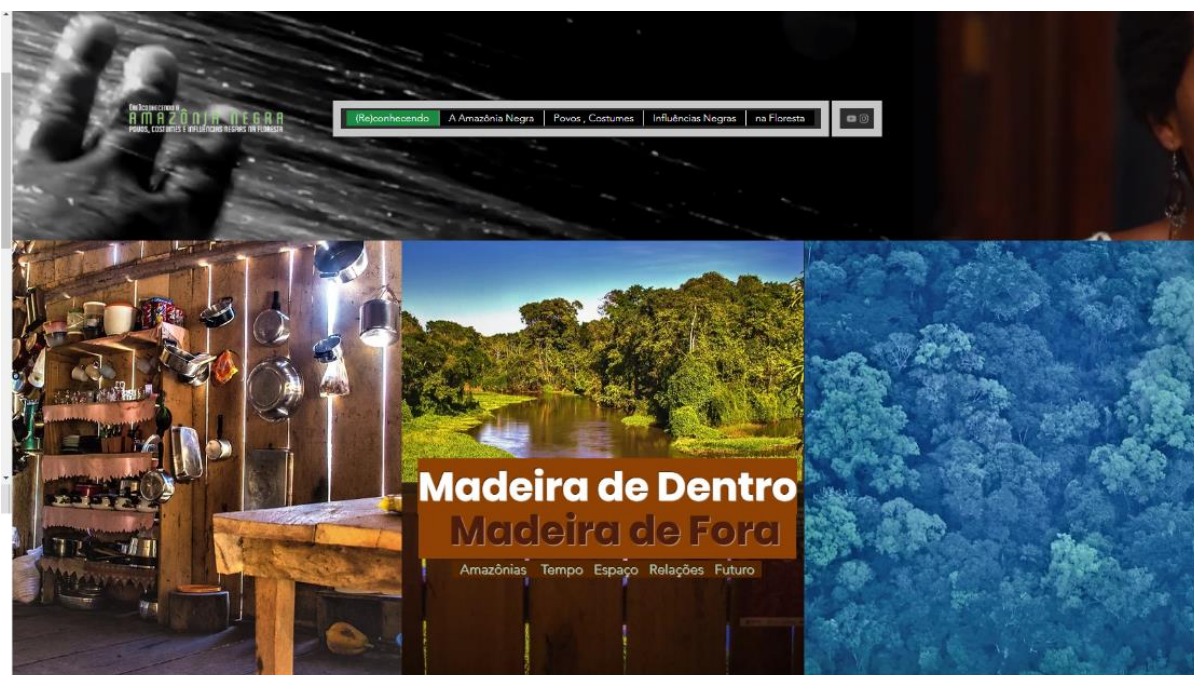
Na Amazônia Marcela Bonfim encontra a cor da sua pele, se reconhece negra, e com isso acessa espaços de “afeto-imagem-destino” que brotam da terra da Negra Amazônia. O imaginário do que é a Amazônia está em disputa. Imagens estigmatizadas por interesses comerciais e financeiros, explorações e projetos de conservação, pouco se fala sobre suas populações. Território representado por florestas e vazios demográficos, desenhada em mapas, mas pouco conhecida. Quando algo é falado sobre seus povos é preso a uma ideia de pobreza. Imaginário reproduzido constantemente, apenas perpetua as desigualdades e pouco faz para pôr fim à devastação. Ao viver esses lugares que constituem a Amazônia, a fotógrafa toma consciência do cultivo de invisibilidades neste território, povos ancestrais e negros, que tentam ser apagados. O que a artista reconhece como uma tentativa neocolonial de dominar o tempo e a memória, de criar um novo começo, posterior às origens da Amazônia (BONFIM, 2016).

Figura 36: Madona Negra.



Fonte: Marcela Bonfim, Porto Velho, 2015. Amazônia Negra.

Figura 37: Madeira de Dentro. Madeira de Fora - capa.

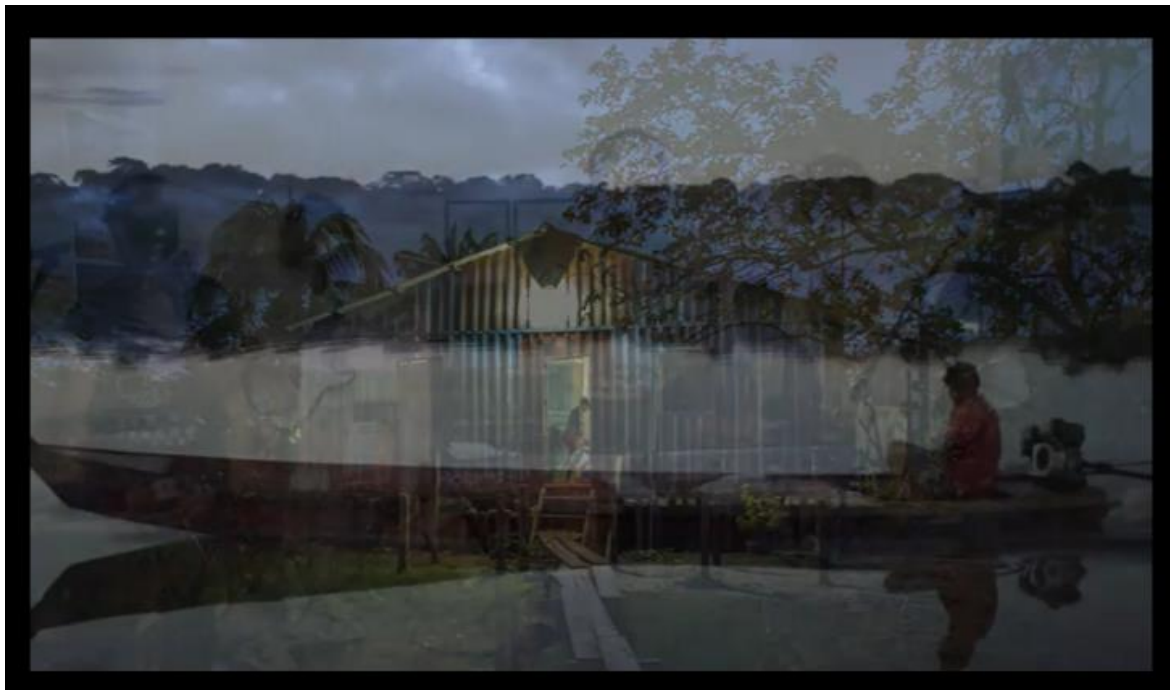


Fonte: Marcela Bonfim, 2021.

Amazônias

porque são muitas!
 tantas,
 que para quem vive do lado de dentro,
 diversidade não é só possível;
 é real;
 natureza,
 despercebida, mas
 acontecendo
 o tempo todo
 dentro da métrica e da memória desses tantos espaços,
 atingidos
 muitas vezes,
 por imagens e contextos desproporcionais,
 na imposição de barreiras, limites
 como de quem vive à beira,
 observando o Rio e tudo nele passar;
 acompanhando com os olhos
 desde o casco da madeira, até as balsas de óleo, petróleo, soja;
 resíduos, detritos,
 progresso e coisa e tal;
 enquanto o caboco em silêncio,
 confiando o medo as águas levar

Figura 38: Madeira de Dentro. Madeira de Fora - Casa da Saudade: Casa de dona Lurdes e seu Venâncio. Comunidade de Nazaré.



Fonte: Marcela Bonfim, Rondônia, 2015. Madeira de Dentro. Madeira de Fora.

Assim; os conflitos internos às matas;
 por fora,
 pensados e debatidos nas pautas pelo verde
 por dentro,
 sentidos e atravessados em vermelho, negro, cinza, chumbo
 feito terra sem Lei;
 como dizem lá de fora,
 exatamente do lado
 onde se formulam e decretam
 normas, medidas, leis;
 auto-ri-za-ções,
 de-sen-vol-vi-mento,
 diretamente importado das necessidades
 do outro,
 atravessando
 de fora para dentro
 legados humanos/ambientais/ancestrais
 na invisibilização
 de culturas onde se habitam muitos e muitos corpos/lugares
 completamente distantes dos pensamentos latentes
 do lado de fora dessas tantas regiões
 Amazônicas;
 porque que são muitas Amazônia's;
 todas, inclusive
 seguindo em fluxos por dentro
 e também por fora de sua natureza;

alvos de grandes e inúmeras intervenções;
contudo;
reagentes;
independente às horas e as vantagens econômicas
sempre...
buscando fluir
a própria natureza;
como a "Madeira"
e suas possíveis
relações ...
 com o Tempo
 com o Espaço
 com as Imagens
 com os Imaginários
 com o de Dentro
 com o de Fora
com o Futuro...¹⁹

Figura 39: Madeira de Dentro. Madeira de Fora - PiXaDor.



Fonte: Marcela Bonfim, Rondônia, 2015. Madeira de Dentro. Madeira de Fora.

¹⁹ Amazônias, escrito, narrado e exibido através de imagens na Exposição virtual Madeira de dentro Madeira de fora. Adaptação que criei para intercalar palavras e imagens a fim de apresentar o trabalho de Marcela Bonfim da forma mais bonita, a primeira imagem é a capa da exposição virtual, seguida de uma imagem com dupla exposição que criei com duas fotos dela a partir de um vídeo que é exibido no site; a foto três é uma referência a Dor que se sente com a marcação do X nas casas ribeirinhas feitas pelo Estado, sem explicação. Disponível em: <https://www.madeiradedentro.com/>

A exposição virtual “Madeira de dentro, Madeira de fora” cria um espaço voltado para corpos e corpas, busca aguçar os sentidos, com estímulos visuais, poéticos, políticos e musicais. Exibindo ambientes comunitários, coletivos em diversos Espaços/Tempos, brincando com a ideia de futuro, de dentro e fora, do alto e entremeada, uma coletânea de diversos projetos. Fotografias que são reflexo da vivência, um imaginário forjado no despertar de motivações. “Somos imagens sempre a nos recriar! Somos imagens a nos pertencer!” (BONFIM, 2020).

Figura 40: Salve Úrsula, Matriarca Barbadiana de Porto Velho.



Fonte: BONFIM, 2020.

Ao refletir sobre a criação, a imagem e a imaginação por dentro das camadas históricas e estruturais da arte, Marcela aborda a criação da sua própria imagem negra que a reorganiza no tempo/espaço. (Re)conhecendo o papel das mulheres negras, seus sonhos e desejos, peças lógicas do capital, entremeados de padrões e estigmas, ao fotografar a cor. Mulheres racializadas, com suas imagens sempre em exibição e seus corpos expostos como disponíveis. A ativista problematiza o excesso de produtividade do povo negro, que gera um fluxo de riqueza para os colonizadores, os que têm o poder de criar narrativas e normativas, controlando o fluxo do imaginário e a potência dos corpos, garantindo privilégios patriarcais. Ela vê como saída a (re)organização dos corpos e imaginários, de onde podem brotar novos fluxos de vida. Com a criação de imagens em seu sentido mais complexo e pleno de camadas, pintando formas de representar os sujeitos, ressignificando e trazendo dignidade para “tantas margens imaginárias” (BONFIM, 2021).

Cláudia Ferreira ²⁰

Figura 41: Cláudia Ferreira - Movimentos de Mulheres



Fonte: Instagram Cláudia Ferreira, @claudiaferreirafot, 2021.

Figura 42: “Fotografia para mim é parte da minha vida. Através dela eu vejo o mundo e me vejo.”



Fonte: Instagram Cláudia Ferreira, @claudiaferreirafot, 2023.

²⁰ Fotógrafa Documental desde a década de 80 trabalhou para veículos da grande imprensa, imprensa sindical e para agências internacionais. Se dedica a documentar os movimentos sociais, principalmente os feministas. Parte do seu trabalho está reunido no livro *Mulheres e Movimentos*, *Marcha das Margaridas*, *Marcha das Mulheres Negras* e no Portal *Memória e Movimentos sociais*, que recebeu em 2014, o prêmio *Memórias Brasileiras-IBRAM/MINC*. Mais informações sobre a fotógrafa disponíveis em claudiaferreira.photoshelter.com/

Figura 43: Passeata do Dia Internacional da Mulher, RJ - 2018.



Fonte: Instagram Claudia Ferreira @claudiaferreirafot - 2022.

Figura 44: Conferência Nacional LGBT, Brasília (DF) - 2008.



Fonte: Instagram Claudia Ferreira @claudiaferreirafot - 2022.

A fotógrafa Cláudia Ferreira escreve a história das Mulheres na Fotografia no Brasil e das mulheres que marcham por seus direitos. Seu trabalho de fotografia documental traz a memória das lutas e a beleza dos movimentos. Cláudia esteve presente na 1ª Marcha das Margaridas 2000, quando começou o registro fotográfico do movimento e seguiu com as Margaridas até a última Marcha realizada em 2019. Ela conta que acompanhou o crescimento do movimento, detalhando que a Marcha de 2000 teve 20 mil mulheres, já a de 2019 teve 100 mil mulheres.

As memórias das Margaridas, que marcham há 15 anos por seus direitos, são parte importante da trajetória da fotógrafa. Elas ganharam destaque com o livro fotográfico produzido por Cláudia, que além de fotógrafa é historiadora, e contou com curadoria do fotógrafo João Roberto Ripper. A Editora Aeroplano publicou o livro que traz cerca de 150 fotos registradas em quatro marchas, nos anos 2000, 2003, 2007 e 2011. As imagens também são acompanhadas por textos que complementam a narrativa dos momentos históricos (SILVA, 2014).

Figura 45: Marcha das Margaridas 1.



Fonte: SILVA, 2014.

Figura 46: Marcha das Margaridas 2.



Fonte: SILVA, 2014.

O livro narra um momento muito importante, em uma época em que a fotografia não estava digitalizada e não existiam redes sociais, a divulgação era incipiente. As notícias circulavam apenas nos noticiários de TV e na grande mídia através de seus jornais, que não tinham espaço para visibilizar a causa das mulheres. A fotógrafa tinha como meta fazer um livro para trazer à tona tais feitos e devolver para as mulheres a história linda que elas construíram com seus passos. Assim as margaridas têm impressas a sua importância para todo o processo de transformação que as mulheres vivem nos últimos 15 anos (SILVA, 2014).

Através do olhar de Cláudia descobrimos uma narrativa que não fez parte da mídia hegemônica, não foi contada nos livros da escola e nem nas salas das universidades brasileiras. A mais importante mobilização de mulheres do Brasil, se desenhou assim com a luz e sombra da fotógrafa. Suas lentes permitiram que o afeto atravessasse o tempo. Sujeitos políticos em marcha estiveram presentes nos registros fotográficos e suas demandas foram demarcadas historicamente como parte das trajetórias que as margaridas percorrem até hoje, 23 anos depois. Ela cuidou por anos do material, entendendo sua importância, por perceber já naquela época da primeira marcha a subnotificação do evento político.

A autora consegue visualizar e materializar a conquista dos objetivos principais da marcha: a visibilidade e o reconhecimento social. Somente em 2011 a marcha começou a ser noticiada, mas sem o devido reconhecimento. Com o avanço da internet e a pulverização dos meios de comunicação chegamos na marcha de 2019 com uma divulgação ampla em diversos sites, que inclusive foram os documentos analisados nesta tese. Ainda assim, não tendo grande repercussão na mídia hegemônica, sendo limitada a algumas notas e reportagens curtas nos noticiários regionais, apesar de sua grandiosidade.

Figura 47: 1ª Marcha das Margaridas em 2000.



Fonte: SILVA, 2014.

A importância da fotografia na análise e registro de percursos históricos, na transformação e ampliação dos movimentos sociais, se evidencia no trabalho da fotógrafa. Muita coisa pode ser contada, mas primeiro elas precisam ser vistas. A fotógrafa fala que no início a marcha era muito vermelha e verde, cor da CONTAG e dos sindicatos, presente nas bandeiras. Com o tempo ela ficou roxa, a cor predominou nos adereços a partir do ano de 2007 e pode ser nitidamente observada no contraste das imagens de 2003 e 2011 (Figuras 48 e 49) e refletiu o posicionamento das mulheres, a cor que representa, de forma geral, o feminismo. Esta percepção da autora traz uma importante justificativa para o uso da cor na foto e na produção de memória.

Figura 48: 2ª Marcha das Margaridas em 2003.



Fonte: SILVA, 2014

O lilás invadiu a paleta de cores verde e vermelha do sindicalismo rural, nas bandeiras, faixas, nos chapéus e nas camisetas. A marcha se tornava cada vez mais lilás, ressaltando a forte simbologia da luta feminista, dando visibilidade à ocupação pelas mulheres do espaço público na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista (SILVA, 2014, p.8).

Figura 49: 4ª Marcha das Margaridas em 2011.



Fonte: SILVA, 2014

Nair Benedicto²¹

Figura 50: Nair Benedicto - Fotografia Documental



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2023.

Figura 51: “Quando me perguntam se sou feminista, respondo que é impossível não ser.”



Fonte: Autora Nair Benedicto, 1978 (BENEDICTO, 2012)

²¹ Nair Benedicto é pioneira no fotojornalismo brasileiro, ela escolheu dar voz às minorias, propondo temas como questões de gênero, sexualidade, violência, política, populações de rua e indígenas. A fotógrafa atua há 42 anos e seu material integra os acervos dos museus de arte moderna do Rio de Janeiro (MAM) e de Nova York (MoMa), entre outros. (RESUMO FOTOGRÁFICO, 2014)

Sendo uma referência na fotografia jornalística e documental, a atuação da fotógrafa Nair Benedicto nunca esteve restrita somente aos limites do seu importante trabalho como jornalista na cobertura dos principais eventos políticos do Brasil da década de 1970 até hoje. Sua sensibilidade e criatividade podem ser facilmente reconhecidas nas suas fotografias, como exemplo a figura 51, o Tesão no Forró do Mario Zan - 1978.

A fotografia famosa foi feita em um projeto pessoal de Nair Benedicto, que tratava da discriminação contra nordestinos em São Paulo. A fotógrafa descobriu que esse grupo social tinha alguns pontos de encontro, e foi até um deles, a Praça da Árvore, onde eles recebiam suas correspondências. Ela fotografou e se integrou no grupo a fim de ampliar sua compreensão da situação. Descobriu então a existência do forró, ao buscar o foco da diversão dos nordestinos na metrópole. Lá foi feita a foto do casal, com o uso do flash e presença de um olhar bem atento que clicou o momento exato do beijo. Não o instante único de Cartier Bresson, mas um bom momento de tesão de uma mulher que está no centro da imagem.

Nair Benedicto, fotógrafa paulista referência internacional, afirma que o olhar da mulher é diferente porque a vida da mulher é diferente. Me inspiro no caminho que ela me apontou em uma leitura de portfólio, realizada no Festival de Fotografia de Paranapiacaba em 2021. Apresentei para ela um trabalho sobre mobilizações sociais e culturais de mulheres, com parte do material fotográfico das Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas. Nair Benedicto, que tantas manifestações registrou, me trouxe seu olhar encantado pelas diversas formas de ser mulher, pelo multiverso pluripoético que as novas gerações de mulheres vêm formando, com seus marcadores de gênero e sexualidade aparecendo na arte. Me contou da importância de olhar de perto, de ver detalhes dos encontros ao desenhar uma história narrada por imagens.

A fotógrafa está sempre perto dos assuntos e das pessoas, com isso consegue traduzir com imagem o que não cabe em palavras. Suas fotos narram e gritam as injustiças sociais. Elas não são enfeite de reportagem ou complemento de textos, elas falam por si e carregam emoções (BENEDICTO, 2012).

Figura 52: Amazônia, cabeleireiro funcionando dentro de um bar, Guritáí (PA)



Fonte: Autora Nair Benedicto, 1985 (BENEDICTO, 2012).

O trabalho da Nair Benedicto traz a liberdade dos corpos femininos, os enquadramentos do trabalho e da luta que esses corpos ampliam, abrindo espaço para imagens criadas a partir de outros olhares, com atenção em outras perspectivas, que não as do patriarcado. Protagonismo e atuação no campo são marcas da fotógrafa. Na prática, Nair afirma seu desejo por compartilhar o que viu e viveu, a partir do ato de estar diante do mundo e deixar que ele faça suas interferências no seu olhar. Fotografar é um estado de abertura e atenção, onde só o presente existe. Não existe imagem a priori, apenas a ideia do que pode vir a ser. Combativa na reivindicação dos direitos trabalhistas da sua categoria profissional, também marcou seu nome na história da fotografia brasileira recente como fundadora da F4 e do núcleo Nafoto, voltado para o estudo e debate da fotografia.

Ao falar sobre uma fotografia mulher, ela conta que o olhar da mulher é diferente porque nossa vida é diferente. Uma cobertura jornalística feita por uma mulher vai narrar fatos que os homens muitas vezes não veem, por não fazer parte do seu repertório. Como a foto que ela fez de uma criança com um bebê no colo em meio a uma manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Figura 53: MST - Movimento dos Sem Terra (Paraná)



Fonte: Nair Benedicto, 1989. (BENEDICTO, 2012).

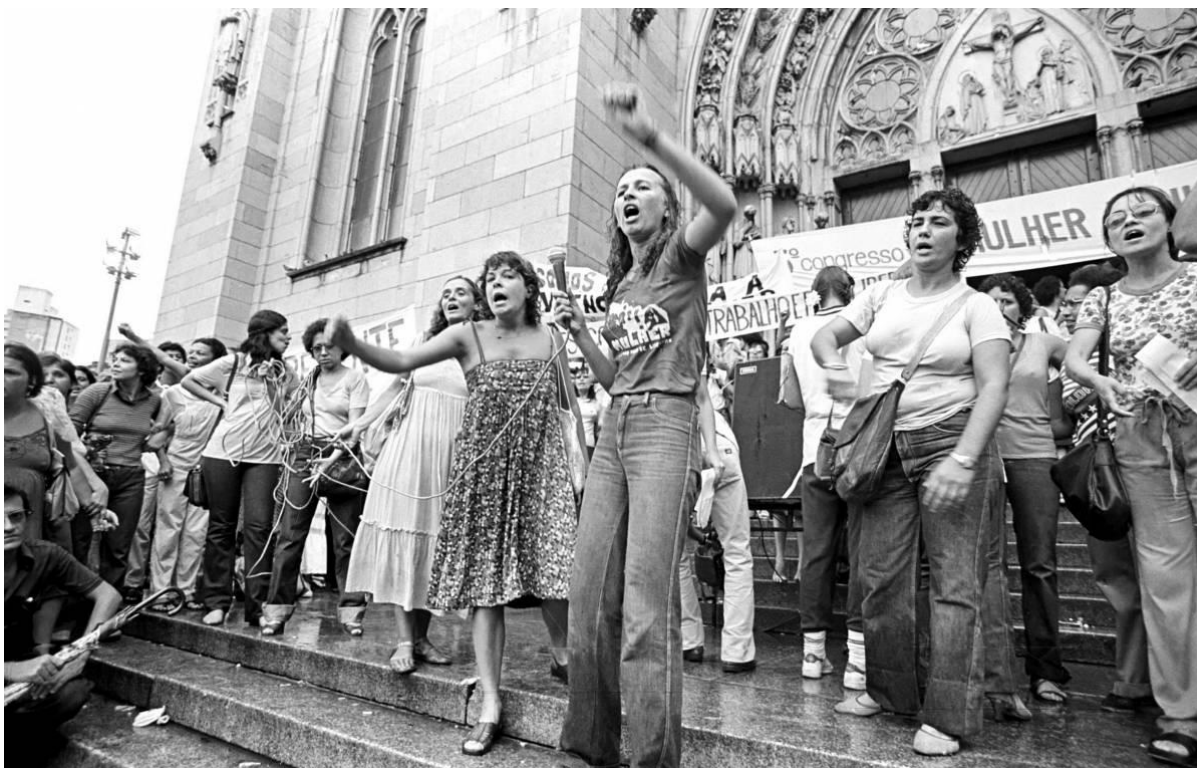
Mulher sempre foi um tema recorrente no meu trabalho. Eu considero esses registros fotográficos um pout pourri sobre a realidade da mulher brasileira, que é mostrada em diferentes situações: na prisão, em passeatas, em aldeias indígenas e no carnaval. (RESUMO FOTOGRÁFICO, 2014. s/n)

Nair Benedicto esteve presa entre 1969 e 1970 com outras mulheres que lutavam contra o regime militar, como a ex-presidenta Dilma Rousseff. Esta prisão entrou para o seu "currículo" e limitou sua atuação profissional. Ela tinha a ideia de trabalhar na televisão, mas o governo criou uma exigência de "atestado de idoneidade moral" e ela fazia parte de uma lista perigosa, que impedia que os opositores do governo estivessem na mídia. Para conseguir trabalhar por conta própria, Nair seguiu na fotografia, onde dependia apenas de sua força para carregar o peso do equipamento. Os equipamentos analógicos de fotografia tinham um peso muito grande e normalmente os homens que os carregavam e atuavam na área. Nair era uma das poucas mulheres que suportavam o peso da profissão e até hoje é reconhecida por sua força (ZUM, 2018).

Benedicto fotografou por anos as passeatas do Dia Internacional das Mulheres em São Paulo e acompanhou a mudança do movimento feminista. Ela reconhece que na sociedade as mulheres negras e indígenas devem vir à frente das mulheres brancas, elas se mobilizaram, isso aparece ao longo dos anos nas passeatas e nas fotografias que ela fazia para revistas e jornais (ZUM, 2018).

Com relação às pautas, Nair Benedicto identifica a demanda pelo direito ao próprio corpo e o direito de a mulher fazer o que quiser, gozar o corpo e desfrutar como bem entender. Ela reconhece que a ideia de “o corpo é meu e faço o que quiser” é bem fácil, mas colocar em prática já é mais difícil. E a fotógrafa fica satisfeita ao conseguir reconhecer esses fazeres dos corpos livres em suas imagens, de mulheres que desafiam a lógica da hipocrisia e do machismo.

Figura 54: Iara Prado e Schuma Schumacher em manifestação em frente à Igreja da Sé (São Paulo).



Fonte: Nair Benedicto, 1981. (BENEDICTO, 2012).

Figura 55: Dia Internacional da Mulher, no Pacaembu (São Paulo)



Fonte: Nair Benedicto, 2010. (BENEDICTO, 2012).

Ela demarca a importância de mostrar o que precisa ser visto, o que está encoberto, para além do óbvio, essa é sua ousadia. Ela não tem a intenção de chocar as pessoas, ela busca novas camadas de compreensão da situação para além do clichê. Narrar com bom humor. Ser política, defendendo modos de vida e formas de ver e ser mulher. Rompendo a imagem de objeto, criada pelo patriarcado que delimita o gênero.

Nair afirma que não importa quem ela está fotografando, podendo ser um indígena, uma puta, ou um operário. "(...) O que importa é o que eu penso, como eu me coloco como mulher. Tem gente que acha que sou politizada demais. Dizem que politizo tudo. Mas não sou eu que politizo, a vida que é politizada" (ZUM, 2018. s/n).

2.3.4 As vantagens de ser uma artista mulher e a crítica à fotografia

Figura 56: As vantagens de ser uma artista mulher.



Fonte: Guerrilla Girls (2017)

Ser uma fotógrafa mulher e se destacar é algo raro, nos últimos tempos o campo da arte vem mudando e as mulheres se mobilizando por visibilidade e reconhecimento por suas criações. Como é o caso do grupo de ativistas feministas e antirracistas Guerrilla Girls, que usam humor para fazer denúncias. Elas são ativistas anônimas conhecidas por usar máscaras de gorila em suas aparições. Elas criam imagens a partir de fatos que representam a hegemonia das características hétero branco cis patriarcais do campo das artes, assim como a corrupção na política e na cultura (MASP, 2017).

A crítica se complementa às apresentações das mulheres fotógrafas. Foi uma atividade arqueológica e multimeios conseguir trazer a narrativa das fotógrafas selecionadas, não são histórias contadas em livros e artigos. São mulheres de destaque nos seus campos de atuação e não tem uma bibliografia que as contemple, mesmo as mais conhecidas e com as carreiras internacionalmente premiadas.

O grupo se formou em 1985, quando se depararam com uma exposição de 1984 no MoMa - Museu de Arte Moderna de Nova York, onde, dos 165 artistas incluídos pela curadoria, apenas 13 eram mulheres. Isso ocorreu na exposição do Panorama Internacional de Pinturas e Esculturas (MASP, 2017)

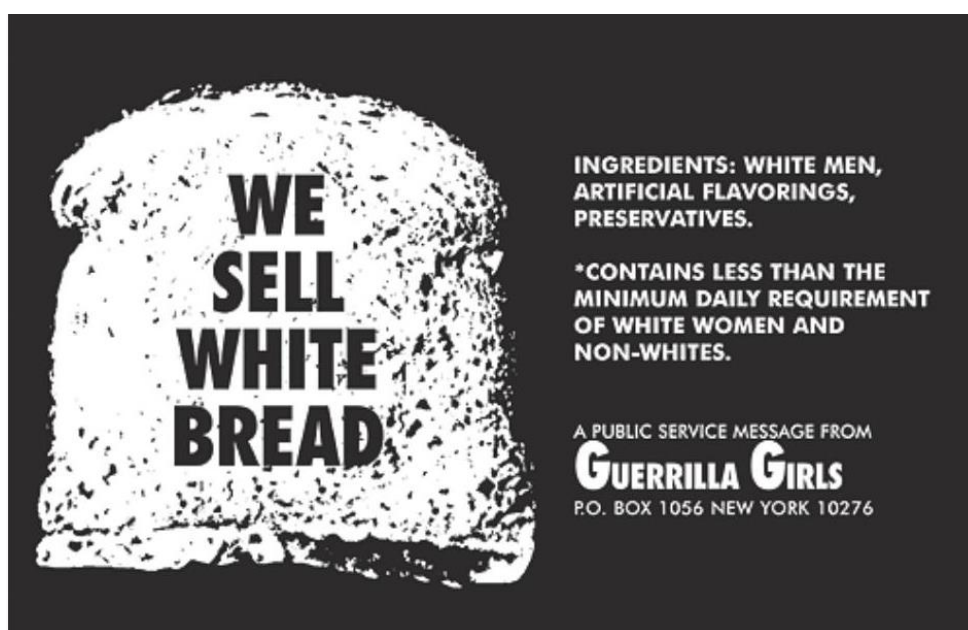
Figura 57: Guerrilla Girls do lado de fora da Galeria Whitechapel, em Londres.



Fonte: David Parry/PA Wire, 2016.

Há 37 anos as mulheres se mobilizam em busca do equilíbrio entre homens e mulheres no mundo das artes. Seu discurso pode se articular com as ideias contra o eurocentrismo, antirracistas e que questionam a heteronormatividade.

Figura 58: Mensagem pública: Nós vendemos pão branco.



Fonte: Guerrilla Girls, 1987.

Figura 59: As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?



Fonte: Guerrilla Girls, 2017.

A Figura 59 compara o pequeno número de artistas mulheres com relação ao número infinitamente maior de obras com nus femininos que integram a coleção do Museu de Arte de São Paulo (MASP). “As mulheres precisam estar nuas para entrar no museu?” Essa pergunta foi feita diversas vezes pelas Guerrilla Girls, ao analisar acervos em diversos museus do mundo. A resposta se repete, poucas são as mulheres artistas presentes nas coleções, mas são muitas mulheres peladas retratadas por artistas homens que estão nos museus (TRIGO, 2018).

Figura 60: Libertem as artistas!



Fonte: Guerrilla Girls, 2017.

As ativistas, em sua trajetória, marcam o encerramento de uma etapa do movimento de arte feminista, que é descrito como a segunda onda feminista. Esta segunda onda durou dos anos 60 até os 80, e seu encerramento se deu com a elaboração de uma nova agenda política para o feminismo, em especial nos Estados Unidos e Europa. A segunda onda veio com uma forte reivindicação pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que até hoje não estão garantidos, questionando a condição de exploração da mulher. Este foi visto como o momento de insurgência de um feminismo radical, onde as mulheres buscavam compreender a raiz das opressões.

A fim de situar o debate, a primeira onda feminista é conhecida pelo momento no qual as mulheres reivindicavam o direito ao voto feminino, as sufragistas. Nesta primeira onda as mulheres negras lutavam pela abolição da escravidão no fim do século XIX até meados do século XX. Já a terceira onda, se inaugura nos anos 90, com o fim das ditaduras na América Latina e o crescimento exponencial do neoliberalismo. Essa terceira onda tem conexão com o movimento punk feminino e com o conceito de interseccionalidade. Ocorre também uma individualização do debate feminista e ele passa a ser cooptado pelo mercado, se enfraquecendo em parte. A liberdade individual se coloca à frente da luta coletiva em muitas instâncias. Um momento potente apenas pela possibilidade de mirar as transversalidades de marcadores e ampliar as lutas (FRANCHINI, 2017).

A academia reconhece já a existência de uma quarta onda, caracterizada pela dispersão de informações pelas redes sociais, que funcionam como aparato de mobilização, estruturação e visibilidade. A quarta onda percebe a dominação do feminismo pelo mercado e o nega, como forma de se diferenciar e renegar ideias de consumo como possibilidade de libertação. Ela está em construção e aberta para análises, sendo de extrema relevância para o movimento (FRANCHINI, 2017).

Voltando ao momento da segunda onda, onde a Guerrilla Girls funda sua atuação, é um momento onde as mulheres percebem que sua imagem distorcida, criada de fora, serve ideologicamente para perpetuar a dominação masculina. As mulheres ativistas denunciam essas desigualdades entre homens e mulheres e no movimento de arte feminista elas trabalharam na construção de uma iconografia não falocêntrica. Buscando destruir os estereótipos que as oprime e teorizar sobre como

o aparelho ideológico incorpora as mulheres como objeto. O trabalho das Guerrilla Girls nos lembra que os diferentes objetivos pautados pelos movimentos políticos dos anos 60 e 70 não foram alcançados ainda. Os cartazes, publicações e ações das ativistas continuam atuais e chamam o campo da arte para se atualizar e incorporar novas narrativas (MATADERO, 2020).

As referências mudaram, é o que afirmam as mulheres da Coletiva de Fotografia Mamana (2017). Essa mudança é urgente e cria um momento histórico onde os oprimidos estão criando suas narrativas. Os marginalizados e excluídos passam a ocupar um lugar na fotografia que era apenas das elites. Novas histórias são contadas pelo olhar de quem teve a imagem roubada e explorada historicamente.

A Coletiva Mamana nasceu em 2016, propondo reflexões sobre as mulheres na fotografia e discussões sobre violência simbólica. Elas buscam construir e sustentar territórios de atuação no campo da fotografia de rua, fotografia documental e fotojornalismo, primando por um recorte de gênero na profissão. Fortalecendo uma rede de mulheres que atuam em coletivo em ensaios, exposições, oficinas e lives, com destaque para o mapeamento de coletivas fotográficas brasileiras que realizaram em 2020, através de uma chamada virtual que se espalhou pelo Brasil.

Recentemente, a Coletiva Mamana emitiu um “Manifesto contra referências ‘gigantes’ da fotografia” (MAMANA, 2020). Um documento público que refletiu a opinião da Coletiva e a necessidade da sociedade mirar um fazer fotográfico antielitista, antirracista e antimachista. O documento foi uma resposta à matéria de jornal da Folha de São Paulo que trouxe uma fala de um “cânone” da fotografia, um homem branco, Miguel Rio Branco. O fotógrafo branco afirmou que atualmente as imagens se tornaram banais. Curiosamente, na mesma matéria o fotógrafo exhibe nus e fotos sensualizadas clichês de corpos de mulheres, uma divulgação de sua exposição. Seu discurso de banalização da fotografia, segundo Mamana, é um reflexo do medo que sujeitos hegemônicos brancos de classe média e alta têm de perder seus privilégios. Homens que criaram narrativas únicas e agora se veem em meio às narrativas diversas produzidas pelos oprimidos. Esses “cânones” protagonizam histórias a partir do seu próprio olhar, a mirada do desbravador, do descobridor, do salvador, do exótico, sobre corpos, territórios, raças, etnias e gêneros que têm outras

perspectivas que não eram ouvidas e nem vistas, na época que a fotografia não era “banal”.

Esse documento, se refere a uma fala que parece pontual, mas reflete a opinião de toda uma classe. Uma classe e um gênero que afirmam que tudo já foi criado e retratado, simplesmente porque já não tem mais o domínio da narrativa única. Não são apenas eles que têm câmeras fotográficas empunhadas, então a fotografia banalizou, perdeu valor. Mas, para os grupos sociais que começaram a se usar dessa linguagem para comunicar suas vidas e seus direitos, ela se potencializou. Miro as imagens de mulheres nuas produzidas por Miguel Rio Branco que aparecem na reportagem da Folha (BALBI, 2020) e entendo sua indignação pela banalização da fotografia. As mulheres, que antes eram objeto de seu fetiche imagético, hoje estão produzindo fotografia e questionando o retrato estático sensual feito por ele para delimitar nosso gênero.

Comunicadores e artistas populares usam seus celulares, tablets e equipamentos semi-profissionais para produzir conteúdo posicionado, deixando de ser alvo, passando a ser narradores da sua própria história, rompendo com o poder criado por uma profissão que tem a branquitude patriarcal colonial em sua essência. Do mapeamento do outro, da exploração do outro e da definição do outro, um olhar viciado e violento, que se vê como neutro e salvador. Ao criar uma história única para a população marginalizada, tentam enclausurá-la em um imaginário fantasioso. Criticar a popularização da fotografia é afirmar que esses grupos não têm o direito de construir outras imagens sobre si e sobre os seus. Descolonizar o olhar fotográfico é um processo histórico de reparação que está em curso.

Para Rômulo Silva (2019) a “descolonização” do olhar se inicia de dentro para fora. Ele se baseia em Grada Kilomba, bell hooks e Frantz Fanon para apresentar sua ideia de descolonizar o processo de criação. Criar em re-existência, inventando estruturas, onde os oprimidos saiam da condição de objeto, de coisa observada. Ele invoca que se olhe no olho do Outro, um ato de cura, de escuta. Não só pela visibilidade, mas pela liberdade criativa. Romper com o olhar branco do Outro, olhar para trás, olhar para si mesmo e nomear o que se vê - lutar pelo direito de olhar (SILVA, 2019).

A auto-imagem do branco, produzida por uma sociedade branca que naturaliza uma forma de olhar, enclausurada no narcisismo, como afirma Silva (2019) referenciando Kilomba. Essa sociedade que se pretende hegemônica inventa identidades outras, por não verem nada além de si mesmos e criarem no Outro um espelho invertido. Onde o outro é tudo aquilo que o branco não quer ser, suas fragilidades e defeitos. Todas as instituições, as relações, as formas de produzir conhecimento são uma selfie permanentemente atualizadas da imagem branca, retroalimentadas constantemente (SILVA, 2019).

Ao afirmar que o racista cria o inferiorizado, Rômulo Silva nos rememora Fanon para lembrar o que o olhar do branco cria o cancro colonial não extirpado, que busca fixar e enquadrar o outro. Uma ideia invertida de visibilidade desse outro e de mostrar a “realidade” externa ao branco. Tentativa heróica, daqueles que sempre se posicionam como salvadores e tentam dar voz ao outro, mesmo sem escutá-los, ainda sem mudar as lentes que embaçam sua visão e só produzem espelho narcísico. Desta forma, o olhar racista, ao ver o corpo negro, torna este invisível (SILVA, 2019).

A fotografia cria memória e testemunha existências, eternizando imagens. O enfoque escolhido, enquadramento e perspectiva da fotografia, escolhem como devemos olhar para cena. Essas escolhas vão mostrar como a história está sendo contada. Com a imposição das narrativas hegemônicas é preciso reescrever a história que foi imposta sobre os negros, os indígenas, os marginalizados, as mulheres. Encontrar narrativas esquecidas, não ouvidas, silenciadas, escondidas em um mundo feito por imagens, que nos mostra uma potente ferramenta que é a fotografia. Nos convoca a estarmos atentas sobre a generalização das narrativas mulheres (EGGERS, 2020).

O imperialismo nos faz aceitar as estruturas de divisão racial de injustiça e violência, como se elas fossem irreversíveis. Elas determinam a posição das pessoas e como elas se identificam e se reconhecem. E estão gravadas nas tecnologias que usamos. Assim, recusar as estruturas raciais impregnadas na fotografia é um exercício ativo de desaprender (AZOULAY, 2020).

Existe um desejo da determinação unilateral no destino dos colonizados, que desenha sua imagem. E os exclui das decisões de forma simbólica e material, na busca pela garantia da acumulação de riqueza visual, uma forma de aquisição

imperialista que se conecta com a ideia da acumulação por despossessão. Enquanto alguns ganham, outros são expropriados. No caso que abordamos aqui, é a expropriação da possibilidade de construir narrativas próprias, junto da expropriação dos direitos, dos territórios e da vida.

Por tanto, para Azoulay (2020) devemos interromper a nossa participação semiautomática na fotografia e praticá-la com compromissos antiimperialistas, reconhecendo que nosso mundo foi machucado por esse sistema. Esse compromisso deve incluir formas de se abster de adquirir e difundir más fotografias. Além de se negar a usar arquivos que tenham cunho de dominação do outro, reconhecendo outras razões e temas que pedem posicionamentos. Esta seria uma busca por fomentar o compromisso com a redistribuição do que foi acumulado e por interações retroativas. Assim como, reconhecer a atuação enquanto maneira de conservar e exibir - ou não - fotografias que respondam a negativa de pessoas fotografadas a entregar suas imagens. Sendo este processo de negação implícito ou explícito. Desaprendendo, dessa forma, os direitos imperialistas sobre o uso da imagem.

Em uma carta, Ariella Azoulay está em diálogo com Carles Guerra na publicação *Correspondências* (AZOULAY, 2020) e provoca reflexões essenciais ao afirmar seu posicionamento diante do perfil imperialista da produção de imagens.

às vezes temos que inventar o que falta, outras vezes devemos nos conter ou renunciar mostrar o que está ali e outras vezes temos que nos posicionar em greve e negar a ser o veículo através do qual as imagens fazem com que alguns grupos apareçam sempre como suspeitos, delinquentes ou desdenháveis (AZOULAY, 2020. s/n).

Ariella Aïsha Azoulay, nasceu em Tel Aviv, em 1962, ao se posicionar politicamente, define sua nacionalidade como judaico-palestina²², ela é escritora, curadora de arte e cineasta. Professora da Universidade de Brown, nos Estados Unidos. Ela questiona as origens da fotografia, associando-as aos projetos

²² Ariella é uma ativista. Como acadêmica e curadora, ela se recusa a aceitar as categorias imperiais de tempo, espaço e corpo político, que a define. Se recusa a se reconhecer como 'israelense' e reclama a identidade dos seus ancestrais, a de judeus palestinos. Compromete-se, desta forma, com a história do território, a partir da identidade. (AZOULAY, 2020) Exposição de Ariella Aïsha Azoulay, "Acto de Estado": A fotografia como um espaço aberto. Disponível em: <https://gerador.eu/exposicao-de-ariella-aisha-azoulay-acto-de-estado-a-fotografia-como-um-espaco-aberto/>

imperialistas, afirmando que a fotografia não é só uma produção de imagens é uma "extração de riqueza visual" (AZOULAY, 2019a).

As estruturas imperiais tinham direito de dissecar e pesquisar o mundo das pessoas e da natureza, através de tecnologias, como a fotografia, e empreitadas, como as expedições coloniais. Formas de legitimar a violência sobre os direitos exercidos sobre o outro, a partir de algo aparentemente inocente e neutro, como a captura de imagem pela fotografia. Só que coube a fotografia documentar, registrar e contemplar a construção do "novo mundo" fundado através da pilhagem, do assassinato e das divisões de terra coloniais. Ela não interrompeu tal processo, ao contrário, acelerou e forneceu mais oportunidades e formas de seguir com o roubo colonial, mapeando bens naturais, enclausurando a imagem de humanos, os negros e indígenas, para colocá-los em posição de subordinação (AZOULAY, 2019b).

Essa ideia quebra o argumento da fotografia de denúncia, da fotografia da miséria humana, como forma de "ajudar" as pessoas a sair das situações de violência. A fotografia, em muitos casos, naturaliza e banaliza a miséria, sujeitando grupos sociais à humilhação. Como Azoulay (2019b) nos fala, a princípio nem tudo deveria ser visto por todos, isso deveria ser respeitado enquanto um direito universal. A fotografia serviu para a canonização de uma "história oficial" europeia heróica, com a instrumentalização do exercício da violência contra o outro. Para questionar a fotografia, Ariella afirma que é necessário repensar suas origens.

A invenção do Novo Mundo e a invenção da fotografia não são eventos independentes. A sugestão de que as origens da fotografia remontam a 1492 é uma tentativa de enfraquecer a temporalidade imperial imposta naquela época, que permitiu que as pessoas acreditassem, experimentassem e descrevessem coisas interconectadas como se fossem separadas, definidas por seu caráter de novidade. Em outros termos, para a fotografia surgir como uma nova tecnologia no final de 1830, a centralidade dos direitos imperiais nos quais ela foi baseada teria de ser ignorada, negada ou sublimada, ou, pelo menos, varrida para debaixo do tapete, sem ser percebida como constituinte da operação da fotografia como uma tecnologia. Colocar esses direitos em primeiro plano exige um exercício simultâneo: desaprender as origens consagradas da fotografia e as do "novo mundo", suas conotações espaciais e temporais – ainda hoje associadas de perto com a modernidade e "a era dos descobrimentos" – e, em vez disso, observar a configuração da violência imperial e sua manifestação em direitos (AZOULAY, 2019b. s/n)

O status das fotografias, para a autora, as coloca em uma posição de resultado do encontro entre sujeitos sociais, e seu destino não pode ser determinado pelas condições de sua produção original (AZOULAY, 2022). Atualmente, na pesquisa acadêmica e na prática dos acervos e museus, não se pode supor que uma foto é apenas uma foto. Devem ser levadas em consideração as diferentes origens, formas de vida e permanência das fotografias. Assim como, as relações de poder entre quem fotografou e quem foi fotografado; e o contexto da imagem, refletindo suas formas iniciais de produção, de uso e exposição (AZOULAY, 2022). O contexto não desaparece com o tempo, ele fica registrado, tanto quanto a imagem do outro. "Fotos tiradas em apoio a regimes ou a atos violentos retêm a violência original na imagem; elas mantêm o ato original de violência muito depois que a imagem foi produzida." (AZOULAY, 2022. s/n)

2.3.5 Fotografia Popular

Essa crítica à fotografia enquanto aparato de dominação colonial, nos leva a compreender a importância de um posicionamento político e social diante do ato de se comunicar através da imagem. Encontrar formas de narrar mais diversas, desaprender o olhar enviesado e problematizar o que se enquadra através da câmera e como o foco pode ser uma estrutura de poder que coloca determinados sujeitos sempre no mesmo extrato social.

A artista indígena Naine Terena nos faz refletir sobre como a visão neocolonial atualmente mira os artistas indígenas e cria novas histórias únicas, novos nomes de referência, ignorando a pluralidade de grupos sociais que não se veem representados dessa forma. A busca por um indivíduo que se destaca, por uma referência, por alguém que represente todos os outros é uma forma de olhar colonial para a arte dos povos indígenas. A midiática contemporânea destaca alguns indivíduos, mas gera apagamentos, assim como com o povo negro e com as mulheres. Como Conceição Evaristo, ao afirmar que é preciso questionar as regras que fizeram com que ela fosse reconhecida apenas aos 71 anos. A arte branca busca sempre criar cânones. Isso denuncia como a história do país é construída com base no descaso das políticas públicas, que não permitiram a inserção mais diversa de intelectuais indígenas sem afastá-las do seu território. Acreditar que apenas atualmente os artistas indígenas

estão ativos é uma falácia, eles sempre estiveram criando nos mais diversos meios artísticos (JESUS, 2022).

A importância da construção de contra-narrativas como forma de visibilidade e leitura crítica aparece na reflexão de Naine Terena (JESUS, 2022). Para a artista, está imbuído no pensamento de muitos artistas indígenas o fato de que as artes são formas de expressar perspectivas, criar dispositivos de contra-narrativas e confrontar narrativas prontas e irreais sobre os povos indígenas.

Ripper e Gastaldoni problematizam a importância da contra-informação, calcada no princípio de investigar qual informação se quer, atravessada pelo direito à informação que todos deveriam ter. A contra-informação é uma ação transformadora e revolucionária, ela é a base para o trabalho de fotografia popular que desenvolvem na favela da Maré no Rio de Janeiro. O que nos faz adentrar nos afetos que envolvem a fotografia popular, na interface da produção de imagens nas perspectivas humanista e documental.

O cenário da ausência de informações é o que impulsiona a criação da contra-informação para Ripper (2009). Através dela a ideia de beleza e os valores positivos hegemônicos, elaborados por uma minoria dominante, podem ser vistos também nas maiorias pobres. Como o caso do afeto presente em trabalhadores em situação análoga a escravidão em uma carvoaria. Ripper fez um trabalho jornalístico que levou à denúncia do caso de exploração dos trabalhadores para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Um trabalho insalubre que envolve famílias com crianças, graças a situação de miséria explorada por empresários, que enredam os trabalhadores em dívidas desde a sua chegada, tendo que pagar por sua moradia e alimentação, sem receber um salário. A Figura 61 é uma das fotografias desse caso e integra o livro "Imagens Humanas", uma das principais referências do campo da fotografia documental brasileira.

Na contra-informação, para além das denúncias, estão as narrativas de amor, de beleza e de cuidado. Criando espaço para os modos de vida e de existência de pessoas, para além do seu contexto. Ampliando a nossa capacidade de compreensão e retirando de foco a métrica de delimitar o outro pelo viés colonial.

Figura 61: Casal de carvoeiros, MG.



Fonte: J.R. Ripper, *Imagens Humanas*, 2009

O fotógrafo afirma que por vezes é questionado se ele faz uma "estética da miséria". O que ele reconhece como uma discriminação, pois muitas pessoas só concebem estética, como sinônimo de beleza, se esta vier da classe média ou da classe dominante. A visão hegemônica foi construída para que não se aceite uma beleza existente em uma classe desprovida. Esses valores estéticos são negados, a experiência da beleza tenta ser limitada por um grupo, deixando claro o porquê da estética ser um ato político (RIPPER, 2009).

Ripper atua em um campo da fotografia que usa a câmera como instrumento de formação social, com linhas de fuga apresentadas através de um olhar sensível que nos mostra carinho e humanidade. Para além da situação de dor e exploração que expõe, ele entende que ela não precisa ser sobre explorada para penalizar ainda mais os envolvidos. Eles podem ser olhados como sujeitos de suas próprias histórias. Para Ripper (2009) a fotografia existe enquanto ato compartilhado, pensado com calma e envolvimento.

Ao longo da carreira, Ripper se mostrou crítico ao posicionamento editorial dos jornais tradicionais e à informação pasteurizada produzida. A forma como a ilusão da

imparcialidade é feita garante que a grande mídia construa um discurso único sobre populações periféricas, no qual, muitas vezes, há a culpabilização dessas comunidades pela situação na qual se encontram. Mais um reflexo da estrutura racista, elitista e neocolonial. Por meio de estereótipos construídos, elas são retratadas de maneira homogênea e, em geral, associadas a padrões violentos e vistas como inferiores, passíveis de serem dominadas pela estrutura do sistema.

A ideia da informação é mostrar para um público amplo uma realidade e fazer o público se enxergar, se identificar e querer se aproximar, quando uma história única é apresentada ela desfigura a potência da diversidade, e se rompe. Limitando a possibilidade de integração entre espectadores e sujeitos retratados, que não se reconhecem como integrantes de uma mesma sociedade. A informação limita ao invés de expandir e transformar, daí a proposta da contra informação, para ampliar e trazer narrativas plurais. Não tornar o jornalismo plural é interessante apenas para manter um status quo, onde se decide quem não deve fazer parte da sociedade, é uma contribuição para a necropolítica (RIPPER *apud* TEMIDO, 2022).

Ripper traz sua mãe e seu pai como influência para sua fotografia. Ele conta que sua mãe dizia para ele deixar a dor ter apenas o tamanho dela, não ser maior do que é. O que o faz se colocar no lugar das pessoas e estar sereno diante das adversidades, ensinamento de seu pai. Eles o influenciaram a ver beleza e amor na busca pela diversidade. Assim, fotografar se torna fundamental para descobrir e reconhecer valores, produzir contra-informação.

Como exercício de se despir do egocentrismo do fotógrafo, ele propõe que a posição de centro das atenções que o profissional ocupa seja destituída, para que se estabeleçam relações de partilha com aqueles com quem produz a imagem (RIPPER, 2009). Como o trabalho que realizou com a comunidade da Serra do Espinhaço (Figura 62), onde expõe a dignidade do povo, um convívio e trabalho de 2 anos com a comunidade, junto com a fotógrafa Valda Nogueira, que será apresentada nas páginas a seguir.

Figura 62: Sempre vivas, Serra do Espinhaço, MG.



Fonte: J.R. Ripper, Imagens Humanas, 2021.

O fotógrafo se vale da técnica e da linguagem da fotografia para criar uma contra-informação, ele se aproxima das cenas e respeita os planos e universos onde as pessoas vivem. Expressar suas imagens com carinho significa compreender e ter formas de usar a luz com sabedoria, com isso podemos vivenciar a mesma luz das pessoas retratadas e expressar elas como resultado das imagens produzidas. Com a medida certa de sensibilidade, ajuste de sensores e lentes feita por aquele que narra, para que a câmera não tome decisões pelo fotógrafo. Para reconhecer a posição do sol e as luzes que temperam o ambiente, é preciso estudar o ambiente e dialogar com as sombras. Para fazer com que os observadores se demorem sobre a imagem, se interessem e reconheçam os elementos que estão sendo apresentados. Técnica e sensibilidade precisam andar juntos, entendendo que a fotografia é uma extensão da personalidade de quem fotografa.

Um convite ao mergulho, onde a dignidade é o fio condutor. Ripper nos orienta a ver as dores e belezas do mundo, com a teimosia de ser feliz. Sua emoção transborda das fotos, o próprio afirma que muitas vezes fotografou chorando, se somando ao que estava acontecendo no momento. Além de ser solidário à dor, é preciso atenção para não ser invasivo e saber parar. Tendo em vista que uma foto não vale uma agressão, uma foto nesse momento pode ser perdida, mas o momento foi ganho.

"Leva pro mundo o cuidado que tem com a sua família; para sua família leva a liberdade que você tem no mundo. Assim você vai ter belas fotos" essa foi uma fala marcante do Ripper no curso "Fotografia, Periferia e Memória", que participei de forma virtual na pandemia, realizado pelo SESC Paraty, em 2021. A pedagogia do bem quem querer foi apresentada pelo fotógrafo em uma das aulas. Além disso, pude aprender com o fotógrafo, e outros nomes importantes do campo, sobre a trajetória da fotografia popular aqui apresentada.

Ripper aparece como referência coletiva para compreensão do campo da fotografia humanista, documental e popular, mas ele não aparece como um cânone, ele aparece como parte de um grupo. Pela sua trajetória fica claro seu posicionamento de agregar e compartilhar o conhecimento, construir esse campo da fotografia junto com aqueles com quem fotografa e formando outros fotógrafos para produção de contra-informação. Sua atuação junto com movimentos sociais, movimentos comunitários, grupos de mulheres é marcada pela tentativa de criar um elo de bem-querer entre as pessoas que ele fotografa e a sociedade em geral, sem nunca negar aos fotografados a dignidade que transborda de seus retratos e histórias de vida.

Através das palavras de Ripper, apresentamos a ideia da fotografia humanista e popular. O fotógrafo faz parte de uma tradição na fotografia documental que é a dos fotógrafos engajados, que usam a câmara para denunciar as injustiças em busca de transformação social (RIPPER, 2009). Sua visão humanista não se aproveita do outro para realizar um trabalho. Ele carrega uma esperança sincera no olhar, o que o distancia de um cenário de descrença generalizada.

Sua ideia de fotografia popular se concretiza com a criação da Escola de Fotógrafos Populares e a Agência de Imagens do Povo, projetos oferecidos pelo Observatório de Favelas entre 2004 e 2012 e retomado no ano de 2023. Que reuniu e reúne fotógrafos na/da favela da Maré, onde a ideia cria raízes e se expande.

Ao tratar da fotografia popular, Ripper denuncia o quão grave é quando se esquece ou se esconde a alegria da favela, afirma que para além da denúncia é revolucionário buscar a beleza nos espaços marginalizados (Baltar, 2019). A Fotografia Popular tem suas origens nas periferias e carrega consigo a proposta política do movimento de comunicação comunitária, perspectiva que surge com força nos anos 70 em diversas favelas da América latina.

A Fotografia Popular nunca foi um movimento organizado, não tem manifesto formal de criação ou acúmulo de reflexão capaz de estruturar um corpo teórico que identifique e defina práticas comuns, mas é um movimento forte, que vem crescendo em todas as periferias de norte a sul do Brasil. Foi tomando forma como um conjunto de práticas éticas, estéticas e políticas inspiradas no trabalho de fotógrafos humanistas como João Roberto Ripper, entre outros da sua geração. (BALTAR, 2019. s/n)

Essa base de pensamento nos ajuda a entender porque Ripper criou a escola de fotografia na Maré. Quando ele foi chamado para fazer um livro sobre a favela da Maré pensou: “Quem melhor do que quem vive nela para retratar sua história?”. E propôs para o Observatório de Favelas que ao invés de participar do livro com suas fotografias, ele daria aulas para os jovens da Maré, para que eles próprios fizessem as fotos para o livro. Ideia base para compreensão da fotografia popular, para fundamentar a contra-informação e fomentar as contra-narrativas, ideia que me emociona e me motiva.

Com isso, na Escola de Fotógrafos Populares os alunos assumiram os valores da fotografia documental humanista e trouxeram a fotografia como forma de ativismo político. Os alunos eram favelados, suburbanos e oriundos de territórios populares, e outros sujeitos periféricos, entendendo como periferia aqueles que não estão na centralidade hegemônica (BALTAR, 2019).

Valda Nogueira, aluna da turma de 2012, narrou que em seu processo de formação como fotógrafa popular a escola teve como premissa estimular a fotografia a partir de olhares endógenos. Esse fato que, para Valda, permitiu a criação de um acervo com histórias das favelas do Rio de Janeiro, com contra-informação que se diferenciava das páginas das grandes mídias, escapando das narrativas de violência e abandono.

Valda foi uma fotógrafa documental e humanista, seus trabalhos exibiam relações de afeto com comunidades e pessoas, além de espaços que viviam em conflito, como a Baía de Sepetiba. Ela discutia a presença de fotógrafas negras na fotografia contemporânea, no Brasil e no mundo. Ela atuou como catalisadora, buscando integrar as mulheres para que se fortalecesse. Além disso, ela realizou o trabalho de fotografia documental junto com a comunidade coletora de sempre-vivas, que apresentamos pouco antes, denunciando os riscos enfrentados por essas populações. A relação entre Valda e o Quilombo Raiz, onde vivem as catadoras, se

fortaleceu ao longo de muitos encontros, não só para retratá-los, mas para compreender a rotina, os desafios e sonhos deles (ANTENORE, 2019)

Figura 63: Ivanete, apanhadora de flores e artesã, segura um buquê de flores sempre vivas em sua casa.



Fonte: Valda Nogueira, Imagens Humanas. 2015.

A beleza dos fazeres aparece na imagem que colocamos em destaque (Figura 63) para exibir a sensibilidade de Valda na conexão com as mulheres que coletam as sempre-vivas. Valda, fotógrafa negra e periférica, partiu cedo, mas apoiou com sua trajetória breve e marcante o delinear do que pode vir a ser a Fotografia Popular, enquanto um campo em formação que não busca ser aqui definido, mas expandido.

Baltar (2019, s/n) ao refletir sobre a Fotografia Popular traz 10 pontos para ampliar a sua compreensão:

1. Continuidade com a tradição da fotografia humanista;
2. Horizontalidade nas relações entre fotógrafo x fotografado;
3. Autoria compartilhada do material produzido;
4. Não fazer para. Fazer junto;
5. Respeito e admiração pelos fotografados.
6. Cuidado em preservar a dignidade e a segurança das pessoas e dos locais fotografados;
7. Edição coletiva, prática desenvolvida por Ripper nas comunidades onde faz suas documentações;

8. Retorno aos fotografados das imagens produzidas;
9. Colocar as imagens produzidas a serviço da causa fotografada;
10. Apoio às lutas por direitos humanos e as causas sociais

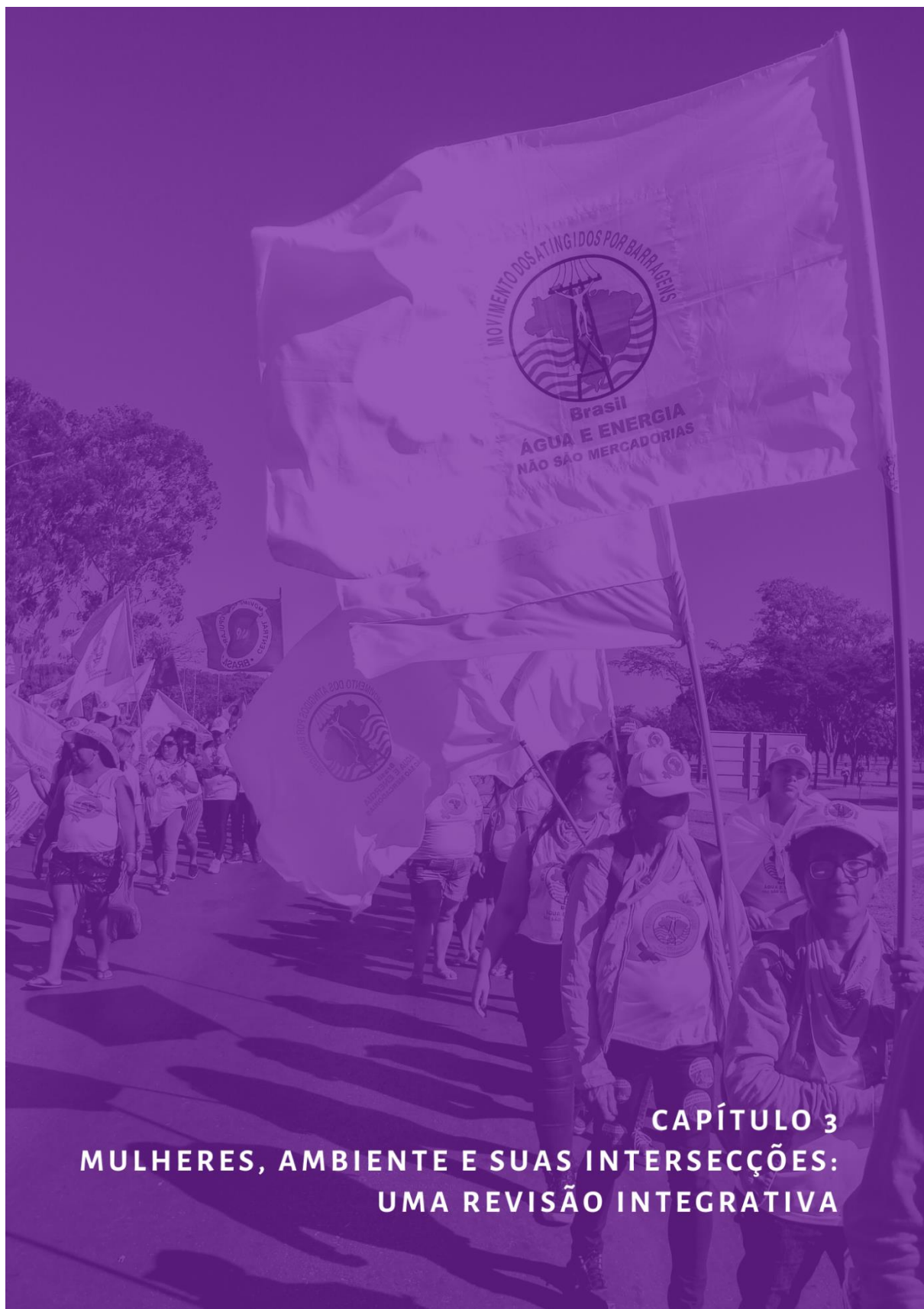
Valda afirma que a fotografia popular se interessa em contar histórias sobre resistência, pois em qualquer território popular, periférico, marginalizado, sempre vão existir histórias de organização, autonomia, criatividade e inovação. Para além de denunciar, a fotografia popular traz novos anúncios de esperança e transformação social (BALTAR, 2019).

Figura 64: Sem Título.



Fonte: Autora Valda Nogueira (BALTAR, 2019)

Os sonhos acontecem em espaços onde se pensa não haver qualquer possibilidade de vida, onde muitas vezes a dignidade foi negada. Ali, alegrias são compartilhadas e formas de solidariedade se multiplicam. A magia da delicadeza possível da felicidade é o que nos inspira a fotografia popular. De onde parte o encantamento que cria a possibilidade de romper com estereótipos sedimentados nas mentes. A liberdade de criação impulsionada por essas ideais promete longos vôos e uma pitada de loucura, aquela que nos impulsiona a fazer as coisas, ou como diria Silvia Cusicanqui, um tanto de Qamasa, a coragem de seguir pelo caminho que se acredita com felicidade. Esse é o papel da fotografia nesta pesquisa.



CAPÍTULO 3
MULHERES, AMBIENTE E SUAS INTERSECÇÕES:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA

3. MULHERES, AMBIENTE E SUAS INTERSECÇÕES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

“Uma ideologia revolucionária só poderá ser criada se as experiências daquelas pessoas que estão à margem, que sofrem a opressão sexista e outras formas de opressão de grupo, forem compreendidas, discutidas e assimiladas.”

bell hooks. Teoria Feminista: Da Margem ao Centro. 2019

“Depois de os relatos da ecologia terem surgido nas cidades, nossas palavras sobre a floresta puderam ser ouvidas pela primeira vez. Os brancos começaram a me escutar e a dizer e pensar: “Haixopë! Então é verdade: os ancestrais dos habitantes da floresta já possuíam a ecologia!”. Depois disso, nossas falas puderam se espalhar muito longe de nossas casas, desenhadas em peles de imagens ou capturadas na televisão. Por isso nossos pensamentos já não estão tão escondidos como antes. Antigamente éramos tão invisíveis para os brancos quanto os jabutis no solo da floresta. Não tinham nem ouvido nosso nome. Agora não é mais assim.”

Davi Kopenawa Yanomami. A queda do céu. 2015.

Feminismo e ambiente são entrelaçamentos de um campo emergente dos estudos ecofeministas na América Latina e Caribe. Elaboramos uma revisão que busca levantar pesquisas que vêm sendo realizadas e buscamos aqui abrir um espaço para mirá-las com profundidade. Para pensar como se faz uma investigação, com quem se faz elas são realizadas e sob quais premissas e posicionamentos epistêmicos políticos se realizam os trabalhos no campo do ecofeminismo.

Observa-se, nesta revisão, os ensinamentos que se formulam a partir das posturas políticas que as autoras vêm desenhando no campo que entretence o feminismo e o ambiente ao longo do tempo. Mirando suas transcendências da lógica disciplinar, mercantilista e instrumental que a universidade muitas vezes está inscrita. Espera-se que as pesquisas, as publicações e as ideias germinadas atualmente no campo dos ecofeminismos permitam uma transformação nas relações de poder, evidenciando as formas de opressão, as noções epistêmicas e políticas que estão

sendo construídas no âmbito dos movimentos de mulheres, a fim de criar processos de esperança, como aponta Servat (2022).

A presente revisão tem como objetivo mapear como os trabalhos se inserem no campo do Ecofeminismo e analisar como as investigações foram realizadas. Para tanto, nos alinhamos com o movimento latinoamericano e caribenho atual para situar o pensamento sobre feminismo e ambiente (LEAL, *et al.*, 2022). Reconhecemos que os marcadores de gênero são construídos e introduzidos socialmente, demarcando relações de poder, nas quais o homem se coloca na centralidade. Na sociedade capitalista o patriarcado objetifica as mulheres como seres passivos, carentes de racionalidade superior e que ocupam trabalhos marginalizados e precarizados (TROTTE, 2021). Com a mercantilização da vida levada a patamares inconcebíveis, os ecofeminismos despontam como alternativas possíveis para atualizações dos feminismos (KUHNNEN, 2020).

As mulheres são reconhecidas como agentes das dinâmicas socioambientais de suas comunidades, assim como atuam em outras escalas, sendo transformadoras da realidade (OLIVEIRA *et al.*, 2018). Elas são as mais impactadas pelas injustiças ambientais, são as primeiras a perceber e receber os impactos socioambientais, assim, as mulheres vão sentir a sobreposição de opressões. Esta é uma compreensão dada a partir dos acúmulos dos movimentos ecologistas de mulheres e dos ecofeminismos em conjunto com os grupos populares da América Latina (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

De forma crítica a questão ambiental se opõe ao sistema dominante capitalista patriarcal. Os feminismos do Sul Global pensam a partir daí uma integração com as mulheres negras, indígenas, camponesas e pobres, por sofrerem com os conflitos socioambientais na América Latina e em outras regiões do Sul Global (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Disputas que envolvem a apropriação dos bens naturais, compreendidos como recurso pelos que exploram os territórios e como bem comum para aqueles que vivem nos territórios um confronto entre a necropolítica e as lutas pela vida.

O ecofeminismo é pouco representado no espaço acadêmico brasileiro, existindo poucos estudos que cataloguem as publicações ecofeministas. Os trabalhos que existem têm referências limitadas a um rol de autoras do Norte Global, como aponta o trabalho de Daniel Kirjner ao analisar a Revista de Estudos Feministas

(UFSC) e Cadernos Pagu (UNICAMP) considerando o período de 1992 a 2015 (KIRJNER, 2019 *apud* KUHNEN *et al.*, 2021).

Atualmente se reconhece que o campo ecofeminista e a ecologia política feminista latinoamericana se transformaram e estão em constante renovação. Por ser um campo em construção e responder aos movimentos de corpos e territórios, o ecofeminismo é passível de contradições (COBA, *et al.*, 2022). De tal maneira que as discussões interdisciplinares seguem um fluxo contínuo de discussão ecofeminista. Segundo Coba e suas companheiras de escrita (2022), muito se tem evidenciado sobre as mobilizações em defesa dos territórios, da vida, da cultura, mas pouco se enuncia sobre o racismo estrutural que gera outras desigualdades ambientais.

Oliveira (2020), ao analisar o pensamento de Lélia Gonzalez, aponta como os marcadores de gênero e raça são pouco articulados. A autora problematiza como os movimentos feministas desconsideram questões raciais e como muitas vezes o movimento negro não mira as questões de gênero. Assim como ocorre com os marcadores de classe, quando movimentos sociais colocam em outro patamar a luta das mulheres e quando o feminismo neutraliza as disparidades socioeconômicas de mulheres empobrecidas. Para tratar de tais questões, Lélia Gonzalez nos propõe o pensamento interseccional analisando raça, classe e gênero, com um olhar voltado para a mulher negra que experiencia o cruel mito da democracia racial no Brasil (OLIVEIRA, 2020).

As interseccionalidades são respostas aos enfrentamentos, para produzir defesas ativas, para reconhecer silenciamentos que vão ser evidenciados nas pluralidades do ecofeminismo e na ecologia política feminista. As mulheres defensoras dos territórios vêm atuando na América Latina e sustentando a vida. Elas negam o monopólio e buscam realinhar as novas discussões nos processos de produção de conhecimento que se dá entre as mulheres que estão no campo, na militância, na academia, nos feminismos não hegemônicos. Estes corpos, corpos-territórios e corpos-água, se tornaram a base do debate ecofeminista, suas existências e re-existências se destacam (MAHER, 2022), por serem o alvo dos processos extrativistas, que além de explorarem os bens naturais, exploram seus corpos, suas epistemologias, suas ontologias, na lógica do sacrifício do capital.

A Marcha das Margaridas e das Mulheres Indígenas, importantes lutas que envolvem o campo mulher a ambiente, se encontram em um importante palco político através das marchas em Brasília. Em marcha as mulheres saem do campo de espectadoras e passam a ser produtoras no campo sociopolítico. O corpo em movimento na rua, na capital federal, carrega em si as lutas socioambientais travadas em seus territórios e leva a disputa forjada pelas comunidades para a confluência.

Svampa (2015) destaca o papel das mulheres nas lutas socioambientais populares, em especial nos países do sul global - um Sul que não é geográfico, mas sim político, o Sul enquanto reunião dos territórios de opressão e resistência - e sua importância na auto-organização comunitária, demarcando o protagonismo feminino e a representação de suas lideranças nas disputas globais. As marchas são aqui representantes das lutas ecofeministas do sul.

Kuhnén e Rosendo (2021) tratam a Marcha das Margaridas como um movimento socioambiental unificado de mulheres do campo de todo o Brasil, denunciando como as políticas neoliberais ameaçam a soberania dos povos. A Marcha representa possibilidades de promover formas de conectividade, responsabilidade e justiça socioambiental, contribuindo para pensar um feminismo latino-americano que vem da base da sociedade, de locais de não-privilegio (KUHNEEN; ROSENDO, 2021).

As margaridas são um grupo muito diverso, representado por diferentes movimentos sociais, associações, sindicatos, coletivos, etnias e raças, nem todas se identificam enquanto feministas e menos ainda apresentam de forma homogênea uma autodenominação ecofeminista, pois têm origens distintas e pautas distintas (KUHNEEN, 2020). Na realidade destas mulheres as questões de gênero estão enredadas com as questões ambientais e quando trabalhadas separadamente perdem sua potência.

Kuhnén (2020) observou que os documentos construídos pela Marcha das Margaridas tal intersecção de marcadores sociais de exclusão evidenciam a diversidade das margaridas, sendo este um movimento pioneiro a englobar a pluralidade das mulheres do campo, da floresta e das águas. O que para a autora

salienta a Marcha das Margaridas enquanto um movimento fundamental para um ecofeminismo latino-americano.

A Marcha das Mulheres Indígenas é outro movimento de mulheres que traz importantes aportes para se pensar a questão ambiental e retificar o que conhecemos como feminismo (SANTOS, *et al.*, 2020). Um marco na defesa dos corpos e territórios foi a realização da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em 2019, confluindo com a 6ª edição da Marcha das Margaridas, em Brasília. São movimentos que retratam os conflitos do Sul Global e as estratégias de vida das mulheres ameaçadas (OLIVEIRA, *et al.*, 2020).

A luta das mulheres indígenas é marcada pela conquista de posições de liderança dentro das terras indígenas, das associações, conselhos e também do congresso nacional com a Bancada do Cocar que elegeu mulheres indígenas deputadas federais em 2022, além da importante conquista do Ministério dos povos indígenas, sob a liderança de Sônia Guajajara, no Governo Lula iniciado em 2023. Para Santos e Silva (2020), os movimentos das mulheres indígenas, com sua visão de humano natureza integrados, têm orientado feministas ambientalistas desde a década de 70, ainda que isto não esteja explícito. As autoras afirmam que as mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos espaços políticos indígenas e não-indígenas, deixando claro que este movimento não é recente. Reconhecendo assim a importância dos espaços criados pelas mulheres indígenas e correlacionando suas lutas com as das mulheres negras, ampliando a compreensão da interseccionalidade que abraça questões etnopolíticas (SANTOS *et al.*, 2020).

O trabalho de Federici e Valio (2020), ao problematizar as lutas das mulheres na América Latina, manifesta que as mulheres indígenas são guardiãs da terra, dos bens comuns e do conhecimento. Elas desafiam governos e participam dos espaços onde as decisões são tomadas. As autoras apontam que as organizações de mulheres, indígenas e não indígenas, têm sua participação política entremeada de processos de formação e educação, para confrontar forças sociais com uma lógica formatada em escala internacional. As mobilizações latino-americanas protagonizadas por mulheres são ações coletivas de resistência que são organizadas desde os anos 1970. As mulheres promoveram ações transformadoras mirando novas

definições políticas e democráticas, atuando contra o poder destrutivo do capitalismo patriarcal que as ataca e destrói o meio ambiente (FEDERICI; VALIO, 2020).

Desta forma, apresentamos a seguir dados de uma revisão integrativa da literatura, na qual buscamos oferecer sustentação teórica para esta pesquisa. Mulheres e ecofeminismos são termos mutuamente relacionados nas plataformas de busca acadêmica, criando pistas para trabalhos e artigos científicos que permitem delinear uma síntese panorâmica do campo de estudo que situa a problemática desta pesquisa e sustentará, mais adiante, as suas proposições mais originais.

Nesta breve conjuntura, descrevemos os principais achados, a partir dos pensamentos situados em um contexto histórico concreto. Além de uma importante crítica à visão individualista da modernidade, contemplando a perspectiva relacional do eu, com o outro e com a natureza. Apontamos possibilidades para caminhos ecológicos, conhecidos como ecofeminismos, levando em consideração a crise ambiental enquanto uma crise social e que a exploração da natureza é também uma exploração dos territórios e dos corpos (OLIVEIRA, *et. al.*, 2020). Entendendo que existe um sistema de exploração de um gênero sobre o outro, tal qual existe a operação de exploração do ser humano sobre a natureza.

3.1 Apresentação da revisão integrativa

Com a história de Tereza de Benguela tocada na música Sankofa de Amaro Freitas iniciamos o processo de apresentação da presente revisão bibliográfica. O músico e compositor fez esta música para uma mulher negra e quilombola, com uma referência ao pássaro Sankofa, aquele que vai ao passado buscar matéria de inspiração e força para o presente. Tereza se tornou a líder do Quilombo do Quariterê em Mato Grosso, fronteira com a Bolívia, que abrigava mais de 100 pessoas, com destacada presença de negros e indígenas. Sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas. Tereza de Benguela navegava com barcos imponentes pelos rios do pantanal e todos a chamavam de “Rainha Tereza”. Ela inspira esta revisão integrativa ao costurar ideias sobre mulher, ambiente, classe, raça e etnia. No quilombo de Rainha Tereza a comida era feita em panelas forjadas com metais vindos de armas roubadas ou obtidas de rivais colonizadores

derrotados nas lutas pela manutenção da liberdade. O que era para matar o povo preto e indígena se transformava em suporte de cuidado e nutrição do quilombo.

Um convite para poesia sonora de Sankofa de Amaro Freitas em homenagem a Tereza de Benguela no piano.

[Clique aqui para ouvir](#)

Quem escreve?
Para quem escreve?
Sobre quem escreve?
Com quem escreve?

Essas perguntas buscam ser respondidas nesta revisão integrativa.
É sobre a vontade de colocar o conhecimento em movimento,
de produzir conhecimento em movimento

Analizamos o campo político, aquelas que estão representadas nos trabalhos.
Reparamos como está a luta socioambiental através de um recorte das mulheres,
mulheres diversas, de campos posicionados que refletem como os territórios
vêm enfrentando o sistema que os oprime.
Palavras de mulheres aparecem em narrativas,
cacos de memória nos textos acadêmicos,
conhecimento popular retrabalhado que trazem sabedorias de resistência.

A lacuna, é a dor, a ferida ou a ausência.
O que não aparece
Das que não são apresentadas, que são invisibilizadas.
A via é o que nos aponta o caminho, busca novas perguntas,
desmonta as fórmulas prontas que foram montadas para nos desmobilizar
O que o conhecimento que circula perde quando não acessa
esses propósitos de mulheres diversas?
taí nossa nossa lacuna.
A ausência de cores, a pasteurização dos saberes
e a não diversificação da experiência
é um caminho que alguns trabalhos começam a apontar.
Caminhar com, criar junto, são possibilidades/sonho das pesquisas
que nem sempre são feitas ouvindo, mas sempre falando.
Nem sempre escutando outras mulheres, mas sempre dissertando sobre elas.
Esse é um traçado tênue, por onde trafegam muitos trabalhos.
Limitações de compreensão, não só de não ver ou não ouvir,
são muitos os sentidos que nos conectam.
Mulheres sujeito de pesquisa, produtoras de conhecimento
podem ser referenciadas e compreendidas em seu tempo-espaco, corpo-território.
Mais do que a invisibilidade da diversidade da raça, do posicionamento de classe.
Fica nítida a ocultação dos sujeitos dominantes e opressores.
Sua generalização.

Um outro invisível, mas com intenção distinta da invisibilidade das mulheres.
 Ocultar o opressor deixa a luta difusa.
 A generalização do estado ou da política pública ou do patriarcado
 ou do sistema capitalista ou do agronegócio
 não nomeia as lutas travadas nos territórios.
 Faltam nomes, falta a identificação para poder haver cobrança e posicionamento.
 São sujeitos políticos e sociais que atuam e destroem civilidades.
 E eles não aparecem nas histórias contadas.
 Como desvelar esses opressores?

Demarcar. Posicionar
 Em forma de gesto, de prosa e verso
 De troca de gosto desgosto
 Imagem e figura
 Desenho para um lado, demarco para o outro
 Um rótulo que em si não carrega a dor da luta, dos sonhos plantados.
 Uma linha de barra de ferro, demarca ato limite
 Circula e engloba
 Divide quem é, quem não é
 Quem faz tanto e quem tanto faz. Analisa.

De gráficos sentires se preenche o fato.
 São fatos tantos de várias cores e sabores. De muitas terras e movimentos.
 Canta uma nova voz. Que vem das matas, das montanhas, das águas.
 Mulheres distintas delineiam seus campos,
 contam suas histórias e recontam outras histórias.
 Desenham com a linha do tempo conhecimentos que sempre existiram
 e hoje ocupam outro espaço, a folha de papel, a capa do livro, a tela do celular.
 Saberes de movimentos que são investigados e se reinventam.
 Ao longo do traço os desenhos contam como dibujar um campo,
 apontam flechas para um futuro ancestral.

Como sonhar outro mundo?
 Mirando as flores que são lançadas pelas bocas de mulheres que sabem dos seus quereres

O amargo da vida da luta da morte. Do que se perdeu do que se foi do que levam.
 Quem leva pra onde? Cadê eles? Quem são eles?

Distingo seus olhos, seus atos, seus nomes em linhas tortas, em trechos malditos,
 de forma malparida fazem suas articulações.
 Seus percursos destroem tudo, ou quase tudo, por onde passam.
 Seus nomes estão escritos nas entrelinhas e nos outdoors iluminados.
 Velhos conhecidos que se escondem atrás de novas roupagens,
 nomes de fachada, testas de ferro.
 Ocultamento que protege quem tem a vida ganha,
 ampla de privilégios e se esconde de inimigos nem imaginados.
 Opressores sem cor, sem gênero, sem raça, difuso.
 A mão do capital, os braços do agronegócio, a cara do patriarcado, um qualquer.

Como se esse sujeito fosse, mesmo sem nome, só com sobrenome estrangeiro.
A luta pela terra é a disputa da terra, para tirar de quem vive para quem vende.

O foco se põe na mira dos quererres amplos de rebeldia, o poder da ousadia.
Limita e não aceita a destituição.
Desmoraliza o absurdo do ato da dominação, multiplica o que cada um pode ser,
o poder em ser.

É científico ser eu pesquisadora desde que olho o mundo com curiosidade,
experimental limites férteis, com epistemologias de criança, de brincar, de criar, de pular
onda, de sentir meu corpo flutuar no mar, de ver passarinho cruzar no ar,
é conhecimento criar técnica para ouvir e viver.
Para ser uma, ser mais perto das outras e mais longe do que querem que eu seja.
Com disponibilidade para construção de novas descobertas.

O saber se constrói assim. Enquanto se destrói.
Tem aquelas estrelas que mostram o caminho de transfluência.
A gente segue, segue por ser e por saber e por ir
Porque o querer está em movimento

Nem sempre conceito é vida. Nem sempre a categoria corresponde ao nome da existência.
E se for, pode ser, mas quem define? Quem delimita? Desde onde cria?
Desde onde delimita? A quem cabe dizer o que o outro faz? Mas epistemologia não é isso?
Se apropriar do que é do outro e dar nome e expropriar?
E o que a gente faz quando quer ser ao contrário,
quer ouvir o que o outro fala pra desfazer o nome que resolvem dar ?
É a contra pesquisa.

Desaprisionar dualidades, em contraste. Desacorrentar situações de controle e opressão.
Se libertar do que não é. Enfrentar crises arriscadas em união e proteção.
Desafios barulhentos, que amansam feras e contornam o infinito das flores
que teimam com sua sabedoria e amorosidade.
Tem gente tentando se manter viva
Cabe a mim ouvir e ecoar memória de existência,
falar e ecoar em meu peito memória de re-existência.
(Bárbara Pelacani, 2022)

Para a realização de uma pesquisa com base científica optamos por iniciar uma revisão integrativa. Este tipo de revisão bibliográfica é um recurso metodológico que proporciona a síntese de conhecimento disponível nas bases de dados a partir de análises específicas direcionadas a partir da intenção da pesquisa para a qual a revisão será suporte. Na prática, sua aplicabilidade possibilita a incorporação dos dados gerados aos resultados da pesquisa. (SOUZA, *et al.*, 2010)

Os estágios da revisão integrativa segundo Whittemore e Knafl (2005) são: identificação do problema; pesquisa na literatura; coleta dos dados; análise dos dados e apresentação da revisão integrativa. Ao final da aplicação destas fases, a partir do levantamento e da síntese de dados, se direciona um olhar da teoria para a prática, com a avaliação de um recorte do contexto de debates e fundamentações atuais. Possibilita a comparação entre estudos e dados de pesquisa, um olhar mais profundo para tópicos específicos que colaboram para um campo bem delineado e para delimitação da base referencial da pesquisa.

A revisão integrativa é uma metodologia largamente utilizada no campo Psicossocial e na saúde (ROCHA, *et al.*, 2021, TAROSO; PESSA, 2020, WIJK; MÂNJIA, 2022). O método pode ser incorporado a outras áreas do saber para viabilizar a capacidade de sistematização do conhecimento (BOTELHO *et al.*, 2011). Sua ampla utilização resulta em um panorama da produção científica em torno da problemática levantada, com a apresentação de possíveis oportunidades de pesquisa, através da análise das lacunas dos campos de estudos.

Ao realizar a revisão, se faz um levantamento dos trabalhos que correspondem às chaves de pesquisa. Na análise busca-se semelhança e diferença entre os artigos levantados, através de agrupamentos de informações. O instrumento de coleta de dados se desenha para permitir tais análises e compreender o campo de estudos. Os dados são extraídos de forma descritiva, possibilitando observar, referir e classificá-los trazendo uma revisão abrangente do tema de investigação. Um ponto de destaque desta metodologia é que ela propõe uma análise e sintetização dos dados não só para definição de lacunas e procedimentos, mas também na elaboração do pensamento crítico, necessário para a prática, que se expressa através da forma de organizar as informações e da apresentação das recomendações finais (SOUZA, *et al.*, 2010).

Na presente revisão lançamos em especial uma mirada na parte metodológica dos trabalhos, que permite incluir propósitos diversos, além da detalhada análise do campo social e político onde os artigos se inserem. A seguir são apresentadas as fases da revisão integrativa, preenchidas por seus conteúdos delimitados por tópico. Em cada etapa será debatida sua elaboração e dados coletados exibidos em formato gráfico, com textos complementares.

3.1.1 Identificação do problema

Neste tópico apresentamos a elaboração da pergunta orientadora da revisão, assim como a escolha dos descritores com base na pergunta. Com isso traçamos a definição de critérios de inclusão e exclusão de estudos. A partir de tais reflexões elaboramos o instrumento de revisão com a delimitação dos dados que serão avaliados.

Manejamos uma revisão integrativa com objetivo de identificar como se comporta o campo de estudos que integra mulher e ambiente. Tal relação é correlata ao objetivo central do trabalho de “Identificar como as confluências das mulheres em marcha produzem re-existências e narrativas coletivas que fortalecem a luta pela terra e pela vida”. O campo de estudos que nos permite compreender a relação das mulheres com a luta pela terra e pela vida foi delimitado como: Ecofeminismo, por ter como chaves principais os temas mulher, ambiente, natureza, território, ecologia e gênero. Pensando na confluência das mulheres em marcha e o encontro das margaridas e mulheres indígenas, somos levadas a querer compreender como o Ecofeminismo se comporta diante da temática dos movimentos sociais. Com os atuais debates de raça e etnia, tencionamos compreender como tal campo busca enfrentar o racismo. Para tanto, a revisão se estruturou ao redor de categorias etnoraciais, que expressam a diversidade das mulheres e suas diferenças, a fim de reconhecer como teorias e práticas provindas das mulheres indígenas e negras vêm alimentando o Ecofeminismo.

Estas definições são corroboradas pelas reflexões teóricas que miram o antirracismo e a busca de compreender um comportamento contracolonial e anticolonial no campo Ecofeminista. Buscamos identificar a partir das chaves de busca como o Ecofeminismo (mulher e ambiente) dialoga com questões de classe (movimentos sociais), gênero (feminismo, mulheres) e raça (étnico racial, indígenas e negras). Interessa à produção de conhecimento científico compreender o movimento dos campos de estudo, como o presente caso dos estudos sobre os Ecofeminismos, para assimilar como se pautam as temáticas consagradas pela literatura de base e as atuais, que vêm se movendo e tensionando o campo.

Kuhnen & Rosendo (2021) afirmam a necessidade de se levar em conta a interseccionalidade, pois muitos processos de dominação tem o mesmo mecanismo

de funcionamento. A crise ambiental contemporânea vai resultar em um impacto que se acumula nos sistemas de opressão como racismo, sexismo, classismo, imperialismo, colonialismo e também do capacitismo (discriminação contra pessoas com deficiência), especismo (discriminação com base no pertencimento à espécie) e heterossexismo (preconceito baseado na suposição do binarismo sexual).

Com foco na interseccionalidade entre gênero, classe e raça no campo ecofeminista desenhamos as chaves de busca. Reconhecemos que os quereres das mulheres em marcha são plurais, tendemos para um recorte que contemple questões étnico-raciais, por suas bases e anseios distintos de um lugar neutro da relação mulher-ambiente, que representa uma visão única que não existe. Trazendo a raça para o centro da revisão, escolhemos as chaves de busca “mulheres indígenas” e “mulheres negras”. Identificamos que o campo teórico que dialoga com mulheres indígenas trata mais de etnia do que de raça, inserimos uma nova chave de busca que contemplasse tal perspectiva, inserindo “étnico” e “racial” em outra chave, para filtrar possíveis trabalhos que abordem tal temática.

O fato do estudo estar relacionado às Marchas nos levou para o recorte da temática: movimento social. Inserimos o marcador “latino-americano” pois através do campo de estudos que pauta olhar para o sul global, emergem as questões de raça e etnia, ampliando o recorte de movimentos sociais e conectando ele com as outras chaves de busca. Buscamos de tal forma a compreensão do ecofeminismo, com seus recortes contemporâneos de classe e possíveis percursos de desenvolvimento, seus limites e novas fronteiras.

As expressões geradas nos recursos informacionais investigados foram as seguintes chaves de busca na Tabela 1.

Tabela 1: Três chaves de busca utilizadas no levantamento bibliográfico na base de dados.

Ecofeminismo AND movimentos sociais AND América Latina
Ecofeminismo AND mulheres indígenas AND mulheres negras
Ecofeminismo AND étnico AND racial

3.1.2 Pesquisa na literatura

Nesta fase ocorre a escolha do banco de dados onde será realizado o levantamento dos artigos e elaboram-se estratégias de busca bem definidas. A busca foi realizada na plataforma virtual Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos no nível nacional e internacional. Com 48 mil títulos de periódicos, a plataforma conta com 130 bases de dados e 64 bases de teses e dissertações. Além disso, o Portal de Periódicos CAPES conta com mais de 275 mil documentos como relatórios, livros, anuários, guias, manuais e outros (CAPES, 2022). Esta amplitude de informações nos permitiu selecionar o Portal como referência para realização da revisão integrativa.

Buscamos uma base de dados ampla e diversificada e definimos critérios de acordo com a pergunta direcionadora da fase 1. A revisão integrativa não se limita aos trabalhos acadêmicos, e outros tipos de escritos podem ser contemplados na busca a partir da plataforma escolhida, como resenhas, apresentações de publicações e outros tipos de textos. A revisão da literatura foi feita no Portal CAPES com a pesquisa de trabalhos a partir das chaves de busca no dia 14 de janeiro de 2022, servindo como data final limite das publicações. Os resultados encontrados foram quantificados e levados para avaliar sua adequação às chaves.

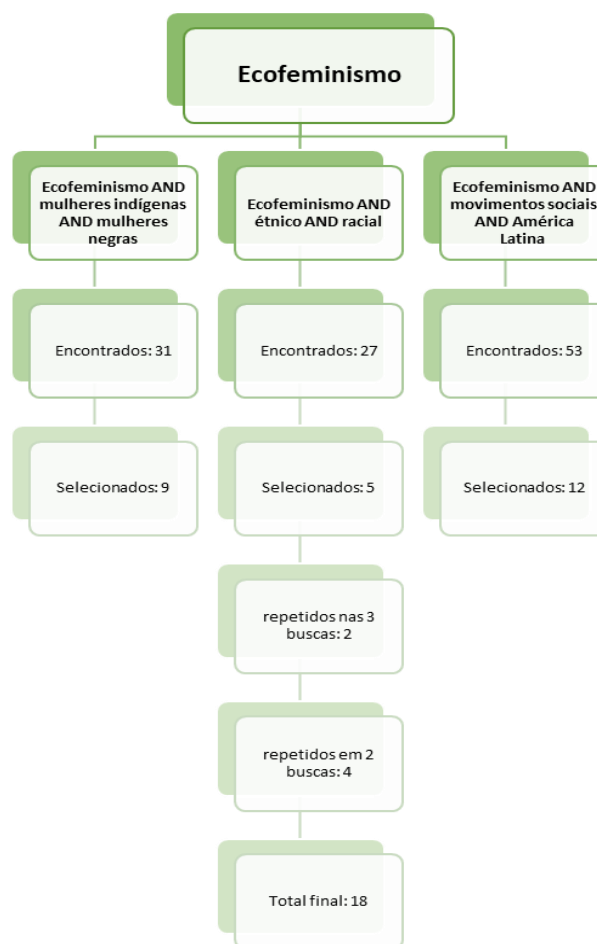
A verificação da correspondência dos temas foi feita através de análise dos títulos, palavras chave, tópicos, apresentação de conteúdos teóricos e metodológicos, além da observação das referências de cada trabalho encontrado. Em casos onde a adequação do trabalho às chaves não estava clara, foi realizada leitura flutuante para selecionar os artigos e certificar a abordagem efetiva das chaves de busca. Tal critério visa contemplar as temáticas nos seus debates e reflexões, não apenas como citação das palavras de forma isolada, trabalhos que não entraram nas chaves por não abordar os temas pertinentes não foram incluídos na seleção final.

Foram incluídos estudos que investigaram as relações entre mulheres e questões ambientais apresentando debates sobre movimento social, recorte de raça abordando pautas indígenas ou do movimento negro. Para saber se tratava da questão ambiental, se não tivesse destaque a palavra ecofeminismo, foi realizada a busca no documento de forma integral pelas palavras: natureza, ambiente, feminismo

ecológico ou mulher e ambiente. Para questões étnico-raciais e mulheres negras e/ou indígenas, foram pesquisadas no corpo do texto as palavras no plural e no singular e suas variações para entender se as questões estavam contempladas nos trabalhos.

Como resultado desta fase foram encontrados no total 111 trabalhos. Sendo que 85 trabalhos encontrados foram descartados depois de serem avaliados através de leitura flutuante e busca direcionada, por não corresponderem aos critérios. Foram excluídos aqueles onde as palavras da busca aparecem de forma superficial. Além disso, foram excluídos trabalhos onde as temáticas levantadas nas chaves de busca não eram o foco do trabalho. Alguns estudos apareceram em mais de uma chave e foram incluídos apenas uma vez. Foram encontrados dois artigos triplicados, correspondendo às três chaves e quatro trabalhos apareceram de forma duplicada. Ao final foram selecionados 18 trabalhos para serem analisados na revisão bibliográfica integrativa, como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Fluxograma da busca e seleção dos artigos utilizados na revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.1.3 Coleta dos dados

Na fase três da coleta dos dados ocorre a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão de informações. Este é o momento da implementação do instrumento de revisão, com foco na qualidade da metodologia, na validação das informações e na representatividade dos estudos. Para extração dos dados dos trabalhos optamos pela elaboração de um instrumento de revisão que permitisse a identificação da origem e estrutura básica do trabalho encontrado, de seus aspectos teóricos-políticos-metodológicos, dos principais referenciais e do campo de estudos apresentado. Para atingir tais objetivos, o instrumento de revisão foi elaborado com os seguintes itens na tabela 2.

Tabela 2: Instrumento de coleta de dados para revisão bibliográfica integrativa.

<i><u>INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</u></i>
<i>Número do trabalho</i>
<i>Nome do trabalho</i>
<i>Nome das autoras: quantidade de autoras e gênero</i>
<i>Localização da autoria: estado e país</i>
<i>Universidade ou Instituto de origem da autora</i>
<i>Departamento ou campo de estudos da autora</i>
<i>Nome da Revista</i>
<i>Ano da publicação</i>
<i>Idioma</i>
<i>Título</i>
<i>Palavras-chave</i>
<i>Referências: principais referências e autoras do campo citadas no trabalho</i>
<i>Tipo de trabalho: teórico ou empírico</i>
<i>Campo: sim ou não? metodologia de campo</i>
<i>Participantes: não ou sim, quem?</i>
<i>Mulheres retratadas: movimento, etnia, raça, grupo social?</i>
<i>Correntes teóricas</i>
<i>Ecofeminismo: como aborda o ecofeminismo</i>

<i>Conflito retratado</i>
<i>Recurso em disputa</i>
<i>Sujeitos de resistência e sujeitos opressores</i>
<i>Escala do conflito: Local, nacional ou internacional</i>
<i>Pautas de luta</i>
<i>Estratégias de resistência</i>

O instrumento foi delineado a partir dos objetivos da revisão para caracterização dos artigos. Os itens de coleta foram pensados para desenhar o contexto onde os trabalhos estão inseridos, na busca por respostas para os problemas de pesquisa e pela definição das principais referências do campo.

Para aplicar o instrumento se fez necessária a leitura do artigo completo e extração das informações chave para construção dos resultados através da inserção das informações no instrumento. A análise foi realizada de forma descritiva e os dados trabalhados a partir de quantificações e qualificações com auxílio do word e excel. Inicialmente trechos do trabalho foram recortados, depois foram transformados em conjuntos de informação que foram categorizados para serem agrupados e requalificados para a compreensão enquanto conjunto de informações.

3.2 Análise dos dados da revisão

Na quarta fase foi realizada a análise dos dados, um momento de ordenação, categorização e classificação. Exibimos neste tópico os dados codificados, através de uma leitura crítica a partir dos pontos elencados no instrumento de coleta. Os dados foram analisados e sintetizados, e aparecem de forma agrupada, com cores distintas, destacando pontos de interesse para o estudo. Os trabalhos selecionados foram alocados no aplicativo Mendeley em pastas separadas de acordo com as chaves de busca. Apresentamos a seguir os trabalhos selecionados com informações coletadas através do instrumento de coleta de dados.

Tabela 3: Apresentação dos trabalhos selecionados para revisão bibliográfica.

Nome do artigo	Autoras	Ano	Publicação	Palavras chave	Tipo de artigo
Feminismos não hegemônicos contemporâneos: lutas cotidianas em defesa de territórios corpo-terra	Patrícia dos Santos Pinheiro; Maysa Luana Silva; Marcela Paz Rodríguez	2019	Revista Ártemis	Plantas medicinais; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Gênero; Quilombos	Relato de experiência
Feminismos, saberes e práticas decoloniais	Francielle Suenia da Silva	2020	Revista Ártemis	sem palavras chave	Resenha de livro
Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas	Michela Katiuscia Alves dos Santos Calaça; Isaura Isabel Conte; Catiane Cineli	2018	Revista Brasileira De Educação Do Campo	Feminismo Camponês e Popular; Movimento de Mulheres Camponesas; Lutas.	Pesquisa participante; Pesquisa-ação
Ecofeminismo: Múltiplas Versões	Garcia Loreley	2009	Revista Ártemis	sem palavras chave	Teórico
Justiça Ecológica e Subalternização Feminina	Camila Damasceno de Andrade	2020	Revista Direito e Práxis	Colonialidade; Crise ambiental; Feminização da pobreza; Gênero; mulheres	Teórico
Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo	Maria Ignez S. Paulilo	2010	Revista Estudos Feministas	Movimento de mulheres agricultoras; feminismo; gênero; agricultura familiar	Teórico
Que feminismo é esse que nasce na horta?	Maria Ignez Paulilo	2017	Política & Sociedade	Gênero; Feminismo; Mulheres rurais; Movimentos sociais rurais	Teórico

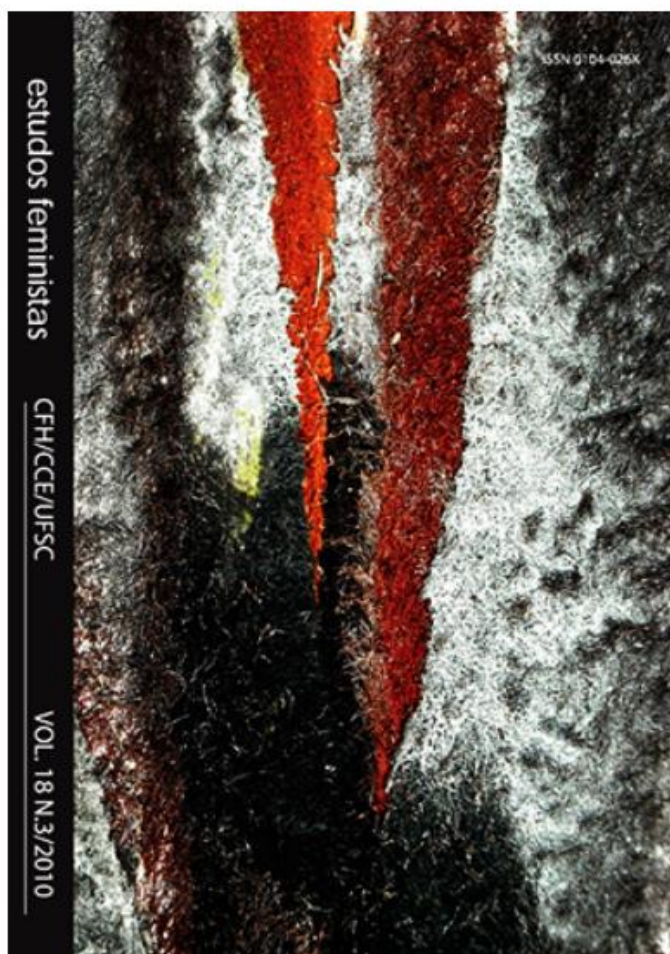
A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz	Maria Ignez Paulilo; Cristiani Bereta da Silva	2007	Revista Estudos Feministas	sem palavras chave	Entrevista
Ecofeminismo e interculturalidad	Encarnación Medina Arjona	2019	Feminismo/s	Ecofeminismo; Interculturalidad ; Naturaleza; Patriarcado	Teórico
Feminismo de frontera. La construcción de lo femenino en territorios de integración tardía	Paula Gabriela Núñez	2018	Feminismo/s	Feminismo de frontera; Feminización de la tierra; Feminismo negro; Ecofeminismo; Territorios de integración tardía	Pesquisa documental
Um requiem pelas mulheres	Paula Queiroz Dutra	2020	Revista Estudos Feministas	sem palavras chave	Resenha
Rebeca Furtado de Melo: sobre reconhecimento, memória e gratidão	Rebeca Furtado de Mello; Christiane Costa de Matos Fernandes; Deborah Moreira Guimarães	2020	Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia	sem palavras chave	Entrevista
A visibilidade das mulheres Krahô: Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável	Valéria Medeiros Andrade	2008	Revista Ártemis	relações de gênero; mulheres indígenas; sustentabilidade	Metodologia Heurística e a Pesquisa-ação
Teorías feministas en el aula: una experiencia de formación e investigación con estudiantes de Ciencias de la Educación	Weimar Giovanni Iño Daza	2018	Revista Brasileira De Educação Do Campo	Teorias Feministas e Educação; Feminismo Ecológico; Feminismo Comunitário; Método Biográfico; Pedagogia	Investigação Co-Participativa; método biográfico

				Comunitária Feminista; Mulheres Indígenas Latino-americanas.	
Asilo nas Torres: um olhar sobre a ficção científica feminina no Brasil	Naiara Sales Araújo	2020	Anuário de Literatura	Ficção científica brasileira; Asilo nas Torres; Ruth Bueno	Teórico
Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-MS: gênero, território e resistência camponesa	Clariana Vilela Borzone; Rosemeire Aparecida de Almeida	2019	Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía	Agroecología, Bolsão; classe camponesa; estrutura agrária; mulher rural; organização feminina; injustiça espacial; justiça espacial; resistência camponesa	Entrevistas
Bíblia para meninos e bíblia para meninas. Mito e sexualidade na narrativa bíblica da criação	Sandra Raquew dos Santos Azevedo	2009	Revista Ártemis	Ecofeminismo; espiritualidade; mito; gênero; sexualidade	Teórico
Mulheres e meio ambiente	Carmem Susana Tornquist; Teresa Kleba Lisboa; Marcos Freire Montysuma	2010	Revista Estudos Feministas	sem palavras chave	Apresentação de dossiê

Na tabela 3 foram identificados e demarcados com cor diferente os trabalhos que foram encontrados em mais de uma chave de busca na fase do levantamento de dados na plataforma. Os artigos que apareceram triplicados foram: “Feminismos não hegemônicos contemporâneos: lutas cotidianas em defesa de territórios corpo-terra” e “Feminismos, saberes e práticas decoloniais” em vermelho marcados. Duplicados foram os trabalhos: “Feminismo camponês e popular: uma história de construções

coletivas”, “Justiça Ecológica e Subalternização Feminina”; “Ecofeminismo: Múltiplas Versões”; “Intelectuais & Militantes e as possibilidades de diálogo”, marcados em roxo.

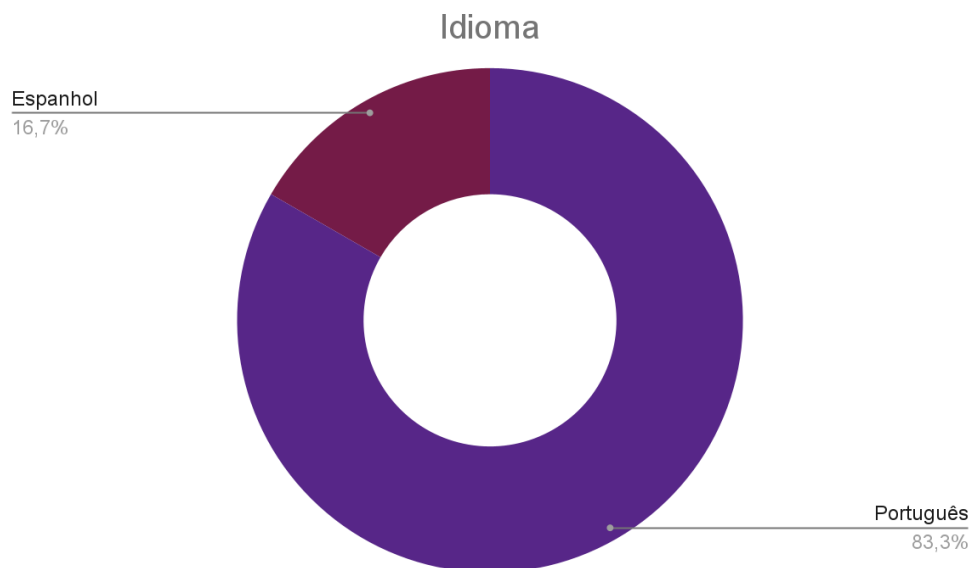
Figura 65: Capa do Dossiê mulher e ambiente.



Fonte: Revista de Estudos Feministas, 2010.

Para compreender quais são as principais temáticas abordadas pelos trabalhos, contamos com a elaboração de nuvem de palavras através do aplicativo infogram no site infogram.com. Para realização da nuvem os títulos foram separados em palavras, estas foram agrupadas (palavras no plural e singular foram igualadas) e a partir da porcentagem de ocorrência destas o aplicativo cria a imagem da nuvem de palavras. Através dela conseguimos observar a intensidade das temáticas trabalhadas nos artigos, a presença de categorias e a ausência de outras. Uma imagem que possibilita a interpretação dos dados coletados, como pode ser observado na Figura 66, com a nuvem de palavras.

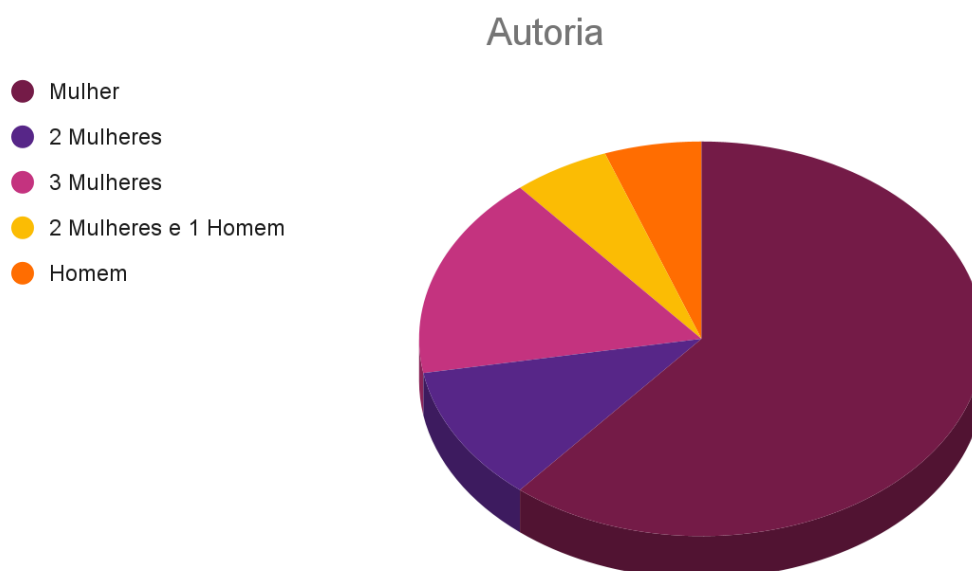
Gráfico 2: Agrupamento dos trabalhos por idioma.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para compreensão das questões de gênero envolvidas na autoria dos trabalhos, identificamos se os trabalhos foram escritos por mulheres e por homens, por quantas autoras e como eles se agrupam. Os resultados foram apresentados a seguir (Gráfico 3).

Gráfico 3: Apresentação das autorias dos trabalhos, agrupando por gênero.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Ao coletar os dados sobre a autoria daqueles que estão publicando sobre a temática Ecofeminista na interface com movimentos sociais e questões étnico-raciais, encontramos que a maior parte dos artigos são escritos por mulheres. 11 dos 18 artigos são escritos por uma autora mulher, 5 são escritos por duas ou três mulheres. Apenas dois artigos são escritos por homens, um deles é escrito por um homem e duas mulheres, que é uma apresentação de dossiê e o outro artigo é escrito por apenas um autor, que é um pesquisador e professor da Bolívia. Ao todo o número de autorias é 26, sendo 24 mulheres e 2 homens envolvidos nas autorias dos 18 trabalhos. Sendo que uma das mulheres, Maria Ignez Paulilo, é autora de três artigos, dois de forma individual e mais um com outra autora mulher. Todos os seus dados são contabilizados apenas uma vez nas análises que dizem respeito ao levantamento de dados da autoria.

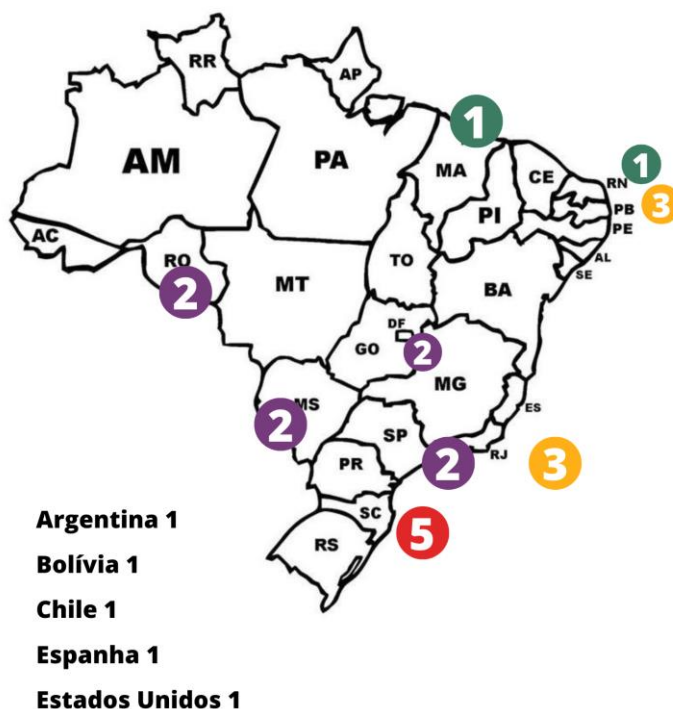
Como são apenas dois homens na autoria, serão tratadas como autoras ao longo da análise, já que são maioria, não existe o intuito de invisibilizar a presença dos homens, mas tratar no feminino respeitando a questão de gênero sendo prioritariamente composta por mulheres neste caso.

Para compreender onde a temática do ecofeminismo está sendo debatida, foram identificados os estados e os países de origem das autoras, assim como sua filiação institucional. Os dados foram apresentados em formato de mapa (Figura 67) e de tabela (Tabela 4) para observação dos dados quantitativos levantados.

Com relação à origem das autoras, foram encontradas 21 autoras do Brasil e 5 estrangeiras. São cinco autoras de Santa Catarina, três autoras da Paraíba, três autoras do Rio de Janeiro, duas autoras do Mato Grosso do Sul, duas autoras de Rondônia, duas autoras de Brasília, duas autoras de São Paulo, uma autora do Rio Grande do Norte e uma autora do Maranhão. De outros países temos uma autora da Argentina, uma autora do Chile, um autor da Bolívia, uma autora dos Estados Unidos e uma autora da Espanha.

Figura 67: Mapa com a localização de origem das autoras dos trabalhos sobre ecofeminismo.

Mapeamento das autoras



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A fim de compreender onde estão situadas as autoras levantamos as Universidades e institutos aos quais elas estão conectadas, através de dados de filiação apresentados nos artigos (Tabela 4).

Tabela 4: Universidades e institutos onde se situam as autoras.

Estado	Número de autoras	Instituições de origem das autoras
Santa Catarina (SC)	5	2 - Universidade Federal de Santa Catarina 3 - Universidade do Estado de Santa Catarina
Paraíba (PB)	3	3 - Universidade Federal da Paraíba
Rio de Janeiro (RJ)	3	2 - Universidade Federal do Rio de Janeiro 1 - Colégio Pedro II
São Paulo (SP)	2	1 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo 1 - Prefeitura de São Bernardo do Campo
Brasília (DF)	2	1 - Universidade de Brasília 1 - Instituto Federal de Brasília
Rondônia (RO)	2	2 - Universidade Federal de Rondônia

Mato Grosso do Sul (MS)	2	2 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Rio Grande do Norte (RN)	1	Universidade Federal Rural do Semiárido
Maranhão (MA)	1	Universidade Federal do Maranhão
Argentina	1	Universidad Nacional de Río Negro
Bolívia	1	Universidad Mayor de San Andrés
Chile	1	Universidad Católica del Norte
Espanha	1	Universidade de Jaén
Estados Unidos	1	Universidade da Califórnia

Para identificar de quais campos de estudo tem partido as reflexões e pesquisas sobre a temática analisada, elencamos o campo de estudos onde as autoras atuam, a partir do departamento que estão situadas, do curso onde estão filiadas na universidade ou aos programas de pós-graduação. Apresentamos os dados no gráfico 4, sendo que algumas estão conectadas a mais de uma área.

Gráfico 4: Campo de estudos onde as pesquisas sobre Ecofeminismos estão inseridas.

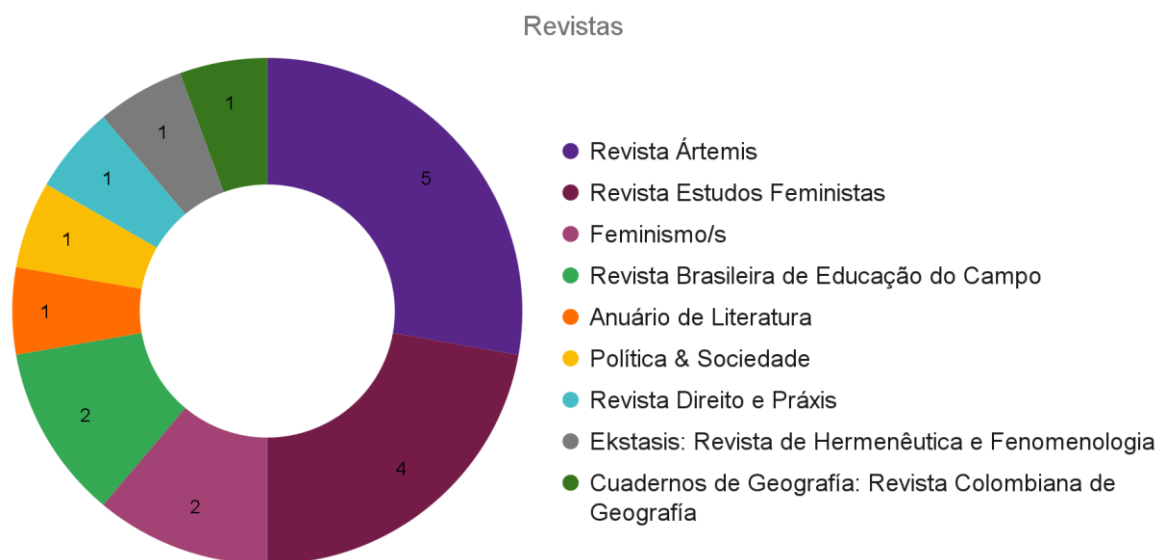


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Identificamos que os trabalhos são basicamente das Ciências Humanas e Sociais, mas o conjunto representa áreas de estudo bem diversas. Mostrando que as questões do Ecofeminismo não são do domínio exclusivo de um campo de estudos, e vêm sendo debatidas desde diversas perspectivas que se complementam, se separam e ampliam o campo. Os ecofeminismos têm características interdisciplinares

e não se limitam ao conhecimento teórico ou acadêmico. Eles vão refletir diferentes correntes do feminismo e vão se valer de distintas categorias e metodologias para compreender seus campos de estudo (Kuhnen; Rosendo, 2021). O mesmo se concretiza quando miramos as principais revistas onde os artigos foram vinculados (Gráfico 5).

Gráfico 5: Revistas onde os trabalhos elencados foram publicados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

As principais revistas encontradas como base das publicações analisadas são: Revista Ártemis e a Revista de Estudos Feministas. A Revista Ártemis é vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), já a Revista Estudos Feministas é editada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além destas, se destacam também Feminismo/s (em espanhol, da Universidade de Alicante, na Espanha) e Revista Brasileira De Educação Do Campo é uma publicação do Departamento de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música, da Universidade Federal do Tocantins, que publica trabalhos que foram elencados nesse levantamento em português e espanhol.

Vale ressaltar que os dois trabalhos apresentados na Revista Brasileira de Educação do Campo foram parte do mesmo dossiê promovido pela revista. O “Dossiê: Epistemologia de “nosotras”: mulheres do campo, das águas e das florestas” de 2018

(Figura 68). O Dossiê foi idealizado no III Seminário das Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas em 2017, que ocorre anualmente na Universidade Federal do Rio Grande.

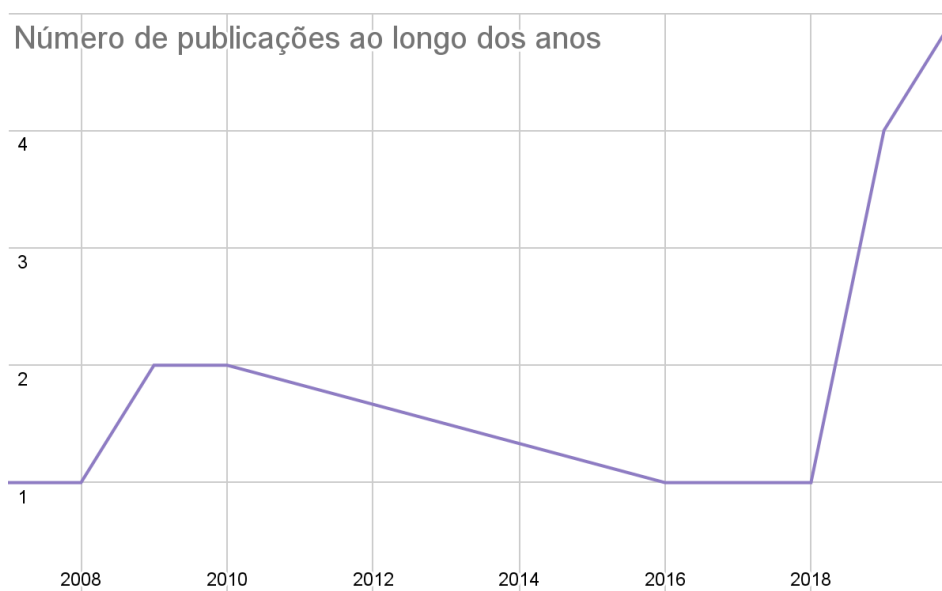
Figura 68: Capa do dossiê Epistemologia de nosotras: mulheres do campo, das águas e das florestas.



Fonte: Revista Brasileira de Educação do Campo, 2018.

Outra análise realizada foi o agrupamento dos trabalhos por ano de publicação, através dela reconhecemos que as publicações são bem recentes e que tendem ao aumento (Gráfico 6). São 10 publicações entre os anos de 2020 e 2018. As outras oito publicações se encontram entre os 10 anos de 2007 e 2017.

Gráfico 6: Linha do tempo com publicações agrupadas por ano de publicação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Percebe-se um baixo número de publicações que pode ser pelo fato das chaves de busca limitarem o encontro com os artigos que têm temáticas mais atuais, como as questões étnico-raciais. Mas também se justifica pelo fato da temática ecofeminista ter sido excluída dos debates por conta da tendência de se associar mulher e natureza com uma visão essencialista. O ecofeminismo ficou sendo visto como algo com pouca capacidade crítica, o que se transformou recentemente com os debates sendo ampliados e as distintas vertentes do ecofeminismo sendo problematizadas.

Kuhnen e Rosendo (2021) identificam que a redução nas publicações após os anos 2000 foi acompanhada de uma recusa das pesquisadoras de se auto denominar ecofeministas, o que observamos também nos movimentos sociais. As autoras identificam atualmente um interesse crescente dos ecofeminismos na academia brasileira por meio da presença da literatura ecofeminista em dissertações e teses de pós-graduação *stricto sensu*. Tal interesse se dá, segundo as autoras, pela ampliação dos impactos socioambientais na vida das mulheres e nos territórios. Reconhecemos esse interesse crescente na América Latina ao identificar o campo de estudos integrando a CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, um importante centro de estudos. Eles lançaram bolsas de estudos com a ONU Mulheres para realização de pesquisas sobre “Feminismos e Ambiente: Um campo emergente de estudos feministas na América Latina e Caribe”, com a contratação de equipes

para realização de cinco projetos, no Brasil, Colômbia, Equador e México, que resultaram em publicações e apresentações referenciadas nesta revisão.

O campo político tratado em cada trabalho foi apresentado através das análises de conflito presentes ao longo dos trabalhos. Entendendo o conflito como um conceito que nos permite mirar como os trabalhos se desenvolvem com relação às disputas socioambientais contemporâneas, quais sujeitos estão envolvidos nas análises e quais são os recursos em disputa.

Para compreensão da escala dos conflitos identificamos que cinco artigos apresentam dados situados em uma escala local, pesquisando casos de forma empírica no Rio Grande do Sul (dois trabalhos de uma autora), Acre, Tocantins e Mato Grosso do Sul. O panorama nacional é abordado em onze trabalhos, em alguns deles conectando o local com o nacional. Outros três artigos tratam das questões na América Latina e um trata do Sul Global. Oito trabalhos trazem um panorama internacional ou uma análise global, alguns integram visão local, nacional e/ou internacional (Gráfico 7).

Gráfico 7: Gráfico com a escala dos conflitos abordados em cada trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Foram identificados os principais conflitos abordados nos trabalhos (Gráfico 7). Sendo que em alguns casos mais de um conflito era investigado e abordado ao longo dos textos. O principal conflito que se destacou por aparecer em oito trabalhos foi o conflito relacionado aos bens naturais, com cinco trabalhos sobre a luta pela terra,

com outros três trabalhos que se encontram próximos que abordam a crise ecológica, questões socioambientais e produção rural, separadamente. Um outro conflito desponta nos trabalhos, que diz respeito às disputas internas: no feminismo (três trabalhos); no ecofeminismo (um trabalho); nos movimentos sociais e sindicatos (três trabalhos). Outros dois trabalhos que abordam os conflitos acadêmicos entre militantes e intelectuais, e dentro da universidade relacionados à colonialidade acadêmica. Outras temáticas relevantes são abordadas e podem ser identificadas no gráfico 8 de forma detalhada.

Gráfico 8: Conflitos identificados nos trabalhos analisados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A luta pela terra aparece como principal conflito, ela engloba diversos grupos oprimidos, como indígenas que lutam pela demarcação de suas terras ancestrais (ANDRADE, 2008), grupos quilombolas e camponesas assentadas pela reforma agrária (PINHEIRO *et al.*, 2019). É o principal conflito que diz respeito às principais questões de busca nesta revisão, questão que afeta os movimentos sociais e as questões étnico raciais. Disputa por terra que implica tais sujeitos e as decisões do Estado e o poder do agronegócio e da mineração.

Diante dos conflitos, analisamos os recursos em disputa. Os principais são os bens naturais, como apontado anteriormente na identificação dos conflitos,

representando a maior fatia do gráfico 8. Os recursos que mais aparecem em disputa são: Terra e território (sete trabalhos); agroecologia, alimento e plantas medicinais (cinco trabalhos); recurso natural ou natureza de forma geral (três trabalhos); recurso energético e petrolífero (um trabalho). Outros recursos aparecem como objeto de disputa nos conflitos travados, como o conhecimento, a cultura, a memória, o corpo das mulheres e o trabalho (Gráfico 9).

Gráfico 9: Recursos em disputa nos conflitos abordados nos trabalhos.



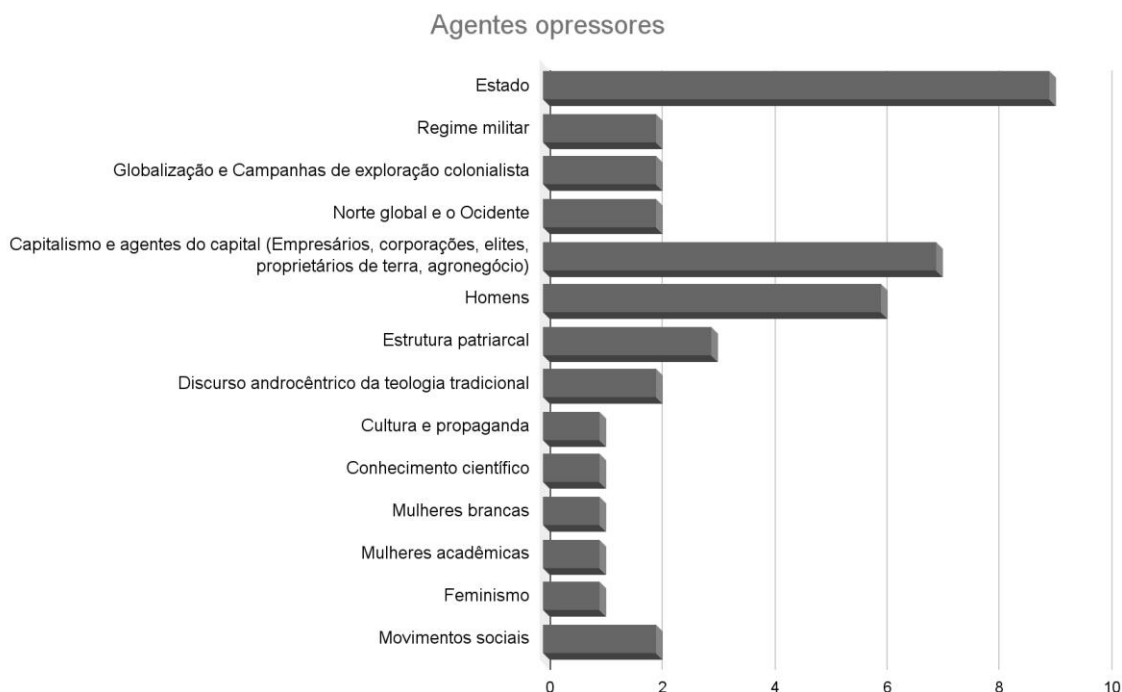
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A religião aparece como um dos objetos do conflito, sendo uma temática que aparece frequentemente ligada ao ecofeminismo, em especial a religião católica, junto da teologia da libertação. Mas aparece pouco na revisão integrativa por não corresponderem as chaves de busca, apenas um trabalho se enquadra e contribui para as análises. (AZEVEDO, 2009) problematizou a teologia tradicional em seu discurso androcêntrico e patriarcal, com a proposta de estabelecer novos paradigmas pautados em uma relação mais justa entre mulher, homem e sagrado, refutando a ideia de corpos concebidos como fonte de pecado, culpa e castigo, mas considerados ponto de partida para a experiência espiritual.

A análise de dados para composição da revisão integrativa buscou ter um olhar atento para os sujeitos envolvidos e observar a relação de poder que existe entre eles. A vida se dá em uma materialidade onde estas disputas se inserem nos sistemas de

poder. Neste sentido, buscamos identificar os agentes de resistência e os agentes opressores, sendo que em todos os trabalhos mais de um agente opressor e de resistência foram identificados (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10: Agentes opressores identificados nos trabalhos analisados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O principal agente opressor que aparece atuando diante dos conflitos é o Estado (Gráfico 10) que é apontado em nove trabalhos de forma direta e indireta. De forma direta tratando do estado ou do governo (Brasil e Argentina) e de forma indireta quando abordados os conflitos por conta da presença ou ausência de políticas públicas e da atuação do sistema legal e judiciário, que compõem o estado. O regime militar aparece em dois trabalhos e também aparecem as campanhas de exploração colonialista com naturalistas. O processo de globalização e de exploração colonial são representantes de uma política e estratégia civilizatória imposta como projeto único de sociedade, homogeneizadora e patriarcal, que vai na contramão de uma proposta intercultural, e aparece em um trabalho. O norte global e o Ocidente aparecem como opressores em dois trabalhos.

A sociedade capitalista, o poder empresarial, as grandes corporações, as elites enriquecidas, os proprietários de terra e o agronegócio foram agrupados como agentes do capital e aparecem em sete trabalhos. Englobamos alguns agentes em um só nome, como por exemplo a luta contra o agronegócio, que é identificada como a luta popular travada por camponesas e camponeses contra o capitalismo. A dominação pelos homens em seis trabalhos e a estrutura patriarcal em três trabalhos, elas se constituem em masculinidades tóxicas, além de opressoras, se dão a partir da normalização de modelos violentos, que retiram a autonomia e a vida de mulheres, reproduzidos pela família, pelo Estado, pelo mercado, pelo sistema legal, pela cultura.

Em uma análise crítica, identificamos a existência de sujeitos ocultos, percebemos como o sistema patriarcal e os homens não aparecem como agentes opressores bem definidos. O sistema é modelado pela estrutura patriarcal e muitas vezes o sujeito oculto é o homem branco. Ao percorrer os trabalhos vislumbramos que o patriarcado poderia ser mais problematizado. Assim como empreendimentos, empresas, organizações corporativas, que criam diversos megaprojetos impactantes e não aparecem seus nomes. Até mesmo falar em agronegócio e mineração acaba sendo genérico, por não problematizar quais são as empresas, os sujeitos políticos e ainda os impactos que estão em jogo, como o Estado, os governantes e as políticas públicas que regulam, bloqueiam ou facilitam tais processos.

As mulheres brancas, as mulheres acadêmicas e o feminismo são criticados em três trabalhos como fonte de opressão, dois trabalhos apontam os movimentos sociais neste mesmo papel. Analisamos que os movimentos sociais e mulheres brancas e acadêmicas, aparecem devido aos conflitos internos do campo feminista e ecofeminista. São tensionamentos que formam o campo social, como Bourdieu (2004) aponta, todo campo existe devido às relações de poder dadas pela existência de agentes diversos e posições distintas que disputam uma hegemonia simbólica e material. São relações de dominação e de subversão da ordem dentro dos campos do feminismo e do ecofeminismo, que produzem linhas de força que reúnem grupos sociais, instituições e sujeitos que disputam entre si o poder no espaço social determinado.

Destacamos o fato das mulheres brancas ou acadêmicas aparecerem como opressoras, mas os homens brancos não aparecerem, retrato do tratado do

patriarcado, que se fortalece com ataque interno do feminismo sem criticar o principal opressor. Um movimento que reforça o sujeito oculto. Cabe ressaltar que o papel opressor que pode ser ocupado por mulheres brancas e intelectuais é indiscutível, diz respeito ao pacto da branquitude onde mulheres brancas estabelecem comportamentos e compromissos com homens brancos. E a supremacia branca lhe permite ascender socialmente e se distanciar de uma inferioridade social, podendo deixar de lado o cuidado da casa e dos filhos, tarefas que são tidas como inferiores por serem trabalho não remunerado. Tais atividades passam a ser responsabilidade de mulheres negras ou pobres, que são o suporte para que a mulher branca saia do contexto de inferioridade (LORELEY, 2009). A subalternização de mulheres racializadas permitiu o acesso de mulheres brancas a outros espaços, como o mercado de trabalho e a universidade, promovendo a manutenção do racismo estrutural (MELLO, *et al.*, 2020). Tal opressão pode ainda ser ampliada e reforçada, diante de outras mulheres brancas pobres, mulheres pretas, homens pobres, homens pretos, e questões de sexualidade e capacitismo, de acordo com a classe social que a mulher ocupa, assim como seu país de origem

Identificamos as agentes de resistência diante dos conflitos, para caracterizar os sujeitos que são impactados pelos opressores diante dos conflitos instaurados narrados nos trabalhos. O maior destaque se dá para as agentes “mulheres”, apresentadas de forma geral, apenas como mulheres (Gráfico 11).

Dentre os principais agentes de resistência estão as mulheres que são retratadas nos artigos como camponesas e agricultoras. Ademais aparecem nos trabalhos mulheres parte de movimentos sociais, como o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos trabalhadores Sem Terra e o movimento internacional Via Campesina. É demarcada também a diversidade dentro da categoria camponesas ou agricultoras, ampliando estas já que não dão conta de representar toda a diversidade das trabalhadoras que atuam em contato com o ambiente, sendo elas: extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, meeiras, diaristas, arrendatárias, posseiras, entre outras. O Feminismo Camponês e Popular, classista e latino-americano vem sendo construído por mulheres do campo, da floresta e das águas, que representam a diversidade do campesinato brasileiro (CALAÇA, *et al.*, 2018).

Gráfico 11: Detalhamento das agentes de resistência diante dos conflitos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O fato das mulheres aparecerem com uma denominação geral nos trabalhos, sem estarem caracterizadas por seus marcadores raciais, sociais ou políticos aparece como uma homogeneização. Este fato será problematizado de forma crítica nesta revisão pois anula a diversidade que buscamos. Alguns trabalhos as caracterizam como mulheres subalternizadas ou mulheres pobres, reconhecendo a desigualdade social que as atinge e identificando que estas são as primeiras e principais atingidas pelos conflitos socioambientais e pela crise ecológica (PAULILO, 2016).

Como sujeitos ativos na resistência aparecem as mulheres negras e quilombolas que constroem saberes ambientais e práticas de cuidado (TORNQUIST, *et al.*, 2010; PINHEIRO *et al.*, 2019). E as mulheres indígenas, em geral sua etnia é apresentada quando estão em foco no trabalho. Como o trabalho que trata dos conselhos e das demandas políticas das mulheres Krahô (ANDRADE, 2008). Um

trabalho trata de agricultoras militantes, mulheres assentadas da reforma agrária (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e mulheres de quilombos, sem criar uma pretensa homogeneidade entre tais grupos, reconhecendo possíveis antagonismos e diferenças epistemológicas entre mulheres negras quilombolas e agricultoras MST, o que será relevante ao analisar seus posicionamentos políticos e suas lutas (PINHEIRO, *et al.*, 2019).

Os movimentos sociais e os campos de estudo do feminismo também aparecem como sujeitos de resistência, pela sua atuação em defesa de um conhecimento situado e de uma prática de luta diante das desigualdades. Assim como as mulheres pesquisadoras, as estudantes, a ONU e as mulheres religiosas, além de aparecerem mulheres descritas a partir de marcadores de sexualidade, como as mulheres trans e homossexuais.

Identificamos que sete trabalhos não apresentam características bem definidas de quem são as mulheres retratadas. O que é um fato que merece destaque, já que as chaves de busca priorizavam trabalhos onde tal diversidade estivesse demarcada. Mas, ainda assim, muitos trabalhos não falam da cor da pele das mulheres e sua classe ou movimento social, mesmo que apresentem debates teóricos sobre tais questões. Sendo as mulheres apenas incluídas em categorias mais generalistas como, feministas, agricultoras, estudantes, sem marcadores mais específicos (Gráfico 11).

Quando pensamos nas mulheres enquanto sujeitos de resistência, reconhecendo que são as principais impactadas pelo avanço neoliberal, capitalista e patriarcal, precisamos estar atentas para a sobrecarga que esta delimitação pode gerar. Loreley (2009) nos questiona se quando exaltamos a resistência de determinados grupos sociais e evocamos seu poder de transformação e seus conhecimentos revolucionários não estamos agregando mais um trabalho para as oprimidas? A responsabilidade de salvar a si mesmas, os seus territórios, as suas comunidades e o planeta não seria uma carga pesada? A sua exploração e dominação a colocaria em um lugar privilegiado para a transformação de um mundo que as trata como inferiores? (PAULILO, 2010)

Identificamos que alguns sujeitos que estão como opressores aparecem como sujeitos de resistência nos conflitos, como pode ser observado na comparação entre

os gráficos 10 e 11. Quando observamos tal relação despontam os seguintes sujeitos: os movimentos sociais, as mulheres brancas e as acadêmicas. Estes podem exercer papel de opressão, ainda que em outros momentos ocupem lugar de resistência. Uma visão macro nos permite agrupar e compreender quem são os atores políticos envolvidos nos conflitos e estes contrapontos nos fazem mirar as diferentes nuances que os conflitos podem ter em distintos espaços de poder. Percebemos que esses grupos tensionam linhas de força do campo social que podem ser antagônicas às mulheres negras, às indígenas e aos movimentos sociais de mulheres, além dos conhecimentos produzidos por eles, no caso das disputas acadêmicas.

Mas em outra medida, movimentos sociais mistos, mulheres brancas e a academia, podem atuar em conjunto com outras mulheres oprimidas ou fortalecer movimentos a partir das críticas internas. Tais sujeitos podem até mesmo exercer um papel de distanciamento e divisão do campo, caso o conflito que se instaure não seja passível de mediação. Isto é o que buscamos correlatar no campo ecofeminista, com os marcadores específicos para descrever tais processos conflituosos.

As mulheres não precisam eliminar suas diferenças para construir vínculos de solidariedade. Não precisamos viver sob a mesma opressão para combatermos a opressão em si. Não precisamos sentir hostilidade contra os homens para nos unirmos, tão grande é a riqueza das experiências, culturas e ideias que podemos partilhar umas com as outras. Podemos ser irmãs unidas em nosso apreço pela diversidade, unidas em nossa luta para acabar com a opressão sexista, unidas na solidariedade política (HOOKS, 2019. p. 174).

Para dimensionar como os sujeitos estão envolvidos nos conflitos, reunimos alguns principais grupos de agentes de resistência e agentes de opressão para mirar de forma mais simplificada e objetiva seus enfrentamentos. Sendo apenas uma forma ilustrativa de mirar as tensões, sem pretensão de análise adensada ou definição de parâmetros (Gráfico 12).

Gráfico 12: Diagrama com os principais conflitos encontrados nos trabalhos analisados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nesta proposta de organização temos sujeitos que se reúnem em torno de conflitos em comum. Foram tratados conflitos que ganharam destaque na análise crítica supracitada nos gráficos de apresentação dos sujeitos envolvidos. O maior grupo descrito reúne os sujeitos que resistem diante da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Demarcado pelo Estado e agronegócio que se comportam como braços de atuação do capital. Enfrentando tais conflitos resultantes desta atuação estão mulheres, indígenas, quilombolas, negras, agricultoras e agricultores, homossexuais e transexuais, além de outros grupos. Um trabalho evidencia, por exemplo, o conflito entre as mulheres subalternizadas no Brasil, que são violadas pelo Estado, pelos empreendimentos impactantes e por uma estrutura patriarcal que além de oprimir, invisibiliza seu papel no trabalho (SILVA, 2020).

No conflito entre os movimentos de mulheres e outros movimentos sociais, (PAULILO; SILVA, 2007) aponta a importância das mulheres se reunirem sem a participação masculina, como ocorre no MMC e são julgadas por outros movimentos mistos, como por exemplo o MST, por terem um comportamento radical demais. Os movimentos sociais alegam que dessa forma se divide a luta, como se a luta de classes a mais importante e as de gênero apenas complementares, como se estas

estivessem fora do lugar (CALAÇA, *et al.*, 2018), tendo sido chamadas de forma pejorativa de 'lutinhas' (PAULILO; SILVA, 2007).

O feminismo nem sempre é reconhecido pelos movimentos sociais como algo relevante (CALAÇA, *et al.*, 2018) e as mulheres apontam a necessidade de deixar claro como as lutas feministas contribuem para a derrota do sistema capitalista, patriarcal e racista que explora toda a classe trabalhadora, em especial as mulheres.

Só que as autoras (CALAÇA, *et al.*, 2018, PAULILO; SILVA, 2007) reconhecem que em movimentos mistos, os homens ocupam os lugares que possuem poder de decisão e as mulheres acabam à frente de atividades práticas. Em um movimento apenas de mulheres elas podem ocupar espaços de decisão. Além disso, diversos trabalhos apontam que espaços onde tem apenas mulheres são mais confortáveis para nós, e as mulheres conseguem se abrir, falar e se posicionar. Outra questão é a visibilidade que as mulheres têm quando estão em movimentos feministas, elas são mais visíveis em marchas, acampamentos e passeatas que organizam de forma independente, tal fato é evidenciado no Brasil e na América Latina (CALAÇA, *et al.*, 2018, DAZA, 2018).

O feminismo não é algo amplamente aceito, é visto como uma luta radical das mulheres ou como parte de uma divisão binária sociocultural. O preconceito criado no imaginário popular contra as feministas sempre foi muito forte, ainda mais no meio rural, o que faz com que muitas mulheres e movimentos não queiram se posicionar como feministas ou ecofeministas ((CALAÇA, *et al.*, 2018). O que traz um tensionamento entre mulheres intelectuais e militantes, um confronto entre teoria e prática ((CALAÇA, *et al.*, 2018). Estes posicionamentos podem ser construções sociais lentas e processuais em coletivo com as mulheres, mas muitas vezes os movimentos não vão se assumir feministas ou ecofeministas, independente de seus princípios, categorias e lutas estarem alinhados a tais campos.

Um movimento de ampliação do feminismo também já é teorizado, que engloba uma diversidade mais ampla de sujeitos a partir de seus marcadores de gênero e sexualidade, os reunindo em torno de uma luta contra o patriarcado. Nos campos teóricos o posicionamento feminista se insere de forma mais fluida na academia, desenvolvendo articulações e reflexões sobre a materialidade das opressões. Mulheres em movimento em diversas partes do mundo também reconheciam a

conexão entre a exploração das mulheres e a importância da luta pelos territórios. Desta forma, não há uma hierarquia entre prática e teoria, entre movimento de base e intelectualidade acadêmica, já que uma das principais características do ecofeminismo é a práxis (KUHLEN, *et al.*, 2021). Sendo possível assim, identificar uma tensão entre prática e ativismo que configura o campo social ecofeminista.

Outra questão que se evidencia nos trabalhos é o conflito entre um feminismo branco hegemônico e homogeneizante e os feminismos diversos, uma colonialidade da razão feminista (DA SILVA, 2020). Está em pauta um conjunto de práticas que universalizam as mulheres, sem problematizar e nem identificar questões de raça, classe, religião, sexualidade, dentre outros marcadores possíveis, como vimos nos gráficos anteriormente apresentados. Temática em total alinhamento do a problematização apresentada nesta revisão. Para (DA SILVA, 2020) a colonialidade de gênero vai impactar diretamente as mulheres racializadas, assim como as brancas mestiças, em nome de um feminismo branco burguês, o que vem sendo denunciado pelas intelectuais feministas da América Latina, do Caribe e da África. Estas mulheres vêm propondo a descolonização do feminismo, com o protagonismo das mulheres racializadas, pobres, latino-americanas e outras impactadas diretamente pela colonialidade de gênero.

Caminhando próximo deste conflito, destacamos a disputa entre as questões do Sul Global que são impostas historicamente pelo Norte Global. Neste conflito a manutenção das estruturas de poder, que mantém as relações de exploração, faz com que os mesmos grupos se beneficiem (MELLO, *et al.*, 2020). O Norte global hierarquiza saberes, colocando como superior o conhecimento científico cartesiano, ao mesmo tempo que assenoreiam das condições materiais de produzi-lo, um boicote ao Sul Global (MELLO, *et al.*, 2020). As questões epistemológicas, são reflexo da geopolítica neocolonial de expropriação de riquezas e exploração de sujeitos que são colocados em situação de vulnerabilidade, especialmente mulheres e pessoas racializadas (MELLO, *et al.*, 2020).

A fim de caracterizar os conflitos foram elencadas as principais pautas de luta abordadas em cada trabalho, sendo encontradas mais de uma pauta por trabalho. As pautas foram recortadas do texto e resumidas, desta forma chegamos a palavras

centrais que as caracterizavam. Em seguida, foram agrupadas e apresentadas de acordo com a quantidade de ocorrências, sendo apresentadas na tabela 5.

Tabela 5: Pautas dos conflitos encontrados nos trabalhos da revisão integrativa

PAUTAS	Número de ocorrência
Gênero	18
Estado/Políticas Públicas	13
Ambiente/ agroecologia	12
Poder/decisão/ participação / visibilidade/ subordinação	11
Interseccionalidade/ Racismo/ indígenas interculturalidade	10
Trabalho/ cuidado	10
Violência	10
Educação/conhecimento	9
Gênero e ambiente	9
Cotidiano	8
Movimento social	6
Território	6
Maternidade	5
Cultura/ literatura	5
Geopolítica	5
Corpo	5
Classe	5
Pobreza	4
Sexualidade	4
Colonialidade/ colonialismo	3
Fome	3
Silêncio	3
Transformação social	3
Problemas psicológicos	2
Saúde	2
Religião	2
Direito reprodutivo	2
Moradia	1
Memória	1
Marcha	1
Branquitude	1

Foi apresentada aqui uma divisão inicial das pautas emergentes dos conflitos abordados nos trabalhos, ao final da revisão integrativa elas serão reagrupadas e abordadas com mais precisão. Com intuito de apresentar o processo de elaboração dos grupos de pautas esta tabela cumpre seu propósito. Apontamos diversas pautas trazidas pelas autoras que retratam os conflitos e os sujeitos que os enfrentam.

As questões de gênero sobressaíram como pauta prioritária presente em todos os trabalhos, como esperado. Pautas relacionadas ao Estado e às políticas públicas aparecem mais do que as questões de ambiente, que aparecem a seguir, recebendo destaque para sua importância como pauta prioritária. Os trabalhos pautam a necessidade de poder, decisão, participação, visibilidade e combate à subordinação das mulheres. Interseccionalidade e Interculturalidade se juntam ao debate das questões étnico raciais e debatem como pauta o racismo, um tópico que aborda as pautas das mulheres indígenas, negras e quilombolas.

O trabalho e o cuidado aparecem como pauta, e são enquadrados juntos nesta tabela por estarem entrelaçados nas disputas teóricas feministas, que trazem o cuidado como parte do trabalho das mulheres que é invisibilizado e naturalizado, sem ser valorizado. Loreley (2009) trata da importância de uma revolução do papel feminino no mundo do trabalho, que deve estar junto de uma revolução dos papéis masculinos que mantém a exploração da mulher. A luta contra a violência e as pautas da educação e do conhecimento também foram relevantes.

Realçamos a branquitude que apareceu como pauta pouco relevante, sendo citada apenas uma vez, mas deveria estar mais presente por ser um debate que engloba os agentes que atuam diante do racismo. E, como percebemos quando levantamos os sujeitos opressores, as pessoas brancas e a cor branca da pele, está sempre oculta nos conflitos.

O mesmo exercício de levantamento e categorização foi feito com as estratégias de luta e resistência apresentadas pelas autoras em seus trabalhos. Diversas formas de enfrentamento aos conflitos foram identificadas por trabalho, buscando compreender como os sujeitos se movimentam diante dos opressores e vislumbrar outros caminhos socioambientais possíveis através dos fazeres das mulheres (Tabela 6).

Tabela 6: Estratégias de atuação diante dos conflitos encontrados nos trabalhos da revisão integrativa

ESTRATÉGIAS	Número de ocorrência
Gênero	18
Direitos/estado/ política pública	15
Participação/política/decisão	14
Gênero e ambiente	12
Coletivo	12
Cotidiano (trabalho doméstico, produção de comida)	12
Interseccionalidade/ indígenas/ negras	11
Educação/conhecimento	10
Libertação/ transformação/ construção de outra sociedade	10
Ambiente	10
Arte/literatura/cartilha panfleto	8
Feminismo	7
Violência	7
Trabalho	7
Movimentos sociais	6
Território	5
Comunicação/intercâmbio entre comunidades	5
Cultura	5
Classe	5
Sexualidade	5
Marcha	5
Saúde	5
Luta popular	4
Corpo	4
Religião	4
Descolonização/colonização	4
Imagens/ gráficos e mapas	3
Denúncia	3
Financiamento	1

As estratégias apresentadas foram atravessadas pela necessidade do debate e do enfrentamento às questões de gênero. Estratégias de atuação que buscam intervir nos direitos básicos constituídos e na elaboração e garantia das políticas públicas, formas de comprometimento do estado com as pautas das mulheres e de suas comunidades. Como os quilombolas que têm reconhecimento estatal através de

diferentes ações e políticas públicas que garantem seus direitos diante dos conflitos pela terra (PINHEIRO *et al.*, 2019).

Temos um destaque na busca qualificada por participação e atuação política, para que as mulheres possam exercer seu poder de decisão. A integração entre gênero e ambiente é uma estratégia de luta, o que aponta para o ecofeminismo como meio para resistência, assim como os debates étnico raciais, que amplificam as lutas das mulheres. O trabalho coletivo e a coletividade enquanto manifestação aparecem como habilidade de atuar que fortalecem as mulheres, assim como as marchas, que merecem destaque por conta da temática do estudo que desenvolvemos e sua relevância na luta popular na busca por libertação e construção de outra sociedade.

Para tanto, as autoras e os sujeitos de pesquisa apontam que o trabalho cotidiano, a lida com a terra, a produção de conhecimento e a educação popular (CALAÇA, *et al.*, 2018) são estratégias relevantes, que aparecem em destaque na tabela 6. Assim como, a despatriarcalização e a descolonização para atuar diante da construção de direitos coletivos e de processos de educação e comunicação para o empoderamento (DAZA, 2019). A descolonização não é apenas uma ferramenta pedagógica ou uma prática de justiça em relação aos povos indígenas e afrodiaspóricos, mas uma reflexão sobre o próprio lugar dos sujeitos (MELLO, *et al.*, 2020).

A justiça ecológica desponta como uma estratégia de atuação nas políticas públicas que busca a participação coletiva dos sujeitos impactados pelos conflitos socioambientais. Ela é um possível caminho para a equidade de gênero, no combate das desigualdades a partir de ações políticas. Com a proposta de mudanças de cunho estrutural através da participação direta dos grupos oprimidos no processo democrático (ANDRADE, 2020). Uma ecologia política feminista com a participação dos estratos sociais vulnerabilizados na tomada de decisão, para que as políticas públicas reconheçam os riscos e impactos socioambientais.

Uma estratégia de resistência apontada por (LORELEY, 2009) é a organização de um time de visionários, poetas, artistas, filósofas, que imaginem o mundo que se quer construir, organizadoras revolucionárias que encarnem relações mais vitais em um sistema de vida sem dominação da mulher e da natureza. Calaça, *et al.* (2018) traz o posicionamento das mulheres do campo e nos convoca às estratégias de

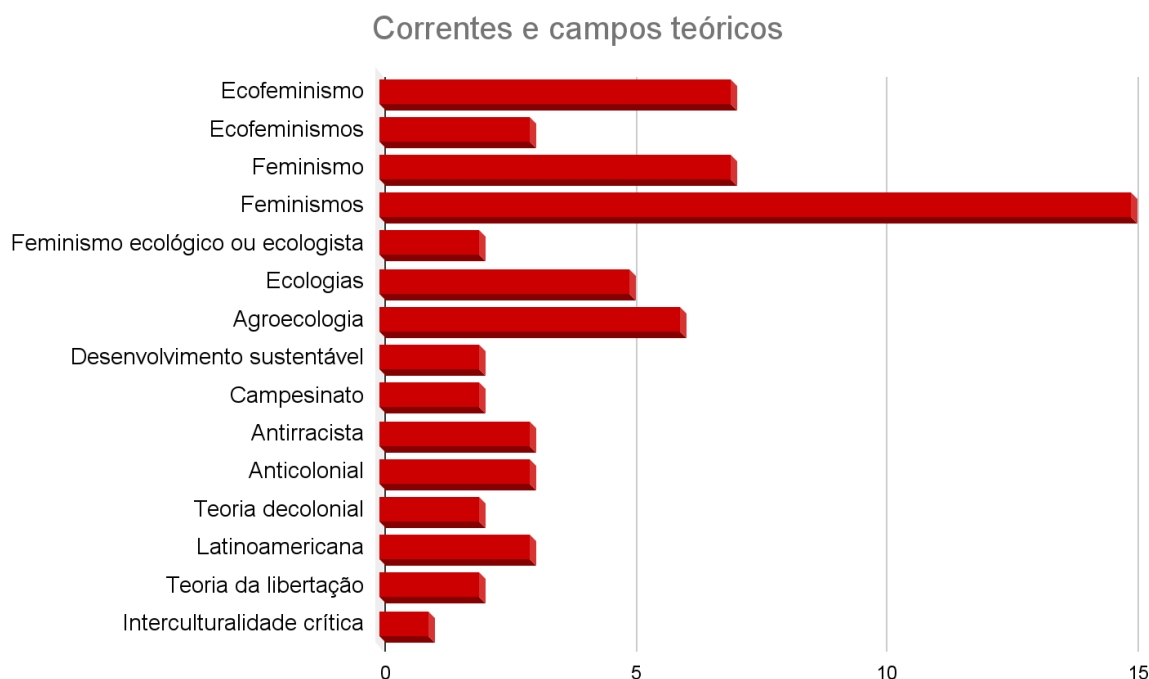
ousadias e rebeldias. As marchas e mobilizações coletivas aparecem como estratégia de resistência, o que se conecta com o presente trabalho. Uma forma de organização e participação das mulheres latino-americanas, que se manifestam e protestam contra projetos e políticas extrativistas (DAZA, 2019).

Através das pautas e estratégias ampliamos a compreensão do campo político dos trabalhos e do contexto onde os ecofeminismos vêm sendo debatidos. Identificamos os principais recursos em disputa (bens naturais) e os sujeitos em resistência (mulheres em sua diversidade), que buscam atuar nas políticas públicas, cobrar os governos e traçar estratégias de participação, organização e mobilização social para atuar diante da luta pela terra e pela vida.

Uma leitura atenta e analítica dos trabalhos foi realizada a fim de identificar as correntes teóricas presentes que orientam cada estudo. Realizamos tal mapeamento para qualificar o campo do Ecofeminismo e mirar com atenção suas nuances teóricas. As correntes presentes em cada artigo foram detalhadas (Tabela 5) e, posteriormente, agrupadas (Figura 16) para visualização dos resultados.

Dentre as correntes teóricas presentes nos trabalhos, destacamos os recortes teóricos do feminismo e do ecofeminismo. Tais campos não foram qualificados de acordo com sua identificação e foram apresentados nos trabalhos apenas como: feminismo ou ecofeminismo. Em outros casos as autoras apontaram suas identidades, como apresentado na tabela 5, como por exemplo: o ecofeminismo crítico, ecofeminismo terceiro-mundista e a teologia ecofeminista, e também o feminismo camponês e popular, feminismo comunitário, feminismo classista. Nestes casos, para fins de agrupamento e percepção do campo, classificamos como ecofeminismo e feminismo os casos sem identificação, e para os casos com identificação, agrupamos sua diversidade e chamamos de feminismos e ecofeminismos, o mesmo foi feito com as ecologias e com a teoria da libertação (Gráfico 13).

Gráfico 13: Gráfico com agrupamento das correntes e campos teóricos



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A presença do Ecofeminismo e do feminismo em muitos trabalhos já era esperada, por conta do recorte de levantamento elaborado, assim como a ecologia. Realçamos um importante enfoque que aparece nos trabalhos para o debate sobre a agroecologia. Este é um campo de muita relevância, pois desponta como um caminho que engloba o ecofeminismo e a luta antirracista, traz a questão ambiental repaginada. Um movimento que agrega pautas e sujeitos, engloba classe, gênero e raça, um debate bem atual, que envolve movimentos sociais, povos tradicionais, quilombolas, indígenas e políticas públicas. (DE MELO, *et al.*, 2020) Ele poderia ter sido englobado no campo das ecologias, o que ampliaria sua representatividade numérica no gráfico e a representatividade da própria ecologia, que fica um pouco atrás quantitativamente do feminismo e do ecofeminismo. Desta forma, os dois juntos chegariam bem perto da presença quantitativa das outras correntes de estudo. Mas não agrupar foi uma escolha para que sua representatividade fosse evidenciada, já que ela ultrapassa até mesmo os outros debates ecológicos reunidos. Além do mais, a agroecologia aparece como um dos principais pilares do feminismo camponês popular, uma teoria e prática política na luta contra o agronegócio, a luta popular travada por camponesas e camponeses contra o capitalismo (CALAÇA, *et al.*, 2018).

Apresentamos a seguir a diversidade dentro dos campos sociais das ecologias, dos feminismos e dos ecofeminismos. Reconhecendo vertentes e identidades (Tabela 7). Cabe ressaltar a consideração apresentada por (PAULILO, 2010), a demanda por um grande esforço de diálogo, compreensão e reflexão diante do pluralismo conquistado pelo feminismo, e também pelos outros campos. Pois todo processo de qualificação pode tornar-se apenas fragmentação e se distanciar da multiplicidade almejada.

Tabela 7: Correntes teóricas encontradas nos estudos levantados.

Correntes e campos teóricos - apresentando as diversidades
<p>Ecofeminismos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ecofeminismo crítico ● ecofeminismo terceiro-mundista ● teologia ecofeminista
<p>Feminismos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● feminismo camponês e popular ● feminismo popular ● feminismo classista ● feminismo socialista ● feminismo radical ● feminismo comunitário ● feminismos de fronteira ● feminismos latinoamericanos ● feminismo decolonial ● feminismos do sul ● feminismos pós-coloniais ● feminismo pós-estruturalista ● feminismos negros ● feminismo mapuche ● feminismo andino
<p>Ecologias</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ecologia política ● justiça ecológica feminista ● ecologia profunda ● movimento ecológico
<p>Teoria da libertação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● teoria da libertação ● teologia da libertação

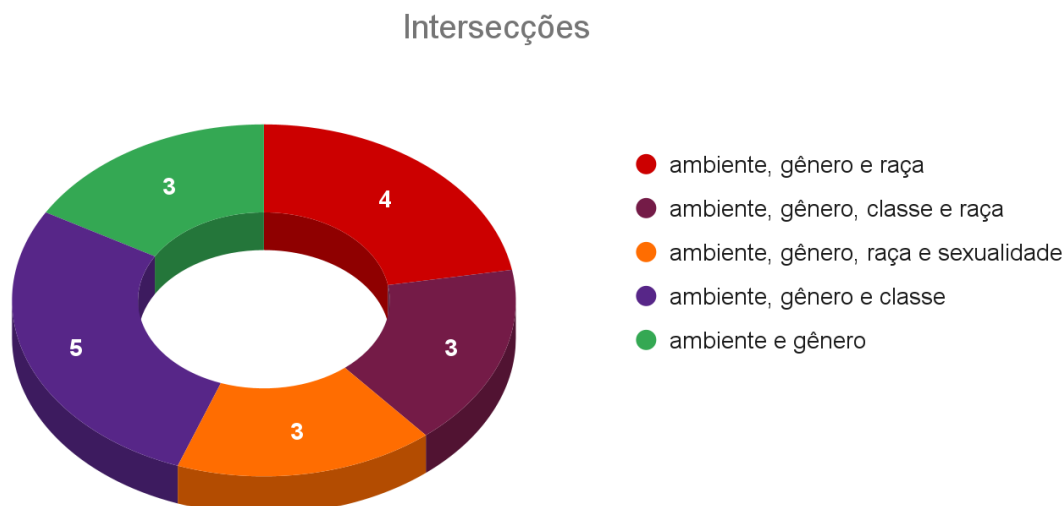
Exibimos assim as diversidades dentro de cada campo, o que mostra a pluralidade dos estudos feministas, ecofeministas e das ecologias. Destacamos, que algumas identidades apresentam as relações entre marcadores de gênero, raça e

classe, através de seus conceitos, como o feminismo camponês popular, o feminismo negro, o feminismo socialista, o ecofeminismo terceiro-mundista. É necessário elucidar que algumas das identidades do feminismo são citadas em um mesmo trabalho, que reconhece a diversidade do campo, além disso, muitos trabalhos apresentam mais de uma corrente teórica. Elucidando como aparece o encontro dos campos, temos como exemplo o Ecofeminismo crítico apresentado no mesmo trabalho que a Interculturalidade crítica (MEDINA ARJONA, 2019), que exemplifica interculturalidade através da questão indígena, além de entrelaçar marcadores de gênero e raça.

Outro trabalho que pontua questões de classe, o faz através dos debates com feminismos de fronteira, feminismos negros e latinoamericanos (NÚÑEZ, 2018). A justiça ecológica feminista atravessa a feminização da pobreza e problematiza uma teoria antirracista, o que a coloca como um campo relevante para o presente estudo (ANDRADE, 2020). Assim como, (MELLO, *et al.*, 2020) que se posiciona diante do feminismo e afirma que suas reflexões devem discutir branquitude e racismo, colonialismo e capitalismo, outros projetos de mundo-existência. Um feminismo e um ecofeminismo neutro, homogêneo e hegemônico, silencia diante das mortes de mulheres negras, pobres, indígenas e trans, se alinhando a um modelo de Estado que invisibiliza tais sujeitos e os coloca à margem das políticas públicas (DUTRA, 2020). Identificamos a presença de feminismos que não reduzem o gênero ao determinismo biológico, que se comprometem com as pessoas inseridas na categoria mulher, sem reduzi-las a presença de algum órgão ou hormônio, trazendo visibilidade para aquelas que sofrem opressão de gênero.

Tais intersecções entre gênero, classe e raça são identificadas em muitos trabalhos. Para pontuar seus entrelaces identificamos em quais trabalhos elas ocorrem e inserimos ainda a questão ambiental, presente em todos e o marcador de sexualidade (Gráfico 14).

Gráfico 14: Intersecções entre gênero, classe e raça, além de sexualidade e ambiente.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

As questões étnico-raciais são debatidas em 10 artigos, já as de classe em 8, de sexualidade aparece em 2 trabalhos e 3 não se aproximam de tais debates. Entendendo que a questão ambiental e de gênero está presente em todos eles. São delimitações que buscaram os temas de destaque abordados nos trabalhos, não que sejam escritos delimitados pela abordagem de categorias de classe ou de gênero ou de raça, mas debates que abarcam os campos teóricos, os sujeitos pertinentes das temáticas que se destacam no trabalho, e não são apenas citadas.

Nos casos onde se entrecruzam marcadores de gênero e classe, os trabalhos apresentam o debate da disputa da centralidade da classe ou a centralidade do gênero, qual dos dois seria primordial para a luta, como no caso do conflito dos movimentos sociais mistos e movimentos sociais de mulheres (PAULILO; SILVA, 2007). Tal estudo aponta que para os movimentos sociais a questão de classe vem antes da de gênero, para algumas correntes teóricas feministas a questão de classe é central, da mesma forma. No feminismo camponês popular do MMC as mulheres buscam uma explicação para o funcionamento da sociedade em situações cotidianas, no fazer coletivo e no movimento de resolução de conflitos do dia a dia, sem necessariamente a primeira politização ser a partir do conceito de classes sociais (PAULILO; SILVA, 2007).

Outros trabalhos que debatem a relação gênero e classe pautam a necessidade de construção de novas relações entre estes dois universos tendo como prioridade o sonho da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Poucos são os trabalhos que debatem os marcadores de gênero, classe e raça juntos, os que o fazem não abordam a questão de raça e etnia com profundidade, sem entrar em um debate sobre racismo e a luta antirracista.

Tal qual observado com a questão da relação entre gênero e classe, nos estudos afrocentrados o marcador racial seria mais importante do que a questão de gênero, para alguns autores. Assim, as mulheres negras vivem a soma das opressões, por sua condição social, gênero e cor da pele. Mas nos trabalhos elencados nesta revisão não conseguimos identificar tal perspectiva como orientadora do referencial teórico de raça, e a profundidade dos debates não chegou a tal ponto, por não abordarem de forma mais ampla as questões do feminismo negro. O que se coloca enquanto uma grande lacuna para o ecofeminismo, trazer para o eixo do seu debate questões de raça/etnia e classe ampliando o debate e trazendo para perto teorias essenciais para a questão ambiental contemporânea.

Outras questões que são apontadas por aparecerem nos estudos ecofeminista são referenciais que abordam o movimento queer, teologia ecofeminista, feminismo radical e o pensamento antisexistista, que combate a lgbtqia+fobia e outras formas de opressão, como o especismo e o capacitismo.

Para pensar a importância da interseccionalidade, entre marcadores de gênero, ambiente, classe, etnia e raça, chamamos Ailton Krenak para a conversa. O autor indígena defende que precisamos encontrar um espaço-tempo em comum diante da diversidade de identidades, reconhecendo que elas operam com diferentes formas de violência. Muitas vezes a resistência fica silenciada e invisibilizada, gerando mais violência. Com a conexão entre os seres e o compartilhamento de muitas humanidades, Ailton Krenak nos propõe buscar um caminho para construção de um horizonte comum (MELLO, *et al.*, 2020). Buscar tal caminho na água, no alimento, no ar. O que nos recorda o pensamento da confluência de Nego Bispo (2020a), referência quilombola, que propõe o encontro dos diferentes para o enfrentamento do desafio comum. Os autores, reconhecem a urgência de atuação diante do avanço da

exploração dos bens comuns, que geram enriquecimento para poucos e destruição das fontes de vida.

Ailton Krenak (2022) nos propõe um futuro ancestral como forma de adiar o fim do mundo. Ele rememora o contato da humanidade com a água, uma proximidade que nos convida para mergulhar no desafio de recriar narrativas de mundo e ativar nossa potência de transcender. Sair da centralidade do humano é um convite que o autor nos faz para escapar da violência do colapso do mundo, que silencia os encantados e dissocia a relação entre as comunidades e delas com a natureza. Para buscar a vida plural dos povos e sair da monocultura dos desejos (KRENAK, 2022).

Este é o ponto de encontro orgânico que justifica a relevância desta revisão, a busca por pontos em comum em trabalhos que vêm sendo escritos nas últimas décadas, em contatos com territórios e sujeitos diversos, retratando conflitos e formas de resistência que se materializam aqui como conhecimento. Se dividem em partículas de dados coletados e se reagrupam enquanto conhecimento coletivo produzido por muitas mentes, corpos, terras e águas que confluem. Confluência se faz com presença, com os limites da diversidade que não são rompidos, nem diminuídos, nem generalizados, nem universalizados e nem homogeneizados. O que não ocorre no encontro destes trabalhos, pois as referências indígenas, negras e quilombolas, não tem uma presença significativa no campo ecofeminista analisado, ainda que estas tenham sido chaves de busca prioritárias.

Para ampliar a compreensão dos posicionamentos epistêmicos políticos que se realizam nos trabalhos no campo do ecofeminismo buscamos identificar os principais referenciais teóricos citados nos trabalhos. Apontamos aqui o nome das principais autoras que se destacaram na análise das referências bibliográficas. São mulheres autoras de referência no campo feminista e ecofeminista em especial, com algumas referências clássicas do ecofeminismo da década de 80 e 90, além de autoras clássicas do feminismo hegemônico. Como a revisão encontrou ênfase em muitos trabalhos sobre e com agricultoras, encontramos muitas referências que tratam de feminismo e campesinato.

Vandana Shiva, foi uma das principais referências elencadas nos trabalhos. A autora é Ph.D. em filosofia e ativista pelo meio ambiente indiana. Shiva e Maria Mies, socióloga alemã, são autoras do livro Ecofeminismo, escrito em 1993. Alicia Puleo,

se destacou em muitos estudos, ela é filósofa feminista argentina radicada na Espanha que desenvolve um pensamento Ecofeminista contemporâneo. Dentre as referências feministas, além de Simone de Beauvoir, aparece de forma significativa a historiadora norte-americana, Joan Scott, que estuda questões de gênero e entende que estas constituem as relações sociais de poder e dominação. Outro destaque é Judith Butler, filósofa dos Estados Unidos, teórica contemporânea do Feminismo e da Teoria Queer. María Luisa Femenías, filósofa feminista e pesquisadora dos estudos de gênero na Argentina, é autora de debates sobre os feminismos na América Latina e aparece em muitos trabalhos como referência. Assim como, Rita Segato, Antropóloga feminista com investigações sobre comunidades latino-americanas, debate as relações de gênero, racismo e colonialidade.

Uma referência que se destaca por ser autora de três trabalhos na presente revisão, além de aparecer como referência em outros trabalhos é Maria Ignez Paulilo, doutora em Antropologia Social, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar e professora universitária na UFSC. Estuda as mulheres rurais e o feminismo que brota no campo. Outra relevante referência é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que aparece como referência teórica, além da presença na autoria de artigos e de sujeitos de investigação em outros trabalhos. Isto se deve ao fato de que parte da atuação das mulheres do MMC se desenvolve no nível acadêmico, além da militância. As mulheres organizam publicações e trazem importantes referenciais teóricos desde o campo dos movimentos sociais, do feminismo e do ecofeminismo.

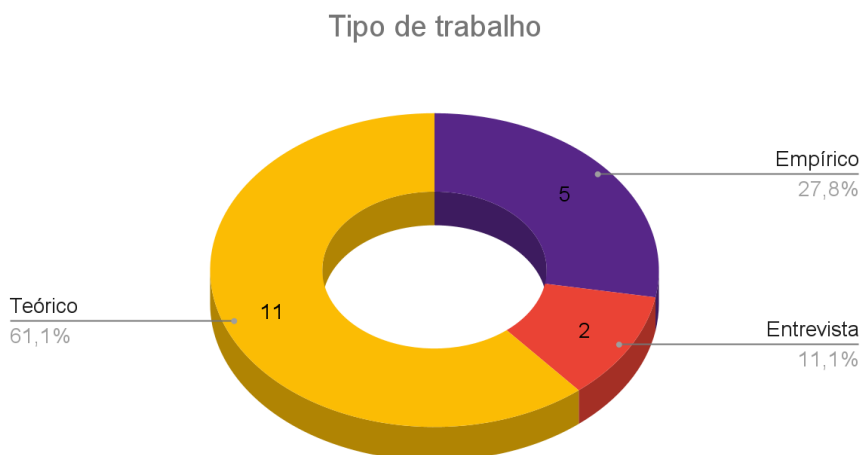
O espaço aberto para autoras indígenas e negras parece ser pequeno, poucas autoras reconhecidas do campo aparecem nos referenciais, outras que não conhecemos podem estar presentes, já que cada país e cada campo de estudos pode estar relacionado com autoras que tem um posicionamento étnico-racial que desconhecemos apenas pela citação no referencial. Ainda assim, encontramos a tímida presença de referências com marcadores étnico-raciais definidos, através de autoras que referenciam Ailton Krenak; Lorena Cabnal, mulher indígena guatemalteca que trata do feminismo comunitário; Julieta Paredes, autora boliviana que aborda também o feminismo comunitário.

Dentre as autoras negra, as citadas foram: Oyèrónké Oyěwùmí é uma pesquisadora oxunista nigeriana e professora de sociologia em uma universidade Norte Americana. A autora aparece nesta revisão por ter um capítulo no livro “Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais” (HOLLANDA, 2020), onde a autora questiona os conceitos ocidentais de gênero a partir da experiência ioruba. Assim como nesta publicação estão citadas as autoras Yuderkys Espinosa Miñoso, dominicana que investiga a experiência histórica feminina na América Latina e Luiza Bairros, importante autora negra brasileira que enfatiza a expressão do feminismo negro. Uma importante representatividade de autoras negras, só que não estão em diálogo com outras teóricas e não aparecem relacionadas diretamente aos estudos ecofeministas ou não são amplamente debatidas no trabalho, só citadas. O que se coloca aqui como um grande potencial. Identificamos também a pouca presença de autoras brasileiras, uma lacuna de conhecimento que precisa ser preenchida.

Apenas apontamos os referenciais que mais aparecem, utilizando o critério de ocorrência. Reconhecemos que nenhuma das autoras dá conta sozinha de ser base referencial para uma pesquisa. Pontuamos que existe a necessidade de um referencial que dialogue diretamente com os saberes dos territórios, com os conhecimentos produzidos pelos sujeitos e seus grupos sociais. O referencial deve ser moldado então ao longo das pesquisas, considerando os conflitos envolvidos e a emergência de epistemologias que precisam ser encontradas. Cada pesquisa tem o desafio de descobrir autorias que germinam das lutas dos territórios

Um dos tópicos relevantes para esta revisão é a tipificação dos trabalhos analisados, buscando reconhecer como eles são elaborados. Classificamos desta forma os trabalhos em empíricos e teóricos, e criamos outra categoria, que despontou ao realizar a delimitação dos estudos, as entrevistas (Gráfico 15).

Gráfico 15: Gráfico com a classificação dos trabalhos pelo tipo de publicação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Apenas cinco trabalhos foram empíricos, com metodologias de relato de experiência, Metodologia Heurística e a Pesquisa-ação, que serão apresentadas a seguir. Dois trabalhos foram categorizados como entrevistas e todos os outros onze trabalhos eram teóricos. O universo de trabalhos teóricos levantados é composto por pesquisa documental (1 artigo), resenha de livro (2 artigos), apresentação de dossiê (1 artigo), além de ensaios teóricos e traduções. Os cinco trabalhos empíricos apresentaram dados de pesquisas realizadas em campo. Através de uma leitura profunda dos trabalhos foi identificada a metodologia de cada estudo a fim de compreender como vem sendo trabalhada a pesquisa com os sujeitos.

Um olhar especial foi lançado para as metodologias dos trabalhos empíricos, para compreender como as autoras se relacionam com os sujeitos da pesquisa. Uma mirada inicial para desenhar como as mulheres entram em diálogo para produzir conhecimento. Apenas 5 trabalhos, em um universo de 18 trabalhos, menos de um terço dos trabalhos, se posicionam em um campo empírico e suas metodologias de campo foram descritas no Gráfico 16. Cabe destacar que alguns trabalhos utilizaram mais de uma metodologia.

Gráfico 16: Identificação das metodologias de campo dos trabalhos empíricos



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

As metodologias que mais apareceram nos trabalhos foram a Pesquisa-ação e as entrevistas. Foram identificadas propostas metodológicas que envolveram a realização de apresentação de relatos de experiência das autoras, pesquisa participante, investigação co-participativa. Encontramos métodos que se baseiam em fontes orais, com a escuta de narradoras, com a realização de rodas de conversa e de aplicação do método biográfico, além da pesquisa heurística.

Os trabalhos empíricos, com realização de metodologias participativas, têm a presença de trechos de falas das mulheres participantes, coletadas em campo. O que nos mostra que na pesquisa de campo, com realização de metodologias que envolvem participantes, suas falas são expostas ao longo do texto, evidenciando sua autoria na produção de conhecimento. Outro ponto relevante é com relação à apresentação das participantes. Na maioria dos trabalhos o nome das participantes aparece junto de suas falas e na apresentação do campo de estudos. Apenas um trabalho usou nomes fictícios para as mulheres que participaram da pesquisa, com nomes fictícios de plantas e flores do cerrado (BORZONE; ALMEIDA, 2019).

Diante de tal levantamento político-metodológico, buscamos dar mais um passo na compreensão de como as autoras se relacionam com as mulheres do campo, buscando mirar quais trabalhos falam com as mulheres retratadas e quais falam sobre mulheres e ambiente (Gráfico 17). Um dos trabalhos nos aponta a importância de reconhecer os sujeitos sociais não apenas como objetos de pesquisa,

mas como produtores de conhecimentos tão relevantes quanto os produzidos na academia (DA SILVA, 2020). Os últimos gráficos e pontos de análise tem como intenção descrever este cenário, de forma inicial, e compreender como os estudos ecofeministas se relacionam com os sujeitos dos territórios.

Gráfico 17: Gráfico com o número de trabalhos que têm sujeitos que participam da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Encontramos seis trabalhos que apresentavam os participantes envolvidos na elaboração do conhecimento. Sendo estes: cinco trabalhos empíricos e um teórico. Destaque especial para um trabalho que apresenta uma pesquisa documental onde as mulheres aparecem como sujeito, a partir de suas memórias. O trabalho resgata a presença histórica delas através de documentos com dados secundários. A autora cria um texto onde as mulheres indígenas mapuche do Chile aparecem como protagonistas através dos documentos que ela levanta. Por conta deste trabalho ocorre uma diferença entre a equiparação esperada entre o gráfico do tipo de pesquisa e da presença de participação.

As participantes da pesquisa empírica são: mulheres assentadas da reforma agrária (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST) e quilombolas; Indígenas de uma mesma etnia - as mulheres Krahô; Estudantes universitárias do curso de Ciências da Educação na Bolívia; Movimento das Mulheres Camponesas

(MMC) e Via Campesina (camponesas organizadas); Camponesas de assentamentos rurais.

Ao dialogar com povos indígenas, o trabalho de Andrade (2008) apresenta uma pesquisa no campo do desenvolvimento sustentável e do etnodesenvolvimento com as mulheres Krahô. A autora enfatiza a relevância da contribuição das mulheres indígenas na elaboração das políticas públicas e coloca em perspectiva maiores opções para um futuro sustentável. Para tanto ela se utiliza da Metodologia Heurística e da Pesquisa-ação. O método de coleta de dados é por meio de entrevistas extensas que têm a forma de diálogos da autora consigo mesma e com as participantes. As entrevistas têm um caráter de conversa informal, com a escuta das conversas, em alguns casos realizou anotações nos cadernos. A autora optou por não apresentar a transcrição de trechos das entrevistas e conversas, sem citação direta no corpo do texto, mas apresenta o posicionamento das mulheres com seus nomes.

Outro trabalho que dialoga com mulheres assentadas é o trabalho de Vilela Borzone e Aparecida de Almeida (2019), com 23 mulheres de cinco assentamentos distintos. As bases teóricas apresentam o feminismo e o campesinato enquanto categoria. O ecofeminismo aparece através do modo de produção ecológico e a agricultura com influência da agroecologia. Aponta para o cuidado das mulheres com a produção para preservar a saúde da sua família. Para realização do estudo empírico foram realizadas entrevistas e a coleta de fontes orais com a escuta de narradoras no trabalho de campo. No texto apresenta trechos das entrevistas ilustrando fatos dos sujeitos de pesquisa, com seus nomes substituídos.

Ainda tratando do diálogo com mulheres camponesas temos o trabalho de Calaça *et al.*, (2018) com referencial situado no Feminismo Camponês e Popular, um feminismo classista das camponesas latino-americanas, formulado por mulheres do campo, da floresta e das águas, integrantes do movimento social MMC. Diante de tal referencial a escolha metodológica é da realização da pesquisa participante e da pesquisa-ação devido à inserção direta das autoras no MMC há mais de quinze anos. No trabalho elas explicam sua inserção no campo e apresentam seus conhecimentos retratando o histórico do MMC e do feminismo camponês e popular.

Relacionando as correntes teóricas com os atravessamentos metodológicos, identificamos que o trabalho de Pinheiro *et al.* (2019) aborda o feminismo comunitário

através do Ecofeminismo, com uma análise sobre a relação que as mulheres estabelecem com seus territórios. A partir do conceito corpo-terra as autoras e mulheres participantes pensam epistemologias que germinam através do engajamento e de suas trajetórias de vida. Como metodologia se utilizam de relatos de experiência, que se conectam bem com a perspectiva do feminismo comunitário, com as mulheres assentadas do MST e quilombolas reunindo experiências de campo vividas pelas pesquisadoras. Nos relatos aparece o nome das mulheres e as autoras citam trechos das falas de forma direta, além de apresentar um diálogo que ocorreu entre as agricultoras.

O trabalho empírico de Daza (2018) que trata do feminismo comunitário é elaborado em espanhol pelo autor e professor boliviano que realiza uma Investigação co-participativa com suas estudantes universitárias no âmbito da disciplina de Sociologia do curso de Ciências da Educação na Bolívia. O autor interliga Feminismo Ecológico, Feminismo Comunitário e a presença de Mulheres Indígenas Latino-americanas em sua abordagem para apresentação do ecofeminismo. Para realização da investigação co-participativa o autor se vale do método biográfico com as estudantes e da realização de roda de conversas. Com o método biográfico elas recuperam histórias e experiências de mulheres indígenas latino-americanas no protagonismo das lutas socioambientais. Com tais dados o autor convoca as participantes da pesquisa para realizar um conversatório chamado “Diásporas do feminismo comunitário e ecológico: Mulheres indígenas na América Latina, sua liderança nas lutas ambientais pelos territórios e natureza”, onde as alunas são palestrantes expondo os resultados dos levantamentos biográficos. O autor debate largamente sua metodologia, aponta com detalhes trechos das falas das alunas sobre as percepções e conclusões do processo de investigação co-participativa, com seus nomes e imagens do cartaz de divulgação do conversatório (Figura 69).

Figura 69: Recorte do cartaz de divulgação do conversatório das estudantes bolivianas.



Fonte: Daza, 2018.

3.3 Recomendações e considerações da revisão integrativa

A apresentação da revisão integrativa traz uma síntese com a explanação das recomendações. Esta é uma revisão que gera partes que se juntam e se integram a partir dos resultados das análises dos trabalhos encontrados. Através dela se sintetizam e catalisam ideias, colocando os trabalhos em diálogo e direcionando uma recomendação. O baixo número de trabalhos encontrados se dá por conta do recorte feito, reconhecemos que a interseccionalidade é uma abordagem recente no ecofeminismo, apesar das discussões de classe, raça e etnia serem muito antigas e contemporâneas ao início das práxis ecofeministas e da primeira onda do feminismo. Tais teorias e discussões sempre estiveram lá, mas não foram acessadas ou referenciadas no âmbito das reflexões acadêmicas dos campos que abordam mulher e ambiente, sendo estes bem amplos, contemplando ciências humanas e sociais.

É possível que o ecofeminismo tenha a presença de debates interseccionais que não estejam contemplados nesta pesquisa por conta do recorte e do formato da revisão integrativa. Reconhecemos desta forma a necessidade de uma mirada mais profunda para os ecofeminismos na busca de rastros e vestígios de teorias negras, indígenas e quilombolas nas suas práxis. Tendo como prioridade trabalhos onde

exista a autoria e referência teórica de mulheres negras, indígenas e quilombolas. Assim como de estudos onde estas apareçam como sujeito, com metodologias participativas, reconhecimento de saberes e integração das demandas dos territórios que se unem na luta contra o patriarcado, o capitalismo e o racismo. Pesquisas que evidenciam a implementação da atuação política das mulheres, através de estratégias de atuação coletivas, como evidenciamos a partir das pautas e estratégias elencadas nesta revisão.

Com relação à publicação de trabalhos identificamos a necessidade de circulação dos artigos pela América Latina, com a presença de textos em português em revista espanhola e de textos em espanhol em revistas brasileiras. A fim de buscar maior integração entre países, com publicações que atinjam outros públicos, fazendo os conhecimentos do Brasil circularem e provocar a ampliação do debate contracolonial que circula pelas veias abertas da América Latina também no Brasil. A Revista *Ártemis* e a Revista *Estudos Feministas* são revistas recomendadas para publicação de trabalhos sobre mulheres e ambiente e também para realização de levantamento de dados e pesquisa sobre ecofeminismo, feminismo ecológico e ecologia política feminista contemporâneos.

Neste sentido, buscamos apresentar os dados de pesquisas realizadas em campo. As metodologias mais presentes foram a Pesquisa-ação e as entrevistas, com narradoras e rodas de conversa, com mulheres que são retratadas nos artigos como quilombolas, camponesas e agricultoras, assim como aquelas que são parte de movimentos sociais, como o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos trabalhadores Sem Terra e o movimento internacional Via Campesina. E, também, mulheres indígenas Krahô e estudantes universitárias do curso de Ciências da Educação na Bolívia.

Um exemplo encontrado na revisão é o texto em que as autoras estão inseridas no campo: Michela Katiuscia Alves dos Santos Calaça; Isaura Isabel Conte; Catiane Cineli (2018) autoras do artigo “Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas”. Elas são militantes do movimento social (MMC) e acadêmicas, integradas à produção de conhecimento e germinando processos de luta pela terra e pela vida que se evidenciam nesta revisão e apontam para uma práxis transformadora. As mulheres do MMC tiveram destaque não apenas por ter um dos trabalhos

analisados, elas foram sujeitos de pesquisa de quatro trabalhos que apareceram nesta revisão, seus textos apareceram como referência em artigos. O que aponta para a importância do Movimento das Mulheres Camponesas ser ouvido, investigado e elencado como prioritário nas pesquisas que visam compreender a relação entre mulheres e o ambiente na interface com movimentos sociais. Além disso, a partir dos referenciais das mulheres camponesas nos sentimos motivadas não só a estudar os quereres das mulheres em marcha, mas investigar e destacar suas “Ousadias e Rebeldias” (CALAÇA, *et al.*, 2018).

Outra experiência que despontou por apresentar uma metodologia inspiradora foi o “Teorías feministas en el aula: una experiencia de formación e investigación con estudiantes de Ciencias de la Educación” do professor boliviano Weimar Giovanni Iño Daza (2018). No artigo o autor realiza uma pesquisa co-participativa com alunas da universidade na Bolívia, onde reencontram narrativas de mulheres e lutas latinoamericanas que não estão nas salas de aula, através do método biográfico. Um trabalho outro que não teve contato direto com os sujeitos no campo, apenas dados secundários, também se mostrou como uma metodologia relevante foi a pesquisa documental “Feminismo de frontera. La construcción de lo femenino en territorios de integración tardía” de Paula Nuñez (2018) traz como as mulheres aparecem como sujeito de pesquisa, a partir de suas memórias. O trabalho resgata a presença histórica delas através de documentos com os quais a autora cria um texto onde as mulheres indígenas mapuche do Chile tem seu protagonismo demarcado.

As entrevistas trazem conhecimentos e conceitos importantes e são marcadas nesta revisão por suas contribuições para o campo, sendo elas: “A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz” (2007) e a mais recente “Rebeca Furtado de Melo: sobre reconhecimento, memória e gratidão” (2020). As entrevistas abrem caminho para autoria de outros sujeitos e este tipo de revisão contempla tal produção, já que algumas revisões se limitam aos artigos.

Encontramos textos que tratam de literatura e evidenciam que a produção ficcional é um formato que ajuda a evidenciar o papel da arte como caminho para abordagem de temas sensíveis e contemporâneos. Com trabalhos sobre a luta das mulheres, a literatura conecta o ecofeminismo com o campo do afeto e da disputa de narrativas. Os trabalhos “Asilo nas Torres: um olhar sobre a ficção científica feminina

no Brasil” e “Um requiem pelas mulheres” identificam que as autoras colocaram no palco a violência contra a mulher com uma preocupação estética e sensibilizadora com abordagens tão relevantes quanto as “científicas”.

As produções artísticas aparecem timidamente, apenas na literatura foi perceptível tal conexão, que fora do meio acadêmico é presente e pulsante. Poucos trabalhos apresentaram imagens e fotografias, sendo praticamente irrelevantes, somente uma aparece nesta revisão ilustrando um trabalho (Figura 69). Poesia também não foi matéria de criação científica nos trabalhos analisados, nem ao menos a escrita livre.

Uma das possibilidades para realização de uma pesquisa com mulheres é a pesquisa com metodologias de campo que envolvam as participantes, que elas tenham as suas falas expostas ao longo do texto, evidenciando sua autoria na produção de conhecimento. Na maioria dos trabalhos o nome das participantes aparece junto de suas falas e na apresentação do campo de estudos, o que situa o conhecimento. Lembrando que a decisão de aparecer ou não o nome das participantes, assim como as informações dadas por elas, deve envolver uma decisão compartilhada em caso de entrevista ou roda de conversas. Identificamos a necessidade de pesquisas com militantes, com mulheres negras, com quilombolas, com mulheres indígenas, sendo elas parte do corpo investigador, como autoras ou parte da pesquisa com quem dialogam os trabalhos.

A nuvem de palavras se mostrou como uma imagem potente para compreensão das temáticas abordadas pelas autoras. Tal organização dos títulos apontou para a representatividade dos conjuntos teóricos. Com ela foi possível elaborar uma síntese deste recorte temporal da revisão integrativa, deixando nítidas as palavras feminismo, ecofeminismo, ambiente, mulheres, territórios, gênero, camponesas, educação, decolonialidade, indígenas, rural, movimento. Esta imagem que reúne os títulos de todos os trabalhos elencados traz luz e sombra para os temas debatidos. A ausência de ênfase em algumas palavras é um dado importante, como o caso da palavra “negras”. Que era uma das chaves de busca, e não recebe destaque na imagem, por conta da sua baixa incidência nos títulos.

Uma ferramenta que se mostrou eficaz foram as tabelas de recorte de pautas e estratégias, com dados delimitados pelas autoras a partir do campo de estudos

investigado. Esse instrumento serve para a compreensão do contexto do campo político dos conflitos. Através da coleta de dados específicos nos documentos se pode traçar um panorama que leva a compreensão do modo e do porquê das lutas pela terra e pela vida, traçando linhas de entendimento sobre os conflitos que ocorrem nos territórios, como é o objetivo deste trabalho.

Para elaboração deste instrumento as principais pautas e estratégias foram sintetizadas a partir do resultado das Tabelas 5 e 6. Este processo se deu pelo nível de ocorrência dos termos, que foram agrupados de acordo com as temáticas afins e foram enquadrados em uma nova tabela. Estas escolhas foram feitas com base no referencial teórico da tese, no Ecofeminismo do sul global e na Ecologia Política Feminista, na Psicossociologia com comunidades e na contracolonização. Temas relevantes apoiaram na escolha das principais pautas e estratégias para que os próximos documentos analisados tenham como base esse instrumento de coleta de dados, como pode ser observado nas tabelas 8 e 9.

Tabela 8: Instrumento para identificação de pautas prioritárias

PAUTAS
Gênero e ambiente
Políticas Públicas, Estado e Geopolítica
Poder, decisão e participação
Gênero, classe, raça e etnia
Educação e conhecimento
Cotidiano e trabalho
Movimentos sociais, Transformação social e Mobilização popular (Marcha)
Cultura
Corpo e território
Colonialidade

Tabela 9: Instrumento para identificação de estratégias de resistência

ESTRATÉGIAS
Gênero, feminismo e ambiente
Políticas Públicas, direitos e Estado
Poder, decisão e participação
Coletivo
Cotidiano e trabalho
Gênero, classe e raça (etnia)
Educação e conhecimento

Uma recomendação que parte desta revisão integrativa é a indicação de referências que possam dar suporte para debates acerca das questões que se desvelam na interface entre mulheres e ambiente. Inicialmente demarcamos os principais artigos recomendados encontrados através das chaves de busca e que podem ser encontrados na Tabela 10.

Tabela 10: Artigos recomendados pela revisão integrativa e seus pontos de destaque.

TRABALHOS	DESTAQUES
"Feminismos não hegemônicos contemporâneos: lutas cotidianas em defesa de territórios corpo-terra" de Patrícia dos Santos Pinheiro; Maysa Luana Silva; Marcela Paz Rodríguez (2019)	Presença nas três chaves de busca e metodologia.
Feminismos, saberes e práticas decoloniais de Francielle Suenia da Silva (2020)	Apareceu em três chaves de busca, sendo esta uma resenha, recomendamos a leitura do livro próprio livro da Heloísa Buarque de Holanda, Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais como referência.
Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas de Michela Katiúscia Alves dos Santos Calaça; Isaura Isabel Conte; Catiane Cineli (2018)	Presente em duas chaves de busca, autoras inseridas no campo e metodologia relevante.
"Ecofeminismo: Múltiplas Versões" de García Loreley (2009)	Importantes reflexões teóricas sobre o campo ecofeminista aparecendo em duas chaves de busca.

Justiça Ecológica e Subalternização Feminina de Camila Damasceno de Andrade (2020)	Base teórica para pensar colonialidade e feminização da pobreza.
Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo (2010) e Que feminismo é esse que nasce na horta? (2017) de Maria Ignez S. Paulilo	A autora que se destacou como referência nesta revisão, por apresentar três trabalhos que corresponderam às chaves de busca e ser citada como referência em outros trabalhos.

Ao criar chaves de busca que visam ampliar o debate sobre Gênero, Classe e Raça dentro do Ecofeminismo encontramos um universo inicial de 31 trabalhos sobre mulheres indígenas, mulheres negras ecofeminismo e ecofeminismo, 27 sobre ecofeminismo e questão étnico racial e 53 sobre ecofeminismo, movimentos sociais e América Latina. Onde a temática de movimentos sociais se destacou numericamente, frente aos marcadores étnico-raciais. O total de trabalhos encontrados, apesar de pequeno, ainda não deu conta de trazer resposta efetiva às chaves, que se limitou em apenas 18 artigos.

Foram análises que contribuíram para compreensão dos ecofeminismos na multiplicidade de suas perspectivas teóricas e metodológicas, a partir da análise das publicações. Apesar de serem poucos trabalhos, eles exibiram conflitos relevantes, com pautas e estratégias que se destacaram e permitiram mirar o que envolve o entrelaçar dos estudos de gênero e ambiente, atravessados pelos marcadores de classe, raça e etnia. Ampliando o conhecimento e impulsionando os próximos passos da pesquisa, deixando nítidas as lacunas e potências do campo, através das análises realizadas e demarcando caminhos possíveis para aprofundar a compreensão das temáticas.

3.4 Ecofeminismos e o enfrentamento à Ecologia da branquitude patriarcal

A luta antirracista aparece de forma pontual e insuficiente na revisão integrativa, não condizendo com o recorte levantado, tendo em vista que foram parte das palavras chave de busca. As fontes teóricas negras e indígenas estavam pouco presentes e não foram colocadas de forma nítida nos trabalhos, nem como um referencial a priori ou uma base do corpo das pesquisas e reflexões. Já as práticas de

tais sujeitos foram pontualmente citadas e estudadas em poucas pesquisas, como os trabalhos de campo que envolveram a participação de mulheres quilombolas e indígenas.

O racismo ambiental ainda não é um tema amplamente debatido na interface das mulheres, ambiente e questões étnico raciais, o que se confirma nessa revisão. Coba (2022, p.66) afirma que na literatura produzida no Brasil existem discussões vigorosas sobre ecologias políticas antirracistas. Mas, reconhecemos nesta revisão que ainda existe um vazio conceitual destes debates na interface com os feminismos e com o campo ecofeminista, que precisa ser preenchido pelo exercício de desvendar as múltiplas desigualdades ambientais.

O ecofeminismo possibilita uma visão ampla das questões sociais e ambientais e suas relações, que se atualizam ao longo do tempo. Neste campo o protagonismo da mulher deve ser mantido no foco na busca pela justiça ambiental. Ferrari (2021) ao estudar o posicionamento público de mulheres Ecofeministas através de seus perfis em redes sociais, buscou compreender como elas abordaram e se abordaram marcadores de gênero, espécie, raça/etnia e classe. A autora identificou que as opressões de gênero foram as mais representativas, por serem mulheres que se reconhecem como feministas. O viés político estava presente no posicionamento ecofeminista das mulheres estudadas, com forte crítica ao modelo capitalista e os problemas ecológicos que surgem a partir daí. O marcador de raça e etnia teve uma presença reduzida, o que foi identificado como uma fragilidade nas abordagens. Tal lacuna é demarcada e reconhecida como uma crítica e alerta para que tais temáticas sejam incluídas pelas ecofeministas (FERREIRA, 2021), corroborando as observações da presente pesquisa.

A relação mulher e ambiente no capitalismo deve ser pensada no seu envolvimento com a forma de operar do patriarcado, acrescentado das interseccionalidades, como nos propunha Lélia González. Oliveira (2020) afirma que Lélia Gonzalez trouxe contribuições muito relevantes para o campo ao reconhecer que existe na nossa sociedade a negação do passado escravocrata, que permanece hoje através do racismo e da hierarquização da sociedade brasileira, que nega a nossa “latinoamefricanidade”. Este é um racismo que se sustenta diante do mito da democracia racial no país e que opera com o branqueamento epistemológico,

ontológico, econômico, político e também ambiental. Uma superioridade que a raça branca julga ter, que estilhaça as demais identidades raciais, negras, indígenas, amarelas e as demais (GONZALEZ 2011).

O mito da democracia racial opera através da negação do outro, da invisibilização da história colonial e da atualização das amarras opressoras. O racismo no Brasil é negado com absurda violência. É tratado como opinião ou ponto de vista, sempre partindo de um respeito generalizante, quando pessoas de boa vontade afirmam que todos somos iguais. Como o debate do feminismo, que é tratado como ideologia de gênero, o racismo é tratado como manifesto político ideológico sem fundamento, até mesmo na academia. A branquitude se baseia na crença de sua superioridade intelectual e em dados genéricos para fundamentar sua ode à democracia racial. Como por exemplo, dados do IBGE que mostram que a maior parte da população é considerada parda, e uma pessoa parda tem sangue branco e também é oprimida, assim como os negros. Artifícios sociais rasos que parecem fantasiosos ao negar a história colonial e ao tratar a todos como oprimidos, mirando subjetividades outras, que não correspondem a marcadores ou estratificações político-sociais. Neste mito, o racismo é visto como uma visão simplista e estreita da sociedade brasileira com suporte de argumentos de miscigenação e pacificação, já que quem denuncia o racismo é visto como violento.

Ao identificarmos que falta uma abordagem étnico racial no ecofeminismo, mesmo com amplos debates sobre o racismo estrutural em nossa sociedade, e identificando a necessidade de que estas temáticas estejam presentes na universidade. Desencobrimos a existência de um viés que permite a invisibilização de teorias, no caso desta homogeneização do ecofeminismo, e chamamos de Ecologia da branquitude patriarcal que atravessa o ecofeminismo, sob a égide do mito da democracia racial.

bell hooks, escreveu a Teoria feminista: da margem ao centro em 1984, livro traduzido para o português somente em 2019. Ao refletir sobre o engajamento político das mulheres negras ela já debatia o porquê da ausência de reflexões críticas sobre classe e raça no movimento feminista, afirmando que isto não era acidental. A perspectiva das mulheres brancas e burguesas foi moldada pelo classicismo e pelo racismo. A questão de classe só começa a ser problematizada com um olhar

preocupado para a relação entre mulheres e pobreza pois aparece como um fantasma a possibilidade da mulher branca e burguesa entrar para o grupo das mulheres pobres. A partir deste ponto o debate pode se fechar nas questões deste grupo social ou se ampliar e atingir sua força, ao debater as questões da exploração econômica das mulheres de diferentes grupos sociais, étnicos e raciais. Sendo assim, para a autora, uma crítica profunda ao capitalismo patriarcal pode ser feita sem que o grupo de mulheres brancas tenha medo e reconheça as opressões de classe e raça. Um movimento libertador deve tornar o feminismo relevante para todas as mulheres e ser catalisador de processos de conscientização para erradicar a ideia de que estruturas hierárquicas devem ser a base das interações humanas (HOOKS, 2019).

Se torna imprescindível compreender os ecofeminismos através de uma horizontalização, que rompa com a Ecologia da branquitude patriarcal. Que se movimente na luta antirracista e atue contra a universalização das mulheres enquanto sujeito coletivo homogêneo. Um processo de busca pela intersecção dos marcadores sociais de diferença, sem estagná-los em identidades fixas (MARCINIK, *et al.*, 2021) O racismo estrutural é amplamente reconhecido nos escritos contemporâneos, como abordado no referencial teórico da pesquisa, assim como já observamos o racismo ambiental e as questões étnico raciais permeando as questões de gênero. Deixo claro que o racismo não se limita à dicotomia da branquitude, mas existem sujeitos ocultos no racismo que precisam ser reconhecidos, debatidos para serem transformados.

A branquitude é este dispositivo, que aciona privilégios em um sistema que se desenvolve a partir das estruturas racistas, onde brancos se beneficiam do trabalho e da existência de pessoas negras, desde a escravidão e de novos processos de estruturação do mercado de trabalho, das políticas públicas e do sistema democrático que não contemplam pessoas negras e indígenas. O que faz com que pessoas brancas não invistam esforços em se posicionar diante das questões raciais (CARNEIRO, 2011).

Reconhecer a branquitude, em sua perspectiva acrítica, a partir dos privilégios adquiridos por pessoas brancas é parte de uma racialização destes, assim como o engajamento em uma luta antirracista. Caso contrário, os movimentos ecofeministas se tornam mais um instrumento da branquitude, mantendo o poder racial intergênero (MARCINIK, *et al.*, 2021). Segundo as autoras Marcinik e Mattos, ao realizar uma

análise interseccional nos feminismos, a branquitude se baseia na ideia de raça enquanto uma construção social onde a centralidade se dá através de fenótipos e estereótipos, legitimando uma supremacia econômica, política, social e também epistemológica. O Ecofeminismo ao não debater o racismo e o antirracismo, ao pouco abordar referências que têm marcadores étnico-raciais, ao não dialogar com mulheres negras, quilombolas e indígenas, se alinha, desta a forma, ao que concebemos como ecologia da branquitude patriarcal. Termo cunhado pela percepção de lacunas analisadas nesta pesquisa, que em diálogo com os referenciais teóricos se completa pela questão dos saberes mulheres não serem considerados no ambientalismo patriarcal.

A palavra antirracismo não faz parte do vocabulário ecológico, e essa ausência não é vista como um problema, como apontado por Malcolm em sua perspectiva de Ecologia decolonial (FERDINAND, 2022). Para romper com o ambiental como forma de dominação é preciso rever sua perspectiva racista, machista e colonial. A crítica de Malcom Ferdinand dialoga diretamente com as críticas à colonização e a perspectiva contra-colonial apresentadas no debate teórico desta pesquisa. Neste momento, retomamos estas bases da crítica à destruição e violência colonial na para fundamentar a Ecologia da branquitude patriarcal. Desta forma, elencamos as insurgências das mulheres diante deste quadro de opressão e sua potência de articulação e atuação para perspectivas ecofeministas críticas.

Ao encontrarmos a Ecologia da branquitude patriarcal a partir de uma análise profunda dos ecofeminismos, reconhecemos suas bases fundantes a perspectiva de poder do patriarcado, no silenciamento das mulheres, nos impactos direcionados à elas nos conflitos socioambientais e na invisibilização de suas conquistas. Tendo em vista que a destruição dos ecossistemas está intimamente ligada às dominações coloniais e pós-coloniais, assim como às questões de justiça ambiental (FERDINAND, 2022). Sendo assim, consideramos que a ecologia não é um assunto de homens brancos europeus. Para perturbar tal ideia clássica ambientalista trazemos à crítica à Ecologia da branquitude patriarcal, que precisa ser mirada com atenção nos palcos dos discursos e práticas ambientais.

Geni Núñez Longhini (2022) apresenta perspectivas sobre branquitude e colonização, a partir de uma metodologia e epistemologia do seu povo Guarani. A

autora afirma que nos estudos étnico raciais e no debate do racismo os povos indígenas não costumam ter suas especificidades visibilizadas. Havendo um absoluto esquecimento das questões indígenas quando se debatem temas relevantes como a branquitude e o racismo, que caminham comumente na dicotomia brancos x negro. Desenhando um cenário brasileiro resumido ao racismo anti-negro, sendo que, segundo a autora, o debate poderia ser fortalecido se fosse reconhecida a perspectiva indígenas dentro dos estudos sobre branquitude.

A Ecologia da branquitude patriarcal fica mais nítida quando relacionada aos conhecimentos indígenas, que não criam separação da sociedade e natureza. E que compreendem que a exploração da terra está conectada à exploração dos seres humanos, como aparece nos debates ecológicos desta pesquisa. A pesquisadora (LONGHINI, 2022) mira como a branquitude opera através da imposição do modo de vida do colonizador, que vem junto com a exploração capitalista, que é racializada.

A invisibilidade dos privilégios da branquitude se destaca quando a perspectiva dos indígenas entra em cena. Pois o contraste do racismo através branco e negro é forte. Mas um branco ao lado de um indígena não traz esse contraste, sendo este mais um dos privilégios que sustenta a invisibilização do racismo contra indígenas nos debates étnico raciais, como verificado na revisão integrativa. O discurso da branquitude para Geni Núñez (LONGHINI, 2022) fica implícito quando se trata de pessoas indígenas, ignorando a luta que os povos indígenas travam contra os brancos e a branquitude há mais de 500 anos.

Branquitude é um efeito colonial que busca manter e atualizar os benefícios oriundos da escravização e é também uma posição racial de dominação que busca submeter humanos e não humanos (demais animais, florestas, rios, etc) ao seu projeto colonial de sociedade (LONGHINI, 2022. p.99).

Reconhecendo que branquitude e colonização são sistemas de poder e de hierarquia, que estão para muito além da genética e da cor da pele "A perspectiva guarani não busca, portanto, afunilar quem conta como pessoa, mas ampliar a dignidade de existência a todos os seres" (LONGHINI, 2022, p.101). A branquitude está ligada às desigualdades estruturais, como o acesso à saúde e o não respeito ao direito ao território ancestral dos povos indígenas. Os eixos que estruturam o privilégio dos brancos se centralizam na noção de propriedade privada, a imposição dos diferentes

marcos temporais coloniais e a tentativa de dominação e exploração de seres humanos e não humanos (LONGHINI, 2022).

O ecofeminismo pode caminhar para a compreensão de que existem pontos de partida desiguais entre as mulheres, e reconhecer que os diferenciais são os marcadores de gênero, classe e raça/etnia, considerando pessoas negras e indígenas. Questões que geram disputas internas e pedem reposicionamentos com ações de atualização para que a diversidade seja contemplada e uma sociedade mais justa seja construída. Denunciando o racismo e o genocídio da população negra e indígena, recusando perspectivas individualistas e rompendo com amarras do passado colonial. É necessário um ambientalismo que contemple a ancestralidade e os encantados, inspirado nas raízes afro-indígenas.

O ambientalismo branco é uma praga. Faz com que os olhares se voltem para o fogo, esquecendo de mostrar de onde surgiu a faísca. Faz com que a população se distraia com questões que são minimamente relevantes, mas são apenas a consequência de um sistema necropolítico. A sociedade fica perdida em problemáticas de poluição, sustentabilidade e natureza intocada, que quase a impedem de ver e entender as questões políticas e econômicas envolvidas. Ao ignorar as relações de poder que imperam a séculos, acreditam em ações individuais, tanto como causadoras dos males ambientais quanto resolutivas. Sempre envolvendo um sujeito neutro que solucionará os males, mas com um culpado bem demarcado como preto, indígena, mulher, pobre, favelado ou terceiro mundista.

No sentido de criar forças transformadoras, para contestar a Ecologia da branquitude patriarcal, a partir dos resultados aqui apontados, miramos construções possíveis que não se esgotam em suas denominações, sendo elas um Ecofeminismo que dialogue com a América Ladina. A América Ladina é uma perspectiva que reconhece a opressão racial, étnica e a exploração de classe, pensando de forma relacional tais marcadores de forma inovadora ampliando as abordagens interseccionais ao englobar a América Latina, Caribe e a África (OLIVEIRA, 2020). Amefricanizar os ecofeminismos, assim como Lélia Gonzalez propunha amefricanizar o feminismo (OLIVEIRA, 2020), para que nele sejam incluídas experiências das mulheres negras em diáspora, das quilombolas, das mulheres indígenas que resistiram e resistem ao colonialismo e ao neocolonialismo, indo contra uma

preponderante teoria branca e eurocêntrica, transpondo barreiras geográficas, culturais e epistemológicas, afrocentrando e indigenizando os ecofeminismos. Um posicionamento que não visa apenas intervir nos modos de vida e política das mulheres, mas aprender possibilidades de resistência, de existência e de re-existência com elas para uma sociedade mais justa, igualitária e liberta.

A disputa teórica provocada a partir da revisão integrativa dos possíveis recortes dos ecofeminismos é para que grupos sociais sejam ouvidos e seus saberes estejam presentes na academia e nas práticas ecofeministas. Uma busca por trazer pautas e ampliar práticas do movimento que engloba as necessidades concretas de sujeitos que são colocados à margem da sociedade, sem o direito de vida.

Como podemos observar no atual relatório parcial da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022), que retrata os conflitos no campo no Brasil e identificou a existência de 601 episódios de conflitos por terra, apenas no primeiro semestre. Mantendo a média de 2019, quando o total de conflitos pela terra foi de 1.206 em um ano, uma média alta quando comparado aos nove anos anteriores (2010 - 2018) que tiveram uma média aproximada de 850 conflitos por ano (CPT, 2019). Nestes conflitos de 2022 os principais atingidos foram os povos indígenas (34,66%), seguidos por quilombolas (23,1%), sem-terras (12,45%), posseiras e posseiros (10,83%) e assentadas e assentados (8,3%). São esses sujeitos que o ecofeminismo precisa escutar e se posicionar lado a lado, eles estão à frente das lutas socioambientais, o que confirma os dados levantados por esta pesquisa. E os registros de violência contra as mulheres apresentam altos índices que envolvem ameaça de morte, intimidação e tentativa de assassinato. Como causadores dos conflitos violentos, o relatório aponta o Governo Federal, regido por Jair Bolsonaro (27%), Fazendeiros (19%), Grileiros (12%), Empresários (11%), Madeireiros (5%) e outros (26%), quadro que também desenhamos ao longo dos estudos. Em um país onde ainda existe trabalho análogo à escravidão nos campos de eucalipto, de produção de carvão vegetal, de cana de açúcar e soja, o direito à vida ainda é algo a ser conquistado (CPT, 2022).

Não nos cabe mais “lavar os copos, contar os corpos e sorrir a essa morna rebeldia” como canta o músico Criolo²³. Pois “não estamos conseguindo contar os corpos” (SUMAÚMA, 2023). Durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro,

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wj5BUyk-l24>

o número de mortes de crianças com menos de 5 anos por causas evitáveis aumentou 29% no território Yanomami. 570 pequenos indígenas morreram nos últimos quatro anos por doenças que têm tratamento, uma catástrofe humanitária, segundo Eliane Brum (SUMAÚMA, 2023). O povo Yanomami vem sendo diretamente atingido pela realização de mineração por mais de 20 mil garimpeiros em suas terras. Fato que ao longo da escrita desta pesquisa se aprofundou e se tornou um dos principais problemas que o Governo Lula enfrentou assim que tomou posse.

Esta revisão se junta à luta das mulheres e de suas comunidades, para ampliar a mirada nas nuances que dizem respeito a diversidade de impactos causados pelo governo genocida, pela bancada BBB no congresso que assumem o poder como se representassem o povo, mas defendem empreendimentos exploratórios de minérios, de madeira, de água, que levam vidas enquanto extraem commodities. A pluralidade de vozes que buscamos pleitear através do ecofeminismo é parte da compreensão de que as marchas são espaços de luta e de nutrição de uma força que extrapola os corpos-territórios mulheres que marcham e chega até seus territórios, movimentos potentes que geram energia para as lutas coletivas que elas carregam.



CAPÍTULO 4
ANÁLISE DOCUMENTAL COM O EMPREGO DA
ABORDAGEM DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

4 ANÁLISE DOCUMENTAL COM O EMPREGO DA ABORDAGEM DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

O contexto político das Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas é apresentado neste capítulo a partir de dados históricos através de uma estética política que narra vivências das mulheres que compõem a marcha. A fim de aprofundar a compreensão acerca dos movimentos sociais de mulheres, realizamos uma pesquisa documental de cunho histórico, a partir da reconstrução dos fatos acontecidos nas marchas de 2019 em Brasília. Através das informações elencadas realizamos a análise de conteúdo, ampliando a compreensão dos dados presentes nos documentos, agrupando-os e decodificando as mensagens ali presentes. Através de tais procedimentos encontramos unidades de conteúdo que orientaram a experiência do campo de pesquisa, foram definidas no diálogo entre dados empíricos e referencial teórico. As unidades de conteúdo vão sustentar a pesquisa e exibir atos e perspectivas presentes nas Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas. Desta forma, neste capítulo apresentamos os resultados da conexão de dados em torno dos movimentos do processo psicossocial presente nas marchas.

Compreendemos que as vozes das mulheres ecoam em manifestações coletivas (SVAMPA, 2019), remontar tais processos históricos amplia a compreensão de atos pessoais e coletivos daquelas que são protagonistas e pioneiras na denúncia dos impactos socioambientais negativos do neoextrativismo. Através de suas lutas territoriais e construção de resistências nacionais e internacionais, a luta se corporifica nas mulheres, questionando o patriarcado, a exploração da natureza e o sistema capitalista enquanto forma de gestão hegemônica das sociedades.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) coordena a Marcha das Margaridas, junto com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras. A Contag foi fundada na década de 60 e desde então luta pela garantia, manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais. A confederação afirma ser a primeira entidade sindical camponesa nacional reconhecida legalmente, que reúne movimentos históricos, iniciados na luta dos povos originários, dos quilombolas, das Ligas Camponesas e outros movimentos revolucionários. A Marcha das Margaridas é

uma das suas ações políticas de massa que considera recortes de gênero, geração, raça e etnia. Uma forma de avançar na luta por direitos através de proposições, pressões e negociações que valorizam os sujeitos políticos do movimento e buscam a transformação social (CONTAG, 2023a).

Já a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é uma instância de articulação e referência nacional do movimento indígena no Brasil. Formada pela COIAB, APOINME, ATY GUASU, ARPINSUL, ARPIN SUDESTE, Comissão GUARANI YVYRUPA e o Conselho do povo Terena. Criada no Acampamento Terra Livre de 2005, a APIB busca tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar ao Estado brasileiro suas demandas históricas. Ela é criada de baixo para cima e tem como propósito a união dos povos, a articulação entre diferentes regiões e organizações, e mobilizar os indígenas contra as agressões e retiradas de direitos (APIB, 2023). A APIB foi uma das principais organizadoras da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, somada a outras organizações de grande relevância. Atualmente a Marcha conta com a articulação da ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade, criada em 2021, que reúne Mulheres Indígenas de todos os biomas do Brasil, e fomenta mobilizações pela garantia dos direitos indígenas e a vida de seus povos (ANMIGA, 2023a).

Observando os antecedentes da Marcha, identificamos alguns marcos que ampliam a compreensão da formação a longo prazo, cíclica e constante do movimento destas mulheres. A primeira plenária nacional das mulheres indígenas aconteceu em 2016 no XII Acampamento Terra Livre (ATL). Houve um espaço na programação para o projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, um marco histórico de demarcação de espaço de fala com o reconhecimento do protagonismo das mulheres nas lutas do Movimento Indígena. Onde foram discutidos assuntos pertinentes às mulheres indígenas que seriam levados para assembleia do ATL enquanto uma Pauta Nacional de Mulheres Indígenas (LIMA; GITAHY, 2019). A segunda Plenária das Mulheres Indígenas já aconteceu no ATL seguinte, em 2017. Diversas plenárias de mulheres foram realizadas também em 2018, impulsionando a deliberação da criação da Marcha das Mulheres Indígenas no ATL de 2019 em Brasília. Tal deliberação ocorreu através da construção de espaços orgânicos de atuação das mulheres indígenas no Acampamento, elas levaram pautas essenciais para o centro do debate do movimento indígena (ANMIGA, 2023b).

Então essa é uma luta muito grande, em um contexto que vem há muito tempo sendo de muita resistência e que muitas das vezes nos deixam um pouco de lado, quando temos algumas organizações que não reconhecem ou que não veem as mulheres indígenas dessa forma positiva dentro do próprio movimento indígena (TAUREPANG *apud* CPP, 2019).

A luta e articulação das mulheres antecede a Marcha das Mulheres Indígenas, o ATL, a APIB e a ANMIGA, pois as mulheres indígenas há muito tempo se organizam e pautam suas próprias demandas políticas para além do contexto comunitário, adentrando espaços do Estado. Contudo, com a Marcha esse movimento ganha forma e força, articulando movimentos e impulsionando outras ações como candidaturas políticas e criação de associações de mulheres em diversas aldeias pelo Brasil. O movimento social gerado na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, movimenta vozes diversas e dissonantes, confluência de identidades e políticas outras, e assim, pode ser visto como uma força que afronta narrativas e práticas hegemônicas, já que tensiona a cena das mobilizações nacionais a reconhecer que o campo social é interseccional e possui diversas "camadas de subordinação" (CASTILHO; GUIMARÃES, 2021).

Miramos as pautas e estratégias das margaridas e indígenas traçando paralelos entre os dados de cada uma delas, analisando de forma qualitativa tais informações. A análise documental contou com etapas pré-definidas, com base na experiência com a revisão integrativa realizada e com o referencial de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). A busca foi realizada através da seleção de documentos para compor o corpus da pesquisa, sendo estas reportagens e materiais editoriais que saíram nas mídias digitais, compostas por textos e imagens. Para a constituição do corpus foi realizada uma pré-análise, com a prática de leitura flutuante para escolha dos documentos e desta forma ter o material preparado para exploração. Em seguida, foi realizada a coleta de dados nos documentos, através de instrumento específico para tanto. Desta forma, obtivemos o recorte de informações descritivas do corpus de estudo, base para definição do contexto e dos eixos temáticos dentre pautas e estratégias. Concluindo a exploração do material foram feitos os tratamentos dos resultados e as inferências.

Na Análise de Conteúdo realizada sobre as estratégias presentes no corpus, foram delimitadas em cada documento as Unidades de Registro, selecionadas por eixos temáticos anteriormente estabelecidos. Os agrupamentos resultantes de tal

processo são as Unidades de Conteúdo, reunião de informações tratadas com a elaboração de inferências e interpretações, o que culminará na Categorização. A descrição dos dados e as análises finais foram feitas para cada unidade gerando resultados sintéticos do processo de correlação dos dados com a teoria previamente debatida através da revisão integrativa e dos referenciais bibliográficos pertinentes.

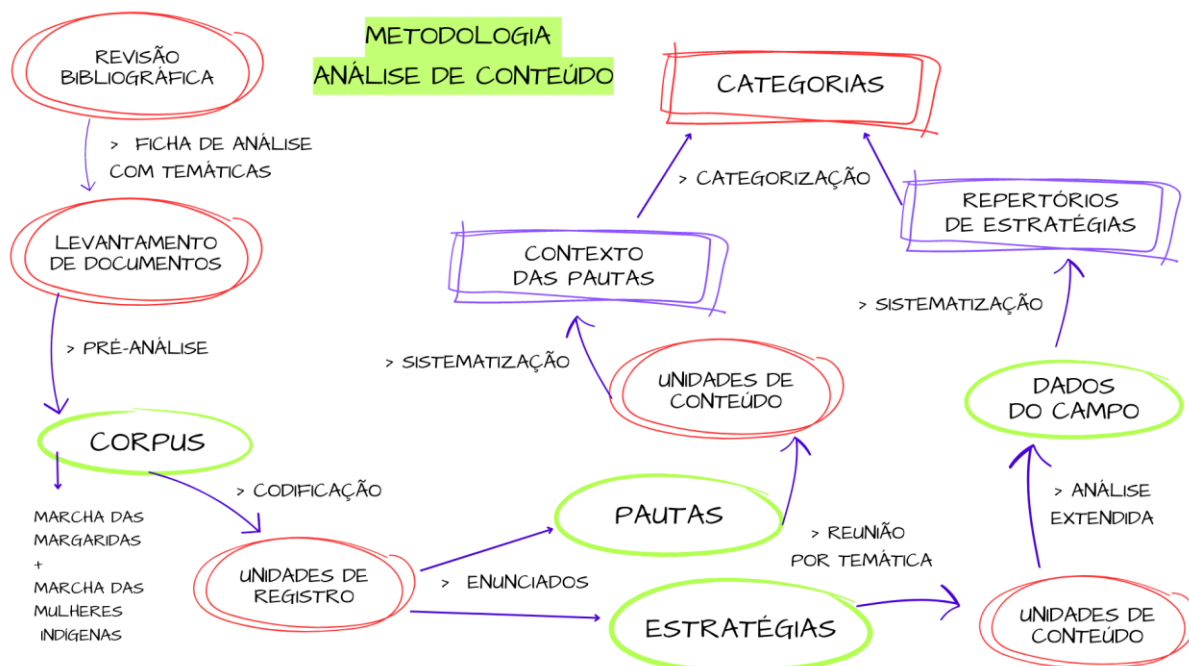
Ao final da análise documental, as unidades de conteúdo, juntamente com os dados da revisão integrativa, foram somados aos dados da pesquisa de campo e permitiram a emergência da categoria de análise, que, por sua vez, é a base materializada do presente trabalho. Deste processo, vão germinar reflexões teóricas para contribuir com o campo da psicossociologia com comunidades, do ecofeminismo, dos movimentos sociais e de outros que estão implicados com a mobilização coletiva de mulheres diante de conflitos socioambientais.

4.1 Apresentação da Análise de Conteúdo

Para Bardin (1977), a Análise de Conteúdo (AC) é um trabalho de detetive, uma busca pela descoberta do conhecimento sobre o assunto estudado presente nos dados que são manipulados. Existe um fazer arqueológico na AC, que busca rastros, traços, marcas de informações que nem sempre estão presentes de forma nítida, precisam ser escavadas, tratadas, manipuladas para que sua presença mesmo que sutil seja interpretada e componha uma narrativa histórica de fatos que precisam ser elucidados com detalhes, ampliando suas perspectivas. Uma produção de conhecimento que materializa o campo estudado.

A Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977) fornece informações amplas para o leitor crítico de diversos campos de estudos, como a psicologia, a sociologia e a história. A AC permite um distanciamento da leitura dos documentos, ao mesmo tempo que, a partir das análises e sínteses dos dados, a AC possibilita um novo encontro com o material a partir de distintos polos de atração. Uma metodologia com passos bem definidos que pode ser observada no gráfico 18.

Gráfico 18: Mapa mental da organização da metodologia de Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para a realização do levantamento dos dados foi realizada uma garimpagem (PIMENTEL, 2001), que se trata de uma pesquisa em bases de dados ou fontes físicas. Nesta pesquisa, a garimpagem foi realizada no buscador do Google, primeiro com a chave de busca “Marcha das Margaridas 2019” e outra “Marcha das Mulheres Indígenas 2019”. Foram avaliados os resultados das 10 primeiras páginas dos resultados do Google para cada chave de busca, com apresentação de 10 links por página. Sendo elencados inicialmente 100 documentos para cada chave de busca. A garimpagem documental foi realizada no período de agosto de 2019 a agosto de 2020.

Por compreender que documentos importantes poderiam ficar de fora, por não serem contemplados pela pesquisa do Google, foi feita uma complementação. Visando ter dados mais apurados e profundos foram realizadas pesquisas na página da CONTAG e na página da APIB, principais organizadoras das duas marchas, com as mesmas chaves de busca utilizadas no Google.

Foram elencados documentos que estavam disponíveis em plataformas do movimento negro, indígena, camponês, de esquerda, de diferentes associações de diversos estados, feministas, latino-americanos, buscando trazer visões múltiplas.

Desta forma, o corpus do estudo envolve todos os documentos, dentro do corpus de documentos da Marcha das Margaridas e das Mulheres Indígenas.

A pré-análise é uma fase de organização e seleção dos documentos para delimitação do corpus da pesquisa. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977, p. 96). Na definição das regras da realização da pré-análise, recorremos a alguns dos critérios de Bardin (1977) para elaboração do corpus, para garantir a confiabilidade da análise: regra da exaustividade, regra da amostragem, regra da homogeneidade, regra da pertinência.

- Regra da exaustividade – ao definir o campo do corpus deve se conhecer todos os elementos possíveis desse corpus.
- Regra da representatividade – a amostra precisa ser uma parte representativa do todo, composto pelo universo inicial.
- Regra da homogeneidade – os documentos selecionados devem obedecer a critérios de escolha, sendo similares e não singulares.
- Regra de pertinência – a definição dos documentos leva em conta a sua adequação enquanto fonte de informação, para responder ao objetivo da análise.

Para começar esta etapa foi feita uma leitura flutuante, a fim de compreender a composição dos documentos. Foram observados os seguintes dados contidos nos documentos: autoria, textos, imagens e pessoas entrevistadas. Desta forma, foram definidos critérios de inclusão e exclusão do documento no corpus da pesquisa, com base nas regras apresentadas, além de um processo de retomada da questão da investigação e dos objetivos propostos para orientar as escolhas dos documentos.

Através da regra de exaustividade, ampliamos a necessidade de elencar documentos para além do Google, iniciando a busca na página da CONTAG e na página da APIB. Foram selecionados documentos com textos e imagens, de diferentes tamanhos, com distintos conteúdos e informações sobre as marchas. Foi definida uma amostra, já que a totalidade do material representava um número muito grande de dados, inviabilizando uma análise de todos, e com documentos que não se enquadraram em outros critérios de seleção.

Foram descartados materiais que tratavam de marchas que ocorreram em outros anos, já que foram 6 edições da Marcha das Margaridas e no momento da busca já havia sido realizada a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas. Com isso aplicamos a regra da representatividade, selecionando aqueles que faziam sentido diante do universo de dados. Além disso, foram selecionados apenas documentos com informações adensadas, descartando matérias simples, curtas e notas de comunicação com poucos dados, para alcançar mirar as pautas e estratégias das marchas de forma qualitativa. Dessa forma delimitamos a seleção a partir do tamanho do documento, documentos com apenas uma página não foram inseridos. Foram selecionados documentos que se inseriram nas categorias: matéria, entrevista e também outros formatos que se mostraram pertinentes, como: Revista e Plataforma Política, ambas produzidas pelas marchas. Foram excluídos documentos repetidos, como matérias de jornal que saíram em um ou mais meios de comunicação, sendo considerados apenas uma vez.

Quanto à representatividade e à pertinência dos documentos foram elencados documentos com falas das mulheres em marcha. Entendemos que os documentos selecionados para o corpus trouxeram informações diretas sobre a experiência das participantes das marchas. Com o propósito de mirar a pluralidade da confluência entre margaridas e indígenas, entendemos o documento como uma forma de ouvir vozes diversas e colocar a pesquisa em diálogo com essas mulheres. Assim, foi utilizado como critério de inclusão os documentos que apresentam falas e conhecimentos das mulheres indígenas e das margaridas de forma direta. Foram elencados documentos que tinham falas mais diversas visando contemplar diversos movimentos, territórios e corpos. Pensando ecofeminismos plurais, priorizamos documentos com citação de fala direta das mulheres, selecionando aqueles com representatividade de sujeitos de diferentes grupos étnicos raciais e de distintos movimentos sociais.

Já que os sujeitos envolvidos, que foram entrevistados, aparecem delineados no campo político na AC. Muitos documentos apresentam falas de apenas uma enunciativa, no caso da liderança Mazé Moraes, principal responsável pela Marcha das Margaridas e da liderança Sônia Guajajara, a principal responsável pela Marcha das Mulheres Indígenas. Uma só voz não tem como dar conta do que foi o movimento coletivo gerado pelas marchas, o que justifica a necessidade da avaliação dos

documentos a partir de uma regra de multiplicidade de sujeitos representados. Demarcamos assim a exclusão de documentos que trouxeram uma representação das marchas através de uma única voz, já que as próprias marchas defendem a importância da diversidade. Como exceção, temos apenas um documento que é resultado da realização de uma entrevista com uma das organizadoras que já trouxe mais profundidade ao tema.

Respeitando a regra de homogeneidade foi selecionado um número de documentos similar entre aqueles selecionados da Marcha das Margaridas e os da Marcha das Mulheres Indígenas. Com o corpus selecionado, temos um total de 19 documentos da Marcha das Margaridas e 25 da Marcha das Mulheres Indígenas. Com um total de 44 documentos que serão analisados. Temos um corpus representativo com uma amostragem de documentos que representam um registro histórico e material das lutas das mulheres no contexto selecionado.

Após a realização da pré-análise foi feita uma nova exploração no corpus para estabelecer as Unidades de Registro e, desta forma, iniciar o tratamento dos resultados brutos para que eles sejam significativos (BARDIN, 1977). Para esta fase utilizamos o Instrumento de coleta elaborado nesta pesquisa na fase da revisão integrativa da bibliografia, denominada como Ficha de Análise Documental (Tabela 11). Tal instrumento se mostrou satisfatório na fase anterior agregando dados de forma conclusiva, ele foi adaptado a partir da imersão no corpus da análise documental e da definição dos objetivos da AC.

Os temas para recorte e análise dos conteúdos foram tópicos resultantes da análise das pautas e estratégias presentes na revisão bibliográfica. Uma forma de adentrar os documentos do corpus, a partir de um referencial já estabelecido pela literatura. E analisar como vêm sendo tratadas as pautas e estratégias atualmente e seus impactos e perspectivas contemporâneas das lutas das mulheres.

Tabela 11: Ficha de Análise Documental

Ficha de análise documental
Dados gerais
1 - link para acessar o documento
. Nome do documento (título)

. data (antes, durante ou depois da marcha):
. número de páginas:
. fonte (site ou plataforma):
. autoria (pessoa ou movimento):
Estratégias de comunicação
. Formato (entrevista ou matéria)
. Conteúdo: imagens (foto, desenho, cartaz) .poesia, .música
.Citação direta de falas ou indireta
Encontro das marchas
. <i>Confluências</i> .fala sobre a outra marcha? o quê? fala sobre outros movimentos populares?
Temas para recorte dos índices
Pautas
Gênero e ambiente
Políticas Públicas, Estado e Geopolítica
Poder, decisão e participação
Gênero, classe, raça e etnia
Educação e conhecimento
Movimentos sociais, Transformação social e Mobilização popular (Marcha)
Cultura
Corpo e território
Colonialidade
Estratégias
Gênero, feminismo e ambiente
Políticas Públicas, direitos e Estado
Poder, decisão e participação
Coletivo
Cotidiano e trabalho
Gênero, classe e raça (etnia)
Educação e conhecimento

4.1.1 Apresentação do corpus documental

Apresentamos o corpus de pesquisa através de dados específicos sobre os documentos analisados. Através das tabelas a seguir (Tabela 12 e 13) conseguimos mirar de forma detalhada o corpus, com o número que identifica cada documento, contendo seu link de acesso para a página online, o nome do documento, sendo este o título da matéria, a data de publicação, o formato, o número de páginas, a fonte e autoria.

Tabela 12: Tabela com documentos da Marcha das Margaridas.

MARGARIDAS						
Nº e Link	Nome do documento	Data	Formato	Nº de páginas	Fonte	Autoria
1	“Até que todas sejamos livres”: a Marcha das Margaridas e a luta das mulheres do campo	09 Agosto 2019	matéria com entrevistas	8	Agência Alagoas	Texto de Letícia Sobreira
2	“Nós, mulheres, seremos rebeldia e da luta não sairemos”	14-08-2019	matéria	4	Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)	Ingrid Campos - CPP / fotos: Juliana Pesqueira - Proteja Amazônia e Méle Dorneles - ISPN
3	A Revolução é das Mulheres: Margaridas mostram o poder do movimento organizado das trabalhadoras do campo, das águas e das florestas em resistência ao fascismo	sem data	matéria com entrevista	6	SOS CORPO	Fran Ribeiro
4	Brasília vive semana histórica de luta e resistência das mulheres	2019	matéria	6	SOS Corpo	Gabriela Falcão
5	Celebrando duas décadas da Marcha das Margaridas, mulheres do Baixo Sul da Bahia e religiosas do FEACT relembram a	14 de agosto de 2020	matéria	4	Koinonia - presença ecumênica e serviço	Camila Chagas e Natália Blanco

	experiência vivida em 2019					
6	'O MERCADO PRODUZ DOENÇA, E ELAS PRODUZEM VIDA': CONHEÇA AS MULHERES DA MARCHA DAS MARGARIDAS	14 de Agosto de 2019	entrevistas - pergunta: Por que você está na Marcha das Margaridas?	13	The Intercept Brasil	Juliana Gonçalves
7	REVISTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS	novembro 2019	revista	36	CONTAG	Lívia Barreto / Verônica Tozzi / Vilênia Venâncio Porto Aguiar / Barack Fernandes
8	Debates, oficinas plenárias marcam o primeiro dia da Marcha das Margaridas	14 de agosto de 2019	matéria	3	Marcha Mundial das Mulheres	sem autoria
9	Mais de 100 mil na Marcha das Margaridas emocionam Brasília	14 de agosto de 2019	matéria com entrevista	2	Extra Classe	Cristina Ávila
10	Nas milhares de mulheres do campo, das águas e das florestas, Margarida vive! De todos os cantos do Brasil, elas marcham em Brasília por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade	sem data	matéria com entrevista	5	Articulação Nacional de Agroecologia	Angélica Almeida
11	Marcha das Margaridas 2019	antes	agenda de evento	3	Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares	Sem dados
12	Marcha das Margaridas 2019	sem dado	matéria	6	Associação Cristã de Base ACB	sem dado
13	Marcha das Margaridas: Pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns	12/08/2019	matéria com entrevista	4	Fian Brasil, Organização pelo direito humano à alimentação e à nutrição adequadas	Flávia Quirino
14	Mostra de Sabores e Saberes das Margaridas teve	15-08-2019	matéria e entrevista	2	comissão pastoral dos	Por Sandra Silva – Rede de Comunicadores

	diversidade e representatividade de todo o Brasil				pescadores CPP	/as Cáritas Brasileira / Fotos: Tainá Aragão – Cáritas Brasileira
15	MULHERES DA UFMT MARCAM PRESENÇA NA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019	21/08/2019	Matéria	3	sintuf-MT	Matéria Daniel Dino - Assessoria Sintuf-MT
16	A Marcha das Margaridas 2019 se encerra e mostra a força das mulheres organizadas	16/08/2019	matéria	6	Movimento de Organização Comunitária - MOC	Alan Suzart
17	Trabalhadoras rurais fecham Eixo Monumental durante Marcha das Margaridas	14/08/2019	matéria	6	G1 Globo.com	sem dado
18	Você conhece a Marcha das Margaridas?	14 de Agosto de 2019	entrevista	2	Brasil de Fato BA	Jamile Araújo
19	PLATAFORMA POLÍTICA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019	agosto/2019	Plataforma Política	40	CONTAG	Marcha das Margaridas

Tabela 13: Tabela com os documentos da Marcha das Mulheres Indígenas

INDÍGENAS						
Nº e Link	Nome do documento	Data	Formato	Número de páginas	Fonte	Autoria
1	Manifesto da Marcha das Mulheres Indígenas:em defesa do direito ao atendimento diferenciado à saúde	12/ago/2019	matéria	3	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib
2	Do Rio Grande do Sul a Brasília: mulheres indígenas do sul do país chegam para a 1ªMarcha das Mulheres Indígenas	10/ago/2019	matéria	4	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib

<u>3</u>	Mulheres indígenas realizam seminário sobre direitos sociais na Câmara dos Deputados	15/ago/2019	matéria	3	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib
<u>4</u>	Para mulheres indígenas, empoderamento é lutar por seus territórios	15/ago/2019	matéria	4	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apib	Lia Bianchini para Cobertura Colaborativa da Marcha das Mulheres Indígenas
<u>5</u>	"Mulheres indígenas estão organizadas e trazem essa luta da base", afirma pajé Tuxá. Aliando luta por território e autodeterminação, mulheres indígenas marcham em Brasília	09 de Agosto de 2019	matéria com entrevista	2	Brasil de fato	Vanessa Gonzaga
<u>6</u>	"Nós, indígenas, seguimos sendo as inimigas nº 1 deste governo", diz Sônia Guajajara. Na primeira Marcha das Mulheres Indígenas é esperada a reunião de duas mil lideranças indígenas em Brasília.	9 de agosto de 2019	entrevista	6	AzMina	Dayana Natale
<u>7</u>	1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Indígenas, rurais, com apoio de outros movimentos de mulheres e feministas, em manifestação.	sem dado	matéria	6	Articulação Feminista Marcosur	Carla Gisele Batista
<u>8</u>	Elas podem curar o mundo	19 de Agosto de 2019	matéria	7	ISA	Clara Roman ISA
<u>9</u>	Em 1ª marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro O mote é 'Território: nosso corpo, nosso espírito'; Governo autorizou presença da Força Nacional	13.ago. 2019	matéria	4	folha	Júlia Zaremba

10	Igualdade de gênero será pauta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, diz Sônia Guajajara	08 AGOSTO 2019	entrevista Sônia Guajajara	5	fundo Brasil	RAFAEL CISCATI
11	as principais pautas da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas	08/08/2019	matéria	6	Conselho Indígena Missionário - CIMI	SOFIA SCART, COLABORAÇÃO DE NÍVEA MAGNO / MÍDIA NINJA
12	Mulheres indígenas e camponesas se unem para a maior ação feminina da América Latina	8 de agosto de 2019	matéria	8	MST	Natália Loyola de Macedo Da Página do MST
13	Mulheres indígenas lotam Brasília e com muita coragem dão recado à Bolsonaro	13/08/2019	matéria	5	Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef)	Portal CUT
14	Mulheres indígenas são como rios, crescem quando se unem. O movimento de articulação das mulheres indígenas ganha força no Ceará, chamando atenção para questões de gênero e luta de seus povos	6 de set. de 2019	matéria	5	Liga Experimental de Comunicação - Universidade Federal do Ceará	Natali Carvalho
15	"Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira"	28 ABR 2019	entrevista	5	El país Brasil	MARINA ROSSI
16	"O território é nosso corpo, nosso espírito e a luta é de todas nós"	12 Agosto 2019	matéria - cobertura colaborativa	5	Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Fran Ribeiro* - integra o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
17	"Território: nosso corpo, nosso espírito" é tema da 1ª Marcha	8/08/2019	matéria com entrevista	9	Catarinas - Jornalismo com	Vandreza Amarante

	das Mulheres Indígenas				perspectiva de gênero	
18	1ª Marcha das Mulheres Indígenas terá paranaenses	31 jul 2019	Matéria	4	Plural Curitiba	Mauren Luc
19	Em Brasília, mulheres indígenas fazem protesto inédito	13/08/2019	Matéria com entrevista	4	DW Brasil - Deutsche Welle	Nádia Pontes
20	É apenas o início de uma união. A gente marcou Brasília” – As mulheres do Sul do Amazonas e a Primeira Marcha Nacional das Mulheres Indígena	agosto 20, 2019	Matéria	3	Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB	Sem autoria
21	'MACHISMO E HOMOFOBIA SÃO HERANÇAS DA COLONIZAÇÃO', DIZ PRIMEIRA MULHER INDÍGENA A CURSAR DOUTORADO NA UFMG	sem dado	Entrevista direta	3	Agência Patrícia Galvão - site de origem: matéria exclusiva para assinantes O Globo	Clarissa Pains
22	Marcha das Mulheres Indígenas	11/08/2019	Matéria	3	Medium	Vito Eleguá
23	Mulheres indígenas do Estado se preparam para Primeira Marcha Nacional	04/08/2019	Matéria	2	Século diário	sem autoria
24	Mulheres indígenas e Margaridas colorem Brasília com suas lutas	16/08/2019	Matéria	9	CEPAGRO	Carú Dionísio
25	Mulheres indígenas reunidas em Brasília celebram marco histórico	12/08/2019		7	Amazônia Real	Maria Fernanda Ribeiro

4.1.2 Unidades de Registro e o processo de codificação dos documentos

As Unidades de Registro (URs) foram elaboradas de forma qualitativa, assim, uma Unidade de Registro não repete o conteúdo da outra. Um documento pode apresentar uma estratégia - ou pauta - similar à de outros documentos, mas ela entra apenas como uma UR, pois não estamos quantificando as estratégias e sim mirando suas possibilidades. Na seleção de URs a regra de não repetição não se aplica quando miramos as marchas de forma separada. Uma estratégia pode se repetir no agrupamento da Marcha das Margaridas e no agrupamento da Marcha das Mulheres Indígenas, pois mesmo que se repitam, seus significados podem ser distintos, justamente pelo contexto diferente ao qual se referem. Reconhecemos que o contexto das mulheres indígenas e o das margaridas não é necessariamente o mesmo e uma UR não se exclui um por conta da outra. Essa possibilidade fica nítida na forma de apresentação das UR, já que os documentos foram analisados em seus grupamentos de acordo com a marcha à qual pertence e depois reunidos.

Os documentos foram impressos para seleção de mensagens, o corpus foi lido detalhadamente na busca de encontros e desencontros com trechos sobre as temáticas apresentadas (Tabela 11). Desta forma separamos através de recortes e agrupamentos os trechos de acordo com os temas iniciais pré-estabelecidos e cada trecho foi incluído em apenas um eixo temático, criando as URs. Para reunir as URs selecionamos os índices que representavam o significado da mensagem, escolhendo um verbo, substantivo ou adjetivo que definisse a UR.

Codificar é o processo de criação das URs, é o sentido dado ao recorte dos temas nos documentos. Com a marcação dos códigos dentro dos temas, que estão ligados aos problemas de pesquisa. Este é o processo de transformação dos dados brutos através de um movimento de classificação para sustentar o objeto de pesquisa. Sendo assim, a codificação é um processo de decomposição do corpus em URs, para gerar inferências que com a aproximação da teoria vão compor categorias e sustentar a tese. Com a UR podemos ver o macro de onde está a informação que dialoga com a temática, de que estado, de que movimento, em qual página, em qual meio de divulgação. Nesse processo de codificação começamos a encontrar as mensagens explícitas e aquelas não ditas, através de inferências.

4.1.3 Unidades de Conteúdo

As Unidades de Conteúdo (UC) são experimentos para testar a organização das URs a partir da reunião temática e iniciar o caminho da análise dos dados. Um olhar para o corpus a partir da temática selecionada nos levou para uma classificação das URs a partir de temáticas emergentes. As UCs foram desenhadas com as URs, com base no contexto do corpus, a partir da emergência de agrupamentos iniciais que apontam para caminhos de compreensão das estratégias de organização coletiva das mulheres em marcha. São esboços iniciais, que guardam em si as unidades iniciais, mostrando sua base e a referência do conteúdo que a origina, podendo assim começar uma identificação temática que as compõem.

Para tanto as UR foram separadas em tópicos, impressas e reagrupadas. A quantidade de URs levantada foi muito grande, limitando sua apresentação no presente trabalho, que não teria função na composição da tese. Por isso, optamos por não apresentar de forma direta todas as URs, elas serão apresentadas de acordo com a relevância, ao longo destas análises. Poucas UR foram eliminadas na hora da realização da organização em grupos de categorias iniciais, apenas aquelas que se mostravam descontextualizadas e não demonstraram conexão com fazeres práticos e ações das mulheres em marcha.

Para realização desta organização foi considerado o contexto da mensagem emitida, a criação do índice foi feita a partir da marcação da principal palavra de força do trecho. Caso a palavra que resumisse bem o trecho não estivesse bem delimitada ela seria escrita para classificar o trecho de acordo com seu sentido e ideia predominante. A partir daí pequenos agrupamentos foram elaborados e reelaborados, as mensagens de cada UR revisadas para reconhecer em qual grupo elas se adequaram melhor e, assim, delimitamos regras de inclusão e exclusão iniciais, para entender o limite de cada agrupamento.

Nesta reunião das temáticas por índices, as URs dos documentos da Marcha das Margaridas se integraram com as URs da Marcha das Mulheres Indígenas, iniciando o processo de busca por um sentido comum na delimitação futura de categorias. A delimitação interna de cada UR contínua definida a partir dos marcadores pré-estabelecidos que aparecem em código ao final da apresentação de cada UR, assim as mensagens reúnem, mas não se fundem e nem se perdem.

Apresentaremos a inserção das URs no contexto das pautas, no qual os índices começam a definir as Unidades de Conteúdo (UC), palavras curtas que definem o contexto da UR. Já as estratégias foram agrupadas por indicadores, trechos do texto da UR que apresentam a ideia do que está expresso no conteúdo. Com isso, conseguimos ambientar as UCs, desenhando caminhos possíveis e sobrepondo camadas de compreensão. Buscando reconhecer como as temáticas - propostas inicialmente no trabalho de análise - estão fomentando os grupamentos de conteúdos, um processo de ida e volta que fundamenta as bases do debate da tese. Desta forma, conseguimos olhar os fazeres que desenham as marchas, as características que as transfiguram, acompanhadas de conteúdos objetivos que dão forma e juntos são trabalhados no processo de análise.

Com este processo conseguimos mirar a composição de cada UC, desenvolvendo assim a capacidade de articulação delas e seu envolvimento com temáticas essenciais para os campos de estudo do trabalho. A seguir apresentamos a metodologia exposta em diferentes tópicos, separando a Análise de Conteúdo das Pautas e das Estratégias.

4.2 As pautas das Marchas

Na análise documental reconhecemos os documentos apresentados no corpus enquanto parte de um registro histórico. Neste sentido, coletamos dados que apresentam o contexto no qual ocorreram as Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas em 2019, a partir da análise das pautas de luta das mulheres. Tais dados foram elencados e as pautas foram agrupadas para serem apresentadas em diálogo com o contexto socioambiental do Brasil no ano de 2019, palco das marchas.

No ano de 2019 se iniciou o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, o relatório "Sinal de Fumaça Monitor socioambiental"²⁴ narra os retrocessos socioambientais realizados, como:

²⁴ No marco de três anos da eleição de Jair Bolsonaro, o Sinal de Fumaça - Monitor Socioambiental selecionou destaques do desmonte da governança socioambiental e das políticas de redução de desmatamento no Brasil na linha do tempo: Menos 30 anos em 3. A seleção parte de uma base de cerca de 450 conteúdos sistematizados desde outubro de 2018. Desde 2020, o Sinal de Fumaça é uma plataforma bilíngue independente que sistematiza as principais informações relacionadas à crise

Os cortes de orçamento do Ministério do Meio Ambiente, a lei da mordaza e perseguição a servidores do Ibama e do ICMBio, a pressão pela aprovação da tese do Marco Temporal no Superior Tribunal Federal (STF), os ataques ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o apagão nas multas ambientais e a criminalização de ativistas, servidores, indígenas e lideranças comunitárias, se traduziram em recordes históricos de desmatamento, queimadas, grilagem de terras e violência no campo (Sinal de fumaça, 2021. p. 2).

Através da linha do tempo o relatório apresenta as principais medidas que afetaram o campo socioambiental, fizemos uma releitura dos dados e apresentamos eles aqui de forma sintética para ilustrar o contexto das marchas (Gráfico 19).

Gráfico 19: Linha do tempo com apresentação dos retrocessos ambientais no Brasil em 2019, no Governo Bolsonaro.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do relatório Sinal de Fumaça Monitor Socioambiental, 2021.

socioambiental brasileira. A plataforma além de servir como monitor contemporâneo, opera como espaço de preservação de memória e combate à desinformação no que diz respeito aos impactos da gestão do ex-presidente sobre a agenda socioambiental brasileira.

A marcha foi construída ao longo de quatro anos, antes das eleições e da posse do ex-presidente de extrema direita, mas as pautas são definidas ao longo dos processos de luta e se intensificam após os resultados das eleições, quando as mulheres conseguem dimensionar os resultados políticos que enfrentarão nos próximos anos. As marchas se forjam então na urgência do cenário exposto e tais pontos irão aparecer nas pautas de luta. Já que as marchas passam por intensos processos de debates e formação política. Além da realização de densas análises de conjuntura, onde integram o local com o global, a partir da mirada que as mulheres levam de seus territórios para os encontros e reuniões de planejamento das marchas.

O Retrocesso de 30 anos em 3, em especial no âmbito socioambiental, como aponta o gráfico 19, ocorreu através das medidas adotadas pelo governo, junto com a gestão do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que criou agendas prioritárias com o chamado "Centrão" no Congresso Nacional. Onde as leis e políticas sobre regularização fundiária, grilagem e demarcação de terras indígenas foram usadas como barganha para garantir maioria no Congresso e fortalecer bases eleitorais em estados da região Norte e Centro-Oeste (SINAL DE FUMAÇA, 2021).

Para ampliar a compreensão do complexo contexto vivido no ano de 2019, apresentamos dados da 34ª edição do relatório anual da Comissão Pastoral da Terra²⁵: "Conflitos no Campo Brasil 2019" (CPT, 2019). O relatório afirma que 2019 foi o ano divisor de águas, tido como marco histórico forjado com brutal tenacidade, com a ascensão do ódio e da violência contra pobres, negros, indígenas comunidades e povo do campo, com protagonismo do presidente da república, além de outras figuras do poder público (CPT, 2019). A política de Reforma Agrária foi paralisada e os movimentos sociais do campo foram categorizados pelo então presidente como "criminosos e terroristas". Um quadro que facilitou a ascensão de latifundiários, grileiros, madeireiros, garimpeiros e grandes corporações da mineração e do agronegócio.

²⁵ O trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) abrange todo o território nacional e é realizado com autonomia. Ela é uma Pastoral que possui vínculos com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. O relatório anual reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo no Brasil, incluindo um recorte de identificação de raça e etnia, com a apresentação de grupos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais do campo, das águas e das florestas (CPT, 2022).

Em meio a tal cenário a resistência se ampliou e os conflitos se expandiram. Os conflitos são melhor compreendidos através das palavras da pastora Nancy.

O conflito é expressão de inquietude; NÃO é o fator que gera desarmonia, desequilíbrio e morte. Ao contrário, o conflito é justamente o estranhamento, a compreensão e a denúncia das estruturas de segregação e de morte e a afirmação da vida. Pessoas e comunidades que sabem que têm direitos, que sabem que a terra e a água são bens comuns, que sabem que o mundo é pra ser partilhado, que existem limites a serem respeitados e cuidados necessários para refazer a vida. A resposta violenta e desagregadora das elites que concentram terra, riqueza, oportunidades e poder quer negar esta capacidade e direito das maiorias pobres a des-naturalizar a pobreza e a desigualdade. Nesse momento, o conflito criativo e libertador é configurado como subversão e legítima a violência contra os pobres, a terra e a resistência (CPT, 2019. p. 167).

Através das análises de dados a CPT identifica uma transformação estratégica da luta dos povos em 2019, que se desloca das ações de retomadas, ocupações e acampamentos e passam a se concretizar através de manifestações. O ano de 2019 contou com o maior número de ações de protesto e reivindicações da década analisada, com um total de 1.301 atos, com a participação de 243.712 pessoas, onde se incluem as marchas analisadas na presente tese, o que destaca a relevância do estudo e a contemporaneidade da questão levantada, atos emergentes em um contexto histórico conflitivo específico.

Sônia Guajajara, liderança indígena e atual ministra dos povos indígenas, afirmou que com a posse de Jair Bolsonaro à presidência, em janeiro de 2019, os povos indígenas sofreram uma intensa ofensiva contra seus direitos. O discurso anti-indígena do ex-presidente seguiu do primeiro ao último dia de governo, se materializando em ataques diretos à política indigenista. Um governo com grande influência do agronegócio sobre a demarcação de terras indígenas, o que foi uma estratégia para a não demarcação de territórios, com a estagnação de processos em andamento e tentativas de reverter demarcações concretizadas, cumprindo a promessa do presidente de não demarcar nenhuma terra para os povos indígenas (CPT, 2019). O que se refletiu nos 244 conflitos envolvendo indígenas, elencados pela CPT em 2019, envolvendo diretamente a luta pelo território.

Em maio de 2019, por exemplo, já havia sido realizada a denúncia da presença de mais de 20 mil garimpeiros na Terra Indígena Yanomami. Relatando a construção de vilas com casas de madeira, balsas e pistas de pouso, com a ocupação de quatro

rios da região, que foram contaminados com mercúrio. As lideranças Yanomami solicitaram providências ao governo, e nenhuma medida foi tomada. Posteriormente, já em 2023, com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, o caso foi o primeiro ato grandioso do novo governo, que agiu de forma efetiva diante do genocídio que foi determinado aos Yanomami ao longo dos quatro anos de governo. Esse foi um dos casos dentro de um conjunto de violações que impactou a vida dos povos indígenas, práticas de racismo que resultaram em genocídio, etnocídio e ecocídio que são parte da estrutura do Estado Brasileiro e legitimadas pelo ex-presidente e sua equipe (CPT, 2019).

Ao enfrentar o contexto de violência através da ação política, as mulheres engendram a aparição de novas esferas políticas que rompem com a estrutura tradicional da política estatal. Ao atuar nas institucionalidades públicas geram enfrentamentos com os grupos hegemônicos representados pelas elites locais e os grupos do sistema neoliberal, revelando o Estado patriarcal onde predomina a violência (CPT, 2019). “As mulheres reconfiguram as relações de poder” (CPT, 2019. p. 133). Elas são protagonistas em diversos processos sociais como por exemplo a Reforma Agrária, que através da ação das mulheres ganha novos sentidos.

Para a superação dos problemas das mulheres, um dos passos é o reconhecimento das mulheres camponesas por seus pares, pela sociedade e pelo Estado, superando a supressão dialética que as destrói (CPT, 2019). Parte do reconhecimento das mulheres é encarar os desafios vividos por elas, como podemos observar no relatório da CPT de 2019, onde 102 camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças foram vitimadas por Assassinato (3), Tentativa de Assassinato (3), Ameaça de Morte (47), Prisão (5), Intimidação (15) e outras formas de violência (29), um retrato da violência constante vivida pelas mulheres ao longo deste período.

Deborah Duprat, em fala no evento sobre democracia da Marcha das Margaridas, realizado de forma virtual em 12 de agosto de 2022²⁶, explica o que seria a busca das Margaridas e de tantos outros movimentos pela garantia do Estado Democrático e de Direito, ao tratar da atual erosão da democracia e do Estado de direito que vem sendo promovida pelo atual governante e sua cúpula. O intencional

²⁶ TV CONTAG. Ato Político “Margaridas nas eleições para fazer florescer a Democracia”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GXKeCXzxNiM>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

aprofundamento da política neoliberal, vem sendo instaurado pela desordem administrativa, onde os ministérios se reordenam para negar os direitos que deveriam defender, como o ministério da saúde que foi contra a vacina, o ministério do meio ambiente que flexibiliza a legislação para que a natureza seja destruída e o ministério da mulher que é contra as mulheres.

Para Gohn (2007) os movimentos sociais de mulheres têm a capacidade de reinventar e reorientar o Estado e as políticas públicas, exigindo a superação da submissão do Estado aos interesses econômicos contrários aos interesses sociais do povo. Os movimentos enfrentam os efeitos das políticas neoliberais do país. Tais políticas atuam fragmentando e debilitando os sujeitos. Uma das suas formas de operar é através de uma construção democrática excludente e conservadora, apesar de ter grande participação das mulheres. As mulheres muitas vezes foram incorporadas nos projetos neoliberais através de projetos de geração de renda e de condições mínimas econômicas. Dentro de um modelo econômico que não as contempla, que não inclui as concepções de liberdade, nem o respeito à diversidade, não possibilitando a emancipação das mulheres em suas especificidades, sem acabar com as discriminações e limitações às quais são submetidas (GOHN, 2007).

Dessa forma se constrói a crise do Estado de Direito. Os piores impactos vêm sendo vistos como uma crise da constituição, que sofreu com a emenda 95 que congela os investimentos em saúde e educação por 20 anos e a reforma trabalhista que retira direitos conquistados. A constituição de 1988 é fruto de muita luta e articulação política e vem sendo atacada. Ela tem origem na união das lutas sociais, em meio ao processo de redemocratização do Brasil. No auge da democracia empresarial militar brasileira floresceram diversas organizações sociais muito importantes, como o MST, a UNE, os movimentos sindicais, partidos de esquerda. Estes se encontram na luta por direitos, se organizam pedindo as "diretas já", movimento que não se realiza, mas que pressiona o governo da época a realizar a Assembleia Nacional Constituinte, com participação social. A partir de tal movimento é construída a Constituição de 88, um documento produto de lutas populares e com suas demandas ali demarcadas, com foco na diversidade, na participação, na não violência nas relações entre os diferentes, com previsão de orçamento para reforma agrária e demarca a possibilidade de taxar grandes fortunas.

4.2.1 Unidades de Conteúdo das pautas das Marchas

A criação das temáticas foi guiada pela revisão bibliográfica e pelos objetivos do trabalho. Os temas foram os tópicos descritos nas pautas elencadas a partir da URs. Segundo Bardin, o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (1977, p. 105).

A seguir apresentamos a delimitação das temáticas, organizando quais informações competem a cada uma, formando as UCs. Novos grupos temáticos foram criados para incluir temáticas que não tinham aparecido na revisão bibliográfica, como podemos observar na tabela 14.

Tabela 14: Apresentação dos agrupamentos temáticos das Unidades de Conteúdo

TEMAS	OBSERVAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE CONTEÚDO
Políticas Públicas, Direitos e Estado	Referências aos processos de conquistas de direitos e políticas públicas, além de mecanismos de gestão pública do Estado.
Poder, decisão e participação	Considerações sobre empoderamento e organização, que expõem a relevância do papel social da mulher, sua atuação política, envolvendo luta, liderança e compromisso.
Gênero, Classe, Raça e Etnia	Ampliação da compreensão da pluralidade das mulheres.
Corpo-Território	Relações sociais, políticas e ambientais das mulheres com a terra.
Gênero e Ambiente	Questões ambientais relacionadas com as mulheres

As Pautas são a estrutura da luta, os temas de conflito, são parte das forças que fazem com que as mulheres se organizem em torno delas. Pauta é resistência, é o que mobiliza. As pautas vão ser analisadas junto com o campo político e serão apresentadas em sua forma múltipla e situada. As pautas são amplas e estão em movimento a cada momento histórico, então a análise destas pautas é o recorte de um momento do país, do ano de 2019, das lutas das mulheres e dos conflitos que vivem as comunidades. Elas são resultado de processos desenrolados nos anos e décadas anteriores, ou até séculos, como o caso das lutas dos povos indígenas. E vão ter como rebatimentos processos que vivemos atualmente no ano de 2023, já que medidas sociais, econômicas, políticas e ambientais tem efeitos a longo prazo e

afetam o povo por um tempo que nem sempre pode ser determinado, mas com causas amplamente sentidas nos tempos atuais.

Apresentamos a seguir as pautas identificadas e seus detalhamentos, como exemplo trazemos trechos dos documentos analisados. Para identificação de origem de cada trecho analisado ao final apresentamos entre parênteses o número do documento, que pode ser encontrado de acordo com a referência em sua tabela específica: MM, Marcha das Margaridas na Tabela 12 e MI, Marcha das Mulheres Indígenas na Tabela 13. Em seguida se apresenta o número da página do documento onde se encontra o trecho. Cada trecho foi situado em seu campo temático correspondente, uma forma de adentrar os documentos e escavar os saberes ali presentes.

Pontuamos que este é apenas um exercício de delimitar um recorte possível a partir dos documentos. Observamos que os documentos, compostos por matérias e entrevistas - entre outros formatos - operam enquanto palco de denúncia direta dos retrocessos e violências que se impõem sobre as mulheres. Apontamos para o que sobressaiu o que ganhou relevo nas notícias sem querer quantificar ou colocar em ordem de grandeza ou importância, apenas relatando problemáticas situadas no tempo e espaço social. Desta forma, demarcamos este espaço de diálogo com as pautas como um processo de exemplificação das principais lutas dos movimentos.

Destarte, fica nítido o nosso limite através da análise ao abordar todas as pautas das Margaridas desenhadas ao longo de quatro anos de reuniões e processos formativos que se apresentam em uma densa Plataforma Política e diversos cadernos formativos com detalhamento de contextos. Ou mesmo as pautas das mulheres indígenas, que se desenham e redesenham ao longo de mais de 500 anos. Reconhecemos essa limitação mais como uma força dos movimentos do que como uma fraqueza da metodologia escolhida, ponderando a importância de mirar pautas a partir de estratégias de escuta das vozes presentes nos documentos que representam parte do movimento, mas não tentam ser uma voz representante da totalidade.

1. Unidades de Conteúdo - Políticas Públicas, Estado e Geopolítica

Contexto político

“A 6ª Marcha foi realizada dentro de um contexto de total falta de diálogo entre o movimento das trabalhadoras e o governo federal” (3 MM p.3)

“Sem abertura para a participação popular nessa atual conjuntura” (3 MM p.3)

“Desigualdade social promovida pelo modelo neoliberal” (3 MM p.3)

“E eu quero ressaltar que as pessoas que estão no poder são coniventes com os crimes da ditadura, com as torturas, com as violências, e eles defendem esse governo” (3 MM p.4)

Educação

“Por uma educação pública, gratuita, laica, não sexista, antirracista e de qualidade, para todas e todos. Lutamos pelo direito à educação do campo e no campo. Defendemos uma educação para os direitos humanos, para o acesso e a produção do conhecimento científico e do saber popular em sua diversidade e pluralidade” (19 MM, p.12)

Contra a Reforma da Previdência

“Contra a desconstitucionalização e capitalização da previdência, bem como qualquer proposta de reforma da previdência que venha retirar direitos da classe trabalhadora, e que comprometa a seguridade social e o regime de repartição social.” (19 MM, p.12)

Direito ao voto e à candidatura de mulheres

“No caso das mulheres, os direitos sociais foram conquistas marcadas por lutas de reconhecimento ainda recente. No breve histórico brasileiro, fomos consideradas cidadãs 65 anos antes da Proclamação da República, mas o direito ao voto e a candidatura aconteceram apenas em 1932” (1 MM p.4)

Contra a política de morte

“Basta de sangue indígena, sangue negro, da desqualificação das mulheres.” (9 MM p.1) Fala Maze Moraes

Exploração da mineração

“Contra o governo por suas políticas de flexibilização de agrotóxicos e pelos projetos de Bolsonaro de abrir terras indígenas ou zonas protegidas para a exploração mineira”. (15 MM p.1)

Saúde indígena

“Em defesa política de saúde específica e diferenciada, contra o desmonte do subsistema de saúde, contra a municipalização da saúde indígena e pela saída da coordenadora da saúde da pasta Silvia Nobre Wajãpi” (4 MM p.1)

Contexto geral de saúde

“a Medida Provisória 890, visando instituir o Programa Médicos pelo Brasil, em substituição do Programa Mais Médicos, quando na verdade quer privatizar os serviços oferecidos pelo Sistema Unificado de Saúde (SUS)” (1 MI p.2)

“Na respectiva Medida Provisória, o Governo Bolsonaro também propõe instituir o serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), uma absurda justificativa para abrir a atenção primária como mercado para o setor privado” (1 MI p.2)

“protestando contra o desmonte e a municipalização da saúde indígena e reivindicando a saída da secretária Sônia Nobre, que, de acordo com as mulheres, não as representa.” (24 MI p.3)

Política pública - constituição em contexto

“A Constituição Federal de 1988 reconhece a nossa “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” e os nossos “direitos originários sobre as terras” que tradicionalmente ocupamos. Assegura, por tanto, o nosso direito a políticas públicas específicas e diferenciadas.” (1 MI p.1)

Assassinatos de lideranças

“Os direitos indígenas vêm sendo alvo de diversos ataques no atual governo. As declarações de ódio do presidente eleito motivam ações violentas como as que ocorreu com os Kinikawa e os Wajãpi, que tiveram uma liderança assassinada. O cenário de constantes ameaças nunca mudou para as populações originárias, mas cresceu muito este ano.” (3 MI p.1)

Abertura de terras indígenas para arrendamento

“Joênia Wapichana aproveitou o espaço para alertar sobre o perigo da PEC 187, que será votada na semana que vem e que vai contra o artigo 231 da constituição, abrindo terras indígenas para arrendamento.” (3 MI p.3)

Mineração e assassinato de lideranças

“Bolsonaro tem um histórico de declarações e medidas contra indígenas. Defende mineração em terras indígenas, já questionou o assassinato de um índio no Amapá e tentou transferir da Funai (Fundação Nacional do Índio) para o Ministério da Agricultura a demarcação de terras.” (9 MI p.2)

“Nos últimos dias, garimpeiros invadiram aldeia e mataram o líder indígena Emyra Wajãpi. Tiveram sua ação respaldada pela autoridade máxima do país, que disse não ter havido indício de que Emyra fora realmente assassinado.” (7 MI p.1)

Integracionismo - contexto histórico

“a Constituição Federal rompeu um paradigma antigo que via a questão indígena como uma questão temporal de integração dos índios à sociedade. E ao fazer isso, ela reconheceu o direito desses povos de viverem como povos indígenas e deu a eles direito ao território que habitam”. (13 MI p.3)

Contexto racista

“A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas pelas ruas de Brasília, nesta terça-feira (13), enfrentou as declarações racistas, contrárias à demarcação das terras indígenas e à própria cultura dessas comunidades, e até as ameaças veladas de Jair Bolsonaro (PSL) que, quando ainda era deputado, chegou a dizer: “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios”. “(13 MI p.1)

Contexto de mobilização

“é isso que viemos fazer em Brasília: marcar o nosso passo pra marcar o nosso território”. (24 MI p.2)

2. Unidade de Conteúdo - Poder, decisão e participação*Conservadorismo*

“Estamos nos aproximando do tempo de Margarida Alves, o tempo em que se mata tudo que não é hegemonia.” (2 MM p.3)

“conservadorismo e criminalização da organização política” (4 MM p.5)

Feminicídio

“Tipificação do feminicídio (Lei 13.140/2015), transformando em crime hediondo – com maior reprovação e punição por parte do Estado -, assassinatos de mulheres decorrentes de violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher.” (10 MM p.2)

Saúde

“Na MP 890 existe uma total ausência das instâncias de controle social do SUS, na composição e fiscalização da ADAPS, sem representação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), muito menos dos povos indígenas. No entanto é garantida a participação de entidades privadas” (1 MI p.2)

“Azelinda Inácio quer tratar, em Brasília, sobre o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), um dos principais espaços de participação e controle social da política de assistência às comunidades. “A saúde está um caos e nos preocupamos porque somos mães e avós. Gostaríamos que abrisse um espaço para as mulheres participarem do encontro do Condisi para darmos a nossa opinião. Cadê as mulheres conselheiras e delegadas?”, questionou.” (2 MI p.2-3)

Representação no contexto da Marcha

“Fernanda Papa, gerente de projetos da ONU Mulheres, afirma que o evento foi construído como um movimento autônomo construído pelas mulheres, com mulheres e para mulheres, o que mostra uma capacidade de articulação para a defesa dos direitos sem precedentes na história democrática. “Elas estão ocupando um espaço que não tem volta. Espaços que sempre foram negados e essa visibilidade, que vem do exercício do poder político, foi conquistada”.” (25 MI p4)

“E é assim que ela explica o que move as mulheres indígenas a buscarem o fortalecimento de suas habilidades políticas nos espaços de poder de seus povos.” (4 MI p.2)

3. Unidade de Conteúdo - Gênero, classe, raça e etnia

Luta de classes

“Teóricos clássicos da economia e ciência política há muito já alertavam sobre a história do mundo ser contada a partir da guerra de classes - do conflito entre ricos e pobres, da exploração do outro como fonte de lucro. Nesta perspectiva, e dentro das estruturas patriarcais da sociedade, existe um recorte de vivência ainda muito doloroso: as mulheres trabalhadoras, em especial as do campo” (1 MM p3)

Sufrimento e questões de gênero, raça e etnia

“No atual contexto de retirada dos direitos, às mulheres indígenas, agricultoras e quilombolas precisam estar unidas. Sozinha não podemos resistir. As mulheres são as que mais sofrem no capitalismo porque o machismo entra dentro das aldeias por meio do patriarcado”. (MM6, p.4)

“é importante que os movimentos sociais, os movimentos de luta que hoje atuam no Brasil tenham essa compreensão e incluam nas suas pautas, bandeiras de luta, eixos de atuação, ações que visam não só debater e refletir sobre os processos de violência das mulheres negras, mas sobretudo agir para superar os conflitos e violências sofridas por essas mulheres negras. E, ao pensarem projetos, modelos sustentáveis e igualitários para o país, reconheçam que a questão racial no Brasil é tão fundamental de ser priorizada quanto a luta de classes” (MM10, p.4-5)

“Foi meu primeiro encontro, mas peguei um pouco de experiência de entender como a gente indígena sofre para conseguir as coisas. Também foi bom conhecer as pessoas, os sofrimentos não só das nossas comunidades. Não devemos ter vergonha de quem são e de seus direitos, buscar responsabilidade e a justiça”, (MI19, p.1)

Colonialidade e Machismo

“A cosmovisão indígena, no entanto, foi atravessada pela colonização, que fez se espalhar pelos povos indígenas a ideia capitalista do patriarcado, da superioridade masculina.” (4 MI p.3)

“O machismo nos povos indígenas foi trazido com a colonização” (4 MI p.3)

“O machismo é herança do processo de colonização. Não digo nem que é de matriz colonizadora, mas de “patriz” colonizadora, porque vem do patriarcado. Mas, claro, existem sociedades indígenas patriarcais, e existem sociedades indígenas matriarcais. Só que, mesmo nas patriarcais, as lideranças masculinas esperam para dar as respostas sobre decisões importantes depois de falar com as mulheres. Isso é interessante.” (21 MI p.2)

““A colonização tentou apagar o sagrado feminino”, afirma Angélica Domingos, também indígena do povo Kaingang” (8 MI p.3)

““Hoje todo mundo já conhece o contexto geral das políticas que vem por todos os meios atacando os nossos direitos já garantidos. Nós sempre soubemos que a mulher assim como a terra e outras riquezas do Brasil são alvos de exploração dos colonizadores. Em carta, Pero Vaz de Caminha relatou aos reis de Portugal todas as coisas belas, as riquezas que encontrou no país. Ele fala da terra, do ouro e cita também as mulheres com a pele e rosto perfeitos, com partes descobertas. A gente percebe uma propaganda de exploração da nossa América. E a gente sofreu toda essa exploração, essa violência, de todas as formas” declara Yxapyry” (17 MI p.3)

“existe toda uma pressão em relação à redução das garantias constitucionais que a população tem sofrido, principalmente mulheres e crianças, com o processo de colonização que ainda não acabou”, afirma a deputada Joênia Wapichana.” (17 MI p.5)

Existência de lideranças femininas versus colonialismo

“As lideranças femininas sempre existiram. Ainda que algumas culturas não permitissem a participação das mulheres nos espaços de decisão, a gente sempre teve esse papel dentro das aldeias. Sempre orientou as decisões e participou da organização das nossas lutas. Em dado momento, a gente entendeu que essas ditas proibições culturais, que impediam a participação das mulheres, não passavam de uma herança do colonialismo. Eram uma espécie de machismo impregnado. Percebemos que as mulheres precisavam assumir outros espaços. E a presença das mulheres indígenas em espaços de poder fora das aldeias aumentou muito.” (10 MI p.3)

Descolonização

“necessidade de descolonizar o conhecimento, valorizando também os conhecimentos dos povos indígenas, desconstruindo a noção de que apenas o saber acadêmico e científico é válido” (24 MI p.5)

4. Unidade de Conteúdo - Corpo e território

Vida-território versus território-mercadoria

“negociar o nosso território está se tentando negociar as nossas vidas” (17 MI p.6)

“Quando alguém que não é indígena olha para a terra já vê cifrão, o que vai poder explorar, o que vai construir, arrecadar, ganhar com ela. Nós, indígenas, olhamos para ela como se fosse sagrada” (18 MI p.2)

“O território é todo o conjunto que nos pertence. O corpo é o primeiro território. E os corpos indígenas precisam ser respeitados. É uma reafirmação da identidade e da cultura. O principal objetivo da marcha é reafirmar a garantia não apenas da nossa vida, mas do nosso modo de vida. Nós morremos não só quando nossa vida é tirada, mas morremos coletivamente também quando se mata a nossa identidade. Não dá para pensar em povo indígena sem essa conexão profunda com o território, que é nossa morada coletiva.” (21 MI p.2)

Corpo da mulher e violações

“Não basta sermos mulheres, só seremos mulheres se estivermos comprometidas contra todo tipo de violência. Somos mulheres lutando contra a violência contra o nosso corpo” duprat (MM2, p.3)

“nós estamos aqui pra dizer que nossos corpos nos pertencem, a terra é das mulheres e nós por isso defendemos a soberania nacional, que é fundamental.” MM3, p.4

“a Luisa Canuto, da etnia Tabajara, que saiu do Ceará: “A partir do nosso corpo, nós exigimos respeito, nós precisamos de respeito. Para nós termos saúde de qualidade, é preciso que nós tenhamos acesso a nossa terra para nós produzirmos alimento de qualidade, para nós termos acesso à água e, também, através da terra nós termos acesso às políticas públicas que venham complementar toda essa riqueza natural que é dada pelo nosso pai Tupã. Então, a nossa luta principal é a gente ter a nossa terra demarcada para nós podermos dizer que somos mulheres dignas” MM4 p2

“Nós mulheres quando pensamos a nossa resistência e a luta, passamos no todo! Pensamos em como a sociedade controla a nossa sexualidade. A nossa sexualidade é parte do bem-viver. Nosso corpo também é para o prazer e por isso temos que pensar em nós. Em como a sexualidade é pra nós. Sempre pensamos no outro, em como dar prazer pra o outro, mas temos que tratar das nossas experiências de vidas e de como nós vamos construir a liberdade sobre nosso corpo, nossa sexualidade e sobre nossa possibilidade de amar quem a gente quiser”. (MM8, p.3)

“A marcha é mais uma forma de resistência por tocar o útero, o interior fecundo de cada cultura. “Quando atinge o território e a mulher, atinge também as gerações futuras. O nosso útero também fica comprometido e não apenas o território. A gente entende que o território é corpo e corpo também é território. É essa conexão com a ancestralidade que tem feito com que nós, povos indígenas, resistíssemos mais uma vez”. (MI 17, p.6)

5. Unidade de Conteúdo - Gênero e ambiente

Margaridas articulam a luta pela saúde da mulher com a questão ambiental

“Estou aqui porque as margaridas articulam a luta pela saúde da mulher com a questão do meio ambiente O mercado produz doença, e elas produzem vida.” (6 MM p.5)

“Assim como as sementes dão vida aos alimentos, nós somos a semente de um novo mundo. Quando a gente se junta, ficamos grandes, fortes e somos capazes de muitas coisas”, disseram elas. “O que vemos aqui é a guerra entre dois modelos. O que vemos aqui é uma guerra que tem os alimentos como armas. Precisamos romper com um contrato ideológico que nos é imposto”, afirmaram. “Viva a agroecologia e o feminismo”, bradaram todas.” (8 MM p.2)

Identidade

“e reconheço a minha identidade de camponesa como guardiã desse ambiente que me acolhe” (13 MM p.2)

Corpo-território - soberania alimentar e autodeterminação dos povos com recorte ambiental

“Mostramos às jovens que, de um fruto nativo como o babaçu, retiramos a nossa resistência e bem viver, reforçamos a nossa luta e incentivamos às mulheres a continuarem na luta pela soberania alimentar, o acesso livre aos territórios e a autodeterminação dos povos”, compartilha a quebradeira de coco babaçu e liderança da Baixada Maranhense (Maranhão), Rosa Gregória” (13 MM p.4)

Luta ambiental

“As raízes estão nos povos originários. O mundo tem uma dívida histórica com os povos originários, o mundo só respira porque existe um pulmão protegido pelos povos

originários. Estamos aqui para dizer que esse governo passará, mas nós continuaremos aqui lutando, batalhando e conquistando, porque nós mulheres estamos nascendo”, disse Kerexu Yxapyry, liderança Guarani do Morro dos Cavalos.” (3 MI, p.2)

“A terra é feminina e é quem dá todos os frutos: água, minério, alimento, árvores, animais. Essa terra que germina, que gera tudo isso, nós somos essa terra” (4 MI, p.2) fala de liderança feminina do povo pankararu

“Dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que o desmatamento da Amazônia, só em junho de 2019, subiu 88% em relação ao mesmo mês do ano passado.” (7 MI, p.1)

As políticas voltadas à expansão do agronegócio, que já vinham ameaçando a nossa sociobiodiversidade, tendem a causar danos ainda maiores aos nossos biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa. (19 MM, p.6-7)

Saúde

“Saúde que atenda as nossas cidades, que garanta aos nossos pajés, benzedeiros e parteiras de nos acompanhar. Já temos nossas curas através de nossas plantas medicinais.” (3 MI p.2) fala Juliana Tupinambá

Questão de gênero para os povos indígenas

“Ro’Otsitsina Xavante, liderança indígena, em entrevista ao El País, afirmou que questões de gênero chegam com timidez à Marcha, mas que os temas vêm ganhando espaço no debate público com o decorrer do tempo. Devido às distinções culturais e temporais, a condição da mulher indígena é tratada com maior cautela a fim de respeitar as peculiaridades de cada povo e não alimentar o processo de colonização atual. “Nós mulheres não somos parte do povo, nós somos o povo. Então, violando uma menina, violando uma mulher, você está violando o povo.”, enfatiza Ro’Otsitsina Xavante.” (12 MI p.3)

Clamor de justiça pelas florestas e rios

“O que vão fazer quando o capitalismo acabar com as florestas? Nossa floresta viva tem mais conhecimento do que o papel morto”. Passando pelo Ministério do Meio Ambiente, uma liderança do povo Canindé clamou justiça pelas florestas e rios que estão se acabando pela ganância capitalista (24 MI p.5)

4.2.2 O contexto das pautas das Marchas

Traçando linhas de compreensão acerca das Pautas das Margaridas e das Mulheres Indígenas foi possível ver paralelos entre o que foi apresentado nos documentos e as reflexões iniciais sobre o contexto político do Brasil em 2019. O que pode ser inclusive ampliado pelos enunciados das mulheres. Retrocessos políticos foram marcas do Governo Bolsonaro, com sua necropolítica (CAMPOS *et al.*, 2020) e aparecem de forma aprofundada nos documentos, demarcando o posicionamento de não diálogo do governo com a sociedade e não participação democrática. O governo aprofundou as desigualdades sociais e atacou a Constituição Federal, retirando direitos adquiridos. As mulheres se posicionam contra a Reforma da Previdência, contra a mineração e os assassinatos de lideranças. Além do movimento contra o

feminicídio, na busca pela garantia de direitos e contra as políticas de morte. A defesa da constituição é central no debate das mulheres e se destaca a ausência de abertura para a participação popular em tal conjuntura. Como citado em um dos documentos da Marcha das Margaridas a seguir:

denunciamos a violência, o aumento das desigualdades sociais, pautadas nas relações de classe, gênero e raça, as desconstruções e violações de direitos, o corte no orçamento de políticas de assistência social, de saúde, de educação, de moradia e de incentivo à produção de alimentos, enfim, denunciamos o desmonte do Estado democrático de direito. (MM7, p.9)

O debate eleitoral e as candidaturas de mulheres, de indígenas e de representantes dos movimentos sociais aparecem nas pautas. O contexto de caos na saúde é anunciado de forma nítida nos documentos, um prenúncio triste do cenário de descaso que se aprofundou com a pandemia do COVID-19 no ano seguinte. A saúde apareceu nos tópicos de Políticas Públicas, Direito e Estado; Poder, Decisão e Participação; Corpo e Território. Além de uma conexão da questão ambiental com a saúde e o desrespeito das especificidades da saúde indígena que já eram garantidas pela lei, como os espaços de participação e controle social da política de assistência às comunidades. Através dos documentos, essas mulheres pautam a defesa do SUS e da Saúde Pública e articulam a saúde com a defesa do ambiente. Da mesma maneira que a saúde especial precisa estar conectada com cura tradicional, integrando saberes, com respeito aos povos indígenas, que através da terra têm acesso às políticas públicas que complementam a riqueza natural.

As pautas propositivas demarcam a importância das mulheres no poder, compreendendo que lideranças femininas sempre existiram. Ainda que algumas culturas não permitissem a participação das mulheres nos espaços de decisão, as mulheres sempre estiveram presentes nas lutas. É possível observar a relação das pautas com as experiências de vida das mulheres, o impacto da conjuntura nos indivíduos que se expõem em forma de denúncia.

Existem pautas específicas das mulheres, que envolvem seus corpos e violações, presentes no contexto machista. O sofrimento entrelaçado com as questões de gênero se evidencia. O Sentir se relaciona com o Sofrimento, que aparece como um ponto que une as mulheres, o Sofrer aparece relacionado à Confluência, ao Poder, decisão e Participação e à temática de Gênero, Classe e Raça das URs. O sofrimento

aparece como algo necessário para que as mulheres tenham suas conquistas e garantam seus direitos.

As mulheres destacam a importância de não sentir medo ou vergonha, da construção de espaço de confiança, com troca de experiências e poder colocar seu sofrimento e seus sentimentos em diálogo, parte importante da confluência e de grande relevância para os estudos psicossociais. As mulheres pautam a defesa dos seus direitos adquiridos com muita luta, como o direito de atuação na política institucional e a valorização das mulheres, com um foco especial nas questões de classe, raça e etnia. As Marchas têm como objetivo a visibilidade das mulheres e de suas lutas por autonomia, trabalho e renda.

As mulheres afirmam a importância de tratar as suas experiências de vidas e da construção da liberdade sobre seus corpos e sexualidade. Questões de saúde mental, maternidade, mulheres sindicalistas, violência contra o corpo das mulheres, crimes de ódio, liberdade, sexualidade, prazer, legalização do aborto são tópicos emergem como pautas de mobilização e denúncia. Estas são perspectivas da luta contra o patriarcado e da diversidade das pautas que atravessam as mulheres.

O contexto racista faz com que existam algumas pautas específicas das mulheres indígenas. Os problemas que o Estado Brasileiro cria para os povos indígenas são históricos e foram pautados na marcha. As terras indígenas estão no foco das disputas no governo. A pauta da Educação se entrelaça com a questão do racismo, na busca por educação diferenciada para os povos indígenas, na valorização da educação do campo e na defesa por uma educação não Sexista e Antirracista. A educação aparece como uma pauta ligada ao direito básico da sociedade. Os marcadores de gênero, classe e raça aparecem nas pautas, denunciando o contexto racista da política institucional e o contexto histórico dos povos indígenas que pautam a necessidade de demarcação dos territórios.

A luta contra os processos de colonização que se enraizaram na sociedade aparece como uma das pautas. A colonização aparece ligada à exploração das mulheres, dos conhecimentos dos bens naturais e dos territórios. As mulheres indígenas denunciam o colonialismo como forma de dominação das mulheres indígenas, nos documentos elas aparecem denunciando o colonialismo como

responsável pela instauração do machismo nas aldeias e a retirada de poder e liderança das mulheres.

Com relação às questões ambientais ressalta-se nas pautas a luta pelas florestas, pelos rios, pelo ambiente equilibrado e pela soberania alimentar. O território para os povos tradicionais é visto como vida, como parte do sagrado e para os outros é visto como mercadoria, ao negociar os territórios a vida dos seus povos é negociada junto. Quando se fala da pauta ambiental esta temática está como pano de fundo, a lógica mercadológica transforma os territórios em fábricas de *commodities* e a vida das pessoas em máquinas que operam na lógica do capital, o mercado transforma a natureza em riqueza, para as comunidades, povos indígenas, ribeirinhas, quilombolas, marisqueiras, mulheres do campo, das floresta, das águas, e das cidades, a riqueza da natureza existe com ela preservada, na produção da vida e da identidade dos grupos sociais, a pauta ambiental engloba todas estas questões

Na Plataforma Política das Margaridas (MM7), além de denunciar nos primeiros pontos os retrocessos políticos, as mulheres pontuam todos os biomas em suas pautas, reconhecendo sua importância, destacando suas potencialidades e denunciando os impactos e conflitos que vem sofrendo. O corpus ao ser analisado apontou questões contemporâneas ambientais, como a flexibilização do uso de agrotóxicos e a abertura de terras indígenas para mineração através de atos do Governo. Assim, a luta ambiental busca soberania alimentar, defende a agroecologia e a autodeterminação dos povos. Pautando a proteção da sociodiversidade e a defesa dos bens comuns.

Identificamos que as pautas são dados objetivos e explícitos, fruto da luta e da articulação dos movimentos das mulheres, elas são nitidamente apresentadas no corpus de estudo e se articulam ao contexto político, social e ambiental do ano de 2019. As pautas se desenham nesta etapa em torno das Unidades de Conteúdo, que foram apresentadas em eixos temáticos: 1. Políticas Públicas, Direitos e Estado; 2. Poder, Decisão e Participação; 3. Gênero, Classe, Raça e Etnia; 4. Corpo-Território; 5. Gênero e Ambiente. Sendo assim, a metodologia aplicada foi suficiente para compreensão dos principais pontos de luta das margaridas e das mulheres indígenas em marcha.

4.3 As estratégias das Marchas

Para análise de conteúdo das estratégias ampliamos a ideia da análise documental para olhar o conteúdo do corpus de forma mais profunda, a partir de procedimentos de codificação e categorização. Tal processo foi escolhido pois compreendemos que as estratégias das marchas não estão postas, não são dados objetivos, nem passíveis de serem listados ou quantificados. As estratégias vão ser reflexo de um tempo-espço específico, organizados também por sujeitos específicos. Delinearemos procedimentos, ações e táticas que se desenvolvem ao longo dos processos de luta das marchas. E para tal compreensão, que irá nos apoiar no desenho das marchas enquanto processos psicossociológicos, seguimos o caminho apontado pelo referencial bibliográfico.

Simone Diniz (2006), ao descrever as estratégias e respostas do movimento feminista à violência contra a mulher no Brasil (1980-2005) debate o que seria uma estratégia. Ela chega a ideia da estratégia como uma arte, pelo dicionário seria uma arte de aplicar meios disponíveis e buscar condições favoráveis para atingir objetivos específicos e na definição militar essa arte estaria ligada a capacidade de dominar a matéria e colocar em prática uma ideia. A autora vê o movimento de mulheres elaborando estratégias originais que vão desde a ação direta à reivindicação de políticas públicas.

Uma marca do movimento feminista brasileiro é a sua forma própria de articulação com a reivindicação de direitos sociais, mais do que a liberdade ou libertação as mulheres, com foco nos direitos individuais, como acontece nos movimentos feministas europeu e norte-americano (DINIZ, 2006). A luta pelos direitos sociais e pelo estado democrático é trazida com ênfase pelas mulheres do movimento feminista brasileiro desde os anos 1970. O que traz como ações a avaliação sistemática das políticas públicas e a necessidade do desenvolvimento de capacidades de avaliação das mesmas através de metodologias participativas, assim a atuação do movimento feminista se fortalece.

O Instituto Feminista para a democracia, SOS Corpo (2020), em diálogo com os movimentos sociais, elaborou com autoria coletiva o documento “Para onde vamos? Feminismo como movimento social”, que nos apoia para compreensão de quais são e de quais podem ser as estratégias das mulheres. Elas afirmam que a

estratégia está relacionada ao trabalho árduo que as mulheres desempenham diante de contextos desfavoráveis, atuando para que sua força aumente e permitam que suas conquistas sejam efetivas. Detalhando que a estratégia não é um modo de fazer, mas sim “o que o movimento social pode fazer para aumentar o seu poder na correlação de forças com os seus oponentes em torno de uma causa” (SOS CORPO, 2020. p.14). As estratégias são elaboradas constantemente pelos coletivos, processos de luta que se configuram passo a passo para atuação diante dos conflitos. Elas apontam que argumentação, mobilização e conscientização são fatores importantes, que agregam mais sujeitos ativos no enfrentamento, permitindo um aumento de poder.

Elas destacam a formação de consciência como uma estratégia essencial, por permitir uma compreensão profunda de como e por que a vida das mulheres é atravessada por tantas relações de exploração e dominação que sustentam o sistema que estamos inseridas. O processo de conscientização ajuda a situar as mulheres na luta e compreender a estratégia de buscar aliados e identificar opressores. Construindo, a partir daí uma possibilidade de resistência para não se deixar dominar, e construir processos autônomos e organizados de forma coletiva, fortalecendo a esperança, ato fundamental para atuação (SOS CORPO, 2020).

Olhando para a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) podemos encontrar práticas inspiradoras da organização feminista anticapitalista. Elas apresentam trajetórias, propostas e práticas feministas construídas pelas mulheres em movimento, elas criam processos organizativos que se conectam com as localidades e atingem o âmbito internacional. Suas práticas políticas e organizativas envolvem formação, comunicação, ocupação de espaços públicos, solidariedade, busca de consenso, alternância de papéis, batucadas, arte de rua e construção de alianças com movimentos sociais. Em resumo, as ações da MMM têm como base três setores estratégicos para mudança social: informação, comunicação e arte (SOF, 2015).

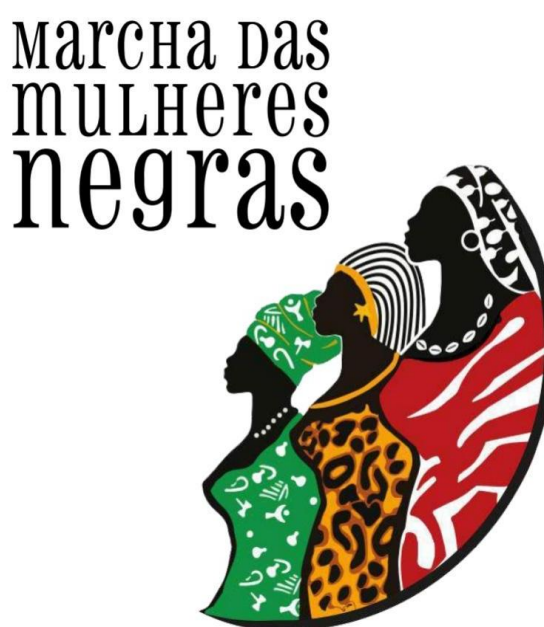
A MMM aponta a importância da auto-organização como estratégia fundamental para a transformação das relações de poder. A auto-organização das mulheres se mostra importante na construção de um sujeito político forte para formular plataformas de luta e ampliar as ações feministas. Elas identificam a sua marcha como estratégia de reunião da diversidade, essencial para criação de uma identidade política através de um processo simbólico contínuo. Na marcha ações como a música

e a roupa que usam, são símbolos que em qualquer parte as conecta com outras mulheres que também estão se movimentando para mudar o mundo.

As mulheres que vivem em contexto urbano e rural participam da marcha, uma estratégia que valoriza a diversidade de ações e amplia a abordagem política. Seu fazer compreende que existem pontos de partida desiguais entre as mulheres, o que demarca a sua diferença através de posições de classe, raça e etnia. Essas contradições geraram disputas internas na história do feminismo e necessitam de processos constantes de autocrítica, diálogo e posicionamentos diante das assimetrias de poder mirando ações para superá-los (SOF, 2015).

A Marcha das Mulheres Negras (Figura 70) é uma inspiração para a pesquisa. Para apresentá-las, trazemos a sua marcha nacional Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, realizada em Brasília em novembro de 2015 (FOPIR, 2015). A Marcha contou com a participação de mais de 50 mil mulheres negras e trouxe estratégias fortes para comunicação, articulação e mobilização, além da sua própria forma de atuação. As mulheres denunciaram o racismo, o genocídio da população negra, buscando romper com os estereótipos de padrão de beleza e revelar o passado de crimes de escravidão que ainda perpetuam suas amarras nos dias de hoje no Brasil. As mulheres negras em movimento aquilombaram Brasília (AMNB, 2016).

Figura 70: Identidade visual da Marcha das Mulheres Negras de 2015



As estratégias de ação da marcha envolveram esforços coletivos ao longo de quatro anos em diferentes locais do país e do mundo, com um Comitê Impulsor em praticamente todos os estados e Distrito Federal. As ações envolveram reuniões, agendas, debates, rodas de diálogo, rodas de samba, bingo, passeata, seminários, exposições, oficinas, sarau de poesia, audiências públicas, torneios, cartas, e-mails e diversos outros movimentos.

Um destaque especial para a forma de apresentar os fazeres das Mulheres Negras aparece no seu documento oficial da marcha, com a fala de Nilma Bentes, ativista histórica do Movimento Negro Brasileiro e proponente da Marcha das Mulheres Negras. A liderança narra que diversas mulheres negras importantes para o movimento usaram suas sabedorias e canalizaram os conhecimentos da ancestralidade, assim elas entraram de cabeça na mobilização. Esse processo contagiou milhares de outras mulheres, onde confluíram em marcha, com apoio dos ancestrais, um exemplo de solidariedade de onde emergiram como sujeito político a ser respeitado por todos (AMNB, 2016).

As mulheres negras inauguraram uma forma de fazer comunicação e mobilização com a marcha de 2015, sustentada nos ensinamentos de “correio nagô” e do boca a boca, da proximidade de lugares das mulheres negras. Se utilizaram também de ferramentas de comunicação que se juntaram aos discursos e bandeiras políticas levantadas na marcha. Desta forma, milhares de vozes negras se levantaram e invocaram o sentido de viver africano orientado pela ancestralidade, que trouxeram ensinamentos que afirmam que “Nossos passos vêm de longe” e, que quando “Uma sobe puxa a outra”.

As mulheres trouxeram em suas ações, suas cores, bandeiras, abanos, faixas, camisas, banner, pirulito, programas de rádios, cartas abertas, spots de rádio, vídeos, entrevistas, fanzines, boletins e fotografias circulando nos estados e nas comunidades, preservando nestas práticas as diferentes identidades e referências dos grupos sociais (Figura 71). Ações que fomentaram um posicionamento em todas as mulheres enquanto comunicadoras, animadoras e blogueiras, ampliando as ações de visibilização da Marcha.

Figura 71: Registro da marcha das Mulheres Negras de 2015



Fonte: AMNB, 2016. Autoria: Thais Moreira

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, fomentou a marcha (Figura 72) e fez com que o processo de fortalecimento das mulheres fosse imperativo, como podemos observar na fala de Crica Galdino do Afoxé Ogun Funmilayo, de Foz do Iguaçu (PR):

Acompanhei olhos aflitos se tornarem olhos vibrantes, radiantes e satisfeitos. As donas Marias se mostraram tão fortes quanto gladiadores. À medida que marchavam, iam se empoderando, seus ombros ficavam eretos e a autoestima aumentava enquanto gritavam “eu posso, eu sou capaz”. Aquelas que diariamente eram anuladas pela sociedade, vestiram suas armaduras e foram para a batalha contra o racismo, a intolerância religiosa e a discriminação (AMNB, 2016. p.61).

Figura 72: Registro da Marcha das Mulheres Negras em Brasília de 2015



Fonte: AMNB, 2016. Autoria: Adriana Medeiros

Além do documento analítico produzido no âmbito da Marcha, as mulheres negras produziram a Carta das mulheres negras. A Carta é uma estratégia de diálogo com o Governo, de realizar participação social através de propostas e denúncias, com a reunião de vozes. As mulheres declaram que nesta carta elas oferecem ao Governo, na condição de protagonistas, as suas experiências para construir coletivamente uma ação política. Inspiradas na ancestralidade, elas defendem uma sociedade justa e usam dados para descrever o racismo que as mulheres negras sofrem no Brasil. A carta traz pontos importantes como análise da política econômica, do contexto de violência e busca apontar soluções, tratando do direito à vida, como um dos pontos inegociáveis (FOPIR, 2015).

Para pensar as estratégias dos movimentos sociais de mulheres trazemos alguns exemplos que retratam o cenário de atuação, como uma coletiva de mulheres mexicanas que trabalham com comunicação comunitária. La Sandia Digital atua através do audiovisual a partir de experiências com comunidades na defesa dos territórios diante de conflitos socioambientais, como o caso da comunidade *Mé phaá* de *Júba Wajíin* no México, na luta contra a mineração na montanha Guerrero, a partir do audiovisual, para realizar uma experiência de diagnóstico participativo e

elaboração de conteúdo em defesa do território. Elas buscam elaborar projetos com a perspectiva de construir novas narrativas, capazes de contribuir com transformações sociais (LA SANDÍA DIGITAL, 2019).

Dentre as estratégias de ação do coletivo que encontramos descritas em seus materiais de formação e divulgação, o caso da comunidade de *Júba Wajíin* nos traz perspectivas que ampliam nossa mirada. Como estratégia elas se utilizam da organização de oficinas participativas com a comunidade, com as lideranças e com os mais velhos. A partir deste processo, emergiu a urgência de deixar registrada a história da comunidade a partir de seus anciãos, descrevendo suas lutas e razões para defesa do território. A comunicação e a criação de narrativas despontam como uma estratégia de luta em conflitos pela terra. Para realização destas ações elas criaram uma proposta de documentário, com um roteiro participativo, aberto para envolver a comunidade, estruturar a história e criar o material narrativo. Através de sessões de trabalho com um comitê definido por eles para definir a relevância cultural do projeto, que optou por fazer o roteiro na língua indígena que representa a identidade da comunidade.

Na metodologia participativa questionamentos foram base para a Comunidade de aprendizagem, baseados nos eixos: estratégias de comunicação, formação e contexto. Destacamos algumas perguntas que pensamos ser relevantes para a compreensão da estratégia de atuação do movimento: “Que narrativas hegemônicas existem? Como estão sendo disputadas essas narrativas? Quais narrativas nós construímos para enfrentar essa disputa de narrativas? Quais componentes das narrativas que trabalhamos tem mais impacto e por que?” Com este guia o processo de formação e desenho do material audiovisual se desenrolou.

Como resultado, conseguiram elaborar um documentário colaborativo que participou de diversos festivais de cinema no mundo e foi premiado em festivais no México e no Chile. O resultado final pode ser visto no link: <https://lasandiadigital.org.mx/2020/09/28/juba-wajiin/>. A estratégia de comunicação comunitária se mostrou um interessante laço das mulheres com a comunidade.

Em seus processos de criação de narrativas, La Sandía Digital publicou um Guia de Comunicação Estratégica para a defesa da terra e do território, chamado “Construir os mundos que sonhamos”. Onde elas detalham como as narrativas podem

ser feitas de forma participativa, explicando que por sermos seres narrativos, falamos e escutamos histórias sobre o que nos rodeia. Assim as narrativas nos impactam, elas criam estruturas de pensamento que propõem visões de mundo, e influenciam nossas reflexões, ações e relações. Destacam o cuidado que precisamos ter com as narrativas hegemônicas, construídas desde os centros de poder e do patriarcado e se impõe para descrever a realidade, deixando todas as outras histórias ficar nas sombras, escondidas, silenciadas e negadas. Elas propõem que os mundos que sonhamos devem ser contados, alimentando a sociedade com histórias transformadoras. Uma estratégia de narrar as vitórias e conquistas, trazendo para cena outras vozes e outros territórios, que representam diversidade, dignidade e esperança, com respeito aos direitos humanos e aos bens comuns.

As mulheres que participam do coletivo acreditam que as novas narrativas podem gerar transformações. E pautam a importância de co-criar narrativas respeitadas, através de metodologias participativas e conversas que buscam colocar em foco outros especialistas. Compreendendo que os saberes necessários para vida estão em outros corpos e territórios, outros especialistas não hegemônicos são aqueles que podem ser procurados. Todas as pessoas são especialistas em sua própria vida e território, e nos conflitos que elas enfrentam. Assim, ao criar narrativas com os protagonistas de histórias de resistência contribuimos para fortalecer seu direito à comunicação e a trazer conhecimentos outros para a roda (LA SANDÍA DIGITAL, 2021).

4.3.1 Unidades de Conteúdo das estratégias das Marchas

Ao analisar o corpus, compreendemos que as estratégias não se limitam ou se definem a partir de enunciados. Existem estratégias ocultas, táticas desveladas no ato, na marcha que não são faladas, estão fora do cronograma, mas podem ser mapeadas. Através da busca por pistas, traços e conhecimentos tentamos aprofundar a pesquisa e detalhar processos, movimento necessário para compreensão dos objetivos da pesquisa.

Reconhecemos que as estratégias vão ser as respostas às pautas, forças que mobilizam, sustentadas pelo conjunto de ações. Na análise de conteúdo temática, os

dados são agrupados de acordo com o tema. Elas vêm a partir das ideias iniciais da revisão bibliográfica integrativa e no processo de elaboração da análise documental os temas se remodelaram. Alguns foram acrescentados, como “corpo território” que foram emergências da leitura flutuante do corpus de pesquisa, assim como “representatividade” na análise dos documentos específicos da Marcha das Mulheres Indígenas. “Gênero, feminismo e ambiente” e “Cotidiano e trabalho” foram retirados pois suas estratégias permeiam diretamente outras temáticas. Explicitamos tais temas aqui para elucidar a divisão das Unidades de Conteúdo e demonstrar como o procedimento metodológico possibilitou o agrupamento de informações tanto das pautas quanto das estratégias (Tabela 15).

Tabela 15: Apresentação das Unidades de Conteúdo a partir das temáticas envolvidas nas estratégias

TEMAS	OBSERVAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE CONTEÚDO
Políticas Públicas, Direitos e Estado	Referências das ações nos processos de conquistas de direitos e políticas públicas, além da atuação diante dos mecanismos de gestão pública do Estado.
Poder, decisão e participação	Considerações sobre empoderamento e organização, que expõem a relevância e busca por visibilidade do papel social da mulher, sua atuação política, envolvendo mobilização, divulgação e articulação.
Confluência	Relatos sobre as comunidades ou os grupos sociais e suas relações, apoio entre os semelhantes. Apontamentos sobre a integração entre margaridas e indígenas ou entre diferentes movimentos sociais, grupos políticos ou etnias - união na diversidade.
Educação e Conhecimento	Reflexões sobre a produção de conhecimento na luta, educação nos movimentos sociais, fortalecimento e poder através da educação.
Corpo-Território	Relações sociais, políticas e ambientais das mulheres com o território.
Gênero, Classe, Raça e Etnia	Ampliação da compreensão da pluralidade das mulheres.
Representatividade	Considerações sobre a experiência singular que existe na coletividade, uma diversidade que não sufoca existências outras em nome do coletivo.

1. Unidade de Conteúdo - Políticas Públicas, direitos e Estado

Atuação política

“**Não tem como estar fora desse processo da política institucional**, porque é ali que se tomam todas as decisões. Sobre os territórios de direito, sociais e coletivos, é ali que se tem esse poder de voz e voto.” (MI6, p.4) Fala de Sônia Guajajara.

“reavaliamos que, quando há impacto econômico, há preocupação do governo. **Vamos ao parlamento europeu, pedir que não seja comprada a produção agrícola brasileira vinda de áreas de conflito.**” (MI10, p.3)

Ocupação e resistência

“Diante desses fatos e ataques do governo Bolsonaro, nós MULHERES INDÍGENAS, no dia de hoje, 12 de agosto, decidimos **ocupar a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)**, reafirmando a posição de nossos povos contra qualquer perspectiva de municipalização ou privatização do atendimento à saúde indígena.” (MI1, p.2)

Ocupar enquanto ato político

“Direitos não são presentes dados pelo governo, são fruto de lutas ancestrais. **Ocupar Brasília é ocupar um espaço também dos povos indígenas.**” (MM4, p.2) Watatakalu Yawalapiti

“A **ocupação do espaço das ruas** é fundamental para avançarmos na luta pelos direitos” (MM2, p.3)

Retomada

“É uma força ancestral que nos acompanha desde sempre”, explica Angélica. Elas carregam as histórias de suas antepassadas, que nunca chegaram nos livros da história oficial. Tainara conta a história de Ana da Luz, anciã de seu povo, que morreu aos 114 e foi a primeira pessoa a lutar pela **retomada de seu território**. Ana da Luz ensinava a língua Kaingang escondido para seus filhos, em um tempo que o idioma foi proibido pelos brancos. (MI8, p.3)

Anúncio das propostas com a plataforma política

A Plataforma é um instrumento de luta que sistematiza e anuncia o conjunto de proposições defendidas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas para a consolidação do modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário que tenha por base o bem viver. (MM7, p.24)

Marcha como visibilidade na construção de agenda política

“A pajé ressalta a importância da Marcha na **construção de uma agenda política** construída pelas mulheres indígenas. “Esse encontro é um importante espaço de luta. **Lá nós vamos mostrar que as mulheres indígenas estão organizadas e trazem essa luta da base**, e é também um espaço de empoderamento e conquista de políticas públicas para nós e nossas comunidades” (MI5, p.1) Fala de liderança do povo Tuxá

Análise do contexto para atuação

Essa marcha teve muitas coisas diferentes das outras marchas porque o momento exigia de nós outras ações e ideias. (MM7, p.33)

2. Poder Decisão e participação

Criação de espaços de diálogo

“há momentos em que **a gente precisa ficar em um espaço de confiança só entre mulheres. Até para poder se abrir** sobre determinados assuntos”. (MI15, p.4)

Solidariedade e auto-organização

É preciso destacar que a Marcha foi construída com **recursos do próprio movimento** e através da **auto-organização financeira das próprias mulheres**, contando ainda com a **solidariedade** fortalecida nesse processo: com **recursos divididos, multiplicou-se a generosidade e a ajuda mútua**. Desde o **comprometimento nos estudos dos materiais de leitura até o momento de conversar sobre cada tema com as mulheres lá debaixo da árvore, na porteira, na roça, no igarapé**. A **solidariedade cresceu também nos ônibus em que viajaram por dias, onde as mulheres compartilharam a comida levada de casa, a água, o pão**. No Pavilhão do Parque da Cidade, em Brasília, **dividiram colchões, cobertores, o protetor solar, a pasta de dente, as roupas... cuidaram das crianças, ajudaram as idosas, acolheram o cansaço umas das outras, oferecendo energia para cada momento**. (MM7, p.6)

Convocação para a compreensão da conexão ambiental

“Para Shirley, a **auto-organização das mulheres indígenas e a I Marcha das Mulheres Indígenas são um “chamado da terra”**. “**A terra é mãe, a terra é uma mulher. E uma mulher entende a outra. Então, esse momento agora é pra isso: chamar as pessoas a entenderem que nós temos a essência da vida**, porque nós trabalhamos para você respirar, pra você beber água, pra você se alimentar bem. As pessoas precisam entender o quanto nós somos importantes aqui, principalmente nós, mulheres indígenas”, afirma Shirley. (MI4, p.3)

Participação e resistência

“A **presença**, a disputa, é uma parte do movimento indígena. É parte da nossa resistência.” (MI6, p.4).

Articulação política

“A gente fez todas as **articulações** para isso: Congresso Nacional, STF, movimento, pressão, acampamento.” (MI6, p.3)

Mobilização

“A realização da Marcha das Mulheres Indígenas foi **deliberada durante a Plenária das Mulheres realizada no Acampamento Terra Livre (ATL) em abril deste ano. Desde então, lideranças de todas as regiões do país iniciaram o processo de mobilização e captação de recursos para o evento**” (MI2, p.3)

Reunião para a organização da Marcha

Era 2017 quando a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e as organizações parceiras **se reuniram para tomar as primeiras decisões sobre a realização da 6ª Marcha das Margaridas**. (MM7, p.6)

Convocação para a participação

“Eu quero que **todas que venham, subam naquele palanque e falem**. Eu quero várias mulheres aqui, não só duas, três, mas todas” (MI8, p.3) Fala de Watakakalu Yawalapiti. É coordenadora-geral do departamento das mulheres da Associação Terra Indígena do Xingu.

Chamadas, mobilização em diversos espaços

As Chamadas das Margaridas tornaram-se ferramenta de mobilização e animação da nossa Marcha nos diferentes territórios e espaços políticos. Marcadas por diferentes linguagens políticas, culturais e formativas, as Chamadas tinham a intenção de convidar as mulheres a marcharem juntas, a partir do lema, caráter, eixos políticos e agenda comum proposta pela Marcha das Margaridas 2019. Realizamos chamadas marcantes, como a que nos fez ecoar a voz das Margaridas no Fórum Social Mundial em 2018, no Fórum Alternativo Mundial das Águas (FAMA), no 4º Encontro Nacional de

Agroecologia (4º ENA), no Encontro Nacional de Formação da CONTAG (ENAFOR) e em ações por todo o Brasil. (MM7, p.6)

Participação em eventos nacionais importantes

O 8 de março de 2018 (8M) foi um marco importantíssimo que **anunciou o processo de construção da 6ª Marcha das Margaridas para todos os cantos do Brasil e do mundo.** (MM7, p.7)

Criação de espaços de diálogo e acolhimento

“**Na roda**, o segundo maior ponto de acordo entre as trabalhadoras é **aconchegante: o sentimento de companheirismo** entre as sindicalistas é o principal motivador para que não desistam da luta por direitos.” (MM1, p.7)

Campanha de financiamento

Diante do atual cenário político, pensamos em **ampliar as nossas redes de diálogo.** Então, através de uma grande **Campanha de Financiamento Coletivo**, as Margaridas entraram em outros canais, chegando a pessoas que não conheciam a Marcha, mas que são defensoras das causas das mulheres do campo, da floresta e das águas. (MM7, p.8)

3. Unidade de Conteúdo - Confluência

Arte e integração

“Quando elas passaram, **pintamos elas de urucum.** E por mais que saia em dois dias, **elas ficarão para sempre pintadas** (MI8, p.5)

Visibilidade e criação de chapéus e bandeiras

“Com seus chapéus e bandeiras, seus bandeirões que foram **confeccionados de forma coletiva**, ecoaram seus gritos por todo percurso.” (MM12, p.2)

Encontros regionais e elaboração da plataforma política

A partir dos **debates dos cadernos na base vieram várias contribuições que culminaram na elaboração da Plataforma Política da Marcha das Margaridas 2019**, nela são apontadas reflexões e proposições sobre questões sociais, econômicas e políticas que afetam diretamente as vidas das mulheres. **As contribuições vieram dos debates locais realizados pelas mulheres, encaminhados por elas através de relatórios e outras formas de registro, sendo a partir desse material realizados 3 Encontros Regionais para sistematizar as contribuições vindas de todas os cantos do país.** Nesses Encontros, contamos com a presença de mulheres lideranças do MSTTR e das organizações parceiras das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, que tiveram a **importante missão de organizar as proposições que integraram a Plataforma.** (MM7, p.9)

Ampliação das parcerias e alianças

É um ganho que não tem medida, o da força da união. **O trabalho conjunto com as 16 entidades parceiras garantiu a grande representatividade da Marcha das Margaridas**, percebida na admirável diversidade de mulheres que ocuparam as ruas de Brasília e voltaram para seus territórios e maretórios convencidas de que podem contar umas com as outras nessa luta contra a ganância do neoliberalismo e a mentalidade atrasada e preconceituosa da elite brasileira que se beneficia da pobreza e desigualdade. “Também compreendemos que a ampliação das alianças deu mais peso político à Marcha das Margaridas. (MM7, p.24)

Confluência e conexão entre diversas redes

Ao ampliar a sua rede de diálogo e parceria, o impacto político da Marcha, seja em volume ou pela repercussão nos meios de comunicação e para a sociedade, aumentou ainda mais, pela forma com que outras redes abraçaram a Marcha e como a

CONTAG soube construir unidade, em meio a tanta diversidade”, completou a secretária de Mulheres e coordenadora da Marcha das Margaridas 2019, Mazé Morais. (MM7, P.24-25)

Confluência entre a diversidade

Estreitar o diálogo entre campo-cidade: este foi um dos desafios que se colocou na construção da Marcha. **Era preciso comunicar e, principalmente, dialogar sobre as demandas e quereres das Margaridas,** entendendo como repercutem na vida do conjunto da sociedade. (MM7, p.25)

4. Unidade de Conteúdo - Educação e Conhecimento

Cultura, arte e culinária

“Peças de artesanato até quitutes preparados com frutos da produção das mulheres do campo, das florestas e das águas” (MM14, p.1)

Participação como forma de aprendizado

“Nascida e criada na aldeia, aprendeu a ler muito cedo, o que a trilhou para os caminhos da liderança do seu povo. “Minha mãe me levava para **participar das assembleias e seminários,** e ela sempre dizia que era porque como ela não sabia ler ou escrever, ela precisava de alguém que dominasse a leitura, para escrever e depois **repassar para o povo**”, conta.” (MI14, p.2)

Ancestralidade e conhecimento

“Mukani lidera uma aldeia composta em 90% por mulheres. Ela explica que a **liderança passa de geração para geração**” (MI4, p.3) Mukani

Poder e as narrativas das mulheres

“Eu defendo tudo o que a gente pisa. Eu nasci e sou da floresta, o território é o meu pertencimento. As **nossas mulheres agora estão lendo e escrevendo.** Que elas possam **relatar** tudo o que estamos passando dentro do nosso território.” (MI25, p.5) Fala da liderança Tuíra Kayapó

Poder político e as narrativas de mulheres

Célia Xakriabá, também pedagoga e doutoranda em antropologia pela UFMG, que reafirmou a importância da presença de mulheres indígenas na política. “Não basta lutar pela causa indígena, é preciso **levar o corpo das mulheres à política. É necessário reconhecer as narradoras, as conhecedoras**”, disse Célia.” (MI3, p.1)

A maior manifestação de mulheres da América Latina

A Marcha das Margaridas 2019 garantiu enorme **visibilidade** para a luta das mulheres rurais e também para o MSTTR. A prova de sua **importância e impacto político é sua repercussão nos meios de comunicação do Brasil e também em outros países,** como Espanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. “Um dos principais legados que a Marcha das Margaridas 2019 deixa é de fortalecimento da posição das mulheres nos debates e na luta sindical e social. Além disso, deixamos um legado formativo significativo, que permitiu **disputar as narrativas sobre a realidade do país, incidir sobre as eleições, aprofundar temas pouco debatidos na sociedade (como sexualidade, educação não sexista e antirracista) e debater os desafios do fazer sindical, num contexto de retrocessos profundos**”, aponta Mazé Morais. (MM7 p.26)

Formação e mobilização

A principal estratégia foi o processo de formação, que foi fundamental para que acreditassem que a gente conseguiria **mobilizar as mulheres.** Nesse processo foi possível **mostrar para as mulheres o que era a Marcha e o que ela significava nesse momento**

político. Foi fundamental **trabalhar os eixos políticos e o lema, para que fosse possível compreender o momento de perdas e retirada de direitos, que mais do que nunca as mulheres precisavam mostrar sua força e resistência aqui na capital.** (MM7, p.32)

Oficinas de construção

“Oficinas cumprem o papel de levar discussões sobre violência e abuso sexual contra mulheres originárias às maiores interessadas. Elas estão no processo de compreender o que é e de que forma operam determinadas agressões.” (MI12, p.3)

De forma coletiva, aprofundamos o debate sobre os 10 eixos políticos da Marcha das Margaridas 2019 contando com o envolvimento e colaboração de várias Margaridas, mulheres sindicalistas, pesquisadoras e lideranças dos movimentos sociais e feministas, durante **Oficina Nacional**, realizada em janeiro de 2019. Este momento trouxe importantes **apontamentos e conteúdos políticos que orientaram a elaboração dos 6 cadernos de debates da Marcha das Margaridas 2019.** (MM7, p.8)

Estudos a partir do caderno de debates

Com os cadernos de debate na mão, a mulherada fortaleceu os **processos de formação e debate nos territórios rurais. Partimos de uma missão: em cada canto onde as Margaridas estiverem precisamos fazer chegar o debate dos 10 eixos políticos, e essa missão continuará até que sejamos todas livres! O material foi um importante instrumento para facilitar todas as atividades que prepararam os caminhos da Marcha das Margaridas 2019**, mas ele ainda segue subsidiando nossos debates e luta em defesa do Brasil que a gente quer. (MM7, p.9)

Formação política e sindical para as mulheres

Agora presentes no **Curso de Formação Política Sindical de Mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)** realizado pela Escola Nacional de Formação da CONTAG, juntamente com a Secretaria de Mulheres da CONTAG. **Orientado pelo eixo temático “feminismo, gênero e ação sindical”, o curso buscou potencializar a ação coletiva das mulheres, a partir dos processos de construção da Marcha das Margaridas 2019, e sua participação política autônoma, demandando práticas sindicais mais democráticas e comprometidas com a igualdade entre homens e mulheres.** (MM7, p.7)

Poder e educação

“O empoderamento é uma ação de conscientização sobre os direitos sociais e civis do cidadão, garantindo sua emancipação” (MM1, p.5)

Caravanas das Margaridas

Com as Caravanas, realizamos várias ações em nível estadual onde as Margaridas puderam debater sobre a conjuntura nacional e seus impactos sobre a vida das mulheres, de forma a fortalecer análises e estratégias de resistência ao golpe, em defesa dos direitos e da democracia. A partir desse debate **pautamos o processo eleitoral e a necessidade de que as candidaturas orgânicas ao movimento sindical fossem fortalecidas**, reafirmando seu compromisso com as demandas das mulheres. Além disso, as Caravanas proporcionaram um espaço rico para o aprofundamento da discussão sobre os eixos políticos, contextualizados com a realidade das mulheres em seus territórios e maretórios. Por fim, **a partir delas construímos ações de multiplicação, que deram visibilidade à agenda política das mulheres rurais, no contexto da construção da Marcha das Margaridas 2019.** (MM7, p.8)

5. Unidade de conteúdo - CORPO-TERRITÓRIO

Afirmação políticas a partir de elementos culturais

“É uma **forma de me reafirmar politicamente, de reafirmar minha existência enquanto indígena. E esses são os dois elementos mais fortes da nossa cultura: a pintura e o cocar.**” (MI21, p.3)

Formas de representação da diversidade

“Querem mostrar à sociedade brasileira a diversidade cultural inerente a ela e suas **múltiplas identidades com o colorido das pinturas corporais, cantos e danças.**” (MI17, p.2)

território, ancestralidade e conhecimento

“**Mostramos às jovens que, de um fruto nativo como o babaçu, retiramos a nossa resistência e bem viver**, reforçamos a nossa luta e incentivamos às mulheres a continuarem na luta pela soberania alimentar, o acesso livre aos territórios e a autodeterminação dos povos”, compartilha a quebradeira de coco babaçu e liderança da Baixada Maranhense (Maranhão), Rosa Gregória” (MM13, p.4)

Cuidados com os corpos e os territórios

“A gente sempre fez esse papel de protetora, em todos os sentidos. Inclusive para os nossos guerreiros que sempre foram a frente dessa luta. Enquanto avançavam nessa luta, nós estávamos nas aldeias **cuidando das nossas crianças, terra, alimentação, sementes, língua e do nosso sagrado que é de todos os povos**” (MI17, p.3)

6. Unidade de conteúdo - REPRESENTATIVIDADE

Reconhecimento da diversidade

“Como há uma diversidade de povos, há uma diversidade de pautas e uma das tarefas é **encontrar a intersecção entre os pontos que mais dialoguem entre as mulheres**, como aponta Braulina Baniwa, mestrandia em Antropologia Social pela Universidade Brasília: “As pautas são complexas, não existe uma pauta que representa e que dialoga com os desejos de todas, por isso a ideia do Fórum”. (MI11, p.3)

Diversidade para atuação política

“**Reconhecimento de feminismos plurais (preto e indígena) precisam ser considerados e ouvidos**, a diversidade que compõe isso de ser mulher. Hoje as mulheres se unificam, sejam mulheres camponesas, das águas, das florestas, urbanas, **se juntam e incidem politicamente através dessa marcha** para alcançar a conquista de direitos. União das mulheres indígenas, agricultoras e quilombolas. Sociedade livre de violência contra as mulheres do campo, indígenas e negras”.(MM2, p.2) fala de Mazé Morais.

4.3.2 Detalhamento inicial do repertório das estratégias das Marchas

As estratégias de construção das marchas são diversas e amplas, se elaboram e acontecem antes, durante e depois das marchas. Como apontado na apresentação inicial, as estratégias não são apenas as ações, são formas que as mulheres se empoderam para atuar diante de conflitos. Desta forma, as estratégias aqui apresentadas são apontadas como iniciais, pois nem sempre alcançam mostrar o

como foi realizado. Identificamos que através das ações detalhadas alcançamos pontuar inicialmente as estratégias. As estratégias se desenham nesta etapa em torno das Unidades de Conteúdo, que foram apresentadas em eixos temáticos: 1. Políticas Públicas, Direitos e Estado; 2. Poder, Decisão e Participação; 3. Confluência; 4. Educação e Conhecimento; 5. Corpo-Território; 6. Representatividade.

Apresentamos a princípio as estratégias de organização das marchas de forma mais ampla, os fazeres que aparecem no corpus de estudo de forma nítida. Como por exemplo no trecho da revista da Marcha das Margaridas:

RELEMBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS: • Painéis Temáticos: Trataram dos temas “Terra, Territórios, Mares e Bens Comuns” e “Enfrentamento à Violência contra as mulheres”. • Tribunal Popular das Margaridas: O tema abordado foi “Previdência Pública Universal e Solidária” • Oficinas Temáticas: Soberania Alimentar e Agroecologia e Corpo e Sexualidade. • Oficinas Lúdicas: As Margaridas puderam participar das oficinas de Confecção de materiais para a Marcha, Teatro Político, e de Batucada. Com isso, mostraram que as linguagens artísticas e culturais são caminhos de resistência. • Oficinas Autogestionadas: Foram sete no total - Fundamentalismo: a pedra no caminho da nossa liberdade e autonomia; Sociobiodiversidade na Panamazônia; Violação dos Direitos Humanos das mulheres atingidas por barragens e a luta pela redução da tarifa de energia; Não queremos esmola, queremos escola e aposentadoria; Mulheres quilombolas contra o racismo e a violência, pelo bem-viver; Mobilização e Segurança para ativistas; Cuidado e autocuidado entre ativistas. (MM7, p.17)

A Marcha das Margaridas foi construída pelas mulheres ao longo de quatro anos através de reuniões em Brasília com a comissão nacional de mulheres da CONTAG e organizações parceiras da marcha, além de ações estratégicas nos territórios chamadas e ferramentas de mobilização e animação da marcha, formação política e sindical para mulheres. Com a organização das caravanas das margaridas nos estados, com debates sobre a conjuntura nacional e seus impactos sobre a vida das mulheres. Além de momentos participativos sobre os eixos políticos da marcha entrelaçados com a realidade dos territórios e mares.

Importante elucidar que Mareório é uma categoria política pautada por populações pesqueiras e extrativistas costeiras. A palavra é uma união de maré com território, para se referir a especificidade dos territórios e das populações que são diretamente influenciados pela maré e seus ciclos (SOUZA; RIBEIRO, 2021). Mareório é um espaço que é socialmente constituído em meio à fluidez das práticas

tradicionais de atuação em ecossistemas costeiros e marinhos. Em função dos conflitos socioambientais, as comunidades passam a lutar por seus territórios e seus modos de vida, na busca pela criação de áreas protegidas e outras políticas públicas, com os processos de mobilização social, o território adquire um senso identitário (LIMA, 2022).

A Marcha das Mulheres Indígenas também foi construída previamente e teve como uma das estratégias relevantes a confluência com a Marcha das Margaridas, buscando a reunião de pautas e a ampliação das lutas. O processo de mobilização das indígenas se iniciou no Acampamento Terra Livre e se potencializou com a criação coletiva fomentada pelas articulações realizadas nos territórios, com as associações diversas e com a captação de recursos para o evento.

Através da reunião das estratégias a partir das URs, encontramos Unidades de Conteúdo que apresentam os fazeres das mulheres em marcha. Ao adentrar nos documentos vimos brechas por onde mirar para compreensão de tal objetivo, exibimos assim os encontros com os fazeres das marchas e/ou das marchas como um fazer, entendendo que a própria marcha se apresenta como uma estratégia de visibilidade e ação político-coletiva das mulheres.

Ao tratar do tema Poder, Decisão e Participação, encontramos as estratégias de auto-organização, criação de espaços de diálogo, articulações e mobilizações. Na criação de espaços de diálogo estão as ações das rodas de conversa, espaços de confiança que podem ter a presença apenas de mulheres. São espaços que buscam ser acolhedores e trazem o sentimento de companheirismo. As rodas de conversa envolvem as mulheres e fazem circular depoimentos, informações e conhecimentos que complementam a formação das mulheres e permitem que o próprio conhecimento se renove a partir das experiências. Além de ser um espaço de participação política onde pontos podem ser acordados e informações alinhadas.

A auto-organização é uma ação política que fortalece as mulheres, e impulsiona a sua participação. As articulações entre as mulheres possibilitam que sua participação tenha poder. Já a mobilização é uma das principais estratégias da marcha. Nenhuma dessas ações aparece de forma detalhada e deixa brechas para análises complementares serem realizadas, tendo em vista sua importância.

A atuação política é uma relação direta das mulheres com as esferas de poder político-institucional, como apoio de frentes parlamentares e deputadas para a realização das marchas. Fazeres políticos que se ramificam em idas ao STF para falar sobre seus direitos, reuniões na câmara dos deputados e participação no Congresso Nacional. Formas de articulação e política para pressionar o governo e que demarcam a presença do corpo das mulheres na política institucional, através da eleição de mulheres de movimentos sociais, negras e indígenas. Tal atuação ocorre em distintas escalas de poder, sendo descrita nas estratégias desde práticas locais até ações no âmbito internacional.

Ocupar e Retomar aparecem como estratégias das marchas, relacionadas especialmente a formas de participação e garantia dos direitos. Ocupar é um momento de proposição e luta, através da ocupação acontecem conquistas importantes. Como o ato ocupar as ruas para avançar na luta, uma ação em massa e reação à conjuntura de caos. Tais estratégias aparecem como afronta ao governo destruidor de Bolsonaro, uma ocupação que denuncia e mobiliza. A ocupação aparece como um fazer em defesa dos direitos das mulheres, que estão à frente nestes processos. Como as mulheres Indígenas que fizeram uma ação de ocupação na Marcha das Mulheres Indígenas de 2019. Elas ocuparam a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), reafirmando a posição dos povos contra a perspectiva de municipalização ou privatização do atendimento à saúde indígena. Além da própria ocupação do palco político de Brasília que acontece através das marchas.

A Retomada é uma estratégia que tem várias perspectivas, como as retomadas de território, de idioma e a retomada do lugar de fala. Retomadas são estratégias de reação frente a um quadro histórico de expropriação e subalternização dos povos indígenas, em especial, para recuperação do que era seu e foi tomado. Estratégias que são apontadas nos documentos pela fala das mulheres que demarcam formas de atuar para reapropriação de seus territórios e de suas dinâmicas sociais e culturais, como exemplo da prática linguística, que foram proibidas e invadidas desde o período colonial.

Para a realização das marchas é realizada uma análise do contexto sociopolítico para atuação, isso se reflete nos documentos e na forma de mobilização. Como por exemplo a decisão de elaboração de uma Plataforma Política por parte das

Margaridas a partir de uma análise de contexto da impossibilidade de diálogo com o governo. Essa estratégia foi diferente da de outras marchas, que tiveram a oportunidade de apresentar suas demandas diretamente para o presidente da república dos outros governos. O momento de não participação exigiu que as mulheres pensassem alternativas, já que suas demandas não seriam sequer ouvidas pelo presidente em exercício. Assim ocorreu a decisão de elaboração de uma Plataforma Política, que mais do que apresentar demandas, elaborou um documento detalhado de como é um Governo pensado pelas mulheres, as suas proposições para políticas públicas. O que nos remete ao princípio da apresentação das estratégias, em que Diniz (2016) fala da importância da luta pelos direitos coletivos para o movimento das mulheres ao longo da história do Brasil, que aparece bem refletido nesta Unidade de Conteúdo.

A Plataforma Política das Margaridas e o Documento Final das indígenas são importantes instrumentos de luta das marchas, elas sistematizam as demandas e anunciam o conjunto de proposições defendidas pelas mulheres. Construção de agendas políticas feitas pelas margaridas e indígenas, incorporam tais demandas coletivas. Documentos elaborados de forma coletiva e participativa, que servem como proposição, retrato do contexto político e memória das lutas, ampliando a visibilidade dos movimentos. Desta forma, os documentos participativos e políticos se destacam como um fazer de extrema relevância.

As reuniões de organização se fundaram como espaços participativos e decisórios, reunindo lideranças de todo o Brasil e realizando agendas locais das duas marchas. O financiamento das marchas aparece relacionado aos financiamentos coletivos e a organização financeira das próprias mulheres e dos seus movimentos, não aparecem mais detalhes de financiadores maiores. A solidariedade é um dos pontos que se destaca, quando as mulheres se unem e se apoiam, tanto antes das marchas, quanto durante, compartilhando o alimento, a estrutura de acampamento das marchas e se apoiando no longo processo de marchar, que é atravessado por muito cansaço, pois a maior parte das mulheres sai de muito longe para chegar de ônibus até Brasília e marchar por horas, com atividades ao longo de dias. O apoio mútuo entre as mulheres torna esse movimento possível.

Voltando às estratégias de atuação das margaridas no movimento da construção da marcha, destacamos também as campanhas de financiamento coletivo, que geram engajamento e multiplicação de informações sobre a existência da marcha (inclusive foi através da campanha de financiamento da marcha que eu soube de sua existência através da amiga da universidade, Carolina Alves).

A convocação para participação é um ponto curioso, é um fazer ligado a mobilização e articulação, ele que possibilita a participação. A forma como são feitos os convites para participação não é detalhada, mas aparecem trechos que podem contribuir para tal compreensão. Os documentos falam do convite para falar, como em uma UR da Marcha das Mulheres Indígenas onde uma liderança afirma que quer que todas as mulheres “venham, subam naquele palanque e falem” (MI8, p.3). E as Chamadas das Margaridas que são apresentadas como ferramentas de mobilização e animação, que se utilizam de linguagens diversas para convidar as mulheres a marcharem juntas. O ato de convocar parece essencial à mobilização e articulação, mas não é descrito. As chamadas, convites e ações de divulgação ocorrem em diferentes espaços e eventos do movimento indígena e dos movimentos sociais, buscando a mobilização das parceiras. O próprio financiamento coletivo é visto como uma forma de visibilização das ações e convite para participação nas marchas.

A elaboração coletiva da marcha é um dos pontos de destaque tendo uma Unidade de Conteúdo própria, que é a confluência, que amplia a ideia de coletivo. A expressão mais significativa de estratégia de confluência foi o ato de união da Marcha das Mulheres Indígenas com a Marcha das Margaridas. No dia da Marcha das Margaridas em Brasília, as mulheres indígenas se juntaram a elas, as recepcionaram nas ruas e pintaram seus rostos de urucum, unindo as lutas e visibilizando sua existência em meio à grande diversidade de ser mulher. Como pode ser observado em uma UR selecionada “pintamos elas de urucum. E por mais que saia em dois dias, elas ficarão para sempre pintadas” (MI8, p.5)

Outra ação que representa arte e integração é a elaboração de bandeiras e cartazes que desfilam nas marchas é um processo de criação coletiva que carrega mensagens. São expressões artísticas de preparação das marchas que se destacam como estratégias relevantes. As mulheres reconhecem o peso político da ampliação das alianças como estratégia e realizam trabalhos conjuntos com diversos setores da

sociedade, conectando redes, buscando a visibilidade nos meios de comunicação e na sociedade, além do impacto político.

Essa articulação em busca de confluência ocorre com a promoção do diálogo entre os grupos, como por exemplo a conexão entre o campo e a cidade. Buscando balizar as demandas e quereres das Margaridas e das Mulheres Indígenas, através de reuniões de preparação, oficinas de formação, encontros regionais e debates locais. Nestes espaços políticos ocorre o debate das pautas, do contexto e da demanda de cada localidade representada pelas mulheres. A ação envolve a integração de necessidades e conhecimentos dos territórios com o movimento nacional. Processos que podem ser mais detalhados, pois aparecem de forma simples nos documentos.

A ação da Caravana das Margaridas, sintetiza a articulação para ampliação do movimento, divulgação da marcha nos territórios e mobilização das mulheres. São várias ações em nível estadual com debates sobre a conjuntura nacional e seus impactos sobre a vida das mulheres, pautando o processo eleitoral e a necessidade do fortalecimento das candidaturas orgânicas ao movimento social. Nas caravanas são construídos processos de multiplicação que dão visibilidade à agenda política das margaridas. Uma ação que também é realizada pelas mulheres indígenas, mas não apareceu nos documentos.

Educação e Conhecimento fazem parte da Unidade de Conteúdo que reúne os processos de formação e difusão de informação, de formas de apresentação dos saberes e de como eles se organizam nas marchas. A importância de Ler e Escrever aparece de forma nítida no corpus, as mulheres mostram que o ato de relatar e narrar é uma forma de disputa de poder. Elas falam da importância da presença de narrativas de mulheres. Identificando a leitura e a escrita como instrumentos e ferramentas dos opressores, que precisam ser dominadas e usadas para reparar os danos causados ao povo. O ato de estudar pode levar a uma ampliação da compreensão do contexto político e dos temas debatidos pela sociedade. Além disso, as mulheres afirmam que a educação e o conhecimento podem ser uma forma de fortalecimento feminino para participação efetiva na política institucional através das eleições.

A participação em assembleias e seminários aparece como processo de aprendizagem, onde elas se formam como dispersoras de conhecimento e repassam

as informações apreendidas para seus povos, grupos e comunidades. Nestes espaços circulam conhecimentos sobre as políticas públicas, o papel das instituições e a Constituição Federal, pontos essenciais para as mulheres que se mobilizam. Lutar pela constituição, conhecer a constituição e fazer dela parte da vida das comunidades é um dos focos estratégicos dos movimentos e da formação de lideranças, e aparece com ênfase no corpus.

As mulheres indígenas apontam a participação em reuniões como ações estratégicas de formação. Além da realização de oficinas, como por exemplo a realização uma oficina com discussões sobre violência e abuso sexual contra mulheres originárias. As atividades das margaridas envolvem oficinas em diversos territórios com apresentação dos seus cadernos de debates. Os cadernos são instrumentos para facilitar as atividades de diálogo e participação, com reflexões sobre os 10 eixos políticos da Marcha das Margaridas. As ações formativas são um trabalho coletivo que prioriza o diálogo com as bases, fomentando a formação e as articulações políticas.

Além das oficinas nacionais, elas organizam diversos momentos onde reúnem as lideranças dos movimentos que organizam a Marcha das Margaridas, além da coordenação geral da marcha. Também se destacou no corpus o exemplo da realização do Curso de Formação Política Sindical de Mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que fomentou a participação política autônoma das mulheres.

A ancestralidade e a transmissão dos saberes foram estratégias abordadas. A ancestralidade se liga ao conhecimento pela ideia da passagem de informações entre gerações, de saberes estratégicos e do ensino da liderança, uma forma da liderança seguir dos mais velhos para os mais novos. Isso se dá de diversas formas, algumas ligadas às redes familiares ou espirituais, outras vezes política e social, mas também ocorre através de participação, de acompanhar os processos comunitários e de ensinar como liderar a partir de saberes bem práticos e políticos. “O empoderamento é uma ação de conscientização sobre os direitos sociais e civis do cidadão, garantindo sua emancipação” (MM1, p.5)

Os saberes das mulheres envolvem a produção de alimentos e de artesanato, que utilizam elementos dos territórios e saberes tradicionais. Eles representam a

cultura, com arte e artesanato sendo exibidos e vendidos nos espaços das duas marchas. Este ponto pode ser melhor detalhado, para ampliar a compreensão desses saberes orgânicos e de como eles se entrelaçam e se configuram como importantes ações das marchas, pois nos documentos são apenas pontuados, mas sua presença na prática é muito forte. Dialogando com estas ações encontramos a estratégia do cuidado, ações de cuidado com as crianças, com a terra, com a alimentação, com as sementes, com a língua e com o sagrado dos povos.

O eixo temático corpo-território aponta estratégias de demarcação das diversas identidades e suas relações com os espaços, cultural, social, ambiental e politicamente construídos. Na demarcação de seus corpos-territórios, as mulheres indígenas trazem como estratégia o uso do cocar e das pinturas na pele, reconhecendo esses elementos como forma de reafirmação de suas existências enquanto indígenas. Uma estratégia que precisa ser bem compreendida para não ser confundida com a visão romântica do indígena original. Outras ações de representação da diversidade dos povos indígenas são as múltiplas identidades que aparecem nas marchas, que podem ser reconhecidas a partir do colorido de suas pinturas corporais, mas também de seus cantos e suas danças. As cores do território passam a integrar o corpo dos povos, as dinâmicas do espaço vão ser desenhadas nas suas danças.

Nas Margaridas a relação corpo-território pode ser observada na relação do conhecimento das mulheres e do seu trabalho, que delimita sua identidade, a partir dos seus territórios. Como o caso do movimento das quebradeiras de coco babaçu, mulheres que retiram sua resistência e bem viver de um fruto nativo dos seus territórios. E das mulheres das águas, como apresentado na definição dos territórios.

Representatividade é a Unidade de Contexto que caminha junto com a diversidade, pois na construção de espaços políticos é importante a compreensão e demarcação das diferentes identidades e reconhecimento das relações de poder dentro do marcador de gênero. O respeito à diversidade potencializa a reunião de pautas com a busca por pontos de intersecção, sendo uma estratégia importante para atuação política que se articula a partir da marcha. Esta reunião de demandas é feita a partir da busca ativa por pontos de intersecção que dialoguem entre as representações das diferentes formas de ser mulher.

Essas estratégias são pequenas miradas dos fazeres das Margaridas e das Mulheres Indígenas. Identificamos lacunas de conhecimento ao organizar as Unidades de Conteúdo, percebendo que existem poucas explicações e detalhamentos de algumas estratégias encontradas. Identificamos nuances de processos desenvolvidos ao longo das organizações cíclicas das marchas. Que não puderam ser compreendidas apenas na observação de documentos, as experiências da vivência, da observação e da prática, são importantes para compreender as estratégias. Pois sabemos que algumas delas são planejadas e formuladas no coletivo e outras são orgânicas e resultantes de ações que acontecem no próprio movimento das marchas. São pequenos pontos elencados aqui através de dados documentais das falas das mulheres que vão precisar de complementação para serem desenhadas.



CAPÍTULO 5
EXPERIÊNCIAS NOS CAMPOS DE PESQUISA:
O RE-ENCONTRO COM AS MARGARIDAS
E AS MULHERES INDÍGENAS

5 EXPERIÊNCIAS NOS CAMPOS DE PESQUISA: O RE-ENCONTRO COM AS MARGARIDAS E AS MULHERES INDÍGENAS

Os escritos sobre narrativas e fotografia apresentados no Capítulo 2 são a base da metodologia do campo para apresentação de dados a partir da vivência. Essa parte da tese é escrita em primeira pessoa, retratando a minha experiência como parte do processo de construção da pesquisa. Uma forma de apresentar um conhecimento situado a partir do meu recorte, compreendendo que a totalidade do conhecimento é mais ampla e diversa, com marcadores que estão para além das delimitações possíveis para a pesquisa.

As estratégias das marchas foram inicialmente delimitadas pela análise documental, onde identificamos brechas e potencialidades que precisavam ser ampliadas, validadas e aprofundadas. Para isso, elas foram observadas nos campos de pesquisa, mirando seus entrelaçamentos, tecnologias, saberes e como as mulheres tecem relações. Desta forma, buscamos mirar como as marchas desenvolvem metodologias participativas complexas. Elas serão descritas a seguir através da Investigação Ação Participativa e uso da fotografia como estratégia estético-metodológica de apreensão das experiências construídas em campo e que, por sua vez, se unem às unidades de conteúdo trabalhadas na revisão integrativa da literatura e da pesquisa documental.

Apresento os campos realizados no âmbito da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Indígenas, com o detalhamento dos processos vivenciados, a organização dos eventos que participei, as pautas que se destacaram e estratégias que identifiquei e experienciei. Ao final delimito a sistematização dos dados que emergem dos relatos pessoais. São dados apresentados através de texto livre e imagens, as imagens produzidas nos eventos e alguns dos textos também, outros foram criados depois, a partir da memória, uma forma de mirar o que se adensou com o tempo, o que permaneceu das narrativas que vivenciei.

Como preparação para os campos, utilizei as mesmas metodologias das etapas anteriores do estudo, levei os dados da análise documental e da revisão bibliográfica para validação e ampliação. Separei as pautas identificadas e as estratégias desenhadas para compreender sua pertinência ao longo do tempo, já que os documentos se referem a agosto de 2019 e os campos foram realizados em abril

e maio de 2022. No caso das estratégias, os dados da análise documental foram insuficientes, e os campos necessários para aprofundar a compreensão.

Reconhecemos que as formas de organização, articulação, mobilização e formação ocorrem em processos que precedem o ato das marchas e que estão fundamentando toda a sua realização. As idas às reuniões de organização das próximas marchas, nos campos realizados, tiveram como objetivo me aproximar das etapas prévias dos atos, que não pude participar antes de 2019. Tais ações são parte de processos já estruturados, que vêm se moldando ao longo de décadas, como pude identificar através do estudo de trabalhos que tratam das marchas, das organizações dos movimentos sociais e do movimento indígena.

As idas aos campos foram feitas após contato prévio com mulheres indígenas e margaridas. Entrei em contato com a Marcha das Margaridas pelo instagram, enviei uma mensagem privada. Expliquei que estava realizando minha pesquisa, com alguns dados básicos para situar a conversa, expressando minha vontade de me aproximar do movimento para ampliar a compreensão. Fui respondida e me passaram o contato de uma das coordenadoras da Marcha. Mandei uma mensagem pessoal para ela, através do whatsapp. Agendamos uma conversa por telefone, onde me apresentei e detalhei minha pesquisa. Ela também é pesquisadora e fez trabalhos acadêmicos sobre a marcha, foi sensível a minha proposta e me convidou para perto. Explicou o processo de organização da marcha, que existe muito trabalho por trás do ato que ocorre em Brasília. Contou como elas funcionam em rede, com uma coordenação executiva, composta de 16 movimentos mais o movimento sindical, somado ainda à coordenação geral da CONTAG. Composta de mulheres sindicalistas, das secretarias de mulher da CONTAG e das representantes de cada estado. O trabalho em rede consiste em preparar as lideranças, formá-las, para que elas atinjam outras mulheres através de encontros nos territórios, ampliando o alcance do trabalho realizado.

A coordenadora trouxe alguns elementos do campo que me chamaram atenção, falou da dificuldade que eu teria caso a minha pesquisa tentasse abranger a diversidade da marcha através do contato individual com as mulheres. Sendo difícil chegar até as “margaridas raiz”, aquelas que estão lá nos territórios. Como ela disse, “mulheres que vivem há muitas cachoeiras de distância”, fazendo referência ao modo como as mulheres da região Norte falam quando alguém vive bem longe na zona rural.

A ideia da “margarida raiz” me encantou, pensando nessa forma orgânica das identidades, já tão presente na própria descrição das Margaridas do campo, das florestas e das águas. Veio assim uma nova ideia de diversidade dentro do movimento, a amplitude das escalas de atuação, as margaridas que são lideranças participam das reuniões nacionais e levam para os territórios as informações para conectar com as margaridas raiz, com quem colhem as denúncias e pautas que alimentam o movimento.

Para dialogar com as margaridas, a coordenadora me explica que o melhor seria eu participar de uma das reuniões de organização da marcha, onde as lideranças de todos os estados e de todos os movimentos que compõem a comissão ampliada participam. Uma oportunidade de apresentar minha pesquisa e de me aprofundar na realização da tese com mais contato e participação com o campo. A organização confirmou que eu poderia participar e fui para Brasília.

A partir da construção destas pontes com a organização da Marcha das Margaridas, eu quis vivenciar o mesmo processo de organização da Marcha das Mulheres Indígenas. Neste mesmo período estava programado para acontecer o Acampamento Terra Livre, momento onde as mulheres se organizam de forma coletiva para pensar as marchas. Ficou nítida a oportunidade de vivenciar processos similares de mobilização e organização das marchas, mantendo o mesmo movimento nos dois campos de estudo, por mais distintos que eles possam ser.

Para me preparar para o Acampamento Terra Livre entrei em contato com uma mulher liderança Fulniô de São Paulo, que uma amiga me indicou por sua relevância para o movimento. Conversamos através de uma ligação de vídeo no whatsapp, perguntei sobre a Marcha das Mulheres Indígenas, se ela participou. Ela contou que a marcha é uma coisa, mas que para além dela existem muitas coisas, que o movimento das mulheres indígenas é muito amplo e vem se desenhando há muitos anos, em muitos espaços. Falou da importância do trabalho no dia a dia, das articulações e da presença no território. Ela deixou claro que nesse momento a principal pauta é a fome, que no cotidiano as mulheres estão precisando de comida, e que seu trabalho muitas vezes é correr atrás de cesta básica para distribuir. Uma demanda urgente diante do cenário atual pós pandemia e economia quebrada.

Perguntei sobre os quereres das mulheres indígenas e ela contou da diversidade do movimento, que ele é composto por etnias diferentes que têm demandas específicas, não existindo um querer único. Falou da dificuldade de ter alguém que represente todas. E deixou clara a importância da participação de todas, para que elas se representem, contem suas demandas. Essa me pareceu uma das formas de convocação que a liderança Fulniô usa para driblar a difícil tarefa de convidar as mulheres para participar.

Ela problematizou questões de representatividade, ao afirmar que todas as vozes precisam estar presentes. Ela demarca que não é porque está em um cargo de coordenação que vai falar pelas outras e afirma que nem sempre quem está na política faz algo pelos outros. Daí a importância de participar e não seguir uma representatividade, sem atuar, como se assim seus direitos estivessem garantidos. Neste processo de convocar para a participação, a liderança constrói processos formativos, ensinando como criar conselhos, por exemplo, e como participar, a partir daí os parentes fazem do jeito deles, segundo ela. Ao final da conversa a liderança me impulsionou a seguir na pesquisa, falou eu não sou indígena, mas que é bom eu saber dessas coisas.

Com estas conversas e convocações comecei a me preparar para a realização de outra etapa da pesquisa. Participar desses dois campos foi guiado pela busca por novos anúncios, para aprofundar a compreensão da marcha enquanto fenômeno psicossocial. Fui com ouvidos atentos para as pautas ambientais das mulheres, para compreender os Ecofeminismos, mirando a diversidade e a representatividade, a fim de evidenciar o que informa o repertório das mulheres. Fui com o intuito de experimentar ao invés de interpretar, por mais que eu tivesse leituras prévias e dados analisados, sabendo do funcionamento da marcha, dos processos de organização e formação, fui aberta para vivenciar. O que é muito distinto, pois parto da compreensão de que o conhecimento precisa ser vivido para ser melhor compreendido. No caso da presente pesquisa, essa ideia dialoga com a perspectiva que afirma que a marcha é gigante e a cada debate ela cresce e se aprofunda e está respaldada pelos referenciais da psicossociologia com comunidades apresentados.

No campo, as teorias que vi na revisão bibliográfica e os dados da análise documental se materializaram, as ideias metodológicas, colocadas em prática. A

organização e o histórico dos movimentos sociais, as pautas feministas, os conflitos socioambientais, o reflexo do governo de extrema direita, a forma de atuação das mulheres aparecia nas conversas, nas apresentações, nas assembleias. Foi muito importante conhecer aquelas que inspiraram teorias, criaram movimentos e que se não estavam diretamente envolvidas com esses processos, ouviram as histórias de outras lideranças que estavam presentes em momentos históricos e em conquistas de políticas públicas. Conheci e dialoguei com aquelas que estão presentes e atuantes em diversos territórios, conectando mulheres e mobilizando a luta. Trouxe comigo a inspiração da metodologia da Investigação-Ação-Participativa (IAP) de Orlando Fals Borda para esse momento, a compreensão da psicologia comunitária e política de Montero e Martín-Baró e as narrativas fotográficas, com toda sua base teórica-estética-política, para registro dos dados e ampliação da mirada do campo.

Minha metodologia envolveu a fotografia, escolhi momentos específicos para fotografar. Na reunião da Marcha das Margaridas não estava fotografando com a câmera profissional, utilizei apenas o celular para fazer registros pontuais, eram reuniões e rodas de conversa, não cabia uma câmera em um espaço onde eu estava chegando. Para não gerar afastamentos e era um momento muito interno da marcha, de planejamento e formação. No Acampamento Terra Livre fotografei as plenárias e as marchas, momentos de apresentação cultural e de mobilização política. No acampamento e nas barracas apenas observei e conversei, não pegava a câmera, apenas quando me pediam para fazer algum retrato.

O papel e caneta, usei em momentos específicos, de apresentação de palestras e falas das lideranças, material que também foi substituído em alguns momentos por anotações no celular. Um cuidado para não gerar afastamentos e criar uma posição de observadora externa, que não era meu objetivo. Fiz escritas livres sobre a participação na reunião, com anotações das falas que me tocaram, das imagens que me marcaram e que tinham um olhar para os questionamentos da pesquisa.

5.1 Apresentação dos campos de pesquisa

o sol chegou até a folha de papel em branco,
 me convidando a escrever
 na beira do rio
 com os pés na pedra
 aqui quem conta o tempo é andorinha
 ao som das espumas que se formam
 nesse encontro - rio e pedra
 fico confortável
 o silêncio interno se expande
 o vento quente convocou
 hoje é um bom dia

tudo que vi e quero contar
 me vem como um espelho
 quando olho para esse rio

fluxo incessante de vida
 sem passado ou presente
 sua história aqui como a minha
 só pode ser vista e imaginada

eu e ele fomos transformados
 ele já é outro rio
 mesmo sendo o rio que sempre me banho
 e eu outra pessoa
 mudamos pouco
 mas nossos contornos não são mais os mesmos

a força do que vivi desbarrancou certezas
 o lago raso de emoções, seguras, certas,
 foi invadido pelo novo

o novo é uma palavra que agora pra mim tem movimento
 o novo é um pé batendo no chão
 quando fala do futuro
 o movimento marca
 a força do novo só existe
 porque tem o presente ali
 com o pé se afirmando no chão

eu me fiz assim
 re-existi palavras cores movimento
 fumaça que integra e comunica
 e dá forma ao ar
 dá uma forma mínima a todo movimento que acontece

o pé batendo no chão, as palavras cantadas
 a fumaça foi pro céu, o fogo constante
 só contorninhos dessa vivência
 que ousou descrever
 tipo quando a gente tenta imitar um passarinho,
 pra chamar ele pra perto

olho pro rio passando e chamo a memória
 abro espaço pra ela me ocupar
 ela é quente, muito quente
 é fluxo incessante como essa água fértil do rio

das cinzas vou escavando essas memórias,
 cinzas que fertilizam meus conhecimentos,
 festejo os cacos com cor que encontro,
 coloco eles no papel.
 processo intenso de mexer e remexer em tudo.

Dou um tempo pra mente,
 pro conhecimento adensar,
 para sentir com calma os encontros que ainda estão no meu corpo
 e brotam como catarse mental,
 se derramando,
 buscando silêncio e atenção
 para não esquecer.

a emoção quer transbordar, ampliar as bordas
 dias depois de um movimento
 de olhar para dentro, de ficar em um silêncio
 como quem admira, respeita e se encanta
 como o novo (bate o pé no chão)

Quando fui para Brasília,
 o silêncio foi comigo.
 quando voltei de Brasília
 minha voz não voltou comigo.
 tive dias de nem querer ouvir
 nem conseguir falar
 um corpo novo, redesenhado, recolorido, descontornado

agora eu sou uma guia,
 que carrega o fluxo do rio e das ideias.
 do novo
 o novo que segura a caneta
 e domina as palavras
 tento nem dominar
 nem deixar que elas me dominem
 somos encontro
 deixo as palavras chegarem do jeito delas
 tipo água

o que parecia silêncio
 eram as novas palavras se encontrando
 me movi até esse rio em busca desse silêncio,
 pra me permitir sentir de novo os dias de Brasília

o corpo quer acelerar
 a mente puxa.
 Pra frente é ato contínuo.
 Nós somos sempre plural.
 Sou uma, mas não sou só.
 (Bárbara Pelacani, 2022)

Figura 73: Antotípia Corre um rio em mim



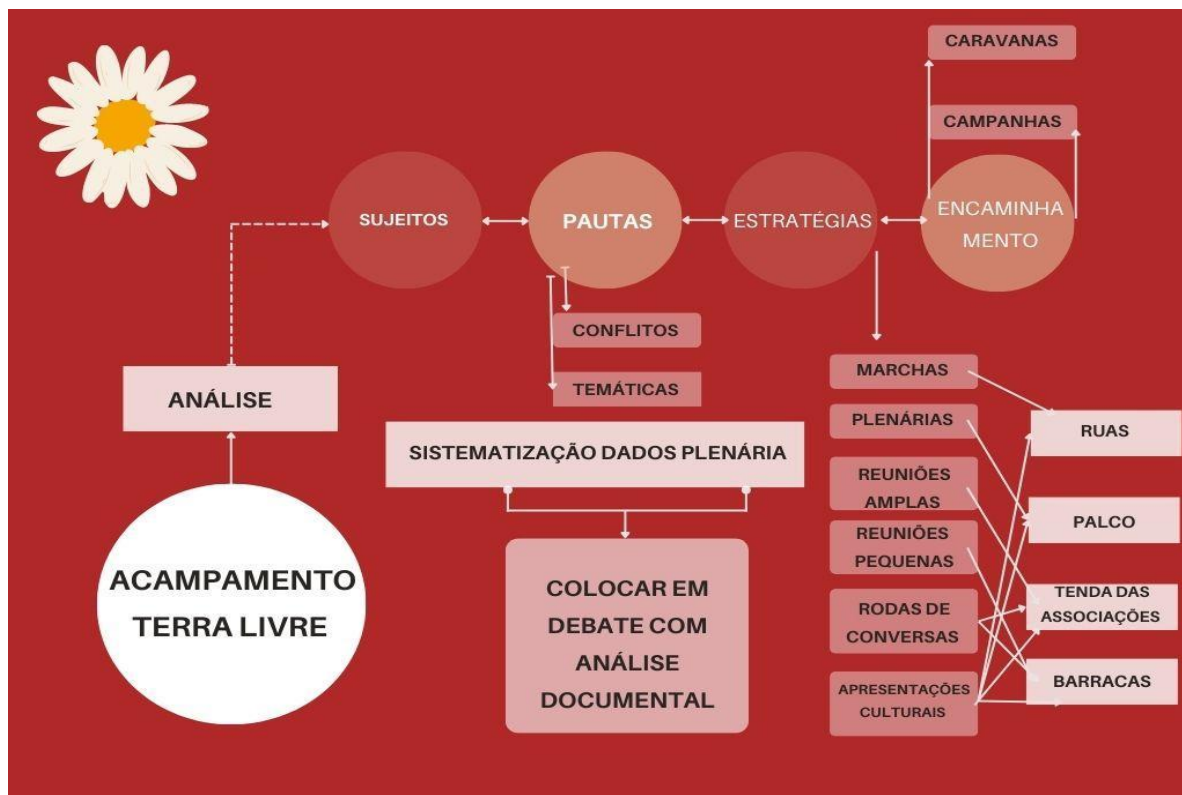
Fonte: A autora, 2022.

5.2 Acampamento Terra Livre: Campo com as Mulheres Indígenas

O campo da Marcha das Mulheres Indígenas foi realizado no 18º Acampamento Terra Livre - ATL que aconteceu entre os dias 04 e 14 de abril de 2022, em Brasília. O ATL é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em parceria com outras associações. Esta edição reuniu 8 mil representantes de 200 povos, do total de 305 povos originários no Brasil. Participei do Acampamento dos dias 6 de abril a 13 de abril. O 18º ATL teve como lema “Retomar o Brasil”, uma referência às retomadas, que são uma estratégia de reterritorialização que alguns povos se utilizam para voltar aos seus territórios ancestrais, roubados ao longo da colonização e que se perpetuam através das decisões políticas atuais.

O evento durou 10 dias, espaços de encontros, mobilizações e denúncias do cenário político, econômico, ambiental e social. Através do esquema de organização do campo (Figura 74) apresento a organização do campo de forma esquemática, a fim de elucidar os processos vivenciados e a organização do campo em dados de pesquisa.

Figura 74: Esquema de organização do campo com as mulheres indígenas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Figura 75: Marcha dos povos indígenas em Brasília

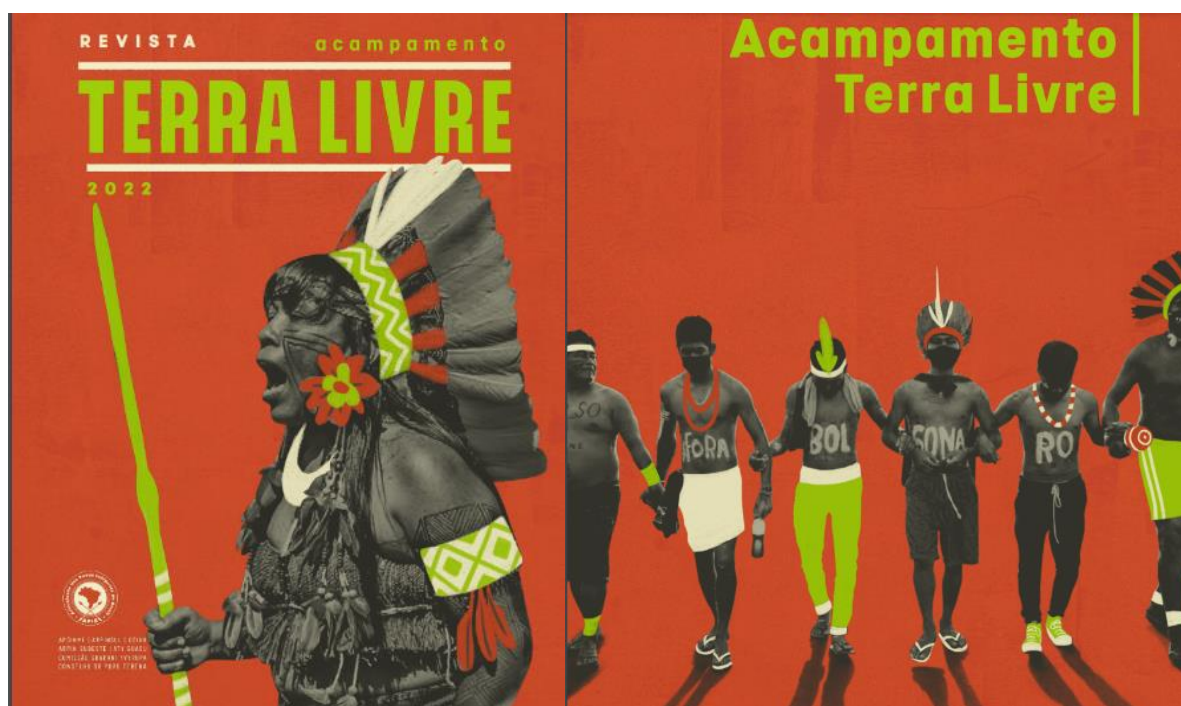


Fonte: A autora, 2022

A edição de 2022 do acampamento foi considerada pela APIB como a maior mobilização indígena do mundo. Foram realizadas 5 marchas para demarcar as pautas indígenas em Brasília, ocupando diversos pontos da Esplanada dos Ministérios. Na tenda central do acampamento aconteceram plenárias com a realização de 25 debates com temas diversos, com a participação de 130 lideranças que fizeram suas falas no palco.

O ATL de 2022 contou com a presença de lideranças de diferentes aldeias, etnias e territórios; Políticos indígenas e não-indígenas; Associações indígenas e indigenistas; Representantes de organizações indígenas e não indígenas; Sujeitos externos não-indígenas; pessoas de outros países. As lideranças indígenas presentes não representavam uma etnia, em geral eles representavam sua aldeia ou sua organização. No acampamento os indígenas se agruparam por etnia ou território ou organização. Sua organização no espaço foi de forma diversa, e alguns grupos reproduziram a forma da organização espacial das suas aldeias, com as barracas em círculo, com pátio central, fogueira no centro para aquecer e produzir alimento, banheiro improvisado próximo ao acampamento.

Figura 76: Revista Acampamento Terra Livre 2022



Fonte: APIB, 2022.

Aconteceram importantes articulações políticas decorrentes do evento como importantes presenças políticas nas plenárias. Como a participação do candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, que ouviu as demandas das lideranças e firmou compromisso com o movimento indígena para criação de um Ministério dos Povos Indígenas, caso eleito, com um posicionamento firme diante de suas pautas. Além disso, no âmbito político foram feitas denúncias internacionais na ONU e no Parlamento Europeu, reuniões em tribunais superiores no Supremo Tribunal Federal - STF e no Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e reuniões com embaixadas Internacionais. Toda a alimentação ao longo dos 10 dias de ATL foi fornecida gratuitamente aos participantes do evento, ela foi doada e preparada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST garantindo comida saudável e sem veneno todos os dias.

Como forma de enfrentamento e resultado das articulações do ATL foi desenhada uma Plataforma Indígena de reconstrução do Brasil. As propostas para uma Plataforma Política envolveram uma agenda ambiental e a reconstrução das instituições e das políticas públicas indigenistas. Com a retomada dos espaços de participação, que permitam o controle social indígenas e reiniciem o diálogo com as instâncias de decisão governamental (ATL, 2022b). Mas a Plataforma não tem nenhum ponto específico de pauta sobre as mulheres, mesmo esse evento tendo um dia inteiro para seus debates e proposições.

Para situar o campo apresento narrativas fotográficas de momentos que vivenciei estratégias bem específicas das mulheres indígenas em meio ao movimento de seus povos reunidos. Experienciei diversas marchas e atos políticos, que trouxe para a pesquisa através de imagens e palavras, na busca por ampliar a compreensão dos quereres e fazeres a partir do sentipensar. Todas as fotos apresentadas a seguir, assim como textos são de minha autoria e foram formatados de forma a integrar informações de maneira fluida, permitindo uma imersão no campo.



Nessa terra livre que se fez
acampamento de aldeias.

Busquei me encontrar com as
mulheres indígenas.

Com o restinho de energia
que Brasília ainda não tinha
tirado de mim.

Não dizem, mas essa Brasília
quer a gente morta.

Marchar lá é uma tarefa de
consciência ativa de saber
que no centro da morte é
onde se luta pela vida.

No meio do calor que seca o
corpo, das distâncias
dinizadoras da energia que
desnaturalizam o ser,
marchamos.

Você fica de pé e anda,
busca, segue. Sente que
naquele acampamento aldeia
tem vida.



nesse fluxo descubro melancia e tangerina, que como no gramado embaixo das árvores junto com o povo kayapó, as mulheres kayapó me lembram a Tuyra, que além de habitar a minha memória com um facão na cara do neocolonizador, habita também o mesmo gramado que eu.

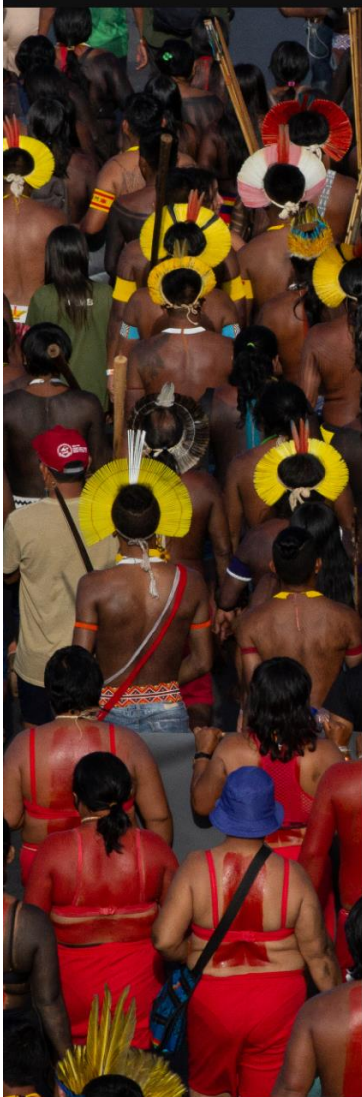


as kayapó e o seu canto lamento (ou o lamento meu de não saber o canto) com um timbre de voz que eu desconhecia que hoje embalam essa escrita.

a marcha foi como tudo
começou.

foi direto a primeira coisa do dia
que cheguei.

o que me trouxe até aqui foi a
marcha.



confluência de Corpos-
Territórios em re-existência

é o que me atravessa e
situa todo tempo



a luta pela terra e pela vida
quem vive essa luta?
como vive essa luta?

só o que tento visualizar.
junto elementos em soma
e sobreposição

intentando que as palavras
transmitam pequenos lampejos
do que seria esse movimento.

tão pessoal e de grupos,
mas tão coletivo e que gira o
mundo



© Bárbara Pelacani

começar o acampamento caminhando no deserto do caos estável de
brasília de bolsonaro é simbólico

imagino esse sangue-pessoa-coletivo escorrendo pelas veias abertas
do Brasil até se reunir na capital

logo na capital, de onde vem a mão que tenta nos esmagar,
vamos até lá levar o sangue e o suor do nosso povo,
pra demarcar nosso território de luta,
pra devolver todo sangue e lama,
que derramaram em nossas terras,
no centro do poder.

em marcha já me vi ser cada pessoa que me atravessou
dessa vez cada pessoa indígena que me atravessou
me expandiu como ser
brincou com essa delimitação pequenina do que carrego
na minha mente como sendo vida-tempo-espaço

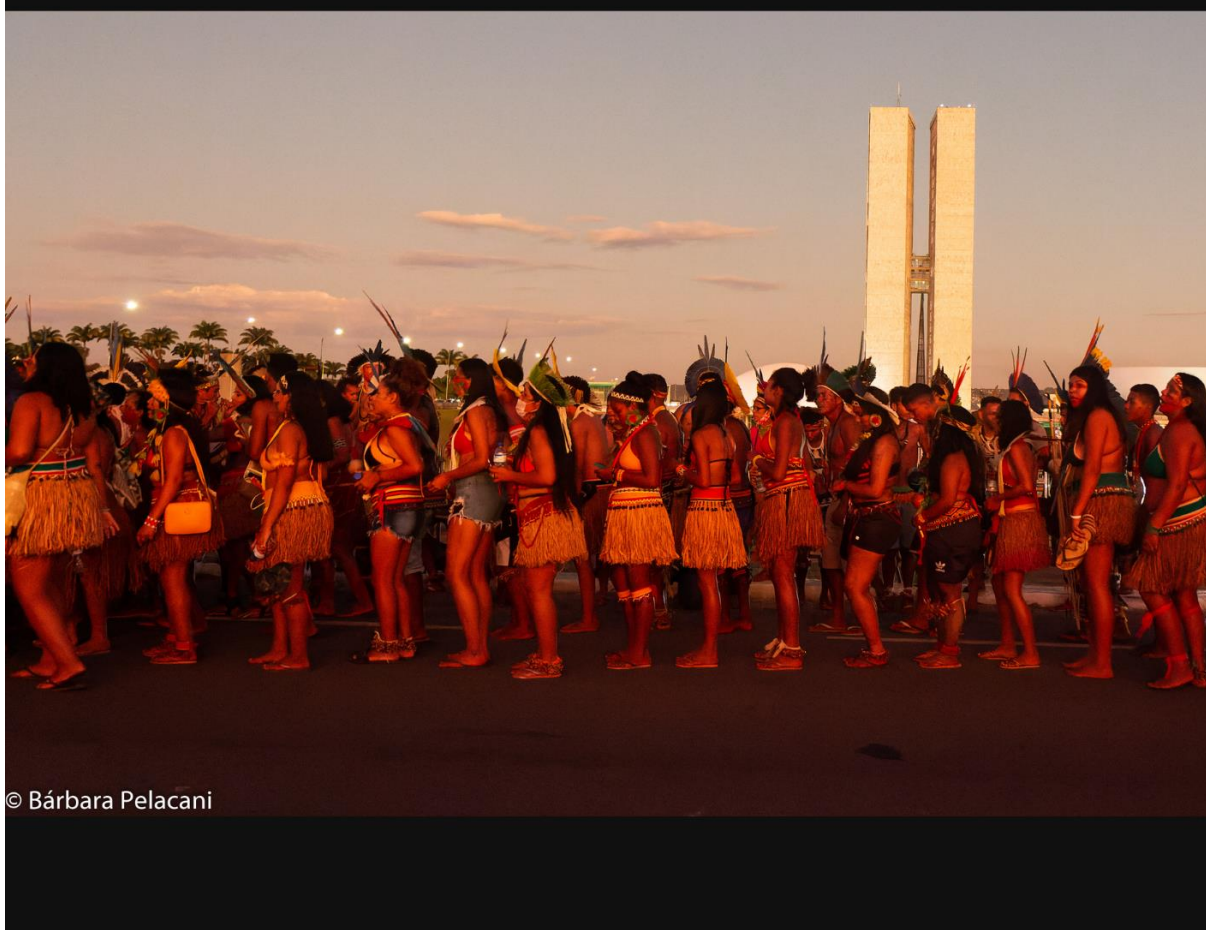


© Bárbara Pelacani

cada território-corpo estava presente
em um espaço da marcha.
os que estão sempre na frente,
os kayapó que cantam e fazem Brasília tremer
com os rostos pintados de vermelho e as cabeças adornadas.
O canto forte dos Xukuru, em oração
e encanto no embalo que fui junto

Os krahô que demarcam sua presença com sua melodia leve de um tempo outro. os pataxós, os kariri xocó, os karajá, os krikati, os guajajara, os kamaiura, os kalapalo, os maxakali e mais lideranças de outros 200 povos estavam presentes.

os guarani que com sua música melodiosa encerram a marcha, celebrando o retorno depois de um dia de luta enquanto o sol se põe e as notas suaves dos violões e violinos pintam o céu de fim de tarde





o primeiro passo foi rumo ao Congresso Nacional
nacional, como se a nação fosse uma só
e nesse rumo, eram várias nações
sem um só canto ou um só coração
cada uma em seu idioma encantava com suas músicas
a unidade ali é só a força da confluência
vozes que só se juntam no “já”
quando inflamam na convocação “demarcação”
uníssono vários idiomas se juntam em português ao responder “já”
afirmação de tempo, do corpo, do território em movimento
“Demarcação Já!”

“Demarcação Já” foi a primeira Marcha que participei, em defesa da demarcação dos territórios e contra a agenda anti-indígena do governo brasileiro. Participei de mais três atos, um que era um “Basta de Violência” (Figura 77) e outro onde os indígenas se somaram aos movimentos sociais nos Atos Nacionais pelo Fora Bolsonaro. Além destes, participei do Ato Ouro de Sangue, que foi realizado no Ministério de Minas e Energia, como principal pauta trazia um posicionamento contra o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que tem como intenção abrir precedentes para a mineração em terras indígenas.

Figura 77: Basta de Violência - Marcha dos povos indígenas



Fonte: A autora, 2022.

Figura 78: Mulheres indígenas, Kayapó e Krikati



Fonte: A autora, 2022.

As Marchas eram atos estéticos e políticos que foram os principais momentos onde fotografei, quando as pessoas estão em manifestação existe uma busca de visibilidade. Os espaços públicos foram meus principais focos (Figura 78), assim como as apresentações das plenárias na tenda principal. Não fotografei nas barracas no acampamento, em respeito ao espaço privado que se configurou enquanto casa temporária das pessoas.

VI AS MULHERES KRAHÔ OCUPAREM A PLENÁRIA, JUNTO COM OS HOMENS. A MAIS VELHA ME CHAMOU NO ACAMPAMENTO ALDEIA E FALOU “AVISA LÁ NA PLENÁRIA QUE A GENTE VAI CHEGAR E FAZER A NOSSA APRESENTAÇÃO, DEPOIS VOU SUBIR NO PALCO, EU E ELA (OUTRA LIDERANÇA) PRA FALAR”. E ME CONTOU QUE VAI ASSIM POIS NUNCA TEM ESPAÇO PROS KRAHÔ, O CERRADO SEMPRE FICA ESQUECIDO. FUI COM MINHA MISSÃO EM BUSCA DA ORGANIZAÇÃO, SEM CONHECER NINGUÉM, SAI FIRME, SEM SABER COMO IA RESOLVER, MAS DECIDIDA, IA RESOLVER. ENCONTREI NO PALCO UMA DAS MULHERES DA ORGANIZAÇÃO E DEI O RECADO, ELA FALOU QUE ERA PARA ELES ESPERAREM DO LADO DE FORA DA PLENÁRIA QUE ELA IA CHAMAR PARA APRESENTAR E COLOCOU O NOME DAS MULHERES PARA O DEBATE NA MESA.





**ENTENDI QUE POSIÇÃO NÃO SE DEMARCA ESPERANDO,
ELAS SAÍRAM DAS BARRACAS, CAMINHANDO DE MÃOS DADAS E CHEGARAM.**



**ENTRARAM DIRETO
NA PLENÁRIA E
FIZERAM SUA DANÇA
E SEU CANTO,
OCUPARAM O
ESPAÇO QUE
TAMBÉM É DELAS,
SEM ESPERAR
UM ANÚNCIO,
FORAM SER
PARTE DE UM
MOVIMENTO
QUE É DELAS.**





© Bárbara Pelacani

impulso de existência
e re-existência
quando em meio
a outros povos
elas chegam firmes,
demarcam
sua existência.

posicionamento político dos
que não aguardam
o espaço ser concedido,
não tem condição passiva,
nem agressiva,
elas se posicionam.



© Bárbara Pelacani

5.2.1 Roda de Conversas com as mulheres Krahô: Participação e processo psicossocial

Conhecer um povo indígena sempre foi uma ideia muito distante pra mim, fruto basicamente de imaginação, histórias ouvidas, músicas guarani e inspiração para pensar outras realidades. Daí o encontro com as mulheres indígenas na Marcha das Margaridas em 2019 me atravessou e formou minha pesquisa. Precisava vivenciar os espaços de organização, conversar com as mulheres e ouvir seus quereres. Ir para o Acampamento Terra Livre foi parte desse fluxo de trabalho, para seguir com as indígenas, no mesmo ritmo que com as margaridas, fazer uma imersão em cada campo de organização das marchas. A intenção era conhecer as mulheres e ver como as marchas são pensadas, organizadas, o que compõe esses movimentos e como eles acontecem.

Meu companheiro, Emerson Guerra, é indigenista e desenvolve trabalho com os indígenas Krahô do Tocantins há mais de duas décadas. Ele fez a ponte de conexão com as mulheres que me receberam e me indicou algumas lideranças Krahô para conversar. Essa liderança que ele recomendou foi a pessoa que me recebeu e quem eu procurava quando cheguei no acampamento. Ela sabia que eu era pesquisadora e que eu queria conversar com elas, estar com elas. Chegar e ser recebida pela liderança krahô foi tão suave e natural. Sentadas no chão, nas sombras mais frescas possíveis da tarde da Funarte, perguntei dos desafios das mulheres indígenas hoje, contei um pouco de mim e das minhas ideias e ela das dela. Ela narrou que hoje muitas mulheres estão à frente nas aldeias, que os homens estão apoiando, que estão atentos e curiosos para saber como vai ser a gestão delas. Esse movimento me lembra a ideia da primavera das mulheres indígenas, que aponta esse levante que vem acontecendo e que se confirmou em muitos momentos do acampamento.

As mulheres vêm conquistando possibilidades de se movimentar de forma autônoma. Junto com a liderança fui conhecer o povo, ela me levou até o seu acampamento, formado de lona e de colchonetes, alguns estavam com barracas. Conheci o grupo, as mulheres estavam sentadas, quase em roda e me sentei com elas, assim que cheguei me deram frutas, maçã e laranja, o povo sabia de mim através dela e me esperavam. Antes de conseguir encontrar com elas eu participei das marchas, estava me situando. Nesse tempo ela tinha contado de mim e da minha

pesquisa e elas se sentiram já envolvidas comigo e eu com elas. Eu ansiosa para conhecê-las, elas ficaram preocupadas se estava tudo bem comigo e se eu ia conseguir encontrar com elas.

Ouvi as mulheres conversando por tempos na língua delas, eu sem entender, só permanecia, elas falando e rindo, eu gostava disso, de ouvir o som, o ritmo de outro idioma, de não entender ou não racionalizar, só estar presente. A liderança que me recebeu me ensinou que homem branco na língua deles é “cupen”, para eu ficar atenta na conversa, que quando usassem essa palavra deviam estar falando de mim, sabendo disso poderia me posicionar. Mas a onda ali era outra, mais do riso e da brincadeira, leve.

A roda com as mulheres foi um aprendizado sobre participação e acolhimento, um convite para reunir e falar, entendendo que participar não é algo dado, mas construído. A todo tempo que estive no acampamento com as mulheres Krahô, convites foram feitos, com cuidado e firmeza.

Antes da roda, a liderança que me recebeu, mais uma vez me convida “Bárbara, vamos fazer a conversa com as mulheres? Eu falei que você ia fazer uma palestra e elas estão esperando”, um chamado de apoio para algo que eu queria muito fazer, mas não sabia bem como começar sem ser invasiva. Eu não sabia como fazer naquele contexto, mas ela sabia e me ensinou.

À noite, ao lado do fogo no pátio temporário, nos juntamos, expliquei que eu queria conhecer todas elas e saber como era o querer das mulheres krahô, como era ser liderança, quais eram suas pautas e fazeres. Contei da minha pesquisa, expliquei os conhecimentos que venho desenvolvendo na universidade. Quando acabei de falar, a mais velha pegou a palavra e olhou para todas, apontou para elas, disse para cada uma falar por sua aldeia. Mulheres lideranças, que ocupam cargos em associações, conselhos e outros espaços e que ali elas iam falar pelos seus grupos. Muitas mulheres bem jovens que estavam pela primeira vez no acampamento, elas vivem distantes umas das outras, cada uma em sua aldeia. Mais uma vez veio o convite para participação, a convocação para falar. E elas contaram dos espaços que estão construindo, espaços políticos de atuação e articulação, conselhos, secretarias. Narraram os desafios de criar instrumentos de gestão e formas de organização,

angústias de quem está nos espaços de poder. Suas preocupações com a aldeia, com o alcoolismo, com os jovens que não se interessam tanto pela cultura, com aqueles que não querem participar.

As jovens lideranças que se apresentaram me contaram dos projetos que estão criando para as aldeias, buscando apoio para educação, para venda de artesanato e para o fortalecimento das mulheres. Desenvolvemos ali um espaço tão importante de escuta e participação, elas foram para lá para participar, para falar e eu fui até lá para ouvir. Um encontro em roda potente de aprendizado e integração. No seu tempo cada uma falava e se apresentava, contava seus desafios, sua atuação. Nos integramos e ao longo dos dias de acampamento nos aproximamos, conheci um pouco mais de suas trajetórias e ouvi as falas delas na plenária.

5.2.2 Estratégias das Mulheres Indígenas

Como estratégias identifiquei que as mulheres realizaram diversas rodas de conversa, nas barracas e nas tendas das organizações, momentos de participação, acolhimento e organização. Com a roda de conversas que fiz com as mulheres Krahô percebi que o acolhimento anda junto com o convite para participar, de forma orgânica, mas firme demarcando existências. A participação não está dada, ela é um convite direcionado à cada uma se representar e apresentar sua comunidade. Uma puxa a outra para falar. O convite para participar, acontece com uma convocação “venha, você não veio aqui fazer a sua pesquisa, já falei para as mulheres de você, elas querem te conhecer e te esperam para conversar”. Ou quando a liderança puxou as outras e afirmou que cada uma falaria por sua aldeia.

Convocar para a luta e para a participação é uma estratégia perceptível quando as mulheres chamam as outras na plenária convidando “vem falar da sua história”. O ato da convocação para participação se parte da ação com o coração, um convite para sair da cozinha e do roçado para estar juntas na luta para mudar o cenário político, como elas mesmas afirmaram em assembleia.

O aprendizado ocorre no movimento, onde as mulheres aprendem seus direitos e os levam de volta para a aldeia. Como acontece no acampamento, o que as

mulheres aprendem ali, levam para seu povo. Com isso, identifiquei uma preocupação com a participação, a importância das mais jovens falarem e representarem sua aldeia. Além da roda de conversas, vi que as mulheres, e os homens também, têm o hábito de sentar em roda e passar horas conversando, em formato circular tal qual as aldeias e os pátios.

Me senti acolhida em diversos momentos, fui pintada e recebi nome Krahô, uma mulher mais velha me deu o nome dela. Um hábito social comum entre os indígenas desta etnia, dar o nome te faz se integrar na comunidade e ter uma rede de parentesco. O nome que ganhei foi Waakuy, Wa significa nós, Waakuy é um jogo coletivo que se brinca no pátio da aldeia. Ganhei e dei presentes, recebi pedido de apoio e fui apoiada quando precisei. Vivi a experiência de acolhimento que existe na confluência, reconheci que o impulso que vem do acolhimento é a força, quando uma mão estendida segura na outra.

A participação acontecia em rodas pequenas e médias, nas reuniões nas barracas das associações. Estes eram espaços de articulações, além das apresentações das associações e reuniões políticas. Reuniões paralelas aconteciam o tempo todo, consultas entre parentes, idas aos espaços políticos, como a câmara dos deputados, por exemplo. Tinha pouco espaço político para participação nas plenárias, elas eram apresentações maiores na tenda principal. As mulheres reclamaram que sua plenária não estava cheia de pessoas escutando. Todas as pessoas deveriam estar ouvindo. Espaços de participação sem poder, é quando não são ouvidas e suas falas não resultam em ações.

Apesar de tal constatação, uma conquista inédita para as mulheres se concretizou no 18º ATL, com a organização de um dia inteiro dedicado às mulheres. Nas outras edições ocorriam reuniões paralelas e pequenos momentos onde as lideranças femininas debatiam suas questões e se organizavam. As mulheres lideraram as plenárias e apresentaram o tema “Nossas Vozes Ancestrais Retomando o Brasil”, na parte da manhã no dia 08 de abril. O que impulsionou a ampliação da participação das mulheres nas posições de destaque, através de centenas de apresentações de lideranças de diversas aldeias e etnias, de suas vivências e conhecimentos (ATL, 2022). Muito simbólica a cena só de mulheres no palco,

ocupando a mesa principal da plenária, e eram muitas mulheres de diversos povos, em um espaço normalmente ocupado por homens (Figura 79).

Figura 79: Mulheres pré-candidatas na plenária do Acampamento Terra Livre



Fonte: A autora, 2022.

Apontamos este movimento de fortalecimento como a primavera das mulheres indígenas (PELACANI; GUERRA, 2022) que toma força e ganha proporção nacional com a primeira Marcha das Mulheres Indígenas realizada em 2019. Delimitamos a primavera das mulheres indígenas como uma interseção da primavera indígena (DARÃ; TENONDEGUA; AWAROKADJU, 2022) com a primavera das mulheres (RUBIO, 2020), movimentos emergentes contemporâneos que fortalecem as mulheres indígenas em diversos aspectos e são reflexos das estratégias aqui desenhadas com os dados de pesquisa e referenciais teóricos apresentados.

Atualmente, podemos mirar tal movimento através de mulheres que já ocupam a liderança política, como a deputada federal Joênia Wapichana, que é uma referência para a compreensão de que a demarcação dos territórios passa a se referir também aos espaços políticos, convocando as mulheres a se candidatarem. Além da recente candidatura de Sônia Guajajara à vice-presidente da república na chapa de Guilherme Boulos. Movimentos políticos que se ampliaram no ano de 2023 e alcançaram outras escalas de concretização, que tem origem nessas lutas. Movimento que ocorre na política institucional, mas também nas políticas internas, com mulheres à frente de associações, de comissões e como caciques em suas aldeias.

Voltando às definições dos fazeres, observamos que depois da plenária das mulheres, elas se organizaram para definir a representatividade de cada território. Foram separadas sete regionais, divididas em grupos para definir quem são as mulheres representantes. Elas serão referência para fortalecer o movimento nacional. Nas tendas foi explicado passo a passo da importância e do papel das representantes, um processo de formação e facilitação para a definição das lideranças, importante estratégia identificada.

Na definição de representantes, as lideranças falaram de diferentes tipos de representação, que apresento aqui como identidades orgânicas para atuação e representatividade. Elas falaram das mulheres sementes, das mulheres raízes, das mulheres terra e das mulheres água. As mulheres sementes são as multiplicadoras, elas que estão em contato com as mulheres raiz, que estão nos territórios. As mulheres biomas seriam as escolhidas no acampamento, uma ou duas por bioma para representá-lo. As mulheres do grupo terra são cerca de 25 lideranças, que articulam com as sementes e as biomas. As mulheres água são as que atravessam mares e oceanos para representar o movimento, elas atuam no âmbito Internacional. Essas informações foram explicadas na plenária das mulheres na parte da manhã e depois apresentadas com detalhes nas tendas das organizações. As mulheres indígenas se organizam a partir da compreensão de corpo-território das ancestralidades de mulheres Biomas, como aparece sintetizado nas formulações apresentadas pela ANMIGA.

Mulheres Terra, as co-fundadoras da rede,
Mulheres Raízes, que estão no chão do território, articulando a rede para dentro das bases a partir de seus saberes e fazeres,
Mulheres Sementes, que articulam e organizam nossas mobilizações nos estados,
Mulheres Água, que atuam nas articulações e construções para além do território brasileiro.
Somos terra, raízes, sementes e água, conectadas com nossa ancestralidade e atuando no tempo presente para a garantia da vida, não somente por nós, mas por todas e todos (BANIWA, 2023. p.5)

Esta estratégia foi um meio de agrupá-las de forma orgânica e criar possibilidades de representatividade. As identidades orgânicas dialogam com a ideia de corpo-território, apresentada pelas mulheres indígenas, elas afirmam que corpo-território é quando o território sustenta o corpo. Mais uma camada que mostra como a luta ambiental, não pode ser feita separada da luta dos povos indígenas.

A busca por representantes também tinha como objetivo escolher as mulheres que irão fazer o recolhimento de pautas nas comunidades, por isso a divisão por biomas ou regiões do Brasil. Elas irão participar da Caravana das Mulheres Indígenas pelo país, parte da programação para 2022, antes das eleições.

Na parte da tarde a plenária “Aldear a Política: Nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão” anunciou as pré-candidaturas de mulheres indígenas aos cargos de deputadas federais e estaduais daquelas que projetaram Aldear a Política de forma coletiva. Um quadro nítido da primavera das mulheres indígenas, que lutam por um Brasil onde caibam todas.

As mulheres, através de suas plenárias, reuniões e assembleias deixaram claro que não foram até lá para contar histórias, foram para reivindicar e falar com o governo, defender seus territórios. Demarcando assim sua atuação política na primavera das mulheres indígenas. As mulheres lideranças, são parteiras, benzedeiras, da roça, pajés e cacicas, expressam sua ancestralidade e demarcam que os mais velhos precisam de espaço para falar e as mais novas aprender a participar. A marcha teve como estratégia criar espaços de convergência entre diversas pautas, das várias formas de existência e possibilidades de vivências indígenas, ancestrais e futuristas.

A estratégia de aldear política e demarcar territórios é um fazer que se articula em um contexto desfavorável, como aposta na transformação da sociedade a partir das mesmas estruturas de dominação. Tudo no acampamento era político. Mobilizações contra os projetos de lei e os atos do governo federal de ataque aos direitos, denúncia das situações de exploração e dominação do garimpo ilegal. Como o caso dos Yanomami, que já vinha sendo denunciado, mesmo sem ser ouvido, com a contaminação de pessoas com mercúrio e dos estupros, tráfico de drogas, assassinatos, invasões, dominação, cooptação, coação e negociatas, com suporte político da bancada BBB²⁷, que também apoia diversos outros empreendimentos impactantes.

²⁷ A bancada BBB é um termo usado para se referir à bancada da bala, que são aqueles que integram a bancada armamentista, a bancada do boi, uma referência à bancada ruralista e a bancada da bíblia que é a bancada evangélica. Representantes conservadores de um grupo parlamentar que se articula em torno de seus próprios interesses.

Aldear a política se destaca como a busca por espaços de poder, Sônia Guajajara afirma que não é uma busca por regalias ou por cargos, as mulheres indígenas cansaram de ver as crianças sendo levadas pelo garimpo. Elas não vão mais aceitar o Brasil sem elas. No ATL foi possível criar articulações e firmar laços com o pré-candidato a presidência, Lula (Figura 80). Os indígenas apresentaram suas demandas e o pré-candidato afirmou seu compromisso com os povos ancestrais e se comprometeu com a demarcação de terras e a criação de um ministério dos povos indígenas. Célia Xakriabá afirma a importância de indigenizar a caneta e fundar um congresso ancestral. A liderança afirma que se as mulheres cuidam da casa e da humanidade estão prontas para cuidar do congresso. Ela reconhece que política é a ciência de governar e que antes do Brasil da Coroa, existe o Brasil do Cocar.

Figura 80: Comitiva indígena com o candidato à presidência do Brasil



Fonte: A autora, 2022.

As candidatas a cargos públicos afirmam que um dos seus desafios é que os partidos querem as causas das mulheres indígenas, mas não querem ver e nem ouvir elas. Uma liderança Kayapó afirma que Brasília é uma porta sempre fechada. Aldear a política é uma forma de ocupar espaços, abrir portas e reconhecer que a aldeia não pode ser um espaço limitante. O território é cheio de ciência, o limite dele está na nossa mente, afirma Célia Xakriabá.

Ocupar é uma estratégia que se desenha através das marchas, da ocupação da porta dos ministérios como espaços de ação e de atuação, espaços de criação. Assim como as plenárias, as ruas de Brasília ocupadas (Figura 81), que causam paradas temporárias pela presença de corpos políticos na rua. Uma ocupação repleta de diversidade com diferentes posicionamentos dos grupos étnicos distintos nas marchas. Ao tratar das retomadas, as mulheres Guarani Kaiowá afirmam que vivem em retomada, nunca recuaram, mulheres que são guerreiras na prática, não só no discurso.

Figura 81: Grupo de Indígenas Krahô em marcha



Fonte: A autora, 2022.

A arte como estratégia permeia diversos espaços do ATL, como as apresentações culturais na tenda principal, com cantos e danças, pinturas, instrumentos musicais e adereços. Cocar, por exemplo, é símbolo de luta, o cocar é sagrado e só se presenteia com ele quem está na luta. As expressões artísticas têm tanto destaque quanto as plenárias ou as falas. Uma cena impactante, por sua força e beleza, foi ver as mulheres cantando na plenária e todos em silêncio ouvindo. Falas e expressões artísticas se mesclam todo o tempo.

Além de cinema, documentários indígenas produzidos por eles, e as faixas e os objetos para performances nas marchas e manifestações, símbolos artísticos em

luta. Outros espaços onde pudemos vivenciar a arte eram as próprias marchas, movimentos circulares de ir até o congresso e voltar para o acampamento, repetidos quase todos os dias. As marchas são as principais estratégias do Acampamento, além das plenárias. Elas fazem Brasília pulsar, um estímulo que saia do acampamento, como um coração bombeando e estimulando a circulação, que chegava até a porta do Congresso Nacional e depois retornava, voltava para o coração e depois esse fluxo de energia vai para as aldeias. Onde ao acompanhar cada grupo étnico íamos ouvindo seus instrumentos, cantos, danças e rezos. Como por exemplo, no retorno da marcha, o som dos guaranis encerrava o ato, um ritmo e sensação que se experimenta com o corpo. Para imaginar e visualizar esse momento recomendo ouvir um som Guarani²⁸.

As artes eram exibidas nos caminhos do acampamento, com exposição de artesanato dos diversos povos, passarela da arte, uma rua com mesas e tecidos onde os povos colocavam seus cestos, brincos, pulseiras e cordões à venda. Cada etnia com sua arte específica, com seus grafismos e com sua forma de contar histórias através da arte.

Havia também espaços para equipe de comunicação, um só para os jovens da Mídia Índia e outro para os jornalistas de fora. Observei muitos jovens fotografando, diversas mulheres indígenas fotografando. Conversei com as mulheres que vi fotografando, conversei sobre minha pesquisa e tentava entender o papel delas como fotógrafas. Uma delas era de um coletivo de jovens indígenas universitário, não se via muito como fotógrafa, mas gostava de usar a câmera para registrar os atos. Outra menina se posicionava como fotógrafa, me contou da sua história com fotografia, participou de palestras de formação de fotógrafos na aldeia e no próprio ATL. Ela contou que não tinha câmera própria, só a câmera do projeto, que ficava com seu irmão, que aceitou emprestar para ela levar para registrar o acampamento. Outra menina indígena era uma importante *influencer*, ela estava fazendo a cobertura do evento, financiada por uma ONG internacional, com grande experiência com produção de imagem e criação de conteúdo. Recortes bem diversos que nos ampliam a compreensão de como as mulheres indígenas estão produzindo imagens e construindo suas próprias narrativas.

²⁸ Música Nhamandu, Memória Viva Guarani. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2sJbC1alqhl>

Figura 82: Fotografia do povo Krikati

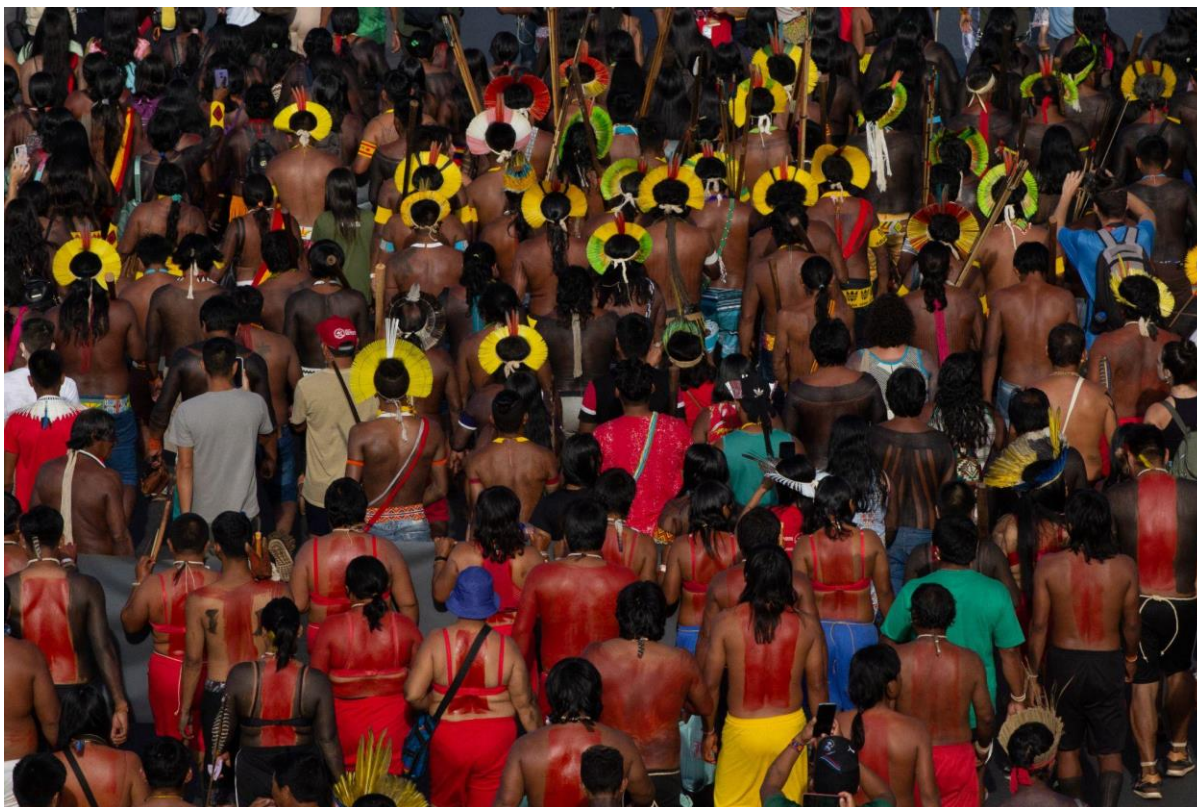


Fonte: A autora, 2022.

Através dos relatos vi se desenhar a estratégia de coletivo, são as mulheres em organizações e associações. Uma outra faceta da confluência, identifiquei quando as mulheres falam que a luta é ancestral, que as tias e avós começaram uma luta que as jovens vão continuar. Uma indígena Krikati contou que seu ancião lhe deu uma bandeira para segurar, para defender seus parentes. Elas reconhecem que as mais velhas que permitiram que elas estivessem aqui, que a luta dos antepassados abriu caminho para hoje. Além disso, elas falam da orientação que recebem dos encantados para a luta.

A voz e a escrita, a caneta, com o aprendizado da ciência do outro. Além dele, todas as mulheres têm sua própria ciência, suas escritas milenares a partir da pintura e do tecer. A diversidade acontece também pela reunião do sofrimento, por entenderem que mesmo sendo diferentes vivem a mesma dor. As mulheres falam por aqueles que não podem falar, representam os seus. As narrativas de vida aparecem como estratégia para inspirar, para que as lideranças, mulheres de grande importância, não sejam esquecidas. Estratégias desenhadas com palavras nas plenárias do acampamento, por vozes diversas.

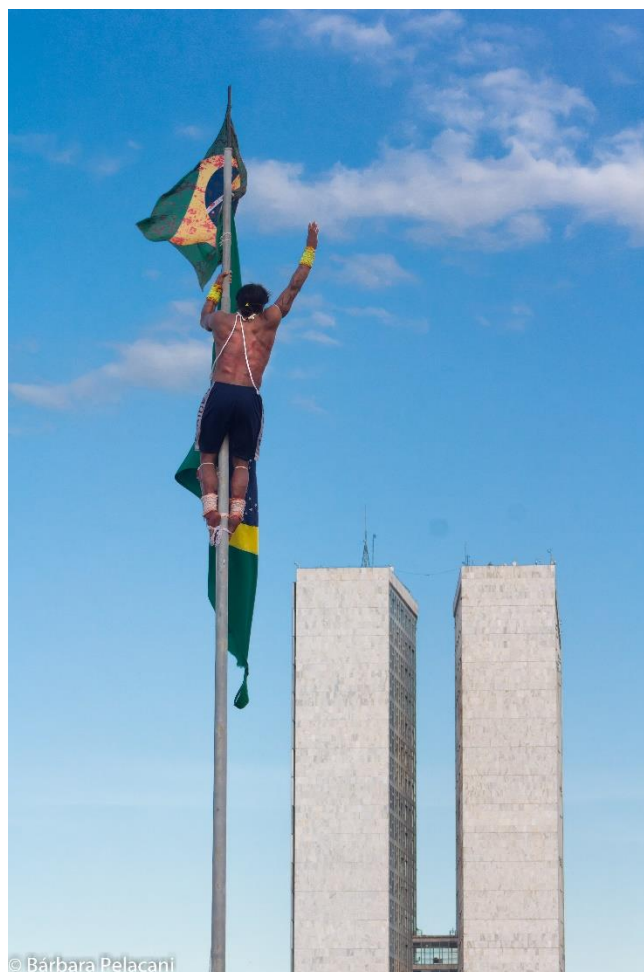
Figura 83: Povos Indígenas em marcha



Fonte: A autora, 2022.

Reconheci estratégias que eram processos de exibição e cenas que pareciam coreografadas (Figura 83). Era parte do movimento diário os povos irem até a plenária enfeitados, para apresentar seu canto, dança e bandeira política. Parte da marcha era passar nas plenárias, se apresentar para os outros parentes e também assistir outros parentes, se reunir e sair para ocupar as ruas. Outras cenas marcantes foram as bandeiras sendo hasteadas sobre a bandeira do Brasil pelos homens indígenas no Congresso Federal (Figura 84), colocando outros territórios em destaque no centro do país e com uma bandeira do Brasil suja de sangue, uma manifestação contra o genocídio em curso.

Figura 84: Bandeira de protesto hasteada pelos indígenas em Brasília



Fonte: A autora, 2022.

5.2.3 Pautas das Mulheres Indígenas

Na plenária das mulheres pude observar pautas a partir do relato das lideranças de diversas etnias. Apareceram questões ambientais múltiplas como conflitos socioambientais ligados aos povos sem terra demarcada, e aqueles que sofreram invasões com com garimpo ou agronegócio, com seus agrotóxicos e venenos (PELACANI; GUERRA, 2022). Diferentes formas de invasão que se reinventam há mais de 500 anos, foram ali denunciadas. A pauta ambiental, além de aparecer nas falas permeia todo o ATL, através do orgânico. A comida feita na lenha nas barracas, além da comida do MST, o banheiro no gramado perto das barracas, o frio, a chuva, as cascas de fruta no cantinho das árvores, o fogo todo dia aceso. A fumaça subindo de todos os lados se via ao longe, voltando da marcha, a fumaça acima do acampamento o cobria todo, demarcando seu posicionamento.

5.3 Oficina preparatória para a Marcha: Campo com as Margaridas

O Campo Marcha das Margaridas foi realizado na reunião de preparação para a 7ª Marcha que será realizada em 2023. Nessa oportunidade foi realizada a Oficina de Avaliação do 1º módulo e preparação para o 2º e 3º módulos do Curso Nacional de Formação Político Sindical: Mulheres, Desenvolvimento Territorial Sustentável para alimentar e nutrir transformações sociais. O campo aconteceu entre os dias 09 e 11 de maio de 2023, na Sede da CONTAG em Brasília. Sendo que dia 09 foi o dia que cheguei e não participei de nenhuma atividade oficial da oficina, pois era um momento interno apenas com as mulheres da Confederação e das Federações filiadas. As organizações parceiras foram convidadas a participar nos dias 10 e 11, onde ocorreu a 2ª reunião ampliada da Marcha, que foram os dias em que também participei. Indo embora no dia 11 após a finalização das atividades. Através do esquema de campo (Figura 85) apresento a organização do campo em dados de pesquisa, apontando como as pautas e estratégias foram identificadas e sistematizadas.

Figura 85: Esquema de organização do campo com as margaridas

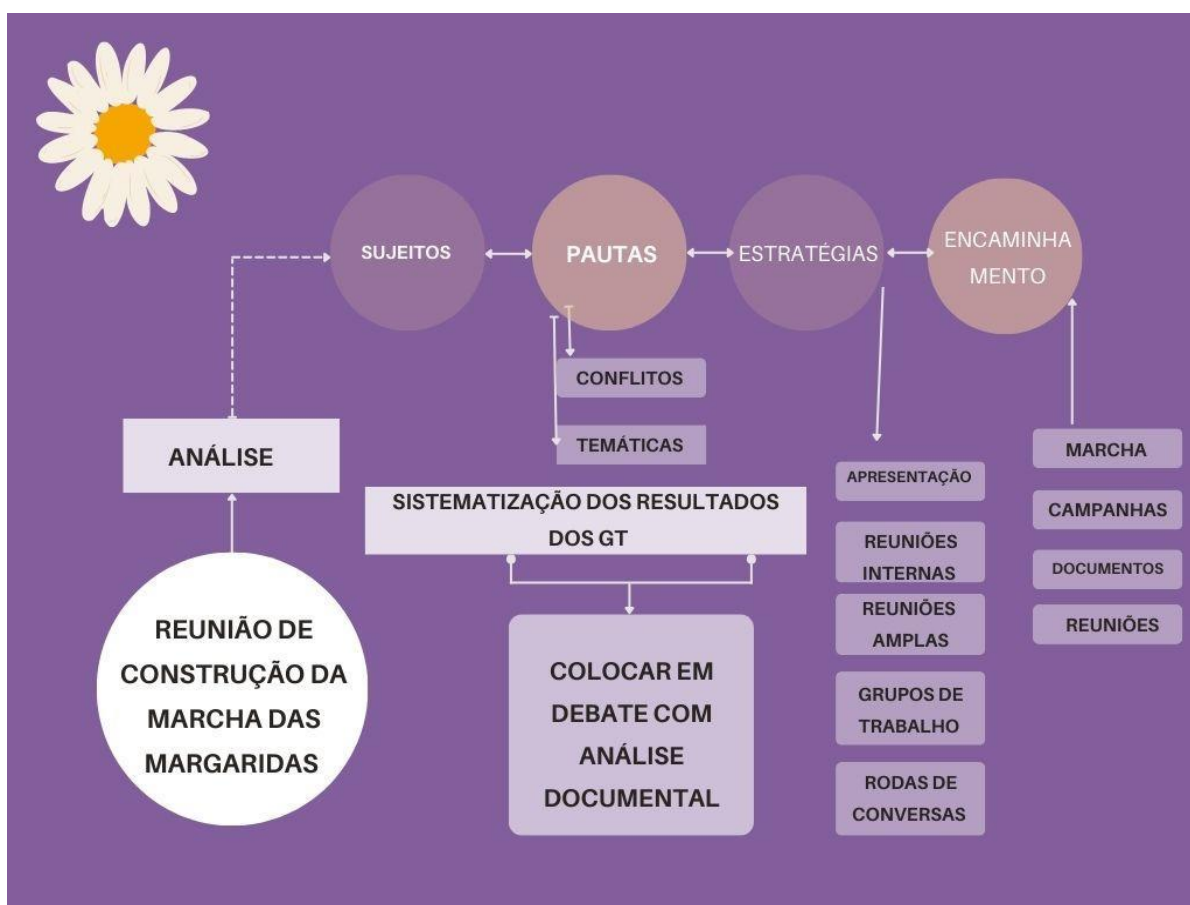


Figura 86: Margaridas reunidas em Brasília



Fonte: A autora 2022.

A reunião contou com a participação de mulheres da coordenação geral e da coordenação ampliada da Marcha (Figura 86). O objetivo mais amplo da reunião foi a realização de uma análise de conjuntura recente para atualização dos eixos temáticos da Plataforma Política da Marcha, buscando uma ação mais efetiva da luta das mulheres do campo, da floresta e das águas. Além disso, como resultado da reunião, foi iniciada a elaboração de uma Carta Política das Margaridas para as candidatas e candidatos do campo progressista, com objetivo de incidir diretamente nos projetos e programas de governo e do legislativo (CONTAG, 2022). Na reunião também foram compartilhados os acúmulos da construção da Marcha e começou a ser pensado o lema e a arte visual da marcha.

Os espaços que fizeram parte do campo foram a sala de reunião; salas menores; pé de jambo; área de almoço e o quarto coletivo onde conheci lideranças importantes e aprendi muito sobre os movimentos. A sala de reunião era o palco principal das atividades, no centro estava sempre uma mandala com bandeiras dos grupos e movimentos, e os cestos, que se constituía como um espaço importante de integração.

Todo o primeiro dia de reunião foi com a análise de conjuntura. Na parte da manhã foi apresentado um documento de base e separação dos grupos para o debate e análise, depois os resultados de cada grupo foram apresentados na roda geral (Figura 87). As mulheres levam as pautas bem determinadas de seus movimentos,

como a mulher negra do movimento das mulheres extrativistas que levou bem demarcada a preocupação com a pauta ambiental e as mulheres do sindicalismo rural da Paraíba contra a implementação de usinas eólicas em seus territórios, com blusas e cartilhas sobre o conflito.

Figura 87: Margaridas no Curso Nacional de Formação Político Sindical: Mulheres, Desenvolvimento Territorial Sustentável para alimentar e nutrir transformações sociais



Fonte: A autora, 2022.

À tarde a organização fez um quadro com a junção dos cartazes da análise de conjuntura e apresentou de volta para as mulheres, em busca de uma unidade de discurso. O que ampliou as compreensões individuais do contexto e permitiu a verificação se alguma voz ficou de fora, abrindo para o diálogo, um processo participativo do começo ao fim. No final o debate sobre as principais pautas gerou um resultado mais condensado e objetivo. A partir dele se desenha um documento de Plataforma com pautas para o diálogo, se pensando o melhor cenário político, pois os presidentes ainda estão em campanha eleitoral na época da elaboração dos documentos. Os documentos e a marcha acontecem depois que as eleições já definiram os rumos políticos do país.

A noite foi feito o lançamento de um livro sobre plantas medicinais, a autora esteve disponível todos os dias da oficina com atendimento aberto para as mulheres para cuidados com a saúde. No segundo dia se mantiveram os grupos do primeiro dia, que foram divididos de forma aleatória. Os grupos separaram entre eles os cadernos e eixos, dois para cada grupo, pensando em juntar e remodelar informações,

atualizar e deixar mais completo e compreensível o material para construção da marcha. Os grupos passaram a manhã toda reunidos, com a plataforma, contendo os eixos e os cadernos. Alguns grupos optaram por debater o eixo através da plataforma e outros dos cadernos. Assisti ao debate de dois grupos que estavam mais envolvidos com a questão ambiental. Essas informações foram levadas para a roda maior e apresentadas por cada grupo através de cartazes. Ao final dos debates e apresentações, as mulheres da organização saíram com a ideia de criar um lema curto e objetivo, selecionando elementos fundamentais para sua composição.

Na parte da tarde, apresentaram a agenda das próximas atividades, dos movimentos, da CONTAG e da Marcha, com reuniões presenciais e outras online e a apresentação dos movimentos que estão pensando em chamar para participar. Ao final apareceram mulheres indígenas como possibilidade de convite ao grupo nacional, a ANMIGA. Neste momento, uma liderança explicou porque elas ainda não faziam parte da organização ampliada da marcha, pelo fato de que não tinha um movimento nacional apenas de mulheres indígenas. Pois antes tinha a APIB e várias organizações só de mulheres ou mistas no âmbito estadual ou local.

Foram dados os informes gerais, momento no qual eu me apresentei oficialmente e falei sobre minha pesquisa e sobre as narrativas fotográficas. Trazendo a importância da integração da universidade com os movimentos sociais, pontuei os objetivos da minha pesquisa e falei sobre a busca de compreender os quereres das mulheres da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Indígenas.

5.3.1 Apresentação da pesquisa

A apresentação do projeto de pesquisa não se limitou ao momento da fala nos informes, me apresentei em outros momentos de conversas com as organizadoras, aproximação das mulheres que estavam no meu quarto, as lideranças da Articulação de Mulheres do Brasil (AMB), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), mulheres agricultoras do Polo da Borborema - Paraíba, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA). Além de momentos de interação com outras mulheres sindicalistas e lideranças de movimentos nos espaços de integração.

A principal metodologia que usei foi a Investigação Ação Participativa nos momentos de dinâmicas de formação, rodas de conversa, em especial no primeiro dia, pois no segundo dia fui convidada a apenas observar pois era o momento de análise dos eixos, que são construídos pelas mulheres a partir de suas vivências e das questões que trazem do seu território e da sua comunidade.

No primeiro dia, na roda de análise de conjuntura apenas observei o debate das mulheres (Figura 88), li parte do documento quando fui convidada. Participei na roda grande, depois da reunião dos resultados e apresentação para o grupo. Apontei que a questão dos bens naturais poderia ter mais destaque ou um eixo para ela, pois ela apareceu em muitas frases, pautas e debates de forma intensa, mas dispersa. Aparece em especial quando falado sobre conflitos socioambientais e como exemplos nos territórios, também aparece muito relacionado à agroecologia e o ambiente como parte do processo da produção de alimentos. A pauta ambiental aparece com mais nitidez nos tópicos de agroecologia como se fosse algo mais fácil de ver assim, pois as agricultoras que vão por esse caminho do “respeito”, “cuidado”, “reconhecimento” do ambiental. Nem sempre fica perceptível que toda agricultura familiar está intimamente conectada com o ambiental. Então, pontuei para o grupo que seria interessante que o ambiental não aparecesse só na agroecologia ou de forma diluída ao longo de outros tópicos.

Figura 88: Margaridas apresentando resultados dos processos participativos



Fonte: A autora, 2022.

Os bens naturais aparecem bem conectados aos debates sociais e políticos, o que é de extrema relevância. Ponderei ao longo da minha fala a diferença entre recursos naturais e bens naturais, um é parte do jogo do capital, pode ser vendido e comprado, na necropolítica é mais uma peça de morte. E o bem natural é comunitário, é parte da vida, da produção na agricultura e no extrativismo. Minha fala foi complementada com os conhecimentos de algumas mulheres que se posicionaram depois ampliando a questão. Foi importante falar disso pois ao longo do dia fiquei muito atenta à questão ambiental e seu aparecimento nos debates e nas análises. Percebi que ela permeia as questões, mas não era nomeada, e pude trazer o tema para a roda, para observar como ele era interpretado de forma direta.

5.3.2 Estratégias das Margaridas: Análise de conjuntura e construção da Marcha

A Análise de Conjuntura se configura enquanto uma estratégia de atuação e formação, atos de re-existência. No momento em que as mulheres passam a descrever seus contextos e se reconhecer nas políticas públicas, se situam e situam sua comunidade. O processo de formação do sujeito histórico é exatamente essa busca por formas de situar as pessoas no cenário em que vivem e apontar possibilidades de atuação. Uma estratégia de construção da marcha, que parte da reflexão realizada de forma participativa com lideranças com amplo conhecimento.

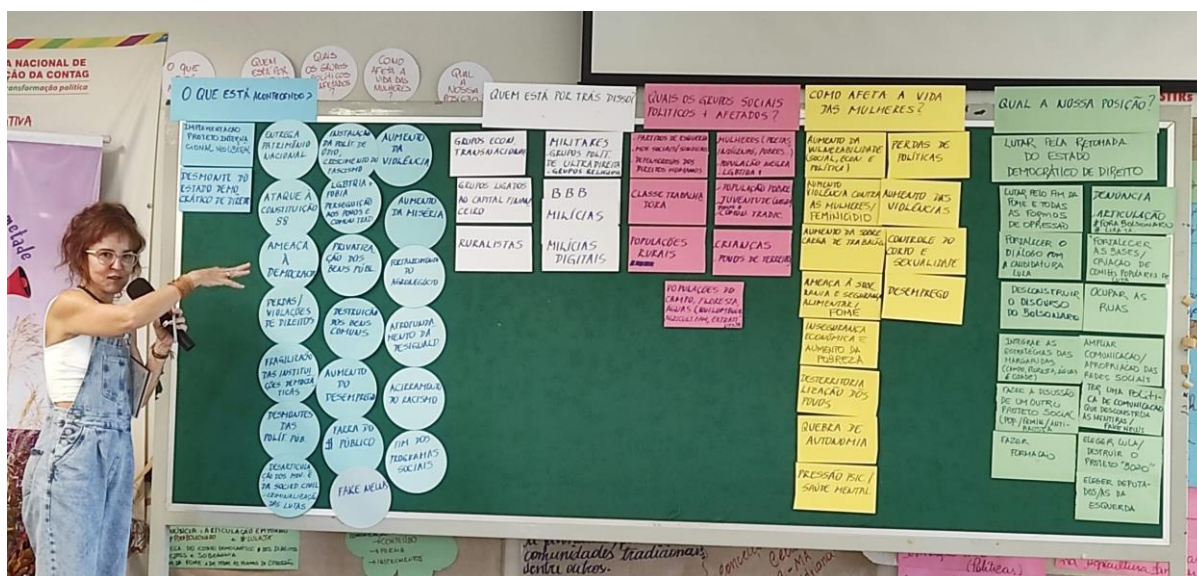
A metodologia da reunião com análise de conjuntura foi feita a partir de uma conversa inicial com as lideranças da comissão de organização da Marcha das Margaridas. Elas analisaram os últimos três anos, apontaram o que está se passando nos seus territórios, no Brasil e no contexto latino-americano. Com isso houve a construção de um documento que abordou diversas escalas da conjuntura, de forma participativa com um grupo menor, um dia antes da reunião com o grupo ampliado. Análise de conjuntura vai complementar os eixos, atualizar e ampliar a compreensão da luta das margaridas para a próxima marcha de 2023.

Neste documento foi identificando o que está acontecendo no cenário nacional, quem está atuando, descrevendo os grupos sociais e políticos que se favorecem com o cenário apresentado. Buscando descrever como o cenário se movimentou de

fevereiro de 2022 até maio de 2022, a partir de um ponto de vista político, de um ponto de vista econômico, de uma análise com relação à agricultura familiar, relacionando as questões ambientais e desenhando o ponto de vista social. Como constou no documento apresentado pela coordenação, com a descrição de mais de 70 tópicos que foram sistematizados e incluídos nesse documento, que deram base para o diálogo.

Na reunião com o grupo ampliado, o documento foi apresentado e foram organizadas as lideranças em grupos aleatórios para a realização das rodas de conversas para realizarem o processo de análise e sistematização. Para orientar o grupo foi elaborado um instrumento de coleta de dados (Figura 89), que era uma tabela para ser preenchida, a fim de organizar as informações, com os seguintes tópicos: O que está acontecendo? Quem está por trás disso? Quais os grupos sociais e políticos mais afetados? Como afeta a vida das mulheres? Qual a nossa posição?

Figura 89: Apresentação da Análise de Conjuntura



Fonte: A autora, 2022.

Cada grupo fez a leitura do documento, o agrupamento de informações para responder às questões propostas, a organização das opiniões de todas as mulheres do grupo. Através da fala em roda, cada mulher tinha um tempo para expressar sua visão diante da conjuntura, com a possibilidade de complementar a partir das demandas de suas comunidades, territórios e grupos sociais. Após o processo de debate foi feita uma síntese através da elaboração de fichas com respostas para o questionamento. Esses dados foram levados para um painel central e apresentados

para o grupo. Os temas foram debatidos com a ampliação para a roda, um novo momento de fala buscou contemplar posicionamentos e cenários que ficaram de fora na elaboração das informações nos grupos, dessa forma novas análises e sínteses foram feitas e geraram outro produto que será usado na construção do material de comunicação da Marcha das Margaridas de 2023 (Figura 90).

Figura 90: Mazé Moraes na apresentação da preparação para a Marcha das Margaridas de 2023



Fonte: A autora, 2022.

A organização de Grupos de Trabalho faz parte das rodas de conversa e da análise de conjuntura, mas também existem outras estratégias que envolvem os grupos de trabalho. A Organização propõe grupos de trabalho para construção dos eixos, onde as lideranças se reúnem para pensar a remodelação dos eixos a partir do horizonte desenhado. Nesta elaboração dos eixos, os grupos de trabalho foram separados e fizeram a leitura em roda, dos eixos e dos cadernos, já no segundo dia. Neste grupo menor, cada mulher lia um trecho do texto dos eixos temáticos, seguindo a ordem da roda, um estímulo à participação, a fala e a escuta. Cada grupo poderia escolher a sua dinâmica e debater os eixos, o que mudou ou precisa acrescentar, com destaque para o aprofundamento de questões contemporâneas.

Nesta parte de debate dos eixos eu observei dois grupos, escolhi eles pois foram os grupos que ficaram com os seguintes pontos: Eixo 1 Por Terra, Água e Agroecologia - busca pela reforma agrária como instrumento para o desenvolvimento rural sustentável, enfrentamento aos conflitos agrários, falta de acesso à terra das mulheres, territórios e maretórios. Corpo-território; Eixo 2 - Por autodeterminação dos

povos, com Soberania alimentar e energética - Segurança alimentar. Não temos mais sistemas de políticas alimentares; Eixo 3 - Pela proteção e conservação da Sociobiodiversidade e acesso aos bens naturais - Crise climática e impactos ambientais; meio ambiente, promover a sustentabilidade com agroecologia e um novo padrão energético.

Figura 91: Margaridas em uma roda de conversas debatendo os eixos da Plataforma Política



Fonte: A autora, 2022.

Cada grupo falava sobre os eixos e uma pessoa sistematizava as falas, outra escrevia, depois confirmavam se faltava algo (Figura 91). Ao final do debate, as lideranças fizeram um cartaz que foi levado para o grupo geral. Uma pessoa da organização fazia uma síntese, depois voltavam para o debate. Um processo longo para revisão dos eixos e para reorganização das temáticas, com diversos momentos de participação, debate e intervenção para apurar as informações.

Reuniões são parte das estratégias de articulação e mobilização. Pude mapear a existência de reuniões internas das representantes estaduais da CONTAG, reuniões do grupo ampliado, com as organizações apoiadoras da marcha e reuniões pequenas de grupos de trabalho, além das reuniões devolutivas nos territórios. Existem diversos

materiais de formação e comunicação, materiais para facilitar processos participativos, como os cadernos e a Plataforma Política.

Arte e Música são estratégias de mobilização e comunicação, de integração e diversão, que trazem afetos e movimentam energias. As bandeiras e estandartes apresentavam-se enquanto objetos “sagrados” por sua importância simbólica e material para os movimentos, se posicionavam em mandala no centro da roda. Nas reuniões apareceu a dança, com roda de ciranda e afoxé, canto e músicas. Nos momentos entre as rodas e falas tinha esse tempo ligado à mística, ao início ou encerramento das atividades, um momento de sensibilização ou de puxar a atenção das mulheres para a reunião.

Algumas músicas que me marcaram como “Chuva eu peço que caia devagar; Só molhe a mulherada de alegria; Para nunca mais chorar” e outra muito cantada “Povoada quem falou que eu ando só; Nessa terra, nesse chão de meu deus, sou uma, mas não sou só”²⁹ Essa última em especial refletiu um olhar psicossocial pautado pela confluência de forma muito sensível e potente. Foi bonito ver as mulheres cantando juntas com tanta força, e me tocou, pois cheguei lá muito só, sem conhecer ninguém e fui acolhida, senti que todo esse percurso de trabalho solitário da pesquisa se integra com um movimento muito mais amplo, se soma a muitas vozes.

As caravanas foram anunciadas na reunião, como forma de divulgar a marcha e as campanhas políticas das companheiras, movimentos de comunicação, divulgação e articulação, através de viagens aos territórios.

Identifiquei que na Marcha das Margaridas existe uma busca pela unidade das narrativas, uma estratégia que opera através da reunião das diferenças e produz confluência através das rodas de conversa, análise de conjuntura e elaboração dos materiais. Mas ficou nítido que a reunião das narrativas mantém a pluralidade de demandas, pois os documentos são muito extensos, citando diversos grupos sociais e abrangendo suas pautas.

Outra forma de fomentar as confluências é com o acolhimento. No encontro das lideranças existe um apoio, conversas e sorrisos que fortalecem as mulheres

²⁹ Para ouvir “Povoada” <https://www.youtube.com/watch?v=pc6w8YYEKck>

através das trocas. As mulheres reconhecem que a força de resistência de cada margarida é muito grande. No momento da confluência, o saber das lutas de cada território se encontra, um momento de preparação para a marcha a partir dos encontros que vão se ampliando ao longo do tempo, em diferentes escalas.

O exercício de representatividade é uma das estratégias que atravessa diversos momentos da reunião de organização da marcha. No diálogo entre mulheres lideranças que representam outras mulheres de seus territórios. Elas se agrupam na realização das reuniões e práticas participativas, destes grupos saem uma ou duas mulheres que vão representar o grupo. A representante leva as informações para o debate coletivo. Ao final eram seis representantes debatendo a frente representando um grupo diverso. A representatividade se reflete no cuidado e na preocupação para que as demandas concretas do dia estivessem representadas e também na diversidade de identidades orgânicas pautadas no âmbito da Marcha.

As mulheres narram nas conversas informais entre as reuniões as histórias de organização dos movimentos, processos que eu já havia lido nos referenciais da pesquisa, mas quando ouvi delas foi emocionante, conhecer aquelas que fazem parte da luta das mulheres. Nessas conversas informais ouvi sobre a luta pela inclusão das mulheres das águas, uma história que passa pelo reconhecimento dos maretórios e dos ciclos da natureza que são distintos para as mulheres ribeirinhas. As que vivem nas restingas e manguezais e que desses biomas retiram seu sustento. Seus ciclos variam com as marés e tem uma bonita história de luta, pautada, neste caso dos maretórios, pelas mulheres do Pará, entendendo que a identidade das mulheres do campo e da floresta não contemplava elas, como explicado anteriormente. As pescadoras artesanais, caranguejeiras, marisqueiras, não se sentiam representadas. Eram consideradas parte de um grupo social de extrativistas, mas que naquele momento, representava mais os extrativistas florestais e elas, das águas, tinham suas demandas deixadas para escanteio. Elas viviam conflitos ambientais severos e criaram organizações locais, articuladas em movimentos socioambientais mais amplos.

A Marcha está ligada ao movimento de definição da identidade orgânica das mulheres das águas e da definição dos maretórios (LIMA, 2022). Na 5ª Marcha das Margaridas as mulheres das águas pautaram suas demandas, se definiram através

de seus fazeres e trabalhos ligados às marés, delimitando seus ambientes e seus modos de vida. Com princípios ancestrais, que levam a cultura material e imaterial através de gerações. No documento oficial da 5ª Marcha elas puderam expor sua luta e a necessidade de visibilidade de suas demandas, pontuando a busca pela defesa de seus maretórios.

Lima (2022), explica ainda que a pauta defendida pelas mulheres das águas na Marcha, é resultado de discussões sobre a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, que tiveram início no ano de 2008, com a participação de lideranças da CONFREM - A Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros. Com essa luta houve a alteração no título do documento em 2014, que passa a ser intitulada Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, das Florestas e das Águas.

Essa foi a história que ouvi das lideranças, de como as mulheres das águas pautaram suas identidades na busca por políticas públicas. Além disso, contaram do momento de integração com as mulheres indígenas que ocorreu na Conferência das mulheres, com o PT no primeiro governo Lula. Foi o momento em que as mulheres firmaram o pacto com as mulheres indígenas, onde a indígena Dirce Veron participou da conferência como palestrante e contou da experiência da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres Indígenas, além de apresentar as principais pautas indígenas, como a luta pela terra. Durante todo o processo preparatório da Conferência verificaram-se avanços políticos traduzidos na formulação dos eixos e diretrizes muito bem fundamentados e abrangentes. Podemos notar, por exemplo, que a menção a relação de gênero, raça e etnia está presente em todos os eixos e diretrizes temáticas do documento, aparecendo em diferentes espaços, com apontamentos para as mulheres negras e indígenas, propondo acordos entre mulheres brancas, negras e indígenas (BRASIL, 2004).

Nestas duas questões, das mulheres das águas e das indígenas, podemos observar a busca por autonomia de sujeitos coletivos, que não se sentem representados por categorias mais amplas. A delimitação destas identidades é também a busca por recursos, para chegar em um ponto onde todas sejam

representadas. Não ser representada, significa que são invisibilizadas e que não chega até aquele grupo as políticas públicas.

A Marcha se exhibe assim como palco de luta, fortalecendo articulações e potencializando as diversidades das identidades orgânicas. As mulheres compreendem que a categoria camponato não dá conta da diversidade das pautas. Pensando na unificação dos movimentos sociais a Ruralidade seria o melhor caminho, pois nela engloba o campo, a floresta e as águas, unificadas pelo modo de produção familiar. Segundo uma das lideranças que conversei no intervalo de reuniões, essa foi uma forma de garantir visibilidade, para que as mulheres não fossem engolidas pelo capital.

Articulação é uma forma de criar a unidade política das diferentes organizações das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades. Sobre as parcerias, para as margaridas é importante estar em diálogo com as outras estratégias da marcha, que sejam movimentos de trabalhadoras rurais e movimentos feministas. Elas esperam que todas as parceiras da Marcha das Margaridas tenham uma profunda relação com as mulheres rurais, para não correr o risco de perder a identidade e o protagonismo.

Dentre as estratégias que apareceram no material da reunião, parte das oficinas de formação política das mulheres, destaco as mais relevantes, relacionadas à articulação, formação de parcerias, comunicação e negociação. A estratégia ligada aos processos de formação, aparece nas reuniões onde são feitas muitas leituras e circula vasto conhecimento. As mulheres estão sempre estudando, com muita escrita, análise e síntese, além da interpretação dos conflitos, do cenário político e econômico.

Outra estratégia é estimular a formação política, ideológica classista, não sexista e antirracista. Pressão e proposição política, são formas de atuação que envolvem propor novas políticas e atualizar as já existentes, para efetivar ações de concretização do projeto popular, sustentável, democrático, feminista, anti-LGBTQIfóbico, antirracista, soberano, anticapitalista, agroecológico e livre de violência, construído e defendido pelas mulheres e expresso na Plataforma Política.

A estratégia de comunicação é orientada por um plano de comunicação, que fortalece processos de comunicação internos, construindo narrativas de conjuntura

que atuem na disputa contemporânea de visões de mundo. Além do movimento interno, destacam a importância de cuidar dos processos de comunicação para além da marcha, para fortalecer o diálogo com a sociedade, em parceria com a mídia alternativa. E demarcaram a importância de construir a rede de comunicadoras para a marcha de 2023. A comunicação extrapola o ato em Brasília, elas buscam que ela seja em rede, descentralizada e processual. Ademais, foram citadas metodologias de comunicação como a gira da comunicação e a espiral da comunicação.

Negociação é uma estratégia que é utilizada em um contexto de eleição de um candidato do campo democrático popular, que parte de uma análise e busca pela reconstrução das políticas públicas. A partir da apresentação de pautas de negociação, a marcha vem atuando ao longo de tantos anos e de tantos governos. Como por exemplo a construção da carta de compromisso que é enviada para os candidatos buscando seu apoio e negociando a articulação. A luta é uma estratégia pela defesa da democracia, visando influenciar nas eleições de 2022, fortalecer candidaturas que dialoguem diretamente com as ideias delineadas na Plataforma Política.

Outra estratégia de ação construída frente à conjuntura é a mobilização a partir de ações e processos massivos de debates e resistência, que fortalecem a luta das margaridas em todos os níveis até a chegada da marcha em Brasília. A estratégia de mobilização tem como metodologia o trabalho de base para tirar as mulheres do isolamento, organizá-las e fortalecer a marcha como ação coletiva. Assim como, potencializar a criação de sinergias e denunciar o cenário de retrocesso, gerando mobilizações de contestação e protesto.

5.3.3 Pautas das Margaridas

As mulheres pautaram o fim das políticas públicas para as mulheres, sem capacitação, autonomia e sem investimento, com o fim da Secretaria de Política da Mulher. Elas apontam como demanda pressionar o estado em defesa do SUS, denunciar o racismo estrutural e na educação com o fechamento de escolas quilombolas. Além de denunciar a violência de estado que mata jovens negros.

O aborto aparece como pauta, um ponto que tem uma resistência grande por conta de questões religiosas, mas precisa ser encarada como um direito ao corpo. Uma pauta bem presente nos movimentos feministas, mas que não é aceita por todas as mulheres quando se reúnem em um movimento ampliado como a marcha. As preocupações das mulheres com a saúde da família, com o cuidado com os filhos, além de seus próprios problemas de saúde, foram pontos que se destacaram a partir da minha observação, não apareceram como pautas oficiais na análise de conjuntura, mas foram nítidas no cotidiano da convivência.

Outro ponto que observei foi a diferença entre a participação dos movimentos sociais mistos e os movimentos só de mulheres. As mulheres afirmam que quando o grupo é só de mulheres as decisões são mais horizontais e que quando ele é misto ocorre a separação das pautas dentro do movimento. No movimento misto se cria um grupo de mulheres dentro do movimento, elas se reportam ao movimento e levam os informes e demandas. Nos movimentos mistos nem sempre as mulheres ocupam os cargos decisórios e de poder. Também observei que muitos movimentos mistos não estão presentes na reunião ampliada de organização da Marcha das Margaridas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra.

Uma observação que se destacou foi a ausência de indígenas no grupo ampliado de organização da marcha. Ao final do encontro, elencaram movimentos que vão ser convidados para participar da organização e apareceu a ANMIGA, associação nacional das mulheres indígenas, que são possíveis convidadas para as próximas reuniões de organização.

Ao longo dos dias a questão ambiental apareceu de forma pulverizada, pude identificar os principais pontos que apareceram na análise de conjuntura atual. Apresento eles aqui para dar continuidade ao levantamento das pautas realizado no início da pesquisa, buscando ver como no atual cenário essas pautas se configuram e reconfiguram. Elas apareceram através de falas na análise de conjuntura, de denúncias de casos que as lideranças trouxeram dos seus territórios e de apresentações de conflitos socioambientais em andamento.

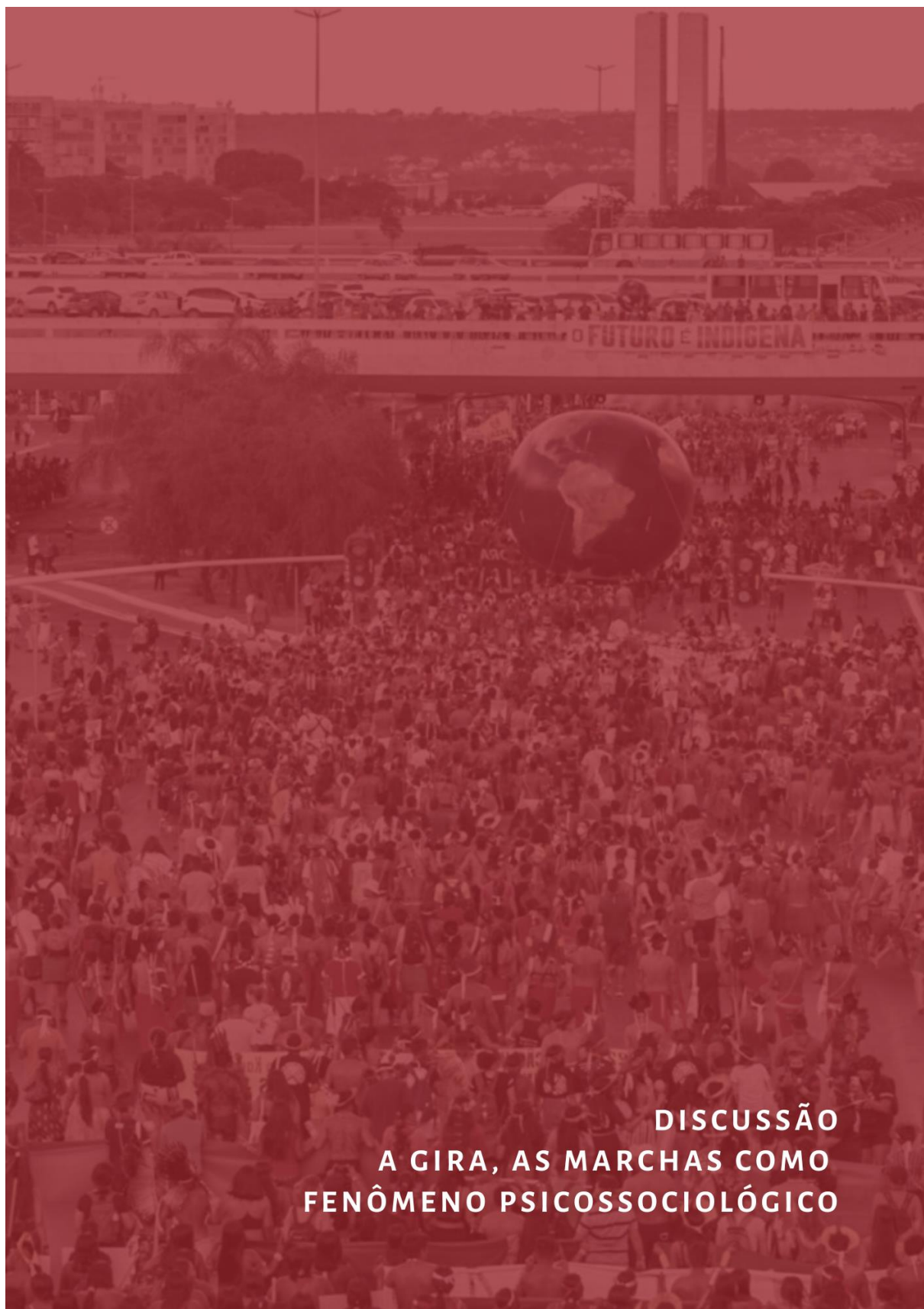
O movimento contra a construção de eólicas no Nordeste tratou da importância da energia limpa, mas com a preocupação com os impactos nos territórios e nas comunidades que vão ser atravessadas pelos campos de produção e de transmissão de energia. Processos que não levam em consideração as comunidades, suas formas de vida e os seus interesses. A privatização ganhou muito destaque no âmbito dos conflitos pela terra e pela água, com a denúncia da privatização dos bens naturais e das instituições públicas que cuidam desses serviços.

A luta pela terra aparece de forma nítida e também transversal aos outros temas. As mulheres pautaram os inúmeros conflitos agrários com morte e a violação dos direitos do campesinato, com uma violência que atinge de forma brutal as comunidades. Destacando a terra e água como elementos importantes para produção agrícola. As agricultoras estão ameaçadas também pela venda das terras, o que impacta na geração de trabalho e renda.

Água, um bem comum essencial, aparece como preocupação no debate sobre a compra de aquíferos, a destruição dos mananciais e a questão das outorgas da água precisam ser licenciadas. As lideranças afirmam a necessidade realização de estudos sobre os aquíferos, pois nas outorgas a exploração é liberada em um ponto, mas não se não estuda as ramificações do aquífero que vai impactar em outros territórios ao ser explorado. Grandes empresas como Coca-Cola e Nestlé, tem acesso rápido aos aquíferos subterrâneos. Já para liberação de outorga para os agricultores familiares o tempo de espera é muito grande.

Problematizar o capitalismo verde se torna um imperativo, pois ele cria dificuldades para se pautar a questão ambiental. Por conta de suas contradições nem sempre fáceis de ver, através da cooptação de conceitos essenciais para a preservação ambiental e o cuidado comunitário. Quando o capitalismo se pintou de verde e se apropriou de tudo, o estado poderia fazer algo para limitar sua atuação e não fez, se moldou aos interesses do capital. As mulheres apontaram questionamentos com relação à financeirização da natureza, com o pagamento por serviços ambientais. Destacando que este processo favorece a monocultura e a ampliação da atuação das indústrias, reduzindo territórios tradicionais. Uma análise da economia verde é atravessada pela preocupação com a compra e venda de crédito de carbono e a venda dos bens comuns do Brasil para o estrangeiro.

A Necropolítica do Governo do ex-presidente se refletiu na questão ambiental, com o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Sales se empenhando na realização do desmonte das políticas públicas e venda dos territórios. O Ministro provocou uma ampla liberação de autorizações de licenciamento ambiental e desmontou pontos importantes da legislação ambiental. Além da ampliação das dificuldades das comunidades acessarem as políticas públicas, em especial aquelas que estão nos interiores, longe das capitais, são segmentos que passam por muitas dificuldades e não estão no foco, são beneficiárias especiais que estão distantes das políticas públicas.



**DISCUSSÃO
A GIRA, AS MARCHAS COMO
FENÔMENO PSICOSSOCIOLÓGICO**

6 DISCUSSÃO: A GIRA, AS MARCHAS COMO FENÔMENO PSICOSSOCIOLÓGICO

No processo de leitura intensiva separamos os dados, analisamos as informações coletadas e realizamos a categorização. Bardin (2011, p.117), argumenta que “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto [...]”. Esse envolvimento com o corpus para categorização ocorre em função da relação entre a teoria e a análise, reforçando as características dos dados, delimitando sua relação com os objetivos e questões da pesquisa. A análise através da formulação de categorias funciona por operações de desmembramento do texto em unidades e reagrupamento em categoria. Depois de termos identificado as Unidades de Registro, estabelecido as Unidades de Conteúdo, retomamos o referencial da pesquisa e criamos a categoria.

Na categorização emergem informações que estavam implícitas quando se coloca os dados do corpus de estudo e do campo em diálogo com a teoria. Processos de idas e vindas nas informações para organização dos dados e seleção das mensagens que se destacaram - para aí sim estabelecer a categoria.

Nos resultados a seguir, descrevemos em detalhes essa categoria, elaboramos textualmente as nossas inferências e trouxemos o referencial para aprofundar as reflexões estabelecidas. A análise se dá com base no olhar para a categorização, a fim de condensar e representar de forma simples os dados brutos coletados nos documentos. Buscando apoiar a elaboração da tese e responder a questão de pesquisa. Enquanto uma análise qualitativa, apresenta inferências finais a partir da reconstrução do material, supondo um processo de decomposição e reorganização na indicação da correspondência entre as mensagens emitidas e o seu contexto político, estético e social.

Seguimos alguns dos princípios apresentados por Bardin (1977) para delimitação das categorias:

- pertinência – Estipulamos uma elaboração de categoria com mensagens claras com pertencimento ao referencial bibliográfico previamente definidos. Para Bardin (1977, p.120) “uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico

definido”. No nosso caso, entendemos que a categoria obedece a esse critério pelas idas e vindas que fizemos em relação à questão de investigação, ao objetivo e à teoria durante todo o processo de estabelecimento da mesma, refletindo as intenções da pesquisa.

- objetividade e fidelidade – Ao propor a categoria, esperamos que ela possa ser objetiva, ou seja, que possa ser aplicada na análise. Por isso, realizamos uma descrição detalhada e clara de como chegamos à categoria estabelecida, garantindo sua objetividade e fidelidade. Seguindo a orientação de que “As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises” (BARDIN, 1977, p. 120).

- produtividade – A categoria busca apresentar um resultado completo sobre a análise documental, em diálogo com a revisão bibliográfica integrativa, assim como com os demais elementos da pesquisa. Para tanto, “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos” (BARDIN, 1977, p. 120-121).

Tendo tais regras em vista, realizamos a organização dos dados e sua posterior categorização. As principais estratégias identificadas nos campos foram agrupadas para facilitar a compreensão. Reunidas as informações dos dois campos e colocadas em perspectiva com a análise documental, foi possível sintetizar as ideias para utilização da categoria analítica como forma de interpretação dos dados e desenho que emerge da análise. As principais estratégias foram, rodas de conversa, análises de conjuntura, participação, convocação, acolhimento, diversidade, coletivo, confluência, formação, identidades orgânicas e arte. Elas serão apresentadas em detalhes junto da categoria.

A partir da realização das etapas de Análise Conteúdo emergiu a categoria: *A Gira*. Reconhecemos esta categoria como estratégica por dizer sobre os fazeres das mulheres em marcha; por sua potência epistemológica, política e estética; por promover a formação de conhecimento e a transformação das mulheres envolvidas; por representar reflexos bem definidos dos processos psicossociológicos das mulheres em marcha enquanto uma comunidade.

A categoria gira exhibe o fortalecimento das mulheres e a potência do movimento de interação das estratégias de luta na busca pela resolução das pautas. Apresentamos a gira, enquanto um saber sujeito mulher. Por reconhecermos as desigualdades de gênero e a necessidade de mirar filosoficamente as questões que emergem do ser mulher de forma visceral a poética, delimitamos a categoria proposta. A marcha é um fazer que se articula na busca por autonomia e a formação de lideranças em processos que carregam as que vieram antes e possibilitam existências, com marcadores de gênero, classe e raça, atravessados pela ancestralidade, com práticas para transpor os muros patriarcais. A gira carrega em si essa circularidade do tempo-espço, com alegrias e demandas, onde as mulheres fazem girar a roda, buscando transformar a sociedade.

Haddock-Lobo (2020) demarca a origem da gira, aterrada na filosofia afro-brasileira. Um adjetivo de nosso território que se materializa nos corpos, que encarnam a brasilidade das ruas e dos terreiros, com suas músicas, danças, cores, espíritos e cheiros. Coisas que a filosofia ocidental não dá conta de compreender. Até porque, segundo o autor, é imperativo "jamais compreender", já que esta é uma atividade mental. E a gira, por sua vez, é um conhecimento que precisa ser sentido pelo corpo como um todo. Na experiência dos sentidos, que não podem ser apreendidos, assim como os conhecimentos que circulam nas marchas da presente pesquisa. São saberes que podem ser cantados, desfilados, partilhados, passo a passo, rateados e degustados, e só assim podem baixar enquanto conhecimento, sendo quase que sujeitos da relação, que podemos conhecer a partir das vivências.

A gira, o feminino do giro, sua feição mulher que, não apenas gira como o giro no sentido de mudar, desviar, promover deslocamentos, mas que também gira como a festa, a roda, o encontro que abre os caminhos e que é marcado pelo termo quimbundo njira (HADDOCK-LOBO, 2020. s/n).

A gira se inspira inclusive na noção trazida pelas religiões de matriz afro-brasileira. Com o significado de um ajuntamento-festa-reunião, sendo uma abertura de caminhos para a dança dos corpos encantados (RUFINO, 2019; SIMAS, 2019). A gira é uma referência às Pombagiras, um signo de luta feminina em episódios cotidianos que desafiam o padrão normativo. Ela encarna religiosidade e fé nas mulheres, com um girar marcante e perfumado, que busca a cura pela beleza e liberdade, um movimento sensual de enfrentamento ao olhar patriarcal que demoniza

as mulheres. A pombagira é resultado do cruzo da força vital do poder das ruas com a trajetória de encantadas mulheres que viveram a rua de formas diversas (SIMAS, 2021).

Simas e Rufino (2020) propõem a gira poética e política como uma forma de praticar saberes sob outros modos de existência. Um movimento que dialoga com os encantados, reconhecendo sua experiência de "atravessar o tempo e se transmutar em diferentes expressões da natureza." (SIMAS; RUFINO, 2020. p.7). A gira é a confluência de presenças e saberes diversos, que se movimentam em prol do cuidado dos seus e do vencimento de demandas. O que Rufino (2021) afirma ser uma prática de integração pela cura e pela libertação, uma batalha pela dignidade de existir. Essa ideia para o autor é a materialização da ideia da gira de colonial, que busca "descolonizar e vencer o carregamento colonial" (RUFINO, 2021. p.54).

Segundo Simas (2021), o Brasil foi um país que articulou estratégias de controle dos corpos, fundadas nas práticas escravistas coloniais. Que se entranham na sociedade a partir do trabalho pesado e violento, pelo corpo doutrinado pelas catequeses e pelo confinamento que se inaugura nos navios negreiros, senzalas e se atualiza nas cadeias e nos quartos de empregada. O fim da escravidão exigiu redefinições nas estratégias de controle dos corpos, o poder público tomou conta das novas formas de dominação.

A gira é a união do fundamento com o movimento pela libertação desses corpos, que sua existência seja materializada e seus modos de vida visibilizados. É a valorização do conhecimento que tem o pé no chão da rua e do terreiro, uma forma de enfrentamento ao processo colonizador reinventado. Simas (2021) aponta a gira como um movimento que desmantela velamentos ao representar a raça, mirando esta não como uma perspectiva biológica, mas enquanto categoria política-social-cultural construída historicamente.

A gira é uma categoria viva, que põe a frente o encantamento das comunidades e a mobilidade dos corpos e mentes. Uma categoria talhada como um exercício de liberdade, que incomoda as estruturas racistas patriarcais, desafiando o enclausuramento do sentir pensar através de ousadias e rebeldias. A gira corre, mobiliza, reúne e transforma, ela convoca e carrega em si a confluência e a participação, estratégias amplamente miradas na marcha como estruturantes para

produção de autonomia. A desconstrução da colonialidade a partir da gira é a emergência de uma "inversão carnalizada e antropofágica" (JUNIOR, 2022. p. 181) que nutre a resistência em movimentos de luta e defesa, através de uma flecha que chegou hoje, onde o alvo se desenhou na trajetória.

A partir da categorização buscamos nos encontrar com as estratégias presentes na confluência da Marcha das Mulheres Indígenas com a Marcha das Margaridas de 2019, através de uma categoria analítica posta em diálogo direto com os índices das Unidades de Conteúdo das análises anteriores. Com um foco de análise que detalha como é a atuação das mulheres na linha de frente contra opressão e injustiça. Através da participação e coletividade, com ações de formação, mobilização, movimento cultural, além da atuação política em Brasília, como a participação e representatividade. Descrevendo a construção das marchas e as ações de mobilização e organização a partir de uma lente delimitada pela categoria definida.

Depois que definimos a categoria gira, ela se confirmou como um ato-definição relevante de forma concreta para a Marcha da Margaridas, que ao organizar a marcha de 2023 chamou uma de suas atividades de Gira de Conversa. Um momento de debate sobre as dimensões e repercussões de violência e suas formas de enfrentamento pelas mulheres do campo, da floresta e das águas. Demonstrando como nossa categorização se aterriza no campo e a ampliação de sua compreensão a partir de uma organização em rede com o objetivo de aproximar as mulheres em um espaço de falas e reflexões. Com a partilha dos conhecimentos, o convívio e a interação na gira buscavam favorecer o afeto e cuidado entre as mulheres como um dos espaços constitutivos da 7ª Marcha das Margaridas (CONTAG, 2023b).

A gira, no caso da marcha de 2023, aparece como um sinônimo de roda de conversas. Nesta categorização ela é mais ampla, definida pelas estratégias identificadas nas marchas, mas não limitada a elas, podendo ser compreendida por outras camadas de compreensão expostas pelas narrativas fotográficas ao longo do trabalho e por outras ideias que são parte da vivência. Neste ponto produzimos um exercício de desenhar a categoria para ilustrar suas dimensões, sem a pretensão de findar o processo ou de enquadrar a gira em um conceito estático.

A gira está presente no encontro das marchas, uma confluência entre margaridas e indígenas que significou um momento de cura da realidade. A força do

encontro e do cuidado estão presentes na gira, através de uma união em defesa dos territórios e garantia da vida, pela preservação de terras indígenas e do meio ambiente, em defesa da agroecologia, com participação popular, em defesa do sistema de saúde de qualidade, pela garantia de direitos aos povos indígenas, pelo fim da violência de gênero, do racismo, da homofobia e da intolerância religiosa. Quereres da confluência que no movimento da gira se encontram e se organizam através de uma convocação do coletivo para enfrentar os retrocessos.

A categoria nos apoia para reconhecer que existe uma união em torno de causas comuns, a abertura de espaço para vozes diversas e a força na realização simultânea das marchas. Na Gira, existe uma confluência que aparece como forma de resistir ao cenário político atual ao agregar movimentos, onde suas reivindicações são formas de atuação. Assim se inclui a diversidade, direitos e justiça social nos movimentos. Tal categoria aponta para fortalecimento do protagonismo da mulher a partir dos encontros e propostas coletivas. Através desta categoria percorremos os dados da análise de conteúdo dos documentos e dos campos de pesquisa e encontramos caminhos de interpretação.

Dentre os índices elencados na análise, a energia coletiva de lutar por algo maior aparece como uma estratégia de força das marchas, uma energia compartilhada nas construções cotidianas, comunitárias e coletivas, que se retroalimenta com as diferentes escalas da luta que configuram a gira. Nos momentos difíceis, receber apoio das parcerias de luta fortalece as lideranças, e amplia o sentimento de companheirismo, uma força circular motivadora para não desistir e seguir.

A convocação é um índice que faz parte do chamado para a gira. Um convite cheio de encantamento. Existe uma convocação afetiva, um convite para participação, que é um ato de convocar com o coração. Uma mulher estende a mão para outra e a convida para caminhar, para falar, para representar. Um ato que parece simples, mas ele que inicia o movimento.

A participação como estratégia essencial da gira está relacionada às rodas de conversa, reuniões, caravanas e análises de conjuntura. A participação movimenta as convocações e a criação de espaços de convergência. As metodologias participativas, envolvem escuta, análise e síntese. Já a comunicação se preocupa com a conexão

com interlocutores e com conexão com as mulheres mais jovens e mais velhas, com as diversas identidades e territórios. As pautas reunidas são uma forma de comunicação com o poder político institucional, através dos documentos, das cartas e da Plataforma Política entregues aos candidatos a cargos públicos, como deputados e presidente. Estes documentos são também estratégias de formação, para além da atuação política.

A palavra sentir apareceu relacionada tanto às Margaridas quanto às Indígenas, ligada às temáticas de Coletividade, Poder, Decisão e Participação. Sentir aparece como apoio e afeto, como uma energia que se provoca com as mulheres juntas, e se relaciona também com a energia da dor. O sentir que move a luta em diferentes escalas, a energia do encontro, do compartilhar, do apoio e do acolhimento. O sentimento é a energia da gira, que impulsiona a vontade de lutar, para além do tempo presente, sustenta o companheirismo e traz força para o coletivo.

A escuta como índice se liga ao afeto e à confiança. Uma escuta atenta, onde as mulheres sentem que não estão sós, e que ocupam um papel importante na gira. Usar a voz em defesa dos territórios, além de ser uma forma de conhecer e reconhecer pessoas diversas, de diferentes territórios, raças e etnias. Conhecer contempla um lugar mais amplo do diálogo e re-conhecer em movimento também, a escuta e o sentir, apoiam na compreensão desta camada da confluência. A ideia da escuta na gira é que ela proporciona a soma das vozes, ligada ao aprendizado e ao re-conhecimento dos sujeitos que compõem. Através da escuta os saberes são ouvidos e são parte importante dos fazeres da marcha, compondo a análise de conjuntura por exemplo, um dos principais formatos da gira política na preparação das marchas, como identificado nos campos de estudos.

As estratégias que compõem a gira envolvem o respeito à diversidade, que se dá pela busca de representatividade nas organizações. Isso acontece através da participação de sujeitos com diferentes origens, que ao lutarem por seu reconhecimento e se integrarem aos movimentos da marcha, demarcam identidades orgânicas, ligadas aos territórios e ao ambiente. A estratégia de participação também está ligada à busca por representatividade na política partidária, com reivindicações e denúncias de conflitos, por parte dos vários sujeitos. As mulheres atuam para influenciar nas eleições, além de participar da política partidária de outras formas.

Representatividade é um substantivo que se destaca na composição da categoria, um índice que retrata aspectos da representação que sujeitos têm com relação aos seus coletivos quando estão na gira. O debate e questionamento sobre representatividade se destacam por tratar de lutas coletivas que são repletas de diversidade, se unem, mas não se anulam na confluência. Permitindo entender que para estar na gira é preciso respeitar as diversidades e divergências, sendo que a representatividade não pode invisibilizar sujeitos e demandas. Ao longo da análise documental e da realização dos campos de pesquisa, a temática representatividade emergiu de forma nítida nas Marcha das Mulheres Indígenas e das Margaridas. Representatividade se relaciona com as temáticas de Gênero, Classe e Raça e Coletivo, e aparece como uma busca por pautas comuns nos movimentos, através da escuta para que todas as mulheres e territórios sejam contempladas e apresentem seus avanços e desafios.

Representatividade aparece no corpus documental como a busca por deixar as diferenças de lado e reunir as mulheres em uma só luta. Aqui aparece a brecha para reflexão com relação às questões problemáticas de representatividade. Por mais que uma pauta única seja importante, como anteriormente apontado, a uniformização de ideias pode gerar silenciamentos, como é a atuação do pacto da branquitude, que invisibiliza historicamente pautas do povo preto e dos povos indígenas. Diante disto, está o desafio de reunir as lutas com o respeito às diferenças, que é um dos principais pontos da confluência que nos apresenta Nego Bispo (2020a), onde cada uma não se anula ao se encontrar com as outras.

Tais resultados, demonstram a diversidade constituinte das giras e lançam um desafio para a questão da representatividade, que é compreender seu caráter político e as relações de poder que operam dentro da categoria. Uma das apostas para ampliação do que seria uma representatividade efetiva que aparece nos documentos da Marcha das Mulheres Indígenas e no campo da preparação das duas marchas, é a proposta de integrar a diversidade cultural à representatividade, com as pautas sendo representadas por lideranças que têm um real reatamento com as comunidades, as aldeias, as etnias, os grupos sociais, os movimentos e coletivos. Levando em consideração pontos importantes para representatividade, Poder, Decisão e Participação que despontam nas análises e se firmam no documento final

da Marcha das Margaridas e na plenária das mulheres indígenas apresentada no ATL, dois momentos onde a representatividade se expressa de forma justa e diversa.

No âmbito dos campos de pesquisa a questão da representatividade aparece como o que chamamos de Identidades orgânicas, que são a possibilidade das mulheres se apresentarem e se sentirem representadas. A presença das identidades orgânicas é essencial para realização da gira enquanto estratégia que preza pela diversidade. Ela tem a conexão com o território e com o ambiente, sendo uma expressão do corpo-território.

A representatividade na política institucional também está presente nas estratégias, quando aparece relacionada às campanhas eleitorais e os espaços que as marchas abrem para candidaturas insurgentes. Candidatas mulheres, camponeses, indígenas, parte de movimentos sociais que não tem recursos de campanha como os partidos hegemônicos, encontram nos espaços criados pelas marchas, tanto na organização quanto nos atos, um ponto de diálogo com as massas reunidas. A atuação política das mulheres busca interferir nos processos de decisão, através inclusive dos documentos das marchas, onde as mulheres formam pactos e posicionam seus quereres para diálogo, buscando a construção de políticas públicas. Para gerar o compromisso político com o governo federal, além de pactos com outras escalas de poder institucional.

O Protagonismo aparece como um índice estreitamente ligado à representatividade, e também à Confluência, Coletivo, Marcha, Educação e Políticas Públicas, uma camada relevante para a compreensão da categoria por ampliar seus aspectos. Na gira as mulheres se tornam protagonistas das suas histórias, um empoderamento produzido pelas marchas, que se fortalece com a circularidade. O que demonstra sua importância na organização das marchas, evidenciando o potencial das mulheres.

A formação de mulheres lideranças e o fortalecimento das que já estão posicionadas é uma estratégia essencial para as giras, que reconhecem a história das lideranças e a ancestralidade nas representações, buscando a formação de multiplicadoras a partir de processos de difusão de conhecimentos.

Já a Educação é um índice que carrega em si o objetivo de promover a autonomia, o diálogo, a formação do sujeito histórico e a difusão de conhecimentos que apoiem a luta dos povos. A defesa da educação e o reconhecimento que as marchas são processos de aprendizagem são pontos de destaque. Estratégias presentes na gira, como as rodas de conversa, as manifestações, as plenárias, as reuniões, as análises de conjuntura, espaços da gira onde circulam muitos conhecimentos que se apreendem de formas amplas e com fazeres epistemológicos diversos.

Na Gira ocorre a formação sobre atuação política, com a formação para o reconhecimento dos direitos a partir da troca de informações e a simulação de espaços de poder para aprendizagem de como ocorrem as disputas de poder, como por exemplo um tribunal de mulheres julgando o Estado brasileiro na Marcha das Margaridas de 2019. Marchas são fazeres ativos de formação, informação e debates sobre a garantia e resistência à destituição de direitos.

As giras abrem espaço para outros tipos de fazeres e saberes contracoloniais, conhecimento de ouvir a terra, de se alimentar do que se produz, uma conexão forte que existe para as agricultoras e extrativistas. Aparece aqui a importância dos saberes orais e dos conhecimentos dos sujeitos coletivos, que são transmitidos na gira. O corpo-território se funda enquanto cuia, utensílio amplamente utilizado por indígenas para carregar ou armazenar alimentos, que acumula os saberes de povos, conhecimentos que dizem respeito à vida. Na Gira o índice dos saberes apoia o reconhecimento de narradoras e conhecedoras, observando e gerando conhecimentos específicos dos territórios, dos modos de vida, de ontologias e de epistemologias.

As artes aparecem simbolizadas pelas bandeiras, pelas músicas, danças, cantos, pinturas corporais e artesanato, estratégias que compõem camadas essenciais da gira. As mulheres indígenas fotógrafas e as mulheres de ambas as marchas criando narrativas, conectando seus territórios com os movimentos nacionais, são exemplos de destaque. Em especial no Acampamento Terra Livre falas e expressões artísticas se mesclam todo o tempo.

A arte é um índice que desponta como possibilidade de re-existência, através do canto, da dança, da fotografia e da poesia, criando em gira suas formas de existir.

A presença é essencial, para mostrar que as mulheres existem e que não aceitaram retrocessos diante de seus direitos conquistados. Além de demarcar a resistência dos povos indígenas e das margaridas frente à opressão.

A pintura é a expressão do corpo-território nas giras, presente juntamente com outras expressões artísticas como canto, dança e apresentação cultural. Pintura é um ato coletivo que conecta elementos e se apresenta como uma forma de afirmação política e identitária. A pintura para os povos indígenas é um ritual que se faz com o corpo, que os aproxima dos seus ancestrais e a espiritualidade da alma. Uma reafirmação política da existência indígenas, que foi símbolo principal identificado nessa pesquisa no processo de confluência das marchas, a grande gira estudada, quando as mulheres indígenas pintaram os rostos das margaridas e demarcaram um novo momento de reunião das lutas.

O coletivo e a confluência estão tão presentes que muitas vezes não aparecem como estratégias, são estratégias nem sempre ditas, mas posicionamentos que se adotam para o fortalecimento da marcha a partir do encontro, firmado nos diálogos políticos. Sendo parte do fundamento da gira, o fazer coletivo e confluyente. Os intercâmbios de informações entre comunidades que vivenciam conflitos também aparecem de forma silenciosa, não narrada, mas performada em ato, inclusive nas análises de conjuntura, que fortalecem a luta nos territórios.

A ideia de confluência é distinta em cada uma das formas de organização das marchas, que mostra a amplitude do que pode ser a gira. Com as margaridas existe a busca pela unidade, pela unificação dos discursos e pela representatividade pela conexão. No âmbito das indígenas a confluência acontece abarcando as diferenças e ampliando as vozes, a representatividade se dá através da negociação dessa diversidade sem abrir mão das identidades, processo que pode ser similar nas margaridas, mas no caso das indígenas é muito evidente a demarcação das diferenças e a não intenção da unidade.

A gira apresenta-se em diversas escalas indissociáveis, podem ser encontros internos de um movimento, uma etnia ou um sindicato, ou um processo externo grande, como o que conectou as duas marchas. Os processos em escala mais ampla integram representantes de diversos estados dentro dos movimentos ou outros movimentos que se reúnem para se juntar às marchas. Como as lutas que acontecem

dentro das institucionalidades ou parlamentares no diálogo direto comprometido com os movimentos sociais formando, por exemplo, a frente feminista antirracista. Existe também a confluência externa das marchas com as alianças internacionais, com a presença de parlamentares indígenas da América Latina e parceiras de países da América do Sul, além da confluência com outros movimentos. As diferentes escalas da luta se integram a gira, elas se conectam a partir de suas representantes, circulando saberes, articulando forças e fortalecendo as lutas.

Os índices, Conectar, Unir e Somar foram muito presentes na formação da categoria, ligados aos temas de Confluência, Marcha, Coletivo, Poder, Decisão e Participação. A luta organizada aparece como instrumento de mudança através da organização e da unidade dos movimentos. A gira aponta para a necessidade de coligação dos movimentos para dar força, orientar e apoiar para seguir em frente. Conectar ocorre em diversas escalas e para cada escala tem estratégias, a representatividade atua quando se amplia a escala, como forma de conexão. Unir também é poder, unir para fortalecer, força influenciada pela decisão coletiva. Assim, se forma uma imagem das mulheres que partem de seus territórios e se somam ao longo dos caminhos para chegar até as marchas, unindo suas forças, a Gira agrega.

Compartilhar e Dialogar aparecem relacionados com a troca de conhecimentos e a relação entre os diferentes. Dialogar para fortalecer a potência dos movimentos, giras que provocam debates e abrem caminhos para a exposição de como podem buscar a resolução, a cura, diante das demandas. Formas de compreender as opressões que dinamizam processos de difusão dos conhecimentos roda onde se desenham estratégias, por serem espaços de confiança. Compartilhar se torna uma necessidade política que pode promover a auto-organização e a autonomia comunitárias, como proposto por Maritza Montero (2003; 2004; 2006; 2014), Martín-Baró (1986) e Fals Borda (1980; 1985; 2016).

Neste sentido, o Diálogo desponta como índice implicado com a potência do encontro, enquanto processo propulsionado e propulsionador das giras, uma matéria que constitui a energia que move e que une e separa. Unir e separar é provocar movimento, unir no que se assemelha, separar no que é divergente, esse é o diálogo. E essa é a importância de contemplar as diferenças, de reconhecer pautas distintas,

isso gera movimento, e a força é o resultado desse movimento materializado nos territórios e nos corpos.

Na gira encontramos a re-existência enquanto afirmação e reafirmação da existência e criação de existências outras. Resistência a partir do re-conhecimento da existência da diversidade de sujeitos que integram as marchas e da memória de seus corpo-territórios que passam por ocupações e retomadas. A Retomada é um movimento da gira nos territórios, não observado diretamente nas marchas, mas aparece nos documentos como uma estratégia das mulheres, em especial as mulheres indígenas. A retomada do território aparece ao lado da retomada do idioma, feita pelas mulheres que guardam o idioma de seus povos.

Visibilidade é um índice que se relaciona com a conquista de espaços de poder, para além do chão da aldeia e dos espaços comunitários. Movimentos de visibilidade na gira aparecem ligados às UCs de Poder, Decisão e Participação. As mulheres saem dos territórios em marcha para ressignificar a história e a visibilidade de suas lutas desfilando nas ruas de Brasília.

Com relação aos espaços de poder e participação, cenas importantes foram vistas nos campos, onde as mulheres ocuparam espaços e atividades normalmente feitas por homens, como as plenárias no ATL e a análise de conjuntura das margaridas. São estratégias políticas da gira que envolvem formação, autonomia e conexão de sujeitos coletivos, caminham na busca pela retomada de direitos, ao reconhecer que as principais pautas se relacionam com a retirada de políticas públicas e garantias constitucionais.

Os índices Posicionamento e Poder descrevem a categoria re-existência em diálogo com as UCs: Políticas Públicas, Direitos e Estado, Marcha, Educação e Participação, Direitos e Decisão. Elas destacam a relevância social da mulher, trabalhadoras rurais e indígenas à frente dos trabalhos comunitários, alimentação do país, defesa dos territórios e dos direitos. Esses índices colocam a perspectiva política na categoria gira. Que reconhece o sistema institucional e o Centro Político, como espaços de poder. Identificando Brasília, um palco da gira, como espaço privilegiado para realização das marchas. As giras acontecem em re-existência também nos territórios, sendo processos comunitários. Este índice apresenta a implicação da

categoria com uma escala ampliada da luta que reconhece o posicionamento de poder das mulheres, não só nas suas comunidades, mas no cenário nacional.

A Luta é outra dimensão da categoria, a luta é movimento histórico. Trazendo temáticas como Representatividade, Participação, Direitos e Decisão, Confluência e Marcha. A luta para viver, a luta para existir e a luta por reconhecimento aparecem com nitidez nos documentos das marchas. Na Marcha das Mulheres Indígenas, a luta por reconhecimento diz respeito tanto à disputa por visibilidade dentro do movimento indígena, quanto perante a sociedade. O que pode ser identificado na luta pelo reconhecimento das mulheres dentro dos movimentos sociais mistos também.

A luta ambiental, como os movimentos de defesa da fauna e da flora, é algo que traz outros contornos para a categoria, diante dos conflitos socioambientais. As lutas pela natureza, pelo bem comum, pelas florestas e pelas águas são pontos que se destacam enquanto demandas na gira, para além das preocupações sociais, econômicas e políticas. Questões que são vistas e negociadas pelo Estado e pelo capital como mercadorias, como recursos, re-existir na gira é mostrar as conexões da vida humana com o território, com o ambiente. Olhar para o espiritual, o sagrado, o cultural, o natural e o comunitário como pontos indissociáveis que se entrecruzam compondo a vida. Desta forma, nas marchas encontramos contribuições para os ecofeminismos, com pautas elencadas a partir de marcadores de gênero, classe, raça e etnia bem definidos. Além de se organizarem por entre fazeres conectados com seus corpos-territórios que têm recortes de suas identidades orgânicas. Pontos essenciais para construção de ecofeminismos que enfrentem a branquitude ambiental do patriarcado.

História, Memória e Ancestralidade, são índices que apoiam a categorização ligadas à temática de Participação, Decisão e Poder. Valores e memórias matriarcais que aparecem como formas de reconhecimento ancestrais para as mulheres indígenas. As mulheres carregam as histórias de suas antepassadas, que nunca chegaram nos livros da história oficial. A ancestralidade transmite a ideia do legado deixado pelos mais velhos. Neste ponto, destacamos a relevância da produção de conta-informação através de narrativas fotográficas que visibilizam histórias. A memória vai ser fundamental para as giras não serem uma categoria flutuante, elas

se desenham pelas histórias e narrativas dos sujeitos comunitários, uma forma de situar um processo que não é fluido e atemporal.

Autonomia e Empoderamento, estão conectados à UC de Poder, Decisão e Participação das duas Marchas. Nas UCs dos documentos da Marcha das Mulheres Indígenas a Autonomia está ligada às associações de mulheres indígenas e à organização do coletivo nas aldeias a partir do Canto, Dança e Resgate das Tradições. Tais processos são fortes componentes da Gira, nem sempre estão presentes em processos organizativos coletivos e nas práticas comunitárias, e destacamos aqui como fortes inspirações das artes, para produção de autonomia no campo psicossociológico. O empoderamento está inserido na visão de mundo cíclica e coletiva, ligado à ancestralidade, à auto-organização e a sair do silenciamento. A liderança tem o conhecimento do povo, da família, da comunidade, além do conhecimento político e estratégico. Em algumas etnias a liderança é passada pela família ou por relações de parentesco, tem camadas espirituais e políticas, o que vai ser trabalhado ao longo do tempo para que a líder possa atuar para além da comunidade.

O poder feminino é construído nas giras do cotidiano através de estratégias coletivas, de autonomia, de educação e de formação política. Momentos que impulsionam reflexões e abrem espaço para as mulheres se posicionarem e contarem suas experiências. A gira se estrutura de forma comunitária a partir da criação de espaços de comunicação e integração, rodas de conversa, exposição de artesanato e de espaços de fala com apresentação das mulheres. São movimentos de valorização dos saberes das mulheres com contornos que dialogam com as teorias psicossociológicas apresentadas.

Cabe ressaltar que fizemos algumas generalizações para fins de apresentação dos resultados das análises, mas deixamos claro que os processos de formação e transformação, da sociedade e das mulheres enquanto coletivo, são lentos e cíclicos, giram em torno de muitas questões não lineares e nem evolutivas. Não se espera que todas cheguem em um ponto certo de ser mulher e de exercer sua atuação enquanto sujeito político, nem que os fazeres se expressem de forma uniforme, pois desenhamos a dimensão da multiplicidade do movimento.

Muitas características traçadas aparecem por estarem presentes nas narrativas das lideranças, aquelas que participaram de entrevistas que estão presentes nos documentos que passaram pela análise de conteúdo ou aquelas lideranças que estavam presentes nos processos de construção das marchas. Esse é um panorama de um momento histórico apresentado por nossa pesquisa que se aproxima das mulheres que estão nos territórios a partir das representantes que se colocam na gira nacional. Elas fazem o fluxo do conhecimento circular, levando as demandas dos seus territórios para gerar a força dos movimentos. Essa foi a intenção da pesquisa por dialogar com dois campos densos, diversos documentos e com muitas nuances de mulheres que estão espalhadas por todo o país.

Esta categoria da gira, organizada através das análises, se encontra intimamente com o referencial teórico da organização das mulheres do Sul Global e as ideias de movimentos sociais de mulheres. Além das práticas comunitárias descritas na Psicologia Política de Maritza Montero e Martín Baró e das premissas do ação e transformação para situação do sujeito histórico e da relação com os conhecimentos comunitários da Sociologia de Fals Borda. Processos de afeto e a visceralidade da vida que caminham na contracolonização como nos propõe Nego Bispo e Geni Nuñez Longhini. Assim como os elementos apresentados na discussão se destacam como potência na formação de contra-informação, se entretecendo e formando a psicossociologia com mulheres. As giras se configuram enquanto espaços de auto-organização das mulheres, no exercício da autonomia e defesa das comunidades, definindo lutas a partir de pautas nacionais e locais, o que as caracteriza como processos psicossociológicos.

Reconhecemos que a categoria gira é re-existência, ela é orgânica e contempla a ação criativa, nela tem alegria, música, canto, dança, comida, expressões comunitárias. Uma categoria que tem cor, classe, gênero e raça em sua origem afro e indígena, camponesa, ribeirinha, latino-americana e decolonial.

A gira representa um grande encontro de corpos-território em defesa do cuidado com a mãe terra, o território, o corpo e o espírito como prezam as mulheres indígenas nos documentos da sua marcha. Para elas o território é a própria vida, que não se separa de seu corpo e de seu espírito. Para as mulheres do campo, das florestas e das águas a situação é a mesma: As mulheres que têm seus modos de

vida ligados ao território, seu trabalho, alimentação, relação social e cultural são germinados na terra, ser retirada dela é ser arrancada pela raiz, uma condenação, como as mesmas afirmam em suas marchas, através de seus documentos políticos.

A gira abrilhanta formas de atuação, performance estratégica das mulheres, que aciona pautas e ocupa territórios de disputas de poder, se mostrando como uma categoria fundamental para o entendimento das marchas enquanto fenômenos psicossociológicos. A gira manifesta a imagem cíclica das marchas que se materializam nas ruas, desafiando e recriando as normas. Que estão para além dos dias das marchas, mas se fazem no dia a dia comunitário em um cotidiano circular.

A tese que defendemos com estas articulações resultantes da pesquisa afirma que a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Indígenas são fenômenos psicossociológicos. As bases teóricas apresentadas firmam os conceitos que estruturam a tese e os dados gerados se entretecem para construí-la com fundamento. A psicossociologia com comunidades se revela uma psicossociologia com mulheres, buscando a pluralidade com marcadores bem definidos. Com esta teoria de suporte para tese temos em perspectiva a indissociabilidade das questões individuais e sociais.

A tese se fortalece quando miramos os fluxos circulares, constantes, entre corpos-territórios, movendo grupos pequenos e grandes, entre núcleo de organização e organização ampliada. As mulheres participam da reunião ampla, se dividem em grupos pequenos e depois retornam ao grupo grande, no dia seguinte o ciclo se repete, até que elas vão embora, de volta para suas comunidades, de onde vieram, finalizando o ciclo, momentaneamente. Mas é um ciclo de começo-meio-começo, que se repete até a marcha acontecer, e segue depois delas já que a luta das mulheres não para, se renova e transcende o tempo, vindo de raízes ancestrais que se movem como as marés.

As marchas podem ser compreendidas de forma inicial como movimentos sociais de massa. Ao nos aproximarmos delas compreendemos seu potencial de transformar a imagem dos territórios. O percurso que as marchas fazem em Brasília criam uma nova Brasília, quase não é possível repetir o percurso sozinha, ou realmente não é possível, pois não se pode andar nas ruas de Brasília como nos dias de marcha. É algo que não dá pra fazer sozinha, marchar se marcha junto, é coletivo,

marcha é um movimento de contra fluxo, quando a marcha passa muda o fluxo da cidade. Quem vivencia estar em marcha, vivencia se colocar no mundo com outras cores, cheiros sons, energias, outro ritmo, mesmo com sol quente, cansaço, o que acontece com todas juntas é um movimento diverso, por onde gira energia. Sozinha seriam outros percursos, de carro a imagem do caminho da marcha é outro, é um caminho solitário longo e quente, em geral ninguém faz esse percurso no cotidiano. É um caminho sem gente, sem maracás e violinos, sem canção. Quando se chega na esplanada dos ministérios, na frente do congresso nacional se chega de um jeito, ligado aos corpos que se colocam no movimento de massa.

Entender a marcha enquanto um percurso é um recorte muito estreito que nem cabe como começo. Enquanto movimento de massa linear tampouco. Ela é cíclica e extrapola o plano piloto planejado de Brasília, escorre pelos Brasís e encontra suas raízes. Por mais que a marcha pareça um movimento linear, ela é circular. A marcha é um fluxo contínuo, amplo e complexo, está para além da cena da rua, mesmo sendo parte dela. Ela parece um movimento linear, sua ideia enquanto palavra traz consigo uma ideia de formação militar, aqueles que marcham de forma unificada, de formatação rígida, padronizada, sincronizada e bem demarcada. É interessante notar que as marchas apresentadas não têm essas características, pelo contrário, elas são movimentos contra hegemônicos de contestação, que apresentam a diversidade, que questionam a lógica autoritária, centralizadora e hierárquica. Propondo alternativas, que se desenham e redesenham ao longo do tempo, levando em consideração as particularidades de cada marcha, entendendo suas formas diversas de existência e os próprios desafios de contestar a estrutura estando dentro dela.

**MARCHAR É A POSSIBILIDADE DE
VIVENCIAR UM OUTRO MUNDO.**



**MIRAGEM DE ARTICULAÇÕES MÚLTIPLAS
COMEÇAM A DESENHAR UMA CONSTELAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS.**

UMA BRINCADEIRA COM OS PADRÕES
ESCORREGANDO, GINGANDO, GIRANDO E JOGANDO
DESENQUADRANDO
MIRADAS
PARA
ALCANÇAR
VER
QUERERES.



TERRITÓRIOS CONFLUEM EM MARCHA



CORPOS EM RE-EXISTÊNCIA.



**LAÇOS INVISÍVEIS,
DELINEADOS PELOS TRAÇOS NA PELE,
PELAS BANDEIRAS DE LUTA,
PELAS CORES, PELAS PENAS,
PELOS CANTOS, PELOS PASSOS,
PELAS PALAVRAS E PRESENÇAS.**

**NO IMPULSO DA EXISTÊNCIA SE OCUPAM OS
ESPAÇOS, COM DANÇA E MÚSICA, DEMARCANDO
POSICIONAMENTOS POLÍTICOS.**



**UM ATO QUE CONTÉM O PASSADO, O PRESENTE
E O FUTURO, CAMINHANDO NO SOLO SECO DE
BRASÍLIA.**

**MULHERES EM FORMAÇÃO, EM MARCHA
CONFLUEM, PARA SEUS TERRITÓRIOS
RETORNAM COM OS CORAÇÕES CHEIOS DE
ESPERANÇA E AS IDEIAS DE TRANSFORMAÇÃO
ALI GERMINADAS, FLORESCEM.**



**PLATAFORMA POLÍTICA QUE GIRA EM RODA, QUE VAI
ATÉ OS TERRITÓRIOS E CHEGA EM BRASÍLIA,
DEMANDAS EM MOVIMENTO QUE FORMAM A LUTA.**



**ÇIRANDA E MÍSTICA, CULTURA E ALEGRIA
EM OPOSIÇÃO AO JOGO DO CAPITAL QUE MOVE
VELOZMENTE SUAS PEÇAS DE MORTE.**



**PENSAR JUNTAS, DA ESCUTA PARA A FALA,
LENDO O CONTEXTO E FIRMANDO LAÇOS UNIFICADOS.**

**CAMPO SENSÍVEL QUE CONECTA EM OBJETIVIDADE
MULHER E NATUREZA, INDÍGENAS RAÍZ,
MARGARIDAS DAS ÁGUAS, MULHERES SEMENTES.
ÉCOLOGIAS MULHERES, IDENTIDADES ORGÂNICAS.**

**NÃO SE ENGANE
A LUTA É POLÍTICA
É POLÍTICA É A CIÊNCIA DE GOVERNAR
O PODER QUE PRECISA CIRCULAR
A MÁTRIA LIVRE E AS MULHERES NO PODER.**



**O MOVIMENTO DELAS SEGUE E CRESCE
MARCHAS PARA ALÉM DE BRASÍLIA.**



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse é um trabalho sobre os encontros. Mulheres que confluem, teorias que se conectam, metodologias que se complementam. Uma pesquisa que busca mirar lutas radicais e ancestrais desde outras perspectivas, ampliando a mirada para reconhecer os quereres e fazeres das mulheres em marcha. Caminhamos por entre pautas e estratégias buscando aquilo que movimenta e constrói a luta.

As marchas são atos emergentes moldados pelo contexto histórico do ano de 2019, período com grandes números de ações de protesto e reivindicações. A partir da análise de conjuntura miramos com mais profundidade os conflitos e as estratégias de ação, sendo as próprias marchas formas de atuação social e política. A luta pela vida, contra a fome, se entrelaça com a luta pela terra, contra o agronegócio, pela valorização da agricultura familiar, da agroecologia e pela demarcação das terras indígenas. Conflitos socioambientais que estão no título do trabalho e se tornaram mais urgentes do que o imaginado, já que as questões ambientais são parte da vida das mulheres, para além de pautas e estratégias.

Abordamos a psicossociologia com comunidades a partir do encontro da Psicologia social, comunitária e política com a Sociologia da libertação, um encontro com os pés na América Latina. A partir de autores como Maritza Monteiro, Martín-Baró e Fala Borda, reconhecemos o papel da psicossociologia com comunidades em um momento histórico específico. Tais autores descrevem suas abordagens em um contexto sociopolítico de ditaduras e governos militares autoritários na América Latina. Seus saberes então se conectam com as práticas dos territórios que vivenciam um período de repressão, de não participação, de retirada de direitos. Assim como vivenciam a violência, germinam com urgência fazeres de enfrentamento, resistência e re-existência.

Sendo assim, tecemos os entrelaces de teorias da psicologia com a sociologia e encontramos aportes que dão base para a pesquisa. São processos desenvolvidos com as comunidades, com caráter político, participativo e emancipatório. Práticas que levam em consideração os indivíduos e os seus territórios, que buscam ouvir suas demandas e seus fazeres de enfrentamento, somando forças da universidade com as comunidades. Em um momento de silenciamento do povo latino-americano pelo poder público militarizado emergem práticas nos territórios de busca por autonomia, por articulação e mobilização. Um contexto histórico que nos une enquanto América

Latina de um povo que caminha pelas brechas e busca enfrentar um sistema que se volta contra eles.

Tais inspirações se mostraram relevantes para o presente estudo, tendo em vista o momento político, econômico e social do Brasil, assim como o contexto de saúde global. De 2019 a 2022 observamos que o país foi assolado por um governo de extrema direita, que segundo os documentos das marchas, promoveu genocídio etnocídio e ecocídio. Um governo com forte caráter militar e com referências claras à ditadura militar no Brasil, que promoveu práticas similares às da época, como a retirada de direitos, a comercialização dos territórios e bens naturais e a não participação da população nas políticas públicas, como descrito pelas mulheres e apresentado nas pautas evidenciadas na análise de conteúdo. Diante de tal cenário, fazeres comunitários se desvelaram nas marchas.

Complementando o contexto histórico recente das décadas de 60 a 80 na América Latina, descrito a partir do diálogo com a psicologia e a sociologia, trazemos a abordagem da contracolonização do mestre Nego Bispo que reconhece o período colonial como a forma primeira de demarcação histórico-territorial da América Latina. Autores como Stuart Hall, Memmi, Césaire e Malcolm Ferdinand, problematizam o contexto colonial a partir de críticas a colonização e a colonialidade, que são enfrentadas nos corpos-territórios, na política, na economia e nas questões ambientais e pautam formas como a política e os mercados operam nos tempos atuais. Os autores mostram como identidades se forjam a partir de tais contextos e começam a ser desenhadas a importância dos debates de gênero e raça. Já que com o debate da ditadura e dos governos militares, além das referências dos estudos sobre movimentos sociais, encontramos bem demarcadas as questões de classe.

As perspectivas contracoloniais no entanto, miram como o patriarcado se funda na colonização, como apontam as vozes das mulheres indígenas na análise de conteúdo. O que complementa as reflexões teóricas com as análises documentais e o referencial teórico, que descrevem precisamente como o racismo se funda juntamente com a invasão colonial e a dominação dos corpos. Apontamos, desta forma, como a dominação dos territórios e a forma de explorar o ambiente são similares aos processos de dominação dos corpos e modos de vida.

Desta forma, a pesquisa apresentou miradas múltiplas para as Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas de 2019 para ampliar a compreensão de como

os movimentos de mulheres envolvem querer, fazer, ousadia e rebeldia. O processo do doutorado ocorreu do ano de 2019 até 2023. O recorte temporal da pesquisa se inicia no campo em agosto de 2019 e se complementa com dois campos realizados em abril e maio de 2022. Entre estes campos, foi feita a revisão bibliográfica com o levantamento de trabalhos produzidos até janeiro de 2022 com a temática dos ecofeminismos, atravessados por marcadores de gênero, classe e raça/etnia. Além da análise documental com material produzido no âmbito das marchas em 2019.

Esta pesquisa se desenvolveu em uma conjuntura das forças políticas do Estado operando contra as mulheres. O que se configurou numa força de oposição ao campo empírico da pesquisa, mas também uma conjuntura contrária à própria realização da pesquisa. Pelos enfrentamentos que a sociedade vivenciou neste período e que eu tive no meu cotidiano, com o ataque a minha existência enquanto mulher e pesquisadora, com o desmonte de políticas públicas, os ataques às universidades, além das ameaças de saúde pública com a pandemia de COVID-19. Um contexto adverso para uma mulher pesquisando mulheres em luta, que termina em um contexto mais favorável, ainda que desafiador, mas já com a existência da vacina e da finalização da pandemia, assim como com a eleição de um governo progressista. Tal cenário me atravessou do início ao fim e impulsionou a realização do estudo, o que se refletiu no esforço de compreender a conjuntura, enfrentar os vetores de forças opostas e resistir diante das adversidades. Desafios que só consegui concluir por conta do apoio próximo das pessoas que me amam, das orientações que recebi do prof. Ricardo Correia, da bolsa concedida pela CAPES e da força impulsionada pela Gira das mulheres em marcha.

Uma revisão bibliográfica densa e uma profunda análise documental foram formas de seguir com a pesquisa em tempos pandêmicos. Formas de me aproximar dos conhecimentos das mulheres em marcha e de delinear teorias de base. Ambos processos foram essenciais para realização dos campos quando a oportunidade apareceu. Foram campos breves e pontuais, mas bem desenhados, com objetivos nítidos e necessidades que foram atendidas.

Multidimensionar categorias, conflitos e sujeitos foi o espaço por onde caminhamos para produzir um encontro de forças e sonhar outros rumos coletivos. Nas análises da revisão bibliográfica utilizamos chaves de busca que nos levaram até

trabalhos que abordam as temáticas das mulheres e ambiente, no encontro com os movimentos sociais e questões étnico raciais. Com estes dados, produzimos informações que apoiaram as análises documentais e das vivências da confluência das marchas.

Identificamos na bibliografia e no campo que o conceito de ecofeminismo não é tão utilizado, pois existem divergências epistemológicas com relação à ele, além de questões práticas da luta que não se definem de forma conceitual. Algumas autoras alegam que ele se referia à uma visão essencialista da mulher, que a conectava com a natureza e distanciava de práticas sociais, culturais, econômicas e políticas. O que evidenciou como o campo ecofeminista se comporta diante de críticas internas e como incorpora questões que antes eram apontadas como lacunas, já que atualmente percebemos um recorte crítico nos ecofeminismos e feminismos que se deslindaram como suportes teóricos atualizados para o conceito.

Na análise documental e nos campos de pesquisa realizados verificamos a ausência do ecofeminismo enquanto conceito delimitado e sua não utilização como ferramenta de luta. Sendo que em ambos momentos da pesquisa, tanto no corpus documental, quanto nas reuniões das marchas, a questão ambiental entrelaçada com as pautas das mulheres foi tratada de forma ampla e profunda. O que nos leva a compreender que nem sempre o que se faz na prática está em diálogo com os conceitos da teoria, já que a implicação das mulheres, marginalizadas e indígenas, com a pauta ambiental ficou nítida e inquestionável. A escolha de conceitos poderia conectar ideias e fortalecer a luta ambiental das mulheres. Como identificado com a agroecologia, que desponta atualmente como conceito-ação que engloba de forma mais crítica as questões ambientais, feministas, comunitárias, a luta pela terra, pela saúde, com um debate contracolonial. Um conceito muito ligado à produção rural que problematiza os marcadores de raça e classe, através das práticas e da organização das mulheres quilombolas, camponesas, agricultoras, das trabalhadoras rurais e assentadas.

Através dos debates da relação de mulher e ambiente, assim como a compreensão de corpo-território, reconhecemos a existência de identidades orgânicas. Formas internas das marchas de reconhecerem sua diversidade, de demarcar territórios e estruturas de atuação, mas também formas das mulheres e dos

seus grupos sociais se sentirem representados nos movimentos mais amplos. Uma retroalimentação que ocorre e amplia as relações de poder e de atuação das mulheres, mirando a indissociabilidade de suas vidas com o ambiente.

O debate sobre racismo, a partir das principais pautas e referenciais, apresenta as relações sociais discrepantes produzidas pelos sujeitos da classe dominante, masculinos, brancos e heteronormativos. Sendo assim, para pensar projetos justos e igualitários para o país, é imprescindível o reconhecimento de que a questão racial no Brasil é tão fundamental de ser priorizada quanto a luta de classes. Esta reflexão emerge da análise da revisão bibliográfica, quando identificamos a ecologia da branquitude patriarcal, que se encontra com as propostas da base do referencial bibliográfico apresentado. Delineando a importância de se olhar com atenção os debates de gênero, nem sempre presentes quando abordadas as críticas ao colonialismo e a colonialidade, além dos debates raciais nem sempre presentes quando debatidas questões ambientais e de gênero.

A ecologia da branquitude patriarcal é apresentada na presente pesquisa como um processo colonial, que nas marchas encontra possibilidades de enfrentamento. Reconhecendo a conexão das mulheres com o ambiente, tendo em vista que são elas que são as mais impactadas diante dos conflitos socioambientais e que são elas que estão à frente nas lutas. Trazendo elementos para uma visão ambientalista que se firma nas práticas antirracistas e na compreensão da importância dos conhecimentos das mulheres dos movimentos sociais, dos negros, negras e quilombolas, assim como dos povos indígenas e das mulheres indígenas.

As questões de classe e gênero apareceram com mais destaque do que os marcadores de raça, isso quando analisamos as pautas das margaridas, que são em sua maioria trabalhadoras rurais, ainda que os marcadores étnicos e raciais estejam presentes, em especial em sua Plataforma Política. No olhar para os documentos das mulheres indígenas isso se configura de outra forma, os marcadores étnico-raciais e de gênero se sobressaem às questões de classe. As mulheres indígenas afirmam que a imposição da superioridade do patriarcado atravessa toda a sociedade e atinge os povos indígenas através da colonização. Já que a mulher é alvo de exploração e violência desde a colonização, assim como a terra e os bens naturais dos territórios.

As mulheres indígenas buscaram se fortalecer criando sua primeira Marcha, confluindo com a Marcha das Margaridas, firmando a primavera das mulheres indígenas. Elas apresentaram diversas estratégias de participação e representatividade de seus povos e etnias, desenvolvendo fazeres únicos com arte e alegria, com a força dos corpos-territórios, que reconhecemos através desta pesquisa. Criando identidades orgânicas e atuando nas políticas públicas, além da formação de uma linha de frente para atuação na política institucional. Mobilização e articulação também foram perspectivas psicossociológicas encontradas na Marcha das Margaridas. Seus processos cíclicos de formação e desenvolvimento de autonomia ecoaram como forma de enfrentamento ao contexto adverso. Desenvolveram novos fazeres diante do não diálogo com o governo, como a elaboração de uma Plataforma Política. A organização de mulheres de todo o país, com pluralidade nas pautas e estratégias, trouxe inspiração para saberes que tem os marcadores de gênero, classe e raça bem descritos e representados.

Para realização de uma pesquisa psicossociológica com mulheres destacamos a importância da apresentação do conhecimento situado por parte das pesquisadoras, exibindo o seu envolvimento com o campo, em especial com relação aos seus marcadores de classe, gênero e raça. Para a produção de conhecimento situado é interessante que as autoras exponham seu contexto, posicionem seus conhecimentos e descrevam a construção coletiva onde muitas vezes ele é formado. E um referencial teórico-metodológico alinhado é importante para dar base e fundamento para que a pesquisa caminhe por essas trilhas, que não são simples e buscam o nosso posicionamento enquanto sujeito histórico atuante. Quando mulheres começam a fazer pesquisa e ocupar lugares de elaboração teórica e prática, determinadas temáticas, que antes não eram debatidas, passam a ser abordadas e têm maior relevância. Um primeiro passo para a equalização do status educacional, social e político das mulheres.

A relação com os sujeitos da pesquisa, estabelecida através da leitura de documentos e nos campos, foi delimitada ou impulsionada pelo referencial teórico-estético-metodológico escolhido. Com a ideia de uma pesquisa com os sujeitos e não sobre os sujeitos, foram necessários processos participativos com escuta ativa, onde os sujeitos, seus quereres, pautas e estratégias compuseram um quadro teórico e prático, para que seus saberes fossem reconhecidos e visibilizados. O que foi feito

com a metodologia das narrativas fotográficas que possibilitaram o processo de sentipensar no diálogo e na escuta atenta que desenvolvi com as mulheres. Narrativas com palavras e imagens criadas em momentos onde caminhamos juntas em marcha e giramos conhecimentos em roda.

A psicossociologia com comunidades, junto com as narrativas fotográficas, pode caminhar na construção de aberturas para mirar conhecimentos situados nos corpos-territórios. Apontamos, através da pesquisa, para a necessidade de se transformar o olhar para o campo, à serviço das contra-narrativas que fortalecem as estratégias de resistência que se reinventam nos territórios desde o período colonial. Nesta pesquisa fizemos apostas e buscamos possibilidades de pensar como uma pesquisa de psicossociologia com mulheres pode ser feita e potencializar as lutas, sendo a metodologia um ponto possível para driblar os processos de hierarquização e invisibilização de saberes e sujeitos. Buscando produzir novas estéticas, apresentar novos referenciais, uma escolha de percurso bem demarcado.

A fotografia, na expressão da luz, no uso da cor e no contato com as comunidades, se mostra como uma metodologia de pesquisa criativa, que amplia a compreensão dos contextos retratados, trazendo novas camadas de informação para a cena. Possibilitando diálogos e processos de produção de conhecimento que não se concretizam com o uso de outras linguagens. Ela se mostrou importante na formação de contra-informações e no registro de percursos históricos de grupos e movimentos sociais, produzindo memória e ampliando a comunicação com outros setores da sociedade. Permitindo também a expressão de outros modos de vida, de ampliar a forma com que os sujeitos se representam e de como contam suas histórias. A fotografia amplia a visibilização em suas mobilizações e estratégias de luta.

A escrita livre, presente nas narrativas fotográficas, permitiu a expressão pessoal e artística, pouco preocupada com o resultado final, mas muito envolvida com a capacidade de expressão do sentipensar. Como forma de retratar as vivências, partes essenciais da metodologia, que quando descritas passam a fazer pontes entre mundos. A vivência, quando conduzida por perspectivas transformadoras, permite a expressão e formação de sujeitos históricos, forma e informa. Já a possibilidade de imprimir a vivência no papel através de palavras soltas e empilhadas, de fotografias sensíveis são apostas das narrativas fotográficas como forma de fazer processos

psicossociológicos, inspirados nas teorias da psicologia e da sociologia apresentadas no referencial da pesquisa, e expressar a perspectiva da psicossociologia com mulheres.

A pesquisa se orientou na busca pela produção de contra-informação, reconhecendo a importância de tal fazer como forma de pluralizar os olhares e ampliar a articulação e conexão entre sujeitos que se reconhecem na história, que rompem com o espelho da branquitude narcísica. E se encontram em comunidade com os espelhos de dona Oxum e dona Yemanjá, sem esquecer a força inspiradora das yabás Dona Nanã e Dona Iansã, que inspiram junto com outros encantados o movimento de visibilidade da Gira. Registros diversos e narrativas de afeto trazem as comunidades, em especial as mulheres para o foco, com os contrastes de suas histórias narradas como sujeitos e não mais como objetos de desejo moldados para servir. O processo de autonomia construído nas marchas passa pela estratégia da visibilidade, de reformular a política do olhar de descolonizar a Fotografia, como nos propõe Ariella Azoulay. Fiando saberes para compreender como as mulheres seguem vivendo e fazendo com que suas vidas sejam políticas de uma forma ampla, o que reconhecemos como estratégias psicossociológicas comunitárias que envolvem poder e autonomia.

As narrativas fotográficas permitiram que nos aproximássemos de histórias, tanto das fotógrafas mulheres que aparecem no referencial e tem grande relevância quando problematizamos as fotografias feitas por mulheres, mas poucos escritos, quanto as histórias das mulheres em marcha que são tão diversas quanto potentes. As narrativas não são individualizadas, são histórias coletivas que trouxe a partir das vivências nas Giras. Uma metodologia composta por saberes bordados a partir dos conhecimentos compartilhados por Conceição Evaristo, Glória Anzaldúa, Nego Bispo, bell hooks, Grada Kilomba, entre outras referências. A Fotografia Popular se conectou com a ideia de sentipensar com as comunidades na elaboração teórico-metodológica, uma vertente da fotografia humanista, atravessada pelo fotojornalismo e pela fotografia documental.

Os resultados da pesquisa apontam para o impacto das relações de poder entre as perspectivas de gênero, classe e raça. O que gera tensionamentos necessários para que o campo de estudos e de atuação se renove. São disputas políticas e epistemológicas, são sujeitos que estão em luta por seus espaços e apontam que o

campo precisa se visitar, dialogar com outros grupos sociais e estar de acordo com os movimentos de divisão de poder contemporâneos. No caso deste trabalho, miramos com profundidade marchas que tem em seu cerne a preocupação e o cuidado com a representatividade, pautando a diversidade dos quereres, a articulação de fazeres e a visibilidade de identidades. Práticas que não se encontraram de forma tão desenhada nos documentos e referenciais, demonstrando como a teoria, a academia, as narrativas e os processos de comunicação podem se nutrir dos fazeres das mulheres em marcha, como percebemos no contato com os campos de pesquisa, que complementaram a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas mulheres em marcha.

A luta pela terra e pela vida foi destaque em todas as etapas da pesquisa e confirmadas nos campos das margaridas e das mulheres indígenas. Além disso, pautas das mulheres ganham destaque, como as que envolvem os corpos e violações sobre as mulheres, que precisam ser reconhecidas para que as mulheres tenham seus direitos garantidos. O que passa pela denúncia do patriarcado e do machismo enraizados nas formas de exploração dos corpos, mulheres e territórios. A partir do reconhecimento destas pautas que podem ser construídas experiências de liberdade.

Concebemos que nenhuma denominação pode dar conta de englobar todas as perspectivas e ser dada como algo a ser seguido, pois pode gerar encobrimentos de sujeitos. Assim, são necessárias concepções que dialoguem com os referenciais que emergem dos territórios e das epistemologias ali formuladas. Tentativas de agrupamento são importantes para ampliar concepções e fortalecer as lutas, respeitando as diferenças a mirando quereres em comum para o enfrentamento dos conflitos socioambientais. Com práxis, pautadas pela representatividade, que reconheçam as origens de nossos territórios, corpos, epistemologias e ontologias mulheres em sua diversidade.

Aprofundando o conhecimento no encontro com as duas marchas, através de metodologias participativas como a IAP e as narrativas fotográficas nos encontramos com a nossa categoria de pesquisa, a Gira. Reconhecemos a gira como a roda em movimento que as mulheres produzem nos seus fazeres cíclicos das marchas. Criando espaços de participação, com escuta e acolhimento. A formação da Gira tem estratégias psicossociológicas claras que foram delineadas ao longo do trabalho, mas

não tivemos a intenção de descrever de forma limitada o que seria a categoria. Por reconhecermos que a Gira não se enquadra enquanto processo fechado, ela é uma vivência que precisa ser experienciada com outras mulheres, em roda, reconhecendo os territórios, o contexto histórico e os sujeitos envolvidos.

Uma categoria que não pretende dar conta da tese ou encerrá-la, e sim expandi-la; colocando no foco as marchas de mulheres como fenômenos psicossociológicos com comunidades, tendo em vista sua extrema relevância para busca pela transformação social e por uma sociedade justa e plural. As marchas são giras. Giras que conectam territórios, que vão desde os interiores até o que se conhece como centro político do país e depois retornam movimento circular que produz a energia dos movimentos.

A grandeza das marchas e dos processos de organização está no reconhecimento de pessoas que vivem as mesmas lutas, apesar de diferentes contextos territoriais, experienciam demandas e formas de opressão similares. Nas Giras produzidas pelas marchas identificamos que essa diversidade se reúne e se fortalece. A ideia de que as mulheres lutam juntas, mesmo cada uma em seu território, é a força do movimento. No cotidiano, nem sempre as mulheres estão em contato com lideranças engajadas e os rebatimentos de ideias entre pares não está em todas as comunidades e grupos sociais. A força de estar em um movimento circular com mulheres que compreendem a amplitude das lutas foi um destaque da pesquisa.

A Marcha das Margaridas e das Mulheres Indígenas é um fazer cotidiano complexo, na qual seus processos, para além das formas materiais, pode ser compreendido por fatores psicossociológicos, como demonstrado nesta pesquisa. Tal fenômeno foi definido aqui como a Gira, ou seja, uma configuração comunitária circular cíclica, marcada pelas relações de gênero, classe e raça, e que buscam, entre muitos quereres, acionar fazeres de mulheres, entre mulheres e de mulheres para o povo, a fim de terem suas vidas reconhecidas, validadas e com perspectivas de futuro justo e diverso.

Como tese afirmamos que a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Indígenas são fenômenos psicossociológicos. O que configura esta afirmação é um tecer circular, a Gira, que sai das comunidades, vai nas reuniões gerais nacionais, constrói coletivamente em pequenos grupos e volta para a comunidades. Se

retroalimentam nos territórios e vão para a marcha, crescem, se fortalecem e voltam para as comunidades e movimentos locais, levando energia para a Gira seguir. Nesse fazer psicossociológico as mulheres se formam, se informam, se manifestam e voltam para seus territórios. Movimento que volta ao início, se expande e se contrai. Esse é o principal movimento psicossociológico, as dimensões indissociáveis da existência, do eu e do coletivo, do psicológico e do social, do estético e do político, corpo e do território, sentir e do pensar, ambiente e da sociedade, do local e do global, da reunião e da ação, do querer e do fazer.

Essa é a estrutura das marchas enquanto movimento coletivo psicossociológico, que funcionam com processos de comunicação, de formação, de mobilização e de atuação. Alguns elementos fortalecem a tese, como as características constituintes das marchas expressas em suas estratégias, sendo elas a análise de conjuntura processos formativos, fortalecimento político, criação de narrativas, desenvolvimento de processos de participação, movimentos que prezam pelo coletivo e pela representatividade das identidades orgânicas. O fenômeno psicossociológico se observa nas marchas como o movimento entre as escalas e as perspectivas, parte da gira que se sustenta em pautas e caminha através de estratégias. Outro ponto que fundamenta as marchas enquanto processo psicossociológico é a existência de marcadores de gênero, classe e raça. Eles vão trazer estratégias distintas e pautas que tensionam a luta das mulheres, fazendo o movimento crescer, se transformar e se fortalecer.

A marcha foi analisada através dos conceitos apresentados, de psicossociologia, de contra-colonização, corpo-território, re-existência, confluência, identidades, do ecofeminismo e dos marcadores de gênero, classe e raça. Através das análises de conteúdo e das narrativas fotográficas foram desenhados os dados e resultados, como as unidades de conteúdo e os seus índices, sendo as principais: convocação, participação, autonomia, representatividade, arte, formação, atuação na política institucional e aldeamento político, entre outras. Essas são as tessituras do evento a partir dos seus fazeres que deslindam a categoria Gira. Todo esse arsenal construído com base no sentipensar sustenta a tese, que aparece decomposta a cada capítulo. O que corrobora com as ideias apresentadas inicialmente na formulação da hipótese de pesquisa, mas se mostrou algo mais amplo e indissociável do que descrito a princípio.

Algumas características que definem a tese e demonstram como as marchas são processos psicossociológicos se firmaram ao longo da pesquisa como as estratégias de firmar laços, organizar o movimento das mulheres e ampliar sua atuação, definir pautas através de processos participativos, mirando as questões comunitárias e interconectando elas com as questões sociais nacionais. Além de unificar ou diversificar estratégias através da confluência dos movimentos, etnias e identidade. A busca pela transformação social, autonomia e libertação dos sujeitos oprimidos pela estrutura societária classista, patriarcal, branca e colonial. Reconhecendo os processos políticos atuais, e buscando formas de atuação por entre eles, fortalecendo mulheres que representam contextos comunitários.

Marchar por entre as lutas pela terra e pela vida, com as mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades, com as mulheres indígenas. Reconhecer as demandas políticas, sociais, culturais e ambientais a partir dos ecofeminismos plurais que enfrentam a ecologia da branquitude patriarcal. Nos resquícios coloniais, identificamos as forças de destruição, nas lutas identificamos as conquistas políticas e com a re-existência alcançamos nos integrar para sentipensar os movimentos por entre arte, alegria, participação, convocação, diálogos, atuação. Identidades orgânicas ganharam foco nas lutas pelos corpos-territórios. Na gira os fazeres e quererem foram contornados e permitiram desenhar a confluência da Marcha das Margaridas com a Marcha das Mulheres Indígenas, sustentando a tese de que as marchas das mulheres são fenômenos psicossociológicos.

Através deste percurso investigativo identificamos que a confluência das mulheres tem o potencial de romper com a homogeneização dos movimentos e problematizar a hierarquização de lutas, de conhecimentos e de modos de vida. Marchas de mulheres que exibem a capacidade de construção descentralizada de pautas de reivindicação política, que podem inspirar outros campos e movimentos. Muitos confrontos apontados pelas pautas se relacionam diretamente com conflitos mais amplos que se desvelam a partir de uma influência das disputas geopolíticas, dos interesses do capitalismo e do sistema neocolonial, do patriarcado, da branquitude, do sexismo, do capacitismo e de todas as formas de opressão que subjagam sujeitos e provocam conflitos socioambientais. Assim como se destacaram os conflitos gerados pela má gestão pública institucional do ex-governo de extrema

direita. Os impactos causados pela atuação do seu grupo político ainda estão sob investigação, e por mais que muitos danos tenham sido elencados, pouco foi reparado, apurado e punido.

As marchas tiveram no seu cerne uma perspectiva crítica ao plano macropolítico que se colocou em curso de 2019 a 2022. Foram anos de muita luta, de muita repressão, de destruição inclusive da própria luta, de tentativas de enfraquecimento das articulações e dos movimentos. Através de um plano de morte que combinado com a pandemia, quase arrancou do peito das mulheres a esperança de cantar um novo futuro, de sonhar com outros fazeres. A fome, a miséria e a morte, hoje com um governo progressista e o fim da pandemia, parecem um discurso distante, é quase aquilo que não se quer lembrar ou falar, mas que não se pode esquecer. A memória histórica e a reparação pelos atos de terror não podem ser apagadas e nem anistiados. Nos inspiram as narrativas coletivas das mulheres que, em meio ao cenário contrário, se organizaram e demonstraram suas plataformas de esperança e cantos de novos tempos. A re-existência das mulheres e a sua presença nas Giras foi a principal estratégia encontrada nas marchas para resistir em um país que planta esquecimento em larga escala.

Lembrar do cenário necropolítico que vivemos, detalhado nas pautas das duas marchas, é reconhecer o que não pode mais ser aceito. Preencher esse cenário com as propostas das mulheres organizadas é o caminho possível apontado através de nossas análises e resultados. Com o reencontro com as ideias de vida, de cuidado, de afeto, de autonomia. Uma energia que move e alimenta a Gira, que sai do micro, do território e caminha para o macro, o social. Que enfrenta os desafios comunitários e chega até Brasília, para enfrentar aqueles que não olham para além do centro, as marchas representam a união daquelas que não se calam.

As marchas como fenômeno psicossociológico com mulheres é um ponto de partida apresentado por esta pesquisa, e não um ponto final. Sendo assim, identificamos avanços recentes que não puderam ser incluídos na pesquisa, por conta do recorte temporal, mas que são relevantes e poderão ser analisados futuramente. Como exemplo, trazemos os avanços conquistados pelos movimentos das mulheres que estão expressos na forma de gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, desde o princípio de 2023.

Destacamos como conquista a criação de ministérios e a nomeação de mulheres importantes para gerí-los. Como o Ministério das Mulheres recriado para assegurar políticas públicas para as mulheres, com a Ministra Cida Gonçalves à frente da pasta, uma importante liderança ligada à luta das mulheres e dos movimentos sociais. A criação deste ministério extinguiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos criado pelo ex-presidente, que teve como ministra Damares Alves, um exemplo de retrocesso e precarização das pautas das mulheres. O Ministério da Igualdade Racial havia sido extinto também pelo ex-presidente e foi recriado encarando a responsabilidade pelo combate ao racismo e pela garantia dos direitos de igualdade racial, com a ministra Anielle Franco, irmã de Marielle Franco, cuidando da pasta.

O Ministério do Meio Ambiente, após o desmonte realizado por Ricardo Salles, foi reestruturado, tornando-se o Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, com Marina Silva exercendo o cargo de ministra. E a importante criação do Ministério dos Povos Indígenas, uma proposta delineada no ATL de 2022 com a presença de lideranças indígenas e do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva. O ministério foi instaurado com Sônia Guajajara à frente, liderança reconhecida por sua luta junto aos povos indígenas e por seu posicionamento na política institucional.

Um ministério com uma figura feminina à frente que representa a primavera das mulheres indígenas, movimento de ampliação das vozes e formas de atuação das indígenas, através das Marchas das Mulheres Indígenas, das mulheres indígenas à frente de associações e de aldeias, além da formação da bancada do cocar, e de sua prévia ilustrada por um grande número de candidaturas de mulheres indígenas à cargos do quadro político do estado. Incluindo a chefia do ministério supracitado e outra conquista importante que foi a nomeação de Joênia Wapichana como presidente da FUNAI, a primeira presidência indígena de um órgão de extrema relevância para os povos, que cuida da relação do estado com os povos indígenas.

Após a realização do campo na sexta Marcha das Margaridas e na primeira Marcha das Mulheres Indígenas, foram realizadas mais duas edições organizadas pelas mulheres indígenas, em 2021 e 2023 e pelas margaridas a sétima edição da Marcha, realizada em 2023. Estas edições não foram analisadas na presente

pesquisa por conta do recorte espaço-temporal escolhido e pelo volume de dados que seriam inseridos. Mas saem como indicativos para futuras pesquisas que podem ser complementares aos resultados apresentados.

Pontuamos algumas informações relevantes que apontam para cenários transformadores e a existência de um novo contexto, quando comparado à marcha de 2019. A Marcha das Margaridas realizada em 2023 enviou o documento coletivo e participativo da Plataforma Política das Margaridas ao presidente Lula. Diferente de 2019, que tinha um cenário de não diálogo e o documento não chegou sequer a ser entregue para o então presidente, neste novo momento o documento foi entregue e o presidente participou da marcha, além de apresentar respostas às demandas das mulheres através de um documento oficial. Uma pronta resposta foi entregue pelo presidente com um caderno de respostas elaborado pela equipe ministerial com a responsabilidade de cada ministério, elencando tarefas e estratégias para responder às demandas das mulheres. Um documento propositivo que traz aportes para o campo do movimento das mulheres contemporâneo e permite a criação de linhas de avaliação para a relação entre governo e sociedade.

Os pontos apresentados nos documentos das marchas são pautas importantes que foram fruto de muita luta e articulação das mulheres e dos movimentos sociais, que resultaram no quadro atual, que segue em andamento e construção. Com processos que podem ser estudados e analisados para ampliação da compreensão da atuação das mulheres e mirar as resoluções práticas e formas de conquistas no cotidiano das mulheres.

Identificamos de forma inicial desdobramentos que podem acontecer adiante, e trazemos apontamentos para transformações que poderão ser observadas, como participação das mulheres indígenas nas Marchas das Margaridas, como resultado da confluência de 2019. Indicamos uma análise de como o campo do ecofeminismo se comporta diante dos marcadores de gênero, classe e raça, além de observar se as marchas de mulheres serão consideradas como espaços férteis de estudos, o que seria um bom cenário. Quanto às mudanças do contexto político é importante acompanhar como as questões ambientais vão ser debatidas e como os conflitos sociais serão mediados, assim como as pautas e estratégias das mulheres reformuladas. Buscando identificar em especial o diálogo do governo com os sujeitos,

através de processos e espaços participativos e formativos e o avanço diante dos desafios postos em 2019 e atualizados no último ano com as novas pautas.

Reconhecemos as tentativas atuais de diversidade, de pluralidade e de respeito aos diversos marcadores. Pessoas negras e indígenas em espaços políticos, mulheres na gerência. Mas isso basta? Quando a lógica do capital, da acumulação da propriedade da terra continuam sendo dos homens brancos, em uma perspectiva neocolonial, os espaços seguem sendo regidos pelas normas patriarcais e da branquitude, da violência contra o ambiente, contra os territórios e contra os corpos. A lógica do poder mudou de mãos? Ela pode se reconfigurar e redistribuir apenas pela presença de mulheres no poder, sem nos questionarmos a raiz dos problemas e sob quais pressões e opressões essas mulheres atuam? Quais espaços de poder não operam a partir da lógica da ecologia da branquitude patriarcal? Prazos, normas, metas, recursos, hierarquias, tempo, quais variáveis são inegociáveis e quais seguem operando para a manutenção de relações de dominação? São reflexões para orientar perguntas futuras, e seguir no acompanhamento dos quereres fazeres das mulheres em marcha nos próximos anos.

As estratégias das marchas, enquanto arte de fazer a Gira psicossociológica, podem buscar respostas criativas às principais demandas dos movimentos de mulheres no Brasil há décadas, que são pautas coletivas. Para além de demandas individuais, a confluência entre as margaridas e mulheres indígenas destacou a busca por atuação, participação e criação, implementação e defesa das políticas públicas. A pesquisa apontou lacunas do conhecimento, conflitos e questões que estão em desenvolvimento na sociedade, tanto no campo teórico, quanto no prático, no cotidiano e no político.

Neste sentido, a psicossociologia com mulheres nos dá suporte para compreender que os ganhos sociais tiveram como base as estratégias comunitárias. O que pode impulsionar a compreensão de como as novas políticas institucionais são criadas pelo novo cenário político, que permeia e se retroalimenta em Gira nos contextos comunitários dos territórios. A análise psicossociológica permite compreender a indissociabilidade da questão indivíduo-sociedade. A psicossociologia com comunidades ganhou um contorno específico nesta pesquisa, contemplando os recortes de classe, gênero e raça, se configurou enquanto uma

psicossociologia com mulheres, com um aporte teórico-metodológico que apoia as estratégias para ampliar as vozes diversas femininas que compõem a gira e romper com a ecologia da branquitude patriarcal.

Apoiar a luta das margaridas e das mulheres indígenas foi o que moveu essa pesquisa, apoiar esses movimentos é uma demanda permanente. Essa pesquisa convoca outras mulheres para que se somem à luta, que pesquisem e se posicionem. Que mais mulheres se aproximem, pois, as mulheres seguem em luta. A universidade pode colaborar com elas na construção de uma sociedade mais justa. Assim como, a universidade pode se fortalecer com os saberes produzidos pelas mulheres em marcha. Estamos tratando aqui de sujeitos, de seus corpos-territórios, esperanças e lutas diante de conflitos socioambientais que não se inauguraram recentemente. O movimento provocado pelas Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas, caminha entre reivindicações e encantamentos para denunciar as violações e anunciar rebeldias. São respostas concretas às violências cotidianas que nós sofremos nos nossos corpos mulher. Os quereres das mulheres em marcha são diversos, se colocam na Gira através de suas rebeldias e ousadias, sendo mirados como processos psicossociológicos comunitários que se materializam através dos seus fazeres coletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHINTE, Adolfo A. **Práticas creativas de re-existência. Más allá del arte... el mundo de lo sensible.** Buenos Aires: Del Signo, 2017.

ACOSA, H. Eduardo Almeida. Prólogo. In: OSORIO, J. M. Flores (ed.), **Repensar la psicología y lo comunitario en América Latina.** Tijuana: Universidad de Tijuana. 2014. Disponível em: <https://pdfslide.tips/documents/repensar-la-psicologia-y-lo-comunitario-en-america-latina-jorge-mario.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasília recebe 6ª Marcha das Margaridas.** 2019.

Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-08/brasil-recebe-6a-marcha-das-margaridas>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

AGUIAR, Vilênia Venâncio P. **Somos Todas Margaridas:** Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2015.

AGUIAR, Vilênia Venâncio P. Margarida Alves: Margaridas seguem em marcha. In.: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.) **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016a.

AGUIAR, Vilênia Venâncio P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016b.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

AMAZÔNIA REAL. **Mulheres Indígenas reunidas em Brasília celebram marco histórico,** 2019. Disponível em:

<https://amazoniareal.com.br/mulheres-indigenas-reunidas-em-brasil-celebram-marco-historico> Acesso em 10 de maio de 2021.

AMAZÔNIA REAL. **O governo não irá nos dividir, diz líder Tuíra Kayapó.** 2020. Disponível em:

<https://amazoniareal.com.br/o-governo-nao-ira-nos-dividir-diz-lider-tuira-kayapo> Acesso em: 15 de maio de 2021.

ANDRADE, Camila Damasceno de. Justiça Ecológica e Subalternização Feminina. **Revista Direito e Práxis** [online]. 2020, v. 11, n. 02, p. 808-830. ISSN 2179-8966. Epub 08 Jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39509> Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

ANDRADE, Valéria Medeiros. A visibilidade das mulheres Krahô: ecofeminismo e desenvolvimento sustentável. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 9, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/11811> Acesso em 17 de dezembro de 2022.

ANMIGA, **A Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade**, 2023a. Disponível em: <https://anmiga.org/> Acesso em 06 de junho de 2023.

ANMIGA, **Manifesto das Primeiras Brasileiras - As originárias da terra: A mãe do Brasil é indígena**. 2023b. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/> Acesso em 30 de junho de 2023.

ANTENORE, Armando. Sempre Viva: O breve percurso da fotógrafa Valda Nogueira. Portfólio. **Revista Piauí**. Edição 159, Dezembro 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/sempre-viva/> Acesso em 06 de julho de 2023.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Manifesto das primeiras brasileiras**, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/03/05/manifesto-das-primeiras-brasileiras/> Acesso em 12 de maio de 2021.

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Sobre a APIB**. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/> Acesso em 30 de junho de 2023

ARAÚJO, Naiara Sales. Asilo nas Torres: um olhar sobre a ficção científica feminina no Brasil. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 158-171, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2020v25n1p158> Acesso em 2 de fevereiro de 2022.

ARNOLD, Denise; ESPEJO, Elvira. **El textil tridimensional: la naturaleza del tejido como objeto y como sujeto**. La Paz: Fundación Interamericana / Fundación Xavier Albó / Instituto de Lengua y Cultura Aymara. 375 p. 2013.

ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUR. **1ª Marcha das Mulheres Indígenas**, 2019. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/1a-marcha-das-mulheres-indigenas/> Acesso em de maio de 2021.

ATL. **Revista Acampamento Terra Livre**. 2022a. Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2022/> Acesso em 05 de janeiro de 2023.

ATL. **Documento final do acampamento Terra Livre 2022**. 2022b. Disponível em <https://apiboficial.org/2022/04/14/atl-2022-povos-indigenas-unidos-movimento-e-luta-fortalecidos/> Acesso em 01 de janeiro de 2023.

AZEVEDO, Sandra Raquel dos Santos. Bíblia para meninos e bíblia para meninas. Mito e sexualidade na narrativa bíblica da criação. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 10, 2009.

AZOULAY, Ariella. Diálogo entre Ariella Aïsha Azoulay e Carles Guerra. **Correspondencias**. Fundació Foto Colectania, 2020. Disponível em: <http://correspondencias.fotocolectania.org>. Acesso em: 02 de outubro de 2020

AZOULAY, Ariella. **Potential history**: unlearning imperialism. London: Verso, 2019a

AZOULAY, Ariella. Desaprendendo as origens da fotografia. 2019b. **Revista Zum de Fotografia**, n. 17, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <https://revistazum.com.br/revista-zum-17/desaprendendo-origens-fotografia>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

AZOULAY, Ariella. A fotografia cativa. 2022. **Revista Zum de Fotografia**. Disponível em <https://revistazum.com.br/ensaios/a-fotografia-cativa/> Acesso em 02 de outubro de 2020.

BALTAR, Luiz. **Afinal, o que é fotografia popular?** Ateliê do Oriente. 2019. Disponível em:

<https://www.atelieorient.com/blog/21/3/2019/afinal-o-que-fotografia-popular#:~:text=A%20fotografia%20popular%20se%20insere,sem%20manipula%C3%A7%C3%B5es%20e%20sem%20interesses>. Acesso em 05 de fevereiro de 2023

BANIWA, Brulina; KAINANG, Joziléia; MANDULÃO, Giovana. **Mulheres : corpos-territórios indígenas em resistência!** Kassiane Schwingel (org.). Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia : Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011.

BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 225p.1977.

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. **Estudos da literatura brasileira contemporânea**, n. 51, p. 22-40. 2017. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/25559/18207>. Acesso em Fevereiro de 2021.

BENEDITO, Nair. **Fotografias de Nair Benedicto** - 1. ed. - Porto Alegre : Brasil Imagem. ISBN 978-85-64501-01-0. 2012

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: **Magia e Técnica, Arte e Política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Palestra **A difícil arte da Confluência**. 2020a. Realizado por Culturgest de Portugal em 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XZhhs98SVxc> Acesso em 20 de abril de 2021.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Palestra **Perspectiva Contracolonial**. 2020b. Realizado por Confluências Afroindígenas em 10 de dezembro 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bhdV4u8Dt20&t=4929s> Acesso em 10 de abril de 2021.

BISPO, Vilma Neres. **Trajetórias e olhares não-convexos das fotoescre(vivências)**: condições de atuação e de (auto)representação de fotografias negras e de fotógrafos negros. Dissertação de Mestrado em Relações Étnico-raciais. Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica “Celso Suckow da Fonseca”, 2016.

BONFIM, Marcela. **(Re)conhecendo a Amazônia Negra**: Povos, Costumes e Influências Negras na Floresta. 2016. Disponível em: <https://www.amazonianegra.com.br> Acesso em 15 de junho de 2022.

BONFIM, Marcela. **Madeira de dentro, Madeira de Fora**. 2020. Disponível em <https://www.madeiradedentro.com/> Acesso em 20 de junho de 2022.

BONFIM, Marcela. Por dentro da imagem, a criação, a imaginação por dentro da imaginação, a reorganização. **Semana de abertura do Rencontres d’Arles**. Uma projeção da Fotografia Documental Brasileira na França. julho de 2021 Disponível em:

<https://www.premiopipa.com/wp-content/uploads/2021/05/Texto-de-apresenta%C3%A7%C3%A3o-por-Marcela-Bonfim-Curadora.-Portugu%C3%AAs-e-Franc%C3%AAs-1-1.pdf> Acesso em 25 de junho de 2022.

BORÓN, Atílio. (Comp.) **Filosofía política moderna. De Hobbes a Marx**, Buenos Aires: Clacso, 2006.

BOTELHO, L. L. R. CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011

BOURDIEU. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** - Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 164 p. (Série Documentos)

BRINGEL, Breno; MALDONADO, E. Emiliano. Pensamento crítico latino-americano e pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 389-413, 2016.

BURTON, Mark; GUZZO, Raquel. Liberation psychology: Origins and development. In: DÍAZ, L. Comas; RIVERA, E. Torres (eds.). **Liberation Psychology: Theory, method, practice, and social justice**. Amer Psychological 2020.

CALAÇA, Michela Katuscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183. 2018.

CALDERÓN, Javier; CARDONA, Diana L. Orlando Fals Borda y La investigación participativa: aportes en el proceso de formación para La transformación. In: **I Encuentro hacia una Pedagogía Emancipatoria em Nuestra América. Publicación Anual - Nº 1**, Centro Cultural de La Cooperación Floreal Gorini. 2013. ISSN: 2347-016X.

CAMPOS, Bárbara Fortes; BEVILAQUA, Patrícia M., SÁNCHEZ, Celso. Aprender com as resistências, insistir com as esperanças: de uma herança colonial à construção da utopia. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**. Niterói, Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-existências e Esperanças. Número Especial, p. 412-433. 2020.

CAPES, 2022. Plataforma CAPES. Disponível em: <https://freire.capes.gov.br/portal/>. Acesso em 04 de abril de 2022.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latino-americana de Ciências Sociais**. 8(1), p. 607-630. 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer; GUIMARÃES, Sílvia. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p.319 -353, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Akal, 2006.

CIMI, **Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas**. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/> Acesso em 29 de setembro de 2022.

COBA, Lisset; MAHER, Mónica; ZARAGOCÍN, Sofía; VALLEJO, Ivette. Indisciplinas e interdisciplinas . In: LEAL, Karen Lorena Romero [et al.]. **Feminismo y ambiente: un campo emergente en los estudios feministas de América Latina y el Caribe- 1a ed.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Nueva York: ONU Mujeres, 2022.

CONTAG, **Documentário Nos Caminhos De Margarida**, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM> Acesso em 15 abril de 2021.

CONTAG. **Revista da Marcha das Margaridas**, 2019. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_1482403031_28112019110949.pdf Acesso em 23 de maio de 2023.

CONTAG. **Comissão Coordenadora da Marcha das Margaridas avalia conjuntura para atualizar eixos da plataforma política**. 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/comissao-coordenadora-da-marcha-das-margaridas-avalia-conjuntura-para-atualizar-eixos-da-plataforma-politica-20220511> Acesso em 10 de julho de 2023.

CONTAG. **A CONTAG**, 2023a. Disponível em <https://ww2.contag.org.br/a-contag> Acesso em 30 de junho de 2023.

CONTAG. **Programação da Marcha das Margaridas**. 2023b. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17949-8423987-arquivo-programac%CC%A7a%CC%83o-marcha-web.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2023.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COSTA, José Fernando Andrade. "Fazer para transformar": a psicologia política das comunidades de Maritza Montero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 269-283, ago, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-49X2015000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

CPP, Comissão Pastoral dos Pescadores. **Mulheres em luta**: as principais pautas da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. 2019. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/mulheres-em-luta-principais-pautas-da-1%C2%AA-marcha-das-mulheres-ind%C3%ADgenas>. Acesso em 18 de junho de 2023.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. "**Conflitos no Campo Brasil 2019**": 34ª edição do relatório anual da CPT. 2019. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019> Acesso em 11 de maio 2022.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Sobre Nós, Histórico da Comissão Pastoral da Terra**. 2022. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em 12 de maio de 2022.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Dados parciais a ocorrência dos conflitos no campo**. 2022. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/6202/PRESS-RELEASE%20-%20Partial%20Data_EN.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2022.

DA SILVA, Francielle Suenia. Feminismos, saberes e práticas decoloniais. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 491–495, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v30n1.56961. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/56961>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

DARÃ, Cacique; TENONDEGUA, Cacique Awa; AWAROKADJU, Cacique Anildo. **Primavera Indígena: Acampamento Luta pela vida**. *Sens public*, p. 1-15. 2022.

DAZA, Weimar Giovanni Iño. Teorías feministas en el aula: una experiencia de formación e investigación con estudiantes de Ciencias de la Educación. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1393-1417. 2018.

DE MELO, Rebeca Furtado; FERNANDES, Christiane Costa de Matos; GUIMARÃES, Deborah Moreira. Rebeca Furtado de Melo: sobre reconhecimento, parceria e gratidão. Entrevista com Rebeca Furtado de Melo. **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 17-36, jul. 2020. ISSN 2316-4786. doi:<https://doi.org/10.12957/ek.2020.51673>. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/51673/34082>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. O patriarcado da conquista e as mulheres indígenas. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/20/opinion/1566328621_808284.html Acesso em 18 de maio de 2021.

DINIZ, Simone G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, Simone G.; SILVEIRA, Lenira P.; LIZ, Mirim A. (orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005). Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, p. 15-44. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/simonepdf.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2022

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (ed.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**, Buenos Aires: CLACSO. 2000.

DUTRA, Paula Queiroz. Um réquiem pelas mulheres. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2020, v. 28, n. 3, e70068. Epub 03 Ago 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n370068>> Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

EGGERS, T. M. Descolonizando narrativas sobre mulheres: a fotografia como potência. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, v. 2, n. 2, p. 470–503. 2020. <https://doi.org/10.22456/2596-0911.104554>

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala. 2011.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas. 2014.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza. 2016.

EVARISTO, Conceição. **“Escrevivência” a escrita que nasce das vivências**. Conexão Literatura, n. 24, p. 5-10. 2017.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones. In LEWIN, K. **La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos**. Editorial Popular. 1980.

FALS BORDA, Orlando. **Conocimiento y poder popular**. Lecciones con campesinos de Nicaragua, México y Bogotá. Bogotá: Siglo XXI. 1985.

FALS BORDA, Orlando. **Acción y espacio**. Santafé de Bogotá, Colombia: TM Editores : IEPRI, 2000.

FALS BORDA, Orlando. **Historia doble de la Costa 1**. Mompox y Loba. Universidad Nacional de Colombia Banco de la República El Áncora Editores Bogotá, 2002. ISBN 958-36-0090-3

FALS BORDA, Orlando. Reflexões sobre a aplicação do método de Estudo-Ação na Colômbia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 771-788. Tradução: Bruna Mariz Ferreira e Igor Ferreira. 2016

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FEDERICI, Silvia e VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 28, n. 2, e70010. Epub 03 Jul 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>> Acesso em 15 de dezembro de 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia descolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: UBU Editora, 2022.

FERRARI, Camila Tatsch . Ecofeminismo e Ativismo: Gênero, espécie, raça/etnia e classe no instagram. **Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 12** (Anais Eletrônicos), 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1612790198_ARQUIVO_1ba5844d76e753837233da34642b0967.pdf Acesso em 05 de dezembro de 2022.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? In: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em 15 de junho de 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 4ª ed. (1ª ed.: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

GARCIA, Loreley. Ecofeminismo: Múltiplas Versões. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 10, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/11829>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

GODRIE, Baptiste. Orlando Fals Borda, figure de l'intellectuel décolonial engagé. In book: **Décoloniser les sciences sociales. Descolonizar las ciencias sociales**. Une anthologie bilingue de textes d'Orlando Fals-Borda (1925-2008) p.1-27 Publisher: Éditions Science et Bien Commun, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres. Atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, São Paulo, n. 11, p. 45-78, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino** n.01 Batalha de Ideias. 2011 .Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em 07 de dezembro de 2022.

GROSFOGEL, Ramón. Del “extractivismo Económico” al “extractivismo Epistémico” y “extractivismo Ontológico”: Una Forma Destructiva De Conocer, Ser Y Estar En El Mundo." **Tabula Rasa** 2. 2016.

GUARESCHI, N.,MEDEIROS, P.,BRUSCHI, M. Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção de conhecimento. In.: GUARESCHI, N.; BRUSCHI, M.(eds.) **Psicologia social nos estudos culturais**. Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes p.23-49, 2003.

GUIMARÃES, Juca. Marcela Bonfim e a antropologia visual da Amazônia Negra. A voz é delas. **Estadão**. 2021. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/a-paulista-marcela-bonfim-e-a-antropologia-visual-da-amazonia-negra/> Acesso em 21 de junho de 2022.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Correndo Gira. **HH Magazine**: Humanidades em Rede. 2020. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/correndo-gira/>. Acesso em 18 de julho de 2023.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**. n. 48, v. 22. 2020

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL,Stuart.**Identidades Culturais na PósModernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Sin garantías**: trayectoria y problemáticas em estúdios culturales. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vich (eds.), 2010.

HARAWAY, Donna, **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, Cadernos Pagu, (5), p. 07-42. 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais . Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 381 p.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. **O OLHAR opositivo** – a espectadora negra. 2017. Disponível em: <https://foradequadro.com/2017/05/26/o-olhar-opositivo-a-espectadora-negra-por-bell-hooks/>. Acesso em 07 de abril de 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HURTADO, L. M.; Porto-Gonçalves, C. W. Resistir y Re-existir. **GEOgraphia**, v.24, n.53. 2022.

ISA, Instituto Socioambiental. **Elas podem curar o mundo**. 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/elas-podem-curar-o-mundo> Acesso em 10 de maio de 2021.

JESUS, Naine Terena. **Arte indígena no Brasil**: mediação, apagamentos e ritos de passagem. 1 ed. Cuiabá, MT. Oráculo Comunicação, Educação e Cultura, 2022. Disponível em:

https://oraculocomunica.eco.br/wp-content/uploads/2022/12/Arteindigena_NaineTerena.pdf

Acesso em 05 de agosto de 2023.

JORNALISTAS LIVRES. **Coletiva de Imprensa, Marcha das Mulheres Indígenas**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jdtjvr9WQ3Q> Acesso em: 15 de maio de 2021.

JUNIOR, José Veranildo Lopes da Costa. Saberes decoloniais latino-americanos construídos na universidade pública brasileira: uma conversa com Lívia Baptista. **Revista Letras Raras**. Campina Grande, v. 11, n. 4, p. 160-187, dezembro de 2022.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra-performance de Grada Kilomba. Tradução: Jessica Oliveira. 2016. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2016.

KILOMBA, Grada. **Desobediências poéticas**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019.

KRENAK, Ailton. Ecologia Política. **Ethnoscintia**, v. 3, n. 2, ago. 2018. ISSN 2448-1998. Disponível em:

<http://www.ethnoscintia.com/index.php/revista/article/view/193>. Acesso em 10 de junho de 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KUHNEN, Tânia A. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. **Revista Sul Sul**, v.1, n.1, p. 124-147. 2020.

KUHNEN, Tânia A.; ROSENDO, Daniela. **Ecofeminismos**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 7, n.2, p.16-40. 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/>. Acesso em 01 de novembro de 2022

LA SANDÍA DIGITAL. **Construyendo comunicación comunitaria en México**. 2019. Disponível em:

<https://lasandiadigital.org.mx/construyendo-comunicacion-comunitaria-en-mexico/>.

Acesso em 08 de julho de 2023.

LA SANDÍA DIGITAL. **Construir los mundos que sonamos**. 2021. Disponível em: <https://lasandiadigital.org.mx/construir-los-mundos-que-sonamos/>. Acesso em 08 de julho de 2023.

LABOV, William. **Alguns passos iniciais na análise da narrativa**. The Journal of Narrative and Life History. Tradução de Waldemar Ferreira Netto. v. 7. 1997.

LANDER, Edgardo. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LEAL, Karen Lorena Romero *et al.* **Feminismo y ambiente**: un campo emergente en los estudios feministas de América Latina y el Caribe - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Nueva York: ONU Mujeres, 2022.

LIMA, Marcia Maria Tait; GITAHY, Leda Maria Caira. Diálogos entre novos léxicos políticos e práticas comunitárias de cuidado em Abya Yala. **ClimaCom** – Povos Ouvir : A Coragem da Vergonha [Online], Campinas, ano 6, n. 16, Dezembro 2019. Disponível em:
<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/marcia-maria-tait-lima-e-leda-maria-caira-gitahy-dialogos-entre-novos-lexicos-politicos-e-praticas-comunitarias-de-cuidado-em-abya-yala> Acesso em 03 de abril de 2023.

LIMA, Paulo Victor Sousa. **Maretório**: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense do litoral da Amazônia paraense? 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

LUGONES, María. Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n.25, p.61–75, 2005.

MACIEL SALIS, Louise; RICARDO, Dalma dos Santos; PATROCINIO, Janaína Pessanha; MARTINS, Paolo; PELACANI, Bárbara; COSTA, Rafael Nogueira. **Diálogos com a Educação Ambiental desde el Sur a partir da “fotoescrivência”**: possibilidades para pensar a formação em Ciências Biológicas. Ensino, Saude e Ambiente, 14(esp.), p. 464-486. 2021.

MAMANA. **Sobre nós**. 2017 . Disponível em:
<https://mamanacoletiva.myportfolio.com/o-coletivo> Acesso em 23 de maio de 2022.

MAMANA. **Manifesto contra referências ‘gigantes’ da fotografia**. 2020. Disponível:
<https://mamanacoletiva.myportfolio.com/manifesto> Acesso em 23 de maio de 2022.

MAHER, Monica. Presentación de resultados y publicaciones. In: **Live Becas feminismo y ambiente: un campo emergente de los estudios feministas de América Latina y Caribe**. Clacso TV. 2022. Disponível em:
<https://youtu.be/z3rVh8ugwEA> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

MARCA DAS MARGARIDAS. **Marcha das Margaridas Plataforma Política 2019**. 2019.

MARCA DAS MULHERES INDÍGENAS. **Documento final Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”**. 2019. Disponível em
<https://apiboficial.org/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito/>. Acesso em 17 de outubro de 2019

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. 'Mais branca que eu?': uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. **Revista Estudos Feministas** [online] v. 29, n. 1. e61749. ISSN 1806-9584. Epub 30 Abr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n161749> Acesso em 17 de dezembro de 2022.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **Hacia una psicología social de La liberación**. Boletín de Psicología. 1986.

MASP. **Guerrilla Girls**: Gráfica, 1985 - 2017. Museu de Arte de São Paulo. 2017. Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/guerrilla-girls-grafica-1985-2017>. Acesso em: 03 de março de 2023

MATADERO. **Catálogo Guerrilla Girls**, 1985-2017. 2020. Disponível em https://issuu.com/mataderomadrid/docs/catalogo_guerrilla_girls-_1_ Acesso em 09 de abril de 2023.

MEDINA ARJONA, Encarnación. Ecofeminismo e interculturalidad. En **Feminismo/s**, 34, p. 199-214, 2019. Dossier monográfico: Estado actual de la investigación en Literatura francesa y Género: balance y nuevas perspectivas / État présent de la recherche en Littérature française et Genre: bilan et nouvelles perspectives, coord. Ángeles Sirvent Ramos.

MEMMI, Albert. **Retrato del Colonizado**. Buenos Aires. Ediciones de la Flor, 1969.

MÍDIA NINJA. **Por que mulheres indígenas vão ocupar Brasília?** 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QfYiLuHTIoY> Acesso em 28 de maio de 2021.

MÍDIA NINJA. **Emocionante abertura da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília**, 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0w0XJB03n4o&t=52s> Acesso em 28 de maio de 2021.

MIRANDA, Cláudia. Palestra **Por uma práxis anticolonial** no Curso Arte, ação e pensamento anticoloniais realizado de 17 a 21 de setembro de 2019 no Museu de Arte do Rio no Rio de Janeiro. 2019.

MONTERO, Maritza. **Political Psychology in Latin America**, en Political Psychology. San Francisco, Jossey Bass, p. 414-433. Edit. Margaret Herman. 1986.

MONTERO, Maritza. La Psicología Política en América Latina. Una revisión bibliográfica: 1956-1986, en Montero, Maritza (coord). **Psicología Política Latinoamericana**, Caracas, Panapo. 1987.

MONTERO, Maritza. **La Psicología Social en América Latina: Desarrollo y tendencias actuales**. Conferencia dictada en la Universidad de Costa Rica el 26-5-1985. Revista de Psicología Social, 1, 47-54. 1989.

MONTERO, Maritza. **Una Orientación para la Psicología Política en América Latina**, Psicología Política, pp.27-43,nº 3. 1991.

MONTERO, Maritza. Vidas paralelas: Psicología Comunitaria em Latinoamérica y em los Estados Unidos. In: MONTERO, Maritza (Coord.), **Psicología Social Comunitaria: teoría, método y experiencia**, p. 19-45. Guadalajara: Editorial de La Universidad de Guadalajara. 1994.

MONTERO, Maritza. **Teoría y práctica de La psicología comunitaria**. La tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós. 2003.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós. 2004.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria**. Buenos Aires: Paidós. 2006.

MONTERO, Maritza. Algunas premisas para el desarrollo de métodos analécticos en el trabajo psicosocial comunitario. In: FLORES, J. (ed.). **Repensar La psicología y lo comunitario en América Latina**. Tijuana, México: Universidad de Tijuana CUT. 2014.

MONTERO, Maritza, SONN, C., BURTON, M. Community Psychology and Liberation Psychology: A Creative Synergy for an Ethical and Transformative Praxis . In: BOND, M. A.; SERRANO-GRACIA, I.; KEYS, C. B. (eds.). **APA Handbook of Community Psychology: Vol. 1. Theoretical Foundations, Core Concepts, and Emerging Challenges**. Washington, DC: American Psychological Association. 2017.

MONTERO, Victor. Nuevos Enfoques Y Prácticas De Psicología Comunitaria Para El Desarrollo. In. **Psicología Comunitaria Peruana**. 2012. Disponível em: <http://vmonterolopez.blogspot.com/2012/08/articulos-sobre-psicologia-comunitaria.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

MONTERO, Victor. Maritza Montero Rivas: vida y obra. **PsiqueMag**, v. 4, n. 1. 2016.

NOGUEIRA, Simone Gibran; GUZZO, Raquel Souza L. Psicologia Africana: diálogos com sul global. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v.1, n.2 p.197-218. 2016.

NÚÑEZ, Paula Gabriela. Feminismo de frontera. La construcción de lo femenino en territorios de integración tardía. En **Feminismo/s**, 31, p. 205-230, junho de 2018.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e O Pensamento Interseccional: Uma Reflexão Sobre O Mito Da Democracia Racial No Brasil. **Revista Interterritórios** v. 6, n.10. 2020.

OLIVEIRA, Carolina Alves Gomes; SÁNCHEZ. Celso. Educação ambiental, justiça ambiental e questões de gênero: a perspectiva de um grupo de educadoras ambientais comunitárias de Magé. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, p. 151-170, 2018. Disponível em <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7498>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Carolina Alves Gomes, ROJAS, Luz Ángela Prada, PRADA, Katiúska Andrea Fonseca; SALGADO, Stephanie Di Chiara. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária. **Ensino, Saúde e Ambiente**. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40225> Acesso em 08 de dezembro de 2022.

OLIVARES-ESPINOZA, Bárbara; MÜLLER, Maria Inés W., ESPEJO, María Isabel R., TORRES, Héctor B.; MONTEIRO, Maritza. **¿Y si pensamos La comunidad com derechos?** *Psicología Comunitaria, derechos y políticas públicas. Una relación compleja.* Univ. Psychol., Bogotá, v. 17, n. 2, p. 114-126, 2018. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S165792672018000200114&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 de Fevereiro de 2021.

ONU, **ONU Mulheres**. 2019. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-organizam-plenaria-na-programacao-oficial-do-acampamento-terra-livre/> Acesso em 29 de setembro de 2019.

PANKARARU, Bartolomeu Santos. Biografia de Quitéria Binga. In.: **Os Brasis e suas Memórias**. 2021. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/quiteria-binga/> Acesso em 23 de maio de 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**. 15. 296. 2016.

PAULILO, Maria Ignez. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2010, v. 18, n. 3, p. 927-940. ISSN 1806-9584. Epub 21 Jan 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300017> Acesso em 17 de dezembro de 2022.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2007, v. 15, n. 2, p. 399-417. ISSN 1806-9584. Epub 26 Nov 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200007> Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

PELACANI, Bárbara. **As lutas que educam na América Latina: A Educação Ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PELACANI, Bárbara; CORREIA, Ricardo. **O querer das mulheres em marcha: uma mirada desde a psicossociologia com comunidades e ecologia social.** **Anais V Desfazendo Gênero**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79238> Acesso em 20 de março de 2023.

PELACANI, Bárbara; SÁNCHEZ, Celso; ALVES, Carolina; RENAUD, Daniel. A Fotoescrivência como Proposta Metodológica para Educação Ambiental de Base Comunitária: A Re-existência sociocultural na luta pela água e pelo território no Vale do Guapiaçu (RJ). **Anais do X Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA)**. Sergipe, 2019.

PELACANI, Bárbara; GUERRA, Emerson. Lutas indígenas em Brasília: Aldear a política e demarcar territórios. **Pressenza**, International Press Agency. 2022. Disponível em:

<https://www.pressenza.com/pt-pt/2022/04/lutas-indigenas-em-brasilia-aldear-a-politica-e-demarcar-territorios/> Acesso em 07 de junho de 2023.

PEREIRA, Pedro; COELHO, Tamires. Testemunhos Revelados por Tecnologias Racistas: Fotografias de Família e Ressignificação de Precariedades no Youtube. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 3, p. 79-100, 2021.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos De Pesquisa**, n.114, p. 179–195. 2001.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos; SILVA, Maysa Luana; RODRÍGUEZ, Marcela Paz. Feminismos não hegemônicos contemporâneos: lutas cotidianas em defesa de territórios. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 306–321, 2019.

DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.41356. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/41356>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**, CLACSO, Buenos Aires. 2006.

RED DE FEMINISMOS DESCOLONIALES. Descolonizando nuestros feminismos, abriendo la mirada. Presentación de la red de feminismos descoloniales. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; OCHOA, Karina Muñoz (eds.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales** en Abya Yala, p. 455-464. Popayán: Universidad del Cauca . 2014.

RESTREPO, E.; WALSH, C.; VICH, V. (Org.). **Sin Garantías: trayectorias y problemáticas em estúdios culturales**. Popayán/Lima/Bogotá: Instituto de Estudios sociales y Culturales Pensar/Instituto de Estudios Peruanos/Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

RESUMO FOTOGRÁFICO. **Exposição de Nair Benedicto retrata a mulher brasileira**. 2014. Disponível em:

<https://www.resumofotografico.com/2014/08/exposicao-de-nair-benedicto-retrata-a-mulher-brasileira.html> Acesso em 08 de fevereiro de 2023.

RIPPER, João Roberto. **Imagens Humanas**. 2009

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Sociología de La imagen**. Miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires, Tinta Limón. 2015.

ROCHA, Daniel de Macêdo; SILVA, Joyce Soares e; ABREU, Ingrid Moura de; MENDES, Priscila Martins; LEITE, Hilda Dandara Carvalho Santos; FERREIRA, Maria do Carmo Santos. Psychosocial effects of social distancing during coronavirus infections: integrative review. **Acta Paul Enferm.**, v. 34, Março de 2021.

RUBIO, Pilar Pardo. **Primavera das mulheres: 100 questões essenciais para entender o feminismo no mundo contemporâneo**. Editora Cultrix, 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, Luiz. **Vence Demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Deborah Monteiro; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. A Luta Das Mulheres Indígenas Pela Manutenção Do Território Tradicional Arara. **Revista Ciência Geográfica** ano XXIV, v. XXIV, n. 2 - Janeiro/Dezembro de 2020.

SERVAT, Denise Roca. Presentación de resultados y publicaciones. In: **Live Becas feminismo y ambiente: un campo emergente de los estudios feministas de América Latina y Caribe**. Clacso TV. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/z3rVh8ugwEA> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

SILVA, Maria Claudia Ferreira. **Marcha das margaridas**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano. 240 p. ISBN 978-85-7820-112-8. 2014 Disponível em: <https://livrosdefotografia.org/publicacao/32734/marcha-das-margaridas>. Acesso em 08 de fevereiro de 2023.

SILVA, Romulo. Descolonizar o olhar fotográfico. In: ROCHA, Saulo Moreno (org.). **Caderno de Resumos e Programação: Seminário Interinstitucional por dentro e para além dos museus: arte, educação e patrimônio**. Fortaleza: Museu de Arte da UFC/Museu da Fotografia Fortaleza, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento: Sobre Política de Vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2020.

SIMAS, Luiz Antônio. Pelintras e Padilhas: a dança dos corpos encantados. In: OLIVEIRA, Antonio Leal de; RIBEIRO, Marcia; DEL REY, Laura (Org). **Festival Cajubi: ruptura e reencanto**. Edição on-line. São Paulo: 2021. Disponível em : <https://www.festivalcajubi.com.br/livro> Acesso em 21 de julho de 2023.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SINAL DE FUMAÇA, Monitor Socioambiental. **Governo JB, menos 30 anos em 3: uma linha do tempo dos principais retrocessos socioambientais relacionados ao uso da terra e a explosão do desmatamento nos três anos de Bolsonaro**. 2021.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v.17, n.39, p. 203-219. 2017.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. “É O Querer Das Margaridas”: Tecendo Histórias De Resistências Feministas No Brasil. **Anais do XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História & Resistências**. 2020.

SOF, Sempre Viva Organização Feminista. **FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO** trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. Pigma: São Paulo, 2015.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Vitor; RIBEIRO, Tania. O maretório: a ressignificação de um conceito como categoria política por populações pesqueiras e extrativistas do litoral do Pará. In: **III Seminário Internacional América Latina: democracia, natureza e epistemologias para pensar o amanhã**. Universidade Federal do Pará, PT. 2021.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein** [online] v. 8, n. 1. ISSN 2317-6385 São Paulo. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134> Acesso em 31 de outubro de 2022.

SOS Corpo. **Feminismo como movimento social**. 2020. Disponível em https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Para-onde-vamos-Feminismo-como-movimento-social-SOSCorpo_WEBDEZ2.pdf Acesso em 08 de julho de 2023.

SVAMPA, Maristella Noemi. Feminismos del Sur y ecofeminismos; Fundación Foro Nueva Sociedad; **Nueva Sociedad**; 256; p. 127-131. Abril de 2015.

SVAMPA, Maristella Noemi. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Universidade de Guadalajara: Calas. 2019.

TAROZO, Maraisa; PESSA, Rosane Pilot. Impacto das Consequências Psicossociais do Estigma do Peso no Tratamento da Obesidade: uma Revisão Integrativa da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 40, ISSN 1982-3703, e190910, epub 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190910> Acesso em 31 de outubro de 2022.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno CRH**, 34. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42777> Acesso em 30 de agosto de 2023.

TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata; RENNÓ, Lúcio; ZENTGRAF, Lea; GALINDO, Eryka. Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos. **Food for Justice Working Paper Series**, no. 2. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. ISBN: 978-3-96110-387-4. 2021.

TEMIDO, Giovanna Meira. **BEM-QUERER**: Um olhar humanizado na fotografia brasileira a partir da obra de João Roberto Ripper. Pontifícia Universidade Católica – PUC Rio. Departamento de Comunicação Social – Bacharelado em Jornalismo. 2022.

TORNIQUIST, Carmem Susana; LISBOA, Teresa Kleba; FREIRE MONTYSUMA, Marcos. MULHERES E MEIO AMBIENTE. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n.3, p.865-869. ISSN: 0104-026X. 2010. Disponível em : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38118773012> Acesso em 17 de dezembro de 2022.

TRIGO, Maria Ilda. Guerrilla Girls: mulheres e museus. **Contemporânea**. UNICAMP. v. 4, n. 3, 2018. Disponível em:

<https://www.blogs.unicamp.br/contemporanea/2018/03/15/guerrilla-girls-mulheres-e-museus-v-4-n-3-2018/> Acesso em 03 de março de 2023

TROTTE, Alyssa Ribeiro Perpeto. Perspectivas de gênero sobre a face da pandemia: uma breve análise à luz do ecofeminismo marxista. **Revista espirales**.2021 Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2774> Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

TUCK, E.; YANG, K. W. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education, & Society**, v.1, n.1, p. 1-40, 2012.

VILELA BORZONE, Clariana; APARECIDA DE ALMEIDA, Rosemeire. Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-MS: gênero, território e resistência camponesa. Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 241–254, 2019. DOI: 10.15446/rcdg.v28n2.72946. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/72946>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

VIVEROS VIGOYA, M.; FACUNDO NAVIA, A. M. Discurso sobre o colonialismo de Aimé Césaire. **Equatorial: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 8, n. 14, p. 1-16, 26 de fevereiro de 2021.

WALSH, Catherine .E. (ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir,(re)existir y (re) vivir**. Tomo II. Serie Pensamiento Decolonial. Quito: AbyaYala. 2017.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: update methodology. **J Adv Nurs**.v. 52, n.5, p.546-53. 2005.

WIJK, Livia Bustamante van; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 24, n. 9, p. 3357-3368. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.29872017> Acesso em 31 de outubro de 2022.

ZARAGOCIN, Sofia. La Geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: CRUZ, D.; BAYON, M. (Orgs.). **Cuerpos, territorios y feminismos**. Quito: Abya-Yala e Estudios Ecologistas del Tercer Mundo. 2018.

ZUM, Revista de Fotografia ZUM. ENTREVISTAS. **Sobre mulheres e fotografia: uma conversa com Nair Benedicto**. **Nair Benedicto & Erika Zerwes**. Publicado em: 9 de outubro de 2018. Disponível em <https://revistazum.com.br/entrevistas/conversa-nair-benedicto/> Acesso em 18 de abril de 2023.

ANEXOS

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O querer das mulheres em marcha: A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida

Pesquisador: BARBARA CRISTINA PELACANI DA CRUZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53783521.1.0000.5582

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.239.819

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa trata dos quereres das mulheres que participaram da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Indígenas em 2019, realizada em Brasília-DF enquanto um fenômeno psicossociológico. Trata-se de um olhar para as motivações das mulheres que lutam por seus direitos e sonhos. Com o objetivo de identificar a potência das confluências que ocorrem no encontro das marchas e compreender a práxis psicossocial que ali opera, a pesquisa, de natureza qualitativa e participante, irá empregar métodos mistos para garimpar e analisar os documentos produzidos no âmbito das Marchas, assim como as fotoescrivências produzidas pela pesquisadora ao acompanhar o evento. Também será realizada oficina para verificação coletiva dos dados produzidos. Neste processo será realizada uma oficina de fotoescrivências que possibilitará a elaboração de narrativas visuais por parte das participantes, servindo como síntese deste processo, a partir de uma exposição virtual que irá exibir as produções artísticas das mulheres em marcha.

Objetivo da Pesquisa:

- Identificar como as confluências das mulheres em marcha produzem re-existências e narrativas coletivas que fortalecem a luta pela terra e pela vida;
- Identificar as estratégias de luta pela terra e pela vida de mulheres envolvidas durante a 6ª

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 5.239.819

Marcha das Margaridas e na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília-DF, Brasil no ano de 2019;
-Compreender as contribuições das marchas no fortalecimento das lutas pela terra e pela vida e a re-existência provocada nas trajetórias singulares e coletivas de vida das mulheres;
-Identificar articulações e integrações das margaridas e das mulheres indígenas sob o olhar da psicossociologia com comunidades e a educação popular.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

-Os riscos e os benefícios se encontram descritos de maneira clara nos documentos obrigatórios e nas informações fornecidas à Plataforma.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-A pesquisa procura trazer contribuição para a psicossociologia de comunidades e dialoga com metodologias de ensino e aprendizado do campo da educação popular, interessada em produzir conhecimento a partir das práticas constituídas nos movimentos sociais de mulheres.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

-Os termos obrigatórios trazem todas as informações recomendadas pela resolução 510, do sistema CEP/CONEP.

- O novo RCLE anexado em dezembro de 2021 está de acordo com os requisitos da Resolução 510.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1848640.pdf	17/12/2021 12:14:27		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA_CFCH.docx	17/12/2021 12:13:32	BARBARA CRISTINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_participantes_adaptado.docx	17/12/2021 12:12:04	BARBARA CRISTINA PELACANI DA CRUZ	Aceito

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240

UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 5.239.819

Declaração de concordância	2_CartadeConcordanciadoDiretor_com_assinatura assinado.pdf	28/10/2021 17:55:56	BARBARA CRISTINA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto__Barbara_assinado.pdf	28/10/2021 17:55:49	BARBARA CRISTINA	Aceito
Cronograma	4_CronogramadePesquisa.docx	25/10/2021 16:15:38	BARBARA CRISTINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3_RCLE_participantes.docx	25/10/2021 16:15:17	BARBARA CRISTINA PELACANI DA CRUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	1_ProjetoDetalhado.docx	25/10/2021 16:14:28	BARBARA CRISTINA PELACANI DA CRUZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 11 de Fevereiro de 2022

**Assinado por:
ERIMALDO MATIAS NICACIO
(Coordenador(a))**

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com